

UMA HISTÓRIA DO JORNALISMO NO OCIDENTE

**GÉNESE E DESENVOLVIMENTO
DE UMA INSTITUIÇÃO SOCIAL
ATÉ AO FINAL DO SÉCULO XX**

JORGE PEDRO SOUSA

Ficha Técnica

Título

Uma história do jornalismo no Ocidente
Génese e desenvolvimento de uma instituição social até ao
final do século XX

Autor

Jorge Pedro Sousa

Editora LabCom

www.labcom.ubi.pt

Coleção

Livros de Comunicação

Direção

Gisela Gonçalves

Design Gráfico

Thais Longaray

ISBN

978-989-9229-03-7 (papel)

978-989-9229-04-4 (pdf)

Depósito Legal

539239/24

Tiragem

Print-on-demand

Universidade da Beira Interior
Rua Marquês D'Ávila e Bolama
6201-001 Covilhã
Portugal
www.ubi.pt

Covilhã, 2024

© 2024, Jorge Pedro Sousa

© 2024, Universidade da Beira Interior.

O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.



Índice

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	
UM LONGO CAMINHO ATÉ AO PERIODISMO	39
1.1 A invenção da literatura e os seus contributos para a génese de estruturas discursivas jornalísticas	42
1.2 Contributos da historiografia e de outras modalidades de relato para a génese do jornalismo	55
1.3 As Atas romanas	70
1.4 Fenómenos medievais que contribuíram para o jornalismo	81
1.5 Contributos da Antiguidade e da Idade Média para o jornalismo: um balanço	93
1.6 Fenómenos renascentistas e da transição para a Modernidade que contribuíram para o jornalismo	94
1.6.1 A tipografia e a cultura impressa: a Galáxia de Gutenberg no fim do Renascimento e alvorada da Modernidade	98
1.6.2 Dispositivos informativos	107
1.6.3 Controlo da imprensa	135
1.6.4 Contributos renascentistas e da alvorada da Modernidade para a história do jornalismo: um balanço	137
CAPÍTULO II	
O PERIODISMO INFORMATIVO NA IDADE MODERNA: SÉCULOS XVII E XVIII	147
2.1 O contexto seiscentista e o periodismo	160
2.2 A politização da opinião em Inglaterra e as suas consequências na diferenciação e segmentação do periodismo	183
2.3 O periodismo seiscentista	191

2.4 Os sistemas jornalísticos na Europa seiscentista	237
2.4.1 O modelo francês normativo e funcional de periodismo informativo no século XVII e a sua reprodução em Portugal	241
2.4.2 O modelo inglês normativo e funcional de periodismo no século XVII	243
2.5 O periodismo no Século das Luzes e na alvorada da Contemporaneidade	252
2.6 A produção de conhecimento sobre o periodismo durante a Modernidade	293
2.7 O periodismo na Modernidade: um balanço	302

CAPÍTULO III

O JORNALISMO NA CONTEMPORANEIDADE – INDUSTRIALIZAÇÃO, EMPRESARIALIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO CONFIGURAM O SISTEMA CONTEMPORÂNEO DE MEIOS JORNALÍSTICOS	311
3.1 O panorama do jornalismo ocidental em Oitocentos	319
3.2 O jornalismo nos Estados Unidos no século XIX	330
3.2.1 A primeira geração da imprensa popular norte-americana	335
3.2.2 A segunda geração da imprensa popular norte-americana (Novo Jornalismo)	350
3.2.3 Reações ao “Novo Jornalismo” e transformações de fim de século na imprensa: o New York Times como modelo	363
3.3 O jornalismo europeu no século XIX	366
3.3.1 Portugal: do periodismo ao jornalismo	398
3.4 O jornalismo na América Latina no século XIX e o caso do Brasil	417
3.5 As agências de notícias e o fluxo internacional da informação no século XIX	427
3.6 Entra em cena o fotojornalismo	435
3.7 Coberturas de guerra em Oitocentos: momentos catalisadores do desenvolvimento do jornalismo	459
3.7.1 A Guerra da Crimeia	459
3.7.2 A Guerra da Secessão Americana	462
3.7.3 A Guerra Franco-Prussiana	465
3.7.4 Guerra Hispano-Americana	467

3.8 O jornalismo no século XX	470
3.8.1 Um século de mudanças	470
3.8.2 A deriva nacionalista do discurso da imprensa na alvorada do século XX	475
3.8.3 Jornalismo e propaganda na I Guerra Mundial	485
3.8.4 Jornalismo e propaganda na Guerra Civil de Espanha	489
3.8.5 Jornalismo e propaganda na II Guerra Mundial	492
3.8.6 Jornalismo dos “anos frios” ao final do século XX	495
3.8.6.1 O novo Novo Jornalismo	508
3.8.6.2 O jornalismo de precisão ou de dados	512
3.8.6.3 O jornalismo cívico	514
3.8.6.4 O jornalismo “dos cidadãos” ou de autoria coletiva	514
3.9 Fotojornalismo no século XX	516
3.10 Radiojornalismo	535
3.11 Jornalismo audiovisual: o cinejornalismo	540
3.12 Jornalismo audiovisual: o telejornalismo	545
3.13 O ciberjornalismo	555
3.14 As agências noticiosas no século XX	574
3.15 Jornalismo em Portugal no século XX	581
3.16 Jornalismo no Brasil no século XX	599
CONCLUSÕES	611
BIBLIOGRAFIA	627

Introdução

Este livro resulta da atualização, revisão e ampliação da obra *Uma história breve do jornalismo no Ocidente*, de 2008, à luz do novo conhecimento histórico sobre as origens e evolução desta atividade estratégica de comunicação em sociedade. Tal como esse texto, pretende ser um livro de divulgação, refletindo, no entanto, a interpretação pessoal do autor sobre o encadeamento dos fenómenos históricos que permitiram o surgimento do jornalismo – com determinadas características – e o trouxeram até ao final do século XX. Também é, por necessidade, um livro seletivo: debruça-se sobre os fenómenos históricos considerados como sendo determinantes, em determinados espaços geográficos, incluindo Portugal e Brasil. É, ainda, uma obra que tem por detrás uma tese: o jornalismo de hoje é um produto de uma longa evolução, resultando de vários fenómenos do passado, alguns deles inovadores no contexto do seu tempo. Por isso, é difícil dar uma resposta simples e clara à pergunta: “quando começou o jornalismo?”. Há argumentos para considerar que o jornalismo é um fenómeno historicamente acumulativo e que não tem um início definido; há argumentos para o considerar um produto que emergiu na Modernidade, quando um conjunto de circunstâncias, entre as quais a invenção da prensa moderna de caracteres móveis por Gutenberg, facultou o surgimento de periódicos noticiosos impressos elaborados por indivíduos que faziam da sua edição uma *ocupação*, mas ainda não uma *profissão*; há, também, argumentos para considerar o jornalismo uma invenção da Revolução Industrial, pois é neste momento que, num contexto propício, surgiram meios jornalísticos de difusão massiva e se assistiu à profissionalização

do jornalismo e ao seu ensino como uma atividade técnica de obtenção, processamento e difusão de notícias.

Uma segunda tese, decorrente da primeira, desenha-se nesta obra: o jornalismo é, com as suas virtudes e defeitos, um produto da sociedade ocidental. Atenas e Roma moldaram o Ocidente. A civilização greco-latina ofereceu à humanidade a democracia; a razão; o direito e o primado das leis; o amor pelo progresso individual, pela educação e pelo conhecimento; o apego à liberdade; o apreço pela iniciativa individual e coletiva, pelo mérito e pela competição com limites; o respeito pela propriedade privada e pela vida humana. Ainda hoje, o discurso jornalístico repercute características da literatura e da retórica da Grécia e da Roma da Antiguidade e dos valores da historiografia greco-romana, nomeadamente o valor-mor do jornalismo: a *intenção de verdade*.

A *produção simbólica*, por meio da linguagem, e a *troca simbólica*, assente na comunicação, foram cruciais para a elevação do homem, para a superação do isolamento e da ignorância e para a formação das sociedades e das civilizações. É nesse quadro que o jornalismo se tornou uma *instituição social*. O jornalismo é, verdadeiramente, uma prática social de produção e troca simbólica estável, tipificada, regular e contínua, ainda que aberta à inovação e à mudança, à qual os indivíduos aderiram e aderem; é, ainda, uma prática social que desempenha um relevante e útil papel na sociedade, o de agente produtor e disseminador geral de notícias e ideias, padrão de comportamento que exibiu e exibe e que foi e é determinado pelas expectativas coletivas desenvolvidas ao longo do tempo. Assim, o jornalismo pode ser encarado quer, funcionalmente, como uma resposta socialmente organizada às necessidades crescentes de informação sobre a atualidade evidenciadas, coletivamente, numa sociedade crescentemente complexa; quer, fenomenologicamente, como o resultado de interações simbólicas de significado estável ao longo do tempo, que o tornaram uma *instituição social*.

Nesse contexto, o jornalismo foi e é tremendamente eficaz, já que, ao noticiar, ao informar, ao facultar análises e opiniões, propõe interpretações organizadas, estruturadas e hierarquizadas sobre singularidades reais e

possibilita a edificação de referentes comuns sobre a atualidade e o mundo. Os referentes comuns, por sua vez, facultam conversas, interações, reflexões e a construção de pontes de entendimento entre os seres humanos. Possuir referentes comuns a partir dos quais os indivíduos possam estabelecer interações e cultivar padrões mínimos comuns de conhecimentos e de comportamentos contribui para a socialização e para a aculturação.

O jornalismo concorre, verdadeiramente, para a preservação e transmissão dos conhecimentos e para a transmissão do legado cultural, que permite a sobrevivência dos seres humanos e o progresso. Lembrando-nos do que foi o mundo antes de as notícias começarem a fluir por meios adequados de difusão encontramos a justa medida do impacto que o jornalismo teve e tem nas sociedades humanas e nas civilizações. Mesmo hoje, num mundo conectado pela Web, nomeadamente pelas redes sociais, amparadas por sofisticadas plataformas tecnológicas onde os dados fluem, o jornalismo continua a ser uma instituição social central para a sociedade e para a democracia. Um mundo sem jornalismo poderia ser um mundo com notícias, quicá elaboradas e disseminadas pelas redes sociais e por outros dispositivos de comunicação por *produtores* e *promotores interessados*, talvez mesmo por robôs dotados de inteligência artificial e autoaprendizagem, capazes de gerar linguagem natural e de tratar enormes quantidades de dados, como o Chat GPT, mas seria, também, um mundo em que os cidadãos estariam mais sujeitos à desinformação e à manipulação.

Os meios jornalísticos têm, assim, mais virtudes do que inconvenientes. Em termos simples, fazem mais bem do que mal, por muitos defeitos, debilidades e fragilidades que o jornalismo apresenta.

A principal das virtudes do jornalismo é a disponibilização de informação idealmente selecionada, verificada, estruturada e hierarquizada a seres humanos que dela carecem para a sua interação social e emancipação, para a sua educação pessoal e formação e, conseqüentemente, para a sua socialização e para o seu empoderamento. O jornalismo e os meios tecnológicos que suportam a atividade jornalística (jornais, revistas e livros, televisão, rádio,

internet...), que devemos à urbanização, à industrialização e ao espírito inventivo, criador e empreendedor fomentado pela democracia liberal, pelo capitalismo e pela liberdade política e económica, desempenham importantes papéis na definição coletiva e simbólica do horizonte de atualidade e do grau de importância dos acontecimentos, na identificação e disseminação de análises e opiniões, na construção de identidades (individuais e coletivas) e na disseminação das informações e ideias que sustentam a sociedade e permitem a sua sobrevivência e o seu progresso.

Não ignoramos, porém, que o jornalismo é problemático. Apesar de o campo jornalístico não ser um monólito ideológico, apesar de os jornalistas terem alguma autonomia de decisão e negociação, apesar de os recetores e as suas circunstâncias serem diferentes, o jornalismo pode contribuir, por exemplo, para a legitimação simbólica do *statu quo* e das relações de poder e dominação, algo que se pode ver quer como *positivo*, quer como *negativo*, mas que parece ser um fenómeno consistente. Sendo os jornalistas membros de uma dada sociedade, como os demais humanos, o jornalismo também tende a contribuir para a preservação dos valores consensuais que estruturam esta sociedade, ou seja, favorece mais o consenso do que o dissenso. Há momentos em que até clama pelos valores consensuais que dão coesão à sociedade e, neste enquadramento, condena os comportamentos desviantes, como a violência de género ou os ataques terroristas e as guerras, nomeadamente quando exterminam civis, e os extremos políticos. Por vezes, essa tendência pode levar a uma certa homogeneização dos discursos dos diferentes meios jornalísticos e à consequente difusão de versões e visões únicas, ou quase únicas, sobre os assuntos da atualidade e os problemas que o mundo enfrenta. O caso da independência de Timor-Leste, cujo enquadramento interpretativo foi unânime em Portugal, ou o caso da atual guerra da Ucrânia, que também gerou um certo unanimismo de pontos de vista no jornalismo português, podem ser evocados como exemplos de *jornalismo homogéneo* ou quase homogéneo num conjunto de países que partilham os mesmos valores.

No entanto, reduzir a visão do jornalismo, mesmo quando o discurso é tendencialmente homogéneo, a um dispositivo de manipulação das cons-

ciências ao serviço de interesses económicos, políticos e de classe é redutor. Aliás, o jornalismo também desafia, muitas vezes, o consenso, dando espaço e tempo a vozes dissonantes. A tolerância ocidental para com os comportamentos sexuais alternativos, para com o direito ao divórcio ou para com o direito da mulher a decidir sobre o seu próprio corpo, por exemplo, devem muito ao jornalismo e à restante comunicação social. Se, a curto prazo, os efeitos dos meios jornalísticos são, sobretudo, cognitivos, afetivos e comportamentais e sobre as pessoas, a médio e longo prazo os meios jornalísticos contribuem para cultivar os padrões culturais dominantes, para modelar o conhecimento, as ideologias, a cultura e, conseqüentemente, as práticas e as instituições sociais.

O jornalismo, como hoje o conhecemos, tem as suas raízes longínquas na Antiguidade; as suas raízes próximas na Modernidade; e as raízes imediatas na Contemporaneidade e, em concreto, na Revolução Industrial oitocentista. A forma como os nossos antepassados aprenderam a narrar histórias e a transmitir novidades desde a Antiguidade ainda hoje está presente nos *formatos* e nos *conteúdos* jornalísticos. Assim, um dos nossos objetivos neste trabalho é procurar demonstrar que *os conteúdos (temas) e os formatos (estruturas textuais, estilos) das notícias têm memória*, ou seja, têm *raízes históricas*, sem excluir que o jornalismo *alargou os conteúdos do noticiável e aperfeiçoou e adaptou* os formatos enunciativos às nobres finalidades do *ato de noticiar*, da *difusão de informação útil e socialmente relevante* e da *promoção geral do conhecimento* pelos diferentes meios de comunicação. A história fornece-nos pistas para entendermos o que é o jornalismo hoje, nas suas formas e nos seus conteúdos. Por sua vez, os vestígios deixados pelo jornalismo no passado contribuem para compreendermos não só a sociedade atual, mas também as transformações que a sociedade sofreu, principalmente entre os séculos XVI e XXI. Aliás, o jornalismo é fonte de memória e de construção da história.

O jornalismo foi um dos principais elementos enformadores da sociedade contemporânea, afirmando-se como uma instituição social, em resultado da estabilidade que, nas interações humanas, o seu significado adquiriu. Foi e é um dos principais campos de produção e consumo de bens culturais, como

diria Pierre Bourdieu. Em grande medida, foi por meio do jornalismo que circularam as ideias fervilhantes da Modernidade; que a sociedade reinventou os seus valores, os seus referentes e o seu imaginário coletivo; e que a democracia e a liberdade de pensamento e de expressão se solidificaram nos estados de direito ocidentais, relevando valores como o laicismo e a tolerância.

O jornalismo é, assim, incontornável na hora de explicar, entre outros, fenómenos como a democratização da cultura e o consumo generalizado de produtos culturais; as reformas sociais, económicas e políticas; a emancipação da mulher e a sua participação na vida pública; o reconhecimento do direito à diferença e dos direitos das minorias, dos animais e da natureza; e, sobretudo, o acesso coletivo e generalizado à informação e ao conhecimento.

Estão errados aqueles que veem no jornalismo ocidental e na democratização da cultura (por isso mal denominada “cultura de massas”) meras imposições do sistema capitalista, instrumentos de domínio ideológico e social ou mesmo apêndices do aparelho ideológico dos estados. Nas sociedades livres, laicas e demoliberais ocidentais, o jornalismo “de massas” foi, antes de mais, um dos instrumentos que promoveu a integração social dos indivíduos mais desfavorecidos e o seu acesso aos bens culturais e materiais que até então pertenciam em exclusivo às elites. Repisando as palavras, nas sociedades democráticas ocidentais o jornalismo “de massas” foi, antes de tudo, um dos frutos do desejo de emancipação social, política, económica e cultural dos indivíduos, principalmente ao longo dos séculos XIX e XX, desejo este que foi compreendido por empresários com visão para o negócio informativo, no quadro de um sistema democrático-capitalista liberal (recorde-se, aliás, que já em 1690 Tobias Peucer destacou a busca do lucro como sendo um dos fatores que impulsionava o aparecimento de periódicos).

O jornalismo moderno e contemporâneo foi, pois, no essencial, uma feliz invenção do sistema demoliberal, capitalista, laico, tolerante, fomentador da liberdade, da ação política individual e organizada, do progresso individual, da educação, da iniciativa privada, do risco no investimento e da competição, sistema esse que ajudou a perpetuar. O capitalismo, o laicismo,

as liberdades de pensamento e de expressão em democracia, bem como a alfabetização e a educação, foram os principais fatores que conduziram o jornalismo e a sociedade ocidental àquilo que hoje são.

Não negamos, tal como já se enfatizou, que o jornalismo industrializado de difusão massiva de mensagens¹ possa ter efeitos ideológicos e sociais e que entre esses efeitos esteja o fortalecimento simbólico dos valores e das ideias que favorecem a manutenção do das estruturas sociais e do *statu quo*. Não negamos que o controlo da informação, nomeadamente das notícias, e o controlo do setor da comunicação social seja vital para o controlo do poder. As organizações políticas e económicas, as corporações mediáticas e outros agentes de poder disputam, permanentemente, o campo e o capital simbólico dos meios jornalísticos. Não negamos, também, que a oligopolização vertical e transversal das empresas da comunicação e dos *media*, incluindo as empresas jornalísticas, é uma faca de dois gumes, já que, se empresas fortes podem ser mais independentes, também a informação poderá ser mais facilmente controlada. Não negamos que o jornalismo, nas democracias liberais, esteja, em parte, condicionado pelas estruturas políticas e capitalistas que lhe garantem os meios de subsistência e permitem, em derradeira análise, a sua sobrevivência.

No entanto, negamos que o jornalismo industrializado “de massas” tenha sido maquiavelmente implementado para assegurar o *statu quo*. Mais simplesmente, o jornalismo emergiu quer para exercer *influência* política, económica, cultural ou mesmo científica e tecnológica na sociedade, quer para dar lucro, por meio da difusão de notícias e da expressão do pensamento, permitindo a editores, proprietários e jornalistas ganharem, legitimamente, a sua vida. Negamos, pois, que o jornalismo “de massas”, que tem por base a *empresa jornalística*, seja “mau” para os indivíduos, as instituições, a

1. Usa-se a designação “jornalismo de massas”, embora com reservas e apenas para significar “jornalismo de difusão massiva de mensagens”, pois os conceitos de “jornalismo de massas” ou de “sociedade de massas” parecem-nos desadequados para caracterizar sociedades em que cada pessoa em particular, como recetora, interpreta e reage de forma individual às mensagens que recebe. Pensamos, assim, que é inadequado associar a existência de dispositivos de difusão massiva de mensagens (que, aliás, competem, crescentemente, com meios segmentados e pessoais) à ideia de que as pessoas formam uma “massa”.

sociedade, a cultura, a ciência... O jornalismo “de massas”, como qualquer outra atividade humana, teve e tem aspetos positivos e aspetos criticáveis. E nas democracias liberais o jornalismo que se faz pode ser criticado – o que não sucede nos regimes autoritários e ditatoriais. Negamos, portanto, que o jornalismo, os jornalistas e os cidadãos sejam indecorosa e inocentemente manipulados durante todo o tempo por tortuosas mentes que mais não fariam do que pensar em formas de assegurar o seu domínio social e político. Conforme terá dito o Presidente americano Abraham Lincoln, “é possível enganar todas as pessoas algum tempo e enganar algumas pessoas todo o tempo, mas é impossível enganar todas as pessoas todo o tempo”. Aliás, com todos os seus defeitos e enviesamentos, nos estados democráticos de direito o jornalismo contemporâneo funciona, de algum modo, como uma *arena pública*, onde se polemiza e se compete por ideias, por políticas e por enquadramentos para os acontecimentos.

Mas entretanto surgiu a Web, para a qual os meios jornalísticos começaram a migrar, no final do século XX. Quando, em 1999, Robert Wright publicou o seu livro *Nonzero: the logic of human destiny*, a sua perspetiva era otimista. Para o autor, a história da humanidade foi moldada por transições alimentadas pelo surgimento de novas tecnologias e pela demografia. Tal como acontecera com o nascimento e desenvolvimento da imprensa, também a Internet tornaria a humanidade mais cooperativa. A mesma perspetiva tecno-determinista estava já patente nas obras de Innis e McLuhan, autores que, no miolo do século XX, argumentaram que o surgimento compassado de novos meios de comunicação moldou a história da humanidade. Yuval Harari, autor de *Sapiens: a brief history of humankind*, de 2011, também enfatizou quanto a civilização deve à comunicação, já que, para ele, a cooperação humana, que baseia as civilizações, se deve não a qualquer sentido inato dos seres humanos, mas sim à sua capacidade de criarem ficções compartilhadas. Mitos, religiões, ideologias, estruturas políticas e judiciais não seriam mais do que narrativas compartilhadas que baseiam as sociedades e levam os indivíduos a cooperar, repetindo uma tese particularmente cara ao interacionismo simbólico².

2. O interacionismo simbólico é uma abordagem sociológica das relações humanas originada da

Mas o tecno-otimismo cedeu lugar às preocupações.

A Internet, particularmente a Web e, no seu âmbito, as redes sociais, nomeadamente as recentes redes sociais (talvez melhor classificadas como *media* sociais) descentralizadas³, que prometem mais autonomia e menos controlo aos usuários, colocam novos desafios ao jornalismo, aos cidadãos e à sociedade. Além dos problemas de dependência e depressão, afetando a saúde mental de uma imensidade de indivíduos, particularmente dos mais jovens e vulneráveis, as redes sociais intensificam o desejo de partilha e reação, que se sobrepõem ao desejo de conexão, sua matriz original. As instituições enfraqueceram. Foram-se perdendo os laços que, historicamente, ligaram os indivíduos, alimentados por referentes comuns, como o sangue, a religião, os interesses, o medo aos inimigos e, depois da imprensa, os novos assuntos que periodicamente chegavam às pessoas. Hoje parece que se desvaneceram os grandes interesses comuns que uniam as pessoas e homogeneizavam os grupos sociais, como os interesses de classe. As preferências individuais dominam. O desejo de anonimato desapareceu. Os indivíduos deixam, apressada e inconscientemente, um lastro digital que torna possível o escrutínio do seu passado. A comunicação é, crescentemente, dominada pela emoção e não pela abençoada Razão, que anunciou a Modernidade, tal como já tinha tornado próspera a Grécia clássica.

As redes sociais exploradas pelas empresas gigantes da Internet impuseram à sociedade, particularmente aos mais jovens e frágeis, frenesim e alvoroço, desatenção e desconcentração, superficialidade, irritabilidade, depressão e outros problemas de saúde mental. Exploraram o senso-comum em prejuízo da profundidade de pensamento, que só a leitura e a concentração permitem. Promovem crenças em detrimento das evidências – incluindo das evidências científicas. Geram bolhas em que as pessoas se unem por interesses e credos, tendendo a apartar-se dos outros indivíduos, embora também possam

Escola de Chicago que enfatiza que as pessoas interagem umas com as outras em função do significado mútuo que atribuem às suas ações. Em última instância, as instituições sociais – como o governo ou a família – formam-se e mantêm-se porque, ao longo do tempo, proporcionam aos humanos interações de significado estável.

3. Como a Steemit, a Peepeth, a Minds e a Only1.

ajudar a mobilizar para determinadas causas. Paradoxalmente, as redes sociais contribuem para o isolamento dos indivíduos mais vulneráveis, contrariando a promessa original de conectividade e sociabilidade.

As redes sociais contribuíram, ainda, para a crise da intermediação profissional da informação pelas empresas jornalísticas. O conhecimento – ainda que centrado em singularidades – que o jornalismo propõe é cada vez menos cultivado socialmente. O público fiel do jornalismo está a envelhecer e, por isso, a desaparecer. Gradualmente. Os jornais, mesmo na Web, deixaram de ser lidos com atenção pela generalidade dos cidadãos; a rádio informativa conquista públicos reduzidos; a televisão não capta a atenção dos jovens. Os jornalistas – também cada vez menos – vivenciam problemas de precariedade, desigualdade e baixos salários e ainda sofrem a pressão dos empregadores, que lhes exigem que as suas notícias sejam feitas e difundidas rapidamente (prejudicando a verificação dos factos, a profundidade e o contexto), de maneira a captarem a atenção e se tornarem virais nas redes sociais. A caça ao clique é rentável para as empresas jornalísticas, que podem cobrar mais pelos anúncios publicitários que são consumidos pelos internautas quando estes acedem às notícias.

A emoção, exacerbada pelas novas formas de comunicação, espalhou-se, de resto, a outras facetas da vida social, contaminando a política, as relações internacionais e a economia. Com a Web, particularmente com as redes sociais, uma *nova Babel*, como lhe chamou Jonathan Haidt, despontou do consumo crescentemente individual e grupal de mensagens. A sociedade fragmenta-se, atomiza-se em grupos antagónicos, desconfiados uns dos outros, descrentes das instituições, suspeitados das grandes narrativas históricas e institucionais, incapazes de reconhecerem interesses partilhados e uma história comum, alimentados pelo consumo exclusivo de mensagens, nem sempre elaboradas por humanos, que, escolhidas pelos algoritmos que gerem automaticamente as redes sociais e os motores de busca, vão quase sempre ao encontro dos sistemas de crenças, valores e expectativas de cada recetor. Os algoritmos tendem a escolher, para cada recetor, mensagens que reforçam as convicções individuais. Sem os referentes comuns que o consu-

mo massivo e periódico das mesmas mensagens proporciona, efeito central da ação dos meios jornalísticos, os indivíduos revelam-se menos capazes de interagirem uns com os outros, de buscarem a compreensão do outro, de ampliarem o seu conhecimento do mundo além da “bolha”⁴ em que vivem, de reconhecerem os referentes, os valores, as “verdades evidentes” e até mesmo as tradições, hábitos e práticas comuns que davam e ainda vão dando, mas cada vez menos, coesão à sociedade.

No início, houve tecno-otimismo. A Web prometia um mundo mais solidário e cívico e mais difícil de controlar pelos poderes, quaisquer que estes fossem. Um mundo mais democrático, em suma. O correio eletrónico, as salas de *chat* e mesmo as redes sociais, nos seus primeiros tempos, embora levassem os indivíduos a abdicarem da sua privacidade, expondo na praça pública o que faziam e o que sentiam, ultrapassando as velhas noções de *público* e *privado*, permitiram encontros e reencontros de amigos e de estranhos, que podiam assim saber o que se passava uns com os outros e de conversarem sobre interesses partilhados. No início do século XXI, as redes sociais facilitaram, efetivamente, o contacto entre amigos e colegas, inclusivamente entre aqueles que tinham perdido o rasto uns dos outros. Mas as redes sociais também permitiram que conhecidos e estranhos comesçassem a agrupar-se em torno de ideias e interesses comuns, inclusivamente a nível internacional – neste caso, graças aos tradutores automáticos que, cada vez mais sofisticados, se expandiram dos computadores para os *smartphones* –, chegando-se, hoje, ao narcisismo digital exibicionista e espetacular evidenciado por um número crescente de indivíduos que povoam as redes sociais, capazes de fazerem marketing pessoal e de gerirem os seus nomes como marcas. O funcionamento das redes sociais assemelha-se, mesmo, a uma forma de democracia direta, ainda que, de momento, não deliberativa. Mas a democracia direta pode ser um caminho para o autoritarismo e para a tirania.

O tecno-otimismo em redor da Web alimentou-se de uma série de acontecimentos que pareciam prometer um mundo diferente e melhor, ou, pelo

4. Noção de Bennett & Pfetsch (2018) e Pfetsch (2018).

menos, mais democrático. Pode recordar-se, por exemplo, o que aconteceu após o terrível atentado terrorista de 11 de março de 2004 em Madrid: os cidadãos, sem qualquer enquadramento partidário, sindical ou outro, mobilizaram-se, enviando mensagens por SMS e *chats*, por correio eletrônico e por outros meios, para protestarem contra a versão inicial dos acontecimentos que o Governo espanhol, ameaçado pelas eleições, a poucos dias de distância, se esforçava por fazer passar para a praça pública (segundo o Governo espanhol, o grupo terrorista basco ETA estaria por detrás do atentado, quando, na realidade, o atentado foi perpetrado por terroristas islâmicos).

Em 2011, a Primavera Árabe reforçou o tecno-otimismo. As redes sociais foram a plataforma usada para a rebelião contra as ditaduras. O movimento Occupy Wall Street e outros movimentos anti-austeridade também foram impulsionados pelas redes sociais.

Mas o *poder da partilha*⁵ que as redes sociais colocaram nas mãos dos mais diversos indivíduos, grupos e organizações alterou a forma como se disseminam e consomem notícias e outras informações. Os gostos⁶ e as partilhas alimentaram uma dinâmica comunicativa gerida por algoritmos e pela inteligência artificial que, lidando com megadados gerados quer por cada usuário, quer pela multidão, tem em conta mais o historial de reações e partilhas das mensagens do que as preferências reais de cada utilizador. Determinadas mensagens tornam-se virais, sobretudo dentro das “bolhas” de indivíduos que partilham crenças e interesses comuns. Quanto mais emoções despertam as mensagens, provavelmente mais partilhadas são, mais reações geram e mais virais se tornam. Potenciou-se, assim, a proliferação, nas redes sociais, de mensagens desinformativas e manipuladoras lançadas por indivíduos, organizações ou mesmo estados empenhados naquilo que o historiador da ciência Robert Proctor denominou de *produção intencional da ignorância* e mesmo de mensagens de ódio⁷, por vezes elaboradas por robôs

5. O Twitter mudou o jogo com a introdução do botão de *retweet*, em 2009.

6. O Facebook introduziu o botão de “gosto” em 2009. O botão de “partilhar” data de 2012.

7. É difícil definir o que é uma “mensagem de ódio”, porque o conceito não passa disto mesmo – uma abstração teórica, uma construção social. Um insulto, como os que campeavam na imprensa oitocentista, é uma “mensagem de ódio”?

geradores de linguagem natural dotados de inteligência artificial, apesar da tendência crescente de monitorização pelas redes sociais, que contam, por vezes, com os contributos moderadores dos usuários. Longe vão os tempos em que as redes sociais davam aos utilizadores, sobretudo, uma cronologia relativamente inócua de conteúdos gerados por amigos, incluindo nestes cada vez mais instituições sociais, como os meios jornalísticos.

Os indivíduos cederam, verdadeiramente, à tentação atrativa e emotiva das redes sociais. Os usuários das redes sociais passam cada vez mais tempo a reagirem a mensagens, a visualizá-las em segundos, ou a publicarem as suas próprias mensagens, do que a pensarem nas mensagens que recebem. Menos tempo dedicam, também, a conectarem-se uns com os outros. Na Web, a manipulação é fácil. Há até agentes manipuladores que confeccionam websites em tudo semelhantes a meios jornalísticos, feitos para captar a atenção dos cibernavegantes e aparentemente credíveis, mas desinformativos.

As redes sociais colocam, portanto, desafios tremendos às sociedades e têm efeitos paradoxais.

Por um lado, permitem responsabilizar os poderosos e os delinquentes. Os agressores sexuais denunciados pelo movimento “Me too” poderiam ter ficado na sombra sem as redes sociais.

Por outro lado, as redes sociais dão voz às pessoas comuns, tornando o espaço público mais polifónico, mas – recorde-se Habermas – mais degradado, dada a diminuição do nível, da complexidade e da profundidade das discussões que nele ocorrem. Muito do que se lê, vê e ouve nas redes sociais mais não é do que narcisismo exacerbado e emoção à flor da pele. Aliás, as redes sociais permitem aos *trolls* perpetuarem provocações, até porque os indivíduos comuns e moderados tendem a afastar-se quer de discussões com indivíduos agressivos, quer de discussões radicalizadas, agudizando a formação de espirais do silêncio que levam à falsa percepção pública de que só existem opiniões radicalizadas, apesar da tendência crescente para o crescimento dos extremismos e populismos de direita e de esquerda que geram fraturas tremendas nas sociedades.

As redes sociais dão verdadeiro poder simbólico aos extremistas, particularmente quando estes são provocadores e agressivos. Os moderados, urbanos e pacíficos, os que consideram a democracia o apenas o menos mau dos sistemas políticos e somente o reino do possível, os descrentes da existência de sistemas político-económico perfeitos, os desconfiados dos atentados à liberdade de expressão em nome de qualquer autoritarismo e radicalismo, incluindo os neo-autoritarismos totalitários do “politicamente correto” e da “proteção de dados”, tendem a autoexcluir-se das discussões extremadas e básicas. Além disso, as redes sociais dão a indivíduos destemperados a capacidade de fazerem e emitirem julgamentos apressados na praça pública, contrariando os princípios dos estados de direito, instituídos para garantirem a defesa e a proporcionalidade das decisões jurídicas e que levam em conta o contexto das situações. Se, por vezes, nos tribunais, os arguidos parecem ter tantas possibilidades de defesa que os processos se arrastam por causa de recursos sucessivos e outras manobras dilatórias dos advogados, nas redes sociais o julgamento tende a ser rápido e sem misericórdia.

Gerou-se mesmo, nas redes sociais, uma “cultura do cancelamento” de determinados indivíduos, votados ao ostracismo, o que os pode levar a frequentarem redes sociais livres de moderação e censura e a agregarem-se apenas a grupos com cujas ideias concordem, o que intensifica a tribalização social. A caça, por vezes gratuita e excessiva, ao chamado “discurso de ódio”, mesmo quando é mal definido e tem contornos imprecisos, e ao “politicamente incorreto” tende a reduzir a liberdade de expressão nas redes sociais tradicionais, como o Twitter/X ou o Facebook, tal como já a reduziu nos meios jornalísticos, nomeadamente quando se compara com a liberdade, frequentemente bem-humorada, mas também agressiva e mesmo insultuosa, que existia na imprensa política do século XIX. Algumas páginas e perfis nas principais redes sociais são constantemente bloqueados ou banidos sumariamente, enquanto outros indivíduos, alinhados pelo que é relativamente consensualizado por uma certa elite bem-pensante como sendo “politicamente correto”, podem exprimir-se, desafiando as opiniões dos outros, sem consequências. Por vezes, parece que a mediação nas redes

sociais tem dois pesos e duas medidas, punindo-se, arbitrariamente, o que se considera dissidência. Por causa disso, criaram-se redes sociais alternativas, livres de moderação e censura, para as quais os indivíduos ostracizados e cancelados nas principais redes sociais migraram, como a Gab (alternativa ao Twitter/X), a Steemit (alternativa ao Facebook), a DTube (alternativa ao YouTube) e a Telegram (alternativa ao WhatsApp). No entanto, a migração para as redes sociais livres de moderação intensifica a tribalização. O principal efeito negativo das redes sociais será mesmo o da tribalização da sociedade, da fragmentação social anárquica, da formação de “bolhas” de indivíduos associados pelos seus valores, crenças e expectativas, conforme argumentaram Pfetsch, em obra individual, e Bennett e Pfetsch, em obra assinada por ambos os autores, em 2018.

A Web também desafia as formas que foram sendo encontradas pela sociedade para fabricar e validar o conhecimento, particularmente o conhecimento científico. Num livro de 2021, intitulado *The constitution of knowledge: a defense of truth*, Jonathan Rauch relembra o papel que instituições sociais, como os tribunais, as universidades e outras instituições de pesquisa científica e o jornalismo tiveram e têm na produção de conhecimento sólido e validado. Nos tribunais, deu-se espaço ao contraditório e formaram-se júris imparciais; na ciência, criaram-se mecanismos de prova e verificação dos factos e arbitragem científica; e mesmo o jornalismo evoluiu de uma atividade artesanal em que a falsidade, nem sempre intencional, proliferava, para uma atividade técnica e profissional de produção de informação noticiosa que, sujeita à lei e normas éticas e deontológicas, obriga à prova, tem por objetivo simbólico a busca da verdade e se abre à contraposição dos diversos lados com interesses na notícia, oferecendo à sociedade um conhecimento específico sobre singularidades que, não sendo ciência, se afasta do senso-comum, conforme enfatizaram autores como Robert Park, Adelmo Genro Filho ou Eduardo Meditsch.

Esse papel das instituições sociais na geração de conhecimento foi desafiado, quicá, desvalorizado, primeiro, por teóricos pós-modernos, que, desenvolvendo um discurso anti-ciência, pretenderam relativizar e equiparar todos os tipos de conhecimento à ciência. Mais tarde, foi ameaçado pela polifonia

esquizofrénica e desenfreada, frequentemente desinformada e desinformadora, que prolifera nas redes sociais, nas quais o indivíduo imprevisto mas vociferante e tonitruante, que acredita em teorias da conspiração, por vezes tem mais impacto do que o cientista especializado e sereno que estuda anos a fio um problema usando metodologias rigorosas de validação do conhecimento produzido e sujeito à arbitragem científica dos seus pares.

Nas redes sociais campeia, efetivamente, a desinformação manipuladora, produzida não só por indivíduos, mas também por *bots* e outros dispositivos, cada vez mais sofisticados, dotados de inteligência artificial e autoaprendizagem e capacidade de geração de linguagem natural. O movimento anti-vacinas e o movimento QAnon são excelentes exemplos dos disparates propagados nas redes sociais. Subsiste uma crise de autoridade intelectual provocada pelas redes sociais, já que nelas todas as opiniões parecem, simbolicamente, valer o mesmo.

Há, portanto, uma tensão clara na Web, em particular nas redes sociais. A liberdade de expressão e de informação, encarada como valor absoluto, pode gerar um sistema anárquico na Web, no qual a informação se confunde com a desinformação, a verdade com a mentira. Por outro lado, a regulação feroz e o controlo rígido da informação e dos dados, em nome, por vezes altruísta, do “politicamente correto”, do “combate ao ódio” e mesmo da “proteção de dados”, podem atentar contra a liberdade de expressão do pensamento e levar cada vez mais pessoas a procurarem as redes sociais alternativas, livres de regulação e controlo, descontrolando ainda mais o que se pretende controlar. É, pois, difícil responder a questões aparentemente simples: Como regular as redes e a Web? Com que regras? Quem pode impô-las? Como definir conceitos construídos e abstratos como o de “discurso de ódio” ou, no limite, mesmo de “jornalismo”? Será que estes conceitos se podem definir universalmente pela negativa, explicitando o que não é discurso de ódio ou jornalismo? Como impor regras regulatórias num país quando as redes e os websites têm as suas sedes noutros? Como regular as redes sociais se há estados que nelas promovem a propaganda e a desinformação? Como se limita o gigantesco poder das redes sociais e das corporações que as con-

trolam? Como é que parte dos imensos lucros gerados pelas redes sociais, alguns dos quais obtidos pela canibalização da informação produzida por terceiros, nomeadamente pelos meios jornalísticos, pode reverter em favor da sociedade e, em particular, das empresas jornalísticas?

E o jornalismo? Obviamente, o jornalismo ressent-se de tudo isto. Primeiro, a Web fez de cada indivíduo um potencial fabricante e difusor de notícias, tendência potenciada pelas redes sociais. Depois, num tempo em que os indivíduos, assoberbados de mensagens, necessitam de informação verificada, organizada, sólida, contrastada, orientada, idealmente, para a busca da verdade, o público fiel do jornalismo vai envelhecendo e desaparecendo, ceifado pela idade e pela fuga de indivíduos, seduzidos pela atratividade fácil e emotiva das redes sociais e da Web.

Não que o jornalismo não tenha defeitos e debilidades. Vincamo-lo. Por vezes os meios jornalísticos informam mal e propagam mentiras, embora, raramente, com intenção (os jornalistas são humanos e podem ser manipulados e a falta de dinheiro que aflige o negócio jornalístico diminui a dimensão das redações e constrange os recursos que podem ser mobilizados para a verificação das informações). Certas vezes, os meios mobilizam as redações mais para verificar a veracidade das mensagens (*fact checking*) que circulam na Web, propagadas pelas mais diversas fontes, nem sempre com intenções honrosas e de bem, do que para produzirem a sua própria informação noticiosa. Outras vezes ainda, os meios jornalísticos enveredam por um *jornalismo de causas* que os homogeneiza em relação a certos assuntos e que reduz ou elimina as necessárias práticas de verificação da informação, da busca da verdade e do contraditório (dar voz aos interesses atendíveis em cada caso).

O jornalismo foi, ao longo dos tempos, um elemento do cimento social que contribuiu para dar, pela oferta de referentes simbólicos comuns, um sentido comunitário às sociedades humanas. É um espaço de mediação informativa e especificamente noticiosa que, no mundo ocidental, é altamente regulado; que é, ou tem de ser, responsável, pois é quotidianamente responsabilizado; e que se rege por padrões de independência, profissionalismo e

dignidade. Inversamente, as redes sociais, regidas por algoritmos que facultam a formação de bolhas de indivíduos ideologicamente convergentes e alimentadas quer por humanos, frequentemente a soldo de interesses, quer por robôs, devidamente programados por agentes interessados, dotados de inteligência artificial, autoaprendizagem e capacidade de geração discursiva com linguagem natural, tendem a fragmentar as sociedades e a propagar o banal, a desinformação – mais intensa, agora, com o surgimento do *deep fake*⁸ – e mesmo, admitamos, o ódio, embora muito do que se considera – mal – “discurso de ódio” não seja mais do que uma versão atualizada do insulto político que, por exemplo, campeava na imprensa oitocentista. Por seu turno, os megadados gerados por bilhões de indivíduos na Web e nas redes sociais permitem às corporações e aos estados conhecerem-nos melhor do que cada pessoa se conhece a si mesma⁹.

Vejam os.

A Web aumentou a informação disponível (sobreinformação) e deu a um sem número de entidades e indivíduos isolados a possibilidade de oferecerem conteúdos diretamente aos cidadãos. Daí resultou um cenário de profunda *desordem informativa*. Além disso, os meios jornalísticos tornaram-se, crescentemente, dependentes dos algoritmos dos motores de busca e das redes sociais¹⁰, que se converteram nos principais vetores de acesso às notícias. No que toca ao consumo de informação noticiosa, os indivíduos, por sua vez, exibem, cada vez mais, comportamentos meramente reativos e passivos nas redes sociais, aguardando que as notícias lhes cheguem e contentando-se com as notícias que lhes chegam. Parecem longínquos os

8. Por exemplo, vídeos realistas que colocam personagens reais em situações falsas.

9. Em 2015, rebentou o escândalo Facebook-Cambridge Analytica, quando meios jornalísticos como o *Guardian*, do Reino Unido, e o *New York Times*, dos Estados Unidos, revelaram que a empresa Cambridge Analytica tinha tido acesso ilegítimo ou mesmo ilegal a dados de milhões de usuários do Facebook, que certos políticos, clientes da empresa, usaram para influenciar a opinião e o sentido de voto em vários países, por meio da difusão de mensagens nas redes sociais direcionadas para utilizadores com idêntico perfil (formando uma bolha).

10. Dados de 2020 do Eurostat asseguram que, em Portugal, 63% da população participa em redes sociais, num ranking liderado pela Dinamarca, país onde a percentagem chega a 84%. As redes sociais mais utilizadas em Portugal, em 2020, eram, por ordem, as seguintes: WhatsApp, Facebook, Instagram, Facebook Messenger e Tik-Tok.

tempos em que a generalidade dos indivíduos procurava ativamente notícias e seleccionava os meios jornalísticos da sua preferência.

Instalou-se, em acréscimo, uma crise no modelo de negócio jornalístico, devido à fuga de publicidade para outros meios e plataformas. As grandes plataformas digitais, como o Google, o Facebook, o Instagram, mais recentemente o Tik Tok, sugam, predatoriamente, a publicidade que antes era reservada ao jornalismo. Há mesmo sítios Web para pequenos anúncios – os mesmos que, há alguns anos, tinham a imprensa como destino exclusivo. Para piorar as coisas, o jornalismo tem-se, por vezes, descredibilizado, o que, em parte, se deve à crise financeira que afeta a maioria dos meios jornalísticos, impedindo-os de ter recursos humanos suficientes e experientes para lidar com a desinformação que campeia na Web, e que é necessário verificar, e para produzir informação nova, contextualizada, verificada, aprofundada, contrastada, aberta ao contraditório, em suma, de qualidade. A enorme quantidade de fontes que enxameia a Web, que, inclusivamente, dificulta a conceitualização e delimitação do que é e não é jornalismo e de quem é e não é jornalista, agrava o problema, que, possivelmente, só poderá ser resolvido com regulamentação normativa exigente, que distinga o que é jornalismo e quem é jornalista, nem que seja pela negativa (explicitando o que *não é* jornalismo e quem *não é* jornalista), promova a literacia mediática para todas as faixas etárias e níveis de escolaridade e faculte, eventualmente, apoios públicos aos meios jornalísticos, dado o seu papel fundamental nas sociedades livres e democráticas.

Realisticamente, a Web, se deu novas potencialidades ao jornalismo, como o maior *alcance* potencial das mensagens, também lhe trouxe problemas acrescidos, no quadro da nova *desordem informativa* global.

Os meios jornalísticos perderam o seu papel central enquanto gestores dos fluxos noticiosos, árbitros do que se conhecia e do que se desconhecia. Esse facto é, socialmente, paradoxal, já que, se aumenta o número de vozes que se fazem ouvir, ou que se podem fazer ouvir, pois podem querer fazer-se ouvir sem que haja quem queira escutá-las, também gera um tipo de consu-

mo noticioso desestruturado, não-hierarquizado, esporádico, fragmentado, frequentemente pontuado por irrelevâncias ou falsidades e passivo. Os consumidores esperam que as notícias lhes cheguem, gratuitamente, pelas redes sociais em vez de, ativamente, procurarem os meios jornalísticos para obterem informações. Seguem influenciadores digitais que não estão sujeitos às leis, à ética e à deontologia profissionais dos jornalistas. A audiência pode, assim, ser mais facilmente desinformada e manipulada. Repise-se que os algoritmos dos motores de busca e das redes sociais promovem um consumo informativo “em bolha” que, ao contrário do que sucede nos meios jornalísticos plurais, tende a dificultar o acesso a ideias que desafiem as convicções que cada um tem sobre o mundo.

Por sua vez, o modelo de negócio do jornalismo, nascido na Revolução Industrial, que tem na captação de anúncios publicitários a maior fonte de receita, está em crise, já que os indivíduos e as entidades que pagavam para publicarem anúncios nos meios jornalísticos têm ao seu dispor, na Web, incluindo nas redes sociais, um vasto número de alternativas, quicá mais eficazes e gratuitas¹¹. Difundiu-se, também, a ideia de que o acesso às notícias na Web seria livre e gratuito, apesar de o negócio jornalístico exigir receitas avultadas – as empresas jornalísticas têm de pagar salários, bens e serviços e têm de suportar todas as despesas relacionadas com o processo de produção noticiosa. As partilhas piratas, ilegais e gratuitas de conteúdos jornalísticos nas redes sociais, nomeadamente em grupos formados nas redes encriptadas, como o Telegram, constituem, efetivamente, uma ameaça séria às empresas jornalísticas, cujo investimento na produção de conteúdos deixa de ter retorno, ameaçando a sua saúde financeira e os postos de trabalho dos jornalistas. Surgiram, também, agregadores de notícias que, sem grandes despesas, canibalizam os conteúdos jornalísticos fabricados pelos meios jornalísticos, que, nesta tarefa, investem e mobilizam recursos humanos, materiais e financeiros apreciáveis. Apesar do surgimento de conglomerados no setor mediático, que, teoricamente, tornam mais fortes e resistentes as empresas jornalísticas; apesar de certas empresas jornalísticas serem

11. Relembre-se, no entanto, a velha máxima: se é grátis, a mercadoria és tu!

absorvidas por grupos empresariais de dimensão nacional ou internacional, que diluem os prejuízos da atividade jornalística nos negócios do grupo, a atividade jornalística é, diariamente, desafiada pelo acesso generalizado à Internet (blogues, meios alternativos, influenciadores digitais...) e pelos algoritmos dos motores de busca, sobretudo do Google, e das redes sociais, dos/das quais os meios jornalísticos estão crescentemente dependentes para a conquista de audiências, já que geram tráfego para os seus sítios Web, permitindo-lhes manter o negócio de sempre: financiar a produção de informação jornalística pelas receitas geradas pelos anúncios publicitários.

Com a Web, a imprensa em papel entrou em crise. Tiragens e circulação diminuíram e as receitas também. As crises económicas e a contenção domiciliária provocada pela pandemia de Covid não ajudaram, já que terão contribuído para levar as pessoas a prescindirem da compra de jornais e revistas em papel. É possível que a imprensa tradicional em papel venha a satisfazer somente um nicho de mercado de pessoas mais velhas que cultivem o prazer de manusear jornais e revistas impressos – custando, necessariamente, mais caro do que as versões digitais. Ou que, diferenciando-se das suas versões digitais, os jornais e revistas continuem a subsistir como produtos analógicos de nicho num ecossistema digital. Finalmente, poderão ser apoiados pelos estados, considerando o papel insubstituível que os veículos em papel têm na sociedade, incluindo a sua função de arquivo memorialístico duradouro de interesse relevante para a construção da história pelos historiadores do presente e do futuro, que a volatilidade do digital não consegue garantir.

A televisão inteligente por cabo, o *streaming* e a facilidade de acesso a conteúdos na Internet diminuíram, também, a penetração e influência do jornalismo veiculado pelas televisões generalistas tradicionais. A multiplicação de canais especializados em informação, possibilitada pelo cabo e pela Televisão Digital Terrestre, pouco conseguiu inverter essa tendência. Com menos audiência, operando num espaço concorrencial, as televisões generalistas e mesmo os canais especializados em informação noticiosa atraem menos publicidade. Sem publicidade, as empresas de televisão têm menos

recursos para produzirem bons conteúdos jornalísticos e veem a sua independência ameaçada.

Nas rádios, o cenário de desvalorização da informação jornalística também é acentuado, até porque os canais de entretenimento e música são mais ouvidos do que aqueles que apostam na informação jornalística, apesar do sucesso que fazem os *podcasts*.

Uma outra ameaça trazida pelo digital ao jornalismo é a pirataria informática. Os sistemas informáticos das empresas jornalísticas são, diariamente, expostos a vírus, cavalos de Troia, ataques de *hackers* e outras ameaças.

Mas o jornalismo, em adaptação ao mundo pós-industrial, tem, curiosamente, dado sinais de resistência e adaptação.

O jornalismo é, desde logo, um dos setores da comunicação social mais regulados. A lei dá direitos aos jornalistas e aos meios jornalísticos, mas também lhes outorga deveres e responsabiliza-os. A forte regulação do jornalismo e dos jornalistas credibiliza-os, apesar de, por outra parte, os meios jornalísticos, por vezes, por irresponsabilidade ou por serem intoxicados e manipulados, autodestruírem a relação de confiança com o público e minarem a sua credibilidade.

O jornalismo também tem ido atrás de novas formas de financiamento e de modelos alternativos de negócio e atuação. Explora sinergias entre meios e plataformas. Usa novas tecnologias e linguagens e tira proveito do crescente poder de computação e até da inteligência artificial. Há robôs (*boots*) jornalísticos dotados de inteligência artificial e capazes de gerarem linguagem natural que, normalmente sob supervisão e com intervenção humana, produzem e difundem notícias ou ajudam a produzi-las. Além disso, no léxico jornalístico dos dias de hoje vulgarizaram-se conceitos e práticas novas – jornalismo móvel na produção e no consumo, graças aos *smartphones*¹²; *newsgames*; jornalismo de dados com infografia fixa e animada; realidade

12. Os telefones móveis e a Internet contribuíram, por outro lado, para a sedentarização dos jornalistas e dos processos de produção de informação. Não é preciso sair da redação para se ter acesso às mais variadas fontes de informação.

aumentada; jornalismo imersivo; jornalismo automático robotizado; jornalismo expandido (para as redes sociais, incluindo as recentes, como o Tik Tok, nas quais os meios jornalísticos também marcam presença), etc. Formas clássicas de jornalismo, como o jornalismo literário, têm sido recuperadas. Os meios jornalísticos têm, até, usado a banda desenhada – mesmo na Web – para levarem as notícias a um público mais jovem. Outra opção tem sido a segmentação e especialização da oferta informativa. A segmentação especializada dos *media*, no entanto, se pode significar mais profundidade na produção de notícias sobre assuntos específicos, também pode contribuir para o alheamento dos cidadãos de assuntos importantes mas que caem fora dos seus interesses informativos imediatos. Neste âmbito, é notória a exploração de alguns temas que há muito tempo cativam audiências, como o crime e a vida dos “famosos”, mas também a abertura do jornalismo a novas áreas temáticas: a saúde, o entretenimento e o ócio, o exercício físico, a nutrição, restaurantes e bares, enfim, a qualidade de vida em geral.

As empresas jornalísticas, por sua vez, têm procurado superar a crise no negócio jornalístico, combinando técnicas de marketing e gestão com alterações nas redações e nos processos produtivos. Várias soluções têm sido apontadas, equacionadas ou implementadas para viabilizar economicamente um modelo digital de jornalismo na Web, que vão da recuperação da venda por assinaturas ao *crowdfunding*, passando, igualmente, por opções menos credíveis, como o *brand journalism* (jornalismo sobre marcas).

Há, também, uma crescente pressão sobre os agregadores de notícias, redes sociais e motores de busca para pagarem pelos conteúdos difundidos, quando produzidos pelas organizações jornalísticas. Além disso, os meios jornalísticos têm procurado usar as tecnologias da informação e comunicação em seu favor, para gerarem, diretamente, tráfego para os seus *websites*, por meio de táticas como sejam: a otimização de motores de busca; novas práticas de redação de notícias (sobretudo, de títulos) que incentivem a curiosidade e a partilha nas redes sociais; a hibridização de géneros, formatos e conteúdos; os desafios aos leitores sob a forma de inquéritos, testes e jogos; o envio de *newsletters* que apresentam as notícias disponíveis nos

websites e/ou nas edições em papel, radiojornais e telejornais; e o recurso a aplicações nativas que dão acesso direto de um *laptop*, *smartphone* ou *tablet* a um meio jornalístico. Aumentando o número de acessos aos seus *websites* e obrigando os internautas a consumirem publicidade antes ou durante o acesso aos conteúdos jornalísticos, as empresas jornalísticas podem, com novas táticas, manter o seu modelo tradicional de negócio, captando receitas por meio da inclusão de anúncios publicitários.

As grandes empresas jornalísticas estão, por outro lado, a ser ameaçadas concorrencialmente por pequenos produtores de informação, *prossumidores* de conteúdos, incluindo-se aqui os *influenciadores digitais*, que usam redes sociais, como o YouTube (*youtubers*), e microplataformas, como os *blogues*, para difundirem informação própria e especializada e que, frequentemente, contam com milhões de seguidores. Estes microprodutores de informações conseguem, com uma estrutura leve e, por vezes, nem sequer tecnologicamente sofisticada, gerarem receitas importantes, por meio de patrocínios e publicidade – receitas que não chegam, em consequência, aos grandes meios jornalísticos, que precisam de capital para conseguirem produzir informação de qualidade. Por vezes, os microprodutores informativos até evidenciam mais capacidade do que os meios jornalísticos para usarem, em seu proveito, os algoritmos dos motores de busca e das redes sociais e para captarem a publicidade que seria vital para as empresas jornalísticas. Mas também fracassaram vários projetos que pareciam prometedores e inovadores e que apostaram na captação dos jovens e de públicos que pouco se interessam por notícias recorrendo às redes sociais. Nos Estados Unidos, empresas como a Vice News, que apostou num conteúdo com estética antissistema difundido pelas redes sociais, a BuzzFeed News, que praticou jornalismo de investigação difundido em peças leves desenhadas para serem partilhadas pelas redes sociais, a Vox Media, que seguiu um modelo de explicador noticioso para um público que não consumia notícias com regularidade, cresceram depressa. Mas, em janeiro de 2023, a Vox despediu quase 10 por cento dos trabalhadores; em abril, a BuzzFeed encerrou a sua divisão de notícias, despedindo 60 trabalhadores; em maio, a Vice

News declarou falência, apenas dois anos depois de ter sido avaliada em 5.3 mil milhões de euros. Porquê? Porque embora tenham inovado nos conteúdos, continuaram a financiar-se pela captação de anúncios publicitários; e também porque apostaram num modelo de difusão quase exclusivamente assente nas redes sociais. Ora, as plataformas de redes sociais não só ficam com uma percentagem muito elevada das receitas de publicidade como também detêm todo o poder sobre os seus algoritmos, sujeitando os usuários a mudanças imprevistas – podem, por exemplo, colocar os algoritmos a direccionar as pessoas para outros conteúdos que não as notícias.

Outra ameaça ao jornalismo tradicional vem das plataformas digitais de produção e difusão de informação pelos cidadãos, fenómeno também designado “jornalismo dos cidadãos” ou “jornalismo colaborativo”, entre outras designações. Para combater esse fenómeno e integrar a audiência no processo produtivo, alguns meios jornalísticos têm procurado ir ao encontro do público, incentivando-o a participar, de diversas maneiras, na produção noticiosa (por exemplo, inquirindo as pessoas sobre os temas a cobrir, criando conselhos editoriais com a participação de representantes da audiência ou dando ao público meios de contacto com a redação), fenómeno cunhado como “jornalismo participativo” ou “jornalismo público”.

Em suma, a Internet trouxe oportunidades, mas também ameaças, ao jornalismo. Por um lado, os meios jornalísticos, mesmo os meios locais, têm ao seu dispor uma excelente plataforma para a produção e distribuição mundial de conteúdos jornalísticos hipermédia e de interação com fontes e audiências; por outro lado, não só a concorrência é feroz (concorrência não apenas entre meios jornalísticos, mas também com influenciadores digitais, produtores de conteúdos não jornalísticos, blogues, *sites* informativos e *sites* organizacionais e institucionais que providenciam informação em primeira-mão), como também o consumo de conteúdos jornalísticos depende, crescentemente, dos algoritmos dos motores de busca e das redes sociais e da tirania dos gostos e partilhas, que parece ter-se tornado a medida atual do êxito jornalístico.

No meio disto, reconfigurou-se o trabalho jornalístico. As redações reestruturaram-se, abrindo-se a não jornalistas – nomeadamente a especialistas em comunicação digital e gestão de redes sociais. As rotinas produtivas alteraram-se. A crise que afeta as empresas jornalísticas precarizou o trabalho jornalístico. Os jornalistas, como outros trabalhadores, foram perdendo direitos. A natureza dos contratos de trabalho mudou. Embora haja jornalistas muito bem pagos (a classe é acentuadamente desigual), outros há que ganham muito mal a sua vida. Precaridade, no jornalismo, rima com *proletarização*. Os jornalistas e outros produtores intelectuais são, cada vez mais, novos proletários, sem emprego estável, com salários reduzidos e com poucos direitos sociais. Vão, no entanto, resistindo, inclusivamente encontrando formas diferentes de se organizarem, por exemplo, por meio de cooperativas, e lançando meios jornalísticos alternativos. Mas a situação dos jornalistas, em muitos casos, é aflitiva.

No mesmo cenário, as audiências fragmentam-se. Uma quantidade indesejada de cidadãos abandona o consumo tradicional dos meios jornalísticos, que, mal ou bem, proporciona uma visão panorâmica e estruturada sobre o mundo, sobre os problemas da atualidade e a busca de soluções, e passa a prestar atenção a pacotes de informação que lhes chegam – muitas vezes sobre temas sem relevância social – pelas redes sociais ou por via dos influenciadores digitais que nelas atuam, falando-se, até, da substituição da *economia da informação* pela *economia da atenção*.

Em todo o caso, o jornalismo é relevante para a sociedade e para a democracia e tem resistido às contrariedades. Mas o jornalismo é impotente para lutar só contra o *caos informativo*. Essa responsabilidade deve atribuir-se, em primeiro lugar, aos poderes públicos, nacionais e internacionais, os únicos capazes de implantar uma regulação sólida e eficaz da produção e difusão de notícias e da atividade jornalística a nível global.

Voltemos, agora, ao tema central que nos ocupa – a história do jornalismo. Na narrativa que colocamos à consideração do leitor, enfatizaremos a gênese e desenvolvimento dos meios impressos, pois é a eles que se deve o

jornalismo. A própria denominação da atividade jornalística regista as circunstâncias da sua génese, apelando à ideia de *jornal*¹³, que tem por base, por sua vez, a ideia de *registo da jorna*, ou seja, de *reporte do dia*. No entanto, não deixaremos de lembrar o percurso do fotojornalismo, do cinejornalismo, do radiojornalismo, do telejornalismo e do ciberjornalismo. Lembraremos, também, o papel relevante, talvez mesmo insubstituível, que o jornalismo teve no mundo e o papel que poderá ter, atualmente, num mundo desafiante e de incertezas, em constante mudança, caótico, imprevisível, onde o(s) sistema(s) ameaça(m) colapsar a cada instante, que caminha para a tribalização política, para o individualismo acentuado, para o descrédito das visões coletivas e dos valores fundamentais que asseguram a convivência e para o colapso da ideia de destino comum, no qual o volume de informação em bruto aumenta constantemente, tornando árdua a interpretação do que se passa e dificultando as decisões, num clima de medo e no meio do agravamento do caos climático.

Possa o jornalismo ser uma luz de esperança, propondo aos cidadãos o que sempre, idealmente, propôs – informação noticiosa verificada, estruturada, organizada, hierarquizada, de interesse geral, aberta ao contraditório, guiada pela *intenção de verdade*, que promova a interação entre pessoas informadas e a partilha dos valores e das regras fundamentais para a convivência e para a coesão social.

Jorge Pedro Sousa

Abril de 2024

13. Jornal é um termo que provém do francês *journal*, que significa registo da jornada, ou registo da jorna, portanto, registo do dia. Provém da expressão anterior *papier journal*, que significava um registo escrito a cada dia. A palavra francesa *journal* provém do italiano *giorno* que deriva, por sua vez, do latim *diurnum/diurnus*, também com a forma *diurnae*, que significava diário, de onde provém, igualmente, *diurnalis*, com o mesmo sentido. As *Actae Diurnae* romanas são consideradas por vários historiadores uma espécie de jornal arcaico. (*Jornal*) *Diário* deriva do latim *dies*, ou seja, dia, sendo, portanto, uma publicação que aparece a cada 24 horas.

UM LONGO CAMINHO ATÉ AO PERIODISMO

Na sua essência, o jornalismo é uma representação discursiva de factos e ideias notáveis e singulares da vida humana, construída por determinados agentes, para se contar ou mostrar a outrem. Por outras palavras, o jornalismo é uma representação da vida humana, na sua diversidade de vivências e ideias. Assim, pode dizer-se que o jornalismo vai buscar a sua origem mais remota aos tempos imemoriais em que os seres humanos começaram a transmitir informações e novidades singulares e notáveis e a contar histórias, quer por uma questão de necessidade (nenhuma sociedade, mesmo as mais primitivas, conseguiu sobreviver sem informação), quer por entretenimento, quer ainda para preservação da sua memória para gerações futuras (o que, simbolicamente, asseguraria a imortalidade). Algumas pinturas rupestres, por exemplo, são testemunhos iconográficos deixados pelos nossos ancestrais sobre acontecimentos relevantes da sua vida quotidiana, embora possam ter tido outras finalidades, artísticas ou mesmo místicas e mágicas.

A alvorada das civilizações transformou a humanidade. Ocorreram, entre outros, os seguintes fenómenos:

1. Sedentarização das populações nómadas, devido às práticas agrícolas e à pastorícia;
2. Fundação das primeiras cidades, como Jericó, devido à sedentarização, o que gerou uma nova forma de vida e convivência – a vida urbana;
3. Início das trocas regulares de bens dentro das cidades e entre as cidades, o que origina o comércio;

4. Advento da escrita, devido, provavelmente, às necessidades comerciais de registo dos bens trocados e às necessidades administrativas das primeiras cidades¹;
5. Fundação, na Mesopotâmia, dos primeiros “estados”, alguns somente uma cidade e regiões limítrofes, outros agrupando várias cidades sob uma liderança unificada, como ocorreu na Suméria, o que incentiva a escrita (registos, códigos, documentos administrativos, memórias...) e a comunicação;
6. Surgimento dos primeiros impérios (Império Acadiano², Assírio, Babilónico, Persa, Macedónio, Parto, Romano...), o que promove a comunicação e as trocas comerciais, mas também gera guerras de conquista e expansão, que detonam uma consequente avidez por informação, ao mesmo tempo que alimentam histórias, algumas delas transmitidas de geração em geração até aos dias de hoje, como sucedeu com as obras fundadoras da literatura ocidental – a *Ilíada* e a *Odisseia*;
7. Desenvolvimento da civilização helénica, determinante para a civilização ocidental;
8. Advento e cultivo das artes, da literatura, da filosofia, da retórica, do direito, da historiografia, da etnografia e da geografia humana levam a humanidade a entrar num período de enriquecimento cultural, técnico, “científico” e cívico, nomeadamente na Grécia e em Roma, e contribui para a fixação de cânones expressivos e de temas do que viria a ser o discurso jornalístico;
9. Surgimento das primeiras grandes religiões, como o Judaísmo e, mais tarde, o Cristianismo, e aparecimento e desaparecimento de outras, como o Paganismo Greco-Romano.

1. Provavelmente, os primeiros instrumentos de registo terão sido pedras de vários tamanhos, de que se encontraram vários exemplares em explorações arqueológicas. A notação figurada dessas várias pedras em placas de argila, o que diminuía o peso e facilitava o arquivo e o transporte da informação, terá iniciado a escrita, ou a “pré-escrita”.

2. O Império Acadiano é considerado o primeiro da história, tendo subsistido entre cerca de 2334 e 2154 a.C.

Figura 1. Fragmento com escrita cuneiforme sumério-acadiana e fragmento com escrita egípcia.



Fonte: fotos dos originais.

Com a invenção da escrita, vários atos administrativos começaram a ser registados. Os escribas egípcios, por exemplo, faziam esses registos, conforme se pode observar nos achados arqueológicos (quer de registos em si, quer de imagens em que se observam escribas a registar, por exemplo, as colheitas).

Outra transformação gerou-se na arte de transmitir informação e novidades e de preservar a memória histórica. Quando, na Mesopotâmia, a escrita substituiu a tradição oral no registo da memória dos povos, cerca de 3500 anos a. C.³, a pré-história converteu-se em história. “Foi essa transmissão de dados por meios externos, não biológicos, que permitiu à espécie humana dominar o mundo e ser uma população em aumento exponencial” (Hawking, 2002, p. 165). Foi também o aparecimento da transmissão de dados por meios externos que veio a permitir, muito depois, o aparecimento do jornalismo.

A comunicação concorreu, assim, para a alvorada das primeiras civilizações. Na Antiguidade, os coevos, usando a escrita, começaram a registar – por vezes misturando-os com mitos e lendas – acontecimentos relevantes do seu tempo que, dando um sentido de continuidade histórica à sua existência, ajudaram a explicar o seu lugar no mundo. Testemunham-no os múltiplos indícios que deixaram, como sejam os registos sobre a vida da corte e os atos dos faraós, no Egito, o *Poema* ou *Epopéia de Gilgamesh*, na Mesopotâmia, a *Íliada*, na Grécia, e alguns dos livros bíblicos do *Antigo Testamento*.

1.1 A invenção da literatura e os seus contributos para a génese de estruturas discursivas jornalísticas

Pode dizer-se que, historicamente, o primeiro grande fenómeno que contribuiu para fixar a matriz do que veio a ser o jornalismo proveio dos antigos gregos. Aliás, é graças aos gregos e, posteriormente, aos romanos, que temos hoje em dia a Civilização Ocidental. (Somos filhos de Atenas e de Roma!)

O milénio anterior ao nascimento de Cristo foi, para os gregos, o milénio de ouro da sua civilização. A Grécia, enriquecida com o comércio, a agricultura e a pastorícia, ajudada pelo clima e por um modo de vida propiciador de vidas longas e saudáveis, gerou a filosofia, viu surgir a democracia ateniense e o primeiro sistema jurídico digno deste nome (configurador dos modernos estados de direito), cultivou a retórica, fez brotar do tronco-comum da filosofia

3. Pelo menos, os mais antigos registos de que temos conhecimento e que podem ser considerados “escrita” datam do IV milénio a. C.

as primeiras ciências, entre as quais a história e a geografia, e cultivou as artes (a *Ilíada* e a *Odisseia* terão sido elaboradas entre os séculos IX e VIII a. C.).

A retórica, ligada à política e ao direito, a literatura, a historiografia e os relatos geográficos e etnográficos foram alguns dos contributos dos antigos gregos para a fixação, muitos séculos depois, dos *valores e formas de agir* dos jornalistas, bem como para a definição dos *formatos* e dos *conteúdos* jornalísticos, ou seja, para a fixação das *estruturas típicas das matérias jornalísticas e dos temas abordados pelo jornalismo*.

Se excluirmos obras menores⁴, as primeiras grandes manifestações literárias foram os poemas épicos *Ilíada* e *Odisseia*, de Homero⁵, que documentam a passagem de uma “literatura oral” a uma “literatura escrita”. Conforme comprovam os achados arqueológicos no espaço da antiga Tróia, possivelmente ambas as obras indiciam factos reais, nomeadamente uma pequena guerra entre gregos (aqueus) e troianos, embora esses factos estejam, nas duas obras, abundantemente mascarados pelas lendas, pela religião e pelo mito. Aliás, o propósito principal de Homero (ou de quem cantou e escreveu as obras) não terá sido registar factos históricos, mas, provavelmente, divulgar uma história, exaltando a intervenção dos deuses na vida humana, e entreter públicos. A *Ilíada* e a *Odisseia* são, inclusivamente, um repositório de alguns dos mitos e lendas que terão permitido aos antigos gregos, disseminados por várias cidades-estado, darem sentido à sua existência coletiva e considerarem-se como povo possuidor de uma identidade comum. De qualquer modo, e no que respeita à influência da literatura grega fundacional na génese do jornalismo (e mesmo descontando que ambas as obras, na sua essência, relatam um facto real, propósito do jornalismo contemporâneo), é notório que na *Ilíada* e na *Odisseia* se encontram já alguns esquemas de narração e enunciação similares aos atuais modelos jornalísticos de enunciação e que os temas de que ambos os poemas tratam (vidas de heróis famosos,

4. Como o mesopotâmico *Poema* ou *Epopéia de Gilgamesh* [também se usa a grafia Gilgamés] ou os registos histórico-biográficos das vidas dos faraós inscritos nas paredes dos túmulos do Antigo Egipto.

5. É possível que Homero não tenha existido e que a *Ilíada* e a *Odisseia* tenham resultado da imaginação de um sem número de autores que declamaram poemas sobre a Guerra de Tróia e a epopeia de Ulisses e a viagem de Eneias ao longo dos tempos, até à fixação da forma definitiva de ambos os textos, mas, para efeitos deste livro, esse facto é irrelevante.

combates, diálogos entre pessoas famosas...) são temas igualmente presentes no jornalismo contemporâneo. A literatura clássica fixou, assim, como dissemos, alguns dos cânones expressivos futuros, cânones esses que, provavelmente, refletem, inclusivamente, os modelos de enunciação próprios da “literatura oral” anterior.

Observe-se, primeiro, a noção de *lead* e a sua concretização na *Ilíada*.

Um *lead* é um parágrafo-guia, um parágrafo que, devido às suas características, está indicado para iniciar um enunciado (jornalístico ou não jornalístico). No relato homérico, a primeira frase de cada secção do relato, normalmente, é construída de maneira a ter impacto e importância, prefigurando aquilo que, três milénios mais tarde, os americanos e britânicos designaram por *lead*. Assim, um *lead* jornalístico não é mais do que uma reinvenção, readaptação e aperfeiçoamento de uma estrutura literária e retórica ancestral para fomentar o interesse por uma história.

Por exemplo, começar a narração de uma história por “Este jovem morrerá ao amanhecer” (*cit. in Casasús, Ladevéze, 1991, p. 15*), como fez Homero, significa antecipar a acção, começando pelo mais importante, o que constitui um indício da utilização de uma espécie de *lead* na literatura de há três milénios. A própria *Ilíada* começa, no canto I, com a frase memorável e impactante “Canta, ó deusa, a raiva funesta de Aquiles, filho de Peleus, que trouxe um incontável sofrimento aos aqueus e que precipitou no Hades muitas almas valorosas de heróis, presas de cães e abutres (...)!”⁶, que também se aproxima da noção de *lead*, quer por aportar informação (ficamos a saber que muitos morreram por causa da cólera de Aquiles), quer pela interpelação que faz, quer ainda pelo recorte estilístico, que potencia a sua beleza plástica e o seu impacto. É de referir, aliás, que se encontram inúmeros exemplos de *leads* na literatura clássica. Por exemplo, na obra *A Guerra de Alexandria*, presumivelmente da autoria de Júlio César (séc. I a. C.), o narrador também começa o relato com uma frase de impacto que descreve

6. Tradução livre adaptada, a partir de original em inglês, em prosa. Tendo em conta as intenções didáticas deste livro, optou-se pela tradução de originais em prosa, mais fáceis de ler e compreender, e não em verso.

factos relevantes: “Uma vez começada a guerra de Alexandria, César fez vir toda a frota de Rodas, da Síria e da Cilícia. De Creta fez vir os arqueiros e os cavaleiros que estavam com Malco, rei dos nabateus” (*cit. in Casasús, Ladevéze, 1991, p. 16*). Só depois o narrador explica, detalhadamente, como é que César deslocou as tropas para Alexandria.

Vejamos, seguidamente, a estrutura típica do *relato homérico*. Segundo Casasús e Ladevéze (1991, pp. 14-20), no relato homérico começa-se por enunciar os aspectos mais relevantes da acção que vai ser narrada (abrindo, normalmente, conforme referido acima, com uma espécie de *lead*); seguidamente, faz-se a narração exaustiva dos factos, normalmente por ordem cronológica, mantendo o interesse do leitor com a narração periódica de pormenores interessantes e importantes; finalmente, remata-se o relato, de novo com aspetos importantes da ação ou, então, com uma frase conclusiva cujo estilo a releve entre as demais. Essa estrutura é uma das estruturas usadas na reportagem (Fernandez Parrat, 2001, pp. 151-152, p. 162) Um bom exemplo poderá ser dado pela própria estrutura geral da *Iliada*, obra que começa, no canto I, com a frase impactante “Canta, ó deusa, a raiva funesta de Aquiles, filho de Peleus, que trouxe um incontável sofrimento aos aqueus e que precipitou no Hades muitas almas valorosas de heróis, presas de cães e abutres (...)!”, a que se segue o relato do que aconteceu (a Guerra de Tróia até à morte do líder troiano Heitor e os preparativos para o conflito), concluindo com a evocação da cerimónia fúnebre do nobre herói troiano Heitor, coroadada com a frase final, marcante pela sua beleza plástica e carácter evocativo, “E assim celebraram as honras de Heitor, domador de cavalos!”⁷.

Vários cantos da *Iliada* seguem, no geral, a estrutura do relato homérico. Mas outros apresentam ligeiras variações na estrutura. Por exemplo, conforme já se disse, o canto I começa com a frase atrás citada (“Canta, ó deusa, a raiva funesta de Aquiles, filho de Peleus, que trouxe um incontável sofrimento aos Aqueus e que precipitou no Hades muitas almas valorosas de heróis, presas de cães e abutres (...)!”), à qual se seguem vários diálogos, como os diálogos entre

7. Tradução livre de original em inglês, em prosa.

o herói guerreiro grego Aquiles e o rei grego Agamémnon sobre a expedição contra Tróia. Mas o canto I conclui-se com uma leve evocação da intervenção divina na história humana: “Mas quando a fúlgida luz do sol chegou ao ocaso, os deuses recolheram-se aos seus palácios (...). Zeus Olímpico, fulminador, encaminhou-se para o leito onde costumava dormir quando o doce sono o vencia. Ao seu lado descansou Hera, a do áureo trono.” Esta última frase do canto I, que serve, principalmente, para fazer a ponte com o Canto II, narra algo muito menos importante do que a fúria de Aquiles, que tanto sofrimento causou. Assim, pode dizer-se que o canto I da *Ilíada* evolui de um aspecto importante e interessante para um pormenor algo desinteressante e pouco importante para a história, o que corresponde, grosso modo, a um modelo da retórica e da literatura clássicas de estruturação textual gradativa, designado, segundo Casasús e Ladevéze (1991, pp. 14-20), por modelo da *força decrescente*.

Num segundo exemplo da *Ilíada*, o canto XII começa com a informação mais relevante, antecipando, pela primeira vez, o final da Guerra de Tróia, progredindo, depois da narração de vários combates singulares, para uma *informação-força*, a do desencadear de uma incursão troiana nas defesas gregas. Esse canto obedece, simultaneamente, à estrutura do relato homérico (já que a narração de um combate, no final do canto, tem alguma força), e à estrutura da narração por *força decrescente*, já que a escaramuça narrada no final não tem a importância da antecipação do resultado da guerra, conforme se pode constatar lendo-se o seguinte excerto do mesmo:

[Início do canto XII] (...) acometiam-se confusamente troianos e gregos. A eles não haveria de conter nem o fosso nem o alto muro. (...) Levantado o muro contra a vontade dos imortais deuses, não haveria de subsistir muito tempo.

Enquanto viveu Heitor, Aquiles esteve irritado e a cidade do rei Príamo não foi expugnada (...) mas quando morreram os mais valentes, a cidade de Príamo foi destruída no décimo ano e os gregos embarcaram para regressar à sua pátria.

(...)

[*Final do canto XIII*] (...) enquanto uns [troianos] assaltavam o muro, os gregos refugiavam-se nos navios e produziu-se um grande tumulto.⁸

De algum modo, o modelo de estruturação e disposição textual da *força decrescente* corresponde, embora, para o caso, imperfeitamente⁹, à técnica jornalística da pirâmide invertida (técnica em que as informações são, gradativamente, dispostas da mais importante e interessante, colocada no início do texto, para a menos importante e interessante, que aparece no final do texto). Pode, assim, sustentar-se que a estrutura textual da pirâmide invertida, que passa por ser uma invenção do jornalismo norte-americano, é, essencialmente, uma reconversão e um aperfeiçoamento de uma estrutura enunciativa da retórica e da literatura antigas, adaptada à difusão de notícias pelo telégrafo (séc. XIX) e pelos meios impressos. É claro que a *técnica* da pirâmide invertida, tal como é usada no jornalismo noticioso contemporâneo, não é o resultado de uma importação simples de um modelo enunciativo da literatura e da retórica. Pelo contrário, trata-se de uma *técnica profissional* que foi aprimorada pelos jornalistas, em particular pelos jornalistas de agência, no estilo e na forma, mas não é, de forma alguma, uma “técnica sem memória”. Leia-se o seguinte exemplo contemporâneo de aplicação da técnica da pirâmide invertida à difusão noticiosa de informações, observando-se que o jornalista também progrediu, gradativamente, do mais importante para o menos importante:

O ministro das Finanças anunciou, hoje, que a inflação desceu, este ano, para 1,9 por cento, enquanto a taxa de desemprego desceu para 6,8 por cento.

Bagão Félix, que intervinha num almoço com empresários, na sede da Associação Empresarial de Portugal (AEP), em Matosinhos, salientou, ainda, que a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) se cifrou em 3,5 por cento, “bastante acima da média de crescimento do PIB na União Europeia”.

8. Tradução livre a partir de original inglês, em prosa.

9. “Imperfeitamente” porque no corpo do relato não se assiste à nítida preocupação de ordenar os elementos por ordem decrescente de importância. Em suma, com exatidão apenas se pode dizer que o início do canto é mais forte do que o final, o que, todavia, é suficiente para dizer que o canto progride do mais importante para o menos importante.

“O relançamento da atividade produtiva apoiou-se nas exportações de material de transporte e de bens de equipamento e beneficiou da recuperação das exportações de têxteis, sapatos, cortiça e enlatados”, esclareceu o governante.

O titular da pasta das Finanças sublinhou que o crescimento do PIB se deveu, também, ao investimento na construção civil e ao aumento do consumo privado.

Para Bagão Félix, “a melhoria dos indicadores de confiança dos consumidores, o crescimento das exportações, o aumento do investimento e a recuperação dos níveis de emprego e de produção confirmam a natureza sustentada da fase ascendente do atual ciclo económico”.

O ministro das Finanças visita, hoje à tarde, a Faculdade de Economia do Porto, onde intervirá no I Encontro Luso-Galaico de Estudantes de Gestão.

Se a literatura clássica nos deu, genericamente, a estrutura do relato por *força decrescente*, também nos deu o inverso, o modelo da *força crescente*, ou da *pirâmide*, comum nas novelas e romances (começa-se por um pormenor de pouca importância para se atingir o mais importante, o clímax da ação, no final), mas também em alguns textos jornalísticos, designadamente em certas reportagens. O canto XIV da *Ilíada*, por exemplo, apresenta-se com uma força crescente. Esse canto começa com a narração de um pormenor (Nestor bebia quando ouviu uma algazarra), mas termina com factos importantes, uma enumeração de quem matou quem:

[*Início do canto XIV*] Nestor, se bem que estivesse a beber, não deixou de ouvir a gritaria. (...)

(...)

[*Final do canto XIV*] Aiante Telamónio, o primeiro, feriu Hírtio Gírtiada. Antíloco fez perecer Falces e Mérmero, despojando-os logo das armas. Meriones matou a Moris e Hipoteon tirou a vida a Proteu e Perifetes, e o troiano feriu Hiperenor no ventre, o bronze atravessou-lhe os intestinos,

a alma saiu pressurosa pela ferida e a obscuridade cobriu os olhos do guerreiro. E o veloz Aiante, filho de Oileo, matou muitos, porque ninguém o igualava a perseguir guerreiros aterrorizados quando Zeus os punha em fuga.¹⁰

O exemplo a seguir inserido, contemporâneo, exemplifica o recurso à técnica da *força crescente*, ou seja, da *pirâmide*, no jornalismo noticioso actual:

A mulher saiu para ir às compras. O marido estava a trabalhar. A temperatura atingia 38 graus.

Em casa, os três filhos ficaram trancados a ver televisão, o que era habitual, pois a casa era pequena e compartilhada com outra família, com quem as relações atravessavam uma fase difícil.

João, Sofia e André provavelmente nem se aperceberam de que tinha ocorrido um curto-circuito no frigorífico.

Quando os bombeiros chegaram ao local, em Gondomar, perto do Porto, já nada havia a fazer. O calor tinha acelerado o incêndio.

A habitação ardeu e os três irmãos morreram carbonizados. Tinham 3, 5 e 7 anos.

Apesar das variantes acima registadas, a forma privilegiada de relato na literatura clássica, também usada no jornalismo moderno e contemporâneo, foi, contudo, a *cronológica (modus per tempora)*. Por exemplo, no miolo de alguns dos cantos da *Ilíada* opta-se por uma narração cronológica, como acontece no final do canto XXIV:

O ancião Príamo disse ao povo:

– Agora, troianos, trazei lenha para a cidade e não temais nenhuma emboscada (...), pois Aquiles, ao despedir-se de mim nos negros navios, prometeu-me não causar-nos dano até que chegue a duodécima aurora.

10. Tradução livre a partir de original em prosa em inglês. Os nomes nem sempre têm correspondência no português, o que tornou a sua tradução difícil.

Deste modo lhes falou. Prontamente, as pessoas da cidade, com carros de bois e mulas, reuniram-se fora das muralhas. Durante nove dias juntaram lenha em abundância, e quando pela décima vez despontou Eos, que traz a luz aos mortais, com os olhos cheios de lágrimas puseram o cadáver do audaz Heitor no alto da pira e deitaram-lhe fogo.

Assim que se descobriu a filha da manhã, congregou-se o povo em torno da pira do ilustre Heitor. E quando todos estavam reunidos, apagaram a pira. Seguidamente, os irmãos e os amigos, gemendo e com as lágrimas a escorrerem-lhes pelas faces, recolheram os brancos ossos e colocaram-nos numa urna de ouro, envoltos num fino tecido púrpura. Depositaram a urna na sepultura, que cobriram com muitas e grandes pedras, amontoaram a terra e ergueram o túmulo. Tinham colocado sentinelas por todos os lados, para vigiar se os aqueus, de formosas grevas, os atacavam. Levantado o túmulo, regressaram à cidade. Reunidos, depois, no palácio do rei Príamo, aluno de Zeus, celebraram o esplêndido banquete fúnebre.

E assim celebraram as honras de Heitor, domador de cavalos!

O modelo cronológico de narração esteve e está presente na técnica e na arte de relatar factos e contar novidades, sendo comum nas crónicas medievais e nas folhas noticiosas volantes, bem como nos primeiros periódicos noticiosos. Por exemplo, no seguinte excerto da *Crónica dos Godos* (séc. XII) narra-se a batalha de Ourique, travada pelo primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, contra os mouros (repare-se na invocação do auxílio de Deus, no final, que mostra que na Idade Média a historiografia se tinha, novamente, vestido com as influências míticas e metafísicas de que Tucídides e outros historiadores clássicos a tinham – provisoriamente – expurgado):

Era de 1177: a 25 de julho, na festa de São Tiago Apóstolo, no undécimo ano do seu reinado, o mesmo rei D. Afonso travou uma grande batalha com o rei dos sarracenos, de nome Esmar, num lugar que se chama Ourique. Efectivamente aquele rei dos sarracenos, conhecendo a coragem e a audácia do rei D. Afonso, e vendo que ele, frequentemente, entrava na terra dos sarracenos, fazendo grandes depredações, e vexava gran-

demente os seus domínios, quis, se fazê-lo pudesse, travar batalha com ele e encontrá-lo incauto e despercebido em qualquer parte. Por isso, uma vez, quando o rei D. Afonso com o seu exército entrava por terra dos sarracenos e estava no coração das suas terras, o rei sarraceno Esmar, tendo congregado um grande número de Mouros de além-mar que trouxera consigo e daqueles que moravam aquém-mar, no termo de Sevilha, de Badajoz, de Elvas, de Évora, de Beja e de todos os castelos até Santarém, veio ao encontro dele para o atacar, confiando no seu valor e no grande número do seu exército, pois mais numeroso era ainda pela presença aí das mulheres que combatiam à laia de amazonas, como depois se provou por aquelas que no fim se encontraram mortas. Como o rei D. Afonso estivesse com alguns dos seus acampado num promontório, foi cercado e bloqueado de todos os lados pelos sarracenos de manhã até à noite. Como estes quisessem atacar e invadir o acampamento dos cristãos, alguns soldados escolhidos destes investiram contra eles (sarracenos), combatendo valorosamente, expulsaram-nos do acampamento, fizeram neles grande carnificina e separaram-nos. Como o rei de Esmar visse isto, isto é, o valor dos cristãos, e porque estes estavam preparados mais para vencer ou morrer do que para fugir, ele próprio se pôs em fuga e todos os que estavam com ele, e toda aquela multidão de infiéis foi aniquilada e dispersa quer pela matança quer pela fuga. Também o rei deles fugiu vencido, tendo sido preso ali um seu sobrinho e neto do rei Ali, de nome Omar Atagor.

Com muitos homens mortos também da sua parte, D. Afonso, com a ajuda da graça de Deus, alcançou um grande triunfo dos seus inimigos e, desde aquela ocasião, a força e a audácia dos sarracenos enfraqueceu muitíssimo.¹¹

No exemplo do século XVII a seguir inserido, extraído do *Mercúrio Português*, também se regista a observância de um modelo de relato que se pode classificar como cronológico (os factos são narrados por ordem cronológica):

11. Grafia adaptada ao português contemporâneo.

No mês de maio passado deixámos o condestável de Castela, novo governador e capitão-general da Galiza, formando um exército com o fervor de novo governador e ministro, contra o parecer dos seus cabos de guerra mais experimentados, que por vezes têm provado o fruto que se tira de vir às mãos [batalhar] com os portugueses. Finalmente, depois de deixar as suas praças guarnecidas, pôs em campanha catorze mil infantes [soldados de infantaria], seis mil deles pagos [divididos] em nove terços¹², oito mil milicianos, alguns de boa qualidade, entre mil e seiscentos e mil e setecentos cavaleiros, em quarenta e quatro esquadrões, com muitos carros e gado, muito biscoito e farinhas, [tropas] prevenidas [equipadas] com vagar e conduzidas por mar, e por terra, de várias partes.

O conde de Prado, governador das nossas armas em Entre-Douro-e-Minho, pôs-se também em campanha para a defesa, com dois mil infantes pagos, entrando neles um terço [corpo de tropas] que lhe veio de Trás-os-Montes, e com dois mil e quatrocentos auxiliares e mil e cem cavaleiros, de cujo número trezentos também de Trás-os-Montes. A presença necessária nas praças, contra cada uma das quais o inimigo poderia acometer, não deixou mais gente livre. E o número excessivo de castelhanos não espantou [assustou] os nossos soldados.

Fez o exército inimigo várias marchas para diversas partes. E o nosso também, prevenindo os intentos que poderia haver nelas. Até que de Forcadella se foi o inimigo a ocupar os altos sobre a Tamugem. Entendendo o conde do Prado que [o inimigo] intentava sobre a praça da Guarda [La Guardia], que no ano passado lhe tomámos na Galiza, lançou ponte no [rio] Minho com pressa de tomar quartel sobre eles. E bastou esta notícia para o inimigo desfazer as tendas, com que já estava bem aquartelado, e tornar a Forcadella, de onde havia saído.

(...)

12. O terço era um corpo de tropas.

Resoluto enfim a não ver a cara de quem lhe fizesse oposição, [o capitão-general da Galiza] despediu [mandou] o mestre de campo general D. Baltazar Pantoja, com três terços de infantaria pagos, quatro milicianos e trezentos cavaleiros (...) pela parte de Montalegre, contra a província de Trás-os-Montes (...). Diogo de Brito Coutinho, mestre de campo general daquela província, que a está governando, fez recolher [as tropas] com todo o cuidado que lhe foi possível e meteu em Chaves coisa de duzentos cavaleiros. Entrou o inimigo [em Portugal] no domingo onze deste mês e foi destruindo os lugares abertos e aldeias que encontrou (...) matando a sangue frio os lavradores indefesos e usando barbaramente das crueldades ordinárias dos castelhanos, quando se acham com alguma superioridade sonhada. Em treze deu uma vista à praça de Chaves, onde os poucos nossos lhe saíram briosos. E encontrando-se os batedores de ambas as partes, se travou a escaramuça, de modo que foi necessário ao inimigo carregar com todo o seu grosso de cavalaria e ainda ali não fez mais do que matar-nos quatro cavaleiros e ferido cinco ou seis soldados e feito prisioneiro o capitão de cavaleiros António de Sousa Pereira, pelo intrépido valor com que avançou. Voltou a eles o capitão Manoel da Costa de Oliveira e debaixo de todo o risco o libertou. A artilharia da praça fez muito dano [ao inimigo] e da nossa cavalaria o receberam também grande. E atemorizados com isto seguiram [procuraram] outra rota (...). Foram assolando alguns lugares, até que aos catorze deram sobre Santo Estêvão, que o sargento-mor de auxiliares António de Azevedo Rocha procurou defender com duas companhias auxiliares do distrito de Vila Real, dos capitães Manoel Pereira e André Correia, que pelejaram com notável esforço, até serem cortados pela cavalaria, e investidos por todas as partes, padeceram muitas mortes e feridos, sendo levados prisioneiro os capitães. O sargento-mor recolheu-se com alguns soldados e gente da terra à torre de Santo Estêvão, onde pelejou três horas porfiadamente [valentemente], rejeitando o partido [rendição] e aceitando da segunda por ser impossível a defesa. Mas não guardaram os castelhanos o

prometido, mataram alguns na entrada, e ao sargento-mor deram três feridas mortais. (...). (*Mercúrio Português Com as Novas do Mês de Julho do Ano de 1666*)¹³

Finalmente, como prova da tese aqui defendida, o seguinte exemplo, contemporâneo, evidencia, excluindo o *lead*, a sobrevivência do *modus per tempora* (narração cronológica) no jornalismo atual:

O F. C. Porto teve, ontem, e mais uma vez, o triunfo nas mãos e voltou a deixá-lo fugir, consentindo o empate do Marítimo (2-2) quando ninguém imaginaria, aos 87 minutos. Isto depois de uma reviravolta-relâmpago, em dois minutos, e numa altura em que o seu adversário jogava com dez. (...)

O encontro não podia começar da melhor maneira para os da casa, pois logo aos sete minutos Manduca abriu o activo. Lance simples a que a defesa portista não se conseguiu opor. Livre de Mancuso e o brasileiro a cabecear de costas para a baliza, com Baía sem reflexos para sustentar a bola. Mais um golo de bola parada. O costume. Foi uma vantagem que se justificava ao intervalo, pois os maritimistas foram sempre a equipa mais agressiva, canalizando o seu jogo pelos flancos. A lição do Artmedia foi bem aprendida pelo novo técnico Bonamigo. E o 2-0 esteve para acontecer, quando Manduca, endiabrado, se isolou e depois de passar Baía – que esteve na origem do lance, por deficiente reposição de bola – atirou ao poste, quando se gritava golo. O F. C. Porto foi mais pressionante, mas o seu futebol carecia de objectividade, dada a primorosa actuação defensiva do adversário. No segundo tempo, Paulo Assunção rendeu Diego, pouco esclarecido, mexendo assim Adriaanse na formação-base (foi a mesma da partida europeia). As substituições do técnico holandês desta vez foram diferentes e acertou em cheio. A entrada de Lisandro, por troca com Quaresma rendeu, precisamente, o golo do empate, aos 74 minutos. Depois, num contra-ataque exemplar, César Peixoto deu

13. Grafia adaptada ao português contemporâneo.

a reviravolta ao marcador, Isto em dois minutos. O futebol de ataque dava frutos, numa altura em que Adriaanse jogara o tudo por tudo, trocando um defesa, Bruno Alves, por um avançado, Hugo Almeida. O jogo endureceu e Sergipano seria expulso, mas isso não impediu a sua equipa de chegar à igualdade, num remate frontal de Marcinho. E os maritimistas acabariam, mesmo, por ficar reduzidos a nove elementos com o vermelho a Valnei. Aliás, os protestos de Bonamigo levaram Duarte Gomes a expulsar o técnico.¹⁴ (Arnaldo Cafôfo, *Jornal de Notícias*, 3 de Outubro de 2005)

Em conclusão, pode dizer-se que muitos dos conteúdos e formatos do jornalismo contemporâneo se encontram já na literatura de há milénios.

1.2 Contributos da historiografia e de outras modalidades de relato para a génese do jornalismo

É possível afirmar que o jornalismo está ligado à história, pois historiografia e jornalismo estão associados. Os resumos historiográficos feitos pelos povos antigos acerca dos factos notáveis da sua vida quotidiana e das façanhas dos seus reis são dispositivos que, de algum modo, contribuíram para o jornalismo séculos depois. O jornalista terá substituído o historiador-cronista na tarefa de elaborar a historiografia, focando-se, no entanto, nas singularidades atuais e notáveis do quotidiano e não nos processos históricos de longa duração. O jornalista atual poderá, eventualmente, preocupar-se mais com a elaboração de uma crónica sobre a multifacetada vida quotidiana, enquanto o historiador atual poderá preocupar-se mais com a estruturação das fases da história e com o esclarecimento das grandes forças e conjunturas que determinaram as causas e consequências dos acontecimentos, mas a historiografia e o jornalismo têm as suas raízes comuns na época em que fazer história se traduzia, essencialmente, por redigir uma espécie de crónica, ou resumo, dos acontecimentos notáveis, para arquivo e memória futura. Aliás, por participarem na construção de versões da história, jor-

14. A estrutura da reportagem aqui inserida não é totalmente cronológica, mas sim *lead* de impacto (com a informação mais importante) + cronologia do evento.

nalista e historiador cultivam idênticas qualidades e valores profissionais, como a preocupação pela fidelidade aos factos e a intenção de verdade.

A invenção da historiografia parece ter sido quase concomitante à invenção da escrita. Desde o alvorecer das civilizações históricas que os povos procuraram registrar, para memória futura, os acontecimentos notáveis da sua vida, em especial as façanhas dos seus líderes. São muitos os exemplos que podem ser dados. Chegou até nós o registo de uma façanha militar do rei Nabopolassar, da Babilónia, do século VII a. C: “Aniquilei a Assíria, converti as terras hostis em destroços e ruínas. Fiz retroceder os assírios, que desde tempos antigos impuseram a todos os povos um pesado jugo, que levaram a dor a todos os povos da terra. Destruí o seu jugo”. Nos túmulos faraónicos também aparecem registados relatos das vidas e façanhas dos faraós. Os escribas egípcios, tal como os cronistas babilónios e de outros povos antigos, registavam os principais acontecimentos que ocorriam nos respectivos países. Uma estela funerária de um rei moabita, de cerca de 890 a. C., descreve guerras entre moabitas e israelitas. Nos mármores de Paros gravaram-se, cerca de 263 a. C., os acontecimentos de maior importância da história grega e das colónias gregas na Itália, começando várias centenas de anos antes. Em Roma, os mármores Capitolinos e os Fastos Consulares conservaram para a posteridade os nomes dos cônsules, dos censores e de vários outros magistrados romanos, bem como os nomes dos triunfadores (generais honrados com o Triunfo nas ruas de Roma), até à época do imperador Tibério. Uma placa de mármore encontrada em Óstia, antigo porto de Roma, conserva o registo de várias notícias da época de Trajano: a construção de monumentos, obras públicas, uma homenagem pública à irmã do imperador, etc. Uma enorme quantidade de nomes e datas consta, também, desse registo.

Os primeiros relatos historiográficos, contudo, apresentam-se, quase invariavelmente, contaminados com os mitos e lendas fundacionais que deram identidade e sentido à vida coletiva dos nossos antepassados. Assim, a transição da pré-história para a história trouxe até ao presente alguns relatos escritos que se podem considerar, simultaneamente, como literários, místicos e historiográficos, mas também pré-jornalísticos, no sentido em que

evidenciam quanto o jornalismo contemporâneo é um produto da história. Por exemplo, na *Bíblia* narram-se, figurativamente, alguns episódios da história judaica, em alguns casos ocorridos vários séculos antes da nossa era, num enquadramento e estilo que podemos considerar como literário e religioso, mas também como “historiográfico” e “jornalístico”, quer devido à estrutura do relato, quer devido à indiciação de acontecimentos singulares reais e notáveis, com fins de difusão e arquivo da informação, ainda que os relatos tivessem sido produzidos, normalmente, anos depois dos eventos neles relatados (o que não acontece no jornalismo). A estrutura desses relatos e, em algumas passagens, o seu estilo, também são semelhantes à estrutura e estilo de algumas notícias contemporâneas. Leia-se, por exemplo, o capítulo 36, versículos 11 a 21, do *Segundo Livro das Crónicas*, em que se narra a destruição do Templo em Jerusalém pelos exércitos do rei babilónio Nabucodonosor. Trata-se de um relato de um acontecimento real, embora misturado com alusões religiosas, que abre com uma espécie de *lead* (quatro frases fortes interligadas com informação relevante), progredindo, depois, para o clímax, a narração da destruição do Templo, num estilo mais factual, o que reflete uma estrutura piramidal, importada da literatura “escrita”, a qual, por sua vez, a terá ido buscar à “literatura oral”:

Sedecias tinha vinte e um anos quando começou a reinar e reinou onze anos em Jerusalém. Fez o mal aos olhos do Senhor seu Deus e não se humilhou diante do profeta Jeremias que lhe viera falar da parte do Senhor. Revoltou-se contra o rei Nabucodonosor, ao qual jurara fidelidade, em nome de Deus. Endureceu a sua cerviz, tornou inflexível o seu coração e não se converteu ao Senhor, Deus de Israel.

Todos os chefes dos sacerdotes e o povo continuaram a multiplicar as suas prevaricações, imitando as práticas abomináveis das nações que o Senhor consagrara para Si, em Jerusalém. O Senhor, Deus dos seus pais, enviara-lhes constantemente mensageiros para os admoestar, pois queria perdoar ao Seu povo e à Sua própria Casa; mas eles escarneceram dos Seus conselhos e riram-se dos Seus profetas até que a ira de Deus caiu sobre o seu povo sem remédio.

Então Deus enviou contra eles o rei dos caldeus que no próprio santuário mandou matar os seus jovens, sem poupar adolescentes nem donzelas, ancião nem mulher de cabelos brancos. O Senhor entregou tudo nas suas mãos. Nabucodonosor tirou todo o mobiliário do Templo, os objectos grandes e pequenos, os tesouros do Templo do palácio real e dos chefes e levou-os para a Babilónia. Incendiaram o Templo, destruíram as muralhas de Jerusalém, queimaram os seus palácios e todos os tesouros foram destruídos.

Nabucodonosor levou cativos para a Babilónia, todos os que escaparam à espada, e teve-os ali como escravos dele e dos seus filhos, até ao advento da dominação persa.

Obviamente, a narração bíblica não é um relato puramente historiográfico, embora faça referência a um acontecimento real, a destruição do Templo de Jerusalém pelos exércitos de Nabucodonosor. Trata-se, antes de mais, de uma narrativa lendária e mítica, destinada não só a reforçar a fé no Deus hebraico, mostrando a intervenção divina na história humana, mas também a dar aos judeus mais um elemento suscetível de contribuir para explicar a sua existência e o seu modo de vida. Todavia, o excerto bíblico acima inserido indicia que algumas formas noticiosas (narração cronológica, no exemplo acima) e dos conteúdos (ações dos governantes e guerras, no exemplo acima) presentes no jornalismo dos dias de hoje se encontram já em relatos antigos.

Na maior parte dos casos, perderam-se os relatos historiográficos das primeiras civilizações que cultivaram a escrita (egípcios, babilónios, mesopotâmicos, assírios, etc.), apesar de termos conhecimento de aspetos sua história por fontes posteriores. No entanto, como acontece na *Bíblia*, em especial no *Antigo Testamento*, conforme se pode verificar no excerto atrás inserido, muitos desses escritos historiográficos iniciais destinavam-se quer a registar factos, quer a apresentar e fixar os mitos fundacionais das próprias civilizações, justificando-as ao seu próprio olhar e dando-lhes um quadro simbólico e coletivamente referencial de explicação do mundo. Por isso, nem sempre a verdade histórica era respeitada, mesmo que os

relatos indiciassem acontecimentos singulares reais e notáveis. Pelo contrário, muitas dessas primeiras narrativas de perfil historiográfico tendiam a engrandecer os governantes e os feitos de cada momento, a denegrir os inimigos, a cruzar-se com lendas, mitos e religião. O *Antigo Testamento*, por exemplo, tal como é visível no exemplo atrás comentado, procura demonstrar, perpetuamente, a influência divina na história de Israel.

Foi necessário esperar pelos antigos gregos para chegarmos a uma historiografia mais factual, e neste sentido mais “jornalística”, afastada das lendas, da religião e dos mitos, elaborada com intenção de verdade, com cânones expressivos importados da literatura, nomeadamente a exposição cronológica (*modus per tempora*).

Além de nos ter legado a literatura como hoje a concebemos e conhecemos, a civilização helénica foi também, efectivamente, a primeira responsável pela alteração da forma de narrar e fixar para a posteridade os acontecimentos relevantes do passado e do presente, influenciando, por esta via, futuramente, a génese e desenvolvimento do jornalismo moderno e contemporâneo, ao qual deu valores, incluindo os valores centrais da *busca da verdade* e da *fidelidade ao facto e à evidência*, e modelos de ação, como a análise dos factos sociais despida de mitos.

A historiografia grega, desenvolvida a partir do século V a. C., foi a primeira a ser elaborada com intenção de verdade, respeitando os factos históricos e separando-os das lendas, dos mitos e da religião, o que se pode observar, por exemplo, nos escritos de autores como Tucídides (o “primeiro repórter”, autor da *História da Guerra do Peloponeso*) e Xenofonte (o “primeiro enviado especial”, autor de *Anábase de Ciro* e *A Retirada dos Dez Mil*). É de realçar, inclusivamente, que, no domínio historiográfico, os antigos gregos criaram as *Efemérides* (*Ephemēris*¹⁵), registos dos grandes acontecimentos da pátria comum helénica que eram disseminadas nas várias cidades-estado, cumprindo, simultaneamente, as funções de preservação dos factos históricos e

15. o grego ἐφημερίς, que significa “diário” ou “jornal”, no sentido de “registo da jorna”, que deu origem ao termo latino *ephemeris*, com idêntico significado, e a “efeméride”, no português atual, significando acontecimento importante que merece ser evocado ou celebrado numa determinada data.

de transmissão de novidades à distância (difusão de notícias). Algumas das informações que temos sobre os triunfadores nos Jogos Olímpicos Antigos, por exemplo, devem-se às *Efemérides*.

Heródoto foi, ao que tudo indica, o primeiro a construir uma história de acontecimentos passados com alguma fidelidade aos factos e com intenção de desvendar as causas dos acontecimentos. Ele tentou elaborar uma história dos conflitos entre a Grécia e a Pérsia, ocorridos mais de um século antes. No entanto, Heródoto não teve a percepção de que seria necessário fazer uma crítica das fontes para construir uma história “verdadeira” dos acontecimentos passados. Por isso, acabou por contaminar a sua história com exageros, inexatidões, lendas e mitos. Embora Cícero se tenha referido a Heródoto como “o pai da história”, há versões de que, antigamente, também lhe terão chamado “o pai das mentiras”. Ele descreve, por exemplo, formigas do tamanho de raposas, uma raça de pessoas calvas desde a nascença, outra com pés de cabra e outra ainda só com um olho. Por outro lado, Heródoto atribui, inconsistentemente, as causas dos conflitos entre gregos e persas aos lendários raptos de mulheres de parte a parte e não à rivalidade entre dois poderes crescentes e expansionistas. Também relevante da mistura entre religião, história e mito na *História* de Heródoto é o espaço concedido pelo autor ao peso do Oráculo de Delfos na decisão do rei Cresos em combater o rei persa Ciro. Segundo Heródoto, Cresos terá decidido combater Ciro após o Oráculo de Delfos lhe ter assegurado que um grande império desapareceria na contenda. Cresos estava confiante de que seria o de Ciro, mas aquele que desapareceria seria o seu. Ora, provavelmente as palavras de Heródoto são verdadeiras, no sentido de que Cresos terá, possivelmente, consultado o Oráculo, opção natural para um grego daquela época, mas Cresos também não teria hipóteses de fugir ao conflito com Ciro, dada a expansão, em curso, do império persa.

Apesar de tudo, na *História* de Heródoto encontram-se passagens que revelam desejo de fidelidade aos factos e um estilo próximo do atual estilo jornalístico. Heródoto descreveu, assim, a célebre batalha das Termópilas, em que umas centenas de espartanos, com tropas auxiliares helénicas, conseguiram, suicidariamente, atrasar o imenso exército persa, dando aos

gregos a possibilidade de se organizarem na retaguarda para, posteriormente, rechaçarem o invasor, o que veio a suceder (repare-se, já, na importância dada às citações, como ocorre no jornalismo atual):

Os gregos consultaram-se para decidir como poderiam retardar o conflito e em que lugares. A opinião prevalecente foi a de que deveriam guardar a passagem das Termópilas e que a frota deveria seguir para Artemísia, pois estes lugares são próximos, permitindo a cada força saber como a outra se comportava.

Nas Termópilas, do lado poente está uma montanha intransponível (...) e do lado da estrada para o sopé fica o mar.

(...) O líder do exército grego foi o espartano Leónidas (...)

Os helenos nas Termópilas, quando o exército persa se aproximou da passagem, tiveram medo e começaram a discutir uma retirada (...). Mas Leónidas (...) votou ficarem ali e enviarem mensageiros às restantes cidades para enviarem ajuda, pois os helenos eram demasiado poucos para fazerem frente aos persas.

Enquanto estavam a discutir estas coisas, Xerxes enviou um explorador (...) para saber quantos eram os gregos e o que estavam a fazer (...). O explorador viu alguns homens exercitando-se nus e outros arranjando o cabelo. (...) Ele partiu sem ser molestado (...).

Regressando, ele contou a Xerxes tudo o que tinha visto. Quando Xerxes o escutou, não entendeu a realidade, que os espartanos estavam a preparar-se para serem mortos ou matar tanto quanto poderiam. Para ele [os espartanos] estavam a fazer coisas risíveis. Ele mandou procurar Demaretos (...) e perguntou-lhe sobre essas coisas, desejando saber o que os espartanos estavam a fazer, e ele disse: “Já ouviu de mim (...) sobre estes homens, mas, ouvindo, riu de mim (...). Mas ouça outra vez: Esses homens vieram combater-nos (...) e é para isso que se estão a preparar (...). E fique sabendo isto: Se vencer esses homens e a força que restar

em Esparta, não haverá outra raça de homens, ou reis, que se oponha a si quando levantar a sua mão. Mas por agora tem à sua frente a melhor realza e cidade de todas as helénicas, e os melhores homens.¹⁶

Tucídides, ao contrário de Heródoto, virou-se para a narração historiográfica de um passado mais próximo de si (a Guerra do Peloponeso), confundindo-se mais a sua função com a dos atuais jornalistas. Ele teve, assim, uma vantagem relevante sobre Heródoto, já que podia falar de acontecimentos que ele próprio tinha presenciado anos antes ou com testemunhas dos mesmos. No entanto, Tucídides foi também o primeiro a descartar-se dos deuses para explicar o curso da história, o primeiro a avaliar as fontes com espírito crítico para ponderar a sua credibilidade e ainda o primeiro a atribuir com clareza os motivos de um acontecimento histórico à ação dos homens, quando apontou como principal razão para a guerra entre Atenas e Esparta o medo desta perante o aumento do poderio ateniense e não as razões que os espartanos e atenienses esgrimiam. Pode dizer-se, assim, que Tucídides foi o primeiro a procurar debaixo da superfície das causas enunciadas por diferentes fontes as causas reais dos factos históricos. A partir de Tucídides, lendas, mitos e religião deixaram de fazer parte da historiografia, ou, pelo menos, da historiografia que enformou as ciências históricas contemporâneas.

Crítica às fontes

Vê-se com que negligência a maioria das gentes procura a verdade e como elas acolhem como verídicas as primeiras informações que lhes chegam.

(...)

A minha investigação foi penosa porque aqueles que assistiram aos acontecimentos não os contavam de igual modo, falando deles segundo os interesses do seu partido ou segundo a volubilidade das suas lembranças. (Tucídides, I, pp. 20-22).

16. Tradução livre a partir de original em inglês.

Análise da sua produção historiográfica e do acontecimento narrado

Deve-se olhar os factos como estabelecidos com precisão suficiente, à base de informações nítidas, embora considerando que ocorreram em épocas remotas. Assim, apesar dos homens estarem sempre inclinados, numa determinada guerra, a julgá-la maior, e depois que ela terminar voltarem a admirar os acontecimentos anteriores, ficará provado (...) que a presente guerra terá sido mais importante do que qualquer outro acontecimento no passado. (Tucídides, I, pp. 20-22).

Narração de factos

Os templos nos quais se haviam alojado estavam repletos de cadáveres daqueles que morriam dentro deles, pois a desgraça que os atingia era tão avassaladora que as pessoas, não sabendo o que as esperava, tornavam-se indiferentes a todas as leis, quer sagradas, quer profanas.

De um modo geral a peste introduziu na cidade pela primeira vez a anarquia total. Ousava-se fazer com maior naturalidade e abertamente aquilo que antes só se fazia ocultamente. (Tucídides, II, pp. 52-53).

As causas da guerra

A causa autêntica [da Guerra do Peloponeso], ainda que não referida abertamente, foi, a meu juízo, a expansão do poder de Atenas e o alarme que isso provocou em Esparta, que se viu obrigada a declarar-lhe guerra. (Tucídides, I, p. 23)

Encontramos a mesma fidelidade de Tucídides ao facto histórico e à verdade na narrativa da epopeia de Alexandre Magno e dos seus generais-herdeiros da autoria de Calístenes de Olinto, bem como, posteriormente, nos historiadores romanos (especialmente entre o século I a. C. e o século III d. C). O seguinte exemplo de Diodoro Sículo sobre o líder lusitano Viriato é elucidativo, evidenciando quanto a historiografia romana e a grega influenciaram o jornalismo:

Os lusitanos, carecendo ao princípio de um chefe apropriado, apresentaram-se aos romanos como fácil presa na sua luta; mais tarde, quando tiveram Viriato por chefe, infligiram grandes reveses aos romanos. Este era, por certo, um dos lusitanos que viviam junto ao mar oceano e, sendo pastor desde criança, viveu habituado à vida na montanha (...). Acostumou-se a comer pouco, fazendo muitos exercícios, a dormir apenas o necessário e, resumindo, inseparável das suas armas e mantendo lutas com feras e ladrões, tornou-se famoso entre o seu povo, sendo eleito seu chefe (...). Saindo vitorioso nos combates, fez-se admirar pelo seu valor e gozou, também, fama de excelente general (...). Nunca se mostrou como um bandido, mas como um chefe, e lutou contra os romanos, vencendo-os em muitas batalhas.

(...)

Audax, Ditalco e Minuro, da cidade de Urso, vendo que o grande prestígio de Viriato estava sendo corroído pelos romanos, temeram por si mesmos e decidiram prestar aos romanos um favor mediante o qual pudessem obter a sua própria segurança (...). Sabendo que Viriato estava ansioso por acabar com a guerra, prometeram-lhe que convenceriam Cipião a firmar um acordo de paz se os enviasse como embaixadores para negociar o fim da luta. Como o chefe o consentisse de muito bom grado, apresentaram-se ante Cipião e facilmente o persuadiram que lhes concedesse garantia de segurança mediante a promessa de que assassinariam Viriato. Tendo dado e recebendo essa garantia, regressaram prontamente ao acampamento. Depois de anunciar que tinham convencido os romanos no referente à paz, deram a Viriato enormes esperanças (...). Viriato acreditou neles, mercê da amizade, [mas estes] depois de entrarem durante a noite ocultamente na sua tenda, mataram Viriato com golpes certos de espada, escaparam rapidamente do acampamento e, valendo-se de caminhos intransitáveis pela montanha, chegaram salvos ao encontro de Cipião.

Um outro exemplo que pode ser considerado pré-jornalístico, embora também se correlacione com a história, a antropologia, a etnologia e a geografia humana, encontra-se nas obras dos primeiros autores a descreverem os usos e costumes dos povos. As narrativas *Anábase de Ciro* e *A Retirada dos Dez Mil*, de Xenofonte, são um primeiro exemplo de descrição mista historiográfica e etnográfica, datando do século IV a.C. Em ambas, dá-se, pela primeira vez, a conhecer a um povo, o grego, os feitos e costumes de outro, o persa, pelo que Xenofonte, que relata muitas das coisas que presenciou, pode ser considerado uma espécie de “primeiro enviado especial” e “repórter”. Leiam-se dois excertos, o primeiro da *Anábase de Ciro* e o segundo de *A Retirada dos Dez Mil*:

Estamos inclinados a pensar que para um homem (...) é mais fácil governar sobre todas as outras criaturas do que governar sobre os homens. Mas quando refletimos sobre a existência de Ciro, o Persa, que reduziu à obediência um vasto número de homens, cidades e nações, somos compelidos a mudar a nossa opinião e decidir que governar os homens pode ser uma tarefa nem impossível nem sequer difícil, desde que alguém o saiba fazer com inteligência. Em todos os momentos, sabemos que as pessoas obedeceram a Ciro, mesmo quando alguns estavam a vários dias de distância dele, enquanto outros estavam a vários meses e outros ainda sabiam que nunca o veriam. No entanto, todos desejavam ser seus súbditos.

Mas nada disto é surpreendente, tão diferente ele era dos outros reis, seja dos que herdaram os tronos dos seus pais, seja dos que os obtiveram pelos seus esforços. O rei síctio, por exemplo, nunca será capaz de estender o seu domínio a outra nação (...); também o rei trácio com os seus trácios, o ilídio com os seus ilídios, e todas as outras nações. Mas Ciro encontrou as nações da Ásia independentes da mesma maneira e, começando apenas com um pequeno grupo de persas, tornou-se líder dos medos pelo seu total consentimento e dos hircadianos pelo seu; então conquistou a Síria, a Assíria, a Arábia, a Capadócia, a Lídia, a Fenícia e a Babilónia. Ele também reinou sobre a Bactria, a Índia e a Cilícia (...) e várias outras nações. Ele juntou aos seus domínios os gregos asiáticos e descendo até ao sul acrescentou Chipre e o Egípto ao seu império.

Ele governou todas essas nações (...) pelo medo que inspirava, pelo terror que atingia todos os homens, que nunca tentavam desafiá-lo.

(...)

Acreditando que a este homem se deve admiração, tentámos investigar quais as suas origens, as suas qualidades naturais e a educação que teve (...).

(...)

Ciro convocou os seus pares e disse: “Meus amigos, quando vos vi equipados e preparados do coração para enfrentar o inimigo (...) tive medo de que, menos em número e desacompanhados, poderiam falhar ao combaterem um largo número de inimigos (...).

Vocês levam para a batalha homens (...) que têm armas como as nossas, mas roubar os seus corações é a vossa tarefa, porque o dever de um oficial não se esgota em mostrar-se corajoso, ele também precisa de cuidar que os seus homens sejam tão corajosos quanto possível.

Depois de fazerem as libações e de cantar o hino, dois trácios subiram, primeiro, ao estrado e começaram uma dança ao som da música de uma flauta, saltando alto, mas levemente, e usando os seus sabres. Finalmente, um atingiu o outro, como toda a gente pensou, e o segundo homem caiu, agilmente. Os paflagónios começaram a chorar. Então, o primeiro homem (...) saiu a cantar (...), enquanto outro trácio levou o dançarino caído, pensando que estava morto. Na realidade, ele não tinha sido ferido. Depois disto, alguns (...) levantaram-se e começaram a dançar a carpátia sob as armas. A dança é assim: Um homem está a semear com um arado puxado por bois, os seus braços pendentes para um dos lados, e vira-se frequentemente, como alguém com medo. Um ladrão aproxima-se. À medida que o semeador vê o ladrão a aproximar-se, levanta os braços e dirige-se ao ladrão e luta com este para salvar a junta de bois e

o arado. Os dois homens fazem tudo isto ao ritmo da música da flauta. Finalmente, o ladrão atinge o semeador e leva-lhe os bois e o arado. Algumas vezes, o semeador fere o ladrão e amarra-o atrás dos bois.

Depois disto, um mísio veio transportando pequenos escudos em cada mão, e num momento da sua dança executa uma pantomina quando dois outros homens convergem para ele. Então, ele usa os escudos contra um antagonista, e novamente roda e dança, executando saltos mortais, enquanto segura os escudos nas suas mãos (...). Finalmente, ele dança a dança persa, fazendo chocar os escudos um com o outro, descendo e subindo, sempre ao som da música da flauta. Depois dele, os mantineus e alguns dos arcádios (...) marcharam ao som marcialmente ritmado das flautas (...) como fazem na sua procissão em honra dos deuses. Então, o mísio (...) persuadiu um dos arcádios que tinha uma dançarina a emprestar-lha, vestindo-a da melhor maneira possível e emprestando-lhe um pequeno escudo. E ela dançou a pírrica com graça. Então houve um grande aplauso (...).

É, principalmente, na época romana, que a abordagem etno-histórico-geográfica da realidade, que mais tarde influenciaria o jornalismo, se irá solidificar. Observe-se, por exemplo, o seguinte excerto do terceiro livro da *Geografia* de Estrabão, descrevendo os lusitanos (embora sempre com a preocupação de justificar o domínio de Roma):

A norte do rio Tejo fica a Lusitânia, a terra da maior das tribos ibéricas, que foi combatida pelos romanos durante muito tempo. O lado sul da Lusitânia forma-o o Tejo; os lados oeste e norte, o oceano; o lado leste, Carpetanos, Vetões e Calaicos (...). Umhas trinta tribos habitam o território entre o Tejo e os Ártabros. Apesar de o território ser rico em frutos e gado, ouro, prata e outros metais, a maior parte dos habitantes, deixando de viver da terra, viviam do roubo e em guerra permanente (...), até que os romanos acabaram com isto, sujeitando-os e transformando a maior parte das cidades em povoados não fortificados (...).

Os lusitanos são muito inclinados a sacrifícios e examinam as entranhas, mas sem as extraírem (...). Também cortam as mãos dos prisioneiros e dedicam as direitas aos seus deuses (...). Tomam as suas refeições sentados, tendo bancos de pedra dispostos em redor dos muros. Dão a presidência aos de mais idade e categoria social. Lançam do alto dos rochedos os condenados à morte e apedrejam os que mataram seus pais. Casam-se como os gregos.

Roma sucedeu à Grécia no cultivo das artes, da filosofia, da retórica (o sistema jurídico romano foi o mais relevante do mundo antigo) e da política (não devendo ser esquecido que, durante o período republicano, Roma foi governada por um sistema “democrático”). Enquanto na Antiga Grécia o espaço público se configurava metaforicamente na *Ágora*, praça central onde os cidadãos podiam discutir racional e livremente a governação e os negócios, em Roma o espaço público estruturava-se, simbolicamente, em torno do *Fórum*, centro cívico da cidade.

Na Roma antiga, eram afixadas ou escritas em paredes ou ainda em tabuinhas mensagens que simultaneamente se podem considerar “jornalísticas” e “publicitárias”. Por exemplo, chegou até nós a seguinte notícia: “Foi crucificado o escravo Mitrídates por ter blasfemado”¹⁷.

As cartas, trocadas, essencialmente, entre as elites, foram, também, uma forma de contar o que se passava a quem estava longe. Nos tempos do Império Romano, a excelente rede de estradas imperiais permitiu a institucionalização de um sistema de correios, o que gerou um assinalável fluxo de correspondência. Cícero, o famoso político, advogado e orador dos finais da República Romana, recebia cartas de vários amigos, algumas das quais registou para a posteridade. Numa delas, por exemplo, o seu amigo Caelius escrevia: “Paula Valeria, a irmã de Triarius, divorciou-se do marido sem invocar qualquer razão, no mesmo dia em que ele regressou da sua província. Ela vai casar-se com Domício Brutus e devolveu todo o seu guarda-roupa.”¹⁸

17. Museu Arqueológico, em Roma.

18. Cicerón. *Cartas*. Col. Clásicos en Galego. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia/Editorial Galaxia, 1996, 87.

Esta carta documenta que, por volta de 50 a. C., as coscuvilhices mundanas já eram consideradas “notícias”, isto é, singularidades notáveis do quotidiano atual. O jornalismo cor-de-rosa contemporâneo não corresponde, assim, mais do que uma reinvenção e publicitação de notícias menores que sempre interessaram à humanidade. Noutra carta, em que, subjetiva e impressivamente, mistura relatos pessoais e políticos, prefigurando duas das temáticas do jornalismo contemporâneo, ademais muitas vezes mescladas, Cícero conta ao seu amigo Ático:

No dia 4 de agosto saí de Dirráquio, no mesmo dia em que se propunha a lei sobre mim. Cheguei a Bríndisi no dia 5. Ali estava a aguardar-me a minha Túlia [esposa de Cícero], justamente no dia do seu aniversário, que casualmente era o mesmo do aniversário da colónia de Bríndisi (...). No dia 13 de agosto, estando eu ainda em Bríndisi, soube, por uma carta do meu irmão Quinto, que a lei fora aprovada nos comícios das centúrias com o maravilhoso entusiasmo de gente de todas as idades e todas as classes, chegada de toda a Itália em incrível afluência. Logo, distinguido pelos habitantes de Bríndisi com as mais altas honras, comecei uma viagem em que me encontrava com delegados que vinham de toda a parte felicitar-me. (...) No dia (...) 5 de setembro, dei graças no Senado. Durante os dois dias seguintes produziu-se uma extremada subida no preço dos alimentos e grupos de gente correram (...) para o Senado e começaram a berrar, a instâncias de Clódio, que eu tinha culpa na escassez de trigo. Naqueles dias, o Senado debatia sobre os abastecimentos e para a gestão destes chamou-se Pompeu – coisa por que ele mesmo ansiava (...). No dia seguinte, o Senado estava completo, e todos os consulares estavam ali. Nada negaram a Pompeu do que ele lhes pediu. (...) Os cônsules redigiram uma lei na qual concediam a Pompeu, durante cinco anos, o controlo sobre os abastecimentos de trigo em todo o mundo.¹⁹

19. Cícero. *Cartas*. Col. Clásicos en Galego. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia/Editorial Galaxia, 1996, 116.

As cartas, exemplificadas pela de Cícero, foram, durante muitos anos, o instrumento privilegiado para a transmissão de informações à distância.

Pode dizer-se, assim, que o aparecimento e desenvolvimento do género epistolar também contribuiu, a par do aparecimento da literatura e da historiografia, para a fixação dos cânones expressivos, estruturas textuais, temas e finalidades do jornalismo contemporâneo.

1.3 As *Atas* romanas

O Império Romano não teria, provavelmente, subsistido tanto tempo sem dispositivos relevantes de comunicação. Aliás, comunicar era uma ocupação romana relevante. No direito e na política, a retórica, nomeadamente na sua vertente da oratória, foi cultivada e admirada. Os *praeco pregoneros* e os *subrostanti* apregoavam e comentavam o que havia de novo e era notável, ou seja, as notícias, no fórum romano. Mas na esfera da comunicação pública na Antiga Roma devem destacar-se as *Atas Diurnas*.

As *Atas Diurnas* (*Actae Diurnae*), também conhecidas por *Actae Diurna Populi Romani* (*Atas Públicas*, ou *Diurnas*, ou *do Dia*, ou *Diárias do Povo Romano*), *Atas Urbanas* ou ainda *Diurnálias*, estudadas, entre outros, por Victor Le Clerc (1838) e Mastino (1978)²⁰, eram um registo de singularidades de cada

20. Nas obras de Mastino e de Victor Le Clerc referidas no corpo do texto são feitas várias referências a textos clássicos que remetem ou parecem remeter para as *Atas* e são mesmo transcritos alguns fragmentos das *Atas* que chegaram aos nossos dias. Algumas *Atas* foram citadas pelos autores clássicos. Por exemplo, Suetónio, sobre a vida de Júlio César, escreveu: “Inito honore, primus omnium instituit, ut tam Senatus quam *populi diurna acta* conficerentur et publicarentur”. Uma citação de Cato, extraída de um texto de Aulus Gellius, parece indicar que as *atas* do Senado eram secretas até Júlio César as ter tornado públicas. Os escritos clássicos referidos por Leclerc (1838) e Mastino (1978) também indiciam que a *Acta Publica* era publicada diariamente antes do consulado de César. Cícero, por exemplo, numa carta citada pelos autores, refere-se às *atas* dizendo que as mesmas eram afixadas nas *tabulae publicae*. Noutro exemplo, Sempronius Assellio distingue os *Anais* das *Diaria*, comparando estas às *ephaemeris* (*Efemérides*) gregas (constituindo este um dos indícios históricos da existência das *Efemérides*). Servius regista, por seu turno, que os *Anais* registavam os mais importantes acontecimentos de cada dia, mas, segundo as interpretações de Le Clerc (1838) e Mastino (1978), aparentemente confundiu-os com as *Atas*, que cedo tomaram o lugar dos *Anais*. Asconius Pedianus, um estudioso de Cícero do tempo do imperador Cláudio, cita várias passagens das *Atas Diurnas* sobre aspetos da vida política e judicial. Suetónio regista, também, que quando António ofereceu a César a coroa de Roma, durante as festividades conhecidas por Lupercais, César ordenou-lhe que esse ato fosse registado na *Acta Populi* (que também era um registo historiográfico), sendo seguro, pelas cartas de Cícero, que António, pelo menos, inseriu o facto no calendário religioso (*Fasti*). Suetónio regista, igualmente, que os imperadores Augusto e Tibério censuraram as *Atas* e que Nero diminuiu o controlo sobre as mesmas. Le Clerc (1838), por exemplo, anotou que o imperador Tibério impediu que as *Actas* mencionassem o nome de um arquiteto que se notabilizou por ter recuperado um monumento que ameaçava ruir. Francisco Rui Cádima (1996, p. 81) acrescenta: “Na literatura clássica que nos chegou

dia, ou seja, de cada *jornada*, ou *jorna*. *Jornal* provém, etimologicamente, de *jorna*²¹. Um jornal é, etimologicamente, um registo da jorna, ou do dia, tal como o foram as *atas diurnas* romanas.

As *Atas Diurnas* surgiram em Roma, presumivelmente no século II a. C. (possivelmente em 131 a. C.) e inseriam notícias do dia. Magistrados, escravos e funcionários públicos ficaram encarregues da tarefa de recolher informações, redigir e afixar as *Atas* (ou de as copiar para suportes como o papel), podendo ser considerados os “primeiros jornalistas”. As *Atas* eram depois recopiadas (sempre sob forma manuscrita), vendidas e expedidas por oficinas especializadas que disso faziam o seu negócio. É possível, aliás, que tenha havido particulares a produzirem e venderem as suas próprias atas, pois as fontes clássicas revelam que, a dado ponto, o que se publicava nas atas fugiu do controlo do Estado Romano.

Pela mesma época, terá circulado uma ata sobre os procedimentos administrativos e atos legislativos do Senado (*Acta Senatus*), presumivelmente elaborada por um pretor, auxiliado por escravos públicos. Porém, esta última *Ata*, provavelmente, era confidencial, sendo que o povo apenas tomava conhecimento das deliberações dos senadores (*Senatus Consultum*), seus governantes, quando o Senado entendia que deviam ser levadas ao conhecimento da generalidade da população.

da Roma Imperial, encontram-se diversíssimas referências às *Actas*, à sua circulação por cópias e inclusive às leituras de delas se faziam “ao fim da tarde no lago Curtius”. Plínio leu nelas o afogamento de um cão no Tibre por não abandonar o corpo do dono. Plínio, o Moço, pedia a um amigo que lhe mandasse cópias das *Atas* da cidade. Séneca deplorava o facto de as mulheres “ostentarem os seus divórcios nessas folhas linguarudas”. Tibério mandava inserir nos diários tudo o que se dissesse dele para se vingar depois, segundo rezam as crónicas.” É possível, face a esses indícios, que tivesse mesmo havido, na Antiga Roma, editores particulares de atas, com os seus próprios *diurnarii*, como se de uma empresa jornalística se tratasse.

21. *Jornal* é diretamente proveniente do francês *journal*, que significa “o trabalho ou o trajeto feito num dia”, que, por sua vez, provém do latim *diurnum*, que significa “feito durante o dia”, proveniente de *dies*, “dia”. *Jornal*, do francês *papier journal*, significa folha de registo diário, folha de registo do dia, portanto, folha de registo da jorna.

Figura 2. Fragmento de uma *Ata Diurna* conservada por gravação em pedra.



Fonte: foto do original.

Os romanos tinham ainda um outro registo historiográfico, reservado, exclusivamente, para o registo dos grandes acontecimentos que afetavam a cidade e o império: os *Annalis* do Colégio dos Pontífices (*Annalis Pontificum*). Esses *Annalis* foram instituídos algures durante o período republicano, vários séculos antes de Cristo (talvez com o advento da República Romana, em 509 a. C.).

Possivelmente, tinham duas versões: uma secreta (*Comentarii Pontificum*) e outra pública (*Annalis Maximi*). Os *Anais* deste último tipo eram afixados na frente da casa do Sumo Pontífice, seu redator, sobre um *álbum* (tábua branca), para serem conhecidos pela população, pelo que também ficaram conhecidos por “tábuas brancas” (ou seja, *álbum*), registando os acontecimentos e respectivas datas importantes para a história de Roma, constituindo uma espécie de *anuários*. Os *Anais* foram, posteriormente, absorvidos pelas *Atas Diurnas*, que, ao registarem, quotidianamente, os acontecimentos “noticiáveis” da vida da cidade e do império, esvaziaram os *Anais* da sua finalidade.

Cerca de 59 a. C., Júlio César teve a feliz ideia de tornar públicas as *Atas do Senado*, com os resumos das sessões, mandando-as afixar nas *tabulae publicae*, colocadas nas portas dos templos do Fórum e noutros locais. As *Atas do Senado*, que coexistiram com as *Atas Diurnas* até terem sido, possivelmente, absorvidas pelas segundas (tal como terá acontecido com os *Anais pontifícios*), podem ser consideradas uma espécie de antepassadas dos diários oficiais da actualidade, como o *Diário da República*.

A *Acta Diurna Populi Romani*, afixada periodicamente nas *tabulae publicae* e recopiada para suportes de papiro e pergaminho, funcionava, assim, simultaneamente, como uma espécie de *jornal* e *registo historiográfico*, em particular a partir do consulado de Augusto (século I). Em determinados períodos, as *Atas* teriam mesmo tido uma periodicidade diária.

Após permanecerem afixadas durante alguns dias (quando funcionavam como jornal de parede), provavelmente as *Atas* eram retiradas, encadernadas (seriam feitas de propósito para poderem ser encadernadas) e arquivadas.

Os escribas públicos das oficinas do estado e os editores privados faziam cópias das *Atas* para serem enviadas para as províncias, para governadores, funcionários e mesmo subscritores privados que, afastados de Roma por motivos de serviço público, negócios ou vida privada, gostavam de se manter a par do que acontecia na sede do império.

Além das *Atas Diurnas*, existiriam no Império Romano vários outros tipos de *atas*. Em alguns casos eram simples registos, mas noutros quase se podem assemelhar aos atuais jornais especializados, devido aos comentários e análises que inseriam sobre temas específicos. Entre essas *atas* contabilizam-se a *Acta Civilia* (também designada por *apographai*), que continha dados de nascimentos, mortes, casamentos e divórcios; a *Acta Forensia*, lista de leis, plebiscitos e eleições, elaborada à semelhança da *daemosia grammata* de Atenas, na Grécia Antiga; a *Acta Iudiciaria* (também denominada *Gesta*), com as sentenças proferidas pelos tribunais; a *Acta Militaria*, onde se registavam os nomes dos homens incorporados nas Legiões, os seus dados biométricos, idade, conduta, feitos militares e recompensas; e a *Acta Triumphalis*, onde se relataram os feitos dos 320 generais que comemoraram o Triunfo em Roma e as próprias cerimónias dos Triunfos (num misto de enaltecimento, descrição historiográfica e “reportagem”). Os imperadores também tinham as suas *Atas*, onde se registavam os seus atos, tal como algumas famílias e personalidades públicas. De qualquer modo, entre todas as *atas*, as que mais se assemelham aos jornais atuais são as *Atas Diurnas*.

Diversos registos (escritos de Suetónio, Plínio, Cícero, Tácito²², etc.) evidenciam que os conteúdos das *Atas* integravam notícias dos decretos senatoriais e imperiais; dos nascimentos, casamentos e mortes das personalidades notáveis; das audiências concedidas pelo imperador ou outros membros da família imperial; dos atos públicos dos imperadores e magistrados; dos funerais; dos processos judiciais; das batalhas travadas pelas legiões; das nomeações e eleições de indivíduos para cargos públicos; dos acontecimentos ocorridos nos municípios e colónias romanas; dos combates de gladiadores; de julgamentos e execuções e respectivas listas de executados, etc. Às vezes teriam sido inseridos nas *Atas* os elogios fúnebres das personalidades notáveis que morriam, bem como notícias relacionadas com presságios, astrologia e adivinhações (os romanos eram muito supersticiosos e viam presságios em tudo). Pode, assim, dizer-se que as *Atas* foram,

22. Tácito escreveu: “É da dignidade de um povo não entrarem na sua história senão os feitos ilustres, bastando aos insignificantes os diários [as *actas diurnas*] da cidade.” (*cit in* Cádima, 1996, p. 81).

na sua fase áurea, algo parecido com um jornal contemporâneo, embora apenas inserissem notícias autorizadas.

Leiam-se três exemplos:

Ano 586 da fundação de Roma. 28 de março. Os fasces encontram-se nas mãos de Emílio. À primeira hora da manhã, um vencedor, coroado de louro, sacrificou uma ovelha no templo de Apolo. Às duas da tarde, reuniu-se o Senado na Cúria Hostília. Aprovou-se um senadoconsulto, em virtude do qual os pretores deverão sentenciar baseando-se nos seus éditos perpétuos. Quinto Minúcio Escápula, acusado de violência por Públio Lêntulo ante o pretor da cidade Cneu Bébio, foi defendido por Caio Sulpício. Foi condenado por quinze votos e decidiu-se aplicar a sentença por 33 votos.

(Acta Diurna Populi Romani, ano 586 da Fundação de Roma, 28 de março)

Ano 586 da fundação de Roma. 29 de março. Os fasces encontram-se nas mãos de Licínio. Relampejou e um carvalho foi golpeado por um raio no cimo do monte Vélia pouco depois do meio-dia. Houve uma rixa numa taberna, ao fundo da rua de Jano, e o taberneiro do Osso do Casco ficou gravemente ferido. Caio Titínio, edil da plebe, multou uns talhantes por venderem à população carne não inspecionada. Com o dinheiro da multa construiu-se uma capela a Laverna no templo da deusa Terra.

(Acta Diurna Populi Romani, ano 586 da Fundação de Roma, 29 de março)

Ano 601 da fundação de Roma. 3 de abril. Caio Popílio Lenas, Caio Décimo e Caio Hostílio foram enviados como embaixadores aos reis da Síria e do Egito, com a missão de evitar a guerra entre eles.

À primeira hora da manhã, em presença de numerosos clientes e amigos, sacrificaram um touro no templo de Castor aos deuses do Povo Romano e obtiveram presságios favoráveis.

O Sumo Pontífice, no templo de Vesta, ofereceu um voto de felicidades.

(Acta Diurna Populi Romani, ano 601 da Fundação de Roma, 3 de abril)

As atas, coletadas e conservadas, serviam quer de registo historiográfico quer de meio noticioso – como uma espécie de *jornal de parede* quotidianamente afixado no fórum de Roma. As relações entre história e jornalismo são estreitas desde a época clássica. Os exemplos acima demonstram, igualmente, que as notícias diárias dos romanos eram curtas, claras, concretas; o modelo é claramente o da *pirâmide invertida*, já que os enunciados progredem do mais importante para o menos importante; e as notícias respondem às questões que a retórica clássica aconselhava para bem contar uma novidade.

Escreveu, efetivamente, Quintiliano, um autor do século II d.C., que para bem contar novidades há que respeitar as circunstâncias do *sujeito* (quem?), *objeto* (o quê?), *tempo* (quando?), *lugar* (onde?), *modo* (como?) e *causa* (porquê?). Analise-se uma notícia das atas, à luz das ideias sobre o modo de escrever notícias para os meios impressos. O que se observa é que tem um parágrafo inicial com a informação mais importante (*lead*) e se esforça por dar resposta às questões: *quem?*, *o quê?*, *quando?*, *onde?*, *como?* e *porquê?*.

[*Lead*]

A 3 de abril [quando?], Caio Popílio Lenas, Caio Décimo e Caio Hostílio [quem?] foram enviados como embaixadores aos reis da Síria e do Egito [o quê?], com a missão de evitar a guerra entre eles [porquê?]. [Onde? Em Roma. É subentendido.]

[Corpo]

À primeira hora da manhã, em presença de numerosos clientes e amigos, sacrificaram um touro no templo de Castor aos deuses do Povo Romano e obtiveram presságios favoráveis.

O Sumo Pontífice, no Templo de Vesta, ofereceu um voto de felicidades.

Em conclusão, as questões a que o enunciado noticioso deve responder não são uma invenção contemporânea e muito menos americana. Na verdade, são uma invenção da retórica clássica, conforme o próprio Tobias Peucer enfatizou, em 1690, na primeira tese de doutoramento que se conhece so-

bre jornalismo, ou sobre o periodismo noticioso e as relações, ou relatos, de acontecimentos, caso não se considere o periodismo informativo da Modernidade já um fenómeno jornalístico. A estrutura das notícias das *Atas Diurnas* só pode admirar quem desconhece os autores clássicos, como Cícero ou Quintiliano, e as estruturas dos textos da literatura clássica, origem de toda a literatura ocidental – como a *Iliada* e a *Odisseia*.

Steven Saylor, autor de numerosos e excelentes romances policiais passados na Antiga Roma, centrados na personagem de Gordiano, O Descobridor, descreve, ficcionalmente, no seu conto “A mulher do Cônsul”²³, um episódio centrado na leitura das *Atas Diurnas* (ou *Atas do Dia*):

Francamente – murmurou Lúcio Cláudio, com o nariz enterrado num rolo de pergaminho – quem lesse os relatos das *Atas do Dia* julgaria que Sertório é um miúdo traquinas e que a rebelião que organizou em Espanha não passa de uma partidinha inocente.

(...)

-- Queres ler um bocadinho das *Atas*? Já acabei de ler as notícias desportivas – Lúcio acenou com a cabeça na direcção de uma série de rolos de pergaminho que estavam espalhados sobre a mesa que tinha a seu lado.

– Dizem que os Brancos conseguiram finalmente organizar uma equipa para esta época. Têm carros novos, cavalos novos. Vão ficar à frente dos Vermelhos na corrida de amanhã.

Dei uma gargalhada.

– Que vida a tua, Lúcio Cláudio. Levantas-te ao meio-dia, dás um passeio pelo jardim a ler um exemplar só teu das *Atas do Dia*.

Lúcio ergueu uma sobrancelha.

23. Steven Saylor (2006), “A Mulher do Cônsul”, in *Um Gladiador Só Morre Uma Vez*, Quetzal Editores, pp. 13-18.

– Pura sensatez (...). Que jeito tem acotovelar uma multidão no Fórum, a esforçar os olhos e a espreitar por cima das cabeças de desconhecidos para ler as *Atas* afixadas nos quadros [álbuns]? Ou pior, ouvir um palhaço qualquer a lê-las em voz alta, inserindo pelo meio comentários engraçados.

– Mas é para isso mesmo que servem as *Atas* – argumentei eu. – Trata-se de uma actividade social. Interrompem-se os afazeres e as idas e vindas no Fórum, as pessoas reúnem-se à volta dos quadros [álbuns], e discutem os assuntos que mais lhes interessam, notícias da guerra, casamentos e nascimentos, corridas de carros, augúrios curiosos. Espreitar as *Atas* e discutir política, ou cavalos, com os seus concidadãos é o ponto alto do dia de muita gente.

(...)

Lúcio estremeceu.

– Não, muito obrigado! À minha maneira é melhor. Mando um par de escravos ao Fórum uma hora antes da hora marcada para a afixação. Logo que as *Atas* chegam, um deles lê-as em voz alta do princípio ao fim e o outro escreve-as em tabuinhas de cera com um estilete. Depois correm para casa [e] transcrevem as palavras para um pedaço de pergaminho (...).

– Isso vem tudo nas *Atas do Dia*? – perguntei.

– Claro que não! – resmungou Lúcio. – Só vem a interpretação oficial do governo (...). As *Atas* são um órgão do Estado (...). O mais provável é ser o [cônsul] a ditar, palavra por palavra, as notícias sobre a guerra.

(...)

Passei os olhos pelos títulos. – O filho de A está noivo da filha de B... C recebeu D na sua *villa* de férias... E revela a sua famosa receita de creme de ovo (...).

– Gordiano, quem achas que escreve e edita as *Atas do Dia*?

Encolhi os ombros.

– Nunca pensei nisso.

– Então vou dizer-te. São os próprios cônsules que ditam as notícias relativas à política interna e externa, favorecendo o seu ponto de vista, que é a posição oficial. As partes menos importantes, os números relativos ao comércio, às contagens de gado, e outros do género, são compiladas pelos funcionários do gabinete do censor. As notícias do desporto são fornecidas pelos magistrados encarregados da gestão do Circo Máximo. Os áugures são a fonte das histórias acerca dos relâmpagos, dos cometas, de legumes com formatos curiosos e de outros presságios bizarros. Mas quem é que pensas que controla as notícias da sociedade, os anúncios de casamentos e nascimentos, as reuniões sociais, as “comunicações anónimas” (...)?

(...)

– A mulher do cônsul (...).

Em síntese, entre as características que equiparam as *Atas Diurnas* aos jornais contemporâneos contam-se as seguintes:

1. Periodicidade mais ou menos regular, presumivelmente quotidiana em algumas fases;
2. Frequência da publicação;
3. Conteúdos multifacetados de carácter noticioso (a notícia é o núcleo da informação);
4. Corpo de escribas (os *diurnarii* ou *actuarii*, “primeiros jornalistas”) destinado exclusivamente à redação das *Atas* (o Código de Teodósio faz-lhes referência e procura regular a sua função, sendo a primeira manifestação de controlo jurídico dos “profissionais da informação”);
5. Difusão pública da informação;

6. Difusão à distância e, dentro das circunstâncias, “massiva”;
7. Uso de diferentes suportes para a mesma mensagem (jornal de parede e jornal manuscrito, presumivelmente em papiro);
8. Iniciativa editorial do estado e também de particulares (abertura da publicação de *atas* à iniciativa privada, como se de uma empresa jornalística se tratasse²⁴).

As *Atas Diurnas*, tornadas possíveis graças ao bom grau de alfabetização das elites e de parte significativa dos romanos, cuja difusão por todo o Império Romano era facilitada pela excelente rede de vias de comunicação, acabaram quando a sede imperial foi transferida para Constantinopla pelo Imperador Constantino, em 330 d. C., após um percurso ininterrupto de quase quatrocentos anos ao serviço do Senado, do imperador e do povo de Roma, tendo, certamente, contribuído para suprir as enormes necessidades de informação no colossal território dominado por Roma e para criar sentimentos de identidade e lealdade entre os cidadãos e demais habitantes do Império:

É através da informação que circula pelas zonas colonizadas que o poder se afirma. Da mesma forma é com a supressão da informação (entre outras causas, nomeadamente no plano da organização militar) que o Império entra em declínio.

(...)

Mas, no fundo, as *atas* foram um verdadeiro instrumento de poder dos imperadores romanos, e apesar da sua utilidade e da sua divulgação em Roma, nem sempre eram aceites de ânimo leve, nomeadamente por filósofos e escritores. (Cádima, 1996, p. 80²⁵).

Com a queda de Roma às mãos dos bárbaros e com a Igreja Católica a ver crescer a sua importância, o que lhe permitiu impor regimes teocráticos a

24. É possível que a publicação de atas por editores privados tenha contribuído para a transformação dos conteúdos. Plínio, certamente, não teria lido sobre o afogamento de um cão no Tibre numa ata sobre atos administrativos editada pelo Estado Romano, nem Séneca se referiria às mulheres que ostentavam os seus divórcios nessas “folhas linguarudas”.

25. Francisco Rui Cádima refere Seltman, citado por McLuhan.

toda a Europa Ocidental, extinguiu-se quase por completo a luz da razão e de um humanismo precoce com que a Grécia, primeiro, e Roma, depois, tinham iluminado a humanidade.

Há que referir que do outro lado do mundo, na China, publicou-se uma espécie de jornal oficial, o *Pao*, por vezes traduzido por *Gazeta de Pequim*, a partir de cerca do ano 618. Com diversas denominações, durou até 1911. Esse “jornal”, presumivelmente difundido pela China em lâminas de madeira e, depois, em papel, continha notícias oficiais e respostas dadas pelos funcionários do imperador a questões que lhe eram colocadas. Era lido pelos funcionários e homens cultos.

1.4 Fenómenos medievais que contribuíram para o jornalismo

A denominação Idade Média batiza o período histórico situado entre os estertores do Império Romano do Ocidente (séculos IV e V) e o início do Renascimento (finais do século XIV/meados do século XVI). Ao longo de mil anos, a Europa entrou num processo de declínio que obscureceu quer o conhecimento racional construído durante o período da Antiguidade greco-romana, quer as conquistas educativas, sociais, políticas e culturais dos povos da Grécia e do Império Romano.

A Idade Média é caracterizada por fenómenos como:

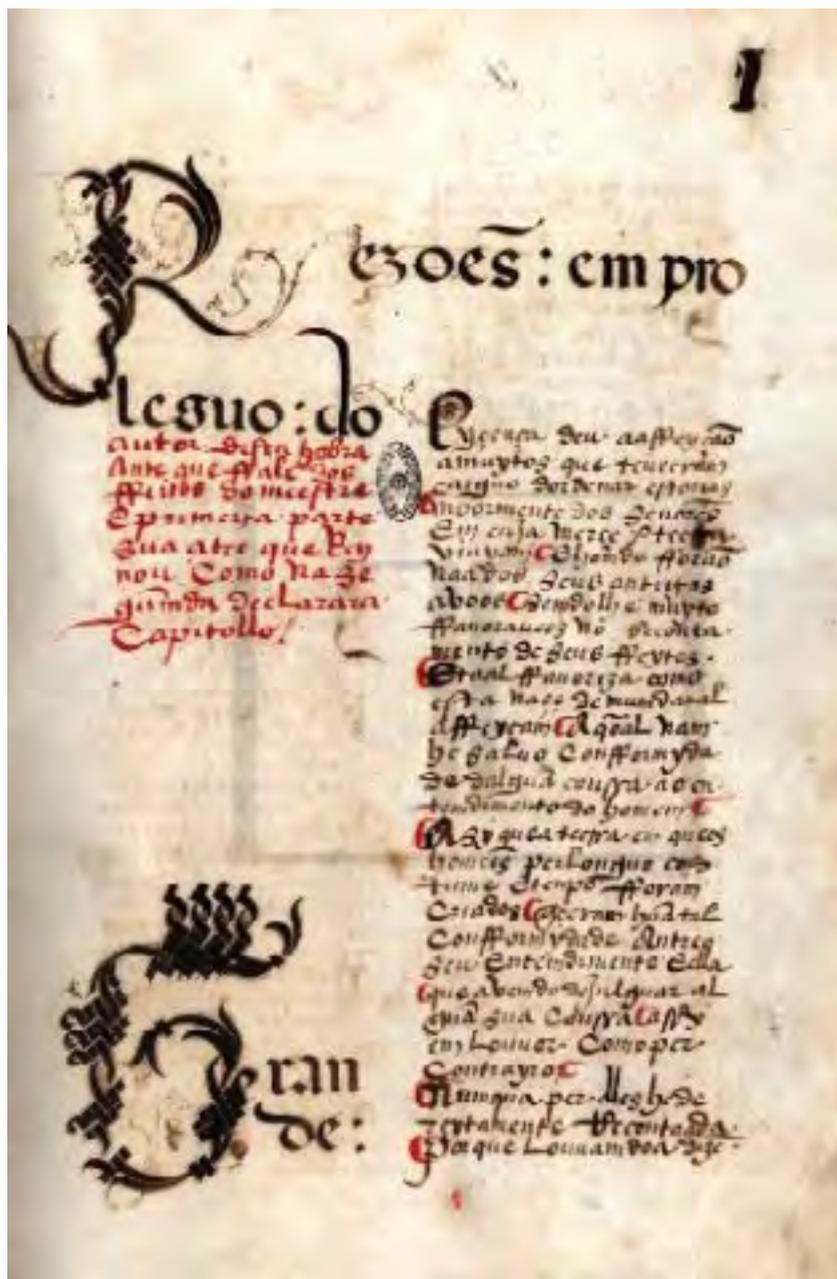
1. O sistema feudal, marcado pelo domínio dos detentores do poder e das terras – os nobres – sobre os camponeses servis que as cultivavam; a sociedade era nitidamente estratificada em três classes, a nobreza, o clero e o povo;
2. A ruralização da sociedade europeia, devido ao abandono das cidades e à contenção destas em muralhas defensivas asfixiantes;
3. O declínio das trocas comerciais e culturais, apesar da fixação de grandes itinerários comerciais e religiosos que facultavam trocas culturais, como a *rota da seda* e o *caminho de Santiago*;

4. O ensino escolástico e teocrático, frequentemente fundado na fé e não na razão e no intelecto, reservado quase exclusivamente aos religiosos;
5. O domínio hegemónico da Igreja Católica no Ocidente e das suas doutrinas sobre a sociedade e a cultura, com perseguição feroz aos hereges e aos suspeitos de feitiçaria;
6. As cruzadas, primeiro movimento posterior ao Império Romano a, para o bem e para o mal, abrir novos horizontes à Europa;
7. As viagens de Marco Pólo e de outros viajantes e as suas crónicas de viagem, que abrem janelas para mundos desconhecidos dos europeus;
8. As guerras intermináveis, por motivos de conquista de território, disputa de tronos, etc.

Apesar do surgimento, nos séculos XII e XIII, de mercadores de notícias (os *menanti*), que vendiam informação manuscrita nos portos italianos²⁶, particularmente em Veneza e, depois, em Génova, a conjuntura medieval pouco incentivou o aparecimento ou desenvolvimento de fenómenos comunicacionais que tenham contribuído para o nascimento ulterior do jornalismo. A troca de informações, novidades e ideias durante a Idade Média dependeu, em grande medida, da oralidade, como nos primórdios da humanidade. Jograis, comerciantes, guerreiros e peregrinos (lembremo-nos do principal itinerário internacional europeu medieval: o Caminho de Santiago) transmitiam, oralmente, as novidades, à medida que se aventuravam de terra em terra. Os pregoeiros avisavam a população do que se passava, incluindo relatos noticiosos nos pregões (por exemplo, para avisar de que seria executada uma sentença, relembavam os crimes do condenado). Ainda assim, alguns exemplos de dispositivos que contribuíram para o surgimento do jornalismo podem ser citados: as crónicas, as cartas informativas e os relatos de viagens.

26. Normalmente, folhas escritas à mão, nas quais se indicavam a localidade e a data em que eram escritas. Em Itália eram conhecidas por *flogi a mano* e, mais tarde, por *avissi* e, já no século XVI, por *gazzetta* (este nome terá derivado do seu preço, pois *gazzetta* era o nome de uma moeda veneziana, cunhada em 1539).

Figura 3. Fragmento da Crónica de D. João I, de Fernão Lopes.



Fonte: reprodução do original.

1. Crónicas

As crónicas, herdeiras dos *Annali* romanos, situam-se na interceção da história com a literatura e o jornalismo, mantendo vários dos cânones expressivos e dos temas fixados na Antiguidade. Os cronistas registavam, essencialmente, os acontecimentos protagonizados por nobres e monarcas e faziam-no, normalmente, algum tempo depois dos acontecimentos terem lugar, por vezes anos, o que os afasta do modo de ação dos jornalistas e aumenta a desconfiança sobre a fidelidade efetiva dos relatos aos factos. Mas, enquanto relatos, as crónicas têm semelhanças narrativas com os enunciados jornalísticos, nomeadamente com as reportagens.

Alguns cronistas enveredaram por uma descrição factual dos acontecimentos com valor histórico, enquanto outros procuraram engrandecer a imagem dos senhores que serviam. O estilo dos primeiros é eminentemente reportativo (“jornalístico”), apontando modelos para a historiografia moderna e contemporânea. Veja-se, por exemplo, o seguinte excerto da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, relativo ao casamento do rei com D. Filipa de Lencastre, cujo estilo é próximo das atuais reportagens:

E na quinta-feira foram as gentes da cidade juntas em desvairados bandos de jogos e danças para todas as partes e praças, com muitos trabalhos e prazeres que faziam. As principais ruas por onde a festa haveria de ser, todas eram semeadas de desvairadas verduras e cheiros. E el-rei saiu daqueles paços em cima de um cavalo branco, em panos de ouro realmente vestido; e a rainha em outro tal, muito nobremente guarnecida. Levavam nas cabeças coroas de ouro ricamente obradas de pedras de aljófar e de grande preço (...).²⁷

Retomando modelos discursivos da atualidade clássica, tal como no jornalismo atual, em algumas crónicas faziam-se citações, diretas ou parafraseadas, como ocorre na *Crónica de D. João I*, quando este, ainda um mero conspirador (mestre de Avis), é incitado a matar o conde Andeiro, o que faz, posteriormente:

27. Grafia adaptada ao português contemporâneo.

Primeiramente – disse Álvaro Pais – por vós serdes irmão de el-rei, a quem a sua desonra deve doer mais que a ninguém. A segunda, porque fostes preso por azo do conde João Fernandes e da rainha, e posto em tal perigo como todos sabem. E mais que não fosse, só por segurar a vossa vida, que nunca estará segura enquanto o conde João Fernandes for vivo, devíeis fazê-lo. E agora que el-rei morreu ainda mais usarão de sua maldade, e temendo-se de vós, que bem sabem que deveis sentir isto mais que qualquer outra pessoa, sempre vos buscarão azo e caminho para que vossa vida seja finda. E pois que a vingança desta ação a ninguém compete mais que a vós, fazendo-o da maneira que eu vos digo, praticareis uma grande façanha e muito de louvar aos vindouros. Tal que nenhuma outra coisa poderia agora ser achada que merecesse entre os homens louvor igual nem comparável.

(...)

O pajem do mestre começou a ir a galope em cima do cavalo em que estava, dizendo a altas vozes:

– Matam o mestre! Matam o mestre nos paços da rainha! Acorrei ao mestre que o matam!

(...) As gentes que isto ouviram, saíram à rua a ver que coisa era (...) e começavam de tomar armas, cada um como melhor podia. A gente era tanta que não cabia pelas ruas principais e atravessava lugares escusos, desejando cada um ser o primeiro. E perguntando uns aos outros quem matava o mestre (...). Unidos num só desejo foram às portas do paço que estavam já fechadas e começaram a dizer:

– Onde mataram o mestre? Que é do mestre? Quem fechou estas portas?

De cima não faltava quem dissesse que o mestre era vivo e o conde An-deiro morto. Mas isto não queria nenhum crer, dizendo:

– Pois se é vivo, mostrai-o e vê-lo-emos!

(...) Ali se mostrou o mestre a uma grande janela que vinha sobre a rua e disse:

– Amigos, pacificai-vos, porque eu vivo e são estou, graças a Deus!²⁸

Na *Crónica de Dom João I*, Fernão Lopes narra, também, o cerco de Lisboa pelos castelhanos, durante a crise dinástica que abriu as portas do poder régio à dinastia de Avis. O cronista, neste caso, impressiona-se e faz com que as suas emoções fluam no texto, o que acontece, também, em alguns relatos jornalísticos na atualidade, em especial nos que se podem considerar filiados na tradição impressiva e subjetiva aberta pelo Novo Jornalismo dos anos sessenta do século XX:

Oh! Que dorida coisa era de (...) ver, de dia e de noite, tantos homens e mulheres vir a manadas para a cidade, com os filhos nos braços e pela mão, e os pais com outros ao pescoço, e suas bestas carregadas de alfaias e coisas que trazer podiam.

(...)

Estando a cidade assim cercada (...) gastavam-se os mantimentos pelas muitas gentes que nela havia (...).

Na cidade não havia trigo para vender, e se o havia era pouco e tão caro que as pobres gentes não podiam chegar a ele. (...) E começaram a comer pão de bagaço de azeitona e os bolbos das malvas e raízes de ervas.

No lugar onde costumavam vender o trigo andavam homens e moços esgaratando a terra, e se achavam alguns grãos de trigo, metiam-nos na boca sem ter outro mantimento. Outros fartavam-se de ervas e bebiam tanta água que se encontravam mortos, homens e cachopos, nas praças e noutros lugares.

Das carnes havia grande falta (...) e começaram a comer as carnes das bestas (...).

28. Grafia adaptada ao português contemporâneo.

Andavam os moços de três e de quatro anos pedindo pão pela cidade por amor de Deus, como lhe ensinavam suas mães, e muitos não tinham outra coisa que lhes dar senão lágrimas que com eles choravam, que era triste coisa de ver.²⁹

Há muitos excertos de crônicas medievais portuguesas que se podem considerar, no discurso, exemplos de proto-reportagens. Leia-se, por exemplo, como é narrada a tomada de Santarém aos mouros, na *Crónica de Dom Afonso Henriques*:

D. Mem Moniz (...) pôs a escada no muro. E subiu a cima com a sina d'el-rei e levantou-a. E subiram outros dois e eles já três em cima acordaram os vigias que ainda não dormiam bem. E quando os sentiram, disse um deles com voz rouca, men fu, que quer dizer quem anda aí? E D. Mem Moniz respondeu que era dos da ronda que por aí fora e que tornara para lhe dizer coisas que lhe cumpriam e que descesse ao fundo. E o mouro tanto que desceu, foi a ele D. Mem Moniz e cortou-lhe a cabeça e deu conta aos de fora, para serem mais seguros. O outro vigia quando viu isto reconheceu que eram cristãos em cima do muro, chegaram os da ronda outra vez asinha, aos brados que ouvira, e começaram a jogar as cutiladas com eles mui rijamente. E D. Mem começou a bradar, chamando em ajuda Santiago, padrão de Espanha. E el-rei D. Afonso bradou então a altas vozes: “Santiago, Santa Maria, Virgem bem-aventurada, acorre-nos aqui”, dizendo ainda “Mata-os, mata-os, não seja tal que escape, todos andem a espada!” Neste feito era o mestre dos cavaleiros do Templo, D. Gualdim, com sua cavalaria, e lhes foram dadas a seu quinhão três escadas pelas quais entraram, ele e seus cavaleiros, muito ardidamente. E os que subiram apartaram-se logo em duas partes, e uns pelejavam com os de uma parte, e os outros com os da outra. E era já tanta a volta das vozes da vela às portas, que não se podiam entender. E então disse el-rei aos seus: “Façamos ajuda aos parceiros e tenhamos a destra parte se pudermos subir (...). E Gonçalo Gonçalves com os seus

29. Grafia adaptada ao português contemporâneo.

(...) filhe o caminho (...) que vem do postigo, que não possam os mouros por ele vir, e filhem primeiro a entrada da porta, por tal que os mouros não pensem que vão dentro por nosso defendimento.” E assim se fez (...) que eles que cuidavam de subir pelas escadas ao muro, entraram depois pela porta da vila mui mais seguramente (...). E as portas abertas, entrou el-rei a pé, com os seus, e fincados os joelhos em meio da porta, com grande prazer deu graças a Deus. E os Mouros acorriam todos para ali e defendiam-se mui fortemente (...) mas pelo despercebimento que em eles era, foram logo entrados, e mataram deles mui muitos, e mulheres e moços pequenos, e era o sangue tanto pelas ruas, que pareciam que foram ali mortos grande multidão de gado. E prenderam ali três cavaleiros mui ricos, de que el-rei houve mui grandes haveres.³⁰

O episódio infame do assassinato de Dona Inês de Castro, evocado por Camões nos *Lusíadas*, também é narrado em várias das crônicas medievais portuguesas, mostrando como a morte e o crime, particularmente quando conciliados com referências a personalidades de elite, já eram uma mais-valia historiográfica para os cronistas medievais, tanto quanto o são para o jornalismo contemporâneo. Na *Crônica de Dom Afonso V* narra-se o seguinte:

Estando el-rei em Montemor-o-Velho, concluindo já e consentindo na morte da dita D. Inês, acompanhado de muita gente armada se veio a Coimbra, onde ela estava nas casas do mosteiro de Santa Clara. A qual, sendo avisada da ida de el-rei e da irosa e mortal tenção que contra ela levava, achando-se salteada, para se não poder já salvar por alguma maneira, o veio receber à porta. Onde, com o rosto transfigurado, e por escudo de sua vida, para sua inocência achar na ira de el-rei alguma mais piedade, trouxe entre si os seus três inocentes infantes seus filhos, netos de el-rei, com cuja apresentação e com tantas lágrimas e com palavras assim piedosas pediu misericórdia e perdão a el-rei. E que ele, vencido dela, se diz que se volvia e a deixava já para não morrer como levava determinado. E que alguns cavaleiros, que com el-rei iam para

30. Grafia adaptada ao português contemporâneo.

a morte dela, logo entraram. E (...) quando assim viram sair el-rei, com que já revogava sua sentença, agravados dele por a pública determinação com que os ali trouxera, e pelo grande ódio e mortal perigo em que daí em diante com ela e com o infante D. Pedro os deixava, lhe fizeram dizer e consentir que eles tornassem, a matar D. Inês se quisessem. A qual por isso logo mataram.³¹

É interessante notar, no excerto da *Crónica de Dom Afonso V* acima referido, que o cronista, como o historiador e, por vezes, o atual jornalista especializado, procurou, analiticamente, justificações para o procedimento daqueles que Camões designa por “horríficos algozes” de Dona Inês.

O episódio da morte de D. Inês de Castro prestava-se, contudo, a ser narrado de várias maneiras, tal como acontece no jornalismo contemporâneo, marcado pela segmentação. O cronista das *Crónicas dos Senhores Reis de Portugal*, por exemplo, narra a morte de D. Inês de maneira mais viva e mais sensacionalista do que o cronista anterior, chegando mesmo ao moralismo:

Quando el-rei entrava, facilmente adivinhou D. Inês o fim a que ele vinha, pelo que lhe saiu ao encontro com seus filhos e de joelhos disse:

– Senhor, por que me quereis matar sem causa? Vosso filho é príncipe, a quem eu não podia nem posso resistir. Havei piedade de mim, que sou mulher, não me mateis sem causa. E se não haveis piedade de mim, havei piedade destes vossos netos, sangue vosso.

Comovido com tais palavras, voltou-se el-rei, e já se retirava, desfeito seu propósito, quando os conselheiros se queixaram de que não se levasse por diante o intento:

– Ai Senhor, a esse escárnio viemos nós cá? Que se perca Portugal por causa desta mulher?

Ao que Dom Afonso respondeu

31. Grafia adaptada ao português contemporâneo.

– Fazei lá o que quiserdes.

Então Pedro Coelho, Álvaro Gonçalves e Diogo Lopes Pacheco, em companhia de outros, voltaram atrás e assassinaram a infeliz D. Inês de Castro (janeiro de 1355).

Sobre a memória de D. Afonso IV pesará eternamente a nódoa deste crime!³²

Nas crónicas medievais por vezes surgem referências a aspetos mais pitorescos da vida quotidiana, tal e qual como ocorre no jornalismo atual. Fernão Lopes, principal cronista medieval português, narra, assim, a caça de altanaria:

Ele trazia 45 falcoeiros de besta, afora outros de pé e moços de caça, e dizia que não havia de folgar até que povoasse em Santarém uma rua em que houvesse 100 falcoeiros.

Quando andava fora da terra por aves, não lhe traziam menos de 50, entre açores e falcões (...). Com ele andavam os mouros que treinavam garças e outras aves (...).

Quando el-rei ia à caça, todas as maneiras de aves e cães (...) iam em sua companhia; em guisa que nenhuma ave grande nem pequena se levantar podia, posto que fosse grou ou abetarda, até o pardal e ligeira folhosa, que, antes que suas ligeiras penas a pudessem pôr a salvo (...) [era morta]. Para coelhos, raposas e lebres e outros semelhantes selvagens monteses, levava el-rei tantos cães de seguir suas pegadas e cheiro que nenhuma arte nem multidão de covas lhes prestar ajuda podia (...).

2. *Cartas*

As cartas informativas e especificamente noticiosas, elaboradas por monges, cronistas, diplomatas, funcionários de mercadores e outras personalidades, serviam para o envio de notícias e comentários para lugares distantes,

32. Grafia adaptada ao português contemporâneo.

constituindo-se, portanto, como um dos dispositivos pré-jornalísticos de intercâmbio informativo. As cartas cultivavam as estruturas clássicas para contar novidades, embora fossem demarcadas pelas características específicas do género epistolar. A este propósito, porém, é de lembrar que muitas reportagens e crónicas do jornalismo atual simulam o género epistolar.

Eis um excerto de uma carta medieval sobre uma feira (Humbert de Romans, 1270), na qual se procura relatar, até um pouco à maneira viva das reportagens, embora com intenções moralistas, como essa feira se processava:

As feiras acontecem nos dias santos, pelo que os homens perdem o Ofício Divino [missa] e o sermão e desobedecem mesmo ao preceito de ouvirem missa e frequentam esses encontros contra as ordens da Igreja. Algumas vezes, as feiras ocorrem nos cemitérios e noutros recintos sagrados. Frequentemente, você ouvirá homens blasfemar lá: “Por Deus, não pagarei tanto por isso!” ou “Por Deus, não farei um preço menor!” ou “Por Deus, não vale tanto!”.

Algumas vezes, o Senhor [do feudo] é defraudado na cobrança de taxas, o que é pérfido e desleal... Outras vezes, ocorrem quezílias e disputas violentas (...). Os homens são induzidos a beber (...).

(...) Cristo, você pode notar, encontra-se na feira, pois Cristo é justiça e a justiça deve estar lá (...).

A lenda fala de um homem que, entrando numa abadia, encontrou vários demónios no claustro, mas num mercado encontrou apenas um, sozinho num alto pilar. Isso preocupou-o. Mas foi-lhe dito que no claustro tudo é feito para dirigir as almas para Deus, pelo que são requeridos muitos demónios para induzir os monges a desviar-se da retidão, mas no mercado, como cada homem é um diabo para si mesmo, um demónio é suficiente.

3. *Relatos de viagens*

Os relatos de viagens, dos quais o mais conhecido será o relato da viagem de Marco Polo à China, narrando a vida no Oriente e os serviços que prestou ao im-

perador chinês a descrentes europeus, também se podem considerar exemplos de material proto-jornalístico. Esses relatos, além de fundarem a literatura de viagens, em alguns pormenores aproximam-se da reportagem, tal como ocorreu com as crônicas. Eis alguns excertos do livro das viagens de Marco Pólo:

Descrição de costumes da corte do grande khan

De dois em dois anos, ou com mais frequência, conforme seu desejo, o grande-khan envia ali os seus oficiais, que reúnem para ele cem ou mais das mais formosas mulheres, de acordo com as normas de beleza que lhes dá nas suas instruções. (...) Estes funcionários mandam reunir todas as jovens da província e nomeiam pessoas qualificadas para as examinarem, e que, depois de realizarem uma cuidadosa inspeção de cada uma delas, (...) calculam o seu valor (...) conforme o seu maior ou menor grau de beleza. Separam então o número de mulheres exigido pelo grande-khan (...) e enviam-nas à corte. Ao chegarem à sua presença, o grande-khan ordena que sejam submetidas a novo exame (...). São colocadas, individualmente, sob as atenções de algumas mulheres do palácio, de idade madura, cuja missão consiste em observá-las cuidadosamente durante o curso da noite, a fim de se assegurarem de que não têm nenhuma imperfeição oculta, dormem tranquilamente, não ressonam, têm hálito suave e estão livres de odores desagradáveis em qualquer parte do corpo.

Descrição de animais (por vezes exagerada):

[Sobre o iaque das montanhas de Altai]: O pelo, que é corredio em todas as partes do corpo, eriça-lhe no lombo, onde tem uma altura de três palmos (...). [É] comparável, pelo seu tamanho, a elefantes.

[Sobre os crocodilos]: Grandes serpentes de dez pés de comprimento e o corpo com dez palmos de circunferência. (...) Na parte dianteira, próximo da cabeça, têm duas pernas curtas, com três garras como as do tigre e olhos maiores do que volumosos pães e muito brilhantes. As mandíbulas são tão amplas que pode deslizar um homem por elas.

Descrição de lugares:

Numa ilha situada à distância, mas não muita, da margem se levanta a cidade de Ormuz, cujo porto é frequentado por comerciantes de todas as partes da Índia, que trazem especiarias e drogas, pedras preciosas, pérolas, tecidos de ouro, dentes de elefantes e outras diversas espécies de mercadorias.

Descrição de povos

[Sobre os curdos]: “tribos sem princípios, cuja ocupação consiste em assaltar e roubar os mercadores”.

De realçar que datará do final da Idade Média a primeira advertência formal contra a proliferação de notícias falsas ou inoportunas, vistas como sendo um perigo grave: em 1275, expediram-se as primeiras ordenações (leis) nesse sentido, em Inglaterra.

1.5 Contributos da Antiguidade e da Idade Média para o jornalismo: um balanço

A Antiguidade deu, indiretamente, vários contributos ao que, futuramente, veio a ser o jornalismo, como sejam:

1. O cultivo da retórica, da literatura e dos relatos históricos, etnográficos e geográficos na Grécia e em Roma, além de explorar temas que ainda hoje são notícia – os conflitos, a política, as relações internacionais, os povos e seus costumes, os acontecimentos quotidianos da vida social, as mundanidades, os “heróis” – facultou o desenvolvimento de estruturas de organização textual que são usadas no jornalismo, como o modelo da *força decrescente*, adotado como modelo da *pirâmide invertida* para a construção noticiosa.
2. O despontar da história como uma disciplina em que o historiador consulta, contrasta e critica fontes e interpreta o encadeamento dos factos históricos como o resultado de determinadas ações humanas veio dar

ao jornalismo o seu quadro de valores referenciais, nomeadamente a *intenção de verdade* e de *factualidade*, pois os periodistas do século XVII que construíram os alicerces do que veio a ser o jornalismo encaravam-se a si mesmos como historiadores e tinham os valores da prática historiográfica, nascida na Grécia Antiga, como referentes.

3. Embora sem consequências históricas relevantes, não podem deixar de reconhecer-se semelhanças entre dispositivos comunicativos do mundo antigo e os meios jornalísticos atuais, sendo particularmente relevantes as *atas diurnas* romanas. Beneficiando de serviços de correios e excelentes vias de comunicação, as elites romanas também cultivaram a troca de correspondência para se manterem informadas, prática que, sem grande relevância na Idade Média, veio a generalizar-se, novamente, no Renascimento, graças ao surgimento de redes de correspondentes entre as elites europeias.

A Idade Média também contribuiu para a génese e desenvolvimento do jornalismo, pois as crónicas e a literatura de viagens concorreram para o cultivo de géneros de relato aparentados com a reportagem jornalística e as cartas, ainda que trocadas em número reduzido, mantiveram viva a prática e a intenção da troca de informações sobre acontecimentos notáveis da atualidade coeva.

1.6 Fenómenos renascentistas e da transição para a Modernidade que contribuíram para o jornalismo

Classifica-se como Renascimento o período histórico que, na Europa, entre o século XIV e o século XVI, faz a transição entre a Idade Média e a Idade Moderna³³. Foi um tempo de reflorescimento cultural e social caracterizado por fenómenos como os seguintes:

1. O ressurgimento do comércio nacional e internacional e, por consequência, a ascensão da burguesia, desejosa de ganhar relevo político e

33. Embora a periodização seja discutível, vários historiadores assinalam, por comodidade, a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, em 1453, e o consequente fim do Império Romano do Oriente (império Bizantino), como o momento simbólico do início da Idade Moderna.

social (à custa da nobreza), de intervir sobre os assuntos dos estados e de se instruir e manter informada;

2. O lançamento dos alicerces do capitalismo mercantil e manufatureiro;
3. O crescimento das cidades e a crescente concentração das populações em núcleos urbanos, afastando-se do sistema servil do campesinato medieval;
4. A caminhada – sustentada pela burguesia – em direção ao absolutismo régio de direito divino, inclemente para os “estados dentro do estado” feudais, que via nos monarcas o poder capaz de contrariar a reação da nobreza à crescente perda de importância, poder, riqueza e estatuto;
5. A instituição das primeiras universidades (existiam 78 universidades europeias no começo do século XVI), a solidificação e ampliação da “rede” de escolas não superiores e a intensificação do recurso a professores particulares, o que, em última instância, favorecerá a ciência, a razão, o questionamento sobre o mundo e o humanismo, a ambição de ser culto e informado, em detrimento da teocracia e da escolástica (baseada no princípio do *magister dixit*);
6. O aparecimento de correntes protestantes que preconizavam a reforma da Igreja Católica, que sugeriam aos crentes que deveriam ler diretamente a palavra de Deus expressa na *Bíblia*, fomentando, em consequência, a alfabetização, particularmente no norte e no centro da Europa. A alfabetização passou mesmo a ser obrigatória para o ingresso em determinados ofícios (Días-Noci, Hurtado, 2003, p. 3). Schwanitz (2004, p. 120) refere, também, que foi a Reforma Protestante que impulsionou a ideia de nação em vários países;
7. O desenvolvimento da indústria manufatureira, sendo de relevar, para a história do jornalismo, os progressos na indústria do papel, motivados, em parte, pela interrupção dos fluxos de papiro provocada pela queda do Império Romano do Oriente (com a capital em Constantinopla), engolido pelos turcos otomanos, no século XV, e a invenção da prensa

tipográfica de Gutenberg³⁴, que detonou um imparável processo de fundação de oficinas de impressão por toda a Europa. Graças ao invento de Gutenberg, a *cultura escrita* e, mais especificamente, a *cultura impressa*, foi adquirindo uma importância superior à cultura oral. Adivinhava-se o tempo do *homem tipográfico* (McLuhan, 1962);

8. Os Descobrimentos, que suscitam curiosidade pelo diferente, abrem horizontes aos europeus e permitiram o desenvolvimento económico das potências descobridoras (Portugal, Espanha...), sustentado pela exploração dos novos territórios e pelo comércio, crescentemente globalizado;
9. Uma atitude sociocultural que promovia o cultivo das artes e o apego ao conhecimento;
10. A melhoria das comunicações, que aumentou o número de viagens e permitiu a implantação de um sistema de correios à escala europeia, que facultou a troca de informações pelo continente europeu. O sistema de correios, iniciado no século XV e estabilizado no século XVI,³⁵ facilitou a propagação das notícias (Infelise, 2002, p. V; Díaz Noci, Hurtado, 2003, p. 16; Guillamet, 2004, p. 47; Ward, 2004, p. 96; Arblaster, 2005, p. 21; Boys, 2011, pp. 40-41). Arblaster (2005, p. 21) enfatiza que o serviço de correios, iniciado para divulgar e partilhar informações comerciais, foi aproveitado para a partilha de outras informações, nomeadamente notícias. Os locais por onde passavam as linhas de correio foram, inclusivamente, aqueles onde chegaram mais notícias, de forma mais rápida e mais fácil (Díaz Noci, Hurtado, 2003, p. 11).

A Europa do final do Renascimento e da entrada na Modernidade vivia, no entanto, num ambiente tenso, provocado pelas rápidas transformações socioculturais, políticas e económicas que enfrentava. A Igreja, por exemplo, convocou os concílios de Constância, Pisa e Basileia para reagir contra a

34. A prensa de Gutenberg terá sido desenvolvida entre 1444 e 1456, ano em que, provavelmente, foi impressa a *Bíblia* de 42 linhas.

35. Refere, ainda, Guillamet (2004, p. 50) que o serviço de correios, habitualmente com periodicidade semanal, atravessava toda a Europa, sendo que a periodicidade semanal coincidia com a celebração de mercados nas principais cidades europeias. Note-se que, em 1490, já estava estabelecida uma rede de correios entre as principais cidades europeias (Guillamet, 2004, p. 50).

sua crescente perda de prestígio, influência, poder e autoridade, devido à ação de humanistas como Erasmo de Roterdão, Thomas More ou Nicolau de Cusa, cuja espiritualidade desassossegada indiciava a Reforma Protestante, e dos reformadores, designadamente Lutero e Calvino.

A tensão que caracterizava a Europa renascentista era reforçada pelo perigo que constituía a atitude expansionista do Império Otomano, cujos valores se afastavam daqueles que a Europa do Renascimento lentamente construiu. A ameaça turca foi, entretanto, afastada com as derrotas otomanas de Lepanto e Viena.

Mas os europeus não se entendiam entre si. As guerras devastavam o Velho Continente, não apenas por causa da expansão turca, que chegou aos limites de Viena, mas também por causa da rivalidade franco-britânica e dos propósitos centralizadores e expansionistas do Sacro Império. Os Habsburgo tentavam unificar parte da Europa sob o seu cetro por via das armas. O século XVI assistiu, ainda, ao incremento das guerras religiosas, detonadas pelos movimentos da Reforma Protestante e da Contra-Reforma (Concílio de Trento, 1545-1563, e fundação da Congregação para a Propaganda da Fé, 1568).

Nesse contexto, a diplomacia e as políticas de alianças cresciam em importância. Os estados europeus, no seio dessa conjuntura, desejavam mostrar a sua soberania e independência, precisando, por isso, de cidadãos que formassem uma base nacional, de leis que regulassem os procedimentos administrativos e assegurassem a lealdade desses cidadãos, de exércitos que os defendessem ou fossem os braços armados das suas políticas e de dinheiro para sustentar toda a máquina estatal. Ao mesmo tempo, as monarquias necessitavam de obter a lealdade dos súbditos, nomeadamente dos exércitos, e de quebrar, definitivamente, a reação da nobreza feudal ao fim do feudalismo.

Os Descobrimentos, iniciados por Portugal, tinham, por sua vez, levado os portugueses ao Índico e os espanhóis à América do Norte. Em 1500, levariam, também, os portugueses à América do Sul. Os territórios descobertos pelos estados ibéricos cedo suscitaram a cobiça dos restantes estados europeus, colocando Portugal e Espanha perante a necessidade de domínio dos

povos indígenas e de exploração económica e comercial dos seus novos territórios e das novas rotas marítimas, que forjavam a globalização do mundo. Os Descobrimentos tiveram, ainda, um efeito não planeado: forneceram novas notícias e suscitaram a natural curiosidade de quem via abrirem-se novos horizontes à humanidade.

1.6.1 A tipografia e a cultura impressa: a Galáxia de Gutenberg no fim do Renascimento e alvorada da Modernidade

Para a compreensão da fase final do Renascimento e da alvorada da Modernidade, um fator deve destacar-se – a expansão da tipografia e, assim, a ampliação da *cultura escrita* e a aparição do *homem tipográfico*, na problemática – e já referida – metáfora de McLuhan (1962), que evoca o homem unidimensional vivente numa sociedade massificada, o homem fruto da estandardização trazida pela imprensa. Foi o tempo da Galáxia de Gutenberg, nos termos da provocação mcluhaniana. Foi o tempo da *cultura do impresso*, na designação menos problemática e mais denotativa de Chartier (1993). Massimo L. Salvadori, coord. *et al.* (2005, pp. 275-282) sublinham até, mais neutralmente, que a tipografia promoveu o progresso do conhecimento e a conservação e a circulação inalterada da informação. Já Espejo-Cala (2000, pp. 23-24) atribui à impressão o papel de *conservadora da cultura*.

Como explicar o surgimento da tipografia e, em concreto, da prensa de Gutenberg, num tempo determinado, o século XV, e num espaço determinado, o centro da Europa?

A intensificação do comércio subjacente ao período renascentista gerava riqueza, suscitava o desejo de lucro e impulsionava, ao tempo, a vontade de investir, preferencialmente em negócios inovadores que promettessem lucros estáveis e elevados. Assistia-se, por outro lado, à intensificação da circulação de informações e ideias, prefigurando a liberdade de expressão das sociedades livres e democráticas contemporâneas, possibilitando a construção de novos conhecimentos e a aquisição de novas competências e a difusão de técnicas e artefactos inovadores.

A conjuntura do Renascimento contribuía, assim, para o aparecimento de novos inventos, assegurando aos inventores (tal como aos artistas) o seu ganha-pão ou mesmo o lucro e a riqueza. Por isso, o espírito do Renascimento é encarnado por personagens como Leonardo da Vinci, que aliavam a curiosidade e a paixão pelo experimentalismo aos conhecimentos gerais em vastos domínios (ciências, artes e letras) e à capacidade técnica, inventiva, inovadora e artística. Além disso, a cultura renascentista orientava-se, crescentemente, para o escrito, embora faltasse assegurar a possibilidade de transmitir, fielmente, a mesma mensagem a um vasto número de pessoas e a grande distância a um custo reduzido.

Gutenberg, nascido em Mainz (Mogúncia), na Renânia (estado da Alemanha), no seio de uma família de artífices, foi um desses inventores renascentistas que procuraram, com o seu engenho, alcançar a riqueza e o bem-estar para si e para os seus. Não logrou alcançar a riqueza, e talvez não tenha tido tempo para se aperceber da revolução que o seu invento iria originar, mas o sistema tipográfico que inventou deu à humanidade um futuro melhor, abrindo condições para o aparecimento e sucesso posterior da indústria jornalística.

Outros inventores, além de Gutenberg, procuravam, à época, criar um método de impressão que ultrapassasse as desvantagens da impressão xilográfica (morosidade, rápido desgaste dos moldes e necessidade de as páginas se comporem por inteiro) e de outros métodos de impressão contemporâneos.

A invenção de Gutenberg foi, efetivamente, uma resposta engenhosa às necessidades de assegurar às pessoas, que, crescentemente, usavam e admiravam o documento escrito, uma maneira de transmitir mensagens escritas, fielmente, para um elevado número de indivíduos e a baixo custo, vencendo, também, a distância.

As técnicas de fabrico de papel, inventadas na China e introduzidas na Europa pelos árabes andaluzes, também não eram novidade, pelo que existia já um suporte relativamente abundante e barato para as mensagens escritas.

O invento de Gutenberg, em si, nada tinha também de muito estranho, pois, na sua base, estavam técnicas de impressão difundidas pela Europa, como o confirmam vários livros alemães e holandeses do século XV que chegaram até aos nossos dias. Conserva-se ainda, por exemplo, um exemplar de um texto religioso impresso rudimentarmente em oito folhas, frente e verso, pelo impressor holandês Laurens Janszoon Coster (c. 1440). Mas foi Gutenberg a inventar o método que se difundiu pela Europa.

Gutenberg idealizou, entre 1444 e 1456, um método tipográfico em que se fazem moldes de letras usando uma mistura resistente de chumbo, estanho e antimónio. Esses moldes são agrupados em caixas, dispostas em pranchas com o tamanho de uma página. As pranchas são cobertas com uma tinta adequada e pressionadas verticalmente sobre papel. A originalidade e fiabilidade da tipografia gutenberguiana é realçada por dois factos: 1) perdurou praticamente sem alterações até ao século XIX e à invenção da tipografia a vapor e, depois, da rotativa e da linotipia; e 2) disseminou-se por todo o mundo.

Segundo Alfonso Braojos-Garrido (1999, p. 17), em 1500 já existiam 73 oficinas tipográficas em Itália, 50 no Sacro Império Romano-Germânico, 45 em França, quatro em Inglaterra e pelo menos vinte na Península Ibérica. Pode dizer-se, em consequência, que a tipografia, estabelecida em pontos-chave das redes comerciais europeias, alicerçava uma indústria rentável, no seio da qual nasceram os primeiros projetos industriais de edição de publicações informativas, primeiro ocasionais e, depois, periódicas. No século XVII, foram fundados periódicos noticiosos em todos os lugares onde existiam ou se estabeleceram oficinas tipográficas (Espejo, 2011, p. 190)

De algum modo a invenção da tipografia moderna por Gutenberg resultou da intenção de inovar, arriscar e enriquecer que está subjacente à lógica capitalista e progressista que começou a regular a vida em sociedade no Renascimento. Mas a impressão e edição exigia avultados investimentos em papel, tinta, equipamentos e recursos humanos e argúcia nos negócios, em particular na atividade editorial, para se obter lucro (Chartier, Espejo, eds., 2012, p. 28). Era, igualmente, um negócio rentável, mas competitivo, o que,

por outra parte, encorajou a inovação gráfica e mercadológica. A notoriedade e diferenciação dos produtos editoriais eram essenciais para fidelizar público e captar novos clientes.

Eisenstein (2009, pp. 52-53) relembra, a propósito, que os impressores experimentaram novas fontes tipográficas e introduziram títulos, cabeçalhos, notas de rodapé, tabelas, referências cruzadas e gravuras. A informação visual constituiu “uma revolução na comunicação” impressa em si mesma (Eisenstein, 2009, p. 53).

Impressores e editores do final do Renascimento e da alvorada da Modernidade também produziram catálogos e publicitaram obras e autores, “contribuindo para a celebração de heróis culturais que obtinham celebridade pessoal e fama” (Eisenstein, 2009, p. 59).

Também a forma de produção de textos foi modificada, positivamente, pela introdução da tipografia, já que os produtos impressos tinham de ser confrontados com os originais manuscritos e revistos, o que deu peso ao editor no processo produtivo (Eisenstein, 2009, p. 52).

Conforme coloca Raymond (2012, pp. 203-204), “o impresso oferecia uma alternativa a antigas formas de comunicação” e, embora tenha evoluído com elas, também as transformou. E transformou-as, em grande medida, ao adicionar uma dose de *razão*, de *racionalidade*, à organização do texto e, por meio dele, à organização do próprio pensamento humano e da sociedade:

A crescente familiaridade com páginas regularmente numeradas, com sinais de interrupção, com divisões em parágrafos, com cabeçalhos, índices e assim por diante contribuiu para organizar de maneira diferente o pensamento de todos os leitores (...). A partir desta altura, inúmeras atividades foram sujeitas a um novo *esprit de système* e a utilização dos números árabes para numerar as páginas mostra como a mais insignificante das inovações pode determinar importantes consequências: neste caso uma maneira mais exata de fazer os índices, as notas e as chamadas. Muitos estudos sobre a imprensa apontaram justamente a

(...) utilização dos frontispícios como a mais importante de todas as inovações (...) trazidas pela imprensa. Não é necessário sublinhar como o frontispício contribuiu para a catalogação das obras (...), como este contribuiu para (...) um novo modo de classificar e de datar (...). (Salvadori, coord. *et al.*, 2005, p. 273)

Graças à replicação de todos estes processos, mas também devido à adoção de inovações, impressores e editores foram-se profissionalizando, formando um grémio corporativo. Este grémio, aliás, internacionalizou-se, graças à atividade crescente de tradução de obras em línguas estrangeiras para as línguas nacionais, que, por outra parte, promoveu a circulação de ideias – e a reação censória dos poderes, desafiados pela livre expressão do pensamento.

Para Alfonso Braojos-Garrido (1999, p. 18), a invenção de Gutenberg reforçou mesmo a dignidade de impressores e editores entre os ofícios burgueses, “ao erigir-se em símbolo de um espírito urbano, carregado de individualismo, racionalista, de valores concretos, sem sentimentos de culpa ante o lucro económico e em ascensão progressiva dentro da sociedade da época”. Ao mesmo tempo, contribuiu para racionalizar a cultura europeia e desviá-la, rebeldemente, da autoridade escolástica, da teocracia e do *magister dixit*, em favor da liberdade de pensamento e de expressão, do inconformismo e da tolerância, apesar das reações de controlo e censura por parte dos poderes instituídos. Em suma, a atividade de impressão e edição fez germinar uma “república das Letras”, primeiro à escala europeia e, depois, mundial, e promoveu alguns autores à categoria de celebridades entre as elites letradas. No entanto, se o aparecimento da tipografia de Gutenberg criou condições para a democratização da cultura, também desencadeou um processo de standardização e simplificação das mensagens que vulgarizou essa mesma cultura.

Figura 4. Prensa tipográfica pré-Gutenberg.



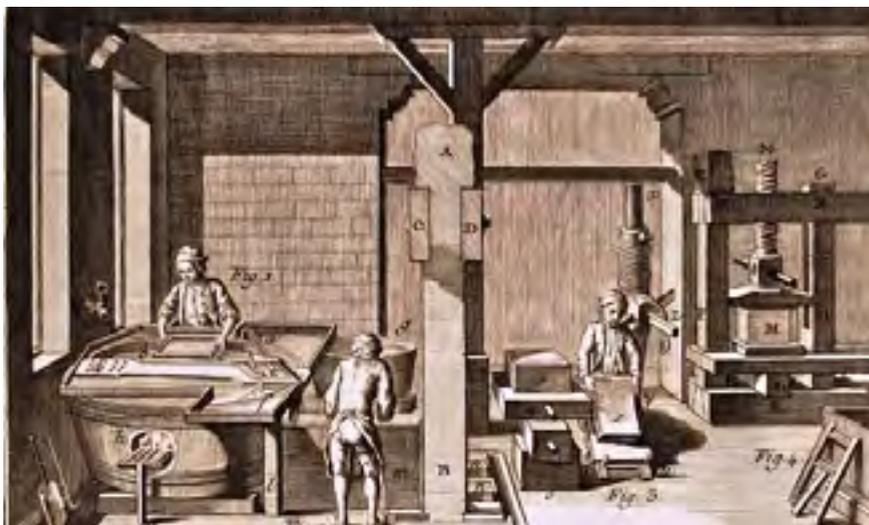
Fonte: recuperada da Web.

Figura 5. Oficina tipográfica quinhentista.



Fonte: recuperada da Web

Figura 6. Manufatura quinhentista de papel.



Fonte: recuperada da Web.

A tipografia permitiu, enfim, fornecer à sociedade europeia a informação de que necessitava, promoveu a curiosidade e a inquirição (Benedict, 2000) e deu resposta à ambição de saber e de conhecer – simbolizada pela fundação da Royal Society, em Inglaterra, em 1660. Permitiu a “popularização da cultura, que, se antes era fundamentalmente oral (...) se torna escrita (...)”, ainda que as publicações impressas se orientem para segmentos determinados do público (Díaz-Noci, Hoyo-Hurtado, 2003, pp. 22-23). Nas palavras de Martin (1992, p. 16), a *cultura do impresso*, alimentada pelo sistema tipográfico de Gutenberg, ocupou mesmo o centro dos movimentos intelectuais, literários, económicos, tecnológicos e políticos que estimularam a entrada na Modernidade. No século XVII, a impressão tipográfica possibilitou, ainda, às fações políticas na Inglaterra parlamentarista e aos estados absolutistas, estes em processo de centralização do poder na monarquia, encontrar um dispositivo relevante de propaganda – a *publicação impressa* (Pizarroso Quintero, 1990, p. 31; Espejo-Cala, 2000, pp. 9-11). Contribuiu, assim, para a construção do estado moderno.

O incremento que a tipografia deu à circulação de informação tornou obsoletas e arcaicas quer as folhas noticiosas manuscritas, quer as redes de correspondentes que quase monopolizaram os fluxos informativos nos tempos precedentes. Facultou, por outro lado, a obtenção pública de informações sobre os acontecimentos notáveis coevos, que tanto ditava o estatuto social como garantia a sobrevivência económica num contexto de estabelecimento do capitalismo mercantil moderno (Conboy, 2010, p. 13). As novas publicações impressas não só obedeciam mais aos critérios comerciais dos editores do que às necessidades de propaganda dos poderes, mesmo que estas também pudessem ser satisfeitas, como também cultivavam um estilo discursivo que misturava a construção textual cuidada que caracterizava a construção das folhas noticiosas manuscritas com o apelo popular que tinha caracterizado a literatura oral (Conboy, 2010, p. 13).

A tipografia permitiu que as novas ideias chegassem a mais pessoas e que as pessoas se sintonizassem melhor com o que acontecia no mundo. A “cultura de elite” e a “cultura popular” dos tempos medievos foram-se mesclando

numa nova “cultura do impresso”, graças à proliferação de publicações impressas e à repetição e ao “prolongamento” dos discursos impressos por meio da oralidade (Chartier, 1993).

No entanto, as técnicas e tecnologias da impressão tiveram um progresso lento. Apesar do custo das cópias impressas pelo método de Gutenberg ser inferior ao das cópias manuscritas e de outros processos, o processo era manual e caro, situação que somente mudou no século XIX, com a introdução da tipografia a vapor e, depois, da rotativa e de tecnologias como a linotipia. Por isso, as cópias impressas de livros e periódicos mantiveram-se, por muito tempo, na esfera dos setores alfabetizados da nobreza, do clero, da burguesia, dos funcionários e dos profissionais liberais, o que retardou a transformação social que, apesar de tudo, a cultura impressa detonou (Guillamet, 2004, p. 72).

Alguns setores da sociedade receberam a tipografia com resistência. Briggs e Burke (2004, pp. 27-28) narram que enquanto vários intelectuais gabavam no impresso o estímulo ao progresso, a promoção do conhecimento e o combate ao despotismo através da difusão de informação, outros criticavam a tipografia por ter rompido com o ideal de uma vida tranquila e em paz, por ter gerado mais obras impressas do que seria possível ler e, de forma geral, por ter lançado a confusão. Os escribas – escrevem ainda os mesmos autores – criticavam-na por os terem deixado sem negócio (Briggs e Burke, 2004, p. 28).

Em jeito de resumo, foi, enfim, graças ao sistema tipográfico de Gutenberg que a Europa descobriu, indiretamente, que havia outros mundos e muita coisa a descobrir; que o humanismo homocêntrico renascentista se solidificou; que as concepções heliocêntricas de Copérnico, Galileu e Kepler se expandiram; que tiveram acolhimento, no domínio epistemológico e científico, as ideias materialistas de Descartes e a concepção mecanicista do mundo de Newton; que a cultura dos factos, iniciada na nova ciência empírica, se expandiu; que, no domínio da religião e das relações entre religião e estado e entre religião e capital, se desenvolveram as ideias de Lutero e Calvino; que as novas concepções políticas e ideológicas de autores como

Maquiavel e Locke, incluindo o ideal da *liberdade de imprensa*, defendido por John Milton, em 1644, se ampliaram. Foi graças à tipografia e à cultura que o mundo pôde tomar contacto com William Shakespeare, que nas suas peças aplica à vida humana ensinamentos da revolução copernicana: as aparências iludem e as certezas não podem ser consideradas definitivas. Foi graças à tipografia que a opinião pública surgiu e se consolidou (Briggs, Burke, 2004, p. 80) e que a esfera pública burguesa se desmaterializou e se tornou crescentemente simbólica, já que, segundo Habermas (1989), o livre uso da razão pública argumentativa pelos cidadãos privados instruídos e autónomos, revestidos, alguns deles (em especial, em Inglaterra), de um poder político decisório concedido pela possibilidade de votar, se foi transferindo dos espaços de socialização limitados das sociedades de leitura, dos salões, cafés e clubes para o espaço discursivo, desmaterializado e amplo, dos periódicos. Para Habermas (1989, p. 28), o princípio da *publicidade* (*publizität*), enquanto mecanismo de controlo do poder político pelos cidadãos, surge desta convergência de fatores. O conceito de opinião pública, portanto, associou-se à ideia de comunicação “social”, tendo surgido a ideia de *público*, que, aliás, antes de se referir a um *público político*, se referia ao *público cultural* da arte e da literatura, dos museus, do teatro e dos concertos (Habermas, 1989, p. 29), que, também ele, encontrou acolhimento nos periódicos de índole cultural, científica e filosófica que foram aparecendo desde o século XVII.

Foi, enfim, graças à cultura do impresso que circularam as ideias que transformaram a sociedade ocidental.

1.6.2 Dispositivos informativos

A difusão das oficinas de impressão por toda a Europa e uma conjuntura favorável, caracterizada, nomeadamente, pelo incremento da atividade mercantil e pelo florescimento da burguesia, cada vez mais interessada nos assuntos públicos, explicam o aproveitamento e aperfeiçoamento dos dispositivos informativos existentes e o surgimento de novos meios de comunicação escrita e, especificamente, o aparecimento de meios informativos impressos. Existia matéria-prima informativa e toda uma estrutura material, capital

e humana de suporte, bem como a vontade de inovar e empreender. Além disso, o poder mostrou-se relativamente tolerante perante o surgimento de novos meios de informação, mesmo quando sobre eles exercia forte controle. Particularmente relevante foi, também, o surgimento e solidificação de um público sedento de informação e interessado nas notícias.

Surgiram, então, por iniciativa de alguns impressores e editores, as primeiras publicações noticiosas e reportativas em forma impressa, de publicação ocasional – ou seja, não eram seriadas³⁶ nem periódicas³⁷. Conceitualmente, essas publicações podem ser classificadas em três categorias – *folhas volantes, relações de acontecimentos* e *livros e opúsculos noticiosos*³⁸.

A denominação coeva usada para apelidar estas publicações variou, em função do seu formato e outras características, do seu propósito, da sua origem e do seu modo de difusão³⁹. No entanto, as diferenças entre elas nem sempre permitem explicar a denominação que os seus contemporâneos lhes deram. As variações nas denominações devem-se, por vezes, a diferentes contextos culturais, diferentes opções entre os editores, diferentes maneiras de denominá-las por parte dos seus públicos e mesmo – isto no caso específico da edificação de uma história do jornalismo – a diferentes opções teóricas conceituais entre os historiadores, no seu afã de entenderem a gênese do jornalismo e de categorizarem e periodizarem os fenómenos históricos.

36. Excluindo alguns livros e opúsculos noticiosos.

37. Excetua-se alguns livros e opúsculos noticiosos, que apresentavam seriação e periodicidade, ainda que esta fosse esparsa.

38. Trata-se de uma proposta de classificação própria. Os autores anglófonos, por exemplo, usam a classificação *newsbooks* para se referirem a publicações como as *gazetas*.

39. Algumas das denominações foram: *avvissi, relazione, gazzetta, broglieti e fogli a mano*, em Itália; *price-currents* e *news pamphlets*, no Reino Unido; *cartas nuevas*, em Espanha; *zeitungen* ou *neue zeitung*, na Alemanha; *occasionnel* e *canards*, em França, etc. Morón (2002, s.p.) apresenta definições para algumas destas publicações ocasionais noticiosas que circularam pela Europa: a autora descreve os *avisos* como folhas sem título ou assinatura, mas com data e nome da cidade onde eram publicados, que se vendiam, principalmente, nos portos das cidades e que forneciam informações sobre batalhas, descobrimentos, cerimónias de cariz político e social, entre outros temas; os *price-currents* como folhas que davam informações sobre preços de mercadorias e horários de navios, etc.; os *ocasionais* como publicações informativas sobre feitos excepcionais, publicados só quando a ocasião o requeria, sendo os que se reportavam a Cristóvão Colombo os que tiveram mais procura; as *relações* como publicações de periodicidade semestral, cuja saída costumava coincidir com a edição das feiras de editores e livreiros, que ocorriam na cidade de Frankfurt, Alemanha, e recolhiam os principais acontecimentos ocorridos na Europa durante os seis meses que separavam uma feira de outra; e os *canards* como publicações comparadas aos ocasionais, mas apresentando um conteúdo popular e sensacionalista, tratado com recorte religioso – monstros, milagres, fenómenos insólitos, etc. (Morón, 2002, s.p.).

Em Portugal, as publicações ocasionais informativas impressas, algumas delas especificamente noticiosas, adquiriram denominações como *folhas* ou *folhetos volantes*, *folhas soltas*, *folhas ocasionais* ou *folhas noticiosas*; *relações*; *avisos*; e *livros noticiosos*, ainda que, no seu tempo, os coevos se referissem às mesmas, principalmente, como *relações*. Noutros países, as denominações podem ser outras.⁴⁰

Essas publicações representaram os principais dispositivos informativos dos finais do século XV e do século XVI, tendo perdurado, com mais ou menos transformações, até ao século XIX (Tengarrinha, 1989, p. 27; Chivelet; 2001, p. 12; Morón, 2002, s.p.; Guillamet, 2004, p. 51; Espejo, 2012, p. 106;). Algumas delas podem ser encaradas quer como antepassadas dos atuais jornais, estando na génese do jornalismo moderno e contemporâneo, quer como formas arcaicas de reportagem, caso se atente no respetivo conteúdo. Tengarrinha (1989, p. 27) releva que as publicações informativas ocasionais impressas já apresentarem “algumas características da imprensa [jornalística], pela informação detalhada e pela atualidade.” Chivelet (2001, p. 12) enfatiza que a essas publicações tinham um pressuposto: deveriam respeitar um período de tempo que permitisse contar as últimas novidades do que havia acontecido, entre a edição de um relato e de outro.

As principais temáticas das publicações informativas ocasionais, desde o final do século XV até ao final do século XVI, foram as guerras e, tempos depois, as notícias sobre as descobertas (Morón, 2002, s.p.). Batalhas (exaltação de vitórias ou descrição das atrocidades de um inimigo para o desacreditar), viagens, naufrágios, descobrimentos, o protestantismo de Lutero, o divórcio entre Henrique VIII e Catarina de Aragão, acordos de paz, cerimónias públicas, episódios da vida nas cortes, casamentos e batizados reais e outros eventos socialmente relevantes, celebrações e festas, crimes e criminosos, episódios políticos, cerimónias religiosas, autos de fé, assuntos económicos e comerciais, descrições de lugares, fenómenos insólitos, milagres, maravi-

40. Para Espejo (2012, p. 106), por exemplo, as publicações ocasionais têm denominações como *news pamphlets*, em Inglaterra, *neue zeitung*, na Alemanha, *ocasionais*, em França, e *relações* em Espanha, Itália e Portugal.

lhas da natureza e outras curiosidades e calamidades foram outros dos temas tratados nas publicações informativas ocasionais (Pizarroso Quintero, 1994, p. 43), as quais iniciavam, assim, os mais diversos aspetos da vida coletiva.

As notícias publicadas nas publicações informativas do final do Renascimento e da alvorada da Modernidade já obedeciam, assim, a critérios de noticiabilidade idênticos aos contemporâneos, o que acentua a natureza cultural e histórica dos valores-notícia, tais como a negatividade, a referência a fenómenos insólitos, a novidade, a referência a pessoas de elite, a utilidade prática das informações, entre outros (Sousa, 2013; Sousa *et al*, 2007, 2011, 2013). Dias (2006, p. XXX) corrobora que foi desde os princípios do século XVII, que “se estabeleceram muitas das características normativas da moderna imprensa periódica” e acrescenta que foi também nesta altura que aqueles que escreviam as “notícias” começaram a exigir publicar todo o tipo de informações políticas, militares, económicas e sociais, de forma a fazer circular essa mesma informação.

As publicações informativas e, entre elas, as publicações especificamente noticiosas (no sentido de que davam conta de uma singularidade nova, notável e concreta, isto é, de um *acontecimento*) reportaram, na verdade, uma variedade de temas que se encontrariam, sem surpresa, em qualquer meio jornalístico atual e também nos meios informativos do passado. Afinal, os temas dos conteúdos noticiosos não mudaram muito desde que os romanos focavam sobre a vida privada entre as informações políticas, comerciais e militares que serviam de tema às suas cartas e às *Atas Diurnas*.

Efetivamente, o jornalismo ainda hoje é uma atividade de contar ao público em geral histórias sobre factos notáveis e singulares da vida quotidiana contemporânea – *notícia* é, antes de mais, o que é *notável* e *notado*. Muitas dessas histórias eram e são publicamente úteis, enquanto outras se destinavam e destinam, essencialmente, a satisfazer a curiosidade humana. Mesmo estas últimas notícias, porém, podiam e podem ser positivas para a vida de uma sociedade, já que, ao representarem as atitudes, comportamentos e cognições humanas e ao delimitarem o que é considerado desvio,

ajudam a definir as regras de convivência e as normas que asseguram a sobrevivência e a estabilidade da sociedade.

As publicações ocasionais não apresentavam periodicidade regular nem tinham, por norma, um título denominador que se repetisse em números encadeados – com exceção notável de alguns *livros* e *opúsculos noticiosos*. A primeira página podia, no entanto, ostentar o título do assunto a que se referiam, bem como outras informações, como a data e o local de impressão. Por vezes, vinham ilustradas com gravuras alusivas ao tema (Albert, Terrou, 1970, p. 9; Pizarroso Quintero, 1994, p. 43; Gürtler, 2005, p. 9). Habitualmente, eram vendidas nas oficinas onde eram impressas, nas lojas dos livreiros, em feiras, em postos de venda ambulante e em lugares concorridos e foram criando público, predominantemente entre a burguesia urbana, os académicos, os altos funcionários, os eclesiásticos, os profissionais liberais, os oficiais militares, os cortesãos e a população alfabetizada em geral com poder aquisitivo – predominantemente masculina. Os iletrados e os populares alfabetizados com reduzido poder de compra podiam ter acesso às publicações informativas nos atos leitura pública que ocorriam em feiras, depois das cerimónias religiosas principais, em festas populares e noutras ocasiões que atraíam público. Nessas ocasiões, o leitor, normalmente, aguardava ser recompensado monetariamente por quem o escutava.

Havia também funcionários que tinham acesso às publicações informativas no local de trabalho, quando os serviços em que trabalhavam recebiam essas publicações; e algum público lia-as ou escutava a sua leitura nos espaços de sociabilidade masculina – as tabernas e, mais tarde, os cafés, as casas de chá e os clubes.

As publicações ocasionais informativas eram, frequentemente, traduzidas para vários idiomas, contribuindo para que a Europa se tornasse um espaço de referência para os cidadãos do Velho Continente. Para além disso, ao serem difundidas por toda a Europa, permitiam que os cidadãos europeus de um determinado país soubessem o que se passava noutra, ajudando, assim, a que se fosse forjando uma consciência geocultural unitária e identitária.

Braojos Garrido (1999, pp. 21-22) relembra que os “mercadores da notícia” chegaram a espiar e subornar, mas alguns também se colocaram ao serviço da propaganda de causas políticas, ajustando as suas publicações à manipulação da opinião. Independentemente de quaisquer juízos de valor que se possam fazer acerca da atitude dos noticiaristas do final do Renascimento e da alvorada da Modernidade, as suas publicações tiveram suficiente impacto e importância entre a sociedade coeva para justificar os esforços censórios ou manipuladores exercidos pelos poderes instituídos.

Apesar do destaque que, no âmbito da elaboração de uma história do jornalismo, deve ser dado às *folhas volantes*, às *relações de acontecimentos* e aos *livros e opúsculos noticiosos*, vários dispositivos de fixação e troca de informações escritas, alguns manuscritos, outros impressos, coexistiram durante a fase final do Renascimento e a alvorada da Modernidade, tendo, todos eles, dado os seus contributos ao desenvolvimento futuro do jornalismo.

1. *Crónicas*

As crónicas, vindas da Idade Média, subsistiram, mas os novos meios impressos asseguraram a sua reprodução fiel e alargaram a sua difusão. O seu estilo contribuirá para a futura fixação de padrões para a enunciação jornalística, tanto quanto o valor historiográfico da *intenção de verdade* se inculcará nos valores jornalísticos. O cronista, no entanto, escreverá sobre o encadeamento de factos históricos durante processos de média e longa duração, por vezes bastante depois dos factos históricos narrados e, por vezes, estando ao serviço da coroa, adequará o relato aos interesses e necessidades do empregador; já o noticiarista escreverá, sobretudo, sobre as singularidades notáveis da atualidade.

2. *Cartas*

As cartas também subsistiram como meio relevante de transmissão de informação e novidades notáveis.

As redes nacionais e internacionais de correspondentes que, por meio de cartas privadas, se foram instituindo entre as elites renascentistas e mo-

deras letradas e interessadas nos assuntos públicos contribuíram para as familiarizar com o consumo regular de notícias, sedimentando o futuro *público* dos periódicos informativos.

Também havia cartas institucionais, como a que, em jeito de crónica (na realidade, é uma carta-crónica), escreveu Pêro Vaz de Caminha, cronista da frota de Pedro Álvares Cabral, ao rei de Portugal, D. Manuel, narrando o achamento do Brasil.

Os funcionários dos grandes mercadores e das grandes casas comerciais e bancárias elaboravam, por seu turno, um tipo de cartas informativas e noticiosas que funcionavam como uma espécie de *newsletters*, como as bem conhecidas cartas da célebre família burguesa dos Fugger⁴¹. As cartas deste último tipo serviam para os funcionários manterem os seus patrões informados do que acontecia, tendo, em certos casos, periodicidade diária. Essas cartas, confidenciais, começaram a incorporar informações sobre a conjuntura económica, militar, política e social. A rigorosa *newsletter* comercial da família alemã dos Fugger continha informação de grande exatidão sobre a disponibilidade e preços de vários bens e serviços, notícias políticas e militares suscetíveis de afetar os negócios e um sem número de outras notícias.

A correspondência diplomática, alimentada pelo estabelecimento de embaixadores residentes nas cortes europeias, ganhou, também, uma renovada importância e, no futuro, tornou-se relevante para abastecer os periódicos europeus com notícias internacionais.

Para a história do jornalismo, as cartas institucionais e informativas são importantes pela adoção de um estilo eminentemente noticioso, reportativo, informativo e funcional, embora temperado pelas especificidades do género epistolar.

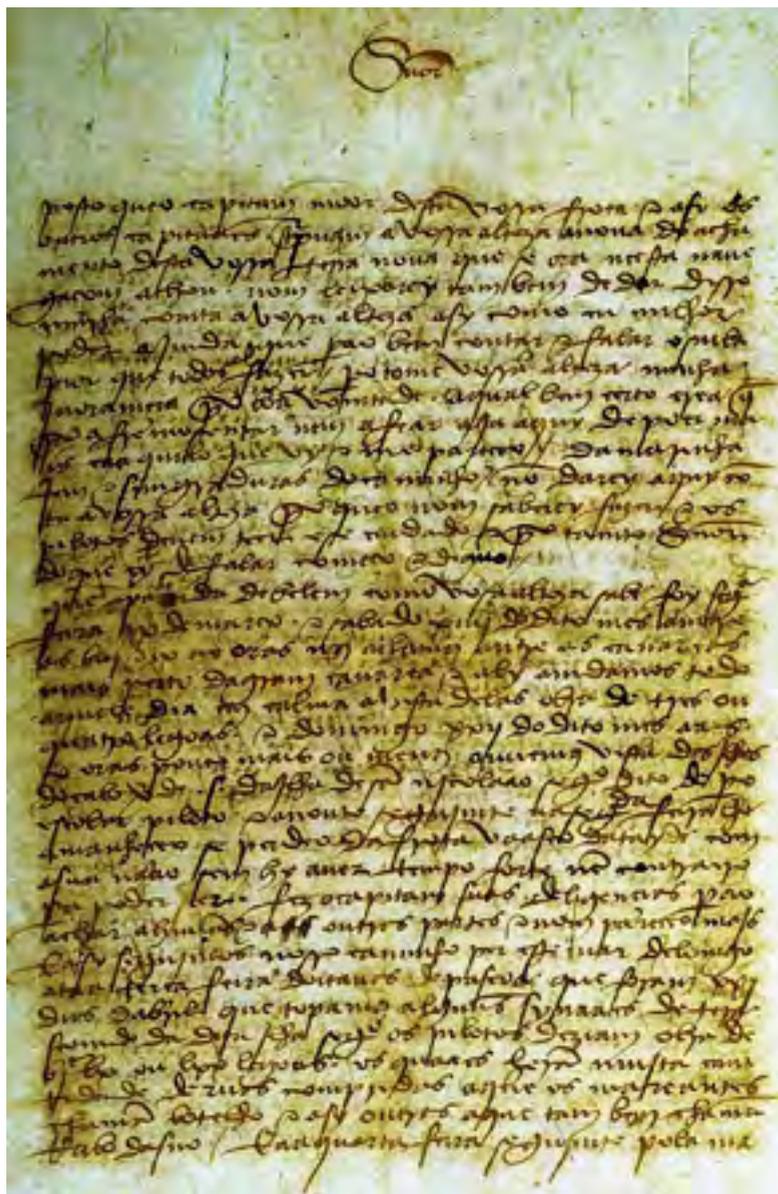
41. As cartas noticiosas da família de mercadores Fugger, conhecidos por *Fuggerzeitungen*, documentam bem esta necessidade, surpreendendo pela excelência e variedade dos seus conteúdos, relacionados com acontecimentos políticos, sociais e militares e com assuntos comerciais e económicos. Ver: *The Fuggerzeitunger: An early modern informative medium and its indexing. Something about the Fuggerzeitungen....* Disponível em: http://www.univie.ac.at/fuggerzeitungen/en/?page_id=52 e <https://fuggerzeitungen.univie.ac.at/en>.

Figura 7. Primeira página de um exemplar de uma das cartas da coleção *Fuggerzeitungen* (1568).



Fonte: reprodução do original.

Figura 8. Primeira página da carta de Pêro Vaz de Caminha relatando o achamento do Brasil ao rei D. Manuel.



Fonte: reprodução do original.

Para exemplificação, veja-se o seguinte excerto da carta-crónica de achamento do Brasil, da autoria de Pêro Vaz de Caminha:

Senhor, (...) E assim seguimos o nosso caminho, por este mar longo, até que (...) houvermos vista de terra! A saber, primeiramente de um grande monte, muito alto e redondo; e de outras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos; ao qual monte alto, o capitão pôs o nome de O Monte Pascoal e à terra A Terra de Vera Cruz! (...) E dali avistamos homens que andavam pela praia, uns sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos que chegaram primeiro (...), pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas.⁴²

3. *Almanques*

Os almanques, elaborados, com intuítos comerciais, pelas primeiras tipografias-editoras, incluíam informações sobre agricultura, dias festivos e fases da lua; davam conselhos para a vida diária; recordavam provérbios; faziam previsões; incluíam pequenos relatos de vidas de santos, reis, nobres e heróis, com intuítos moralistas; e inseriam relatos de alguns acontecimentos notáveis e de fenómenos insólitos (por vezes meramente ficcionais). Esses almanques, escritos de forma simples, aguçavam o apetite das pessoas por notícias e ajudaram a conquistar para a leitura a população alfabetizada, incluindo aqueles cuja alfabetização era rudimentar. De algum modo, criaram *público*, condição determinante para o futuro êxito das publicações noticiosas periódicas impressas.

4. *Folhas (ou folhetos) volantes*

As *folhas volantes* (também designadas *folhas ocasionais* ou *folhas noticiosas* ou *avisos*) são um dos principais dispositivos pré-jornalísticos do Renascimento e da alvorada da Modernidade, que, com mais ou menos transformações, perduraram até ao século XIX. Algumas dessas folhas eram produzidas a partir de *cartas de relação* (ou cartas de relato), relatos noticiosos em forma de carta.

42. Grafia adaptada ao português contemporâneo.

As folhas volantes noticiosas e reportativas terão surgido em Itália, em Veneza e em Génova, no século XV⁴³, e rapidamente se espalharam por toda a Europa, sendo vendidas em feiras e lugares concorridos. Eram, genericamente, conhecidas por *avisos*, pois avisavam de que uma singularidade notável, isto é, um acontecimento, tinha ocorrido, ainda que esta designação específica tivesse pouco uso em Portugal. Outras ofereciam informação comercial e política aos mercadores.

As primeiras folhas volantes eram manuscritas, mas não se esperou muito tempo até surgirem folhas noticiosas impressas, pois os impressores compreenderam que podiam fazer negócio com as notícias.

As folhas volantes tinham por objetivo difundir informações noticiosas (Pizarroso Quintero, 1994, p. 30; Gürtler, 2005, p. 9), mas algumas delas usaram o pretexto noticioso para fazerem propaganda de causas e indivíduos – nomeadamente de soberanos e líderes políticos e militares (Pizarroso Quintero, 1994, p. 30).

Andrews (1859, p. 12) afirma que, sendo Itália o berço das folhas noticiosas volantes, também pode ser considerada o berço do jornalismo. Arblaster (2005, p. 22) e Guillet (2004, p. 45) reconhecem, igualmente, a importância de algumas cidades italianas na difusão dessas publicações, nomeadamente Veneza, pela sua posição comercial e central (daqui se espalhavam as notícias para o resto da Europa), e de algumas cidades alemãs. Mais tarde, Antuérpia⁴⁴ e Bruxelas também se destacaram como centros de difusão de informação sob a forma de folhas volantes noticiosas (Arblaster, 2005, p. 23).

De acordo com Tengarrinha (1989, p. 29) e Pizarroso Quintero (1994, p. 43), as folhas volantes portuguesas eram, por norma, constituídas por uma única folha, de pequena dimensão (cerca de 15x20 centímetros, as maio-

43. A mais antiga folha volante conhecida, terá aparecido em Bolonha, em 1470, e relatava a queda de Constantinopla e do Império Romano do Oriente, acontecimentos ocorridos em 1435, e os avanços dos turcos otomanos pelo Mediterrâneo Oriental. Outras, posteriores, faziam referência a factos como a descoberta da América por Cristóvão Colombo (1493), a queda de Granada e a expulsão dos mouros de Espanha (1492), a queda de um meteorito em Ensisheim (1492), a entrada de Carlos VIII em Florença (1494), etc. (Sousa, coord. 2007, p. 43).

44. Arblaster (2005, p. 23) refere que, em 1620, esta cidade estava no centro de dois dos serviços de correios que serviam toda a Europa.

res, e de 15x10 centímetros, as menores). Nelas, habitualmente, apenas se inseria uma única “notícia”, sobre um acontecimento particular, “com grandes minudências, mas nem sempre com muita verdade” (Tengarrinha, 1989, p. 29), ou seja, eram *monotemáticas*. Em alguns casos, juntavam-se duas ou três folhas, mas mesmo nesta situação, costumava figurar apenas uma “notícia” e eram raros os casos em que se oferecia ao leitor mais do que uma peça noticiosa numa folha volante⁴⁵. Mais raramente, o conjunto podia atingir até as oito folhas (Tengarrinha, 1989, p. 29).

A expansão das oficinas de impressão não eliminou a cópia manuscrita. Por exemplo, a primeira folha volante manuscrita portuguesa que se conserva na Biblioteca Nacional de Portugal data de 19 de outubro de 1588, surgindo com o título *Notícia da infelicidade da Armada de Sua Majestade que escreveu o mestre de Santa Catarina*⁴⁶. Nela, em duas folhas, narra-se a destruição da Armada Invencível. Assim, há a considerar que, quanto ao método de fixação da informação no suporte, havia dois tipos de folhas volantes noticiosas coexistentes: as impressas e as manuscritas⁴⁷, formatos que conviveram durante três séculos (Pizarroso Quintero, 1994, p. 30 e p. 43; Guillamet, 2004, p. 45)⁴⁸.

As folhas volantes podiam, ainda, ser escritas em *prosa* ou em *verso*.

45. Em certos casos, mas raros, juntavam-se na mesma folha ocasional, “notícias sérias”, “notícias populares” e/ou “sensacionalistas” e “notícias” que, pelo seu conteúdo, tinham manifesto interesse público, apesar de se poderem referir, por exemplo, a calamidades (Albert, Terrou, 1970, p. 9; Tengarrinha, 1989, p. 29; Pizarroso Quintero, 1994, p. 43).

46. BNL, Ms. Caixa 2, n.º 28.

47. Com o início da circulação das folhas noticiosas impressas, as manuscritas baixaram a sua tiragem; no entanto, estas eram menos alvo de censura e repressão, dado que a sua circulação era muito mais limitada (Guillamet, 2004, p. 45).

48. Días Noci e Hurtado (2003, p. 15) esclarecem que as relações, que predominaram no século XV, mantiveram-se depois, especializando-se num público mais popular ou para dar informação mais detalhada de um acontecimento pontual considerado importante.

As folhas volantes tiveram várias denominações nos diferentes países europeus, tais como: *relação*, *notícia*, *carta*, *manifesto*, *aviso* e *cópia* (Portugal), *avvisi*, *relazione*, *gazzeta*, *broglieti* e *fogli a mano* (Itália), *price-current* e *news pamphlet* (Reino Unido), *carta nueva*, *relación* e *aviso* (Espanha), *zeitungen* e *messrelationen* (Alemanha), *occasionnel* (França), etc. Na primeira página, normalmente, surgia o título da notícia a que se referiam, a data e, se fossem impressas, o local de impressão. Algumas eram ilustradas com uma gravura e a primeira página funcionava como frontispício.

As folhas volantes tiveram outra característica: frequentemente, as notícias eram traduzidas para outros idiomas e difundidas, igualmente, como folhas volantes. Ao disseminarem-se por toda a Europa, as folhas volantes levaram ao conhecimento dos europeus aquilo que se passava noutros países. Esse facto concorreu para tornar a Europa o espaço de referência identitário dos indivíduos do Velho Continente. A Europa forjava, assim, uma consciência geocultural. Aliás, algumas das folhas volantes eram escritas em latim. Escrever em latim, língua-franca dos intelectuais da época, visava incrementar a circulação das folhas volantes e das próprias informações, mesmo a nível internacional.

As folhas noticiosas volantes conseguiram despertar o interesse crescente de um conjunto igualmente crescente de leitores. O bom acolhimento das folhas noticiosas volantes pela burguesia urbana, pelos académicos, altos funcionários e profissionais liberais bem-sucedidos, pelos cortesãos, pela população alfabetizada em geral e mesmo pela população analfabeta (os analfabetos pagavam para ouvirem o que diziam as folhas volantes) fizeram alguns empreendedores entenderem que as pessoas estavam ávidas de notícias regulares, pelo que essas folhas geraram um ambiente propício ao futuro aparecimento dos periódicos noticiosos, que já incluíam várias notícias e se aproximam do que se pode considerar ser um *jornal* – um *registo da(s) jorna(s) ou do(s) dia(s)*.

As folhas volantes tiveram, assim, o mérito de criar mercado, audiência e público para o periodismo noticioso que animou, na Modernidade e na

Contemporaneidade, a Europa e outras partes do mundo⁴⁹. Abriram o caminho para as *relações de acontecimentos*, para os livros *noticiosos* e, depois, para as gazetas e outras publicações periódicas informativas. Continuaram, no entanto, presentes na paisagem mediática europeia, quer na forma impressa, quer na manuscrita, sobretudo durante o século XVII, mas também durante o século XVIII e ainda no início do século XIX.

O sucesso das folhas volantes ficou provado pelas sucessivas edições, reedições e mesmo contrafações das mesmas, levadas a cabo até ao século XIX e, de acordo com Gürtler (2005, p. 9), também pelas referências nos próprios escritos da época.

As folhas volantes podem ser consideradas antepassadas longínquas e arcaicas dos atuais jornais e constituem uma das principais novidades trazidas pelo Renascimento à história do jornalismo.

A proliferação incontrolada de notícias por meio de folhas volantes e de publicações informativas de outro tipo levou alguns governos a regular esse fluxo, datando do Renascimento alguns éditos contra os “perigos” da elaboração e leitura de notícias, como os emitidos pela Universidade de Colónia (1475), pelo Arcebispado de Würzburg (1482) e pelas autoridades de Basileia (1482) e de Mainz (1485). O papa Alexandre VI impôs, por seu turno, a censura prévia às notícias, na bula *Intermultiplices*, em 1488.

5. *Relações (ou relatos) de acontecimentos*

Por vezes é difícil distinguir os diferentes tipos de publicações renascentistas e modernas, porque impressos de diferentes géneros por vezes comungavam idênticas denominações. Os diferentes géneros de publicação não se encontravam estabilizados à época e, na verdade, nem sequer o estão hoje, facto que se torna evidente quando se comparam as categorizações de diferentes autores sobre as publicações do passado. Algumas folhas volantes, por exemplo, também se designaram por *relações*, pois *relação* é sinónimo de *relato*.

49. No Japão também se publicaram uma espécie de folhas volantes, os Yomiuri (“paga e lê”), no século XVII.

No entanto, é possível distinguir conceitualmente, as *relações ocasionais de acontecimentos* das *folhas noticiosas volantes*, já que as primeiras configuram um tipo de publicação reportativa mais extensa e trabalhada do que as últimas.

A primeira diferença das relações de acontecimentos em relação às folhas volantes é, portanto, o número de páginas e, conseqüentemente, a amplitude do relato. Nas relações de acontecimentos, o número de páginas podia atingir várias centenas. Essas publicações extensas tornaram-se comuns graças ao aprimoramento das técnicas de impressão e ao embaratecimento dos custos de produção.

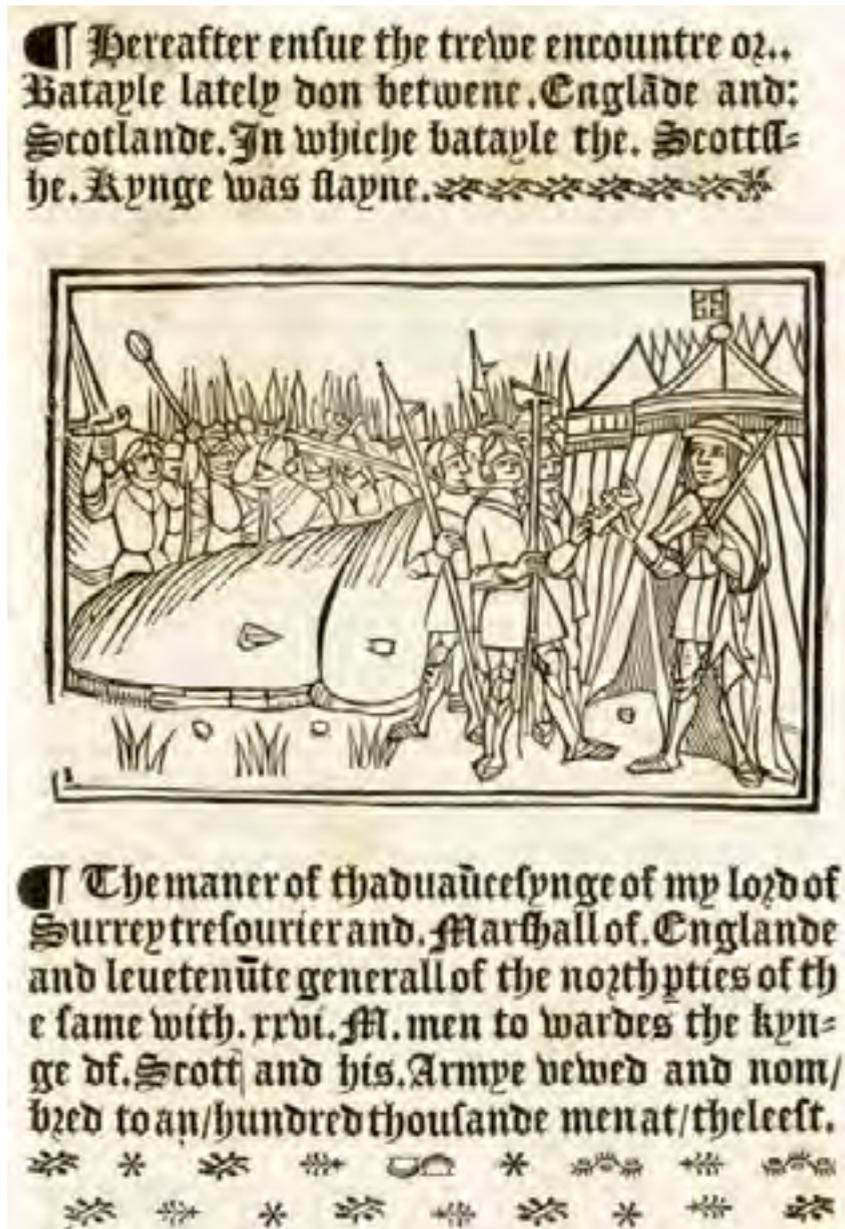
Guillamet (2004, p. 51) diz que as relações de acontecimentos foram genuínos dispositivos noticiosos, ainda que servissem, também, para a “apresentação de relatos fantásticos onde se misturavam elementos de realidade e invenção”. Sustenta, igualmente, que estiveram na gênese do surgimento dos primeiros periódicos. Acrescenta que, no seu primeiro século e meio de publicação, as relações ocupavam-se, detalhadamente, de um único feito, por norma político ou militar, e que, a nível formal, se apresentavam em formato de “quarto”, como um caderno, possuindo uma capa com uma imagem alusiva ao tema ou uma ilustração à volta do título. (Guillamet, 2004, p. 51)

Normalmente, as relações de acontecimentos apenas continham, portanto, uma “reportagem” extensa sobre um acontecimento singular, ou seja, eram *monotemáticas*⁵⁰. Esses relatos reportativos extensos tinham por antecessores estruturais e estilísticos a crónica medieval e géneros narrativos da Antiguidade, prefigurando a *reportagem jornalística*. Algumas suscitaram tanto interesse que foram repetidamente reimpressas, com ou sem alterações, até ao século XIX⁵¹.

50. As relações de acontecimentos *monotemáticas* coexistiram, no entanto, com algumas, mas raras, relações *multitemáticas*, que narravam vários acontecimentos, não sendo possível destrinchá-las das relações *monotemáticas a priori* pelo recurso ao termo *relação*.

51. Em Portugal, várias relações de naufrágios foram compiladas na *História Trágico-Marítima*, de Bernardo Gomes de Brito, obra em dois tomos, lançados em 1735 e 1736.

Figura 10. Reimpressão oitocentista (1809) fiel da relação sobre a batalha de Flodden Field, que terá sido publicada originalmente em 1513.



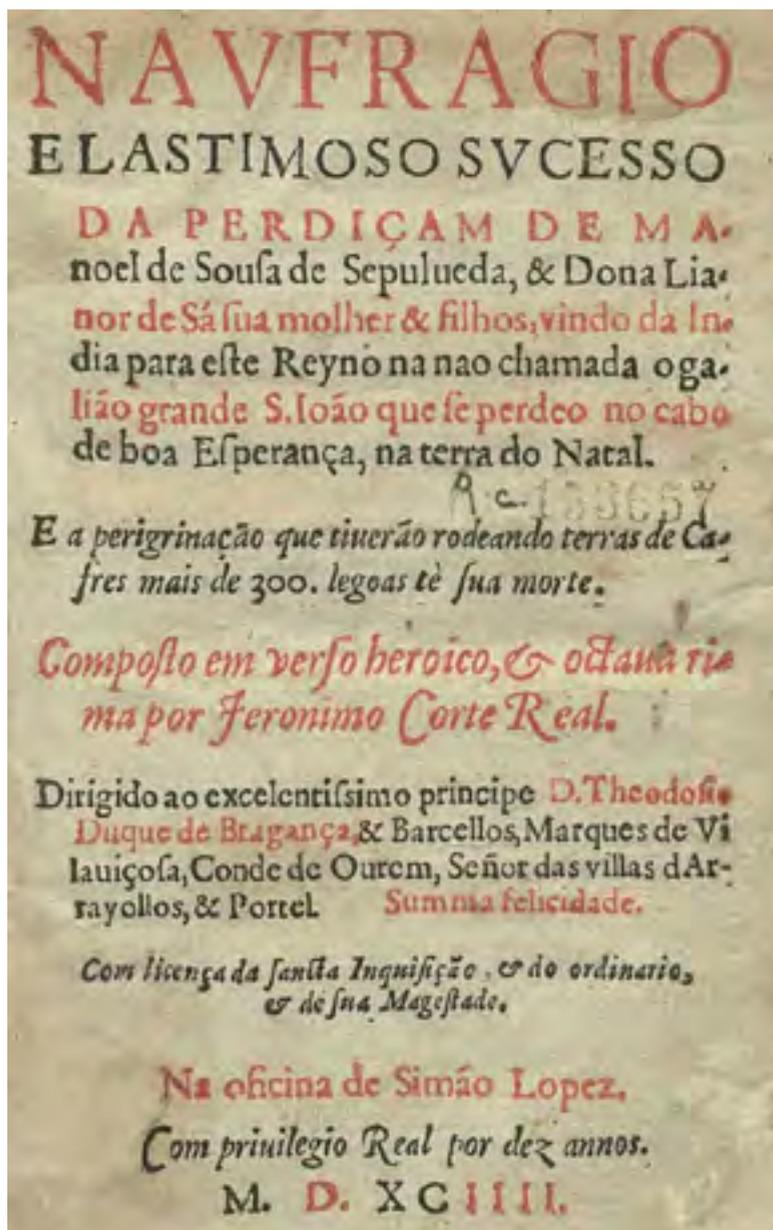
Fonte: reprodução do original.

Uma das relações de acontecimentos impressas desse tempo, e reimpressa até ao século XIX, narra a batalha de Flodden Field, que opôs escoceses a ingleses, em 9 de setembro de 1513, e crê-se que tenha sido editada, pela primeira vez, neste mesmo ano.

Possivelmente, as primeiras publicações ocasionais impressas portuguesas que relatavam um determinado acontecimento, com maior ou menor profundidade, reportaram naufrágios, já que o país se empenhava na epopeia dos Descobrimentos e do comércio transoceânico. A primeira dessas relações impressas poderá ter sido a *História da muito notável perda do galeão grande São João em que se recontam os casos desvairados que aconteceram ao capitão Manuel de Sousa de Sepúlveda, e o lamentável fim que ele e sua mulher e filhos e toda a mais gente houveram, o qual se perdeu no ano de 1552, a 24 de junho, na Terra do Natal*, eventualmente impressa em Lisboa, entre 1554 e 1556. Composta sob a forma de livro de formato *in quarto* (cerca de 14 por 20 cm), com centenas de páginas e, possivelmente, editada, pela primeira vez, entre 1554 e 1556, seria reeditada posteriormente, em várias ocasiões, sempre com intuítos comerciais.

Outra publicação do mesmo tipo é a *Relação do lastimoso naufrágio da nau Conceição chamada Algaravia a Nova de que era capitão Francisco Nobre a qual perdeu nos baixos de Pêro dos Banhos em 22 de agosto de 1555*, impressa em Lisboa, em 1556, com gravura na folha de rosto.

Figura 11. Capa da relação do *Naufração do Galeão São João*.



Fonte: reprodução da capa da reedição de 1594 da relação do *Naufração do Galeão São João*, com 422 páginas, reescrita em verso por Jerónimo Corte-Real.

Em Portugal foram publicadas, igualmente, várias relações quinhentistas sobre viagens de interesse etnográfico e geográfico e outras ocorrências relacionadas com os Descobrimentos, casos, por exemplo, do *Itinerario y Compendio de las cosas notables que hay desde España hasta el Reino de la China y de la China a España, volviendo por la India Oriental, después de haber dado vuelta a casi todo el mundo (...)*, da autoria de frei Juan Gonzalez de Mendonza, impresso em Lisboa, em 1586; e da *Relação verdadeira dos trabalhos que o governador D. Fernando de Souto e certos fidalgos portugueses passaram no descobrimento da província da Flórida, agora novamente feita por um fidalgo de Elvas*, saída em Évora, em 1557, a qual, a acreditar no título, terá mesmo sido uma reedição de um texto precedente.

Também foram publicadas relações sobre acontecimentos religiosos, centrais na vivência das gentes da época, de que é exemplo a *Relação do solene recebimento que se fez em Lisboa às Santas Relíquias que se levaram à igreja de São Roque da Companhia de Jesus aos 25 de janeiro de 1588*, da autoria de Manuel de Campos, impressa, em 1588, em Lisboa.

As primeiras relações de acontecimentos ocasionais portuguesas impressas terão tido um intuito comercial. Mas outras há cuja finalidade terá sido política. Por exemplo, uma das primeiras relações de acontecimentos ocasionais que circulou em Portugal é um panegírico à ascensão de D. Filipe II de Espanha (D. Filipe I de Portugal) ao trono português, datado de 1583. Teve finalidades propagandísticas e políticas, sendo de destacar a preocupação do autor de justificar, a todo o tempo, a entronização do novo rei e de enaltecer a figura real. Foi, sintomaticamente, escrito em castelhano, pelo cortesão Isidro Velazquez Salamantino, e intitula-se *La entrada que en el Reino de Portugal hizo la S.C.R.M. de Don Philippe, Invictissimo Rey de las Españas, Segundo deste Nombre, Primero de Portugal, así con su real presencia, como con el exercito de su felice campo*. Aliás, as relações quinhentistas e seiscentistas impressas em Portugal nem sequer são, na totalidade, escritas em português (o castelhano foi muito usado), nem são todas da autoria de autores portugueses (no contexto da monarquia dual ibérica, são vários os autores castelhanos que viram as suas obras impressas em Portugal, nomeadamente em Lisboa).

Figura 12. Capa de *La entrada que en el Reino de Portugal hizo la S.C.R.M. de Don Philippe, Invictissimo Rey de las Españas, Segundo deste Nombre, Primero de Portugal, así con su real presencia, como con el exercito de su felice campo*, de 1583.



Fonte: reprodução do original.

6. Livros noticiosos⁵²

As publicações noticiosas ocasionais – como as folhas noticiosas volantes e os relatos ou relações de acontecimentos – estiveram na base do surgimento de um dispositivo informativo mais aparentado com os periódicos noticiosos e com os futuros jornais – os *livros noticiosos*, que, quando apresentam um número reduzido de páginas, podem denominar-se de *opúsculos noticiosos*.

Livros e opúsculos noticiosos ofereciam ao leitor não um relato extenso sobre um acontecimento singular, mas sim um conjunto de peças mais curtas sobre vários acontecimentos. Algumas dessas publicações multitemáticas alinhavam, assim, um vasto conjunto de “notícias” sobre uma grande diversidade de acontecimentos, ao longo de dezenas ou centenas de páginas.

Os livros e opúsculos noticiosos resultaram, frequentemente, da junção, num único suporte, de informações dispersas em folhas volantes e relações de acontecimentos e ainda de informações que chegavam aos editores por carta ou que resultavam de produção própria (Sousa, 2008b; 2013). Esse fenómeno esteve na origem dos periódicos, uma vez que, se inicialmente se iam elaborando as notícias ao longo de um ano, esse período foi-se estreitando e passaram a juntar-se notícias publicadas ao longo de um semestre e, depois, ao longo de um mês. Desta forma, abriram-se as portas ao aparecimento dos periódicos, primeiro mensais, depois semanais e, por fim, diários, inventando-se, assim, o *jornal* – o registo das *jornas* ou *dos dias*.

Os livros e opúsculos noticiosos possuíam, por vezes, uma finalidade mais historiográfica do que noticiosa, pois a sua ambição primeira era registarem, cronologicamente, vários acontecimentos singulares notáveis ao longo de um determinado período – usualmente, um ano ou um semestre.

Normalmente, livros e opúsculos noticiosos possuíam encadeamento entre números, seriação e, em certos casos, periodicidade, ainda que esparsa.

52. Há autores que consideram as gazetas e mercúrios seiscentistas e setecentistas e outros periódicos dos mesmos séculos como *livros noticiosos*, pois não apresentavam o formato e o *design* próprio de um *jornal*. O primeiro periódico que, para esses autores, caberia na designação *jornal*, distinguindo-se dos livros noticiosos, seria o *Courante uyt Italien, Duytslandt, &c.*, de 1618, paginado *in-folio* (grande formato), a duas colunas, com um filete vertical a separá-las.

Efetivamente, determinados indivíduos editavam livros e opúsculos noticiosos encadeados sob um título comum relativamente estável, que se mantinha, o que os convertia em *publicações seriadas* (unidas por um título e, às vezes, até numeradas).

Assim, de acordo com os conceitos que aqui se usam, os *livros e opúsculos noticiosos*, surgidos no século XVI, diferem das folhas volantes e das relações ocasionais de acontecimentos (1) no volume de páginas e informações, (2) na diversidade de peças inseridas, (3) na periodicidade, mais ou menos definida, mesmo que esparsa (semestral ou anual); (4) na existência de um título que denominava todas as sucessivas edições, sendo, portanto, *publicações seriadas*, passíveis de serem colecionadas; e (5) no suporte físico, em forma e com design de livro, por vezes com frontispício, ilustrado ou não.

Os livros e opúsculos noticiosos são, assim, mais extensos e diversificados nos conteúdos e estilos do que as folhas volantes e as relações de acontecimentos, agrupando, alguns deles, quer notícias “sérias” e com valor histórico, quer notícias “populares” e “sensacionalistas”, normalmente apresentadas numa sequência cronológica, pois estas publicações tinham, normalmente, uma ambição historiográfica. Quem os fazia ver-se-ia a si mesmo como um historiador do quotidiano, ou do presente, que mais não faria do que registar, cronologicamente, factos relevantes da história coeva.

Os livros noticiosos resultam da evolução de um relato sobre um acontecimento singular para um produto editorial diferente, destinado a responder à crescente demanda por notícias e informações a um ritmo regular e à formação de um mercado específico.

Podemos considerar esses livros noticiosos como uma espécie de antepassados dos anuários que registam os principais acontecimentos do ano. Alguns jornais atuais ainda conservam o hábito de publicar, no final do ano, um anuário com os acontecimentos mais relevantes do período.

Os livros e opúsculos noticiosos, por vezes, eram escritos em latim, o que acentua o seu caráter universal (o latim era a língua franca da época) e o seu valor intelectual.

Alguns opúsculos noticiosos ficaram conhecidos como *relações*, em Portugal, tal como aconteceu com as relações de acontecimentos, o que demonstra a instabilidade dos conceitos.

A tradição dos livros noticiosos de valor historiográfico, nos quais as notícias sobre os acontecimentos relevantes do período eram coligidas cronologicamente, parece ter sido iniciada pelo diplomata e historiador austríaco Michael von Aitzinger (ou Michael von Eyzinger⁵³), que, entre 1587 e 1598, publicou, semestralmente, uma compilação resumida das principais notícias com valor histórico surgidas nas cartas, folhas volantes e relações de acontecimentos que chegavam à sua mão, entre outras fontes, incluindo a sua observação direta de alguns acontecimentos.

Os livros noticiosos alemães, vendidos nas feiras bibliográficas, em particular na de Frankfurt, designaram-se, genericamente, por *messrelationen* (ou *messberichte*), mas tinham títulos sugestivos. Os de Michael von Aitzinger, por exemplo, que apresentavam uma cronologia de notícias, chamavam-se *Prostrema Relatio Historica* (1588-1597); os do pastor protestante e historiador Jacobus Francus (pseudónimo de Conrad Lautenbach) denominavam-se *Historicae Relationis Continuatio*⁵⁴ (1591-1595) e, em alguns números, incluíram gravuras e mapas; e os do francês Palma-Cayet tinham por título *Cronologias Novenarias* (1589-1598). No século XVII, o costume de publicar

53. Nobre, viajado, com estudos superiores em matemática e direito, o austríaco Michael von Aitzinger, em 1580, vendeu, na Feira do Livro de Frankfurt, um folheto de 144 páginas, que imprimiu em Colónia, em que relatava os mais recentes acontecimentos na Holanda. A partir de 1583, von Aitzinger (assinava von Eyzinger) começou a escrever relações de acontecimentos ocasionais, em Colónia, narrando, nomeadamente, as lutas eclesíásticas no arcebispado da cidade. A grande procura levou-o a editar, semestralmente, uma publicação que denominou como *Messrelationen*, na qual narrava, cronologicamente, por meio de curtas narrativas (ou notícias, no sentido daquilo que é notável), os acontecimentos mais importantes do período. As *Prostrema Relatio Historica* foram publicadas entre 1588 e 1597 e eram vendidas, principalmente, nas feiras do livro de Frankfurt e Leipzig, tendo tido periodicidade semestral entre 1588 e 1593 e periodicidade anual de 1594 a 1597.

54. Os títulos de cada volume, na verdade, eram mais extensos, por exemplo: *Historicae Relationis Continuatio: Warhafftige Beschreibungen aller gedenckwürdigen Historien, so sich ... durch Europa ... zwischen nechst verschiener Franckfurter Herbstmess 1597 und etliche Monat zuvor biss auff gegenwertige Fastenmess, dieses 1598... verlaufen haben.. [and:] ... Fastenmess 1598 - Herbstmess ... 1598.*

livros noticiosos encadeados continuou, conforme comprova *Le Mercure françois, ou, la suite de l'histoire de la paix* (1613-1648).

Figura 13. Michael von Aitzing.



Fonte: reprodução do original.

Figura 14. Jacobus Francus (pseudónimo de Conrad Lautenbach).



Fonte: reprodução do original.

Figura 15. *Mercurius Gallobelgicus*.

M E R C U R I V S
G A L L O B E L G I C V S :
sine,
R E R V M I N
G A L L I A & B E L
G I O P O T I S S I M V M : H I S
P A N I A Q V O Q V E , I T A L I A , A N G L I A ,
G e r m a n i a , P o l o n i a , v i c i n i s q u e l o c i s a b a n n o 1 5 8 8 .
v t q u e a d M a r t i u m a n n i p r e s e n t i s 1 5 9 4 .
g e s t a r u m ,
N V N C I V S .
O P Y S C Y L V M I N S E X L I B R O S . Q V I .
totidem annos complectuntur, divisum: auctore D. M.
Jansenio, Ducecomensi Frisio.
Aditio *rerum, ab infinitis mendis repurgata, plurimis per sin-*
gulos libros historijs aucta, & huc usq; continuata.



COLONIAE AGRIPPINAE.
Apud Godefridum Kempentem.
ANNO M. D. XCIV.

Fonte: reprodução do original.

Outro livro noticioso que merece destaque intitulou-se *Mercurius Gallobelgicus*. Terá surgido em 1592 ou em 1594 (as fontes divergem), em Colónia, na Alemanha. Apresentou periodicidade semestral. Reunia, entre outras, notícias das publicações ocasionais, impressas e manuscritas, que surgiam por toda a Europa (Raymond, 2012, p. 179). Brownlees (2011, p. 72) acrescenta que apesar de ter tido o primeiro número em finais do século XVI, o *Mercurius Gallobelgicus* só começou a circular pela Europa nos anos vinte do século XVII. Conboy (2004, p. 17) realça que o *Mercurius Gallobelgicus* foi fonte e modelo para outras publicações. Muddiman (1908, p. 11) revela que esta publicação começou por ser escrita em latim e que o primeiro número de 1594 se referia a eventos ocorridos em 1588 e tinha 625 páginas.

Como outras publicações da mesma época, o *Mercurius Gallobelgicus* foi acusado de ser inexato ou mesmo mentiroso (Raymond, 2012, p. 179).

O *Mercurius Gallobelgicus* foi editado pelo holandês Michael ab Isselt, sob o pseudónimo de D. M. Jansonius. O latim, língua franca dos eruditos da época, facultou a difusão da publicação na Europa.

Após a morte de Michael ab Isselt, foi publicado, em Frankfurt, o *Mercurii Gallobelgici Succenturiati*, de 1603 a 1628, por Gotthard Arthusius, Georg Beatus e Johann Philipp Abelin, sucessivamente; e em Colónia publicou-se o *Annalium Mercurio Gallobelgico Succenturiatorum*, por Gaspar Ens, entre 1603 e 1635.

Com o tempo, a frequência de publicação dos livros noticiosos aumentou e o seu número de páginas diminuiu, embora o hábito de os publicar perdurasse até ao século XIX.

Em Portugal, o termo “relações” foi usado para intitular livros e opúsculos noticiosos que reuniam várias notícias. As *Relações* de Manuel Severim de Faria (1626, 1627 e 1628) são um exemplo de publicações noticiosas impressas seriadas que podem ser classificadas como opúsculos noticiosos. Tiveram fins historiográficos e não somente reportativos e noticiosos.

1.6.3 Controlo da imprensa

O êxito das publicações informativas foi também a causa de algumas das dificuldades que enfrentaram. De facto, o bom acolhimento que tiveram por parte do público, acentuou as tentativas, por parte dos governos, igrejas e outras autoridades civis e religiosas, de as controlar e censurar⁵⁵ ou mesmo de impedir a sua circulação. O papado, por exemplo, promulgou a *Index Librorum Prohibitorum*, lista dos livros de leitura proibida, considerados heréticos, ameaçadores ou infundados. A atitude da Igreja Católica contra a liberdade de pensamento e expressão ficou explícita, aliás, em documentos como a *Constitutio Contra Scribentes et Dictantes Monita, Vulgo Dicta Avvisi et Ritorni* (Pio XII, 1570) e *Contra Famigeratores et Menantes* (Gregório XIII, 1572).

Além disso, assim que as elites governantes se aperceberam do poder da impressão, rapidamente procuraram utilizar esse poder em seu proveito, uma vez que, sendo livre⁵⁶, poder-lhes-ia ser prejudicial. Conseguiram-no, em alguns casos, mas não em todos, pois era difícil controlar a prolífera atividade editorial que fazia circular não só publicações autorizadas, mas também outras, clandestinas, que poderiam versar sobre qualquer assunto. Decidiram, então, e um pouco por todos os países do continente europeu, limitar o que pudesse colocar em perigo os seus interesses ou, em alternativa, criar ou apoiar publicações oficiosas, onde podiam evitar qualquer tipo de crítica ao seu governo.

No entanto, se destruir ou acabar com um qualquer folheto manuscrito era relativamente fácil (uma vez que existiam, por norma, poucas cópias de cada um), já com os impressos era mais complicado, uma vez que a impressão era rápida e chegava às centenas ou mesmo aos milhares de exemplares.

55. Infelise (2012, p. 161) resume que, na segunda metade do século XVI, prevalecia nos governos a ideia de que era necessário controlar e mesmo reprimir a difusão de notícias (se bem que tal nunca foi suficiente para impedir esta disseminação). No entanto, adverte o autor, esta severidade era por vezes condicionada, dependendo de qual fosse a publicação, a sua finalidade, o seu promotor ou o seu público (Infelise, 2012, p. 163). Na entrada para o século XVII, já com a impressão a funcionar em força, a atitude dos governantes suavizou e a possibilidade de difundir a informação própria começou a fazer sentido – o autor chama a atenção para o caso da França, com a *Gazette* de Renaudot, como melhor exemplo desta situação (Infelise, 2012, p. 165).

56. De acordo com Copeland (2006, p. 9), este interesse por parte de um público viria a ser um dos impulsionadores da ideia de liberdade de imprensa.

Por outro lado, era mais fácil interditar o local de trabalho de um impressor (que necessitava de um espaço, de determinados materiais e equipamentos, de licenças, etc.) e localizá-lo, do que controlar o trabalho de um copista. E mais ainda: o mercado privado das notícias manuscritas era livre, enquanto o das notícias impressas, por norma era público, sendo que era mais fácil censurá-lo (Guillamet, 2004, p. 46; Infelise, 2002, p. VI). Estas interdições levavam a que os exemplares proibidos despertassem um maior interesse no público e que, como tal, a pressão para que se publicassem ilegalmente fosse maior (Pizarroso Quintero, 1994, p. 44).

Desta forma, foram aparecendo sistemas de fiscalização e foram adotadas medidas repressivas que permitiram aos governantes ir controlando aquilo que era publicado. Uma dessas medidas foi o sistema de privilégio, segundo o qual a concessão para imprimir num determinado local era feita, exclusivamente, a um determinado impressor. Assim, aquele que concedia a licença ficava, também, com o controlo da atividade nesse mesmo local. Esta medida de privilégios estendeu-se, posteriormente, às obras literárias, ou seja, determinada publicação só poderia ser impressa se tivesse privilégio (Pizarroso Quintero, 1994, p. 45).

Pesados impostos, aprovações antecipadas, licenças prévias, censura, necessidade de haver um registo do impressor em determinada coletividade, todos estes mecanismos legais procuraram limitar a liberdade e o direito de impressão.

O sistema de *licenciamento prévio* foi o processo mais usado em toda a Europa: apenas os indivíduos bem vistos pelas autoridades obtinham a licença prévia que lhes dava o direito a instalarem tipografias e/ou a exercerem o ofício de tipógrafo e/ou o ofício de editor. A *censura prévia* foi, igualmente, uma prática corrente nos estados europeus: as publicações tinham de passar pelo crivo do censor para poderem ter licença de impressão.

Todas estas medidas, conforme refere Pizarroso Quintero (1994, pp. 45-46), “lançaram as bases do que veio a ser a atitude do estado moderno perante

o novo fenómeno da impressão, cujo desenvolvimento posterior deu lugar a um tipo de imprensa periódica que nasceu limitada por essa legislação”.

Mesmo com todas estas restrições à imprensa, os governantes não conseguiram impedir que, já no início do século XVIII, a imprensa semanal e, em certos casos, diária, fosse um fenómeno generalizado por toda a Europa.

Também houve sempre quem estivesse disponível para desafiar as tentativas de limitar a liberdade de expressão, sendo que alguns editores arriscavam mesmo a sua vida no esforço de lançar uma publicação clandestina. Alguns editores chegaram mesmo a morrer por causa dos seus escritos, caso do italiano Niccolo Franco.

No entanto, e apesar das várias medidas que foram sendo instituídas no sentido de reprimir a imprensa informativa, os diversos Estados europeus também percebiam o alcance que esta podia ter e, como tal, não deixaram de a usar como instrumento de propaganda, empenhando-se, mesmo “na segurança e na regularidade das comunicações, criando (...) os primeiros serviços postais regulares, canal indispensável para a difusão da informação.” (Pizarroso Quintero, 1994, p. 46). Já nos séculos XVII e XVIII, foram vários os países que criaram publicações oficiosas, que antecederam os jornais oficiais. Estas publicações oficiosas, estando limitadas naquilo que podiam ou não contar, conseguiam, por ter apoio estatal, maior estabilidade.

1.6.4 Contributos renascentistas e da alvorada da Modernidade para a história do jornalismo: um balanço

Um balanço dos contributos do Renascimento para o jornalismo obriga a ponderar quer o ambiente renascentista, propício ao nascimento do periodismo noticioso e informativo, que vários autores consideram o momento da aurora do jornalismo, quer o surgimento de novos e inovadores dispositivos de fixação de informações sobre acontecimentos singulares notáveis – as *notícias* – que contribuíram para este processo.

1. O ambiente

O Renascimento inculcou nos europeus um espírito recetivo aos produtos inovadores. Promoveu a redescoberta de autores clássicos da Antiguidade, sendo de destacar, para o caso do jornalismo, os retóricos, como Quintiliano, e os historiadores, como Tucídides, cujos textos ajudaram a fixar modelos textuais e um quadro de valores de referência para o jornalismo. Impulsionou a abertura mental dos povos da Europa e a sua recetividade às notícias, as quais, graças às cartas que alimentaram as redes de correspondentes entre as elites europeias, às folhas noticiosas volantes e, mais tarde, aos livros e opúsculos noticiosos, iam circulando, crescentemente, pelo continente. Permitiu o desenvolvimento das condições materiais e infraestruturais necessárias à evolução ulterior do periodismo noticioso, político e cultural seiscentista, na medida em que, lançando as bases do capitalismo, tornou possível, pela disponibilização de capital, o investimento em novos negócios, entre os quais a impressão tipográfica e a edição. A Reforma Protestante, por seu turno, fomentou a alfabetização – essencial para que as pessoas pudessem *ler notícias* – e foi importante para a formação de uma consciência nacional nos estados-nação que se forjaram depois da Guerra dos Trinta Anos (Schwanitz, 2004, p. 120), num contexto de concentração do poder régio, que pôs um ponto final no feudalismo e consolidou o estado moderno. Estando o poder concentrado no rei, a corte passou a ser a sede da troca de influências, originando o desenvolvimento de uma cultura cortesã no seio da qual os indivíduos necessitavam de notícias e outras informações para se afirmarem e interagirem (Schwanitz, 2004, pp. 114-115), promovendo, assim, o surgimento de meios informativos que podiam ser comprados para benefício individual, como qualquer outra mercadoria, no quadro de uma incipiente *industrialização da cultura* (Blanning, 2002, p. 9). Num contexto favorável à solidificação da *cultura do impresso*, apareceram as primeiras feiras bibliográficas, em Frankfurt, Leipzig e Lyon.

Além disso, os conflitos quinhentistas e seiscentistas convulsionaram a Europa, destacando-se a Guerra dos Trinta Anos. As nações europeias pugnavam por poder, expansão, afirmação ou mesmo independência, conforme

sucedeu em Portugal e nos Países Baixos. Os modernos estados europeus, no seio dessa conjuntura, ambicionavam mostrar a sua soberania e autonomia e as velhas monarquias necessitavam de manter a lealdade dos seus súbditos e de se afirmarem perante os cortesãos e outros agentes de poder. A imprensa pré-jornalística teve um papel fundamental nesse processo, uma vez que, por um lado, contribuiu para a democratização do acesso à informação, ao conhecimento e à cultura e para ajudar a forjar uma consciência europeia e, por outro lado, também contribuiu para a propaganda dos regimes, para a uniformização das línguas nacionais e para o reforço das nacionalidades (...), sendo mais ou menos tolerada pelos governantes. Conta Álvarez (2004, p. 37) que, desde cedo, os governos e o poder político em geral compreenderam as capacidades das publicações noticiosas e não se inibiram de as usar em seu proveito, fosse como forma de legitimação e/ou propaganda ou, simplesmente, como instrumentos de informação. Pizarroso Quintero (1994, p. 43) acrescenta, ainda, que, nesse tempo, se começaram a intensificar inter-relações entre os diversos territórios europeus, o que, por consequência, levou a que houvesse interesse em saber o que ia acontecendo por todo o continente. Pela mesma época, os descobrimentos portugueses e espanhóis, pela curiosidade que despertavam e pelas novidades que forneciam, também eram motivo de “notícia”, concorrendo para fazer aumentar a procura pela informação e, conseqüentemente, pelos meios que transmitiam essa informação (Pizarroso Quintero, 1994, p. 43).

2. *Capitalismo e burguesia*

Um outro aspeto importante para explicar a génese do periodismo informativo é a expansão do capitalismo e o surgimento de uma economia monetária⁵⁷. Melton (2001, p. 5) menciona que se favoreceu a dissociação entre o estado e a sociedade, pois esta última adquiriu uma autonomia crescente e consciência própria, devido, essencialmente, ao capitalismo mercantil. O autor refere, ainda, que esta ascensão do capitalismo favore-

57. Esta economia monetária “alimentava-se”, essencialmente, das linhas comerciais entre o Oriente e Itália, fornecendo capital para a indústria. As contribuições eclesiásticas que chegavam a Roma também eram maiores e mais frequentes, na medida em que a vontade de agradar à Cúria também era grande.

ceu a expansão dos mercados nacionais e internacionais, fator importante para a circulação da informação (Melton, 2001, p. 5). Melton (2001, pp. 5-6) explica que a expansão dos mercados nacionais e internacionais aumentou a procura de informação e acelerou os fluxos de informação e que a ampliação e densificação das redes de comunicação, bem como o progresso dos transportes e o desenvolvimento do serviço de correios⁵⁸, aumentaram a circulação de dispositivos noticiosos ocasionais e periódicos.

A expansão do capitalismo por toda a Europa foi um dos principais fatores de estruturação da esfera pública burguesa que, por sua vez, é essencial para explicar o êxito do periodismo⁵⁹. Diz Espejo (2012, p. 104) que o surgimento de um e outro estão historicamente ligados, uma vez que o periodismo nasce com o “despertar da burguesia”, que usava a imprensa para ascender ao poder político, ao mesmo tempo que enriquecia do comércio do seu produto. A autora explica que o nascimento do periodismo não deve apenas associar-se à invenção da tipografia, uma vez que foi o surgimento de um novo grupo social, a burguesia, sustentada no capitalismo e no protestantismo e capitalizando com a liberdade económica, política e moral, que contribuiu para o surgimento do periodismo, ao converter práticas noticiosas e informativas rudimentares num negócio periodístico lucrativo (Espejo, 2012, p. 111). Martin (1992, p. 38) corrobora esta ideia, acrescentando que os periódicos serviram, de facto, para orquestrar as aspirações da burguesia, mas também para dar voz a um “proletariado urbano desarraigado e pobre”. Também Días Noci e Hurtado (2003, p. 15) vão ao encontro desta ideia, quando afirmam que a burguesia, principalmente a urbana, assim que se consolidou como classe dirigente e motor da sociedade, mostrava ter ne-

58. No Simpósio “News and the shape of Europe, 1500-1750”, ocorrido em Londres entre 26 e 28 de julho de 2013, Mario Infelise, aquando proferiu a sua comunicação intitulada *The spread of news in Europe (XVI-XVII centuries): a proposal for periodisation*, acrescentou um aspeto importante no que diz respeito ao surgimento das publicações periódicas na Europa: o estabelecimento de embaixadas residentes um pouco por todo o continente e a correspondência diplomática que abastecia os periódicos de notícias internacionais.

59. Días Noci e Hurtado (2003, p.10) referem que a burguesia se dedicava, principalmente, à atividade comercial e, como tal, precisava de informações que ajudassem nos negócios. Assim, das cartas informativas, como, por exemplo, as dos Függer, de carácter privado, passou-se a um conceito de informação pública (se bem que restringido a quem pudesse pagar a informação).

cessidades comunicativas só satisfeitas com a proliferação de meios que fizessem circular ideias e notícias e outras informações.

3. O público e a esfera pública burguesa

As transformações políticas renascentistas, aliadas ao enriquecimento dos países, ao espírito capitalista, a importantes inovações na cultura e mesmo a mudanças nas fronteiras estatais e linguísticas, originaram mudanças na sociedade, nomeadamente o surgimento daquilo que Habermas (1962) chamou de *esfera pública*, cujo embrião se pode situar na transição do Renascimento para a Modernidade.

Jürgen Habermas (1989) refere que foi graças a mudanças na vida privada das pessoas, em paralelo com a emergência do capitalismo, com o desenvolvimento económico, com transformações políticas e com a separação entre sociedade civil e estado, que a nova esfera pública surgiu, sustentada, essencialmente, pela burguesia. O autor sugere que a imprensa foi essencial para a formação e estruturação desta esfera, uma vez que era o veículo que permitia a difusão das novidades que viriam a ser discutidas. Permitia, também, que os participantes da vida pública pudessem tornar conhecidas as suas ideias e concepções. Assim, foi-se formando um público para as notícias periódicas (Días-Noci, Hurtado, 2003, p. 3, p. 24; Copeland, 2006, pp. 1-2), mesmo que a maioria desse público, ainda que criasse opinião, fosse, sobretudo, espetador e não participante nos debates públicos (Sommerville, 1996, p. 15). Harris (1996, p. 3) vinca que a imprensa foi crucial para a formação e estruturação da esfera pública, por ser “o veículo das razões privadas dos indivíduos”. O autor sugere que a esfera pública, ainda que numa fase inicial, se tivesse limitado ao debate de temas como literatura e arte, rapidamente incorporou temas políticos, o que levou ao surgimento de um novo tipo de políticos e a uma alteração na estrutura da política em si mesma (Harris, 1996, p. 3).

O interesse pela informação em geral e pelas notícias em particular contribuiu, assim, para uma intensificação da politização da opinião, um pouco por toda a Europa, com o nascimento e solidificação da ideia de que as novidades

políticas eram do interesse público⁶⁰. Por sua vez, a solidificação das redes informativas trazida pela imprensa, ultrapassando as limitações das antigas redes de correspondentes, permitiu o incremento da circulação da informação e, em especial, de notícias, na Europa, num momento em que as pessoas queriam saber o que se passava, onde se passava e como se passava, não só por simples curiosidade, mas também porque o conhecimento do que acontecia podia interferir com o curso das suas vidas e mesmo com a sua sobrevivência.

4. A tecnologia

A invenção e rápida difusão na Europa do prelo de caracteres móveis inventado por Gutenberg permitiu que a impressão e a atividade editorial se desenvolvessem e contribuíssem para o surgimento de publicações informativas e reportativas, ocasionais e periódicas, que estiveram na gênese do periodismo seiscentista, que pode ser entendido como uma manifestação arcaica de jornalismo. Diz Lundell (2008, p. 4) que a transmissão de informação sob a forma impressa contribuiu para a compreensão pelos coevos das potencialidades dos novos dispositivos comunicacionais e Morón (2002, s.p.) acrescenta que o desenvolvimento da impressão e da comunicação concorreu para o aparecimento de publicações noticiosas. A circulação de notícias, anteriormente quase reduzida à forma manuscrita, intensificou-se com a invenção da prensa de caracteres móveis, pois esta, relata Gürtler (2005, p. 9), abriu uma nova dimensão à difusão das notícias, uma vez que se podiam reproduzir quantas cópias se desejassem de um texto, enquanto a forma manuscrita dificultava a divulgação de conhecimento e de informação.

A rápida difusão da arte da tipografia esteve intimamente ligada ao aumento do número de oficinas de impressão e da proliferação concomitante de oficinas de produção de papel, ambas fundamentais para o desenvolvimento do periodismo informativo da Modernidade. Guillamet (2004, p. 49) enumera as primeiras cidades, depois das alemãs, a terem oficinas de impressão tipográ-

60. Em Inglaterra, no século XVII, a formação de facções politizadas opostas foi uma realidade, dada a situação política do país. Como tal, as partes da contenda necessitaram de órgãos de expressão ideológica, daí que o periodismo político-noticioso tivesse tido, neste país, um desenvolvimento acelerado (Dias-Noci, Hurtado, 2003, p.4).

fica com base no sistema de tipos móveis criado por Gutenberg: Barcelona, Segóvia, Valência, entre 1470 e 1473; Basileia, 1476; Roma, 1467; Paris, 1468; Veneza, 1469; Westminster, 1476; Praga, 1477; e Faro, 1487. O autor refere, ainda, que, em 1489, havia 110 cidades com oficinas de impressão, na Europa, sendo que, em 1500, já se havia ultrapassado as duzentas (Guillamet, 2004, p. 49). Foi nas cidades com oficinas de impressão que se produziram as folhas noticiosas ocasionais impressas, os livros e opúsculos noticiosos e, finalmente, os periódicos informativos que surgiram por toda a Europa. Ward (2004, p. 98) contabiliza as cidades que, na terceira década do século XVII, já possuíam periódicos noticiosos semanais e bisesemanais: Amesterdão, Antuérpia, Basel, Berlim, Colónia, Frankfurt, Hamburgo, Leipzig, Londres, Paris e Viena. Aliás, beneficiando dos correios, estas folhas circulavam por mais lugares. Antes de o periodismo informativo e especificamente noticioso se afirmar um pouco por toda a Europa, com as gazetas⁶¹ e outras publicações periódicas informativas⁶², a cultura do impresso já estava, portanto, bem enraizada na sociedade, graças à publicação de livros⁶³, folhas ocasionais noticiosas e livros e opúsculos noticiosos.

A prensa de Gutenberg facultou, desse modo, uma mudança radical na aproximação da humanidade a algumas das suas criações e inovações mais importantes, permitiu a circulação de ideias que viriam a transformar a sociedade, diminuiu a importância das redes de comunicação epistolar que praticamente monopolizaram os fluxos informativos medievos e do início do Renascimento e tornou arcaicas as folhas noticiosas manuscritas (Pizarroso Quintero, 1994, pp. 29-30). Espejo (2012, p. 106) e Días Noci e Hurtado (2003, p. 3) também relacionam a aparição do periodismo da Modernidade

61. João Luís Lisboa (2006, p. XIII) explica que o termo *gazeta*, palavra de origem veneziana, começou por designar um preço, passando, mais tarde, a representar o objeto a que o preço se referia. Com o passar dos anos, a palavra *gazeta* passou a ser equivalente a “relações”, “novas” ou “descrição”, termos usados para identificar os folhetos impressos avulsos, que abundavam um pouco por toda a Europa quinhentista e seiscentista, dando conta de batalhas, naufrágios ou outros acontecimentos dignos de atenção.

62. O surgimento dos folhetos ocasionais e dos periódicos noticiosos gerou uma distinção entre ficção e jornalismo, não apenas no formato, mas também nas práticas (Raymond, 1993, p. 22).

63. Neste momento da história, ainda não estava cem por cento definida a distinção entre livro e periódico e até se mantinham semelhanças formais entre ambos. De facto, a ligação entre literatura e *jornalismo* era estreita e Sousa (2013, p. 136) refere mesmo que a forma das notícias foi influenciada pelas narrativas populares que caracterizavam a literatura oral.

com a indústria da impressão e edição, não só porque a principal função dos impressos era informar, mas também porque o periodismo se expandiu devido à expansão desta indústria.

A impressão desenvolveu a cultura escrita, que ultrapassou a cultura oral, popularizou os conhecimentos que estruturam a cultura geral e facultou o surgimento do periodismo da Modernidade como género específico encarregado de tornar públicos, de forma periódica, os escritos noticiosos; ao mesmo tempo, permitiu que a produção escrita e informativa se especializasse (Días Noci, Hurtado, 2003, p. 10). Espejo (2011, p. 190) completa esta ideia, dizendo que o facto de a tipografia ter surgido num tempo em que se verificava um ambiente favorável ao desenvolvimento de uma cultura impressa foi determinante para o seu sucesso.⁶⁴

5. Meios de comunicação

Por fim, foi na fase final do Renascimento, já na alvorada da Modernidade, que, graças à feliz conjugação dos fatores acima descritos, surgiram os meios ocasionais e periódicos de difusão de ideias e notícias, sendo de destacar os livros e opúsculos noticiosos periódicos. Ainda que anuais ou semestrais, apontam já para um modelo de informação pública em que as notícias chegam periodicamente, com estabilidade, a um público, satisfazendo-lhe expectativas informativas. Títulos como *Prostrema Relatio Historica* (1588-1597), *Historicae Relationis Continuatio* (1591-1595), *Cronologias Novenarias* (1589-1598) e *Mercurius Gallobelgicus* (1592 ou 1594-1603) representam a fase inicial do periodismo noticioso, que pode ser considerado um exemplo arcaico e embrionário de jornalismo, mesmo que os editores se vissem a si mesmos como historiadores do presente (cf. Peucer, 1690), que compilavam, quase sempre cronologicamente, narrativas sobre factos notáveis (“notícias”) da atualidade contemporânea que experimentavam.

Finalmente, se as publicações informativas impressas contribuíram para a democratização do acesso à informação, do conhecimento e da cultura, se

64. No entanto, como todas as novidades e inovações, também a tipografia não se livrou de críticas (Briggs, Burke (2004, pp. 27-28).

contribuíram para que se ampliassem e multiplicassem as visões do mundo e para que a informação passasse a ocupar um lugar mais destacado do que o que ocupava até então, também ajudaram a forjar uma consciência europeia, dado o fomento que deram à circulação internacional de notícias. Por outro lado, também contribuíram para a propaganda dos regimes, para a uniformização das línguas nacionais e para o reforço das nacionalidades (e, em última instância, dos nacionalismos).

O PERIODISMO INFORMATIVO NA IDADE MODERNA: SÉCULOS XVII E XVIII

No século XVII, a atividade de publicação de periódicos noticiosos, iniciada no final do século anterior, desenvolveu-se por toda a Europa, acelerando os fluxos noticiosos e causando um impacto tremendo na sociedade. Assim, vários historiadores têm-se dedicado a esse fenômeno histórico (entre outros, Blanchard, 1973; Rétat, 1978; Rétat, dir., 1981; Raymond, 1993, 1996; Sommerville, 1996; Braojos-Garrido, 1999; Durantou, Rétat, eds. 1999; Espejo-Cala, coord., 2000; Black, 2001; Dooley & Baron, eds., 2001; Melton, 2001; Infelise, 2002; Haffemayer, 2002; Raymond, ed., 2002, 2008; Díaz-Noci, Hurtado, 2003; Guillamet, 2004, 2012; Eisenstein, 2009; Dooley, ed., 2010; Boys, 2011; Chartier, Espejo, eds., 2012). Para alguns deles, como Álvarez (2004), é este o momento do nascimento do jornalismo, na medida em que pode considerar-se o periodismo, enquanto atividade de comunicação social periódica e estável de informações e ideias a um público numeroso, como uma forma primitiva de jornalismo, se por jornalismo se entender, estruturalmente, a atividade socialmente organizada de recolha, processamento e difusão de informação noticiosa, através de meios de comunicação social apropriados, com recursos humanos dedicados¹, a um público vas-

1. Em termos estruturais, o *ofício de gazeteiro* ou de *periodista* (redator de notícias periódicas) era, no século XVII, estruturalmente semelhante à *profissão* contemporânea de *jornalista*. Tendo-se em conta o conceito de divisão do trabalho social (Durkheim, 1893), a *ocupação* de *gazeteiro* já era um *trabalho socialmente especializado*, desempenhado por um conjunto de pessoas que, crescentemente, mobilizavam saberes e competências específicos, passíveis de serem ensinados e aprendidos, e que se iam reconhecendo a si mesmos como representantes de um mesmo ofício, ainda que este ofício tivesse fronteiras difusas e se confundisse, em especial, com o ofício de tipógrafo. Emergia, mesmo, uma *cultura* ligada ao ofício, na qual despontavam preocupações similares àquelas que hoje em dia têm os jornalistas, como prova a tese coeva de Tobias Peucer (1690) sobre os “relatos de novidades” e a adesão dos gazeteiros à emergente “cultura dos factos” (Shapiro, 2000; Ward, 2004).

to, ainda que, normalmente, elitizado e poderoso (Guillamet, 2004, p. 46). Timoteo Álvarez (2004, p. 27) e Ward (2004, p. 115) sustentam, em consonância, que o periodismo noticioso seiscentista apresentou, logo de início, características que são hoje identitárias no jornalismo. Ward (2004, pp. 89-90, p. 115) destaca que a este periodismo, assente num discurso factual², se deve a própria ética jornalística, ideia corroborada por Sommerville (1996, p. 13) e Brownlees (2011, p. 85).

Com a expansão do periodismo noticioso, a partir do século XVII a informação torna-se relevante em termos políticos, sociais e económicos, evoluindo, de acordo com Álvarez (2004, p. 27), em paralelo com o poder, devido à complementaridade de objetivos e interesses³. Os periódicos tornaram-se, assim, veículos de notícias, mas também instrumentos de luta política e propaganda e ainda dispositivos capazes de representar e confrontar ideias e gerar correntes de opinião, o que levou o poder a procurar controlá-los e condicioná-los. No entanto, apesar do controlo sobre o que era escrito, os redatores e editores, pressionados pelo público e impulsionados pela perspectiva de lucro⁴, iam, por vezes, ao limite daquilo que era permitido dizer. Além disso, iniciaram uma indústria que converteu editores e promotores de periódicos em *mercadores de notícias* (Guillamet, 2004, p. 46) – a notícia tornou-se, com eles, uma mercadoria.

Quais foram as condições que, no século XVII, contribuíram para o desenvolvimento da atividade periodística informativa, que tanto impacto tinha,

2. No entanto, as críticas não deixavam de aparecer, pois verificavam-se, amiúde, discrepâncias entre relatos dos mesmos eventos em diferentes meios de informação. Espejo (2011, p. 198) conta que os leitores, por vezes, se queixavam da falta de rigor e de respeito pela verdade das notícias. Também se criticava a orientação de certos editores para o lucro, o que os levava a procurar notícias sensacionalistas, que entretinham o público e estabilizava vendas, levando a que, de acordo com Sommerville (1996, p. 15), surgisse o sensacionalismo noticioso.

3. Interesses dos governantes, com objetivo de obter o controlo social e ideológico e assim justificar o poder; interesses dos agentes económicos, que necessitavam da informação para as suas atividades e propósitos; interesses de atores e ativistas ideológicos, que viam na imprensa um útil instrumento de promoção das suas crenças e ideais; e interesses dos leitores, que encontravam nos meios de informação uma forma de aprendizagem, educação, ócio e entretenimento (Timoteo Álvarez, 2004, p. 27).

4. De facto, enquanto alguns editores procuravam, acima de tudo, divulgar informação ao seu público, outros moviam-se apenas por motivos puramente económicos e por lucro. Daqui que muito cedo tenha sido usada a captação de anúncios publicitários como fonte de receita e lucro (Sommerville, 1996, p. 14) – novidade introduzida em Portugal, em pequena escala, com a *Gazeta de Lisboa*.

concorrendo para a ocorrência de importantes *mudanças sociais*, e que tornou os seus intérpretes importantes *atores sociais*?

Primeiro, pode considerar-se o enriquecimento geral da Europa. A acumulação e a circulação de capital permitiram a generalização das operações bancárias e financeiras, incluindo a vulgarização do crédito, que facultava aos empreendedores o lançamento de novos negócios. Em última instância, o capitalismo embrionário possibilitou, também, a substituição do feudalismo por uma economia monetária que, assente no capital, no comércio, no empreendedorismo, na inovação e nas indústrias manufatureiras, explica o surgimento da burguesia (Schwanitz, 2004, pp. 98-99).

Uma segunda condição que contribuiu para o surgimento do periodismo informativo foi a revolução cultural e tecnológica operada no Renascimento, que abriu as portas à Modernidade. O Renascimento refere-se à redescoberta da cultura greco-romana clássica. Um dos princípios centrais do Renascimento foi o da formação de um *novo homem* que possuísse um conhecimento sólido, estruturado e satisfatório, mas geral (Van Doren, 2007, p. 174) – um tipo de conhecimento *generalista* que os periódicos informativos, eles próprios *generalistas*, poderiam ajudar a providenciar.

Deve registrar-se, no entanto, que essa pretensão de se adquirir, com *esforço pessoal*, um conhecimento geral e universal já se encontrava, justamente, nos escritos dos antigos filósofos gregos. Neste sentido, também o Renascimento reconheceu a autoridade filosófica de antigos mestres. Aristóteles (1952, pp. 3-158), nomeadamente, escreveu no seu tratado *Sobre as partes dos animais* que para uma pessoa ser considerada instruída deveria dominar os diversos ramos do conhecimento. Se bem que, com o tempo, por causa da sua impossibilidade prática, essa ambição renascentista de formação do homem de conhecimento universal tenha sido abandonada em favor da especialização do conhecimento, durante largos anos subsistiu na escola e mesmo na Universidade, animada por modelos como o de Leonardo da Vinci, o homem genial que talvez melhor simbolize os ideais renascentistas. Um estudante, até, pelo menos, ao século XIX, precisava, assim, de estudar as sete artes

gerais (Gramática, Retórica, Lógica, Aritmética, Geometria, Astronomia e Música), que eram tidas por *artes liberais*, no sentido de serem *libertadoras*, “isto é, libertavam o seu possuidor da ignorância que limitava a pessoa iletrada” (Van Doren, 2007, p. 182).

O ideal do Renascimento foi, também, um humanismo. Um humanismo que, por um lado, acompanhou a revolução copernicana que abandonou a concepção heliocêntrica e teocêntrica do universo por uma concepção geocêntrica e homocêntrica – o homem tornou-se centro e medida das coisas; um humanismo que, por outro lado, propôs a redescoberta – e mesmo a cópia – dos clássicos gregos e latinos, temperada, porém, com o reconhecimento da importância das línguas nacionais como línguas de expressão literária e de conhecimento e, sobretudo, com o reconhecimento da importância dos temas populares (Van Doren, 2007, pp. 167-185). O periodismo informativo da Modernidade aproveitou-se, precisamente, da valorização das línguas nacionais e dos assuntos pelos quais as pessoas foram cultivando interesse (incluindo-se aqui os relatos sobre acontecimentos insólitos, conflitos, crimes, tragédias, guerras e conflitos, política, relações internacionais...). Os interesses das pessoas deslocaram-se da religião e do transcendente, centrais no mundo medieval, para a esfera do material. Esta mudança constituiu uma das transformações mais radicais na história da cultura e do pensamento – e em grande medida ela deve-se à ação pessoal de um homem: Descartes.

Descartes tornou a ciência preocupada com o mundo *material*. Foi a ele que se deve a invenção de um método para lidar, eficazmente, com o mundo material e o conseqüente abandono da centralidade da teologia e da imaterialidade na árvore do conhecimento, em favor da centralidade da matemática e da materialidade. A perda de interesse pelo mundo imaterial e teológico em favor do interesse pelo mundo natural, passível de ser conhecido por meio de métodos apropriados, constituiu, por isso, conforme corrobora VanDoren (2007, p. 254), uma das mais importantes mudanças na história do pensamento.

Graças ao enriquecimento dos países europeus e ao espírito capitalista, associável à livre iniciativa, ao risco e à inovação, a cultura mercantilizou-se e industrializou-se entre os séculos XV e XVIII. Os produtos culturais – como os periódicos – converteram-se em bens transacionáveis. Estes bens começaram a ser produzidos para o mercado e vulgarizaram-se, escapando, cada vez mais, ao controlo da realeza, da nobreza e da igreja; ao mesmo tempo, perdiam a sua aura mística (Blanning, 2002, p. 9). Em paralelo, o livro converteu-se em mercadoria e a edição converteu-se em negócio, condição vital para a génese e desenvolvimento do periodismo informativo.

As transformações trazidas pelo Renascimento, alargadas, gradualmente, de Itália para toda a Europa, refletiram-se na organização política de vários países europeus. Por um lado, há a considerar o caso particular dos Países Baixos, que se declararam independentes em 1581, arrancando a ferro e fogo ao império espanhol e aos Habsburgo a sua liberdade, confirmada pela Paz de Vestefália, em 1648, no desfecho da Guerra dos Trinta Anos.

Para Portugal e Espanha, unidos sob a mesma coroa entre 1580 e 1640, a ascensão das Províncias Unidas e, seguidamente, de outra grande potência marítima, a Inglaterra, determinou o declínio de ambos os países. Para Portugal, em particular, esse foi um duro golpe.

Vendo os portos portugueses fechados ao comércio com os seus mercados, por determinação de Filipe I (Filipe II de Espanha), rei de Portugal e de Espanha, os holandeses lançaram-se ao mar, conquistando territórios ultramarinos de Portugal e aniquilando o domínio português sobre as rotas comerciais com África, com o Oriente e com o Brasil; por outro lado, foram as Províncias Unidas a receber um grande número de judeus portugueses, que, por causa da intolerância religiosa ibérica, transferiram para Amesterdão a sua base de operações, o seu *know-how*, os seus contactos, o seu capital, a sua capacidade de assumir riscos e de tomar a iniciativa. A Holanda foi o porto de abrigo de muitos dos eruditos, intelectuais e criativos perseguidos nos seus próprios países por motivos religiosos e políticos.

A posição dominante que os holandeses rapidamente conquistaram no comércio mundial facultou a transferência do centro das operações financeiras e bancárias de Antuérpia para Amesterdão. A riqueza material dos holandeses promoveu – como geralmente acontece – o florescimento da sua cultura. Como diz Schwanitz (2004, p. 127), “com a liberdade de comércio chegaram à Holanda a liberdade de pensamento, a ciência, a cultura do livro e a tolerância”.

Um outro fator a ter em linha de conta para se compreender, historicamente, o século XVII é a concentração do poder régio. Se bem que países como os Países Baixos, desde a sua fundação, e a Inglaterra, a partir de 1688, tivessem seguido outro caminho, foi, em grande medida, o absolutismo a permitir o desenvolvimento do estado-nação, isto é, do estado fundado na nação, numa espécie de “fusão entre cultura e política” (Gellner, 1983, p. 13) que haveria de fundamentar – identitariamente – as várias ideias de *nacionalidade* e *nacionalismo*. Nicolau Maquiavel (1994), em *O príncipe*, obra de 1513, publicada, postumamente, em 1532, já tinha apontado nessa direção, ao preconizar a “razão de estado” e a autoridade suprema do estado, livre de considerações religiosas e morais, num mundo caracterizado pela anarquia das relações internacionais e pela guerra. Para Maquiavel, é no poder e na força que os estados vão encontrar a base que lhes permite atingirem os seus objetivos. Consequentemente, para esse pensador, deveria ser preocupação dos governantes garantir a prosperidade dos estados, pois só a prosperidade lhes conferiria força e poder.

Assim, entre os séculos XVI e XVII, vários países europeus construíram os seus estados – Portugal, Espanha, Países Baixos, Inglaterra, França e outros. Só a Alemanha adiou a constituição do seu estado para o século XIX, sob a égide da Prússia de Bismarck. O doloroso processo de formação dos atuais estados europeus trouxe consigo a Modernidade, que, na síntese de Schwanitz (2004, pp. 108-113), tem por traços fundamentais:

1. A expansão da economia monetária e a ascensão da burguesia.
2. A transformação do estado feudal, baseado em vínculos pessoais, num estado territorial, centrado no rei. A nobreza feudal perde a indepen-

dência militar e vê-se constringida a aderir à vida na corte, onde pode ter influência política e obter lucro financeiro. O espetáculo do poder encena-se, quotidianamente, na corte. A propaganda política floresce. Alguns periódicos informativos – entre os quais, em Portugal, a *Gazeta*, de 1641-1642 e o *Mercúrio Português*, de 1663-1667 – encontrar-se-ão entre os seus veículos. Carmen Espejo (2011, p. 190) escreve: “o (...) jornalismo é outra manifestação da propaganda real e consolida-se ao mesmo tempo e nos mesmos espaços do estado moderno”.

3. A centralização absolutista do poder no rei, em vários países. O monarca, arbitrando os conflitos entre a burguesia e a nobreza, monopoliza, no estado moderno, o recurso à violência.
4. A pacificação interna dos estados, graças ao fim das guerras feudais e à consequente monopolização do recurso arbitral à violência pelo rei e pelo estado. Com a paz interna, a economia e a cultura podem florescer.
5. A unificação dos países em torno da ideia identitária da existência de uma comunidade nacional. Idealmente, cada nação construiria o seu estado e teria o seu rei, que centralizaria o poder e deteria o monopólio do recurso à violência dentro do estado para que este cumprisse os seus fins.

Uma das consequências da concentração do poder régio foi a transferência da sede do poder para a corte, originando o desenvolvimento de uma cultura cortesã. Ora, na corte, para terem poder ou para usufruírem de proventos regulares, os cortesãos competiam uns com os outros para conquistar a simpatia do monarca e causar boa impressão. Como conseguiram prosperar no seio da vida cortesã?

Só se tem uma hipótese juntando-se a uma camarilha cortesã com vista à obtenção das informações necessárias. Neste processo, os nobres (...) veem-se pela primeira vez confrontados com a necessidade de terem em conta os interesses e as necessidades de gente ainda mais poderosa e bem colocada do que eles próprios. Isso constitui um fator civilizador (...): a corte construía uma nova estrutura comportamental que era

caracterizada por boas maneiras, autocontrole, dissimulação, intrigas, hipocrisia e autoencenação. Assim, a corte tornou-se um palco em que eram premiadas as virtudes do ator. (...) Esse teatro de estado era regulamentado por uma elaborada etiqueta [que] (...) ao estabelecer uma hierarquia entre os favores do rei, mantinha viva a concorrência entre os cortesãos. E enquanto estes competiam uns com os outros, o poder do monarca estava a salvo (...) e, assim, [os cortesãos] aprendem a fazer política. (Schwanitz, 2004, pp. 112-113)

As transformações na vida política e social originaram aquilo que Jürgen Habermas (1989) designa por uma “mudança na esfera pública”, assim caracterizada por Melton (2001, p. 5):

À medida que os estados territoriais consolidavam a sua autoridade durante o período inicial da Modernidade, absorveram muitas das funções políticas previamente exercidas como direito de senhorio por nobres, eclesiásticos e mesmo por corporações urbanas. Estes poderes concentravam-se agora nas mãos de um estado soberano (...). Esta consolidação da autoridade do estado foi mais visível nos regimes absolutistas (...). A pompa e grandeza da corte absolutista procuraram destacar a distância entre o soberano e os súbditos e focar a atenção no primeiro enquanto corporizador da autoridade pública. Mas as cerimónias da corte não tinham significado sem uma audiência para as observar, pelo que a demanda da autoridade *pública* pela monarquia absoluta pressupôs um corpo *privado* de súbditos sujeitos ao poder régio. Ao fazer do estado o *locus* do poder soberano, o absolutismo também criou a *sociedade* como uma esfera privada distinta dele. Foi nesta esfera privada que a forma moderna da “sociedade civil” teve o seu embrião e é a partir dela que a esfera pública burguesa emergiu.

Inglaterra, porém, seguiu um caminho político diferente daquele que foi, genericamente, seguido na Europa continental, incluindo nas monarquias ibéricas, mas com o seu expoente máximo na França. Se os primeiros decénios do século XVII foram caracterizados pela tentativa de centralização

do poder pelo rei e pela cultura cortesã, a guerra civil inglesa, iniciada, em 1642, entre o rei católico Carlos I, apoiado pela aristocracia, e o parlamento, dominado por protestantes burgueses (comerciantes, artesãos...), terminou, em 1649, com a decapitação do monarca. Foi a primeira vez que, na história mundial, um soberano morreu na sequência de uma revolução, cenário que se repetiria em França, no século XVIII, e na Rússia, já no século XX⁵. A Inglaterra, inspirada pelo modelo holandês, tornou-se, então, uma república – a *Commonwealth*. Dominada pelo ditador Oliver Cromwell, que, apoiado pelo exército, assumiu o título de Lorde Protetor, essa república durou apenas dez anos, tendo sido caracterizada pelo crescente antagonismo entre um parlamento moderado e o radicalismo puritano dos militares.

Apesar de tudo, a *Commonwealth* deixou marcas profundas. Primeiro, a experiência de que também se pode viver sem rei. Essa foi uma experiência primordial de democracia. De repente, enquadrada em comissões, milícias e associações, muita gente colaborou na administração e adquiriu experiência política. (Schwanitz, 2004, pp. 141-142)

A centralização do poder no parlamento, em vez de o ser na figura de um rei, instituiu, progressivamente, em Inglaterra, não uma cultura política assinalada pela vida na corte e pela cultura cortesã, mas sim uma cultura política caracterizada pela cultura parlamentar. A ideia de tolerância solidificou-se, se bem que ainda se vivessem momentos conturbados. Um dos principais sinais da noção de tolerância para com opiniões e crenças diferentes, desde que salvaguardado o *império da lei*, foi a publicação do pioneiro discurso em defesa da *liberdade de imprensa* (entendida como liberdade de impressão ou de prelo) – *Areopagítica* – por John Milton, em 1644. O autor estaria animado por um feroz ressentimento contra o controlo que o parlamento inglês exercia sobre o que se podia e não podia imprimir e contra a censura à sua própria obra, pelo que elaborou uma petição em favor da “liberdade de imprimir sem licença”, mais tarde publicada sob a forma de livro. Nele, Milton criticou a censura a todos os níveis, quer porque os homens deveriam ter

5. O rei D. Carlos, de Portugal, foi assassinado em 1908, dois anos antes da revolução republicana.

liberdade de escolha sobre o que queriam ler, quer porque a verdade – e aqui Milton assume uma posição sofista – poderia emergir das discussões. Na petição, Milton, dando como exemplo a promulgação do *Índex* de livros proibidos, associa a censura ao catolicismo, cujos papas queriam obter o domínio sobre os homens a todo o custo.

Mais relevante do que o livro de Milton é, contudo, a obra de John Locke.

John Locke (2000), um dos pensadores centrais de Seiscentos e, certamente, um leitor de Maquiavel, escreveu sobre tolerância (*Carta sobre a tolerância*, 1689) e sobre o governo e o estado (*Dois tratados do governo civil*, 1689). Nesta última obra, o autor tenta conciliar a necessidade de ordem social com a liberdade. Para isso, Locke defendeu que os homens têm direitos naturais à vida, à liberdade e à propriedade e desenvolveu a teoria do contrato social de Thomas Hobbes (mais tarde também trabalhada por Jean-Jacques Rousseau), por sua vez influenciada pelo pensamento de Maquiavel, ao explicitar que os indivíduos cedem direitos individuais em favor de um governo comum para obterem vantagens de ordem social, nomeadamente a paz interna, a segurança, a coesão social e a defesa comum. Locke também sustentou, na mesma obra – e é isto que principalmente o distingue de Hobbes –, que quando os governantes rompem o contrato social e violam os direitos naturais, os governados têm o direito de derrubá-los. Este conceito revolucionário legitimou filosoficamente, *a posteriori*, as revoluções inglesas do século XVII e sustentou, teoricamente, a Revolução Americana e a Revolução Francesa, em Setecentos.

John Locke salientou, nos *Tratados*, a necessidade de separar os poderes estatais entre o legislativo (parlamento) e o executivo (governo e rei) – poderes aos quais, mais tarde, Montesquieu acrescentaria o judicial. Defendeu, igualmente, a democracia parlamentar, sistema que permitiria a confrontação de opiniões sem a ocorrência de guerras civis, porque a oposição de hoje tem sempre a esperança de ser o governo de amanhã. Justificou, por outro lado, o sistema capitalista, ao salientar que o trabalho é a origem e justificação da acumulação de riqueza e propriedade e que o desenvolvimento

económico se correlaciona com o desenvolvimento tecnológico, assentando ambos, em grande medida, na capacidade de iniciativa e de transformação do mundo revelada pelos indivíduos.

Locke também foi um precursor do empirismo, já que defendeu, na obra *Ensaio acerca do entendimento humano* (originalmente publicada em 1690), que, embora a capacidade de conhecer seja inata, o homem nasce ignorante, adquirindo conhecimento pela experiência, pela tentativa e pelo erro. Neste aspeto, Locke reafirma, embora criticamente, o empirismo, que Francis Bacon tinha abordado, previamente, na obra pioneira *Novum organum scientiarum* (de 1620), na qual assegurava que o conhecimento científico só pode ser adquirido pelos sentidos. O conhecimento científico seria formulado pela aplicação do método indutivo à observação da realidade concreta.

Um outro elemento fulcral a considerar na caracterização do ambiente cultural europeu nos séculos XVI e XVII é a Reforma Protestante, verdadeira parteira da Modernidade. Iniciada por Martinho Lutero, teve o mérito de ter desencadeado um movimento alfabetizador e de valorização das línguas nacionais e das próprias nações sem paralelo na história humana. Um bom protestante deveria ser capaz de ler e interpretar a palavra de Deus, e deveria poder fazê-lo na sua própria língua (já não precisava de saber latim, língua mantida nas celebrações católicas e nas versões católicas da *Bíblia*):

(...) um dos feitos mais importantes de Lutero foi ter traduzido a *Bíblia* para o alemão. (...) A *Bíblia* de Lutero tornar-se-ia o livro mais importante da literatura.

Uma vez que os protestantes consideravam que a *Bíblia* era a palavra de Deus, o próprio texto era venerado. E ele não era lido apenas na igreja, mas igualmente no círculo familiar (...). Assim, a *Bíblia* de Lutero abasteceu todo o povo com uma reserva comum de locuções, metáforas, comparações, figuras retóricas e ditos e fórmulas citados por toda a gente. (Schwanitz, 2004, pp. 117-118)

Uma das consequências do luteranismo foi a subtração da autoridade sobre as igrejas nacionais ao papa e a separação entre igreja e estado. A igreja preocupava-se com o além, os estados com o presente terreno. Esta circunstância “tornou os luteranos devotos do estado” (Schwanitz, 2004, p. 118). E se Lutero subordinou as igrejas aos estados, outro reformador, Calvino, tornou a religião compatível com o capitalismo. E foi na Suíça que esse casamento produziu o melhor fruto, conforme o tentou demonstrar Max Weber (2001), no seu célebre livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, de 1920.

Os calvinistas acreditam na predestinação. Segundo a doutrina calvinista, Deus determinou desde o início da criação quem será salvo e quem não o será. Teoricamente, essa concepção deveria destruir a moral, pois, se a salvação está decidida de antemão, nada que o homem pudesse fazer lhe permite, após a morte, alcançar o paraíso. Na realidade, aconteceu o contrário. Os crentes queriam mostrar que estavam entre aqueles que Deus teria destinado a serem salvos, pelo que desenvolveram uma consciência virtuosa, pontificada pelo “cumprimento do dever, a pureza dos costumes, a caridade e a ascese pelo trabalho” (Schwanitz, 2004, p. 122). Se enriqueciam em consequência de aproveitarem o tempo para o trabalho e não para futilidades, tal seria um sinal de que se encontravam entre o escol dos predestinados para a salvação. Assim, o capitalismo expandiu-se e ganhou uma ética nos países de tradição protestante. Na Inglaterra puritana, essa ética protestante, casada com o capitalismo, guindou a nação a um estatuto de proeminência e esteve na base, mais tarde, do sucesso dos Estados Unidos da América:

Enquanto durou a *Commonwealth* imperou o rigorismo moral dos puritanos (...). O luxo era substituído pela simplicidade, o ócio pelo trabalho permanente (...). Evidentemente, isso criou uma mentalidade de autovigilância por intermédio da má consciência, dando lugar a uma disciplina férrea (...) que (...) se tornou a ética de trabalho no mundo industrial moderno. Sem o puritanismo, o capitalismo seria diferente. Sem o puritanismo, a Inglaterra não se teria convertido na vanguarda da modernização. Sem o puritanismo, a América teria tomado outro rumo. (Schwanitz, 2004, pp. 141-142)

A expansão do capitalismo por toda a Europa foi um dos fatores estruturantes da formação de uma esfera pública burguesa, cuja evocação é essencial para explicar o êxito do periodismo informativo e argumentativo (político-noticioso) e, por outro lado, a influência social da informação:

A ascensão do capitalismo (...) favoreceu a dissociação entre o estado e a sociedade. A sociedade, apesar de ser um elemento do estado, adquiriu uma autonomia crescente e consciência própria devido às forças integradoras do capitalismo mercantil. A expansão dos mercados nacionais e internacionais acelerou os fluxos de informação tal como a circulação de mercadorias, enquanto as redes de comunicação se ampliavam e densificavam alicerçadas no progresso nos transportes, no desenvolvimento dos serviços de correio e no aumento da circulação de periódicos e de folhas comerciais, em resposta à alta procura de informação relevante pelos mercados. Apesar de os governos promoverem estas mudanças no interesse do comércio e para aumentarem a receita fiscal, a integração social e económica criada pela expansão das redes de comunicação e troca reforçou a crescente independência da sociedade. (Melton, 2001, pp. 5-6)

Estava, pois, encontrado um fermento cultural, social, económico e cultural que tornou a inovação possível, abrindo as portas ao surgimento do periodismo informativo e, em particular, do periodismo noticioso enquanto atividade comunicativa e comercial sistemática e permanente, que testaria as fronteiras entre o permitido e o proibido à medida que também evoluíam os modelos sociopolíticos e as necessidades e expectativas dos cidadãos, crescentemente formados e informados.

O periodismo informativo foi, em suma, uma resposta social inovadora às crescentes necessidades de informação dos indivíduos, das organizações e instituições sociais e do próprio estado, bem como às necessidades de *propaganda* por parte dos atores políticos, sobretudo dos monarcas, governantes e líderes militares. Jesus Timoteo Álvarez (2004, p. 31) sustenta, a propósito, que o surgimento do jornalismo na alvorada da Modernidade tornou-o uma atividade social permanentemente aberta à inovação nos campos da

tecnologia, da produção, da distribuição e da venda, pois, para sobreviver enquanto negócio de venda de um produto intangível (informação), o jornalismo precisa de entender o mercado e de encontrar a todo o momento condições de rentabilidade.

2.1 O contexto seiscentista e o periodismo

No século XVII, a *cultura impressa* beneficiava de condições estruturais que a consolidavam. Desde logo, podem enumerar-se os sucessivos dispositivos que contribuíram para a sua estabilização e expansão: o livro, em primeiro lugar; mas também, e no que à história do jornalismo diz respeito, as folhas noticiosas ocasionais, as relações – ou relatos – de acontecimentos, os livros noticiosos e os periódicos informativos. A aparição dos folhetos noticiosos ocasionais, de publicações seriadas (que, frequentemente, recolhiam notícias das folhas noticiosas volantes, por vezes denominadas de *avisos*) e, finalmente, dos periódicos informativos (que prosseguiram a política de recolha de notícias de outras publicações, originando um fluxo transeuropeu de informações), gerou uma distinção entre ficção e jornalismo, não apenas nos formatos dominantes (o livro, para a ficção; o periódico, para o jornalismo) mas também nas práticas, já que, como salienta Raymond (1993, p. 22), a distinção entre jornalismo e ficção reside mais na diferença de práticas do que na diferença de discurso. Mas o periodismo, que pode ser encarado como uma manifestação arcaica de jornalismo, não se deve apenas aos novos dispositivos de comunicação que resultaram da expansão da tipografia. Outros fatores concorreram para desencadear o movimento periodístico seiscentista, a partir da Europa central. Atente-se nas palavras de Carmen Espejo (2011, p. 192):

As notícias circulavam de Itália e da Europa Central – fundamentalmente – para a Holanda e para a Alemanha e daqui (...) para o resto da Europa. As razões que explicam a centralidade da Holanda e da Alemanha enquanto forças liderantes na consolidação do jornalismo na Europa estão indissociavelmente ligadas ao seu estatuto enquanto potências económicas desse tempo. Mestres impressores influentes, como os de Antuérpia, primeiro, e depois os de Amesterdão, tornaram-se ca-

pazes de obter lucro da febre de notícias que grassava por toda a Europa. No final do século XVII, o centro desta atividade comercial deslocou-se definitivamente da Itália para a Europa Central – especialmente Amsterdão e Hamburgo – e para a Inglaterra.

Condições materiais, económicas, culturais, políticas e sociais misturaram-se para que o periodismo surgisse com as características de atividade simultaneamente comercial e de difusão pública de informações que hoje se atribui ao jornalismo. Foram essas condições que permitiram que a difusão de notícias por intermédio dos meios jornalísticos se consolidasse, permitindo satisfazer a sede de informações que a sociedade denotava.

Os homens e as mulheres do início da Modernidade exibiam uma sede inata por informações de todos os tipos e talvez mais por informações sobre os assuntos correntes, mais conhecidas por notícias. Esta sede saciava-se pelo consumo de informações e notícias provenientes de um vasto espectro de disponibilidade – (...) rumor, experiência pessoal, mexericos, documentos oficiais, calúnias, testemunhos, proclamações reais, encenações e fantasia. A sede de notícias era satisfeita através de uma grande variedade de fontes, entre as quais a conversação, as comunicações oficiais, o debate público, a escuta, a correspondência privada, a observação e a palavra impressa e escrita. Todas as faculdades humanas estavam envolvidas na absorção e digestão de notícias. As notícias, então e hoje, eram a moeda corrente das trocas sociais. (...) A disseminação de notícias era uma rota direta para o contacto social, para a estimulação intelectual e para o fermento político. (Dooley, 2001, p. 17, citando, pontualmente, Raymond)

A proliferação de notícias, a que as publicações seriadas e os periódicos deram grande alento, foi crucial para transformar a sociedade:

As notícias tiveram um efeito estrutural (...) que redesenhou as sociedades europeias do início da Modernidade, porque permitiu aos recetores imaginarem o seu lugar num mundo muito mais amplo do que o seu predecessor medieval. (Conboy, 2004, p. 8)

O periodismo tornou-se, ao longo do século XVII, o principal suporte para a difusão das informações e ideias, nomeadamente das notícias, de que as pessoas estavam sequiosas, mas que contribuíram para a transformação da sociedade, tendo incorporado, na Modernidade, as suas principais características identitárias: operar com informações e com comentários interpretativos das notícias; apresentar elementos chamativos, até escandalosos, para suscitar o interesse; afetar a vida pública, os jogos de poder e a repartição do poder; concretizar-se como produto específico em suportes tecnologicamente viáveis; e promover ideias, pessoas, serviços e bens (Álvarez, 2004, p. 27).

Jaume Guillamet (2012, pp. 264-275), por seu turno, inventaria oito características das publicações periódicas seiscentistas que demonstram que nelas assentam as bases históricas do jornalismo:

1. Existência de notícias – ou, pelo menos, de novidades – que circulavam por toda a Europa graças ao mercado de publicações manuscritas e impressas que floresceu no continente desde o século XV.
2. Periodicidade.
3. Condicionamento da existência, da tipologia e dos conteúdos dos periódicos pelo poder político.
4. Forma e design dos periódicos que, se nos primeiros tempos não se distinguia visivelmente dos livros, trazia a novidade da sucessão de notícias diversas em menos páginas.
5. Surgimento de uma cultura profissional de cariz técnico ligada ao domínio da expressão, composição e impressão de periódicos.
6. Equacionamento da liberdade de imprensa, entendida como liberdade de prelo.
7. Surgimento de um público recetivo às publicações periódicas, “cuja ampliação, gostos e interesses determinarão o crescimento e as crises da imprensa”.

8. Condicionamento da expansão ou da contração da imprensa pelo custo e pelo preço dos periódicos (Guillamet, 2012, p. 265).

O periodismo seiscentista originou-se no ambiente que desde o Renascimento impulsionou a abertura mental dos europeus, as suas crescentes necessidades de informação e, em consequência, a sua recetividade às notícias, que circulavam, crescentemente, por toda a Europa, bem como nas condições materiais e infraestruturais que permitiram o desenvolvimento desta atividade organizada de comunicação em sociedade, entre as quais:

1. Capital disponível no seio de um sistema capitalista;
2. Processos de impressão sofisticados (para o tempo) e baratos;
3. Serviços postais regulares, que, ainda que demorados, permitiram o desenvolvimento de redes informativas entre os letrados europeus e a circulação de periódicos entre os países da Europa. (Arblaster, 2008)

Figura 16. Oficina tipográfica holandesa no século XVII.



Capital e capitalismo ligam-se indissociavelmente a uma “classe” social, a burguesia, que ao longo do século XVII consolidou a sua marcha para a obtenção do controlo do poder nos estados europeus. O surgimento do periodismo moderno está, assim, também indissociavelmente associado ao crescente protagonismo desse ator social coletivo.

A imprensa periódica criou interesse em fazer dinheiro a partir da difusão de conhecimento, incluindo notícias. Socialmente, os editores de periódicos noticiosos eram parte da burguesia urbana em ascensão. Eram homens de negócios (...). (Ward, 2004, p. 114)

Há que salientar, porém, que variam as interpretações sobre a natureza dos laços entre a burguesia, a informação e o jornalismo. Historiadores de diferentes ideologias dão diferentes interpretações à relação entre a burguesia e a informação jornalística. Contudo, conforme Espejo (2011, p. 192) muito bem salienta, quer as interpretações marxistas quer as não marxistas da génese do jornalismo colocam em evidência o papel da burguesia e do capital, se bem que as primeiras critiquem a alegada apropriação do mercado informativo por esta classe social, “com a consequente alienação de qualquer aspiração comunicativa de outras classes sociais”, e as segundas celebrem “a vitória das aspirações políticas liberais que eventualmente impuseram um modelo de jornalismo livre da supervisão do estado”.

A burguesia da Europa central, fundada no pilar dual do capitalismo e do protestantismo, capitalizou com a liberdade económica, política e moral que lhe permitiu reunir práticas jornalísticas anteriormente dispersas num negócio lucrativo, movido, como muitos outros, através de redes europeias. (Espejo, 2011, p. 192)

Carmen Espejo (2011, p. 189) sustenta que, efetivamente, o surgimento do jornalismo e a ascensão da burguesia estiveram ligados, apesar das divergências entre os historiadores sobre qual foi o fator mais determinante entre os fatores que se podem associar à génese do jornalismo, quando se encara esta atividade de comunicação em sociedade como um produto da Modernidade:

Qual é o fator histórico decisivo que explica a aparição (...) do jornalismo: a emergência da burguesia ou (...) a consolidação dos estados absolutistas? Para a maioria dos historiadores culturais, o jornalismo e a tipografia, o jornalismo e a burguesia, aparecem como fatores históricos estreitamente ligados. O jornalismo nasceu na Europa com o despertar da burguesia no final do século XV, que usava a imprensa para atacar o poder político – ainda que este processo tenha durado três longos séculos – ao mesmo tempo que enriquecia do comércio de um produto cuja procura crescia entre os leitores urbanos.

O movimento do periodismo, ou já de jornalismo, na Modernidade é, assim, um produto tardio da Renascença, quando esta já encontra, ou até já confronta, os ideais iluministas. De qualquer modo, o estímulo que o Renascimento deu, nos seus aspetos culturais e materiais, à reorganização da sociedade e da cultura europeias foi fundamental para que, posteriormente, os periódicos vissem a luz do dia e o jornalismo tivesse aceitação.

A noção de cultura é fundamental para se compreender o surgimento e desenvolvimento do periodismo moderno ao longo do século XVII. Cultura e jornalismo estão ligados desde que surgiram os primeiros periódicos. O jornalismo faz parte da cultura, pelo que o seu estudo tem de atender ao contexto cultural em que os jornais são produzidos (Dahlgren e Sparks, 1991, p. 8). Aliás, a noção de discurso – e, portanto, a noção correlata de análise do discurso – implica a noção de que existe texto e contexto (Crystal, 1991, p. 106). Neste sentido, a cultura de um povo pode até revelar-se nos seus textos, desvelar-se nos *discursos*, incluindo-se nestes, necessariamente, os discursos jornalísticos (Conboy, 2002, p. 8).

De certa forma, o aparecimento dos primeiros periódicos responde a um dos princípios centrais do Renascimento – a formação de um *novo homem* que possuísse um conhecimento sólido, estruturado e satisfatório, mas geral, sobre o mundo (Van Doren, 2007, p. 174). Na realidade, o jornalismo, se pode encarar-se como uma resposta socialmente organizada às necessidades sociais e individuais de informação e às necessidades de propaganda

dos agentes de poder, pode ler-se, também, como uma resposta socialmente organizada à *ambição de conhecimento do homem*, à aspiração – quiçá, *necessidade* – humana de *sintonização com o mundo*, de *consciencialização* do homem de que a realidade existe, desde logo para assegurar a sobrevivência. Porém, de alguma forma, tal como regista, criticamente, Sommerville (1996), o jornalismo, de alguma maneira, também propõe uma espécie de substituição do conhecimento estruturado da sociedade, da cultura, da literatura, da ciência, da filosofia, pelo mero consumo de notícias genéricas de acontecimentos singulares registados neste universo.

Por outro lado, *o jornalismo* – o de ontem, o de hoje – é um *humanismo*. Nada há mais renascentista e moderno do que o valor do humanismo, a centralização da mundividência na figura do ser humano. E se há algo que é centrado no ser humano, na vida humana à superfície do planeta, são as notícias. As notícias, escritas nas mais diferentes línguas, como também foi timbre do Renascimento e, posteriormente, da Modernidade, versavam – como ainda versam – sobre a forma como os acontecimentos que se sucedem no mundo são provocados pelos seres humanos nas suas interações e sobre a forma como estes acontecimentos se refletem e influenciam as vidas das pessoas.

Quando os periódicos noticiosos surgiram – e com eles uma primeira e arcaica manifestação de jornalismo enquanto atividade comercial e comunicativa sistemática – vivia-se num tempo em que não estava clara a distinção entre o campo da literatura e o campo do jornalismo e em que se mantinham, inclusivamente, semelhanças formais entre periódicos e livros, pelo que os autores de língua inglesa tendem, inclusivamente, a distinguir jornal (*newspaper*) de livro noticioso (*newsbook*) de forma diferente daquela que aqui se usa, considerando que todas as publicações noticiosas em forma de livro, como muitas gazetas, incluindo a *Gazeta* portuguesa de 1641-1642, seriam um “livro noticioso” e não uma manifestação embrionária do que viria a ser um jornal. Contudo, os primeiros periódicos noticiosos já apresentavam algumas das características específicas e identitárias que se manteriam por séculos:

Esses periódicos noticiosos foram pioneiros de práticas jornalísticas, como os títulos na primeira página, as histórias sensacionais de interesse humano, o artigo de fundo (editorial), a publicação de anúncios e o uso de correspondentes no terreno, especialmente correspondentes de guerra. Os semanários noticiosos começaram a separar as notícias dos comentários e iniciaram práticas que contribuíram para tornar os conteúdos mais factuais, balanceados, rigorosos e fiáveis. Os editores questionavam as suas fontes pelos desvios na informação (...), preferiam correspondentes e testemunhas reputados e indicavam a data, o tempo e o lugar das histórias. Hoje em dia, essas práticas continuam a ser (...) estruturantes para se obter uma notícia objetiva. (Ward, 2004, p. 115)

Os primeiros redatores e editores de periódicos, uma espécie de jornalistas por ofício, começaram, mesmo, a cultivar géneros jornalísticos específicos, embora, na Europa continental, se mantivessem enfeudados ao poder régio:

A notícia política e militar foi o único género específico desta primeira hora informativa: um período em que, frequentemente, impressor e editor coincidiam numa mesma pessoa, e mesmo o redator (...). As fontes informativas de maior credibilidade eram as oficiais e, em segundo lugar, os demais periódicos, de forma que os resumos baseados na receção da imprensa estrangeira se converteram numa cadeia de repetição e expansão de notícias. As notícias do interior eram escassas e tal como as do exterior tinham de corresponder aos interesses oficiais. Os gazeteiros eram colaboradores pessoais dos ministros reais (...) ou empregados públicos. (...) Dado que a causa da aparição dos periódicos radicava tanto na curiosidade humana como no afã de lucro, esse duplo imperativo desculpava os redatores tanto do risco de imprecisões nos factos informados como da inclusão entre eles de coisas de pouca importância. (Guillamet, 2004, pp. 72-73)

A ligação entre jornalismo e literatura é estreita. A forma das notícias foi, aliás, influenciada pelas narrativas populares que caracterizaram a literatura oral:

A linguagem das publicações noticiosas impressas, mesmo antes do advento dos livros e dos jornais periódicos noticiosos, esteve envolvida numa troca dialógica com a cultura não-literária. Os modos orais de comunicação desenharam a estrutura dos modos impressos de comunicação; por outro lado, os textos impressos disseminados boca-a-boca transformaram a cultura dos “iletrados”. Isto significa que as notícias impressas puderam, gradualmente, começar a combinar aspetos sociais e estéticos na sua apresentação, assegurando a promessa de uma audiência crescente e asseverando um atrativo potencial de lucro aos que conseguissem corresponder a este duplo apelo. (Conboy, 2010, pp. 13-14)

O jornalismo adotou desde as suas manifestações da Modernidade um discurso factual, influenciado pela preponderância crescente que esta modalidade discursiva tinha em áreas como a ciência, a geografia (relatos de viagem), a historiografia, o direito e a jurisprudência – separação entre “facto”, “matéria de facto” e “matéria de direito” (Shapiro, 2000). A filosofia também terá tido a sua influência no ambiente cultural que contribuiu para impulsionar o jornalismo, pois Descartes tornou a ciência preocupada com o mundo *material*, de que se ocupa, predominantemente, o jornalismo. O jornalismo emergente do século XVII também corresponde de alguma forma ao *saber experimental* defendido por filósofos seiscentistas como Francis Bacon, o pioneiro teorizador da ciência moderna, e John Locke. Se a escolástica e a utilização do puro método dedutivo e do raciocínio silogístico em que se baseava a “ciência” da época medieval não permitiam a obtenção de conhecimento novo e verdadeiro – assegurava Bacon – então seria necessário usar um método indutivo, empírico, experimental, que partisse da observação da realidade concreta.

Embora não tivesse a ambição de ser ciência, o periodismo informativo emergente correspondia, efetivamente, em espírito, ao que Bacon ou Locke defendiam para a ciência. De facto, o jornalismo tem a ver com a produção de um conhecimento empírico específico sobre o mundo – o *conhecimento jornalístico* (Meditich, 2008, pp. 7-12). Não propõe um conhecimento científico do mundo, mas também tende a afastar-se do senso-comum. Não é mera dedução, nem metafísica, nem teologia. O jornalismo reflete – como em

Seiscentos refletia – a necessidade de se saber quais os factos notáveis e singulares que acontecem, de se estar sintonizado com a realidade, de se saber, enfim, o que se passa e qual o sentido daquilo que se passa. E em Seiscentos, num mundo em mudança acentuada, havia cada vez mais acontecimentos dignos de tornarem notícia que alimentavam fluxos de informação sempre crescentes. É por isso que Sommerville (1996, p. 13) regista a tendência do jornalismo para a adoção de um discurso factual logo ao longo do século XVII, realçando a sua influência na substituição da mundivisão medieval:

O discurso factual, tal como foi desenvolvido nas notícias, na ciência e na história durante o século XVII, substituiu uma cultura fundamentalmente religiosa cujo texto – mesmo para os iletrados – tinha sido Escritura. Um mundo inteiro de histórias, metáforas, práticas, valores, papéis e funções cessou de dar sentido à vida (...), enquanto novas formas de ser e pensar eram forjadas na imprensa.

Outros autores também insistem na focalização dos periódicos informativos seiscentistas nos “factos” e nos “acontecimentos”, em *singularidades*, enfim. Retat (1978, p. 24), por exemplo, salienta que as gazetas seiscentistas se orientavam para o acontecimento, situando-se no cruzamento confuso de uma “exaustividade (aparente)” nos relatos sobre a realidade com uma “singularidade seletiva”, na intersecção entre a “repetição” e a “novidade”.

Do murmúrio infinito do mundo, as gazetas não retêm mais do que alguns ecos, quase sempre os mesmos, e não oferecem senão, geralmente, mais do que um tipo de factos (...): os acontecimentos (...), as deslocações do rei e da corte, a comunhão da rainha, os nascimentos e as mortes entre a nobreza, os movimentos de tropas, a chegada dos navios aos portos... (...) o excepcional, o extraordinário (...). (Retat, 1978, p. 24)

Embora tributário da tradição da historiografia e da retórica, o discurso factual adotado pelo periodismo da Modernidade em função da conjuntura cultural – sobretudo filosófica – da época de alguma forma converteu-se num padrão para o desenvolvimento da ética jornalística em torno da ideia da objetividade:

As histórias do jornalismo (...) começam, usualmente, com a criação da imprensa periódica noticiosa no século XVII (...). Foi no periódico semanal que se plasmou um embrião da ética jornalística, incluindo uma primeira articulação de uma “proto-objetividade” – um compromisso com a factualidade e com a imparcialidade. O falar de imparcialidade no jornalismo começou no momento em que a cultura ocidental de questionamento racional foi enriquecida com uma forma científica de objetividade empírica (...). Na primeira metade do século XVII os semanários ingleses proclamavam que os seus registos eram relatos imparciais da verdade e baseados em matéria de facto. (...) As normas da imparcialidade e factualidade não se originaram no jornalismo, mas nos discursos e ciências dos factos (...). A cultura do facto teve grande impacto nos gazeteiros. A linguagem ética deu aos editores de periódicos um instrumento de conceptualização e de justificação da sua atividade (...). Além disso, uma cultura interessada na troca de informação e de matérias de facto era, possivelmente, mais receptiva às reivindicações dos editores sobre a legitimidade das suas atividades orientadas para os factos. (...) Os periódicos noticiosos clamavam (...) serem um novo discurso de factos orientado para a informação da população em geral. (...) Apesar disso, só marginalmente os periódicos noticiosos seiscentistas apresentavam um discurso de factos respeitável. (...) O jornalismo era ainda um empreendimento comercial precário que não tinha um método rigoroso para verificar as histórias e que se comprometia com uma sempre presente tentação de sensacionalismo. (Ward, 2004, pp. 90-91)

Além do contexto cultural, um outro fator pode ser invocado para explicar a invenção daquela que constituiria a matriz da ética jornalística ao longo de Seiscentos. Na verdade, a invenção da ética jornalística ocorre não por vontade específica dos editores de jornais noticiosos, ou porque a sua ideologia os levasse a privilegiar a imparcialidade ou a “verdade dos factos”, mas porque uma linguagem noticiosa factual e “objetiva”, imparcial (pelo menos, na aparência), era essencial para que estes editores se pudessem defender das

críticas, enfrentar a censura e legitimar e justificar o seu crescente protagonismo social enquanto provedores de informação selecionada ao público:

A origem da ética jornalística é social e reside no relacionamento complexo entre o jornalismo e a sociedade. (...) Os editores adotaram um discurso ético em resposta às mudanças no jornalismo e às condições económicas, políticas e sociais que os rodeavam. O impulso para falar eticamente, ou para usar linguagem normativa, proveio de fatores culturais e das restrições específicas à atividade editorial. (...) O clima cultural do século XVII encorajou uma insistência imparcial nas matérias de facto. Mas houve outros fatores, incluindo o uso de uma linguagem ética para aplacar os leitores e cativar leitores céticos (...), persuadindo os nervosos funcionários do estado de que as suas publicações eram “seguras” para a sociedade. Frequentemente, as reivindicações de verdade eram somente um “código” para afirmar que o registo dos acontecimentos era feito de acordo com o ponto de vista das autoridades. A linguagem normativa de verdade e imparcialidade ajudou o jornalista a racionalizar o papel do periódico noticioso. (Ward, 2004, p. 101)

Uma conclusão extraída das palavras de Stephen J. A. Ward afigura-se, pois, relevante: a ligação entre notícias e sociedade é estreita, já que, se a sociedade afeta a forma e o conteúdo das notícias, estas últimas fomentam a compreensão dos processos de mudança social e a perceção que a audiência tem dela mesma:

o dispositivo comunicacional das notícias impressas transmitia à audiência não apenas o estado do mundo num formato periódico e temporário mas também o seu estatuto enquanto recetores destas notícias. Em acréscimo, permitiu que a audiência compreendesse as implicações das mudanças na composição social num mundo que era cada vez mais estruturado pela compreensão crescente dos assuntos públicos que podia ser adquirida regularmente por um modesto dispêndio financeiro. (Conboy, 2010, p. 14)

No mesmo registo, escreve Robert Darnton (1996, p. 15):

A prensa tipográfica ajudou a dar forma aos eventos que registrava. Foi uma força ativa na história, especialmente (...) quando a luta pelo poder foi uma luta pelo domínio da opinião pública.

É neste ponto que interessa recordar o contributo de Bourdieu para a compreensão do jornalismo. Para Pierre Bourdieu (1998), um campo social é o espaço estruturado onde os agentes sociais interagem, concorrem entre si, marcam posições, dominam e são dominados. Segundo o autor, é precisamente nesse tempo de transição entre Renascimento e Modernidade que se começa a desenhar o que ele designa por “campo jornalístico”. A formação de redes sociais e políticas articuladas em função da troca de correspondência, primeiro, e dos periódicos, depois, constituem a base sobre a qual se consolidará historicamente esse campo. Com o tempo, segundo aquele autor, as notícias, cada vez mais diversificadas, ao oferecerem perspectivas diferentes e novas sobre a realidade, começaram a desafiar os parâmetros da experiência social vivida pelos indivíduos de então. Embora os discursos dos primeiros periódicos se tivessem de encaixar, pragmaticamente, nos modelos políticos e económicos existentes, também não deixavam, sob a pressão da audiência e perante a perspectiva de lucro, de procurar, constantemente, testar e dilatar os limites do que era permitido dizer. Emergiram, conseqüentemente, tensões entre o poder político e a atividade editorial, sobretudo nos países continentais sujeitos a monarquias absolutas, como França, Espanha ou Portugal:

A (...) lógica comercial requer a proteção monárquica. Todos os livreiros e editores do Antigo Regime buscaram a benevolência e a proteção das autoridades políticas, pois eram estas que davam ou não as aprovações e privilégios, que toleravam ou proibiam a circulação de livros (...) e que os protegiam da concorrência. O exemplo das gazetas, panfletos e outros papéis públicos (...) mostra uma última tensão: a que opõe a divulgação dos assuntos políticos na praça pública à (...) vontade de controlo sobre a publicação e a circulação do escrito. (Chartier, Espejo, eds., 2012, p. 28)

O campo jornalístico tornou-se uma estrutura social que se consolidou ao longo da história graças ao desenvolvimento de dispositivos discursivos reconhecidos como sendo próprios e específicos, que oscilavam, como ainda hoje oscilam, entre os polos que geram tensão no campo: o polo *comercial* e o polo *intelectual*. São polos que se legitimavam – e legitimam – de forma diferente, já que o primeiro se associa ao lucro e o segundo se associa à emancipação cultural. Jesus Timoteo Álvarez (2004, pp. 27-28) coloca a questão da seguinte maneira:

A informação (...) foi-se introduzindo como fator de poder político, social e económico na sociedade ocidental de forma lenta mas iniludível (...). Essa penetração e ocupação de espaço social e de poder evolui, paralelamente, desde objetivos e interesse complementares nas sucessivas eras históricas que ocorrem no Ocidente desde o Renascimento até aos nossos dias. Por uma parte, os interesses dos governantes, que têm por objetivo o controlo social e ideológico e a justificação (...) do poder. Por outra parte, os interesses dos agentes económicos, que necessitam da informação para as suas atividades, transações e comércio, que necessitam dos meios de informação para a apresentação e promoção dos seus produtos ou serviços e (...) para se posicionarem e pressionarem o poder político. Em terceiro lugar, os interesses de atores e ativistas ideológicos que viram na imprensa e nas suas produções, desde os tempos da Reforma luterana, um instrumento imprescindível de identificação e promoção das suas crenças e ideias. Finalmente, os interesses de leitores e seguidores dos meios, que encontravam neles um instrumento às vezes de educação e aprendizagem e, mais frequentemente, de ócio e de entretenimento. É assim que a informação gera (...) produtos (...) que afetam e interessam a múltiplos setores da população e segmentos políticos, económicos e sociais.

O aparecimento do periodismo noticioso trouxe consigo, em síntese, uma revolução na forma de ver o mundo:

As notícias diárias são um elemento em que estamos imersos, pelo que as encaramos como parte da natureza. Para muitos de nós, ter notícias diariamente aparenta ser necessário para se ser socialmente *consciente*, embora muito menos “informado”. É difícil imaginarmos um tempo, há pouco mais de três séculos, em que não se tinha acesso a um conjunto diário de notícias provenientes de todos os lugares. É difícil imaginarmos como as mentes das pessoas trabalhavam nesse tempo. As notícias periódicas são um elemento tão relevante no nosso pensamento que nós nem sequer pensamos como são uma forma estranha de compreendermos a política, a ciência, a religião, a história, a sociedade, os valores. (...) Quando as notícias eram apenas uma *parte* do que as pessoas liam, não tinham um efeito tão drástico. (Sommerville, 1996, p. 3)

Os periódicos seiscentistas também tiveram consequências negativas. Asa Briggs e Peter Burke (2004, p. 80) escrevem:

Os jornais incentivaram o ceticismo. As discrepâncias entre relatos dos mesmos eventos em diferentes jornais (...) geraram desconfiança sobre a imprensa. Mesmo os que liam um só jornal ficavam impressionados com a regularidade com que relatos posteriores contradiziam os primeiros escritos. No fim do século XVII, as discussões sobre a confiabilidade de escritos históricos em geral citam as gazetas como caso-padrão de relatos não confiáveis de eventos. Para aqueles que participavam neles – ou simplesmente os testemunhavam – os textos impressos nos jornais muitas vezes pareciam totalmente falsos (...).

As críticas mordazes e irônicas à imprensa estenderam-se, igualmente, aos palcos e à literatura. Os primeiros redatores e editores de notícias e periódicos noticiosos foram criticados por venderem mentiras (a desinformação não é um fenómeno recente), explorando a credulidade e a credulidade das gentes comuns, em peças como *The Staple of News* (Ben Jonson, 1631) e em sátiras como *Whimzies or a New Cast of Characters* (Richard Braithwait, 1631).

Embora para autores como Sommerville (1996, p. 4) o surgimento do periodismo noticioso semanal e, depois, diário, tenha correspondido menos a

uma *necessidade* social do que a uma estratégia comercial e de marketing da indústria da impressão, que ansiava vender o novo produto constituído pelo jornal, não é menos certo que os periódicos noticiosos transformaram a mundividência e a mundivivência. Esses periódicos refletem, aliás, aquela que foi uma das transformações centrais no pensamento na transição do Renascimento para a Idade Moderna: a mudança no sentido de tempo. Por um lado, as notícias ampliaram, nas palavras de Woolf (2001, p. 109), a duração do presente, que deixou de se circunscrever ao instante, criando uma “zona fora do tempo entre o passado e o futuro, uma zona que oferecia espaço para a discussão dos assuntos correntes”. Por outro lado, se durante a Idade Média “a relação básica entre passado e presente permaneceu constante”, não será menos verdade que a mudança abrupta causada pela mundividência moderna “sugere que o tempo está cheio de novidade e se move para um futuro, mais do que repete um passado” (Dupré, 2004, p. 187). Mais, “Esta nova orientação é suportada por uma filosofia que vê a pessoa como sendo (...) capaz de transformar o curso da história” (Dupré, 2004, p. 187). E que produto cultural melhor representará esse sentimento de que o mundo tem constantemente novidades para apresentar e que a ação humana é capaz de alterar o curso da história do que um jornal de notícias?

Num contexto compassado pela vida na corte e caracterizado pela emergência de uma cultura cortesã, os periódicos tornaram-se importantes, quer como veículos de notícias, quer como instrumentos de propaganda régia ou de feição, quer como dispositivos de uso da razão argumentativa capazes de representar correntes de opinião (Habermas, 1989). O movimento periódico constituiu, assim, também, uma resposta socialmente organizada à necessidade de ao mesmo tempo (1) sintonizar cada vez mais homens – e em particular os cortesãos – com um mundo em instável, acentuado e rápido processo de mudança, (2) refutar ou apoiar as novas ideias políticas e as novas doutrinas religiosas, (3) propagandear os poderes, nomeadamente o poder régio concentracionário que se desenvolveu, em geral, na Europa Continental (incluindo em Portugal), e (4) de alavancar o processo de formação dos estados-nação, para o qual concorreu, decisivamente, a Guerra

dos Trinta Anos. Teve por efeito, como salienta Rétat (1985), a alteração não apenas das percepções sobre os acontecimentos mas também da forma como a realidade era experimentada.

A reportagem (...) dos acontecimentos (...) criou leitores. (...) A imprensa criou, por outras palavras, uma narrativa (...) contínua, uma narrativa com a qual indivíduos em diferentes contextos e em diferentes locais se podiam sentir parte e identificar. Neste sentido, a imprensa suportou a criação de uma nova coletividade de cidadãos que prestavam atenção à política. (...) A imprensa (...) foi uma força poderosa para a integração nacional aos níveis social, cultural e político. (Harris, 1996, pp. 55-82)

As notícias impressas, tal como aponta Sommerville (1996), geraram efetivamente uma *fratura epistemológica* na Europa Ocidental à medida que conquistavam novos públicos, graças a um estilo que misturava características da literatura popular e da estética literária e retórica das elites. Atherton (1999, p. 48) comunga desta visão ao realçar o quanto o jornalismo, caracterizado por difundir notícias e opiniões, estilhou a epistemologia do conhecimento e provocou mudanças no campo do próprio discurso:

As notícias eram uma forma problemática de conhecimento no século XVII, causando problemas de escrita e problemas de audiência e promovendo o medo do discurso licencioso. (...) A relação entre facto e ficção constituiu um problema central do século XVII e o desenvolvimento dos jornais tem de ser posto no contexto da barreira epistemológica entre conhecimento e opinião.

A crescente difusão das notícias e o facto de corresponderem cada vez mais às expectativas sociais de uma audiência sucessivamente alargada (Swales, 1990) desafiavam o controlo político sobre os fluxos de informação. Assim, tal como asseguram, por exemplo, Siebert, Peterson e Schramm (1963, pp. 2-3), cedo um modelo autoritário descambou sobre a imprensa em grande parte da Europa:

A mais antiga das teorias [da imprensa] é a autoritária. Surgiu durante o clima autoritário do Renascimento tardio, logo após a invenção da tipografia. Nessa sociedade, a verdade era concebida não como o produto da grande massa de pessoas mas apenas como o produto de uns poucos homens sábios que estavam numa posição de guiar e dirigir os seus semelhantes. Assim a verdade tinha de ser centralizada perto do centro do poder, A imprensa (...) funcionava *do topo para a base*. Os governantes desse tempo usavam a imprensa para informarem as pessoas daquilo que os governantes pensavam que elas deviam saber e das políticas que os governantes pensavam que elas deviam apoiar. (...) A propriedade privada da imprensa exigia permissão especial e esta permissão podia ser retirada em qualquer momento em que a obrigação de apoio ao poder régio fosse desonrada. A atividade de edição resultava, pois, de uma espécie de acordo entre a fonte de poder e o editor, em que este último garantia um direito frequentemente monopolista e a primeira apoiava. Mas a fonte de poder conservava o direito a organizar e alterar as políticas, o direito de licenciamento e, em vários casos, o direito de censurar. É óbvio que este conceito de imprensa eliminava o que no nosso tempo se considera ser uma das mais comuns funções da imprensa atual: o controlo da governação. Esta teoria da imprensa – a imprensa sendo uma servidora dos responsáveis pela governação num determinado momento – foi quase universalmente aceite no século XVI e durante quase todo o século XVII.

Koopmans (2005, pp. x-xi) desenha, no mesmo tom, as características do modelo autoritário de jornalismo imposto à comunicação social na generalidade dos países europeus no alvorecer da Idade Moderna:

No alvorecer da era moderna, as autoridades europeias (...) acreditavam que poderiam moldar as notícias aos seus desejos, por meio do segredo, da propaganda e da regulação e da censura da imprensa. (...) Mesmo que os redatores de jornais tivessem consciência dos objetivos políticos e dos resultados da ação política (...) tinham de ser cautelosos. Na maioria dos países europeus ocorreram fenómenos de censura preventiva e repres-

siva com diferentes níveis de eficácia (...). Os reis e outros indivíduos bem posicionados na sociedade também tentaram preservar as suas reputações exortando os redatores de periódicos e outras publicações a disseminar relatos favoráveis dos seus regimes e a ocultar notícias indesejáveis (...). Nas guerras e nos momentos de tensão política as autoridades no poder olharam para a manipulação intencional das notícias como algo normal. Contudo, as notícias indesejadas nos media estrangeiros eram difíceis de controlar. (...) Tendo em conta a manipulação da informação e a censura que se abateu sobre a imprensa, foi provavelmente difícil para os leitores distinguir entre notícias e propaganda. Contudo, os governantes não mantiveram, constantemente, o público na mais completa ignorância sobre o estado dos assuntos públicos e as políticas que estavam a ser seguidas. Uma regulação demasiado apertada da imprensa poderia ser interpretada como tirania (...).

Igualmente Jaume Guillamet (2004, p. 72) confirma que o periodismo europeu esteve desde o início sujeito a formas autoritárias de controlo que passaram pelo licenciamento e pela censura:

Durante os seus dois primeiros séculos, mas com desenvolvimento desigual nos diferentes países, o jornalismo assentou as suas primeiras formas e modelos sob a vigilância do poder. Os conceitos de interesse público e de serviço público, mais adiante reinterpretados desde a teoria liberal, foram intimamente ligados à reserva por parte dos estados da tripla prerrogativa de controlo da difusão de notícias, de autorização dos periódicos e da censura prévia.

Um bom exemplo material da posição teórica de Siebert, Peterson e Schramm (1963, pp. 2-3), Guillamet (2004, p. 72) e Koopmans (2005, pp. x-xi) pode ser dado pela *Gazeta* “da Restauração”, publicada, em Portugal, entre 1641 e 1642. Este periódico politicamente controlado foi fundamental para propagandear a causa da restauração da independência portuguesa, ocorrida no primeiro de dezembro de 1640, sob a égide da dinastia de Bragança, e que em si mesma representou, essencialmente, um episódio

da Guerra dos Trinta Anos e do processo de formação dos estados-nação na Europa. Inclusivamente, um dos argumentos esgrimidos pelos independentistas portugueses para sustentar a ascensão da dinastia brigantina ao trono e da aclamação de D. João IV foi a insistência no direito da nação portuguesa a aclamar um “rei natural”. O próprio *Mercúrio Português*, de 1663-1667, foi um dispositivo relevante no apoio à continuação da guerra pela restauração da independência de Portugal e de propaganda dos partidários do rei D. Afonso VI e do “primeiro-ministro”, o conde de Castelo Melhor (Sousa, 2011). Mas sempre se afigurou difícil para os estados controlar a prolífera atividade editora, potencialmente prejudicial para as elites governantes. Uma atividade editora que fazia circular não só periódicos noticiosos mas também folhetos políticos e religiosos ocasionais, clandestinos ou legais, que se misturavam, no cenário da imprensa da época, com *relações ocasionais* de batalhas, acontecimentos insólitos, crimes, festas religiosas e outros assuntos. Em conjunto, sustenta Conboy (2010, p. 15), esses impressos minavam a autoridade da Igreja Católica e a conceção do poder divino do monarca. Sommerville (1996, p. 135) atesta-o:

A religião providenciava o enquadramento por meio do qual os eventos da vida diária adquiriam significado. Depois da revolução noticiosa, a religião tornou-se somente uma *parte* do mundo das notícias. As notícias diárias substituíram a religião como o texto mestre de uma sociedade em modernização (...).

Convém lembrar, contudo, que, politicamente, dois modelos de governação estavam instituídos na Europa dessa época. A monarquia absolutista de direito divino, esplendidamente simbolizada pelo rei francês Luís XIV, tinha por contraponto a Inglaterra parlamentarista saída da guerra civil (1643-1648), do tolerante reinado de Carlos II (1660-1685) e da Revolução Gloriosa de 1688, que culmina com a aprovação da *Bill of Rights*, em 1689, que institui, entre outros direitos, a liberdade de imprensa. Ambos os regimes necessitavam, porém, de instrumentos de informação, de legitimação e de propaganda, que encontraram nos periódicos. Na Inglaterra parlamentarista, as fações políticas precisavam, também, de periódicos que lhes dessem voz pública.

Por outro lado, a conjuntura militar europeia do século XVII era perigosa. A esta conjuntura acresce que o Velho Continente estava religiosamente dividido entre católicos e protestantes e mesmo entre estes últimos a divisão também reinava (calvinistas, luteranos, anglicanos, puritanos...). A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), as guerras religiosas e as lutas de libertação e independência que se fizeram sentir em países como Portugal e Holanda sangraram a Europa ao longo de Seiscentos. Mas esta conjuntura aumentou o interesse pelos periódicos noticiosos. As pessoas queriam saber o que se passava, até porque disso poderia, em última análise, depender a sua sobrevivência. Instrumentos capazes de levar às pessoas notícias do que se passava, os periódicos noticiosos foram, com alguma naturalidade, bem acolhidos.

Por seu turno, o capitalismo, compatibilizado por Calvino com a religião e por Locke com a política, permitia a acumulação de capital e de propriedade e criava um clima propício à inovação e ao risco que foi fundamental para o lançamento da indústria tipográfica e, a partir desta, para o lançamento da indústria cultural e, especificamente, da indústria jornalística, à medida que o comércio se intensificava, agregando-se à volta das bolsas de valores, de empresas e das companhias de comércio internacional e colonial, transcontinental. C. John Sommerville (1996, p. 14) é um dos pensadores da génese do jornalismo que atenta nesta realidade, embora desde uma perspetiva crítica:

Muitos editores foram impulsionados por uma visão de informação ao público, mas outros moveram-se por motivos puramente económicos (...) e lucro. (...) Muitos dos primeiros editores eram livreiros que (...) cedo perceberam que a publicidade lhes poderia aumentar a margem de lucro. Assim, as notícias tornaram-se o invólucro da publicidade (...). Também ocorreu a alguns dos primeiros donos de periódicos que a maximização das vendas diárias demandava uma apresentação pública de *imparcialidade* (...). A dinâmica da periodicidade surge da necessidade de atrair e lisonjear os leitores e isto foi reconhecido cedo. Os editores ostensivamente dirigiam-se à inteligência, conhecimento e bom juízo dos seus clientes e até pediam respostas. Vários dos primeiros periódicos

consistiam *primariamente* em cartas dos leitores, dando-lhes a emoção de se verem eles mesmos na imprensa (...). Os primeiros periódicos eram um meio verdadeiramente interativo.

A sociedade europeia de Seiscentos, sujeita a grandes transformações, instabilidade e mudanças, necessitava, efetivamente, de informação. As redes sociais e políticas alimentavam-se dessa informação, tendo estado na origem do que Bourdieu (1998) designaria por “campo jornalístico”. Por isso, havia não só recetividade para as notícias, mas também infraestrutura material, capital e matéria-prima informativa suficiente para sustentar o aparecimento dos primeiros periódicos informativos. Representam eles o resultado de um processo que transformou as folhas noticiosas ocasionais, das relações de acontecimentos e dos livros e opúsculos noticiosos em publicações impressas mais frequentes, seriadas e periódicas, menos volumosas, de menor custo e com informações mais atuais. Com estes dispositivos, “o consumo de notícias aumentou não apenas porque estas potenciavam o intercâmbio social ou facilitavam o comportamento racional, mas como um fim em si mesmo” (Raymond, 1996, p. 2).

A crescente popularização das notícias, que deixaram, progressivamente, de estar limitadas a uma audiência formada pelas elites políticas, religiosas e sociais para abarcarem fatias cada vez mais significativas da generalidade da população, deveu-se, conforme já se assinalou, a uma feliz conjugação de fatores, no âmbito dos quais o capitalismo foi determinante:

O que energizou esta forma social de comunicação foi o facto de poder ser vendida como mercadoria, para obtenção de lucro, pelo que a ampliação da base dos consumidores de notícias, pelo estilo e pelo apelo popular, significava que os impressores ganhavam mais dinheiro. (Conboy, 2010, p. 14)

Porém, a atração da atividade editorial pelo lucro cedo tornou as notícias objetos de crítica. Os leitores queixavam-se da sua falta de rigor e do desrespeito pela verdade (Espejo, 2011, p. 198). Woolf (2001, p. 101) sustenta que os críticos da época desconfiavam da veracidade das informações e criticavam a

orientação dos editores para o lucro e, conseqüentemente, para as notícias exageradas e sensacionais. Também criticavam a dependência dos jornais por novidades. Sommerville (1996, p. 15), referindo-se, parcialmente, à obra de Habermas, associa o desejo de lucro dos editores de jornais ao surgimento do sensacionalismo noticioso, mas também ao surgimento da figura do repórter:

Não é surpreendente que o sensacionalismo tenha despontado cedo na imprensa (...). As controvérsias eram criadas para entreter o público e estabilizar as vendas. (...) Finalmente, por volta de 1720, os jornais já tinham aprendido a manterem a procura recorrendo ao que poderíamos chamar “repórteres” que iam à procura das notícias em vez de esperarem que elas chegassem ao editor. E assim os seres humanos transformaram-se de coletores de notícias em produtores de notícias.

Sommerville (1996, pp. 14-15) vai mais longe na crítica aos mecanismos de sedução cultivados pelos editores para cativarem os seus públicos:

Cuidados constantes eram requeridos aos editores para manterem o seu público, e isto era feito muitas vezes sugerindo identidades que os leitores podiam adotar. Os jornais criavam imagens em que os leitores se podiam reconhecer (...). Este fator incrementou-se (...) com a intensificação da privatização da vida (...). Assim, a participação contínua em algo como uma esfera pública era indiretamente mantida através dos jornais, mas apenas como um simulacro de discussão. Durante o século XVII (...) os jornais falavam *para* o seu público e não *por* ele. Mas desenvolvimentos posteriores levaram os jornais a *dizer* às pessoas como pensar. Este processo reforçou-se com a adoção do anonimato pela imprensa. No início, as notícias surgiam com o nome de um editor que se podia assumir que as tinha escrito ou copiado do jornal estrangeiro que constituía a sua fonte, mas, por volta de 1700, já era usual os jornais (...) assumirem a voz da sociedade (...). Os livros e os panfletos não detinham esta autoridade, pois podiam ser refutados. Um periódico, porém, podia

fazer seguir as notícias de correções subtis, pelo que a sua autoridade anónima era institucional (...). Os periódicos eram mais difíceis de refutar do que os livros.

De qualquer modo, a ideia de *reportagem* e, portanto, o conceito associado de *reporter* foram-se gradualmente imiscuindo na cultura jornalística, mas tiveram também efeitos ao nível da própria configuração de alguns acontecimentos:

A revolução na tecnologia da informação do meio do século XVII expandiu radicalmente as possibilidades do jornalismo de reportagem, mudando irrevogavelmente as expectativas dos leitores sobre novos relatos noticiosos – e até certo ponto foram também mudando os próprios acontecimentos, à medida que os participantes os registavam para leitura imediata fora das fronteiras do acontecimento em si e para a posteridade. (Mendle, 2001, p. 63)

O periodismo informativo configurou-se, assim, como um dos elementos estruturantes da Modernidade, graças à sua capacidade de modificar as mundivivências e as mundividências dos europeus de Seiscentos.

2.2 A politização da opinião em Inglaterra e as suas consequências na diferenciação e segmentação do periodismo

O aparecimento dos meios impressos – noticiosos e, posteriormente, de opinião – trouxe consigo uma revolução no mundo político. O poder político teve-se a expor cada vez mais e de publicitar a sua ação para obter legitimidade simbólica. Em Portugal, por exemplo, quer a *Gazeta* de 1641-1642 quer o *Mercúrio* de 1663-1667 foram usados como instrumentos de propaganda política pela dinastia de Bragança, que ascendeu ao trono, na sequência de um golpe de estado, a 1 de dezembro de 1640. A repercussão da comunicação noticiosa impressa sobre a política estendia-se, de resto, a toda a Europa:

Na Europa do alvorecer da Idade Moderna muito mudou na interação entre a política e as notícias. Através de contactos comerciais e das guerras, a Europa tornou-se interligada. A interação entre os estados

aumentou (...) e os meios noticiosos desempenharam um papel relevante neste desenvolvimento. Diplomatas, mercadores e outros viajantes contribuíram para a construção de redes organizadas que coletavam e distribuíam notícias. (...) Os redatores de notícias (...) editaram os primeiros jornais e venderam-nos a uma audiência crescente. A procura de notícias por parte do público letrado criou uma nova mercadoria (...). Gradualmente, a política tornou-se algo em que um número crescente de pessoas se envolvia e a “opinião pública” formou-se com a ajuda dos media. (Koopmans, 2005, p. 16)

Essa conjuntura adquiriu uma feição mais relevante em Inglaterra. Desde que o parlamento inglês e o rei Carlos I se confrontaram, primeiro politicamente e depois pelas armas, que se foram formando fações politizadas opostas. Joad Raymond (2002, pp. 125-128), por exemplo, não hesita em dizer que tão cedo como em 1620-1640 já circulavam em Inglaterra periódicos segmentados para públicos politizados definidos e que a década de 1640 “assistiu ao rápido desenvolvimento do debate informado popular” e a uma “expansão da comunicação política que datava da década de 1620”.

Em 1660, deu-se a restauração da monarquia em Inglaterra, sob o católico Carlos II, um monarca relativamente tolerante, a quem sucedeu o irmão Jaime II, que não apenas procurou voltar a tornar a Inglaterra católica e a centralizar, novamente, o poder no rei, como também se casou com uma católica, de quem teve um herdeiro católico. Isso despertou a ira dos protestantes, que, em 1688, convidaram o calvinista holandês Guilherme de Orange, casado com uma filha de Carlos II, a estabelecer-se em Inglaterra e a assumir o trono, assinando previamente a já referida *Bill of Rights* (1689). Jaime II foi obrigado a exilar-se. A consequência imediata foi a formação de dois partidos: um partido progressista que aceitava Guilherme como rei (os *whigs*) e um partido conservador que afirmava que Guilherme era apenas o representante de Jaime II (os *tories*). Estava inventada a democracia bipartidária parlamentar, já que ambos os partidos, escaldados pelos anos de conflito civil, estabeleceram a arte parlamentar do confronto puramente político e da negociação, até porque qualquer um dos partidos

tinha, legitimamente, por via eleitoral, a possibilidade de se alternar com o outro no governo.

Esta *Bill of Rights* tornou-se o fundamento da constituição da Grã-Bretanha. Nela são garantidas a livre eleição do parlamento, a liberdade de expressão, a liberdade de debate dos parlamentares e a sua imunidade judicial; nenhum imposto pode ser introduzido sem a autorização do parlamento; o rei não pode revogar nem suspender qualquer lei do parlamento, não pode ser católico e não pode manter um exército permanente sem a autorização do parlamento.

Em seguida foi decretada liberdade de culto (...). Deste modo, a política de estado foi separada da religião. O estado prescindiu de assegurar a coesão da sociedade através da unidade da religião. Assim, também a sociedade se separou do estado. Ela pode ser de uma grande diversidade e até conter grandes clivagens internas desde que cumpra as leis. Isso constituiu um salto quantitativo em direção à civilização política e aos direitos humanos.

Neste enquadramento constituiu-se (...) o aparelho da governação parlamentar. (...) À agitação pública e à disputa partidária encontrava-se associada a liberdade de imprensa. Esta, na prática, foi declarada em 1694, com a expiração da *Licensing Act*. Imediatamente (...) algo voltou a existir desde os tempos gloriosos de Atenas: a opinião pública. (...) Ao mesmo tempo, a Inglaterra é percorrida (...) por um surto de modernização (...): a bolsa e o Banco de Inglaterra são fundados, as sociedades anónimas nascem como cogumelos, tornam-se populares a especulação e a lotaria, é inventado o papel-moeda, o conceito de milionário torna-se corrente e o seguro de vida, acabado de inventar, torna possível tratar-se dos descendentes sem ter de comprar terras. (Schwanitz, 2004, pp. 143-144)

A aparição de uma opinião pública politizada desde meados do século XVII – especialmente na Inglaterra parlamentarista – é fulcral na transformação sociopolítica e cultural que ocorre desde o Renascimento até à Idade Moderna. Tal como Jürgen Habermas (1989) colocava em 1962, ano em

que surgiu pela primeira vez a sua obra *Strukturwandel der Öffentlichkeit*, marcada por uma conceção marxista da burguesia, teria sido graças à emergência do capitalismo e às transformações políticas, e graças, nomeadamente, à crescente separação entre a sociedade civil e o estado, que uma nova esfera pública surgiu: a esfera pública burguesa. Corresponde a emergência da esfera pública burguesa, independente do governo, a uma rutura com a esfera pública medieval. Esta última era fundada na autoridade. Nela, segundo Habermas, os indivíduos participavam passivamente como meros espectadores e recetores. Pelo contrário, os indivíduos participariam ativamente na esfera pública burguesa – segundo a conceção algo idealizada de Habermas – por meio do uso público da razão argumentativa, veiculada, a partir de determinado momento, pela imprensa.

A imprensa foi crucial para a formação e estruturação da esfera pública. A imprensa tornou-se o veículo pelo qual as razões privadas dos indivíduos burgueses se tornavam públicas. A esfera pública emergiu inicialmente como um fórum para o debate cultural. A discussão pública focava-se nas produções literárias e artísticas e em temas derivados destes. Neste espaço, porém, a política surgiu rapidamente. A imprensa criou um novo tipo de comunicação política e, com ela, um novo tipo de política. (Harris, 1996, p. 3)

Essa nova esfera pública, caracterizada, idealisticamente, pelo livre uso da razão argumentativa, permitiria a conexão entre a sociedade civil e o estado, cada vez mais separados. Diga-se, em acréscimo, que, na conceção de Habermas, a nova esfera pública burguesa surge como contraponto a uma nova (e verdadeira) esfera privada, íntima, familiar, que não existia como tal nos tempos medievos e que também se viria a transformar com o tempo, graças à introdução de novos ideais de liberdade, educação e amor. Neste processo, a imprensa foi central:

A imprensa foi sempre um símbolo de progresso, um símbolo da difusão de formas mais abertas de governo. (...) Ao encorajar a intervenção pública na política, a imprensa minou as estruturas e formas tradicionais

da vida política. Com o impacto da imprensa, a política tornou-se mais aberta. Também se tornou cada vez mais moldada pelas aspirações e desejos de uma classe média em ascensão. (Harris, 1996, pp. 1-3)

Sommerville (1996, pp. 15-16), ao escrever sobre a revolução que o periodismo noticioso e político trouxe à sociedade seiscentista inglesa, partilha da concepção idealista de Habermas, mas considera que a esfera pública se deteriorou a partir do momento em que os jornais se tornaram vozes de fações políticas:

Por um breve período, os periódicos do século XVII criaram uma nova forma de sociedade, o público informado, que se responsabilizou pelo seu próprio destino. Os editores providenciaram os ingredientes para as discussões nos cafés, que geravam uma autêntica opinião pública. Mas muito cedo os media amadureceram até a um ponto em que podiam *providenciar* opinião. A discussão tornou-se um desporto (...).

Raymond (2002, p. 110) relembra o pioneirismo da Grã-Bretanha na estruturação da esfera pública burguesa, no século XVII. Num ensaio crítico sobre o modelo de Habermas, visto como tendo algumas incorreções históricas e ser exacerbadamente centrado nos espaços metropolitanos e até, mais especificamente, londrinos, Joad Raymond (2002, pp. 130-133), contra a posição de Sommerville, explica que o desenvolvimento da esfera pública sob a influência da imprensa foi problemático, mas não necessariamente negativo. Desde um ponto de vista positivo, de acordo com este autor, a imprensa reforçou o sentimento de identidade nacional e promoveu o debate político e a formação de correntes de opinião devido a fatores com a *publicidade*, a *periodicidade* e, paradoxalmente, a *heterogeneidade*:

O desenvolvimento do mercado dos jornais e panfletos, junto com as novas técnicas de reportagem e persuasão, criou novos e aperfeiçoados modelos de manipulação (...). Os jornais (...) jogaram um papel importante na construção do sentido de vizinhança e de identidade nacional dos leitores (...). Mesmo com um enfoque nas notícias do estrangeiro, a imprensa periódica contribuiu para a definição de uma “comunidade imaginada”. Assim, os jornais construíram a base de uma série de esfe-

ras entrelaçadas e sobrepostas de debate político e ação em diferentes comunidades de leitores. (...) Estes leitores nunca foram os produtos passivos das ideologias do capitalismo impresso. Por exemplo, as alterações nas formas de jornalismo foram sempre defletidas por continuidades na receção; tal como as continuidades na retórica seiscentista contra o fenómeno noticioso ocultam e desvalorizam as transformações radicais que os media noticiosos sofreram neste período. Os leitores foram sempre capazes de usar os textos para os seus próprios fins e de improvisar argumentos com base no que liam. Foi talvez encorajando este processo que os jornais fizeram a sua maior contribuição ao debate informado e racional (...) seiscentista. Os jornais tinham três atributos que cultivaram o debate crítico entre os seus leitores. Primeiro, (...) a publicitação em si mesma. (...) A publicação sob a forma impressa propôs um jogo justo ao julgamento dos leitores. (...) Segundo, a periodicidade (...), a regularidade com que os jornais apareciam garantia a continuidade da informação e, conseqüentemente, do debate (...). Este fator, presumivelmente, desenvolveu padrões de recordação e de envolvimento ativo por parte dos leitores e não uma cultura da passividade e do esquecimento (...). O terceiro atributo (...) é a heterogeneidade de assuntos dos jornais. Precisamente porque justapunham assuntos não relacionados, os jornais (...) obrigavam o leitor a dar significado, reconhecer e sintetizar a diversidade. (...) É neste sentido que os primeiros jornais (...) dificilmente impuseram instrumentalmente aos seus leitores a aceitação de uma única e simples perspectiva sobre as notícias. (...) Com base nestes fatores, os jornais contribuíram para o desenvolvimento da opinião política. (Raymond, 2002, pp. 130-133)

Assim, para o autor, o desenvolvimento da esfera pública, apoiado na imprensa, foi problemático mas, ao mesmo tempo, positivo, pois os periódicos tiveram um papel relevante na construção do sentido de vizinhança e de identidade nacional dos leitores, contribuindo para a definição de uma comunidade nacional, e fomentaram o debate político.

Que consequências teve a segmentação dos periódicos britânicos e a politização da sociedade inglesa? Arblaster (2008, p. 31) assegura que se assistiu a uma intensificação da politização da opinião um pouco por toda a Europa, devido quer às crises dinásticas e religiosas seiscentistas, incluindo-se aqui a portuguesa, quer à solidificação das redes informativas que permitiam o incremento da circulação de informações no continente:

Enquanto o desejo por notícias foi aumentando, foi-se consolidando, nos primeiros decénios do século XVII, um sentimento progressivo de que as notícias políticas têm interesse público geral. Uma causa maior deste fenómeno residiu na polarização da opinião pela Europa, dentro dos estados e entre os estados, e nas expectativas crescentes da ocorrência de uma guerra cataclísmica. A combinação das crises usuais das rivalidades dinásticas com o carácter confessional da política europeia tornou presumíveis essas expectativas. As redes informativas das alianças dinásticas-confessionais permitiam que os acontecimentos ocorridos numa parte da Europa pudessem mais do que nunca ter repercussões profundas noutros lugares. Os conteúdos dos jornais refletem a consciencialização pública deste facto. Apesar de qualquer número de um jornal apresentar um conjunto desconcertante de acontecimentos inexplicados, nomes, sugestões e especulações, os leitores regulares das notícias da Europa foram providos das peças que precisavam para construir um mosaico coerente do que sucedia.

Já Ward (2004, p. 116) refere que a imprensa britânica do século XVII contribuiu para a formação de uma esfera pública, na medida em que disponibilizava a informação e permitia a sua discussão pública, nomeadamente sobre matérias de estado. E esta discussão era considerada um direito do povo, uma vez que não estava assente em lado algum que o conhecimento, o debate e as decisões coubessem apenas a parte da sociedade. Todos deveriam fazer parte da esfera pública e participar nela. Daqui, rapidamente se evoluiu para o ideal de participação dos cidadãos na vida política. É por isso que Ward (2004, p. 116), citando, parcialmente, David Zaret, considera que um dos traços fundamentais da retórica justificativa e legitimadora do jor-

nalismo que emergiu na Inglaterra seiscentista assenta nas considerações sobre uma ética jornalística construída por cima da ideia de que a disponibilização pública de conhecimento sob a forma de notícias é um *bem público*:

O legado ético final da imprensa noticiosa do século XVII foi o seu contributo para a formação de uma (...) esfera pública. As publicações noticiosas (...) espalharam a ideia de que a informação e a discussão sobre matérias de estado deveriam ser públicas. O povo teria o direito de debater e de discutir informação. Essa discussão não poderia ser prerrogativa do soberano e do seu conselho privado. A ideia crescente era a de que a sociedade não era necessariamente uma estrutura hierárquica fechada onde cada qual sabia qual era a sua posição. Não era uma ordem divina na qual os poderosos deveriam ser os únicos que sabiam, debatiam e decidiam. A sociedade deveria ter uma esfera de assuntos públicos onde o povo pudesse tomar posição e seguir acontecimentos. (...) O uso da imprensa estimulou novas práticas comunicativas, como as petições ao soberano (...). Estas práticas comunicativas incrementaram a participação na política e criaram uma esfera pública rudimentar. A participação do público na política ia agora mais além do que assistir às manifestações simbólicas da autoridade.

O caminho para o sucesso do periodismo estava, pois, aberto. A estrutura material e a instabilidade e a mudança provocadas pelas transformações na sociedade e na cultura, pela Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e pela efervescência no domínio das ideias conspiraram para o surgimento, sobretudo enquanto atividade comercial, dessa forma organizada e permanente de comunicação em sociedade que é o jornalismo. Com o incremento da circulação de notícias, conforme coloca Infelise (2002, p.175), a posse da informação deixou de estar limitada às elites, podendo ser aproveitada por distintos segmentos da sociedade, de acordo com as suas necessidades específicas, em cada momento contextual.

2.3 O periodismo seiscentista

Ao longo do século XVII, a conquista da *periodicidade* por parte das publicações informativas vinculadas a um propósito de *informação pública*, segundo o conceito de Infelise (2002), foi fundamental para o jornalismo.

O periodismo informativo, noticioso (na generalidade dos países da Europa continental) ou político-noticioso (particularmente, em Inglaterra), ou ainda cultural e científico, teve a sua génese entre os séculos XVI e XVII. Foi uma das manifestações do intenso movimento editorial europeu que se verificou na alvorada da Modernidade, período histórico que ajudou a caracterizar e sedimentar.

O periodismo informativo moderno pode ser encarado já como um fenómeno especificamente *jornalístico* ou, pelo menos, *pré-jornalístico*. Efetivamente, os periódicos noticiosos modernos possuíam várias características que se podem considerar jornalísticas, no sentido que lhes dá Groth (1960): *publicitavam*, no sentido de *tornarem pública*, a informação; apresentavam *periodicidade* e *encadeamento de informações* nos números sucessivos, surgidos a intervalos de tempo regulares; tiveram um *carácter noticioso*; publicavam um *noticiário universal*, no sentido de ser um *noticiário generalista* capaz de interessar a uma *universalidade* de destinatários; e disponibilizavam informação de *atualidade*. Mantiveram, também, títulos unificadores e identitários ao longo do tempo. Eram *jornais* – no sentido de serem registos do sucedido nas *jornas*, ou seja, nos dias.

Fomentado por *mercadores de notícias*, empreendedores que, por motivos que iam da obtenção de lucro ao exercício de influência e reconhecimento social, foi-se edificando, logo na alvorada da Modernidade, um mercado editorial para as publicações informativas, nomeadamente para os periódicos, alicerces mediáticos do mundo moderno. Mas a afirmação do periodismo informativo na Europa de Seiscentos deveu-se, também, à confluência de vários outros fatores:

1. *Necessidade de informação e propaganda*

As monarquias dos estados europeus e as diferentes fações políticas que existiram em Inglaterra, confrontadas com o crescimento da burguesia mercantil e manufatureira e com o desenvolvimento da sociedade civil, procuraram fazer chegar a sua palavra a uma maior quantidade de pessoas, mantendo, para tal, um fluxo social de informação controlado e vigiado que pudesse servir os seus interesses. Assim, nas monarquias absolutas continentais, os periódicos informativos iam ao encontro da necessidade de encontrar veículos de propaganda, de contrapropaganda e de troca de informações sentida pelas casas reais, que procuravam consolidar e concentrar o seu poder, no âmbito da sua política de construção dos estados modernos. Em Inglaterra, alguns periódicos afirmaram-se, por seu turno, como vozes *públicas* das fações políticas, embriões dos partidos políticos, que se iam desenhando no quadro do parlamentarismo. Também as igrejas necessitavam de periódicos que esgrimissem publicamente argumentos para manterem ou conquistarem crentes e combaterem os seus adversários e inimigos. As primeiras publicações noticiosas, na generalidade dos países da Europa continental, saciavam, além disso, as necessidades informativas das elites, que necessitavam de interagir, informadamente, no espaço público e de orientarem a sua vida. Os periódicos satisfaziam, igualmente, o apelo à aquisição de uma *cultura geral*, estimulada pelos Descobrimentos, pela atenção aos “factos” do mundo material, pela cultura humanista e pelo germinar do Iluminismo e ainda pela convivência das elites em espaços de sociabilidade, designadamente nas cortes. Os cortesãos, na Europa continental, necessitavam de ter bagagem cultural para sustentarem conversas e argumentações e sobressaírem entre si e perante o seu soberano. Em Inglaterra, idênticas necessidades se manifestavam, mas no quadro do parlamentarismo, que se afirmou, em definitivo, após o triunfo da Revolução Gloriosa de 1688.

Em suma, os periódicos respondiam à confluência de interesses dos editores, dos agentes de poder e dos indivíduos interessados nos assuntos públicos, cujas necessidades mitigavam. A informação fornecida pelos

periódicos combatia, além disso, as incertezas, dúvidas e angústias que a profunda transformação do mundo provocava.

2. Alfabetização

O crescimento da alfabetização nas línguas nacionais nos países de tradição protestante contribuiu para despertar em fatias significativas das populações do centro e norte da Europa uma enorme sede de informação e de aquisição de conhecimentos sobre os factos notáveis e singulares do mundo material. Exponenciada pela cultura humanista e pelo germinar do Iluminismo, essa sede de informação e conhecimento, por sua vez, alimentou o interesse crescente pelos periódicos e a receptividade pública a este novo meio de comunicação social, que difundia notícias sobre uma vasta gama de assuntos de interesse popular e geral nas línguas nacionais.

3. Mercado editorial e público

A ascensão da burguesia e a acumulação de capital por este grupo social proporcionava aos burgueses um crescente poder de compra de bens culturais, tal como os periódicos informativos, que lhes interessavam para fazerem os negócios mas também para interagirem no meio social, estabelecendo relações de interesse. A capacidade burguesa de correr os riscos próprios do investimento privado e de inovar criou, também, condições para o desenvolvimento da indústria editorial. Ao investir nesta indústria, a burguesia garantia um retorno lucrativo e, ao mesmo tempo, ganhava influência e robustecia a sociedade civil.

Assim, o mercado editorial expandiu-se na Modernidade e os *mercadores de notícias*, normalmente burgueses empreendedores endinheirados⁶, tiveram nele enorme relevância. O modelo de negócio dos empreendedores que editavam periódicos informativos assentava na venda direta em livrarias e oficinas tipográficas, só mais tarde surgindo a venda nas ruas pelos ardinias. Os periódicos

6. No caso português, os primeiros editores de periódicos foram, no entanto, clérigos afetos à causa da restauração da independência do reino de Portugal face a Espanha e, no caso concreto do *Mercúrio Português*, um aristocrata político e governante.

dicos eram, também, vendidos por assinatura. As subscrições vieram mesmo a ser, até ao século XIX, a principal fonte de receitas dos periódicos.

Por outro lado, na alvorada da Modernidade havia já tradição de edição de publicações informativas e noticiosas, sob a forma de folhas volantes noticiosas, cartas de relação, relações de acontecimentos, opúsculos e livros noticiosos, entre outras, para as quais havia recetividade e público, bem como de almanaques, prognósticos, calendários e reportórios, que também contribuíram para a sedimentação do mercado editorial. Apesar de, no século XVII, a maioria da população europeia ser analfabeta, ainda que as taxas de analfabetismo regredissem, acentuadamente, nos países protestantes, foi-se também inculcando, junto de determinados *públicos*, o hábito de escutar a leitura pública de notícias em lugares de sociabilidade (feiras, tabernas, agremiações, adros das igrejas e, mais tarde, cafés...). Formava-se, em consequência, uma *esfera pública* incipiente (Habermas, 1984). O *público* dos periódicos configurava-se:

a) Como *audiência*

Os indivíduos envolvidos nos negócios públicos e privados tinham necessidade de informações. Algumas dessas informações podiam ser subministradas aos interessados pelos periódicos informativos. Assim, esses indivíduos constituíram-se como audiência fiel e estável dessas publicações, que lhes satisfaziam algumas das suas necessidades de informação. Além disso, a vida nas cortes dos estados modernos impôs aos cortesãos um espaço de sociabilidade no âmbito do qual os indivíduos, enquanto iam aprendendo a fazer política, se foram consciencializando da necessidade de obterem informações importantes para a ação, para a conversação e para a argumentação. Surgiram, ainda, pela primeira vez, públicos segmentados, em torno de publicações segmentadas, primeiro como fruto de diferentes preferências culturais, depois também por força da sua politização, particularmente em Inglaterra, no quadro da formação de uma esfera pública burguesa, autónoma em relação ao estado, que se alimentava de novas informações e ideias.

No parlamentarismo inglês, a informação era ainda mais importante, quer para os cidadãos envolvidos diretamente na política, quer para os cidadãos que tinham direito de voto. Politizados, esses públicos, originaram distintas fações políticas, para quem os periódicos eram fundamentais como elementos de coesão e *voz pública*.

b) Como *espetador*

Os indivíduos, que já participavam como *espetadores* da encenação do poder real promovida nas cerimónias civis e religiosas e nos espetáculos de teatro, música e ópera que marcavam a vida da generalidade das monarquias absolutas da Europa continental, converteram-se, igualmente, em *espetadores* da mediatização destes acontecimentos pelos periódicos informativos.

c) Como *participante*

Alguns indivíduos começaram a escrever mais ou menos espontaneamente para os periódicos e alguns viram os seus relatos serem publicados como notícias ou cartas dos leitores, pois estavam cada vez mais familiarizados com a mediatização dos acontecimentos trazida pelos relatos periodísticos. Militares destacados em zonas de conflito, diplomatas no estrangeiro, funcionários reais espalhados pelo território, por exemplo, colaboravam com os periódicos, enviando-lhes notícias por carta (nas quais, em algumas delas, eles próprios procuravam sobressair). Alguns desses indivíduos faziam-no com assiduidade suficiente para serem considerados uma espécie de *correspondentes*. Em Inglaterra, alguns indivíduos do público procuraram intervir nos debates políticos escrevendo, espontaneamente, cartas para os periódicos político e político-noticiosos que surgiram depois da Revolução Gloriosa de 1688.

d) Como *crítico*

Alguns sujeitos leitores encontraram-se entre as primeiras *vozes críticas* do periodismo, pois o *público leitor* de periódicos, constituído, predominantemente, por pessoas alfabetizadas e seduzidas pelos assuntos

públicos, embora consumisse os periódicos porque estes lhes satisfaziam necessidades informativas, de instrução e de entretenimento, reparou nas suas debilidades e insuficiências, tal como aconteceu, em Portugal, com o padre António Vieira, que se notabilizou nas críticas ao *Mercúrio Português*, editado pelo jurista e governante António de Sousa de Macedo.

e) Como *estudioso*

Os periódicos tiveram um forte impacto na vida das gentes do final do século XVI e do século XVII. Assistiu-se a uma revolução informativa. Os fluxos de ideias e notícias aceleraram-se com os periódicos, transformando a experiência que os indivíduos tinham do mundo. Os académicos encontraram-se entre as primeiras pessoas que repararam no impacto dos periódicos e procuraram caracterizá-lo e explicá-lo. É de lembrar que a primeira tese de doutoramento sobre periódicos noticiosos e relatos de novidades notáveis (*notícias*) foi apresentada por Tobias Peucer, em 1690, na Universidade de Leipzig, um trabalho no qual o autor vinca as pontes estabelecidas entre os valores da historiografia clássica, orientada pelo valor da verdade histórica, e o periodismo informativo emergente. O periodista da Modernidade, lembre-se, via-se a si mesmo como um historiógrafo que registava, com verdade, a história do seu tempo presente, por vezes mesmo do seu tempo imediato, eventualmente sem consciência dos enviesamentos, opacidades e omissões que, pela sua ação, destruíam a verdade histórica do relato, devido, sobretudo, à sua contaminação pela propaganda, fosse esta régia, nacional, religiosa, política ou outra.

4. *Cultura impressa*

Os periódicos alimentavam a e alimentavam-se da *cultura impressa*, sustentada, tecnologicamente, pela tipografia e pela indústria do papel e, economicamente, pelo desempenho dos editores no fomento do *mercado editorial* e pelo aumento do número de consumidores; portanto, pelo incremento no número de compradores de livros e jornais. Despontava o *homem tipográfico*, na brilhante metáfora de McLuhan.

5. *Cultura dos factos e mundo antropocêntrico*

A revolução heliocêntrica de Copérnico e de Galileu na astronomia simboliza, metaforicamente, a passagem de uma mundividência medieval teocêntrica para uma mundividência moderna antropocêntrica – o homem passou a ser “a medida” das coisas. Florescia, assim, uma cultura orientada para o mundo material, que substituiu a obsessão medieval pela metafísica religiosa. Nascia o culto dos *factos* (Shapiro, 2000) que, inclusivamente, terá tido um contributo importante para a posterior formação de uma *ética jornalística* (Ward, 2004). Muitos dos primeiros periódicos europeus continentais possuíam um cunho noticioso e um tom factual, ainda que obedecendo às necessidades da propaganda régia (abundavam as notícias total ou parcialmente falsas e as notícias empoladas e enviesadas, com um cunho propagandístico). Os periódicos propunham ao leitor “factos” notáveis prontos a consumir sob a forma de notícias.

Em suma, a cultura de valorização dos factos determinou a procura de objetividade nas notícias e contribuiu para o desenvolvimento de uma ética jornalística assente no valor da verdade, que foi tomado de empréstimo à historiografia.

6. *Tecnologia*

Existiam oficinas manufactureiras tipográficas – usando a prensa de Gutenberg – e de tintas e de papel, providenciando, assim, o necessário suporte tecnológico para a produção e edição de periódicos. A tipografia facultou aos periódicos atingirem tiragens de centenas e mesmo, em casos pontuais, de milhares de exemplares e assegurou a rápida impressão de textos idênticos à matriz, a um custo relativamente reduzido.

7. *Capital*

Existia capital disponível para investimento. Havia dinheiro para investir em novos negócios e vontade de o fazer, mesmo correndo riscos. Essa cultura de empreendedorismo, ainda que a uma escala reduzida, marcou a transição da Idade Média para o Renascimento e para a Idade Moderna. Foi promovi-

da pela constituição de um sistema bancário, pelo surgimento das bolsas de valores e do mercado de ações, pela melhoria das condições económicas e financeiras e pelo incremento do comércio, motivado, particularmente, pela primeira globalização, detonada pelos Descobrimentos. Embora não se possa afirmar que o móbil dos primeiros empreendedores do setor editorial, ainda incipiente, tivesse sido, exclusivamente, o *lucro*, é presumível que lucrar, materialmente, com a publicação de um periódico, para sustentarem a sua vida, deverá ou poderá ter estado entre os seus objetivos.

8. *Serviços postais e troca de correspondência (incluindo correspondência diplomática)*

Instituíram-se ao longo dos séculos XV e XVI serviços postais nacionais e internacionais, abertos à correspondência civil e diplomática – muitas notícias eram difundidas por cartas, depois aproveitadas pelos periódicos noticiosos, e estes também eram expedidos e trocados por correio, facultando os fluxos noticiosos nacionais e internacionais. Surgiram, inclusivamente, desde o Renascimento, redes transeuropeias e nacionais de correspondentes cultos e alfabetizados que trocavam cartas com informações entre si. Algumas dessas cartas eram autênticos relatos (ou *relações*) noticiosos. Os dois números seriados da *Relação* de Manuel Severim de Faria, primeira publicação seriada noticiosa impressa portuguesa, foram impressos a partir, eventualmente, de cartas manuscritas endereçadas a outros indivíduos, conservadas numa coletânea (a menos que o autor tenha introduzido nos textos fórmulas próprias do género epistolar por mera questão retórica). Essas redes de correspondentes, fundamentais para acelerar os fluxos de informação, embora tenham sido ultrapassadas pelos periódicos informativos, tornaram as elites *sensíveis às notícias* e ao *valor da informação*, facultando a transformação das notícias num bem cultural comum, apetecível e transacionável, ou seja, numa *mercadoria cultural*. Além disso, no âmbito da paz de Vestefália (1648) e do processo de nascimento dos estados-nação, os estados colocaram embaixadores e outros diplomatas no estrangeiro e estes encarregaram-se, muitas vezes, de alimentar os periódicos dos seus países de origem com notícias, diretamente ou por via da correspondência diplomática. Nas guerras,

alguns dos líderes militares instruídos não deixavam, também, de abastecer os periódicos com cartas com relatos sobre as batalhas e escaramuças, quase sempre enaltecendo o seu papel – foram uma espécie de “correspondentes de guerra”.

9. *Vias de comunicação*

Os estados modernos procuraram construir e beneficiar as vias de comunicação terrestres, fluviais e marítimas (construção de portos, desassoreamentos...), já que as infraestruturas de mobilidade eram necessárias para movimentar os exércitos, para facultar o comércio, criando riqueza, e para permitir os serviços de correio, que asseguravam a troca de mensagens e contribuíam para que a administração central se impusesse dentro de cada estado. A melhoria das vias de comunicação, a intensificação do fluxo de viajantes e o aumento da segurança incrementou o fluxo nacional e internacional de notícias.

A turbulência que marcou a Europa tardo-quincentista e seiscentista, ao agudizar as necessidades informativas, contribuiu para popularizar os periódicos informativos. A Europa seiscentista, aliás, encontrou-se politicamente dividida entre dois modelos de governação: a monarquia absolutista de direito divino, esplendidamente simbolizada pelo rei francês Luís XIV, teve por contraponto a Inglaterra parlamentarista, saída da guerra civil (1643-1648) e da Revolução Gloriosa (1688). As lutas de libertação e independência faziam-se sentir em países como Portugal e Holanda, que reagiam contra a soberania espanhola. O Velho Continente estava, por outro lado, religiosamente dividido entre católicos e protestantes e mesmo entre estes últimos a divisão também reinava (calvinistas, luteranos, anglicanos, puritanos...). O processo colonial avançava. O comércio intensificava-se, agregando-se à volta das bolsas de valores, onde, negociando-se em ações e futuros, se aprendiam e interiorizavam as regras do capitalismo. A alfabetização aumentava, não só porque era obrigatória para o ingresso em determinadas corporações de ofícios mas também porque o protestantismo apelava à leitura direta da *Bíblia*

pelos crentes. A sociedade, sujeita a transformações, instabilidade e mudanças, necessitava de informação. Por isso, havia não só recetividade para as notícias, mas também matéria-prima informativa suficiente para sustentar o aparecimento dos primeiros periódicos noticiosos que apontam para o modelo de *jornal* – isto é, de *registo das jornas* ou dos *dias*.

Esses periódicos noticiosos foram, em vários lugares, denominados *gazetas*, nome que deriva da moeda veneziana “gazeta” [*gazzetta*], mas não se sabe com exatidão como o nome de uma moeda veio a denominar um nome de uma publicação noticiosa. *Gazeta* poderia significar quer o preço de uma folha de notícias, quer a quantia paga para se ouvirem as notícias das folhas volantes e dos primeiros periódicos noticiosos em atos de leitura pública, quer mesmo uma forma de os coevos alcunharem, pejorativamente, as publicações noticiosas (não passariam de uma “mercadoria barata” que “só valeria uma moeda pequena”).

Essas *gazetas*, que podem ser considerados os primeiros jornais, ou antepassados diretos dos atuais jornais, na sua essência, correspondem a uma evolução dos livros e opúsculos noticiosos multitemáticos para uma publicação mais frequente, menos volumosa, de menor custo e com notícias mais atuais, como aconteceu, em Portugal, com o surgimento da *Gazeta*⁷ de 1641-1642, primeiro periódico noticioso português, depois da experiência da *Relação* multitemática, mas ocasional, de Manuel Severim de Faria (1626-1628), um opúsculo noticioso impresso com números editados em 1626 (reeditado em 1627) e em 1628, mas que pertence a um conjunto de dezenas de cartas noticiosas manuscritas.

É de realçar, todavia, que o aparecimento das *gazetas* não eliminou do mercado os livros noticiosos nem as relações de acontecimentos nem as folhas volantes, impressa ou mesmo manuscritas. Essas publicações continuaram a ter mercado. Os livros e opúsculos noticiosos cumpriam, aliás, uma função no registo histórico dos acontecimentos relevantes de um determinado período, como sucede com os atuais anuários.

7. Pode consultar-se na BND: <https://purl.pt/12094>

São várias as publicações dos finais de Quinhentos e início de Seiscentos que disputam entre si a condição de “primeiro periódico noticioso” e de “primeiro diário”. A polémica, a existir, é estéril, até porque, à distância de séculos, possivelmente se perderam muitos exemplares das primeiras publicações. É difícil situar a origem do jornalismo num ano e local concretos⁸. Importa assim vincar, principalmente, que é nessa época que aparecem as publicações seriadas e/ou periódicas que – principalmente a partir do Sacro Império (Alemanha) – instituíram, na Europa, o modelo por que se guiarão os periódicos subsequentes. Entre essas publicações encontram-se, por exemplo, as seguintes:

1. *RorschacherMonatsschrift*

Em 1597⁹, apareceu aquela que, provavelmente, foi a primeira publicação mensal noticiosa: a *RorschacherMonatsschrift*¹⁰, editada por Samuel Dilbaumn (redator) e Leonhard Bernhard Straub (impressor), em Rorschach, na atual Suíça. Tinha quatro a oito páginas e elencava, cronologicamente, pequenas narrativas sobre acontecimentos coevos, ou seja, pequenas notícias. O modelo era o das *messrelationen*, mas a periodicidade mensal, a atualidade das notícias e o menor número de páginas já apontavam para o modelo de periódico noticioso que se popularizou, nomeadamente, com as *gazetas* e publicações semelhantes. Durou menos de um ano, provavelmente porque não conquistou público pagante em quantidade suficiente para garantir a sustentabilidade do projeto, mas alguns autores consideram que é o primeiro antepassado de um periódico noticioso e, portanto de um jornal.

8. Espejo (2012, p.10) declara que o ano de 1618 pode considerar-se como aquele em que nasceu o “autêntico jornalismo”.

9. Igualmente em 1597, mas com pouco êxito, apareceu o *Noviny Pořádné Celého Měsíce Září Léta 1597* (*Jornal completo do mês inteiro de Setembro de 1597*), mensário editado em Praga, por Daniel Sedlcanský.

10. Os números tinham subtítulos extensos. O primeiro número da *RorschacherMonatsschrift* levava por subtítulo: *Historische erzählung der fürnembsten Geschichten und handlungen, so in diesem 1597. Jahr vast in gantzem Europa denckwürdig abgelaufen*. Algumas das publicações mensais noticiosas do tipo da *RorschacherMonatsschrift* popularizaram-se com o nome de *mercúrios*, em honra do deus greco-romano mensageiro dos deuses, protetor do comércio e do lucro (sendo Hermes a sua designação grega). O seu sucesso indicia a apetência do mercado por notícias e outras informações, devido às crescentes necessidades informativas de uma sociedade em acelerado processo de mudança.

2. *La Gazette Française*

*La Gazette Française*¹¹, de Marcellin Allard Foresien, mercador de Saint-Etienne, editada em 1605¹², embora deva ter sido escrita anteriormente (Blanchard, 1976, p. 66), não é, estritamente falando, um periódico noticioso, mas, como é referida em várias histórias do jornalismo, é importante citá-la. Foi impressa por Pierre Chevalier. Cada número apresentava-se como um livro, onde surgiam várias histórias sobre diversos acontecimentos, numa ordem aleatória. Ainda que a *Gazette* não fosse um periódico noticioso no sentido estrito do termo, há que registar o emprego da palavra *gazette* para classificar, contemporaneamente, uma publicação que continha textos sobre diferentes acontecimentos, ainda que a escrita, por vezes ficcional, se afastasse do tom e do espírito que já então tinham os livros noticiosos.

3. *Relation aller Fürnemmen und Gedenckwürdigen Historien*

Excluindo a *RorschacherMonatsschrift* e o livro noticioso *Mercurius Gallobelgicus*, o primeiro periódico noticioso estável da história terá sido a *Relation aller Fürnemmen und Gedenckwürdigen Historien*¹³, editada em Estrasburgo, atualmente na França, mas então na Alemanha (era uma cidade livre do Sacro Império), pelo pastor protestante Johann Carolus, provavelmente a partir de 1605, e que, com oito páginas, chegou a publicar notícias do dia anterior. Indiciava, já, a futura aparição das gazetas, ainda que se designasse “relação”. Embora existam disputas sobre a data em que esta *Relation* surgiu, é bastante seguro o seu pioneirismo e espírito inovador, o que faria de Carolus, cronologicamente, o primeiro periodista, enquanto “inventor” do periódico noticioso semanal da Modernidade. Guillamet (2004, p. 43) considera a publicação como a primeira verdadeiramente noticiosa e periódica.

11. Pode consultar-se na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b86262153/f7.item>

12. Não confundir com *La Gazette*, dirigida por Théophraste Renaudot, celebrado pelos franceses como o seu primeiro jornalista, editada a partir de 30 de Maio de 1631.

13. Conservam-se 52 exemplares de 1609 (Chivelet, 2001, p. 12). Números digitalizados disponíveis na Universidade de Heidelberg: <https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/relation1609/0001/image.info,thumbs>

Cada número da *Relation* tinha, normalmente, a data de edição no início, seguindo-se as notícias. Uma página de título, decorada nas margens, era impressa uma vez por ano, pois os números destinavam-se a ser encadernados num livro com as edições de um determinado ano. Assim, esta *Relation* tinha por ambição ser uma espécie de livro noticioso de valor historiográfico em fascículos mas, ao contrário dos livros noticiosos do século XVI, que tinham muitas páginas e eram vendidos, semestralmente ou anualmente, a *Relation aller Fürnemmen und Gedenckwürdigen Historien* era vendida em folhas periódicas com novas notícias, o que lhe dava, igualmente, valor informativo e, especificamente, noticioso. É, assim, o primeiro indício histórico da ultrapassagem do conceito de livro noticioso anual ou semestral ou mesmo mensal para uma publicação periódica noticiosa frequente e com menos páginas, vendida a um preço comportável para um número razoável de pessoas. Terá durado – e aqui as versões, mais uma vez, são diferentes – até 1659 ou mesmo até 1667.

4. *Avisa Relation oder Zeitung*

Em 1609, surgiu outra publicação periódica noticiosa que, ainda que se intitulasse, simultaneamente, “aviso” e “relação”, já apontava, tal como a *Relation* de Carolus, para o modelo gazeta: a *Avisa Relation oder Zeitung*. Guillamet (2004, p. 43), por exemplo, considera a *Avisa Relation oder Zeitung* como um exemplo de um periódico noticioso da alvorada da Modernidade por ser noticiosa e mostrar um respeito criterioso pela periodicidade, durante um certo período de tempo.

Alguns autores apontam a *Avisa Relation oder Zeitung* como a primeira antepassada dos periódicos noticiosos, em detrimento da *Relation aller Fürnemmen und Gedenckwürdigen Historien*, mas as investigações mais recentes apontam para que a segunda foi precursora.

A *Avisa Relation oder Zeitung* foi editada em Wolfenbüttel, na Alemanha, por Julius Adolph von Söhne e, eventualmente, também por Lucas Schulte. Terá durado até 1632. Incluía notícias da Alemanha e de outros países. Os primeiros números tinham notícias recolhidas da correspondência diplo-

mática do duque Friedrich Ulrich von Braunschweig-Wolfenbüttel, que residia na localidade.

5. *Frankfurter Kayserl. Reichs-Ober-Post-Amts-Zeitung* [*Frankfurter Postzeitung*]¹⁴

A *Frankfurter Postzeitung* (1615) tem a particularidade de apelar à ideia de correio graças à introdução da palavra *Post* no título. Poderá ter sido o primeiro periódico a incluir regularmente notícias da véspera. Durou até 1779 pela mão de editores como Johann von den Birghden, 1615-1627, Gerhard Vrints, 1627-1631, Birghden, 1632-1635, Vrints novamente, 1635-1645, Johann Baptist Höswinkel, 1645-1658; e Johann Adam Wetzel.

6. *Nieuwe Tijdinghen*

Apesar dos exemplos pioneiros da *Relation aller Fürnemmen und Gedenckwürdigen Historien* e da *Avisa Relation oder Zeitung*, o formato de gazeta imitado, posteriormente, pela generalidade das gazetas dos países europeus (Braojos-Garrido, 1999, p. 24; Chivelet, 2001, p. 12; Días-Nocí & Hurtado, 2003, p. 11; Gürtler, 2005, pp. 37-38) foi o da *Nieuwe Tijdinghen*, surgida em 1620, em Antuérpia (Anvers), pela mão do impressor flamengo Abraham Verhoeven. Publicava notícias locais, nacionais e do estrangeiro, apresentando, quase sempre, uma capa ilustrada, com uma gravura alusiva ao conteúdo. Esta gazeta durou até 1629 e exemplifica, ela mesma, a transformação que ocorreu na atividade editorial noticiosa europeia, já que, na sua origem, estiveram relações de acontecimentos e folhas volantes (avisos) que Verhoeven começou a publicar, em 1605¹⁵, em flamengo e, a partir de 1610, também em francês, narrando, propagandisticamente, as vitórias do general e arquiduque espanhol Ambrogio [Ambrósio] Spinola, governador dos Países Baixos, contra as tropas das Províncias Unidas (Pizarroso-Quintero, 1994, p. 49), pelo que ainda não tinham características de periódico (Guillamet, 2004, p. 43). Em 1617, Verhoeven transformou es-

14. Números digitalizados na Biblioteca da Universidade de Bremen: <https://brema.suub.uni-bremen.de/zeitungen17/periodical/titleinfo/934741>

15. Alguns autores, por esta razão, antecipam para 1605 o surgimento da *Nieuwe Tijdinghen*.

sas folhas ocasionais e relações de acontecimentos numa publicação seriada semanal, antes de lançar – ainda que sem título fixo – a gazeta que, para a posteridade, ficou conhecida como *Nieuwe Tijdinghen* ou *Nieuwe Antwersche Tijdinghe* (1620-1629), com edições numeradas a partir de 8 de janeiro de 1621, periodicidade mínima semanal e, por vezes, trissemanal. A *Nieuwe Tijdinghen* transformou-se no semanário *Wekelijcke Tijdinghen* (1629-1631), igualmente editado por Abraham Verhoeven. Ambas as publicações foram feitas para serem colecionadas – sinal de que o espírito historiográfico que tinha presidido aos livros noticiosos não se tinha desvanecido com o surgimento das primeiras gazetas. A diferenciação entre as finalidades de um periódico noticioso e de um livro noticioso não era clara aos coevos, sinal de que os conceitos não se encontravam definidos nem estabilizados.

A *Nieuwe Tijdinghen* é referenciada em várias obras historiográficas como sendo o primeiro periódico a ter características de *jornal* (Sánchez-Alarcón, 1994, p. 364; Braojos-Garrido, 1999, p. 24; Jeanneney, 2003, p. 21; Gürtler, 2005, pp. 37-38).

7. *Courante uyt Italien, Duytslandt, &c.*

Uma publicação diferente, que autores como Morison (1932) consideraram o primeiro exemplo de um *jornal*, por causa do formato, *design* e discurso, foi o *Courante uyt Italien, Duytslandt, &c.*, editado em Amesterdão, nos Países Baixos, por Caspar van Hilten, a partir de 1618. Foi o primeiro periódico holandês, possuindo uma linha editorial noticiosa. O primeiro número incluía notícias do país e notícias internacionais de Veneza, Colónia, Praga e outras cidades. As notícias circulavam internacionalmente, nomeadamente por carta ou a partir de traduções de publicações de outros países.

O *Courante uyt Italien, Duytslandt, &c.* teve, inicialmente, periodicidade semanal, mas chegou a ser publicado vários dias na semana, chegando a diário no final do período em que foi publicado. Era paginado a duas colunas, separadas por um fino filete vertical, numa única folha, de formato *in-folio*, o que aproxima o periódico do formato *broadsheet*, num tempo em que a norma era o *in-quarto* (caso da generalidade das gazetas, um formato

próximo dos livros atuais) ou mesmo o *in-oitavo* (metade do *in-quarto*). No início, os exemplares não indicavam data, numeração ou menção ao impressor. A referência ao impressor, no entanto, surge a partir de 1619; e a data e número surgem a partir de 1620, ano em que o periódico também começa a ser impresso dos dois lados da folha. Por volta de 1670, o *Courante uyt Italien, Duytsland, etc.* já era diário. Durou até 1672, ano em que foi fundido com o *Ordinarisse Middel-Weeckse Courant* e com o *Ordinaris Dingsdaegse Courant* num periódico diário, o *Amsterdamsche Courant*, que atravessou os séculos e esteve na origem do diário *De Telegraaf*, em 1903.

8. *Gazette*

Outra gazeta que serviu quer como fonte de notícias, quer como modelo, a várias outras publicações europeias do mesmo género, foi a francesa *Gazette*¹⁶, dirigida pelo médico e historiador Théophraste Renaudot, celebrado pelos franceses como o seu primeiro jornalista. Teve periodicidade semanal. O seu primeiro número data de 30 de maio de 1631.

A *Gazette* solidificou um modelo de periodismo monopolista, noticioso e reportativo, licenciado e censurado, misturado com propaganda (Haffermayer, 2002), que Pizarroso-Quintero (1994, p. 48) considera ter servido de modelo fundamental à generalidade das gazetas europeias posteriores, apesar de, cronologicamente, esta não ter sido a primeira publicação semanal impressa, nem sequer na França. No mesmo sentido, Tengarrinha (1989, p. 38) sustenta que a *Gazette* serviu de exemplo aos primeiros periódicos portugueses, a *Gazeta* (1641-1642) e a *Gazeta de Novas de Fora do Reino* (1642-1647), periódico que traduziu e republicou muitas das notícias surgidas semanas antes na *Gazette*.

Publicada sob a orientação e proteção do cardeal Richelieu, homem-forte de França durante o reinado de Luís XIII e seu governante *de facto*, que não hesitava em interferir na redação, a *Gazette* tinha, nos primeiros números, quatro páginas, de 23 x 15 cm, e difundia, essencialmente, notícias da corte,

16. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32780022t/date&rk=21459;2>

de Paris, das províncias francesas e do estrangeiro. Foi concebida para poder ser encadernada, sendo, também, vendida sob a forma de coleção anual. Era subscrita pelas repartições oficiais e por particulares, o que assegurava a sua estabilidade financeira, passando, também, a ser vendida nas ruas, a partir de 1650, mas, ao contrário dos periódicos britânicos, cada vez mais lidos pela pequena burguesia, o seu público restringia-se, sobretudo, às elites aristocráticas e clericais e à grande burguesia (Harris, 1996). Esporadicamente, a *Gazette* incluía suplementos, os *Extraordinaires*, que relatavam em profundidade acontecimentos singulares de relevo. Em 1642 alcançava uma tiragem de 800 exemplares e aumentou para oito o número de páginas. Foi atravessando os tempos, sofrendo várias transformações (tamanho, design, periodicidade, conteúdo). A sua denominação foi alterada, em 1762, para *Gazette de France - Organe Officiel du Government Royal*, assumindo a sua condição de publicação oficial do estado francês. Como tal, perdurou até 1915.

Foi a *Gazette* de Renaudot a inspirar o surgimento de uma imprensa que, se não era estritamente “oficial” nos seus primeiros tempos, era, pelo menos, “oficiosa”, de que são exemplos não apenas a *Gazeta* portuguesa de 1641, mas também a *Gaceta Nueva* ou *Gaceta de Madrid* (1661), a *London Gazette* (1665) e, igualmente em Portugal, a *Gazeta de Lisboa* (1715). Publicações como essas metamorfosearam-se, com o tempo, nos diários oficiais dos estados. A *Gazeta de Lisboa*, por exemplo, pode ser considerada o antepassado longínquo do *Diário da República*, diário oficial português.

Quadro 1. Alguns periódicos noticiosos da alvorada da Modernidade.

Título	Início de publicação	Redatores e impressores prováveis	Local
<i>Rorschacher Monatsschrift</i>	1597	Samuel Dilbaum (redator) e Leonhard Bernhard Straub (impressor)	Rorschach
<i>Relation aller Fürnemmen und Gedenckwürdigen Historien</i> <i>Relation aller Fürnemmen und Gedenckwürdigen Historien</i> (também designada por <i>Die Relation e Gazeta de Estrasburgo</i>)	1605	Johan Carolus	Estrasburgo
<i>(Avisa) Relation oder Zeitung</i>	1609	Julius Adolph von Söhne	Wolfenbüttel
<i>Titellose Zeitung [Frankfurter Postzeitung]</i>	1615	Johann von den Birghden, 1615-1627, Gerhard Vrints, 1627-1631, Birghden, 1632-1635, Vrints, 1635-1645, Johann Baptist Höswinkel, 1645-1658 e Johann Adam Wetzel.	Frankfurt
<i>Courante uyt Italien, Duytslandt, &c.</i>	1618	Caspar van Hilten	Amesterdão

<i>Nieuwe Antwersche Tijdinghe</i> ou <i>Nieuwe Tijdinghen</i> Muda de título para <i>Wekelijcke Tijdinghen</i> , em 1629.	1620	Abraham Verhoeven	Antuérpia (Anvers)
<i>Current [Corrant] Out of Italy, France, Germany, the Palatinate</i> [<i>Newes Out of Holland</i>]	1620	George Veseler	Amesterdão
<i>Corrant or Weekly News/ Newes from Italy, Germany, Bohemia, the Palatinate, France and the Low Countries</i> , vulgarmente conhecido por <i>A Current of General News</i>	1622	Nathaniel Butter Nicholas Bourne Thomas Archer	Londres
<i>La Gazette</i>	1631	Théophraste Renaudot	Paris
<i>Gazeta</i>	1641	Manuel de Galhegos	Lisboa

Fontes: Albert & Terrou, 1970; Blanchard, 1973; Días-Noci & Hurtado, 2003; Guillamet, 2004; Raymond, 2012; Chartier & Espejo, 2012.

À medida que a expectativa por notícias periódicas se inculcava nos europeus, os periódicos tornaram-se mais frequentes, atingindo-se a *periodicidade diária* ainda no século XVII. Existe, no entanto, alguma discordância sobre qual é o periódico noticioso que se pode considerar o primeiro diário da história. Os candidatos são três e todos de Leipzig, na Alemanha, onde também Tobias Peucer defendeu a sua tese doutoral pioneira sobre relatos e relações noticiosas, em 1690: o *Einkommende Zeitungen*, fundado em Leipzig, Alemanha, em 1650 (Dias, 2006, p. XXIX; Raymond, 2012, p. 178); o *Neu-einlauffende Nachricht von Kriegs- und Welt-Händeln*, também de

Leipzig, de 1660; e o *Leipziger Post-und Ordinarzeitungen*, igualmente saído em Leipzig, dois anos mais tarde, em 1662.

Ao longo do século XVII, a imprensa informativa diversificou-se e segmentou-se. A imprensa político-noticiosa surgiu em Inglaterra, em 1643, no contexto da Guerra Civil, com o combate político travado por periódicos de campos opostos, como o *Mercurius Aulicus* (1643-1645), realista, e o *Mercurius Britannicus*, parlamentarista. Neste cenário, conforme sustenta Baker (1989), a imprensa teve um papel vital na transformação da vida política e na construção de uma nova noção de legitimidade política, ligada à noção de *opinião pública*. A legitimidade das políticas, em teoria, tornou-se dependente do apoio da opinião pública, embora esta, como muito bem Luhman (1992) lembrava, fosse (e seja) muitas vezes ficcionalmente confundida com a opinião mediatizada.

O primeiro periódico cultural importante, *Le Journal des Sçavans*¹⁷ [*Jornal dos Sábios ou Jornal dos Estudiosos*], surgiu em 1665, em França. Tratava-se de um semanário de doze páginas e com um formato um pouco maior do que o da *Gazette*. Difundia resenhas e comentários de livros bem como artigos sobre temas científicos, históricos e artísticos. É um dos melhores exemplos de como o periodismo emergente ensaiava já uma *segmentação dos públicos* e correspondia *ao espírito iluminista da Ilustração*, mas também representa um exemplo do que sustentaram autores como Habermas (1989) e Harris (1996) salientaram: as discussões literárias, científicas, artísticas e das ideias foram o solo fértil em que germinaram as discussões políticas que estruturaram a esfera pública burguesa. É de assinalar que terá sido o primeiro periódico a denominar-se *jornal*, sinal de que a palavra já tinha sido incorporada no léxico francês, tendo, eventualmente, sido a partir de França que a designação se espalhou pelo resto da Europa – nomeadamente pelos países latinos – e, depois, pelo mundo.

17. Pode consultar-se na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb343488023/date.r=journal+des+sçavans.langEN>

Igualmente em França nasceu o primeiro periódico de mundanidades, *Le Mercure Galant*¹⁸, em 1672, o primeiro periódico a falar, por exemplo, de moda. O seu surgimento reforçou a *segmentação do público francês*.

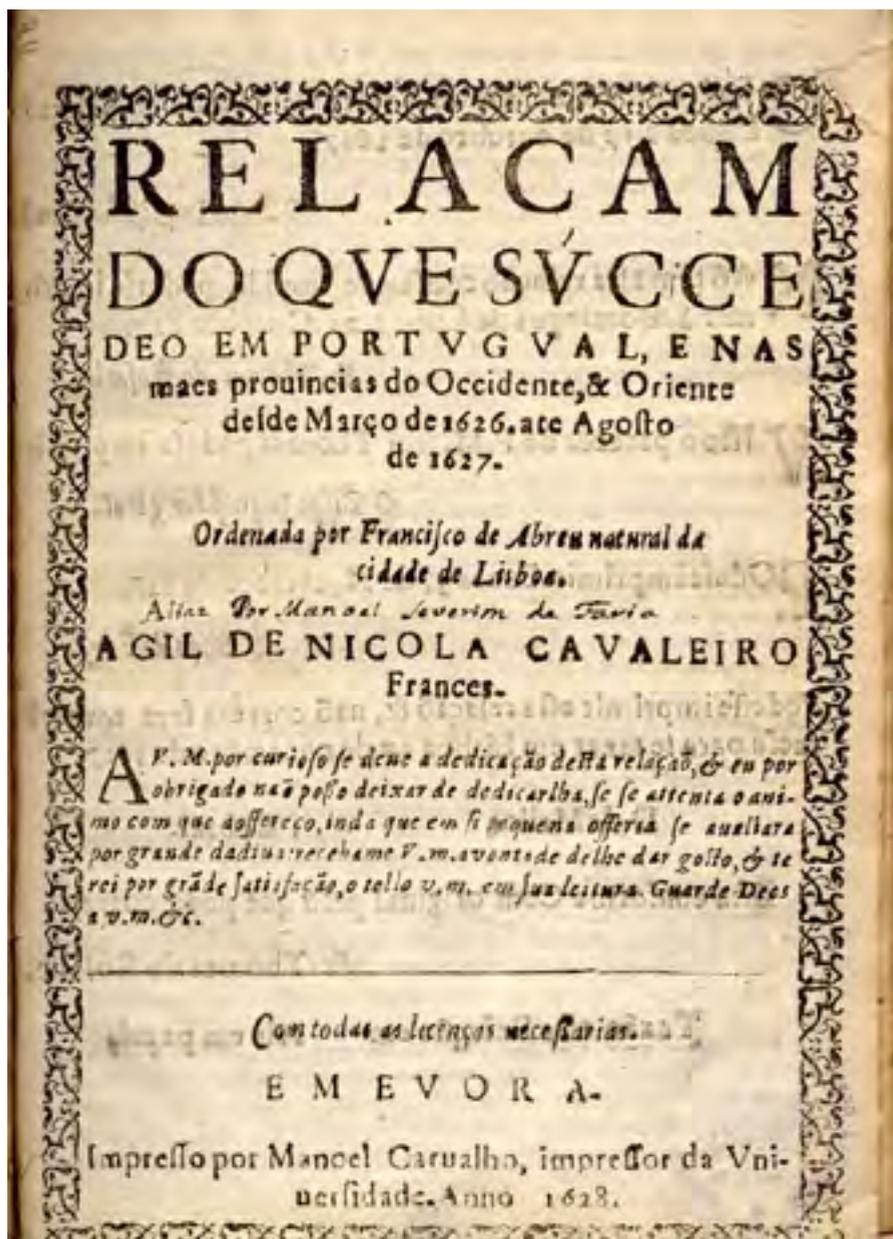
A primeira gazeta portuguesa, surgida em 1641, é a *Gazeta em Que se Relatam as Novas Todas, Que Ouve Nesta Corte, e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*¹⁹, cujo título foi abreviado para *Gazeta* logo no número seguinte (dezembro de 1641), publicada em Lisboa, com privilégio real concedido a Manuel de Galhegos, primeiro gazeteiro português, com formato de cerca de 20 x 14 cm e oito páginas. A sua periodicidade variou entre o mensal e o quinzenal. Como aconteceu noutras publicações coevas, as notícias que publicava tinham diversas fontes: produção própria decorrente da observação direta de acontecimentos e da inquirição a fontes diversas, como marinheiros, governantes e diplomatas; cartas de correspondentes, incluindo diplomatas noutros países e oficiais na fronteira com Espanha, onde se iam travando, assiduamente, combates com as forças espanholas; e traduções de textos de publicações estrangeiras, pontificando, entre estas, a *Gazette* francesa, da qual a *Gazeta de Novas de Fora do Reino* (1642-1647) viria a recolher um grande número de notícias.

18. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb40216887k/date>

19. Pode consultar-se aqui: <https://purl.pt/12080> e <https://purl.pt/12094>

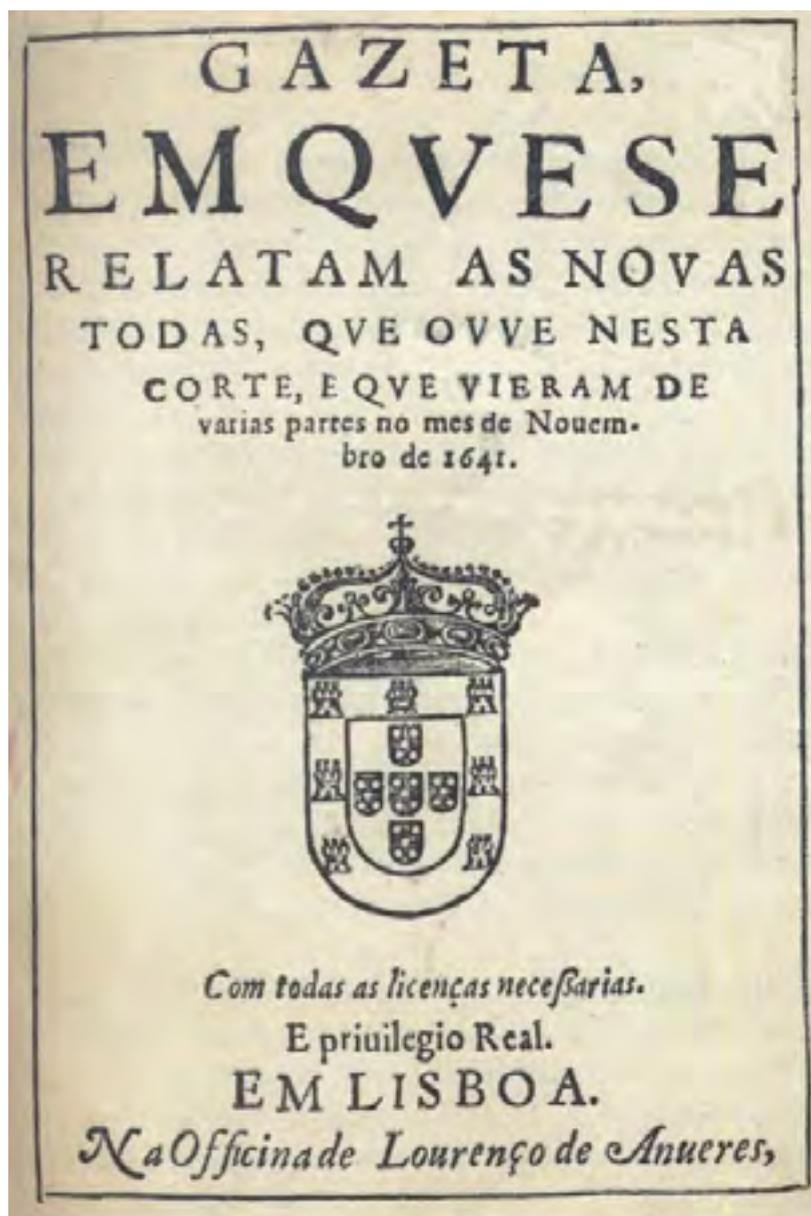
Figura 17. Frontispícios da *Relação* de Manuel Severim de Faria (1626-1628).





Fonte: reprodução dos originais.

Figura 18. Capas dos dois primeiros números da *Gazeta* de 1641-1642, primeiro periódico noticioso português.

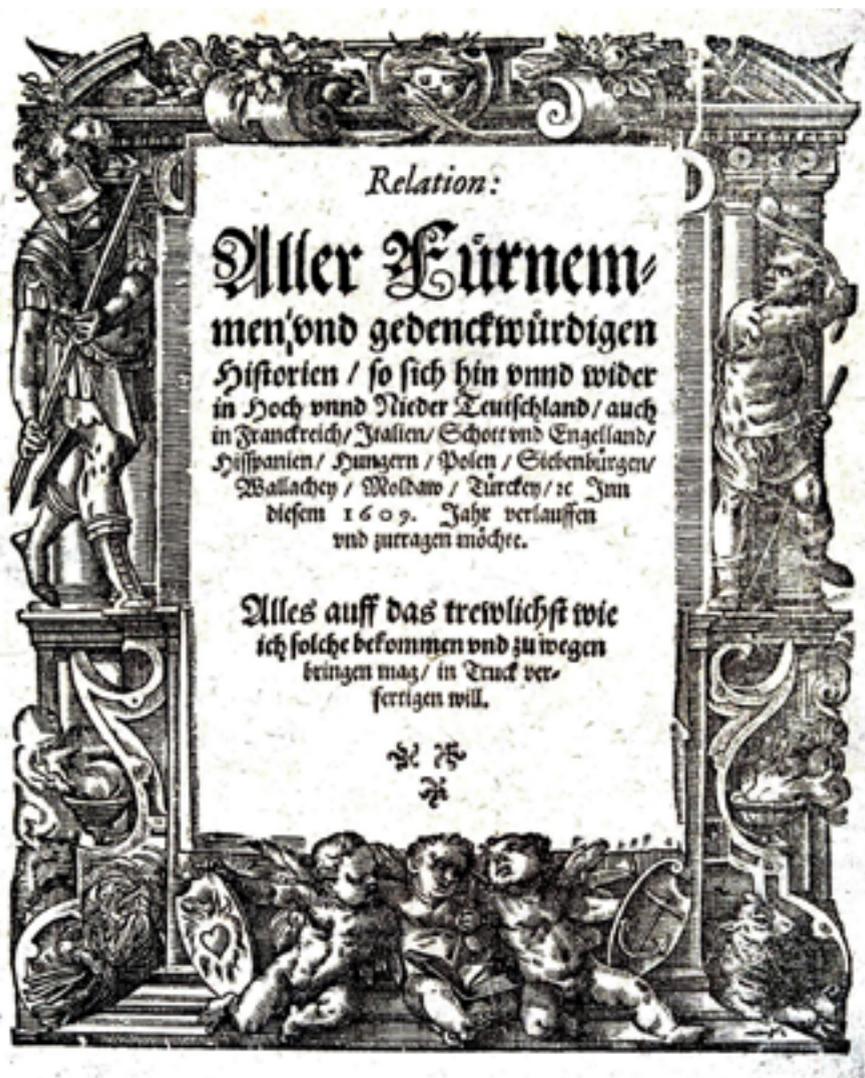


GAZETA DO MES DE DEZEMBRO de 1641.

Domingo, o primeiro dia do venturoso anno, que Deos nosso Senhor pôs seus olhos de misericordia no miseravel estado de Portugal A. J. servido de o ressurir a seu legitimo suocessor o Serenissimo Rey D. IOAM o IV. (despois de hũa agradavel pompa de luminarias, com que esta muy noble & sempre leal Cidade de Lisboa celebrou ao sabado a noite, a vespóra da felice restauração deste Reyno. Saindo da Igreja da Sê., às tres horas da tarde, hũa procissão de graças. Foi nella o illustrissimo Senhor Dom Rodrigo da Cunha Arcebispo Metropolitano, com hũa reliquia do Santo Lenho, & diante aquelle sagrado Crucifixo, que para dar animo aos zelosos da patria) despregou hũa bandeira da porta do glorioso Padre S. Antonio; com todo o Clero, as Religioens, Confrarias, & bandeiras, que costumão ir na procissão do Corpo de Deos da Cidade. El Rey nosso Senhor sahio do Pico a cavallo, com a nobreza do Reyno, & toda a acompanhamento Real. Occupauz já a procissão algumas ruas, & era tão grande o concurso da gente, que se não sabe até o equal nella Cidade, se aiser em toda ella hũa peqna inquietaçã, e não obstante, q todos os soldados da guarda, e as justicas hiaõ diãte desbaratado o caminho, não foi possivel ir el Rey N. S. apezese á porta principal, de lhe auiaõ posto a tarima; & atalhando por hũa trauca

Fonte: reproduções dos originais.

Figura 19. *Relation aller Fürnemmen und Gedenckwürdigen Historien* (1605-16__?, número de 1609, Estrasburgo, Alemanha). Capa destinada ao volume anual.



Fonte: reprodução do original.

Figura 20. Johann Carolus, cronologicamente considerado o “primeiro periodista” ou “primeiro jornalista”.



Fonte: recuperada da Web.

Figura 21. *Avisa Relation oder Zeitung* (Wolfenbüttel, Alemanha, 1609-1632?).



Fonte: reprodução do original.

Figura 22. Exemplar de 11 de setembro de 1624 da *Nieuwe Tijdinghen* com notícia dos confrontos entre portugueses e holandeses no Brasil.



Fonte: reprodução do original.

Figura 24. Gazette, gazeta francesa que inspirou as gazetas portuguesas e outras publicações europeias (Paris, 1631).

GAZETTE



LE Roy de Perse avec 15 mille chevaux & 50 mille hommes de pied assiege Dille à deux journées de la ville de Babylone : où le grand Seigneur a fait faire commandement à tous ses Janissaires de se rendre sous peine de la vie, & continuë nonobstant ce divertissement-là à faire tousiours vne aspre guerre aux preneurs de Tabac, qu'il fait suffoquer à la fumée.

De Constantinople le 1. Avril 1631.

Sa Sainteté a finalement receu les articles & conditions accordées concernant la paix si long temps attendue en Italie. Il est survenu dans Madril vn accident de feu qui a fort endommagé l'hostel du Comte Olivarez, & le Palais Royal. Sa Majesté Catholique a pourueu le Marquis d'Ayton de la charge de General de la marine en la coste de Flandres, & a envoyé Dom Ferdinand Contieras pour hastier le partement de la flotte de Vestinde. Le Clergé contribue en Portugal deux cens vingt-cinq mil escus pour subvenir à la necessité presente des affaires.

De Rome le 16. Avril

La ville d'Vlm a refusé ouvertement la contribution que le Commissaire Imperial luy demandoit, & respondu au Magistrat qu'ils acceptoyent la resolution de l'assemblée de Lippic. On fait marcher contr' eux les Regimens d'Italie: Mais on croit que le passage leur sera refusé par ceux de Suede & Franconie, qui ont desja leué force Soldats.

De la haute Allemagne le 30. Avril.

Les Imperialistes se sont icy arrestez apres la prise de Francfort sur Oder, & attendent mille Hongrois que le Palatin leur doit enuoyer, qui se iointront à la garnison de Landsberg, & autres troupes dont Tilly les doit grossir, capables de resister deormais aux Suedois entrez en la Sylese.

De Friedland en Sylese le 1. May.

Les Espagnols ne sont point contents, & ne trouvent point leur pour l'Etat de Milan que les passages de Savoye soyent gardez par les Suisses, & dit-on que les Grands promettent d'entretenir 40000 hommes si l'on continuë la-guerre. A quoy les François repliquent, sans se hastier, qu'ils ne rendront point ce qu'ils tiennent sans vne bonne execution du traité de la part des autres.

De Vindobona le 1. May

On leve des gens de guerre par toute l'Autriche, Sylese, Moravie, Boheme, Baviere, & pais circonvoisins, qui donneront bien des affaires au Roy de Suede. Le Burgrave de Dona est retourné en Sylese y prendre la conduite des armées. On ne doute plus de la paix d'Italie, ny de celle de Transilvanie. On a icy publié vn Edict portant que chaque maison payera deux florins dans le premier de May prochain. Le fils de l'Empereur assisté du Duc de Friedland, s'en va en qualité de Generalissime conduire les troupes qui retournent d'Italie, auxquelles se doivent ioindre 14 mille hommes que ledit Duc de Friedland

De Vienne le 1. May.

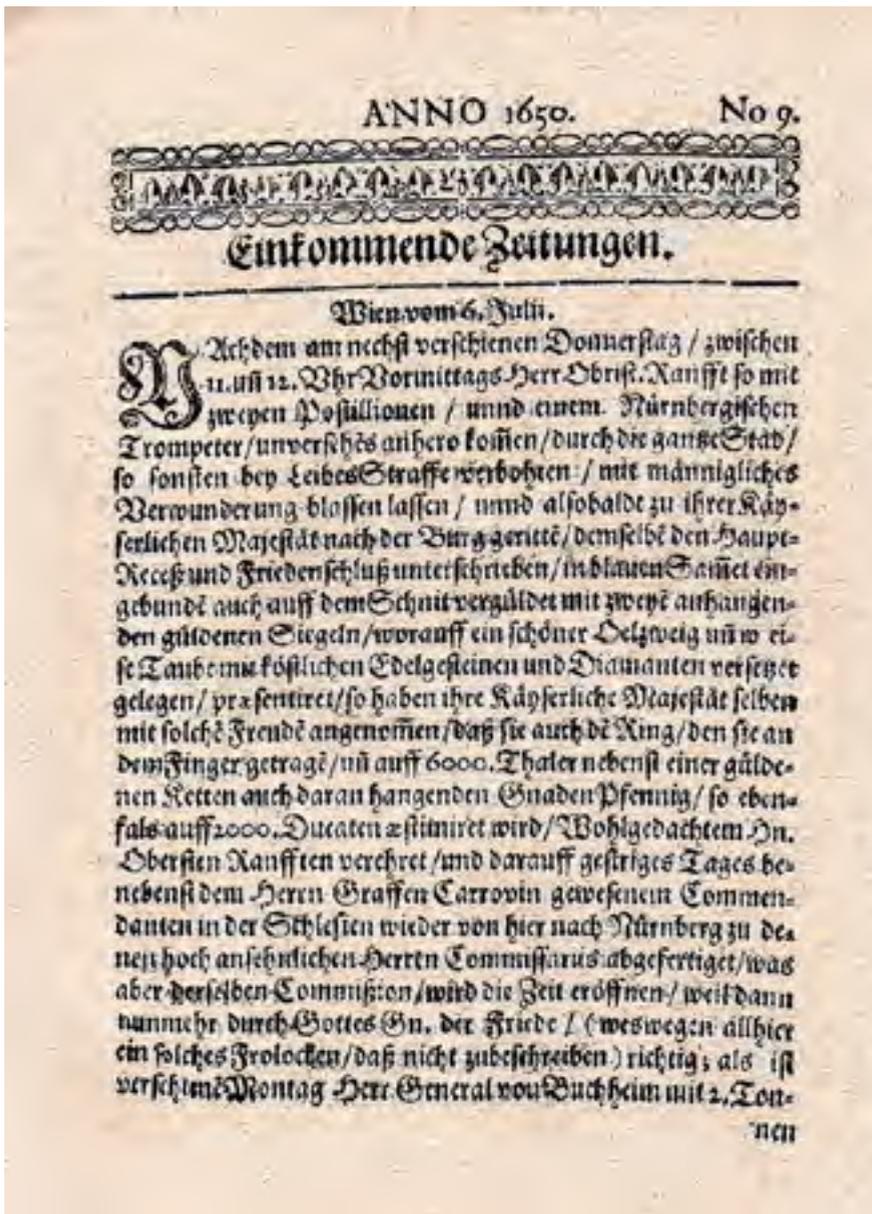
Fonte: reprodução do original.

Figura 25. Théophraste Renaudot. Gravura publicada no volume colecionável da *Gazette* de 1644.



Fonte: reprodução do original.

Figura 26. *Einkommende Zeitung* (n.º 9, 1650), para vários autores o primeiro diário noticioso da história (Leipzig, Alemanha, 1650).



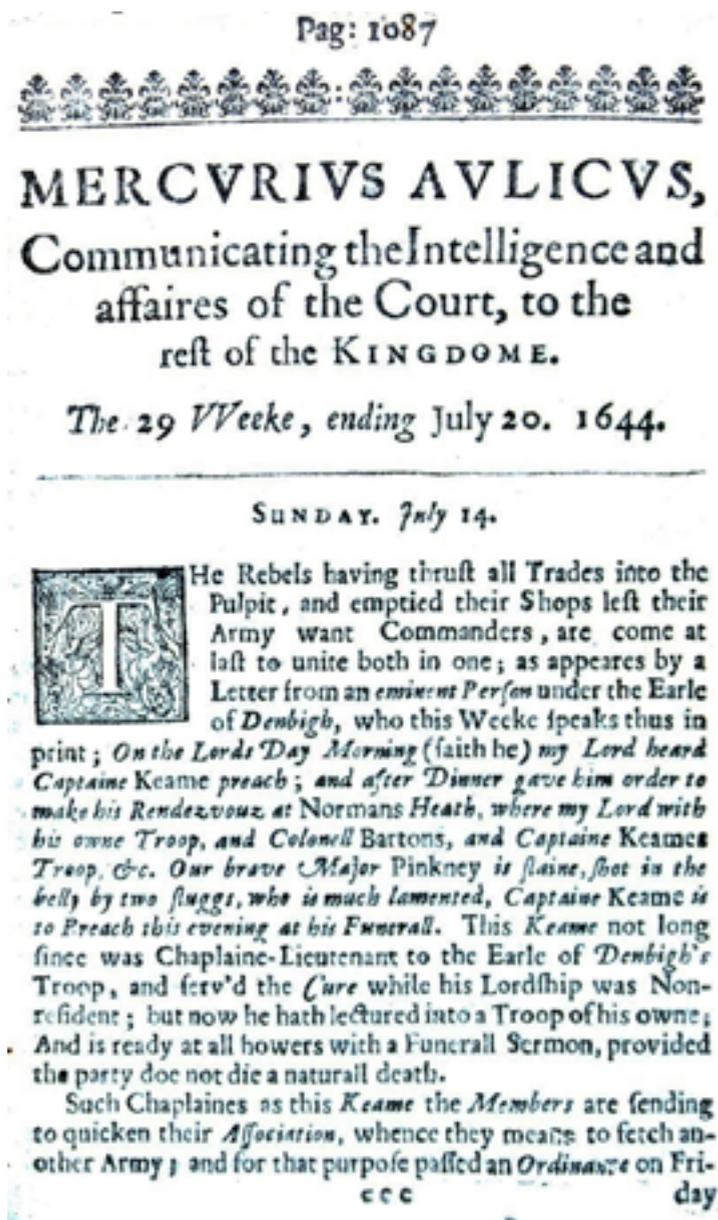
Fonte: reprodução do original.

Figura 27. O diário *Neu-einlauffende Nachricht von Kriegs- und Welt-Händeln* (Leipzig, Alemanha, 1660).



Fonte: reprodução do original (n.º 1).

Figura 28. *Mercurius Avlicus* (20 de julho de 1644), primeiro periódico político-noticioso da história (Oxford, Inglaterra, 1643-1645).



Fonte: reprodução do original.

Figura 29. *The London Gazette* converteu-se no periódico oficial do Reino Unido (número de 10 de setembro de 1666 com o relato (reportagem) do incêndio de Londres). Surgiu em 1665, com o título *The Oxford Gazette*.



Fonte: reprodução do original.

Quais eram, então, as principais características das publicações informativas periódicas que entravam, intempestivamente, nos hábitos dos europeus?

1. *Atitude informativa*, ainda que, por vezes, também *propagandística*, revelada pela inclusão de uma autêntica miscelânea de peças, sobretudo de notícias sobre temas variados.

Operando em condições de incerteza, incapazes de contactar e contrastar múltiplas fontes, algumas das matérias que os editores e redatores dessas publicações noticiam são inexatas ou são, até, mera ficção; noutros casos, estes editores e redatores exploram o interesse humano de notícias sobre catástrofes, alegados milagres, acontecimentos insólitos, crimes, martírios e autos de fé, aparecimento de criaturas lendárias, entre outras, impondo-lhes, normalmente, um enquadramento moralizador (Ettinghausen, 2012, p. 130). Na Europa quinhentista e seiscentista alguma imprensa tinha, pois, como diz Ettinghausen (2012, pp. 129-130), os traços do “amarelismo” sensacionalista que é tido por caracterizar a segunda geração da imprensa popular americana na viragem do século XIX para o XX.

Alguns periódicos incluíam, também, conforme se disse, notícias “orientadas”, enviesadas e selecionadas para servirem determinadas causas ou engrandecerem determinadas personalidades, nomeadamente as figuras reais, sendo comuns os excertos argumentativos, opinativos e persuasivos, de *natureza propagandística*. Como exemplo, pode evocar-se a *Gazeta portuguesa de 1641-1642* e o *Mercúrio Português (1663-1667)*, ambos engajados na luta pela independência do reino face a Espanha. Noutros casos ainda, as gazetas perseguiram objetivos religiosos e moralistas, sendo que, por vezes, numa única gazeta se misturavam textos com características noticiosas, propagandísticas, argumentativas e moralistas. As *newsletters* das casas comerciais europeias contribuíram, por seu turno, para formatar gazetas mais “sérias” e contaminaram, positivamente, as restantes gazetas.

2. *Produção própria de notícias e outras informações*, a partir da observação direta de acontecimentos e de contactos com fontes informativas por iniciativa própria. Algumas notícias eram obtidas pela tradução e reprodução de notícias de outras publicações, do país e do estrangeiro, opção que acelera e aumenta os fluxos de notícias, tornando comuns as notícias internacionais (“o mundo encolhe”). Outras ainda afluíam ao periódico por cartas de “correspondentes” e de outros indivíduos interessados e por correspondência diplomática.
3. *Periodicidade relativamente definida e frequente*. Os periódicos noticiosos eram sequenciais, seriados e, claro, periódicos, sendo a periodicidade semanal a norma (em Portugal, a *Gazeta* de 1641-1642 teve periodicidade mensal e quinzenal). No entanto, alguns periódicos noticiosos apresentaram uma periodicidade bi e tri-semanal ou mesmo diária. O *Einkommende Zeitung* (Leipzig, Alemanha, 1650), editado seis vezes por semana pelo impressor e livreiro Timotheus Ritzsch, é, normalmente, considerado o primeiro diário da história, embora o mesmo impressor tivesse editado outros periódicos anteriormente, três e quatro vezes por semana, que já incluíam notícias do dia anterior. Outros periódicos diários seiscentistas foram o *Neu-einlaufende Nachricht von Kriegs- und Welt-Händeln*, que terá sido o primeiro a sair todos os dias, entre 1660 e 1667 (Leipzig, Alemanha, 1660), e o *Leipziger Post-und Ordinarzeitungen* (Leipzig, Alemanha, 1662). O *Daily Courant* (Londres, Inglaterra, 1702) foi o primeiro diário britânico.
4. *Título unificador e identitário* que se mantém ao longo da vida da publicação. Referências à data e do local de publicação e a identificação do editor constituíam outros dos elementos identificadores comuns à maioria dos periódicos, surgindo, frequentemente, na primeira página, sempre encimada pelo *título da publicação* e, por vezes, ilustrada.
5. *Formato in-quarto* (próximo do formato A5), com exceção do *Courante uyt Italien, Duytslandt, &c.*, primeiro periódico noticioso cujo design se assemelhou ao dos jornais posteriores e que tinha formato *in-folio*,

quatro vezes maior do que o *in-quarto*. Páginas paginadas, por norma, a uma coluna²⁰. Em países como Portugal, as gazetas inseriam, ainda, menção ao pagamento de taxas e à licença de autorização de circulação dada pelas autoridades civis e eclesiásticas competentes, depois de sujeitas a censura.

6. *Textos simples*, não só porque a maioria dos leitores tinha níveis incipientes de alfabetização mas também porque era necessário ter em consideração que os periódicos eram muitas vezes lidos em público. As peças apresentavam, por norma, uma *estrutura narrativa cronológica reportativa* (Conboy, 2010, p. 14), denotando, habitualmente, *ambição noticiosa*. Alguns textos, conforme Peucer (1690) notou na sua pioneira dissertação doutoral sobre as relações de novidades, demonstravam preocupação pela obediência à retórica clássica e procuravam responder às circunstâncias de *sujeito, objeto, tempo, espaço, modo e causa*, que os teóricos do texto jornalístico converteram, mais recentemente, na fórmula noticiosa da resposta a seis questões: *quem?, o quê?, quando?, onde?, como? e porquê?*.
7. *Notícias normalmente dispostas segundo uma ordem cronológica*, característica que os periódicos informativos seiscentistas herdaram dos livros e opúsculos noticiosos que os antecederam. Outras vezes, as notícias eram dispostas pela ordem em que eram produzidas e/ou recebidas, mas raramente a disposição das notícias obedecia a uma hierarquia de importância. A data e local de proveniências das notícias tendia a ser referida e, por vezes, também as fontes, para credibilizar o noticiário, aclarar o processo produtivo aos olhos dos leitores. Também era mais seguro para os editores responsabilizar terceiros pela veracidade das informações.
8. *Níveis elevados de auto-censura*, particularmente nas monarquias absolutas, não só porque era mais seguro aos editores não divulgarem

20. Exclui-se, mais uma vez, o *Courante uyt Italien, Duytslandt, &c.*, publicado no formato *in-folio* a duas colunas. Alguns autores consideram as publicações paginadas a uma coluna como os livros como “livros noticiosos” (*newsbooks*), para os distinguirem dos jornais (*newspapers*).

informações que pudessem ser tidas por segredo pelo poder régio e governamental (Raymond, 2012, p. 181) mas também para evitar problemas com a censura que existia na generalidade dos países da Europa continental, com sistemas de governo baseados em monarquias absolutas.

9. *Variedade do noticiário* – Inclusão de várias notícias sobre diferentes assuntos (política, guerras, comércio, literatura, ciência, sociedade, fenómenos maravilhosos ou insólitos, etc.) e de diferentes proveniências (algumas das quais das possessões e territórios ultramarinos dos países europeus).
10. Publicação de notícias recentes e mesmo, em certos periódicos, do dia anterior, o que reconstrói a noção de *atualidade* – muda o *horizonte de atualidade* dos leitores. O tempo parecia acelerar.
11. Existência de indivíduos devotados ao ofício de editor ou *gazeteiro*, competindo-lhes produzir os conteúdos das gazetas, sendo que alguns deles também acumulavam essa tarefa com a de impressor.
12. Inclusão de anúncios pagos, a partir de meados do século XVII, com o pioneirismo a pertencer, provavelmente, a uma gazeta de Veneza. A inclusão de publicidade diminuirá o preço por exemplar, tornando as gazetas mais acessíveis.

O aparecimento das gazetas permite afirmar que o jornalismo noticioso, entendido como periodismo noticioso, é uma invenção europeia dos séculos XVI e XVII, com raízes remotas na Antiguidade e antecedentes imediatos no Renascimento. Não é, nomeadamente, uma invenção norte-americana ou anglo-americana do século XIX, por muito importantes que tivessem sido, como veremos, as contribuições da imprensa popular norte-americana de Oitocentos ao jornalismo.

Em resumo, no final do século XVII, a imprensa semanal já era um fenómeno generalizado por toda a Europa. Por norma, era de carácter oficial ou oficioso, estava submetida a uma rígida censura religiosa e civil e servia

de instrumento de propaganda aos governantes. Os temas de política interna, especialmente quanto eram controversos, raramente eram abordados, mas os acontecimentos políticos externos podiam ser referidos e discutidos. Días-Noci (2002, p. 229) afirma que, em determinados locais, as notícias “caseiras” sobre política eram, nesta altura, melhor conhecidas no estrangeiro que no próprio país. Estas publicações eram vendidas ao público em geral, mas também tinham clientes fixos, alguns dos quais as subscreviam por assinatura. A sua difusão limitava-se, essencialmente, às pessoas mais cultas, mas a sua repercussão atingia todos os estratos da população (Pizarroso Quintero, 1994, p. 52).

É também no século XVII que surgem publicações que se podem classificar como revistas²¹, pois distinguiam-se dos periódicos noticiosos que dominavam a paisagem mediática pelo seu carácter reflexivo e interpretativo e pela profundidade, ou, inversamente, pela leveza com que “passavam em revista”, ecleticamente, assuntos científicos, filosóficos e literários, entre outros, incluindo mundanidades e moda. A partir do século XVIII, essas publicações beneficiaram do ambiente iluminista, do enciclopedismo e do conseqüente apelo ao cultivo da razão. Em vez das pequenas notícias, que constituíam a maioria dos conteúdos das gazetas e de outras publicações, as revistas continham, habitualmente, artigos mais ou menos extensos, ensaios e críticas, além de conteúdos de entretenimento e de satisfação da curiosidade. São os casos, por exemplo, da publicação alemã *Erbauliche Monats-Unterredungen* [*Discussões Mensais Edificantes*] (1663-1668); e dos já referidos periódicos franceses *Le Journal des Sçavans*²² [*Jornal dos Sábios* ou *Jornal dos Estudiosos*] (1665-1714), um semanário de doze páginas, que difundia resenhas e comentários de livros, bem como artigos sobre temas científicos,

21. Revista provém do francês *revue*, espetáculo teatral que se debruça sobre acontecimentos recentes. Em Portugal, ainda temos o *teatro de revista*, com a mesma raiz. O termo deriva do latim *revidere*, “ver de novo”, formado por *re-*, “de novo”, mais *videre*, “ver”. Revista sugere, portanto, a ideia de revisitar, ou seja, de passar em revista, depois de uma primeira leitura num diário, o que sucedeu. No jornalismo, corresponde, portanto, a uma publicação periódica semanal ou com periodicidade mais alargada cujo objetivo não é propriamente dar notícia do sucedido de uma forma imediata, mas sim abordar com mais profundidade e contexto, por vezes interligando acontecimentos e comentando, o que sucedeu ao longo de um período de tempo.

22. Pode consultar-se na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb343488023/date.r=journal+des+sçavans.langEN>

históricos e artísticos, e *Le Mercure Galant* (1672-1825)²³, um mensário que, por vezes, atingia 200 páginas, surgido por iniciativa de Donneau de Vizé, cujos conteúdos incluíam aquilo de que os restantes periódicos pouco falavam: notícias mundanas, curiosidades, fenómenos insólitos, maravilhas da natureza, gentes e lugares, textos laudatórios, etc. No entanto, o modelo do tipo de publicação que se convencionou designar por *revista* foi fixado, já no século XVIII, pela revista britânica *The Gentleman's Magazine*²⁴ (1731-1922). A palavra *magazine*, do francês *magasin*, armazém comercial, evoca o espírito eclético dos conteúdos de uma revista. Em Portugal, somente no século XVIII apareceram publicações que se podem considerar revistas, como a *Gazeta Literária* (1761-1762) e o *Jornal Enciclopédico* (1779 e 1788-1793).

Há que dizer que as publicações informativas periódicas da Modernidade que estiveram na génese do jornalismo tinham uma circulação relativamente restrita, quer por causa dos baixos índices de alfabetização, quer por causa do preço (por exemplo, a *Gazeta* “da Restauração” portuguesa custaria seis réis, em média, quantia bastante elevada para a época, variando o preço em função do número de páginas). Entre os leitores diretos dessas publicações contar-se-iam, assim, os governantes e agentes de poder, os burgueses endinheirados, a aristocracia rica, o clero instruído e os profissionais liberais mais bem-sucedidos, embora, como se saiba, os periódicos tenham tido muitos “leitores indiretos”, pois eram lidos e, por vezes, discutidos, publicamente, em feiras e outros ajuntamentos, ocasionalmente a troco de um pequeno pagamento por parte de quem escutava (cf. Chartier, 1993, p. 45). Leitores com menos posses podiam aceder-lhes nas tabernas e também nos cafés, casas de chá e clubes que se iam estabelecendo um pouco por toda a Europa, especialmente nas grandes cidades.

23. A publicação adotou outra designação no século XVIII: *Mercur de France*. A sua publicação foi retomada em 1890 e, mais tarde, deu nome a uma casa editorial, comprada, em 1958, pela editora Gallimard. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb40216887k/date>

24. Disponível no Internet Archive: https://archive.org/details/pub_gentlemans-magazine

Figura 30. *Journal des Sçavans.*

LE JOURNAL DES SCAVANS.

Du Lundy V. Janvier, M. DC. LXV.

Par le Sieur DE HEDOVILLE.

*VICTORIS VITENSIS, ET VIGILII
Tapsensis, Provinciae Bisacene Episcoporum opera,
Edente R. P. Chistelio, Soc. Iesu Presb. in A. Dinione.*

LE seul ouvrage qui nous reste de Victor Vitensis est l'histoire de la persecution d'Afrique, sous les Wandalés. On voit par le commencement de cette histoire qu'il l'escriuit l'an 487. Nous auions desia cet ouvrage dans la Bibliothèque des Peres, sous le nom de Victor Vitensis: mais tous les sçavans demeurent presentement d'accord, qu'il est de Victor Vitensis. De plus, cette histoire estoit desfectueuse dans la Bibliothèque des Peres: car on n'y voit point la liste des Euesques d'Afrique qui se trouuerent enuoloppez dans cette persecution. Cependant c'est vne pièce excellente, & qui peut beaucoup seruir à l'eclaircissement de plusieurs difficultez de l'histoire Ecclesiastique. C'est pourquoy cette édition de Victor Vitensis, est beaucoup plus parfaite que toutes les precedentes.

A

Fonte: reprodução do original.

Figura 31. *The Gentleman's Magazine* (primeiro número e primeiro número com gravura de título).

T H E
Gentleman's Magazine :
JANUARY, 1731.

A View of the WEEKLY ESSAYS in this Month.

The Craftsman, by Caleb D'Anvers Esq; and Mr Oldcastle. Jan. 2. No. 235.

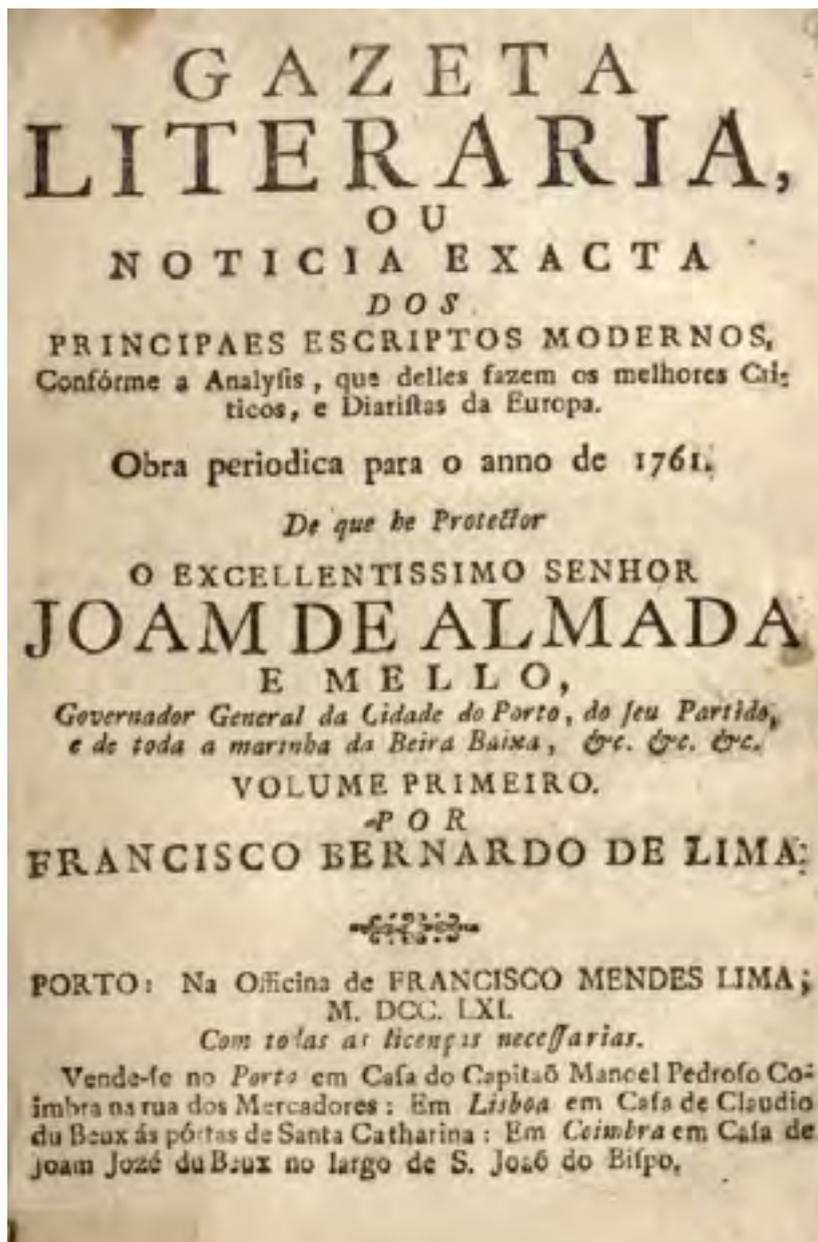
MR. Oldcastle having begun his remarks on the conduct of the Kings of England, to shew how the spirit of *Faction*, and the spirit of *Liberty* had exerted themselves at different times and occasions, had brought his Observations down to the reign of Q. Elizabeth. He begins No. 234, with an Eulogium upon her prudent conduct in the most arduous difficulties that attended her accession to the Throne. These difficulties he explains at large, and goes on No. 235, to speak more largely of the means whereby she establish'd her glory and confirm'd herself in the affections of her People. Her first principle was to be neither *fear'd* nor *despis'd* by those she govern'd. He mentions some instances wherein she discover'd her wisdom in both these respects, particularly in maintaining her *Prerogative*, which altho' she was fond of, yet took care it never should be grievous, or if it should happen so to particular persons, that it should appear specious to the publick. The effects, he says, of a bare-fac'd *Prerogative* are not so dangerous to *Liberty* as the attempts which are made to surprize and undermine it. Wherefore Q. Elizabeth never kept up a *standing Army*, but plac'd her security in the affection of her People. With respect to *war* he extols her moderation and equity, by which conduct she stood on firmer ground, and had less to fear from the spirit of *Faction*. She neither hastily espous'd the party

which she favour'd, nor inflam'd the spirits of the adverse party. The *Papists* and *Protestants* shew'd with lenity, till their evil practices made it necessary to execute rigours, and even then she distinguish'd *Papists* in conscience from *Papists* in *Faction*, nor condemn'd the *Zen* of the *Protestants*, but sometimes softened their *Violence*. He says from Camden, she bestowed her *favours* with so much caution, and so little distinction, as to prevent either party from gaining the ascendancy over her, whereby she remained *Mistress* of her own self, and preserved both their *affections* and her own *power* and *authority* entire.

He proceeds to justify Q. Elizabeth from the imputation of avarice, by observing that she neither hoarded up, nor was lavish of the publick money. Quotes a saying of the famous *Burleigh*, that, *He never cared to see the treasury swell like a disorder'd spleen, when the other parts of the common-wealth were in a Consumption*; and his mistress thought that *money* in the *pockets* of her *subjects* was better than in her own.

It was her maxim to save for the publick not for herself, and to measure her riches by the riches of the nation; refused supplies offered, and remitted payment of supplies granted, when the publick service did not require it. The two great principles of her *Economy* were 1^o. Not suffering her *Officers* to enrich themselves by fraud or clandestine management. 2^o. Never attempting to do any thing with money that could be done with wisdom or courage. (See p. 219.) For which cites several instances; and observes how greatly she promoted commerce, and increased the fleet of England, which before was inconsiderable. Jan.

Figura 32. *Gazeta Literária* (1761-1762) e *Jornal Enciclopédico* (1779 e 1788-1793).





Fonte: reprodução do original.

2.4 Os sistemas jornalísticos na Europa seiscentista

Embora a distinção não seja consensual entre os historiadores, já que a ideia da aparição, durante o século XVII, de duas *Europas Periodísticas*, a primeira, a norte, mercantil e livre, e a segunda, a sul, propagandista e controlada, não é muito consistente, podem reconhecer-se dois modelos normativos e funcionais de regulação da imprensa: o *inglês* e o *francês* (Sánchez Aranda, 2004, p. 78). Estabelecidos, ambos, na alvorada da Modernidade, vieram alicerçar e moldar a evolução subsequente do jornalismo europeu.

O modelo inglês, saído das convulsões que Inglaterra conheceu durante o século XVII, baseou-se na *liberdade formal de imprensa*²⁵ e alicerçou-se

25. Copeland (2006, p. 2 e p. 9) refere, no entanto, que já desde o século XVI se falava numa espécie de *liberdade de consciência* em Inglaterra, no seio de alguns grupos protestantes, contrários às tentativas

na coexistência de periódicos privados, independentes do estado, de vários tipos, entre os quais os jornais noticiosos, generalistas ou especializados, jornais culturais e científicos e jornais de partido (*party press*).

O modelo francês, implantado num quadro de absolutismo monárquico, impôs o *controlo sobre a imprensa* e assentou num *modelo propagandístico de periodismo*, subserviente ao estado e dependente dele, ainda que a publicação de periódicos pudesse resultar da iniciativa privada.

O modelo francês colocou as publicações ao serviço do absolutismo régio. Instituiu-se a censura prévia. Reforçaram-se as proibições de publicar determinados conteúdos. Estabeleceu-se um regime obrigatório de licenças de impressão. Multava-se, prendia-se ou desterrava-se quem transgredisse as normas instituídas. Mas se por um lado estas medidas repressivas, impostas pelos governantes, limitavam o exercício da atividade periodística, pelo menos no que à liberdade de expressão dizia respeito, por outro, o próprio estado, financiava as publicações que estavam ao seu serviço, financiando editores e redatores a quem instruía sobre o quê e como escrever.²⁶

Foi o modelo francês que praticamente todos os países europeus seguiram no século XVII, principalmente no sul da Europa. Portugal foi um desses países. A *Gazeta “da Restauração”* (1641-1642), em Portugal, foi uma das publicações a ser controlada politicamente e a servir propósitos propagandísticos, inserindo-se no modelo autoritário de periodismo surgido em França. Também o *Mercúrio Português*, publicado entre 1663 e 1667, foi um importante apoio à continuação da guerra da Restauração e um dispositivo de propaganda relevante dos partidários de D. Afonso VI e do seu valido, o conde de Castelo Melhor. O controlo da informação, já nesses tempos, podia

do poder régio de manter a imprensa sob a alçada da igreja anglicana e do rei, ao mesmo tempo que o interesse demonstrado pelas pessoas em saber notícias crescia. Para Copeland (2006: 22) a religião foi mesmo a grande impulsionadora no desenvolvimento da ideia de liberdade de imprensa, uma vez que a demanda pela liberdade religiosa se estendeu à demanda da liberdade de imprensa. O autor faz questão de realçar que falar-se da expectativa de saber notícias é diferente de reclamá-las como um direito (Copeland, 2006, p. 9).

26. Esta situação verificou-se, nomeadamente, com a *Gazette* de Théophraste Renaudot, a partir de 1631.

ter como recompensa o controlo do poder. No entanto, o controlo total destas publicações era sempre tarefa difícil.

O modelo normativo e funcional de jornalismo inglês, acaentador da liberdade de pensamento e de expressão e da argumentação jornalística persuasiva, contribuiu para fundar os valores do jornalismo ocidental e dos seus profissionais. Na implementação deste modelo, são consideradas duas fases, que correspondem aos dois períodos vividos pelo país antes de se chegar ao paradigma da liberdade de imprensa: o período de domínio monárquico; e o período de domínio parlamentar. Assim, durante um período em que a monarquia inglesa tendeu para o absolutismo, a censura e as licenças prévias limitaram o conteúdo dos periódicos a assuntos inócuos para o regime; mas após a Revolução Gloriosa de 1688 e à instituição da monarquia parlamentar, Inglaterra conheceu a liberdade de imprensa. No quadro das lutas políticas e militares e, depois, no âmbito do regime parlamentar, os periódicos deixaram de ser entendidos como meros veículos de notícias e passaram a ser encarados como instrumentos a usar na arena pública e na luta pelo poder. Nesse momento, o debate político público extravasou o parlamento e outros espaços de sociabilidade e chegou aos jornais.

O modelo francês normativo e funcional de jornalismo – adotado, entre outros países, por Portugal, até 24 de agosto de 1820 – resulta do monopólio real do poder dentro do estado; o modelo inglês alimenta-se do parlamentarismo e da existência de fações políticas. O primeiro *alicerça a forma de fazer jornalismo em ditadura* e estabeleceu as bases do exercício do jornalismo nos regimes autoritários²⁷; o segundo propõe o *paradigma em que se fundará o jornalismo ocidental contemporâneo*, assente na independência dos meios jornalísticos e na liberdade de expressão e criação.

A destrição entre um modelo francês e continental e um modelo inglês de jornalismo tem, porém, opositores entre alguns historiadores do jornalismo. Autores como Carmen Espejo (2011) encaram a génese do jornalismo

27. Guillaumet (2004, p. 72) refere que a mais antiga das teorias da imprensa é a autoritária e que, apesar de o jornalismo ter tido um desenvolvimento desigual nos diferentes países, na maioria destes foi vigiado e controlado pelo poder.

como um processo global e transeuropeu e sustentam que não se pode falar de modelos seiscentistas de jornalismo de características rígidas.

À luz do nosso conhecimento corrente dos cenários históricos (...), não parece que essa categorização possa ser mantida (...). Vários estudos (...) diminuíram o impacto tradicionalmente atribuído à censura e a outras formas de controlo nos estados sujeitos a um ideal absolutista. O sucesso do modelo continental de monopólio monárquico da comunicação foi colocado em questão pelas ocasiões em que ocorreram revoltas políticas, que tiveram sempre expressão através da imprensa (...). Quer em Espanha quer na França, o estado só se tornou proprietário legalmente reconhecido de jornais no século XVIII, pelo que, no século precedente, estes moveram-se no seio do contexto ambíguo de um estatuto oficioso (...). O (...) cenário mediático francês foi enriquecido por numerosas reproduções autorizadas dos jornais do regime nas províncias, tal como pela circulação de gazetas estrangeiras (...) publicadas em francês para o povo de França. (...) O jornalismo francês tem sido tradicionalmente entendido como um exemplo de *absolutismo*, mesmo na esfera da comunicação, mas alguns académicos contemporâneos preferem falar na “contenção da opinião” mais do que na ausência de opinião pública. (...) A informação política tornou-se, assim, parte de uma negociação complexa entre o rei e o povo francês (...). Um número ainda maior de estudos (...) tendeu a moderar o suposto clima de liberdade de expressão permitida à imprensa dos estados protestantes do Norte da Europa (...). Nesta perspectiva, não há uma *Europa dos Mercadores* – a Norte – e uma *Europa dos Propagandistas*, no Sul (...). Em ambos os lados da fronteira (...), pode identificar-se a mesma necessidade de recurso a esta nova e poderosa arma [do jornalismo] por parte das fações políticas (...). O jornalismo, sempre e por toda a Europa, envolveu-se profundamente na criação de estruturas políticas, mas em compensação a sua natureza enquanto discurso público dependeu das condições do mercado. (Espejo, 2011, pp. 193-197)

Efetivamente, em termos formais, o periodismo da Modernidade, que para alguns historiadores já é uma manifestação de jornalismo, possuiu algumas

características comuns nos diferentes países europeus, nomeadamente alimentar-se de notícias. Mesmo em Inglaterra os periódicos políticos apresentavam, na verdade, uma linha editorial *político-noticiosa*, embora neles o artigo de cariz opinativo tenha tido uma importância relevante, tendência que, de resto, alastrou, mais tarde, à imprensa de todo o continente europeu. O próprio público que se ia formando usou os periódicos para se informar, mas também para ir construindo opinião – mais ou menos contida, de acordo com o regime político de cada país – e mesmo para se entreter.

2.4.1 O modelo francês normativo e funcional de periodismo informativo no século XVII e a sua reprodução em Portugal

Propaganda e censura, que, antes de serem políticas, foram religiosas (Briggs, Burke, 2004, p. 90), são os elementos estruturantes do modelo normativo e funcional de periodismo erigido na França seiscentista por homens de estado como o cardeal Richelieu. O modelo normativo e funcional de periodismo erigido em França para regular o movimento da imprensa fez escola por toda a Europa continental.

No modelo francês, as gazetas estavam ao serviço do absolutismo régio, intolerante para com os “estados dentro do estado”, as heterodoxias, as críticas, os protestos e as rebeliões. No entanto, apesar do controlo régio, as gazetas e as restantes publicações informativas e noticiosas alcançaram enorme sucesso, em particular no seio das minorias cultas, que cultivavam o consumo de notícias como uma necessidade a satisfazer.

Os governos absolutistas promulgaram leis que instituíam a censura prévia (por funcionários da coroa e, às vezes, também por eclesiásticos, como sucedeu em Portugal), reforçaram as proibições de publicar determinados conteúdos, estabeleceram um regime compulsório de licenças de impressão e instituíram formas de repressão contra os prevaricadores (multa, prisão, desterro e serviço nas galés). Por outro lado, pela primeira vez o próprio estado financiou os periódicos que estavam ao seu serviço, bem como os respetivos editores e redatores, convertidos em funcionários leais, a quem eram

dadas instruções sobre o que redigir e como redigir, como aconteceu, a partir de 30 de maio de 1631, na monopolista *Gazette*, dirigida por Théophraste Renaudot, celebrado pelos franceses como o seu primeiro jornalista.

Os periódicos e o modelo normativo e funcional de periodismo francês do século XVII triunfaram na maior parte da Europa, mas os constrangimentos legais constrangeram a atividade jornalística emergente. Em Portugal, por exemplo, uma carta régia de 26 de janeiro de 1627 (período filipino) alargava às *relações de notícias* (folhas volantes, cartas de relatos ou cartas de relação e relações de acontecimentos) o sistema de censura prévia e de licenças de impressão já patente nas Ordenações do Reino:

Por se evitarem os inconvenientes que se podem seguir de se imprimirem em nossos Reinos e Senhorios ou de se mandarem imprimir fora deles livros ou obras feitas por nossos vassallos, sem primeiro serem vistas e examinadas, mandamos que nenhum morador nestes Reinos imprima, nem mande imprimir neles nem fora deles obra alguma, de qualquer matéria que seja, sem primeiro ser vista e examinada pelos desembargadores do Paço, depois de ser vista e aprovada pelos oficiais do Santo Ofício da Inquisição. E achando os ditos desembargadores do Paço que a obra é útil para se dever imprimir, darão por seu despacho licença que se imprima, e não o sendo, a negarão. E qualquer impressor livreiro ou pessoa que sem a dita licença imprimir ou mandar imprimir algum livro ou obra, perderá todos os volumes que se acharem impressos e pagará cinquenta cruzados, a metade para os cativos e a outra para o acusador. (Ordenações do Reino, livro 5º, título 102).

É de recordar que a restauração da independência de Portugal, em 1640, não trouxe novidades à emergente imprensa portuguesa, pois, já no reinado de D. João IV, em 1643, foram publicadas ordenações que reforçavam o sistema de licenças prévias e censura, revigoradas por um decreto de agosto de 1663. Essa situação só mudará com a Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820.

Apesar do controlo régio e da censura, as gazetas e outros periódicos informativos alcançaram enorme sucesso, em particular no seio das minorias

relativamente alfabetizadas e cultas. As publicações que se afastavam da norma foram publicadas na clandestinidade.

Em Portugal, o modelo francês de gazeta foi mais ou menos seguido pela *Gazeta em Que se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641* e números seguintes, até 1642, ano em que cessou a publicação, e pela *Gazeta de Novas de Fora do Reino* (1642-1647), segundo periódico português. Entre 1647 e 1663 não foram publicadas quaisquer publicações periódicas em Portugal. Apenas surgiram, pontualmente, folhas noticiosas volantes e relações de acontecimentos com notícias sobre a guerra da independência. O mesmo *deserto temporal* de publicações noticiosas periódicas ocorreu entre 1667 e 1715, depois da cessação de publicação do *Mercúrio Português*²⁸ (1663-1667), o terceiro periódico noticioso estável que existiu em Portugal, de periodicidade mensal. Efetivamente, entre 1667 e 1715 não surgiram novos periódicos em Portugal, apenas folhas noticiosas ocasionais e relações de acontecimentos, maioritariamente monotemáticas, quer porque o mercado editorial não se encontrava suficientemente desenvolvido, quer porque havia condicionalismos normativos e outros à publicação de periódicos.

2.4.2 O modelo inglês normativo e funcional de periodismo no século XVII

Durante o século XVI, a censura prévia e o sistema de licenças de impressão limitaram os conteúdos das folhas noticiosas inglesas a assuntos inócuos para a monarquia (curiosidades, notícias sobre os monarcas, crimes e criminosos, etc.). Porém, Inglaterra entrou no século XVII sob a tentativa monárquica de instituir o absolutismo régio, enquanto os adeptos do parlamentarismo (essencialmente a burguesia comercial rica e puritana) se lhe opunham. Os confrontos civis ensanguentaram o país entre 1643 e 1648. A república (*Commonwealth*) foi implantada, em 1649, por Oliver Cromwell. Durou até 1660, ano da restauração monárquica.

28. O *Mercúrio Português*, editado por António de Sousa de Macedo, apresentava, mais ou menos, a forma e estilo das gazetas de 1641-1642 e 1642-1647, o que evidencia que a denominação *mercúrio*, *gazeta* ou mesmo *relação* não serve, *a priori*, para destringer o tipo de publicação de que se trata (para os europeus dos séculos XV e XVI, as designações deveriam ser relativamente equivalentes).

Após a restauração da monarquia, a governação passou a ser repartida entre o rei e o parlamento. Esta opção política foi definitivamente consolidada com a destituição de James II e a oferta da coroa a Guilherme de Orange, em 1688 (Revolução Gloriosa). Um ano depois, em 1689, foi aprovada a Declaração de Direitos (*Bill of Rights*), segundo a qual haveria tolerância política e religiosa e o parlamento era a sede de governo. Por isso, enquanto na maioria dos países europeus o absolutismo régio imperava, favorecendo um apertado controlo da imprensa, em Inglaterra a revolta contra o absolutismo régio e pelo parlamentarismo, sobretudo após o triunfo da Revolução Gloriosa de 1688, propiciava uma acolhedora atmosfera de liberdade de pensamento e de expressão bem como de confronto político. O resultado desta conjuntura foi a adoção, nos finais do século XVII, de um modelo de periodismo baseado na independência dos jornais e revistas, quer em termos políticos, já que não só as várias fações políticas podiam ter os seus periódicos como também havia periódicos independentes de todas as fações, quer em termos económicos, já que a publicação de jornais resultava da iniciativa privada e não do apoio do estado. A viabilidade dos periódicos, no modelo inglês, só podia ser assegurada pelo sucesso comercial ou pelas assinaturas e apoios particulares, ou seja, pela convivência entre o mercado e a política (Conboy, 2004, p. 46).

Há (...) ligações estreitas entre as estratégias políticas e o jornalismo, mesmo num contexto como o inglês no qual a tradição historiográfica atribui o desenvolvimento do jornalismo quase exclusivamente a motivos comerciais, apesar da escassa representação da monarquia inglesa nos jornais desse tempo, o que constituiu uma exceção no contexto europeu. (Espejo, 2011, p. 197)

O percurso para a instituição de um modelo normativo e formal de periodismo (de *jornalismo*) assente no princípio da independência e da liberdade da imprensa não foi rápido, nem simples, nem linear. A Inglaterra também passou por períodos de controlo da imprensa, sob o regime das licenças (até mesmo do monopólio) e da censura, antes de chegar a um modelo normativo e funcional de periodismo acalentador da liberdade de pensamento e de expressão e da argumentação jornalística persuasiva, um modelo periodístico

– diga-se – que haveria de contribuir para fundar os valores do jornalismo ocidental e dos seus profissionais. Há, portanto, que considerar várias fases na implantação do modelo inglês de imprensa, pois foram diversas as tentativas de controlo do jornalismo incipiente antes de se chegar ao paradigma da *liberdade de imprensa*.

O primeiro periódico em língua inglesa difundido em Inglaterra foi, curiosamente, publicado em Amesterdão, por George Veseler, em 1620, em grande medida provocado pela avidez de informação suscitada pela deflagração da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Intitulou-se *Current [Corrant] Out of Italy, France, Germany, the Palatinate...* Era enviado por barco para o Reino Unido.

O primeiro periódico genuinamente inglês (publicado e difundido em Inglaterra) foi o *Corrant or Weekly News from Italy, Germany, Bohemia, the Palatinate, France and the Low Countries*, vulgarmente conhecido por *A Current of General News*, editado por Nathaniel Butter, Nicholas Bourne e Thomas Archer, a partir de 1622, com periodicidade semanal.

Ambos os periódicos tinham uma política editorial eminentemente noticiosa e cedo foram imitados por outras publicações similares. Ambos foram também acusados de difundir notícias falsas, tardias e contraditórias (Braojos Garrido, 1999, p. 29) e continham poucas notícias domésticas (Conboy, 2010, p. 22). Em Inglaterra, os periódicos noticiosos foram apelidados de *currents* (*corantos* seria a expressão aportuguesada) devido, precisamente, à quantidade de publicações que traziam a palavra *current* na designação (de *current news*, notícias da atualidade).

Os *corantos* geralmente evitavam aspetos controversos da política doméstica, pois os editores podiam perder as suas lucrativas licenças ou sofrer perseguições mais draconianas. De qualquer modo, o material impresso nas Províncias Unidas ou nos estados alemães e depois importado providenciava matéria controversa suficiente para manter os *corantos* interessantes para os leitores. Matérias muito controversas, como os relatos das discussões parlamentares, podiam ser incluídas como separatas nas folhas noticiosas. Foi uma separata, por exemplo,

que providenciou o primeiro relato impresso dos debates parlamentares, em 1628. Todavia, o nível de censura não explica por si só a ausência de notícias domésticas nos *corantos*. Em termos gerais, as notícias domésticas eram menos interessantes porque eram geralmente obtidas através de contatos pessoais e não pela compra de uma mercadoria atraente e exótica. Além disso, as notícias do exterior eram implicitamente críticas da política estrangeira (...) [do rei] (...) e (...) tendiam a ser (...) sensacionais (...). (Conboy, 2010, p. 22, citando Baron, 2001)

O rei Carlos I procurou controlar a impressão de jornais, mas, por força da ação dos parlamentares, não o conseguiu. Aliás, a própria imprensa noticiou o confronto do rei com o parlamento em publicações noticiosas como o *Diurnall Occurrences or The Head of Several Proceedings in this Present Parliament*, periódico editado por Samuel Pecke, a partir de 1641, que inicia o que se pode considerar a “reportagem parlamentar”, fazendo de Pecke o primeiro “repórter parlamentar”. Este periódico distinguiu-se, efetivamente, por reportar cronologicamente, com rigor e imparcialidade, os debates parlamentares (Conboy, 2010, p. 24). A sua aparição representou uma nova atitude escrutinadora e fiscalizadora dos cidadãos que ampliou os limites da experiência política (Raymond, 1996, p. 122), trouxe a política para o quotidiano dos cidadãos (Briggs, Burke, 2004, p. 99) e dilatou os circuitos restritos em que se difundia a informação política, algo que, conforme Conboy (2010, p. 25) salienta, é político em si mesmo:

Os jornais eram caracterizados por serem relativamente baratos, semanais (periódicos), por conterem registos dos debates parlamentares (...), dos quais tentavam a capturar a natureza falada, para que o seu conteúdo fosse reconhecido como sendo composto de notícias. A difusão pública de registos sobre o mundo e de opiniões sobre os acontecimentos políticos e as personalidades políticas envolvidas constituem em si mesmas uma quebra radical com o uso tradicional da linguagem e ilustram o início de uma relação reconfigurada entre a comunicação pública e o mundo social e político. O que distinguiu esta nova linguagem (...) era a concentração no contemporâneo e o forte sentido da existência de

uma audiência. Este último ponto é profundamente político enquanto representativo do desafio às hierarquias de comunicação estabelecidas, mesmo quando a informação não respeitava estritamente à política (...).

Em 1643, ano em que se desencadeia o confronto civil entre o parlamento e o rei, surge *A Perfect Diurnall of Some Passages in Parliament: And from Other Parts of this Kingdome*, também editado por Samuel Pecke, e que, tal como o precedente *Diurnall Occurrences or The Head of Several Proceedings in this Present Parliament*, do mesmo periodista, pretendia informar sobre a política e os debates no parlamento. Para isso, cruzava fontes e procurava persuadir os leitores, simbólica e discursivamente representados ao mesmo nível do redator, com argumentos políticos racionais, assentes em exemplos (Conboy, 2010, p. 25). O *Perfect Diurnall* é um bom exemplo de periódico político, mas no sentido de ser mais um *jornal sobre política* do que um periódico representativo de uma facção política, tendo, segundo Braojos Garrido (1999, p. 29), alcançado uma tiragem de três mil exemplares.

Com o tempo, o impacto e a influência dos periódicos noticiosos e políticos aumentou, mas “a sua reputação de justiça e equilíbrio declinou” e tornaram-se órgãos das facções políticas que os sustentavam (Conboy, 2010, p. 26). Por causa da guerra civil, os jornais “ao distribuírem informação (...) encorajavam os leitores a assumir uma posição sobre os assuntos” (Raymond, 1993, p. 7). “Os conflitos entre os jornais alimentavam o conflito político” (Raymond, 1993, p. 7).

Ainda em 1643, apareceram os primeiros periódicos políticos de facção ou de partido. O primeiro foi o periódico realista pró-absolutistas *Mercurius Aulicus*, de John Birkenhead e Peter Heylin. Nasceram, igualmente, periódicos pró-parlamentares, de que o *Mercurius Britannicus*, de Thomas Audley e de Marchamont Needham, é o primeiro exemplo.

O *Mercurius Aulicus* é considerado o primeiro periódico político-noticioso da história. Revolucionou a nascente indústria periodística inglesa, pois foi o primeiro periódico feito explicitamente para ser *voz pública* de uma facção política, mobilizando apoiantes e combatendo e dividindo adversários, que

criticava, difamava e escarnecia. Antes do *Mercurius Aulicus*, os periódicos eram, essencialmente, noticiosos e muito cautelosos no discurso.

Entre 1643 e 1644, o número de jornais aumentou exponencialmente, mas, na sua maioria, tiveram tiragens reduzidas e vida efêmera, sendo que alguns pouco mais eram do que opúsculos políticos ou satíricos.

Em 1644, John Milton fez, perante o parlamento britânico, aquele que se considera ser o primeiro grande discurso moderno pela liberdade de imprensa, denominado *Areopagítica*²⁹, do grego *Areopagus*, local onde se reuniam os cidadãos durante a democracia ateniense. A defesa da liberdade individual e, em consequência, da liberdade de expressão seria, aliás, prosseguida em obras como *Leviathan*, de Thomas Hobbes (1651) e *Ensaio Sobre o Governo Civil*, de John Locke (1690).

Apesar da polifonia jornalística instalada durante o período da confrontação civil, as tentativas de controlo sobre a imprensa, por força de leis que impunham a censura, as licenças prévias para a impressão e outros mecanismos, repuseram-se durante a ditadura de Cromwell (1649-1658), mas, de acordo com Braojos Garrido (1999, p. 30), pelo menos nos primeiros tempos dessa ditadura houve uma certa permissividade no respeitante à imprensa política e de humor, subsistindo periódicos realistas (*The Royal Diurnal*) e pró-Commonwealth (*Mercurius Politicus*, dirigido por Marchamont Needham e autorizado por John Milton), entre outros menos combativos e mais noticiosos, como o *Brief Relation*, semelhante às gazetas continentais. Porém, em 1655, Cromwell proibiu todos os periódicos, à exceção do *Mercurius Politicus*, de Needham, e do semanário *The Public Intelligencer*, mas autorizou, em 1657, o lançamento do *Public Advertiser*, também propriedade de Needham, primeiro periódico exclusivamente de anúncios publicitários. “Desta maneira, aquela Inglaterra, de ampla experiência nas técnicas do debate e da propaganda pela ação da imprensa política e que inclusivamente tinha ensaiado a imprensa humorística e a de temas escabrosos, inaugurava igualmente a imprensa publicitária” (Braojos Garrido, 1999. p. 31).

29. Estranhamente, Milton, sete anos mais tarde, aceitará o cargo de censor, proposto por Cromwell.

Figura 33. *Areopagítica*, primeira defesa da liberdade de imprensa, entendida como liberdade de prelo, e seu autor, John Milton.



A restauração monárquica, em 1659, reforçou o controlo régio sobre a imprensa. Esse controlo seria reforçado com a monopolização da imprensa por uma única empresa regamente licenciada, embora o parlamento tenha aprovado uma lei de *habeas corpus* que permitiu o fugaz aparecimento de jornais politizados. “A liberdade de expressão teve de refugiar-se nas *newsletters* clandestinas e nos cafés”, diz Braojos Garrido (1999, p. 31). Os cafés, aliás, configuravam-se, crescentemente, como *espaços públicos* de discussão sobre a política, a economia e o mundo em geral, conforme sustenta Habermas (1989).

As pretensões absolutistas e intolerantes de um novo rei, James II, mais uma vez levaram à proibição de jornais, com exceção do *Public Occurrences Truly Stated* (1688), periódico ao serviço da monarquia. Contudo, a destituição de James II, a sua substituição por Guilherme de Orange (1688) e a proclamação da Declaração de Direitos (1689) lançou as bases constitucio-

nais que tornaram a Inglaterra um farol da democracia parlamentar e da liberdade de pensamento e de expressão, vistas como sendo “um direito natural” dos cidadãos.

Assim, a partir de 1688, rapidamente surgiram, de forma imparável, periódicos noticiosos, periódicos especializados em informação comercial e económica, periódicos culturais e científicos, periódicos para cavalheiros, revistas magazines, publicações humorísticas, periódicos mundanos e, obviamente, periódicos políticos e político-noticiosos (ou politizados): a *party press* (imprensa política de partido). Neste último tipo de imprensa, o artigo equiparou-se ou terá mesmo superado a notícia em importância enquanto género jornalístico estruturante da informação. A informação noticiosa tendia a ser ideologicamente enquadrada e comentada pelo viés da facção política que o periódico servia. Os periódicos políticos, mais do que noticiar, visavam ser *vozes públicas* na luta entre as facções políticas, argumentar e arregimentar partidários para uma determinada causa.

Assim, pela primeira vez os jornais deixam de ser entendidos como meros veículos de notícias ou mesmo de mera propaganda, passando a ser encarados como *instrumentos a usar na arena pública e na luta política pelo poder*, no quadro de discussões, idealmente tidas como racionais e livres, sobre os assuntos políticos da atualidade. Alguns periódicos adquiriam, assim, uma dupla finalidade, noticiosa e política, que baseará a construção de um novo e simbólico *espaço público* utopicamente capaz de suceder à *ágora* grega e ao *fórum* romano como espaço de discussão livre e racional sobre os assuntos públicos.

A linguagem da imprensa periódica (...) desenvolveu-se no quadro de uma negociação pragmática entre as demandas dos leitores, em primeiro lugar, que crescentemente se percebiam quer como indivíduos privados quer como parte de um público vasto; segundo, as demandas dos impressores e anunciantes, que desejavam lucrar com uma circulação crescente dos jornais; terceiro, as demandas dos políticos, que

evidenciavam uma atitude ambivalente à exposição pública através das notícias, receosos da crítica mas dependentes da legitimação popular que os jornais lhes podiam dar. (Conboy, 2010, p. 33)

Assim, o modelo inglês de imprensa saído das convulsões que Inglaterra conheceu durante o século XVII apresenta as seguintes características:

1. *Liberdades formais*, alicerçadas nas propostas do racionalismo, nomeadamente liberdade de pensamento, liberdade de expressão e, consequentemente, liberdade de imprensa;
2. *Sistema periodístico alicerçado em jornais de vários tipos*, entre os quais periódicos noticiosos, generalistas ou especializados, periódicos culturais e científicos, periódicos comerciais e económicos e periódicos políticos “de partido” (*party press*).
3. Edição de periódicos dependente, sobretudo, da iniciativa privada e do sucesso comercial e não de subvenções estatais.

Tendo em conta as características atrás enumeradas, pode concluir-se que o modelo normativo e funcional de jornalismo, existente atualmente na maioria dos estados democráticos de direito, se baseia, estruturalmente, no modelo inglês de jornalismo que nasceu no século XVII e garantia a liberdade (formal) de imprensa e de expressão. O modelo inglês de jornalismo, de resto, foi mais ou menos replicado nas Províncias Unidas. Outros regimes, como o sueco, também eram relativamente tolerantes para com a imprensa. Aliás, a Suécia viria a ser o primeiro país a consagrar, legalmente, o princípio da liberdade de imprensa no século XVIII (1766), logo seguido pelo Estado da Virgínia (Declaração de Direitos do Estado da Virgínia, 1776) e pelos emergentes Estados Unidos da América (primeira emenda da Constituição dos Estados Unidos, 1791). A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada em 1789, no calor da Revolução Francesa, estabelecia, identicamente, o direito à liberdade de opinião e publicação, mas foi sol de pouca duração, já que os governos revolucionários, primeiro, e Napoleão, depois, se encarregaram de asfixiar a liberdade de imprensa em França.

De dizer também que as tentativas de controlo da imprensa foram combatidas um pouco por todo o Velho Continente por audazes editores e “gazeteiros” (“jornalistas”), que não hesitaram em elaborar publicações clandestinas, mesmo sob ameaça de prisão ou de morte. Esses desafios ao poder instituído vieram, aliás, a ser comuns nos séculos vindouros, sempre que a tirania ameaçou a liberdade.

2.5 O periodismo no Século das Luzes e na alvorada da Contemporaneidade

O século XVIII é conhecido por Século das Luzes. Foi o tempo do Iluminismo³⁰. Mas também foi o século em que o mundo entrou na Idade Contemporânea. A Revolução Francesa³¹, iniciada a 14 de julho de 1789, com a tomada da Bastilha, assinala, simbolicamente esse momento. Mas outra

30. O Iluminismo designa um movimento intelectual e cultural transformador que erigiu a *razão* como instrumento central legitimador da produção de conhecimento e da ação humana. Foi um tempo de intenso fervilhar intelectual e debate, quer nos livros e na imprensa, já então o principal meio difusor de novas ideias, quer nos espaços de sociabilidade da época – os cafés e salões de chá, os clubes, os salões literários, as academias científicas, as lojas maçónicas e outros.

Tendo origem no século XVII, o pensamento iluminista acolheu, ao centralizar-se na *razão*, valores como a liberdade, a fraternidade, a tolerância, a igualdade, o progresso e a busca de conhecimento segundo métodos racionais e revoltou-se contra o dogmatismo religioso. Estimulados pela máxima *sapere aude* (“atreve-te a conhecer”), os iluministas transformaram a ciência, ao advogarem um método científico empirista para a obtenção de conhecimento válido sobre o mundo material que partia das partes para chegar ao todo; e transformaram a política e o poder, ao minarem a autoridade das monarquias e das igrejas, criando o lastro ideológico necessário para as revoluções Americana e Francesa, para a adoção da constituição dos Estados Unidos e para a aprovação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em França. Entre as principais figuras do Iluminismo encontram-se Voltaire, Rousseau, Hume, Kant, Benjamin Franklin, Thomas Jefferson, Adam Smith, o pai do pensamento económico contemporâneo, e Diderot e d’Alembert – os criadores da *Enciclopédia*, obra que propunha uma fórmula organizada de obtenção de conhecimento a partir das partes e na qual colaboraram 150 especialistas. Em Portugal, o marquês de Pombal, inspirado pelo modelo inglês, seguiu políticas iluministas no governo, tendo sido o expoente da transformação do país num estado moderno, ainda que de forma autoritária e, por vezes, violenta, hostil à velha aristocracia e à igreja Católica – levando, por exemplo, à expulsão dos jesuítas do reino, já que estes quase monopolizavam o ensino.

31. Motivada por fatores tão diversos como o descontentamento popular devido à introdução de novos impostos e taxas e a ameaça de fome decorrente de maus anos agrícolas, a Revolução Francesa iniciou-se em 1789 e terminou em 1799. Ao longo dessa década, a sociedade francesa aboliu, violentamente, privilégios religiosos e aristocráticos do Antigo Regime em nome da trilogia *liberdade, igualdade, fraternidade*. A monarquia absoluta ruiu. Uma república foi proclamada, em 1792. O rei, a rainha e inúmeros aristocratas, religiosos e mesmo políticos contrários ao rumo que a revolução tomava foram guilhotinados. Radicais jacobinos comandados por Robespierre instituíram o Terror, uma ditadura que, entre 1793 e 1794, aniquilou dezenas de milhares de pessoas. Em 1795, o Diretório assumiu o controlo do estado, até ser substituído pelo Consulado e, finalmente, pelo Império, com Napoleão Bonaparte. Externamente, a França teve de enfrentar quase todos os países, cujas casas reais olhavam, aterrorizadas, para o desenrolar dos acontecimentos. Estranhamente, os exércitos franceses venceram grande parte das batalhas e, já com Napoleão no poder, conquistaram grande parte da Europa ou sujeitaram-na à influência francesa, até o imperador ser definitivamente derrotado em Waterloo, em 1814. A Revolução Francesa expandiu os ideais do secularismo, do republicanismo, da democracia, do governo civil, dos direitos humanos, do constitucionalismo e do primado das leis e foi tão impactante que os historiadores erigiram-na como acontecimento-símbolo do fim da Modernidade e entrada na Contemporaneidade.

revolução, anterior, marcou o século – a Revolução Americana³². Os Estados Unidos da América proclamaram a sua independência do Império Britânico, a 4 de julho de 1776, e aprovaram uma constituição. A guerra contra os britânicos que se seguiu à proclamação da independência só terminou em 1783.

Ambas as revoluções impactaram fortemente o mundo. Os Estados Unidos, inclusivamente, tornar-se-iam, um século e meio depois, a potência mundial dominante, ultrapassando as grandes potências europeias, envolvidas em guerras destrutivas. Mas, no século XVIII, a Europa ainda parecia ser o centro do mundo. A França irradiava a cultura, enquanto a Inglaterra irradiava o apego às liberdades políticas. A inquietude de mentes como Locke, Spinoza, Montesquieu, Voltaire e Rousseau; o enciclopedismo de Diderot e D'Alembert; e o génio científico de personalidades como Newton, Fahrenheit ou Lavoisier, reunidos em Academias, contribuíram para mudar as mentes e a cultura. Outros fatores caracterizaram, no entanto, a Europa setecentista:

1. Desenvolvimento e acumulação de riqueza e do sistema capitalista, devido a fatores como: o aumento da produção manufatureira; o reforço do comércio nacional e internacional, em particular entre as colónias e as metrópoles; e a exploração económica das colónias;

32. A Revolução Americana foi o movimento de ampla base popular e burguesa que conduziu à independência dos Estados Unidos e à aprovação de uma constituição que vigora até hoje, ainda que com emendas. A revolta foi provocada pelo descontentamento dos colonos face à metrópole britânica, que os sobrecarregava com impostos e taxas, dificultava o comércio e impedia a colonização de novos territórios a oeste sem a celebração de acordos prévios com as nações índias. Em 1773, o Parlamento britânico concedeu o monopólio do comércio do chá à Companhia das Índias Orientais. Em retaliação, comerciantes norte-americanos disfarçados de índios assaltaram os navios da companhia que estavam no porto de Boston e lançaram o carregamento de chá no mar, um episódio que ficou conhecido por *Boston Tea Party*. Londres reagiu aprovando um conjunto de leis que os americanos denominaram como “Leis Intoleráveis”: fecho do porto de Boston; indemnização à companhia e julgamento dos envolvidos, na metrópole. Os colonos exigiram, por sua parte, o direito de eleger representantes para o Parlamento de Londres e boicotaram as mercadorias britânicas. Os britânicos enviaram novas tropas para as colónias americanas. A partir daí, ocorreram vários motins, os colonos organizaram-se em milícias e elegeram um congresso, que decidiu, designadamente, boicotar o comércio com a Grã-Bretanha, aprovar uma declaração de direitos e, finalmente, criar um exército e proclamar a independência dos Estados Unidos, aprovando uma constituição. A Declaração da Independência, de 1776, provocou a reação britânica e deu origem a um conflito armado que se prolongou até 1783, ano em que, pelo tratado de Paris, os britânicos reconheceram o novo país. Assim, pela primeira vez, uma colónia tornou-se independente da metrópole por meio de uma revolução e tendo por instrumento legitimador a aprovação de uma constituição – a primeira da história – que, influenciada pelos ideais iluministas, proclamava não apenas o direito à independência e à livre-escolha de cada povo e de cada pessoa, mas também o direito à vida, à liberdade e à procura da felicidade. A constituição, além de definir direitos para os cidadãos, estipulava limites aos poderes dos estados e do governo federal e instituiu um sistema de equilíbrio entre os poderes legislativo, judiciário e executivo, de modo a impedir a supremacia de qualquer deles, além de outras disposições inovadoras. A Revolução Americana inspirou os revolucionários franceses e outras forças transformadoras.

2. Consolidação dos estados modernos, movimento que se tinha iniciado com a Paz de Vestefália³³, no século anterior;
3. Inculcação do racionalismo e do experimentalismo entre as elites, do secularismo e laicismo nas “ideologias de estado” e do individualismo entre as pessoas em geral;
4. Proclamação dos “direitos naturais” da pessoa humana, concretizados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, produzida no calor da Revolução Francesa;
5. Descobertas científicas e avanços espetaculares nas ciências, que se aventuram na fixação das leis da natureza;
6. Impulso à alfabetização, estimulado pelos novos ideais de obtenção de conhecimento e de participação cívica dos povos nos processos decisórios e pelo incremento da indústria manufatureira, das profissões liberais e outras ocupações técnicas e do comércio, que exigiam pessoas instruídas. Percentagens significativas da população europeia frequentam pelo menos dois ou três anos de escola fundamental, em particular nos países protestantes e mais desenvolvidos da Europa do Norte e na América do Norte;
7. Aceleração dos processos de urbanização e concentração das populações nas cidades, que diminuem a importância do mundo rural e fazem do povo urbano uma força com que havia de contar, tal como se viu nas revoluções Americana e Francesa;

33. A Paz de Vestefália designa uma série de tratados que puseram fim à Guerra dos Trinta Anos e a vários conflitos correlacionados, inaugurando o moderno sistema de relações internacionais ao acolher princípios como o do estado-nação, o da soberania dos estados, o da igualdade jurídica entre os estados, o reconhecimento de fronteiras e a não intervenção de estados terceiros nos assuntos internos de outros estados. A religião deixou de ser motivo de disputa entre nações. As guerras posteriores tiveram por motivo razões de estado e não razões religiosas. O Tratado Hispano-Holandês pôs fim à Guerra dos Oitenta Anos entre Espanha e as Províncias Unidas, que lutavam pela sua independência. Foi assinado a 30 de janeiro de 1648, em Münster. O tratado de Vestefália, propriamente dito, foi assinado a 24 de outubro de 1648, em Osnabruque (Osnabrück), e pôs fim ao conflito entre a França e a Suécia, por um lado, e o Sacro Império, por outro. O Tratado dos Pirenéus, de 1659, encerrou a guerra entre França e Espanha. Pelo tratado de Lisboa, de 1668, Espanha reconheceu a independência de Portugal, ficando com Ceuta, mas devolvendo Olivença. As guerras posteriores ao acordo não mais tiveram como causa principal a religião, mas giraram em torno de questões de Estado. Isto permitiu que potências católicas e protestantes pudessem aliar-se, provocando grandes inflexões no alinhamento dos países europeus.

8. Criação dos alicerces para, em Inglaterra, se iniciar, no século XIX, a Revolução Industrial, devido ao surgimento de novos inventos e novas técnicas, ao progresso na alfabetização e ao ambiente político-económico favorável (liberdades políticas e de mercado, favorecedoras da inovação e do risco);
9. Domínio social, político e económico da burguesia, por cima dos escombros do *Antigo Regime* e da aristocracia;
10. Aumento da população, tendência que colocou sob pressão os governos, que tinham de dar resposta às novas necessidades de alimentos, pressionando, por vezes sem sucesso, a atividade agrícola e pecuária.

No século XVIII, consolidou-se, por outra parte, a frequência dos espaços de sociabilidade dos cafés e casas de chá, dos clubes, dos salões e das academias, espaços onde se discutiam assuntos políticos e económicos, temas literários e científicos e as velhas e novas ideias, simbolizando novas *ágoras* ou novos *fóruns* e criando o *espaço público* moderno.

Relembre-se que, segundo Habermas (1984), é apenas no século XVIII que verdadeiramente começa a nascer o espaço público moderno (ou esfera pública) e que surgem os conceitos de *público* (no sentido do que deve ser publicitado, tornado público) e *privado*.

A noção inicial de espaço público de Habermas corresponde ao espaço onde se formam as opiniões e as decisões políticas e onde se legitima o exercício do poder. É o espaço do debate e do uso público da razão argumentativa. Concretizava-se, inicialmente, na vida social, nos debates sobre política, economia, assuntos militares, literatura e artes que ocorriam nos espaços de sociabilidade, bem ao gosto do espírito iluminista. Era um espaço público “físico”, à semelhança do *fórum* romano e da *ágora* grega. Porém, a explosão da imprensa transferiu para os jornais e revistas os debates que se desenvolviam nesses lugares. A imprensa tornou-se, assim, a primeira grande instância mediadora na configuração do espaço público moderno, um espaço público mais “imaterial” e “simbólico”. Deste modo:

a formação moderna da opinião pública ao longo do Iluminismo ocorre inicialmente em espaços íntimos de discussão de ideias, com apresentação em primeira mão das obras, para medir as reações, transferindo-se, depois, para os debates mediatizados pelos meios impressos, por colaboração de uma intelectualidade crítica nascente. O princípio da publicidade, defendido pelos burgueses cultivados, opõe-se à prática do segredo (...). Ao fazê-lo, a burguesia cria um autêntico estado de mediação entre a sociedade civil e o estado (esfera do poder público). O público forma-se quando os indivíduos se reúnem para falar. A palavra “público” adquire o seu presente significado, referindo-se a uma área da vida social à margem do domínio familiar e dos amigos íntimos (...). Em tal espaço público burguês utilizam-se instrumentos, como a imprensa de opinião e as diferentes formas de representação política, que confluem na formação da opinião pública (...), espécie de árbitro entre opiniões e interesses particulares. À comunicação interpessoal sucede a comunicação dos meios de informação, que os séculos XIX e XX virão alargar. Ao mesmo tempo que cresce o número de leitores de jornais, a imprensa de intervenção política, fundamental no período primitivo dos *media*, perde a sua influência. (Santos, 1998, pp. 10-11³⁴).

É, assim, notório que a sociedade setecentista estava sujeita a enormes mudanças e ao aparecimento constante de novas ideias e informações, não sendo, portanto, de admirar que, durante o Século das Luzes tivesse aumentado, um pouco por toda a Europa, o número de jornais e a frequência com que apareciam, existindo já vários diários (mesmo que não publicados todos os dias da semana, especialmente aos domingos).

Apesar das visíveis intenções noticiosas de alguma imprensa, a grande novidade no periodismo europeu do século XVIII foi a lenta expansão e desenvolvimento de um modelo político-noticioso de imprensa – a imprensa “de partido” (*party press*), a partir da Grã-Bretanha. O jornalismo como hoje

34. Nesta citação, Rogério Santos interpreta Cândido Monzón (1996) e Bernard Miège (1989).

o concebemos deve muito ao movimento modernizador do periodismo que teve lugar na Inglaterra setecentista.

Foi na Inglaterra que, ao longo do Século das Luzes, se notaram os mais relevantes desenvolvimentos da imprensa e, concomitantemente, o aumento do interesse social pelos periódicos, alimentado pelos escritos de redatores e editores que apontaram o caminho para a reportagem moderna, divertida, impressiva e sensacional, ancorada em depoimentos de fontes, ou para os géneros jornalísticos do editorial, do artigo de análise e opinião e da crónica, casos de Daniel Defoe³⁵, Jonathan Swift³⁶, Joseph Addison³⁷ e Richard Steele³⁸. Daniel Defoe ensaiou a receita no relato sobre uma grande tempestade que se abateu sobre Inglaterra, em 1703, que publicou no ano seguinte – *The Storm*. Defoe publicou anúncios nos jornais pedindo ao público relatos testemunhais, tendo usado sessenta deles como fontes.

Entre os periódicos britânicos do século XVIII encontram-se, por exemplo, *The Tatler*³⁹ (1709-1711), fundado por Richard Steele. Trissemanário erudito,

35. Daniel Defoe (c. 1660 - 1731) foi um escritor, empresário e comerciante, periodista, panfletário e espião inglês (no caso para o rei Guilherme (William) III, esposo da rainha Maria (Mary) II. Em 1719, Defoe começou a publicar, no *Daily Post*, sob a forma de folhetim, um dos mais memoráveis hinos ao individualismo: o romance *Robinson Crusoe*, que lhe deu imensa fama (depois da *Bíblia* e de *D. Quixote de la Mancha*, é, possivelmente, o livro mais traduzido de sempre, além de ter sido adaptado ao cinema e a séries televisivas). Destacando-se como periodista, de tendência liberal (*whig*), Defoe acumulou problemas com as autoridades e passou, em 1703, um período na prisão por causa dos seus escritos (já tinha sido preso, anteriormente, por dívidas). Mas era extremamente influente. Em 1722, deu à estampa o livro *O Diário do Ano da Peste*, no qual relata num tom que mistura ficção com realidade a epidemia que tinha assolado Londres em 1665. A obra situa-se, assim, na fronteira entre o livro-reportagem e o romance histórico, demonstrando que as fronteiras entre literatura e jornalismo por vezes se diluem.

36. O anglo-irlandês Jonathan Swift (1667 - 1745) foi um escritor e periodista político (primeiro para os liberais (*whigs*), depois para os conservadores (*tories*). Clérigo, veio a ser reitor da catedral de São Patrício, em Dublin. É conhecido pelo seu romance *As Viagens de Gulliver*, traduzido para múltiplas línguas e levado ao cinema e à televisão. O seu estilo irónico e satírico de escrita, que tanta popularidade lhe deu no periodismo, gerou o termo *swiftian*, ou *swiftiano*, em português.

37. Joseph Addison (1672 - 1719) foi um escritor, parlamentar, governante periodista inglês. Condiscípulo de Richard Steele, com quem colaborou e fundou periódicos, cultivou, como este, o género do ensaio, que desembocou nos géneros jornalísticos do editorial, do artigo e da coluna. Militante liberal (*whig*), tornou-se conhecido pelos seus escritos morais e políticos nos periódicos *The Tatler*, *The Spectator*, *The Guardian* e *The Freeholder*, altamente apreciados pela média e alta burguesia. Foi parlamentar, subsecretário e secretário de Estado. Em 1712, escreveu a sua obra mais famosa, *Cato, a Tragedy*, na qual aborda dualidades como a liberdade individual oposição à tirania do governo, a monarquia face à república e a lógica face à emoção.

38. Richard Steele (1672-1729) foi um político liberal (*whig*) e dramaturgo irlandês. Distinguiu-se como parlamentar e editor e redator de periódicos, devendo-se-lhe títulos à época famosos, como *The Tatler* e *The Spectator*, este último fundado e editado em parceria com Joseph Adison, de quem foi condiscípulo.

39. Pode consultar-se o primeiro volume aqui: <https://www.gutenberg.org/files/13645/13645-h/13645-h.htm>

político e noticioso, de tendência liberal⁴⁰ (*whig*), mas independente e moral, estabeleceu um modelo em que se baseariam outros periódicos. Publicava notícias, ensaios, muitos deles de cunho moral, textos de crítica literária, de belas-artes e musicais, indiscrições e puras fofocas divertidas fofocas ouvidas em vários cafés de Londres e comentários sobre a vida urbana. Jonathan Swift e Joseph Addison tornaram-se conhecidos devido à sua colaboração no *Tatler*, publicação que alguns autores preferem considerar mais antepassada do modelo *revista* do que do formato *jornal*.

Figura 33. Escritores e periodistas, Daniel Defoe e Jonathan Swift foram precursores da moderna reportagem.



Fonte: reprodução de gravuras do século XVIII.

40. Ou seja, afeto aos *whigs*, “partido” adversário dos conservadores (*tories*), que deu origem ao Partido Liberal.

Figura 34. Primeira página do primeiro número de *The Tatler*, um periódico modernizador da imprensa britânica (12 de abril de 1709).



Fonte: reprodução do original.

Figura 35. Capa do número de 26 de fevereiro de 1704 da *Weekly Review of the Affairs of France*, de Defoe.



Fonte: reprodução do original.

Figura 36. Capa do número de 4 de junho de 1711 de *Spectator*.



Fonte: reprodução do original.

Figura 37. Capa do primeiro número do *Daily Courant*, primeiro diário britânico, de perfil editorial noticioso (11 de março de 1702).



Fonte: reprodução do original.

A influente revista liberal (*whig*) *The Review* (1704-1713), publicada, inicialmente, com o título *A Weekly Review of the Affairs of France*, foi outro dos periódicos ingleses que adquiriram grande fama logo no início de Setecentos, tendo contribuído para estabelecer o modelo dos periódicos político-noticiosos britânicos. Fundada por Daniel Defoe, que a redigiu durante uma década quase sozinho, teve periodicidade semanal, antes de se converter num trissemanário, em 1705. Foi nela que se introduziu o editorial como género jornalístico interpretativo, bem como a coluna de opinião. Era uma publicação sofisticada, que incluía um suplemento literário, a *Petit Review*.

Daniel Defoe começou a escrever a *Review* (1704-1713) três anos antes do Ato de União de 1707, que juntou Escócia e Inglaterra no Reino Unido. Inglaterra tinha, ademais, estabelecido colónias na América e noutros pontos do mundo, que tornaram o país rival de outras potências europeias da época, designadamente de França. Entre outros assuntos, Defoe vai, precisamente, ocupar-se, na *Review*, da rivalidade com a França, seu primeiro grande tópico, da expansão territorial britânica, da intensificação do comércio e de questões de economia política, da política interna, e das finanças do reino. Pode considerar-se Defoe um dos prenunciadores do jornalismo económico especializado, graças à profundidade com que tratava temas desta especialidade jornalística. Aliás, outro dos periódicos de Defoe intitulou-se *Mercator*⁴¹(1713-1714), que se ocupou das relações comerciais com a França. Neste periódico, cujo autor, à época, permanecia sob anonimato, Defoe terá defendido ideias contrárias àquelas que advogava na *Review*, o que lhe valeu a crítica dos seus adversários políticos, particularmente dos conservadores (*tories*).

*The Spectator*⁴² (1711-1712) foi um título liberal de grande projeção, fundado e editado por Joseph Adison e Richard Steele, que terá chegado a uma tiragem de 20 mil exemplares diários. Distinguia-se pelo debate cordato de ideias e valores, inaugurando um movimento designado por “imprensa moral”. Adison colaboraria, depois, com *The Guardian*, um periódico fundado

41. O título completo era *Mercator: or, Commerce Retrieved, being Considerations on the State of the British Trade (...)*.

42. Não confundir com a célebre revista *The Spectator*, em circulação, que apenas surgirá em 1828.

por Richard Steele que teve uma existência breve, em 1713. Um pormenor curioso – o *Guardian* tinha como sede oficiosa um famoso café londrino, a Button's Coffee House, local onde os colaboradores deixavam os escritos numa caixa de correio esculpida como uma cabeça de leão.

Os periódicos político-noticiosos britânicos misturavam, portanto, em diferentes proporções, notícias com artigos de opinião e análise, textos filosóficos, ideológicos e doutrinários com textos literários, incluindo folhetins (contos e romances publicados ao longo de vários números). Eram, portanto, periódicos em que a forma e o conteúdo andavam entrelaçados, sendo frequentes os textos criativos e de excelente recorte literário e os textos eruditamente persuasivos. Aliás, a retórica foi, em consequência, uma das disciplinas mais acarinhadas pelos redatores e editores de periódicos do século XVIII (e XIX).

Apesar de o modelo normativo e funcional do jornalismo inglês ser aquele que, em contraposição ao modelo da Europa continental, mais assegurava as liberdades de pensamento, expressão e de imprensa, é de realçar que, embora, formalmente, existissem no Reino Unido poucas restrições à liberdade de imprensa, na prática as “taxas sobre o conhecimento” pagas pelos empresários pela edição e venda de jornais e ainda pela inclusão de anúncios (só suprimidas em 1869) impunham, na prática, restrições legais e económicas ao exercício dessa liberdade e ao usufruto da imprensa pela generalidade dos cidadãos. Os periódicos eram uma mercadoria cara. A isto acresce que os governos britânicos não hesitavam em fundar ou financiar periódicos que fossem a sua voz pública, mas a oposição não ficava atrás em matéria de utilização da imprensa com fins de propaganda. Outras vezes ainda, eram colocadas restrições à movimentação dos redatores e editores e à divulgação de notícias, como ocorreu no parlamento britânico. Por isso, quer no Reino Unido, quer na Europa continental, foi necessário esperar anos até que a imprensa verdadeiramente se democratizasse e massificasse. Os periódicos do século XVIII eram, na realidade, restritos no acesso, na utilidade e mesmo no interesse às elites, em particular à burguesia e profissionais liberais letrados, que os consumia e deles beneficiava, podendo usá-los para intervir na vida pública e nas discussões sobre o governo, os negócios e o estado, sintonizar-se

com as correntes de opinião e obter argumentos que solidificassem pontos de vista. No entanto, gradualmente, os periódicos conquistaram novos públicos, entre os quais os trabalhadores alfabetizados em geral, os estudantes e as mulheres. Isso foi particularmente visível no Reino Unido⁴³, onde os editores se esforçaram por cativar novos públicos ensaiando formas novas de escrita. Por exemplo, Richard Steele, quando editou *The Tatler*, vivia de notícias e de indiscrições e fofocas ouvidas nas tabernas, cafés e clubes londrinos, mas não se coibia de esgrimir argumentos políticos, numa tentativa de formar opinião. Outros colaboradores dos periódicos britânicos tornaram-se conhecidos pelo tom irónico, divertido e mesmo satírico que colocaram nos seus escritos. Jonathan Swift, por exemplo, escreveu divertidas sátiras políticas para o periódico conservador *The Examiner* (17010-1714), nas quais criticava os liberais (*whigs*). Por sua vez, John Trenchard e Thomas Gordon, sob o pseudónimo de “Cato”, escreveram no *London Journal* (1720-1731), as suas célebres *Cartas de Cato*, nas quais discutiram a liberdade, o governo representativo e o poder. As suas ideias terão influenciado os independentistas americanos e a constituição dos Estados Unidos.

O periodismo britânico e europeu continental do século XVIII era, no entanto, diversificado e segmentado. Mesmo no Reino Unido, vários periódicos perseguiram a via noticiosa aberta pelos meios informativos do Renascimento, como o *Daily Courant*, estável diário noticioso (durou de 1702 a 1735), cujo editor, Samuel Buckley, considerava que só interessaria dar os factos, “porque os leitores são capazes de refletir por eles próprios” (*cit. in* Tengarrinha, 1989, p. 215), e o *Evening Post* (1710-1732), o primeiro diário vespertino do mundo⁴⁴. Estes periódicos, como vários outros, incluíam anúncios pagos, indiciando a vigência de uma conceção empresarial que haveria de moldar o jornalismo “industrializado” a partir do século XIX e já podem ser considerados *jornais* na atual significação da palavra. Aliás, no século XVIII começaram a formar-se – no Reino Unido – grupos de imprensa, como o dos irmãos Henry e

43. União de Escócia e Inglaterra, 1707.

44. Não confundir com outro diário vespertino, este de perfil conservador (*tory*), o *London Evening Post* (1727-1797).

William Woodfall, que reunia o *Public Advertiser*⁴⁵ (1752-1793), um periódico de anúncios e notícias, e o *Morning Chronicle and London Advertiser* (1769-1865), que depois assumiria o título mais simples *Morning Chronicle*⁴⁶, um jornal noticioso e político liberal que se batia contra o *London Gazette*⁴⁷ (1665-em circulação), ao tempo tendencialmente conservador (*torie*) e oficioso. Outros periódicos duradouros da mesma época foram o *Morning Post*⁴⁸ (1772-1937) e o *Morning Herald*⁴⁹ (1780-1869).

Nesse quadro de imprensa policromático e segmentado, merece destaque a *Gentleman's Magazine* (1731-1922), antepassada das modernas revistas informativas (*newsmagazines*), que combinava, em textos cuidados e, por vezes, de fino recorte literário, notícias e informação política e económica, análise social e ideológica, crónicas sociais (a vida das personalidades VIP), curiosidades e passatempos.

45. Designou-se, inicialmente, *London Daily Post and General Advertiser* e depois *General Advertiser*

46. O *Morning Chronicle* ganhou grande notoriedade por aí ter trabalhado o primeiro grande repórter político, William Hazlitt, que se notabilizou na reportagem parlamentar num tempo em que os jornalistas não podiam tomar notas dos debates, e o romancista Charles Dickens (em 1834), que também foi jornalista. Foi o primeiro jornal a empregar uma jornalista a tempo inteiro, Eliza Lynn Linton, em 1849. De tendência progressista e liberal (*whig*), foi no *Morning Chronicle* que foram publicados os artigos de Henry Mayhew sobre os pobres de Londres, coletados, em 1851, no impactante e impressionante livro *London Labor and the London Poor*. John Stuart Mil também colaborou com o jornal. De 1769 a 1789, o diário teve por editor William Woodfall. Em 1789, Woodfall vendeu o jornal para fundar *The Diary*, que se notabilizou pela reportagem parlamentar. Em 1862, o jornal foi suspenso, retornando à circulação no ano seguinte, para encerrar, em 1865, num tempo em que era acusado de albergar jornalistas radicais. Em 1810, a tiragem média diária ascendia a sete mil exemplares.

47. A *London Gazette* converteu-se no mais importante dos jornais oficiais do Reino Unido. É o mais antigo jornal inglês publicado continuamente, tendo surgido com o título *The Oxford Gazette*.

48. Fundado por John Bell, *The Morning Post* foi um jornal diário publicado, em Londres, de 1772 a 1937, ano em que foi adquirido pelo *The Daily Telegraph*. Tornou-se conhecido por nem sempre respeitar a verdade e pelas peças de crítica mordaz e satírica escritas pelos seus primeiros editores, Henry Bate Dudley, alcunhado “The Fighting Parson”, e o mais agressivo William Jackson, conhecido por “Dr. Vibora”. Inicialmente posicionou-se como liberal (*whig*), mas transformou-se num jornal conservador, em 1795, quando foi comprado por Daniel Stuart, que lhe mudou a linha editorial para se centrar na política conservadora, nas atividades sociais dos poderosos, famosos e ricos, na política internacional e na cultura, nomeadamente na crítica musical e literária. Na viragem do século XVIII para o XIX, tiraria cerca de quatro mil exemplares diários. Em 1881, o jornal teve a primeira mulher correspondente de guerra, Lady Florence Dixie, enviada à África do Sul para cobrir a Primeira Guerra dos Bóeres. O jornal ganhou notoriedade em 1920, após publicar uma série de artigos baseados na obra antissemita *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. Em 1935, prognosticou em vários artigos que a Alemanha iria aventurar-se numa nova guerra.

49. O *Morning Herald* foi fundado, em 1780, pelo reverendo Sir Henry Bate Dudley, ex-editor do *The Morning Post*. Inicialmente era um jornal liberal (*whig*), mas depois alinhou-se com os conservadores (*tories*). Em 1843, foi comprado por Edward Baldwin e, após a morte deste, em 1848, foi adquirido por James Johnstone, que também era dono do *Evening Standard*. O jornal fechou em 1869, num tempo em que já não era lucrativo.

Figura 38. Primeira página do primeiro número do *Daily Universal Register* (1 de janeiro de 1785), depois reintitulado *The Times*, que circula até hoje. Foi o mais importante quotidiano britânico e, no final do século XVIII, já tinha o formato de um jornal.



Fonte: reprodução do original.

Figura 40. Primeira página do primeiro número do *Journal de Paris*, primeiro diário francês, de perfil noticioso (1 de janeiro de 1777).

N U M E R O I.

JOURNAL DE PARIS.

Du Mercredi 1^{er} JANVIER 1777, de la Lune le 22.

S O L E I L.

L U N E.

Lever.		Coucher.		Décl. Astrale.			Lever.		Coucher.	
heures.	minutes.	heures.	minutes.	degr.	min.	sec.	heures.	minutes.	heures.	minutes.
7	52	4	8	22	57	47	0	0	11	46

Hauteur de la Rivière. * Temps moyen à midi. ** Reverberes.

5 pieds 10 pouces. heures. minutes. secondes. allumés à 4 h. 45 min. du soir

Elle étoit le 10 à 6 pieds. midi. 11. éteints à 1 heure du matin.

OBSERVATIONS MÉTÉOROLOGIQUES, d'hier.

ÉPOQUES du jour.	Thermomètre.	Baromètre.		Vent.	ÉTAT du ciel.
	degrés.	pouces.	lignes.		
A 7 h. du mat.	1 au-dessous de 0	27	9	N. O.	Nuageux.
A midi	3	27	10 1/2	N. N. O.	Clair.
A 5 h. du soir.	4	28	0	N.	Clair.

Eaux de pluie tombées à l'Observatoire dans le courant du mois de Décembre, 1 pouc. 1 l. 2 dirèmes; savoir, 1 lig. 4 dirèmes de moins qu'en Novembre. Le 30 il est tombé 4 pouc. de neige.

* Cette hauteur est prise de la veille à l'Echelle du Port de la Tournele, au-dessus des plus basses eaux de l'année 1775.

** C'est ce que marque au moment de midi une pendule bien réglée & dont le mouvement est uniforme.

BELLES-LETTRES.

L'ALMANACH DES MUSES, ou *Choix de Poésies Fugitives de l'année 1776, à Paris hier au soir, à Paris, chez Delalain, Libraire, rue de la Comédie Française. petit in-12. de 204 pages, prix 1 liv. 10 sous.*

Le goût distingué qu'a eu ce Recueil pendant douze années consécutives, prouve que le discernement & le goût ont toujours possédé la préférence. Si les Forces qu'on y insère n'ont pas toutes le même mérite, au moins est-on sûr de n'y jamais rencontrer de ces fadaises & plates rimelles qui tant de fois ont servi de prétexte pour calomnier la Poésie.

Le premier nom que l'on cherche d'abord dans la Table de l'Almanach des Muses, c'est toujours celui de M. de Voltaire. Son Article est composé, cette année, d'environ une douzaine

Fonte: reprodução do original.

Outro periódico merecedor de destaque é o *Universal Chronicle or Weekly Gazette* (1758-1760), que se converteu em *The Universal Chronicle and Westminster Journal*, um vespertino independente, não partidário, direcionado para a pequena burguesia e operários instruídos, fundado por Samuel Johnson.

Em 1785, apareceu o *Daily Universal Register*, de John Walter, título que se converteria no mítico diário de qualidade generalista *The Times*, ainda em circulação. Em 1796, surgiu o *Bell's Weekly Messenger*⁵⁰ (1796-1896), primeiro semanário dominical da história e primeiro jornal britânico a publicar um *cartoon*, em 1832. Apostando na informação agropecuária, em 1803, tirava seis mil exemplares. A partir de 1799, a edição de Londres era reimpressa à segunda-feira, para distribuição nacional.

Segundo Braojos Garrido (1999, p. 35), a tiragem total das publicações britânicas, em meados do século XVIII, era já de cem mil exemplares semanais, oferecendo um periodismo “que desenvolveu os seus três elementos clássicos: informação, instrução e entretenimento (...) [que] decidiu os formatos: oitavo, quarto, folha (...) [e ao qual deram] o qualificativo de ‘quarto poder’”. Porém, o periodismo britânico setecentista foi, também, altamente segmentado, com muitos periódicos competindo pela atenção do público, muitos deles propriedade de movimentos religiosos e de políticos que pretendiam intervir na esfera pública, transfigurada em *arena pública*. Tornando-se a o jornalismo um negócio competitivo, que obrigava à sofisticação editorial, os donos das publicações foram obrigados a contratarem redatores, quer para redigirem notícias e outras matérias, quer para defenderem os seus pontos de vista. Estes redatores começaram a ver-se como profissionais que partilhavam um ofício, o que concorreu para a profissionalização dos jornalistas.

Embora o jornalismo britânico tivesse tido um desenvolvimento admirável durante o século XVIII, o jornalismo na Europa continental também teve progressos assinaláveis. Por exemplo, o jornal mais antigo do mundo ainda publicado é o *Wienerisches Diarium*, nome alterado, em 1780, para

50. Continuou a ser publicado com o título *Country Sport*.

Wiener Zeitung, que nasceu como diário oficioso e se transformou no diário oficial da Áustria.

A paisagem da imprensa periódica europeia continental do século XVIII (incluindo Portugal) era, efetivamente, bastante diversificada e segmentada, conforme exemplificado pela existência de publicações essencialmente:

- Noticiosas (como *Le Journal de Paris*⁵¹, primeiro diário francês, fundado em 1777 (1777-1894, com interrupções), que seguiu o modelo do *London Evening Post* e, em 1799, já tirava 12 mil exemplares; ou o espanhol *Diario Noticioso, Curioso, Erudito y Comercial, Público y Económico*⁵², conhecido por *Diario de Madrid*, fundado em 1758 e que durou até 1917, ainda que com outro título; ou ainda a *Gazeta de Lisboa*⁵³, semanário noticioso, fundado por José Freire de Monterroio Mascarenhas, em 1715, que se converteu no jornal oficial do Estado Português, circulando, hoje, com o título *Diário da República*);
- Eruditas e de difusão pública do conhecimento, que abordavam temas da literatura às ciências, passando pelas artes, pelas ideias e pela filosofia (como o espanhol *El Murmurador Imparcial, y Observador Desapasionado de las Locuras, y Despropositos de los Hombres: Obra Periodica*, de 1761; o também espanhol *El Correo de los Ciegos* ou *El Correo de los Ciegos de Madrid* (1786-1791), assim intitulado porque se destinava a ser vendido pelos cegos nas ruas da capital espanhola, depois redenominado *El Correo de Madrid*, de 1786; ou o francês *L'Année Littéraire* (1754-1790, continuado em 1800); ou ainda as publicações portuguesas *Gazeta Literária*⁵⁴, de 1761-1762, e *Jornal Enciclopédico*⁵⁵ (1779-1793), de 1779, que podem ser consideradas antepassadas das revistas);

51. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb327986698/date.item>

52. Disponível na Hemeroteca Digital de Espanha: <https://hemerotecadigital.bne.es/hd/es/card?sid=2502349>

53. Disponível na Hemeroteca Municipal de Lisboa: <https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/periodicos/gazetadelisboa/gazetadelisboa.htm>

54. Pode consultar-se na Hemeroteca Municipal de Lisboa: <https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/GazetaLiteraria/GazetaLiteraria.HTM>

55. Digitalizado na BND: <https://purl.pt/33878>

- Económicas (como o francês *Journal du Commerce*⁵⁶ (1795-1837), o espanhol *Correo General de España y Noticias Importantes de Agricultura, Artes, Manufacturas, Comercio, Industria y Ciencias* (1769-1771) ou o português *Correio Mercantil e Económico de Portugal*, de 1794-1809);
- Morais e de crítica social (como *Le Spectateur Français*⁵⁷, de 1721, inspirado no *Spectator* britânico; ou o espanhol *El Duende Especulativo Sobre la Vida Civil*, 1761; e ainda o português *Folheto de Ambas Lisboas*⁵⁸, 1730-1731).

Havia ainda periódicos essencialmente propagandísticos, como o *Affaires de l'Angleterre et de l'Amérique* (1776-1779, absorvido a partir deste ano pelo *Mercure de France*, sob a forma de um suplemento de duas páginas), título fundado pelo governo francês para propagandear a causa independentista dos colonos norte-americanos em luta contra o colonialismo inglês e no qual terão colaborado dois dos pais fundadores dos Estados Unidos: Benjamin Franklin e John Adams.

É de salientar, porém, que muitos periódicos eram relativamente híbridos, sendo comum, por exemplo, que um periódico cultural erudito também oferecesse notícias, mesmo que especializadas.

Em conclusão, pode dizer-se que o periodismo europeu era suficientemente aberto e policromático, já no século XVIII, para permitir a coexistência de periódicos com distintas linhas editoriais, predominantemente noticiosas ou predominantemente culturais, isto é, literárias, filosóficas e científicas, com distintos (às vezes, os mesmos) públicos-alvo e audiências. No entanto, a Europa continental continuou presa a um modelo de periodismo que, embora tenha aplanado o caminho para o desencadeamento das revoluções do final do século, não proporcionava tanta liberdade como o modelo britânico – pelo contrário, o periodismo europeu continental con-

56. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb328007390/date>

57. Os dois volumes de uma republicação de 1728 estão disponíveis na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1088153> | <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k108811k>

58. Disponível na BND: <https://purl.pt/27097>

substanciava-se, essencialmente, como propagandista das monarquias e dos agentes de poder, excluindo os Países Baixos e a Suécia, mais tolerantes. Inclusivamente, a imprensa continental europeia era, muitas vezes, sujeita a mecanismos de controlo, como a concessão de licenças e taxas e a censura institucionalizada. Por exemplo, a Real Mesa Censória, instituída, pelo marquês de Pombal, em Portugal, em 1768, levou ao encerramento de todas as publicações portuguesas até 1777 (durante quase dez anos não circularam periódicos em Portugal!). Inclusivamente, no final do século, a censura à imprensa recrudescer em vários países europeus, para evitar a proliferação das ideias da Revolução Francesa. A título exemplificativo, Espanha proibiu, em 1791, todas as publicações, à exceção de jornais oficiosos como o *Diario de Madrid* ou o *Mercurio de España*. Em resumo, como escreve Braojos Garrido (1999, p. 39):

o periodismo do século XVIII (...) demonstrou vigor à Europa, propagou a majestade das monarquias do Antigo Regime (...), ofereceu um veículo para a expressão de notícias e da cultura burguesa da época, da sua opinião crítica e gostos, e estimulou crenças uniformes no espaço continental, ainda que a maior parte da população, analfabeta, não estivesse preparada para segui-las e muitos letrados carecessem de capacidade na hora de distinguir o verdadeiro do falso.

Em França, o tempo que antecedeu a Revolução foi, no entanto, efervescente. A crise do absolutismo monárquico, a partir de 1787 levou ao florescimento de uma imprensa de intervenção política nesse país. A imprensa política “de partido” francesa que, então, emergiu, seguiu, genericamente, o paradigma estabelecido pelos jornais britânicos do século anterior, mas era sujeita a um diferente enquadramento normativo e funcional ao que vigorava no Reino Unido. Além disso, tendeu a ser mais radical e demagógica do que a imprensa britânica. Os britânicos tinham, nesse tempo, um sistema parlamentarista, demoliberal, cultivado há décadas, que dava liberdades políticas singulares aos cidadãos, assegurava a liberdade formal de imprensa e promovia a tolerância e a urbanidade no debate político, pelo que os seus periódicos político-noticiosos, sem se absterem de intervir politicamente,

faziam-no cada vez mais numa perspectiva analítica e até mesmo moralizadora, mas contida e urbana, cultivando boas-maneiras. Os promotores desses periódicos, além disso, queriam subsistir dos seus empreendimentos, pelo que precisavam de agradar ao seu público. Os franceses, pelo contrário, descobriram repentina e intempestivamente as liberdades políticas e isso tornou alguns dos seus periódicos desbocados, demagógicos, radicais – revolucionários, em suma. A luta pela mudança social teve enorme eco na imprensa francesa. Mas os excessos revolucionários, recebidos, crescentemente, com medo e desconfiança pelo povo em geral, cedo conduziram a França à contrarrevolução e, com o Império de Napoleão Bonaparte, às restrições e mesmo ao silenciamento da imprensa oposicionista.

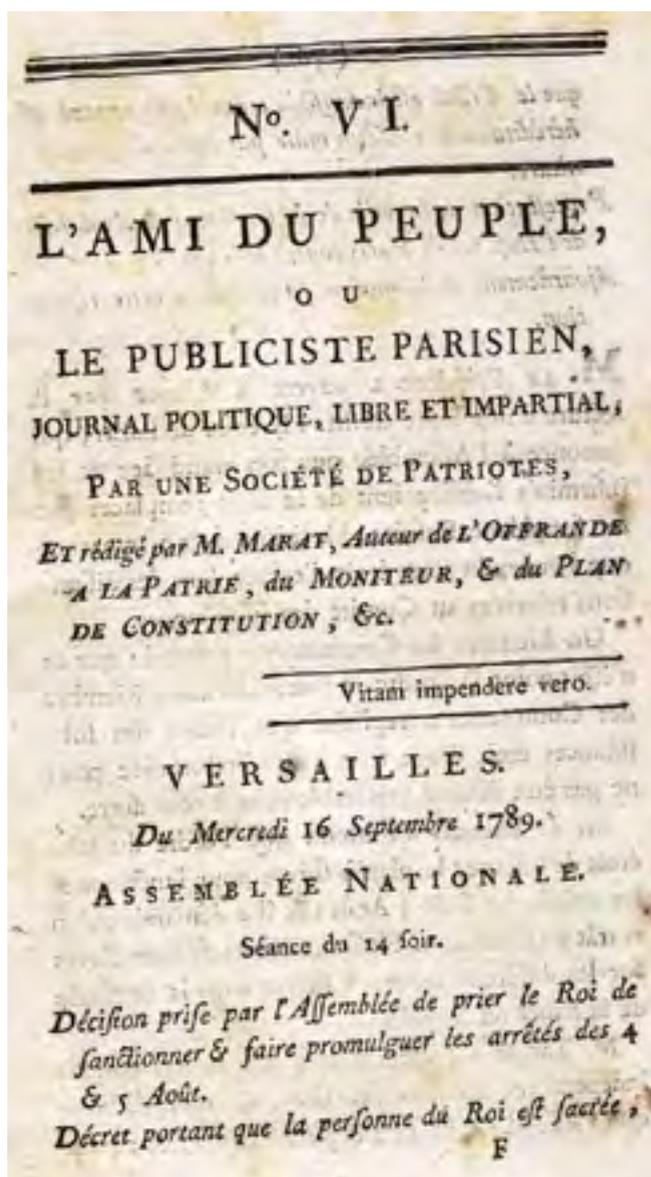
A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de agosto de 1789, já integrava, no entanto, as ideias que presidiam ao modelo liberal britânico de jornalismo, oferecendo liberdades formais às publicações impressas (que seriam restringidas pelas leis). Surgiram, nessa época, em França, vários periódicos políticos, alguns deles revolucionários e demagógicos, de existência fugaz e de pequena tiragem, como, entre outros: *Le Courier de Provence*⁵⁹ (1789-1791), *Le Patriote Français*⁶⁰ (1789-1793) e *L'Ami du Peuple*⁶¹ (1789-1792), publicado, inicialmente, sob o título *Le Publiciste Parisien* e continuado pelo *Journal de la République Française* (1792) e pelo *Publiciste de la Révolution Française* (1793). Normalmente, esses periódicos eram editados por personalidades envolvidas no processo político-revolucionário. *L'Ami du Peuple*, talvez o mais célebre periódico da Revolução Francesa, por exemplo, era dirigido pelo político radical Jean-Paul Marat.

59. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32750751q/date>

60. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32834106z/date>

61. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1045672c/f23.item>

Figura 41. Primeira e segunda páginas do número de 16 de setembro de 1789 de *L'Ami du Peuple*, de Marat, provavelmente o mais conhecido periódico político da França revolucionária.



que le Trône est indivisible, que la Couronne est héréditaire de mâle en mâle par ordre de primogéniture.

Protestation de la ville de Maucontour & du district de l'Hôpital de Paris contre le Veto.

Ajournement de la motion faite contre cette résolution.

M. LE Président a ouvert la Séance par la lecture d'une lettre de M. l'Evêque de Bazas, qui annonce à l'Assemblée que son grand âge & ses infirmités l'obligeoient de se faire remplacer par son suppléant. Ensuite, M. le Président a remarqué que l'ordre du jour étoit d'entrer dans des discussions relatives au Comité des subsistances.

Un Membre des Communes a prétendu que ce n'étoit point là l'ordre du jour. Un autre Membre des Communes a répliqué que l'objet des subsistances étoit d'une trop haute importance pour ne pas être discuté préférablement à tout autre.

M. de Laneth a soutenu que l'ordre du jour étoit de discuter le plan à suivre pour sanctionner les arrêtés des 4 & 5 Août; & il a demandé qu'on entrât en discussion. Plusieurs débats se sont élevés sur les différens modes à suivre dans la demande de la Sanction Royale.

M. Target a prétendu que ces arrêtés étoient indépendans de toute sanction, & qu'il suffisoit que l'Assemblée fit une députation au Roi, pour

Figura 42. Primeira página do número de 31 de dezembro de 1789 do *Moniteur Universel*, que veio a ser o diário mais importante da Revolução Francesa e do império de Napoleão. Tornou-se no jornal oficial de França.



Fonte: reprodução do original.

No campo monárquico também existiam periódicos de intervenção política, como o *Journal Politique et Nationale* (1789), de Antoine Rivarol, contrarrevolucionário. Esses periódicos coexistiam, de resto, com uma imprensa predominantemente informativa, liderada pela *Gazette*, convertida em diário, em 1791, com a denominação *Gazette (Nationale) de France*, editada pelo Ministério do Estado. A *Gazette* tinha, inclusivamente, uma concorrência assinalável, dentro dos cânones informativos, dos jornais *Le Moniteur Universel*⁶² (1789-1901), jornal fundado pelo editor da *Encyclopédia*, Charles-Joseph Panckoucke, que se converteu no jornal oficial francês e foi o quotidiano de mais circulação na França revolucionária, depois de transformado, por Napoleão, que compreendia bem a função social da imprensa, num órgão de propaganda, e *Le Journal des Débats et des Décrets* (1789, continuado, sob Napoleão, pelo *Journal de l'Empire*⁶³, que dura até 1814). Porém, em 1792 os jornais monárquicos foram proibidos em França e, em 1793, os jacobinos (revolucionários radicais) silenciaram os jornais dos girondinos (moderados), apesar de a constituição republicana reconhecer a liberdade de imprensa. Os jacobinos criaram, também, jornais partidários propagandísticos, como *Le Journal de la République* e *Le Journal des Hommes Libres* (1793-1798)⁶⁴. Em 1795, a nova constituição francesa voltou a reconhecer o direito à liberdade de imprensa, mas a legislação reguladora, seguidamente, determinou o aniquilamento de vários jornais. Houve, porém, um pequeno período pluralista, em que, inclusivamente, voltaram a aparecer jornais monárquicos, como *Le Quotidien*⁶⁵ (1795-1796).

Em 1799, Napoleão assumiu o poder, instituindo um modelo autoritário de imprensa. Assim, a Constituição napoleónica (1799) já não incluía, sequer, referências à liberdade de imprensa, deixando nas mãos do governo a autorização da abertura de jornais. Napoleão, aliás, voltou a introduzir, em França, a licença prévia e a censura prévia e, não satisfeito, acabou, em

62. Surgiu com o título *Gazette Nationale ou le Moniteur Universel*. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb34452336z/date>

63. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32797692j/date>

64. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb450927295/date>

65. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k49423q.r=.langFR>

1810, por reduzir o número de jornais franceses a quatro, todos com um perfil editorial informativo-propagandístico: *La Gazette de France*, *Le Moniteur*, *Le Journal de Paris* e *Le Journal de l'Empire*. O imperador fundou, ainda, um jornal propagandístico, exclusivamente voltado para responder aos ataques ingleses, o *Bulletin de Paris*, e um jornal especializado em temas militares, o *Bulletin de la Grande Armée*, no qual ele próprio colaborou.

A expansão militarista francesa do final do século XVIII e início do século XIX levou o receituário napoleônico a vários países ocupados, onde surgiram vários jornais *afrancesados* (comprometidos com os ocupantes), como o efêmero *Diário do Porto*⁶⁶, publicado, fugazmente, em 1809, durante a breve ocupação do Porto pelas tropas francesas. A própria *Gazeta de Lisboa* foi colocada ao serviço dos invasores franceses que ocuparam parte de Portugal, entre 1807 e 1808.

Noutros pontos da Europa a imprensa também foi importante para alimentar a efervescência ideológica. Na Alemanha, por exemplo, surgiu, no final do século XVIII, em 1798, o diário político-noticioso *Neueste Weltkunde*, re-intitulado *Allgemeine Zeitung* (1798-1929, sucedido pelo *Augsburger Allgemeine*, 1945-1959), que veio a ser o quotidiano alemão mais importante das primeiras décadas do século XIX, concorrendo, mais tarde, com outros títulos famosos, como o *Frankfurter Zeitung* (1866-1943) e o *Kölnische Zeitung* (1763-...) ⁶⁷. Só cessou a publicação em 1929. Contou com a colaboração de grandes nomes das Letras, como Schiller e Goethe, e da nova filosofia para a transformação social, como Friedrich Engels.

Embora o periodismo setecentista, sobretudo o noticioso, ainda tenha sido, em muitos casos, um produto concebido por donos de tipografias, auxiliados por noticiaristas e redatores contratados que, por vezes, também faziam trabalhos tipográficos, não havia, nesses casos, uma distinção formal evi-

66. Apesar do título, não era diário.

67. O *Kölnische Zeitung* teve por títulos anteriores *Imperial Reichs-Ober-Post-Amts-Zeitung* (1763-1798), *Reichs-Ober-Post-Amts-Zeitung* (1795-1798), *Postamtzeitung zu Cölln e Kölner Zeitung*. Alguns periódicos iam mudando de título por iniciativa dos editores ou quando eram adquiridos por novos proprietários. É publicado até hoje como *Kölner Stadt-Anzeiger*, ostentando, em subtítulo, como homenagem, *Kölnische Zeitung*, desde 1962.

dente entre tipógrafos, editores e periodistas. O “jornalista”, ou periodista, era, essencialmente, um cidadão que escrevia notícias ou escrevia sobre temas culturais e científicos. Nos países mais livres, podia ser, igualmente, um cidadão que escrevia sobre política. O periodista não tinha direitos e obrigações diferentes dos restantes cidadãos. Porém, foi também no século XVIII que o modelo britânico de jornais políticos fundados por grupos de cidadãos, por vezes por meio de sociedades por ações, começou a expandir-se. Este modelo, de onde brotaria a empresa jornalística, contribuiu para a profissionalização dos jornalistas (era preciso contratar noticiaristas para cobrirem os acontecimentos e traduzirem notícias das publicações estrangeiras e um chefe para os coordenar) e para a diferenciação entre o território do jornalismo e dos jornalistas propriamente dito e o da tipografia e dos tipógrafos.

Foi também no século XVIII⁶⁸ que alguns altos vultos europeus da política, das letras, das humanidades e das ciências começaram a fundar ou a colaborar com os periódicos, o que deu prestígio à atividade e, por empréstimo, aos noticiaristas, redatores e editores (apesar de serem vistos unicamente como *cidadãos*), cujo trabalho e funções se tornavam cada vez mais específicas e autónomas. Alguns dos personagens da imprensa começaram, por outra parte, a ganhar relevo nos mundos da política e das letras e humanidades; e nos países mais livres, os indivíduos que se queriam envolver na política necessitavam, cada vez mais, de uma imprensa favorável ou mesmo de se envolverem, diretamente, na redação e edição de periódicos.

O movimento periodístico europeu, inflado pela necessidade de informação denotada pelos indivíduos, que, num ambiente de mudança sociocultural e político-económica, dela necessitavam para alimentarem o seu acervo de conhecimento, interagirem uns com os outros e orientarem a sua vida, expandiu-se para outras partes do mundo. O século XVIII foi, assim, o século do florescimento do jornalismo nas Américas, por vezes acicatando a vontade de independência face às metrópoles.

68. Em Portugal e noutros países europeus onde ainda existiam monarquias absolutas seria apenas no século XIX.

Figura 43. Primeiro número do *Boston News-Letter*, primeiro periódico das colônias britânicas da América, futuros Estados Unidos da América (17 de abril de 1704).



of our Gracious Sovereign the King— and her just Right and Title to the Crown against the bloody Designs of Popery and Intolerance.

October 20. A Speech was made by a Member of Parliament being forth the great Danger our Protestants were in, in some parts of Ireland particularly the County of Down where they were beginning to turn themselves into Bodies, and to employ the Proceedings of their Arms and Money. And that the distressed here held a Correspondence with those in England, and were not without hopes of receiving the pretended Prince of Wales.

There was lookt but there is a Design among the Papists to do mischief, and it may be justly said they have begun already. For Letters yesterday say that a Body of Papists had got together in the County of Down, had march'd in a body many times through several Towns, particularly Adair, and had plunder'd and destroy'd several Protestants, and killed one Grew, a Protestant, for appearing as a Witness in the last Court of Claims against one Tadh O'Quinn, an Irish Papist. It's said there are several more little Parties of Irish up in that Country, which put the Protestants in a mighty Consternation.

London Gazette, Decemb. 16. to 20th 1703.

Wednesday, Decemb. 17.

His Majesty came this day to the House of Peers, attended with the usual Solemnity, and being seated on the Throne in Her Royal Robes, Sir David Mordaunt Gentleman Usher of the Black Rod, was first with a Message to the House of Commons, requiring their Attendance in the House whether they came voluntarily, and that His Majesty was pleas'd to give the Royal Answer to an Address for Granting an Act for the better settling the Succession to the Crown.

After which Her Majesty made the following most Gracious Speech to both Houses.

My Lords and Gentlemen,

I think it proper upon this Occasion to acquaint you that I have had Unquestionable Informations of very ill Practices and Designs carried on in Scotland by Emigrants from France, which might have proved extremely dangerous to the Peace of these Kingdoms, as you will see by the Particulars, which shall be laid before you as soon as the several Reasons upon relating to this Matter can be fully perswaded, and made publick without Prejudice: In the mean time, I make no Doubt, but by this Seasonable Discovery I shall be able to give such Directions for Our Security, as will Effectually Prevent any Inconsequences from these Perjur'd Designs, Gentlemen of the House of Commons,

I am very sensible of your great Readiness and Affection for the Publick Service, by presenting Addresses early in the Session with a considerable Part of your Supplies; I depend entirely upon your Continuing with the same Zeal to dispatch the Remainder of them; that so we may be prepared to give the special Assistance of Our Army, and to defeat the malicious Designs of Our Enemies; who cannot be more Indifferent to Conserve the Ruine of this Kingdom, and of the Protestant Religion, than I shall always be Vigilant and Careful, both for their present Preservation, and for their future Security.

October 20. Arrived Cape of Good Hope from Somers about 2 Weeks Passage, says they continue their way Sdly. to the Eastward, a principal Merchant of this place sd. April 23 he was delivered in April 18. 1703.

The Honorable Col. Mordaunt Esq. is Commissioned Judge of the Admiralty for the Provinces of Massachusetts, New Hampshire and Rhode-Island. And Thos. Newton Esq. Judge-Deputy for the County of Middlesex.

July 10. The Ed. Mr. James Francis's, an Excellent Scholar on the 24. 1703. published a Relation of all Ranks & Degrees of Popery, &c. in their own work, in order to a REFORMATION, which His Excellency has ordered to be Printed.

Thomas His Excellency Directed the Gen. Assembly, **April 20.** The Ed. Mr. Justice dyed on Thursday. **Capt. Zamore** has taken Five Prizes off of Carolina, one of which is come in to Rhode-Island mostly Laden with Guns, Tobacco, Liquors &c. She is a Carrier Trader, as all the rest were. One of the five was one **Lewis** a Frenchman, a Sloop of 8 Guns & 8 Pieces of 10, 76 Men, Fought him Board and Board three Gallies; Captain **Lewis** was kill'd, and 20 of his Men kill'd & wounded. **Capt. Zamore** wounded thro' the Body, and five of his men, but none kill'd, he had but 40 Fighting Men, when he took Lewis.

The 18 Carrant, came in a Sloop to this Port from Virginia the Master informs Governour **Cary** Esq. he was Chas'd by a Top Gall Shallop off of Rhode-Island which he judg'd to be a French Privateer, and that there was two other Vessels in her Company, which he judg'd to be her Prizes. Whereupon His Honor being concern'd for the Publick Weal and Safety of the Merchants good Subjects, immediately caus'd the Order to be for Voluntary, under the Command of **Capt. Whose**, and in 1 or four hours time, Fired and Misd a Brigantine, with 20 brick young men well Arm'd, who staid the following Night, returned last Evening, and gave His Honor an Account that they found the aforesaid Shallop, with one other, and a Ketch at Tappan Cove, who were all Fishing Vessels belonging to Merchants of this Port, who were Fishing off of Rhode-Island, one of them was a French built Shallop with a Top Gall, which gave the great suspicion that they were Enemies.

Nov. 20. April 17. By a Raigue from Somers, till from Somers, 7 Weeks Passage, says, there was in her lurge in that Road several Months consumed by New-England of a design the French & Spaniards had, to send a design upon them: She came out with the Honourable **London** Fleet, who are gone home without Company.

Capt. Mordaunt in the Eagle Gally, sails for London, in 4 Months, if the Progress Fleet says so long, he intends to keep these Company Ships, if not, to run for it, being built for that Service.

Philadelphia, April 14. An Account that the Dutch single Mail of War was Arrived in America.

London, April 20. The Advancer, A Vessel for Tunis, will sail from thence to London, in three Weeks or 4 Months time.

Advertisement.

This News Letter is to be continued Weekly, and all Persons who have any Houses, Lands, Tenements, Farms, Ships, Vessels, Goods, Wares or Merchandizes, to be Sold, or Let, or Services to be Run away, or Goods Stoll or Lost, may have the same inserted at a Reasonable Rate, for Twelve Pence to Five Shillings, and not to exceed: Who may agree with Nicholas Bown for the time within Shop, next door to Major Bown's, Apothecary, in Bown, near the Old Meeting-House.

All Persons in Town and Country may have the News Letter Weekly upon reasonable terms, agreeable with John Campbell Esq. Master for the same.

Printed by R. Green. Sold by Nicholas Bown, at his Shop, at the Old Meeting-House.

Nas colônias inglesas da América, após o encerramento imediato do *Public Occurences Both Foreign and Domestic* logo após ter surgido, em 1690, apareceu o semanário *Boston News-Letter*, em 1704 (1704-1776), fundado, em Boston, por John Campbell, um livreiro, e William Brooker. Apresentava um estilo contido, noticioso e quase oficialista, alimentando-se, nos seus primeiros anos, das notícias dos jornais ingleses. Em 1718, noticiou a morte do pirata Barba Negra num combate singular. Com o tempo e mudanças de editor, foi prestando mais atenção às notícias das colônias. Assumindo posições leais perante a coroa britânica, foi encerrado quando os britânicos saíram de Boston, no contexto da guerra da independência dos Estados Unidos.

Destaque ainda, entre os primeiros jornais americanos, para o *Boston Gazette*⁶⁹ (1719-1798), o mais influente dos periódicos norte-americanos do período pré-independência, o *American Weekly Mercury* (1719-1723), lançado em Filadélfia, e o *New England Courant*⁷⁰ (1721-1726), fundado, em Boston, por James Franklin, irmão de Benjamin Franklin, um dos pais da independência dos Estados Unidos.

Benjamin Franklin viria a comprar, em 1729, *The Universal Instructor in all Arts and Sciences: and Pennsylvania Gazette*, fundado, no ano anterior, em Filadélfia. Franklin redenominou o jornal como, simplesmente, *Pennsylvania Gazette*, em 1729. O periódico, que Franklin tornou um dos mais influentes das colônias e dos Estados Unidos, após a independência, manteve a publicação até 1800.

Nas vésperas da Revolução Americana, em 1765, existiam já 23 semanários em onze das treze colônias britânicas na América, alguns dos quais com tiragens de cerca de 25 a 40 mil exemplares (Braojos Garrido, 1999, p. 41). Esses periódicos, tal como aqueles que se lhe seguiram por todo o território britânico na América, podem ser encarados como jornais, ao nível do formato e dos conteúdos. Assumiram uma política editorial que se poderá considerar noticiosa e política, incluindo notícias (locais, da metrópole e do estrangeiro),

69. Alguns números digitalizados aqui: <https://www.masshist.org/dorr/browse-np/title/BGCCJ>

70. Alguns números digitalizados aqui: <https://www.ushistory.org/franklin/courant/>

informação comercial e económica, artigos de opinião e anúncios. Serviam uma população crescentemente alfabetizada, voltada para os negócios e para a exploração agropecuária, no seio da qual a vontade de definir um destino independente crescia, alimentado pelas difíceis condições de vida, pela insatisfação para com o governo colonial e pela distância à metrópole. “Nas suas páginas apareceram os indícios de um pensamento racionalista, crítico, ilustrado e liberal: o revolucionário” (Braojos Garrido, 1999, p. 41).

As primeiras grandes denúncias contra os erros, as arbitrariedades, os abusos e o mau governo colonial britânico nas Américas surgiram nas páginas do *New York Weekly Journal* (1733-1751), pela pena de John Peter Zenger, seu editor. Novas políticas editoriais, mais persuasivas, por vezes pró-independenistas, críticas para com a administração colonial, converterão vários dos jornais americanos do século XVIII em jornais de intervenção política, ou seja, jornais de partido (*party press*), situação que se prolongará, em grande medida, pelo início do século XIX. É o que acontece, por exemplo, no *Pennsylvania Gazette* de Benjamin Franklin, no *Pennsylvania Chronicle and Universal Adviser* (1767-1773), no *Boston Gazette* e em outros periódicos, havendo, também, alguns jornais que alinharam com Londres, especialmente em Nova Iorque (*The Royal Gazette*, 1777-1783; *Rivington's New-York Gazetteer, Or, the Connecticut, New-Jersey, Hudson's-River, and Quebec Weekly Advertiser*, 1773-1775 e *The New York Gazette and Weekly Mercury*, 1768-1783). Não se pense, no entanto, que a faceta de intervenção política desses periódicos obliterava a função noticiosa. Pelo contrário. Os periódicos norte-americanos incluíam sempre um abundante noticiário, informações financeiras e comerciais e mesmo relatos reportativos – quase reportagens – de acontecimentos singulares, como as batalhas travadas durante a guerra pela independência dos Estados Unidos.

As críticas da imprensa ao governo colonial britânico apenas tocaram fundo junto da generalidade dos colonos quando os britânicos instituíram, em 1765, leis fiscais penalizadoras para as colónias. Só nesse tempo é que, definitivamente, se terá começado a consolidar entre a maioria dos colonos uma forte corrente de opinião favorável à independência, que haveria de alimentar

a guerra contra o Império Britânico, a partir da proclamação da Declaração de Direitos, em Filadélfia, em 1774. Um ano depois, é fundado o primeiro diário norte-americano, inicialmente trissemanário: o pró-independente⁷¹ *Pennsylvania Evening Post* (1775-1783), primeiro jornal a publicar a Declaração da Independência dos Estados Unidos da América, em 1776.

Após a independência, o Congresso dos Estados Unidos aprovou dez emendas (acréscimos) à Constituição (que no seu conjunto são conhecidas por *Bill of Rights*). A Primeira Emenda assegura, até hoje, o carácter constitucional e inviolável da liberdade de expressão nos EUA. Com esse instrumento, os Estados Unidos converter-se-ão não apenas no mais forte produtor de conteúdos culturais mas também no país onde primeiro ocorrerão as principais transformações que o jornalismo atravessará ao longo dos séculos XIX e XX.

Foi também no século XVIII que o periodismo chegou e se consolidou no espaço hispano-americano. Embora aí tenham sido impressas folhas noticiosas e relações de acontecimentos ocasionais nos séculos XVI e XVII, só se pode, com propriedade, começar a falar de periodismo hispano-americano a partir de 1722, ano em que foi fundada a *Gaceta de México y Noticias de Nueva España*, pelo religioso Juan Ignacio María de Castorena Ursúa y Goyeneche. Tratava-se de um periódico mensal híbrido, noticioso e erudito, escrito com cuidado e dividido em secções. Razões económicas ditaram o seu fim, após seis meses de publicação.

71. Durante a ocupação britânica de Filadélfia, no contexto da Guerra da Independência dos Estados Unidos, assumiu posições lealistas para com os britânicos que lhe valeram dissabores depois dos norte-americanos voltarem a ter o controlo da cidade.

Figura 44. O *Pennsylvania Evening Post* foi o primeiro jornal a publicar a Declaração da Independência dos Estados Unidos da América, em 1776, num tempo em que ainda era trissemanário. Converteu-se em diário no último ano de publicação.



Fonte: reprodução do original.

Figura 45. *Gaceta de Mexico*, de 1722, primeiro periódico hispano-americano, de perfil editorial noticioso e erudito.



Fonte: reprodução do original.

O segundo periódico a nascer no espaço hispano-americano foi a *Gaceta de Guatemala*, de Sebastián Arévalo, cujo primeiro número saiu em 1729 e que durou até 1821⁷², apresentando uma linha editorial que valorizava a informação noticiosa, tal como o seu modelo, a *Gaceta de Madrid*. Sucederam-lhe outros jornais noticiosos em vários pontos do espaço hispano-americano, como a *Gaceta de Lima* (1743-1793⁷³), do Vice-Reino do Peru, *La Gaceta de La Habana* (1764), de Cuba, e *La Gaceta de Santa Fé Bogotá Capital del Nuevo Reyno de Granada*, da Colômbia (1785).

Entre a imprensa hispano-americana encontram-se, também, exemplos de jornais eruditos (filosóficos, literários e científicos), como o *Mercurio Volante* (México, 1772) e a *Gaceta Literaria de México* (1788); e de jornais de opinião e difusão de ideias, como o *Diario de Lima* (1790) e o *Mercurio Peruano* (1795). Estes últimos, segundo Braojos Garrido (1999, p. 47), serviram de “tribunas públicas a um debate em que o binómio colónias-metrópole não tardou em começar” alimentado por “sólidas aspirações económicas e um mercado espírito de auto-confiança”. Assim, estes periódicos forneceram o “ambiente prévio para o nascimento, na América Hispânica, da imprensa revolucionária independentista, de sentido político” (Braojos Garrido, 1999, p. 47).

No que respeita a Portugal, deve assinalar-se que foi no século XVIII que a imprensa do país se segmentou. Apesar de entre 1667 e 1715 não terem sido publicados periódicos estáveis em Portugal⁷⁴, entre 1715 e 1800, publicaram-se pelo menos 54 novos periódicos de índole variada. Surgiram periódicos culturais, económicos e jocosos que se somaram ao órgão oficial e noticioso do poder régio, a *Gazeta de Lisboa*, surgida em 1715, que o tempo converteu, conforme já se assinalou, no atual *Diário da República*. Como curiosidade, foi na *Gazeta de Lisboa* que pela primeira vez foram publicados, em Portugal, um anúncio, uma notícia ilustrada e uma infografia.

72. Cessou com o fim da Capitania Geral da Guatemala.

73. Algumas fontes referem que durou até 1801, mas não em publicação contínua.

74. Com exceção de três números de um *Mercúrio da Europa* (editados, semanalmente, entre 20 de maio e 7 de junho de 1689) e de dois números de uma *Gazeta* que datam de 1704 e terão tido financiamento régio.

Figura 46. Frontispício e primeira página de conteúdos do primeiro número da *Gazeta de Lisboa* e segundo número, que já ostenta somente o título *Gazeta de Lisboa*.



NOTICIAS

D O ESTADO DO MUNDO.

Sabbado 10. de Agosto de 1715.

ALEMANHA, E TURQUIA.

PELAS noticias da Corte de Viena se sabe, que o Imperador dos Turcos continua os seus aprestos militares contra a Europa, que tem reparadas as suas forças em tres corpos, hum acampado na Provincia de Dalmacia contra os Monte-Negrinos, Povos habitantes das montanhas de Albania nas vizinhanças do Rio Negro, os quaes negando-lhe a obediencia de vassallos destruirão depois alguns Baxás, que com hum grosso de gente determinavaõ castigallos; outro nas fronteiras da Morea contra a Republica de Veneza; & o terceiro junto a Choczim nas vizinhanças de Polonia. As suas forças navaes se achavaõ juntas no Porto de Castello rosso, compondo-se de trinta & duas fragatas, vinte & oito Galeasas, & alguns Brulotes, esperando ainda alli os navios auxiliares de Barbara, & os Brulotes q ficarão nos portos do Archipelago. A Republica de Veneza tem feito todos os aprestos necessarios para rebater esta guerra: a sua armada naval se achava no porto da Ilha Andros, esperando a chegada das Galês do Papa, & da Religião de Malta, com as quaes se considera tam forte como a Otomana. A 18. do Junho partio de Veneza Monsieur Loredano na nao chamada Rainha do mar, com hu comboy em que vaõ quantidade de provisões, 1500. homens, & 1100. ducidos em ouro, & prata para o exercito de Levante; & se preparava outro Comboy, que será escoltado por dois navios novos de oitenta peças cada hum. O Serafskier de Negroponte ha tentado muitas vezes a senhorearse do Istmo de Corintho, para franquear a entrada da Morea às tropas Otomanas, mas em todas ha sido rechaçado, & constringido a retirar-se sem o coneguir. Dizem q o Papa dará 1000. homens aos Venezianos, para se empregarem na guerra contra os Turcos. As Cartas de Andrinopoli de 12. de

A

Mayo

GAZETA DE LISBOA.

Sabbado 17. de Agosto de 1715.

ALEMÃO.



OR cartas de Ratificação de 4. de Julho já avisa, que o Ministro Deputado de S. A. Electoral Palatina apresentou aquella Dieta, em a do dito mez hum memorial, em que se contém a representação de muitas contravenções feytas no Rhin superior contra a última paz concluida em Baden, na qual se confirma a que se tratou em Ryfwick no anno de 1697. desejando que a Dieta queira intervirse, em qua S.M. Imperial insista em pedir a França a exatidão do dito Tratado, em favor do Senhor Eleytor Palatino seu anno. Consiite a sua queyxa, em que os Françozes usurpáraõ por força posse de Selz, deão Julgado inferior de Germenheim, desalojando violentamente d'aqueles lugares as tropas de S. A. da Palatina, & pretendendo que elles pertenciam ao d'estricto de Hagenau na Alsacia, cuja soberania fora cediã a França pelo Senhor Emperador, & pelo Imperio. Prova o dito Ministro o contrario, mostrando em como os ditos lugares foram especialmente restituídos com as suas dependencias ao Senhor Eleytor seu anno pelo mesmo artigo do Tratado de Ryfwick, & pelo artigo separado d'elle, na mesma fórma q'os possuidores seõ arrepassados, em virtude da paz de Westphalia, & mostra juntamente, que os Príncipes seus antecessores, particularmente Eleytor Carlos Luis havia possuido pacifica, & indifputavelmente a Germenheim, & Selz até o anno de 1686, em que lhe foram tirados pela Camera de Bonaer, com o pretexto das reações, o que se havia annullado pelo referido Tratado de Ryfwick. O segundo motivo da sua queyxa he o Priorado de Selz, o qual S. Mage. Christissima havia dado ao Collegio dos Padres da Companhia de Strasburgo, como parte da sua fundação, & pertencem ao presente na posse d'elle, em virtude das palavras do artigo 47. da paz de Ryfwick, que dizem que os benefícios Ecclesiasticos possuidos no tempo da guerra, sótem os presentes possuidores, e sobre o que S. A. da Palatina allega, que elle estadia se não deve mudar no caso presente, porque a collação não era pessoal que acabasse com a morte do possuidor, mas havia incorporada para sempre com grande desfructo da sua Regalia, & assim devia terhe o mesmo o dito Priorado, não obstante haverem os Padres da Companhia tido a precepção de applicação a confirmação d'elle do Pontifice. A terceira queyxa he a prohibição que o Governador de Alsacia fez a pagarem as embarcações Françozas, que passão pelo Rhin, o d'aquele que os tinham pagar na Alfandega da Selz da sua passagem, o qual havia sido confirmado ao Senhor Eleytor Palatino pela paz de Ryfwick, & os mesmos Françozes praticarão pagar até o principio desta ultima guerra. A quarta consiste em libertarem os Françozes romãos os Castellos de Deutz-pierre, & Gortz sem tempo que fazem parte da herança de Wildenz, com o mesmo pretexto de ser servido na soberania de Alsacia, desalojando os Officiaes de S. A. Electoral, tirando d'elles as fortificações, & despozando das suas rendas, por virtude de huma sentença do Imperio Tribunal de Mada em favor dos Príncipes de Bircensfeld, & de Sulzbach, que com S. A. Eleytor disputavão a mesma herança, mas sendo S. A. Eleytor sem poder posse por ordem do Emperador em virtude de hũa sentença do Conselho Austro, onde a sentença pender, & pertencerpõ somente ao Imperio o reconhecimento d'ella. Sobre o q' S. Mage. sup. tem declarado aos Ministros dos Eleytores de Colonia, & de Bavaer, que elle não podã dar a investidura dos seus estados, sem receber de seus Ministros ou Dieta, até não ser o Senhor Eleytor Palatino devidamente satisfeyto d'ordenado de porem paz lhe foram accordada pela paz de Baden. O Conde de Gergg, Ministro de

Fonte: reprodução dos originais.

Figura 47. Primeiro anúncio publicado na imprensa portuguesa, na *Gazeta de Lisboa*.

Faz-se aviso ás pessoas curiosas da lingua Françez haver chegado a esta Corte ha pouco tempo, um estrangeyro appellado De Ville ou seja Françez de nascimento, natural da Cidade de Paris, o qual falla linguas Latina, Alemã, Italiana, Castellana, & Portugueza; & tem hum methodo muyto facil para ensinar em pouco tempo a toda e sorte de pessoas, ainda ás de cinco annos, as que quizerem servir-se do seu proximo se podem encaminhar a casa de Manoel Diniz: leureyro na rua da Cordoaria velha.

Fonte: reprodução do original (*Gazeta de Lisboa*, 31 de agosto de 1715).

Figura 48. Primeira notícia ilustrada publicada na imprensa portuguesa.

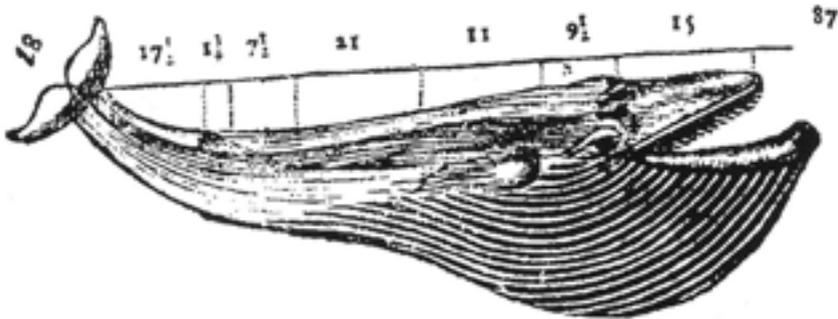
PORTUGAL. Castello branco 18. de Junho.



Terça feyra que se cocizou 14. de corrente, do meyo dia para a hã hora, pario nella Villa hũa mulher chamada Maria Mendes Mayr, casada com Antonio Simão Bragança, ha-seem jornalreyro, duas crianças pegadas huma em outra pelas cinturas, de maneira, que ambas tem hum só ventre, hum só embigo, & ambas se servem pelas mesmas vias que podia ter huma só. Tem quatro pezonas, mas duas são cousa mais curtas que as outras. A altura de ambas he a de huma criança pequena. Vivem espertas, & mamão bem, & pelas palpaçoens parece ter cada huma seu coração, a seu fôema se explica melhor nesta estampa.

Fonte: reprodução do original (*Gazeta de Lisboa*, 1 de agosto de 1716).

Figura 49. Primeira infografia publicada na imprensa portuguesa (dimensões de uma baleia).



Fonte: reprodução do original (*Gazeta de Lisboa*, 21 de janeiro de 1723).

Entre os periódicos segmentados que surgiram em Portugal ao longo do século XVIII contam-se, por exemplo, a já referida *Gazeta Literária ou Notícia Exata dos Principais Escritos que Modernamente se Vão Publicando na Europa* (julho de 1761), antepassada das revistas culturais portuguesas; ou ainda o *Hebdomadário Lisbonense ou Notícias do Comércio*, surgido em dezembro de 1763, por iniciativa do impressor Pedro Ferreira.

Entre 1768 e 1777 não se publicaram periódicos em Portugal, por decisão do poder régio. A instituição, em 1768, da Real Mesa Censória, pelo marquês de Pombal, não foi alheia a esta situação. Incrementaram-se, igualmente, as medidas repressivas contra os críticos do poder régio e do poder pombalino e prevaricadores⁷⁵.

A ascensão de D. Maria I ao trono permitiu o recomeço da publicação, a 4 de agosto de 1778, da *Gazeta de Lisboa*, bem como o aparecimento de periódicos como o *Mercúrio Histórico, Político e Literário de Lisboa* (1794-1797); o

75. O periodista Pedro Correia Garção, por exemplo, morreu na prisão, por ter feito críticas veladas ao marquês de Pombal.

Correio Mercantil e Económico de Portugal Que Contém Toda a Qualidade de Anúncios (1794-1810) ou o *Jornal Enciclopédico*, periódico cultural e científico, lançado em 1779 e relançado em 1788, tendo durado até 1793. Mas a censura à imprensa continuou, desta vez pela Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e a Censura dos Livros. A censura dificultava a atividade dos editores de periódicos não apenas pelos cortes e proibições de publicação de textos ou partes de textos mas também porque atrasava o processo de edição (Tengarrinha, 1989, p. 106).

2.6 A produção de conhecimento sobre o periodismo durante a Modernidade

A pesquisa e a reflexão e teorização sobre o jornalismo começaram no século XVII⁷⁶. Ao acelerar os fluxos de informação noticiosa, a nível nacional e internacional, o periodismo seiscentista acelerou transformou a experiência e a vivência da atualidade e do tempo dos indivíduos coevos. No século em que o periodismo entrava de rompante na vida pública, é compreensível que alguns intelectuais tenham reparado neste fenómeno, que impactava tremendamente as suas vidas. Provavelmente não chegaram até nós todas as obras do século XVII em que se refletiu sobre o periodismo emergente e a sua articulação com a sociedade, os estados, a religião e os valores, mas existe conhecimento de um número suficiente de trabalhos que permitem localizar neste século o nascimento dos “estudos jornalísticos”.

Dois espaços geográficos centralizaram duas diferentes áreas de estudo, reflexão e teorização sobre a imprensa periódica: Inglaterra e Alemanha⁷⁷.

Na capital inglesa, personalidades como John Milton teorizaram sobre a *liberdade de expressão e de prelo*, ideia que conduziu ao princípio da *liberdade de imprensa*, acolhido, com mais ou menos garantias, por todas as democracias ocidentais. Milton defendeu que a edição de periódicos e outras publicações deveria ser livre e que livre deveria ser também o acesso aos mesmos. A dis-

76. Excluindo-se, por exemplo, as críticas dos pensadores romanos, como Séneca e Plínio (*cit. In Cádima, 1996, p. 81*), aos conteúdos das *Atas Diurnas* ou as advertências medievais às notícias que atentavam contra a Igreja e a sua doutrina.

77. Ao tempo, era o Sacro Império.

cussão sobre a liberdade e a responsabilidade individual e, por consequência, sobre a liberdade de expressão e de imprensa seria retomada vezes sem conta, como fez Thomas Hobbes, no livro *Leviathan* (1651). John Locke, na obra *Ensaio Sobre o Governo Civil*, de 1690, teoriza, igualmente, sobre o papel da imprensa livre numa sociedade democrática e liberal.

Na atual Alemanha, a publicação de periódicos noticiosos florescia⁷⁸, em parte alimentada pela intelectualidade que gravitava as universidades. Foi aí que se conceitualizou, pela primeira vez, em termos gerais e abstratos, o que era um periódico de notícia; que se desenvolveram reflexões críticas sobre a imprensa periódica; que se fez primeira análise de conteúdo a periódicos; e que se defendeu, em 1690, a primeira tese de doutoramento que teve o periodismo e as notícias por objeto.

Uma das primeiras tentativas de definir o que são o jornalismo e as notícias, seu produto, datará de 1629, ano em que o acadêmico alemão Christophorus Besoldus⁷⁹ tentou caracterizá-las, sob o ponto de vista jurídico, na sua obra *Thesaurus Practicus*, uma espécie de dicionário enciclopédico, várias vezes reeditada após a sua morte, que ocorreu em 1638. Foi nessa obra que se terá usado pela primeira vez a expressão “Neue Zeitungen” (“periódico de novidades”) segundo asseguram Casasús e Ladevéze (1991, p. 52). A associação da ideia de jornalismo ao aparecimento *periódico de notícias* é um contributo relevante para o seu entendimento conceitual.

78. Leipzig, por exemplo, cidade em cuja universidade Peucer defendeu a sua tese de doutoramento sobre o periodismo noticioso, teve uma impressionante série de periódicos noticiosos diários, considerando que se estava no século XVII. Aquele que provavelmente é o primeiro diário noticioso da história, o *Einkommende Zeitungen*, foi fundado em Leipzig, em 1650. Na mesma cidade também foram fundados o *Neu-einlauffende Nachricht von Kriegs- und Welt-Händeln*, que terá sido o primeiro diário noticioso a sair todos os dias, incluindo ao domingo, que data de 1660, e o *Leipziger Post-und Ordinarzeitungen*, de 1662.

79. Outras variações do seu nome são Christofori Besoldi e Christoph Besold.

Figura 50. A entrada “Neue Zeitungen” no *Thesaurus Practicus*, de Besoldus.

19. Neue Zeitungen.

Hodie multi eo vitio laborare conspiciuntur, quod Gallis etiam adscripsit Julius Cæsar. Est hoc, inquit, Gallicæ consuetudinis, ut viatores etiam invitos consiliare cogant, & quid quisque eorum de quaque re audiverit, aut cognoverit, quarant, & Mercatores in oppidis vulgum circumfistat, quibus ex regionibus veniant, quasque res ibi cognoverint, pronunciare cogant, & his rumoribus aut auditionibus permoti, de summis sæpè rebus consilia ineant, quorum eos è vestigio penitere necesse est: cum incertis rumoribus serviant, & plerique ad voluntatem eorum sista respondeant. Hæc Cæsar.

Tales item fuerunt Athenienses; de quibus S. Lucas *Act. 17. vers. 21.* Athenienses autem omnes, & advenæ & hospites, ad nihil aliud vacabant, nisi aut dicere, aut audire aliquid novi. Nescire quidem, quid sibi gestum sit, aut geratur, est quasi ergastulo, tanquam carcere perpetuo contineri; sed vanitas vitanda. Ac non Politici dicuntur si Principes, sic nicht gewisse Zeitung haben / sondern sich daran ihnen auch thun laub und setzen viel gelegen. Privati autem & Cives non sint nimium novitatum cupidi, ne audire cogantur hocce versiculos:

Cura viris levibus rerum solet esse novarum.

Cura viris gravibus rerum solet esse sanarum.

Sanè in Novellis evulgandis cautè agi decet, Multi enim exinde mentem & animi intimos recessus expiscari solent, & possunt.

Novellarum tamen sparsiones non semper sunt Vanitates, sed interdum pseudopolitica arcana, vide Jacques Hurault, *des offices d'Etat.* fol. 516. Sparguntur victoria, deprimitur

pars adversa, finguntur clades, ad vulgum (qui mundus, ut dicitur, vult decipi) demendum, ut is faveat huic vel illi parti, &c. Ita post Cladem Jurensem hæc der Duc de Mayne bis Victoriam, welche doch ex adversa parte gewesen, attribuit und zuschreiben: Sagend ein solch mendacium, wann man es auf wenig Ta. gen beharren sömte / Fru viel 1000. fl. werth, vide Historias illius seculi. Serre in *Historia Henrici II. Gall. Regis in obsidione Paris.*

Ac quod tempore Seditionem falsi rumores, etiam per libellos sparguntur, scribit Peleus *de Gall. rom. 4. f. 46.* vid. quoque Diodor. *Sæculum III. num. 35.*

Em 1676, o jurista Ahasverus Fritsch⁸⁰ abordou a problemática do uso e abuso nas notícias no texto *Discursus de Novellarum Quas Vocant Neue Zeitung Hodierno Uso et Abusu*⁸¹. Adotou, então, se recorrermos à contemporânea metáfora de Umberto Eco, um discurso mais apocalíptico que integrado em relação aos efeitos alegadamente perversos do jornalismo, tendo aconselhado as pessoas a não crerem em tudo o que liam. Pela primeira vez, foi esboçada uma crítica consistente ao periodismo nascente.

No mesmo ano de 1676, Christianus Weise publicou *Schediasma Curiosum de Lectione Novellarum...*⁸², uma obra na qual o autor reflete sobre o recurso às notícias para a aquisição de cultura geral, na política e para a produção de conhecimento genealógico, histórico e geográfico. No texto, Weise assumiu uma visão positiva do periodismo, destacando o valor formativo, informativo, utilitário e pedagógico dos periódicos noticiosos.

Em 1690, foi apresentada, na Universidade de Leipzig, na Alemanha, a primeira tese de doutoramento de que há registo sobre notícias e periódicos noticiosos – a primeira tese de doutoramento no campo dos Estudos Jornalísticos e da Comunicação. O seu autor foi o alemão Tobias Peucer, um erudito de Görlitz que tinha estudado teologia e medicina. Ele é, de algum modo, o pioneiro dos Estudos Jornalísticos e de todo o campo das Ciências da Comunicação, nomeadamente se excluirmos os trabalhos anteriores sobre especificidades como a *liberdade de imprensa*, entendida como *liberdade de prelo*, de Milton, ou sobre o conhecimento e as notícias, de Weise, entre outros.

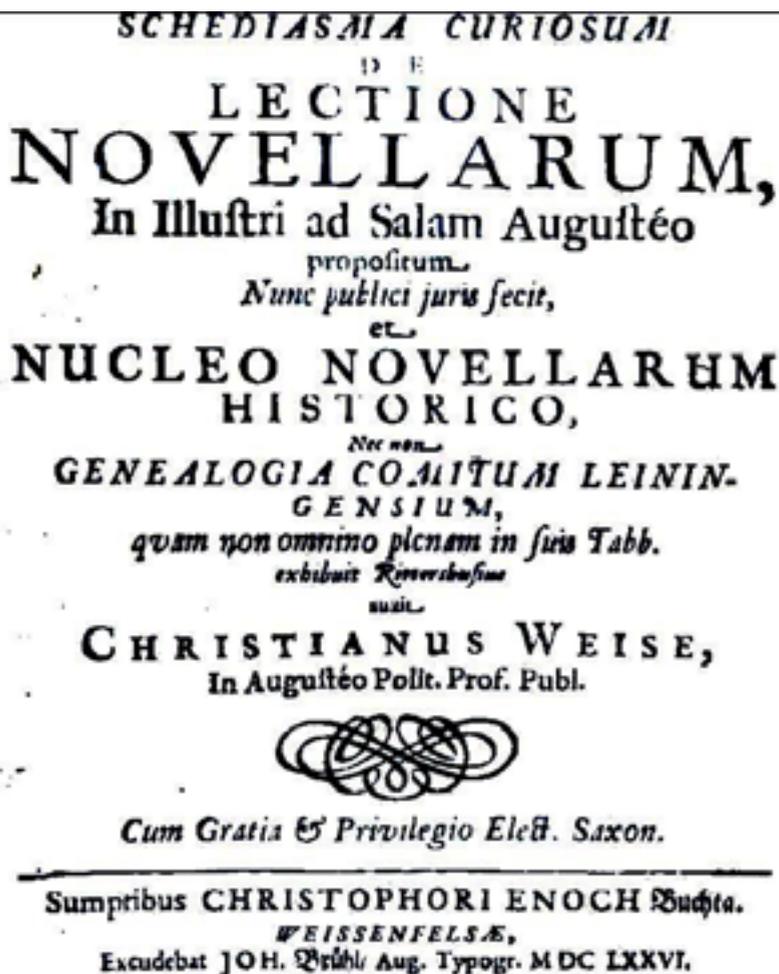
80. O nome também aparece como Ahasver Fritsch.

81. Em: Kurth, K. (1944). *Die ältesten Schriften für und wider die Zeitung. Die Urteile des Christophorus Besoldus (1629), Ahasver Fritsch (1676), Christian Weise (1676) und Tobias Peucer (1690) über den Gebrauch und Mißbrauch der Nachrichten*. Rudolf M., Rohrer, Verlag.

82. Disponível no Google Books:

https://books.google.pt/books?id=oPFaAAAaAAJ&printsec=frontcover&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

Figura 51. Capa de *Schediasma Curiosum de Lectione Novellarum*, de Christianus Weise, uma das primeiras obras sobre o uso das notícias na produção de conhecimento.



Embora não tenha tido a repercussão das ideias de John Milton ou John Locke, provavelmente por não estar escrita em inglês nem ter sido apresentada numa universidade anglófona, a tese de Peucer inaugura, simbolicamente, a história das Ciências da Comunicação e representa, simultaneamente, a consagração académica do *jornalismo como objeto de estudo* na Universidade.

As Ciências da Comunicação emergiram, portanto, dos Estudos Jornalísticos. Quando Peucer apresentou a sua tese doutoral, intitulada *De Relationibus Novellis*, sobre as relações e relatos de novidades⁸³, diríamos, hoje, sobre jornais e notícias, ou seja, sobre jornalismo, esta atividade de comunicação organizada em sociedade chegava, efetivamente, pela primeira vez, à Universidade, como objeto de estudo doutoral, o que evidencia, ademais, a importância e o impacto da atividade periodística na sociedade europeia do século XVII. Efetivamente, o periodismo noticioso da Idade Moderna acelerou os fluxos de informação noticiosa a uma escala até então nunca vista, provocando um impacto tremendo na sociedade europeia, o que o converteu em assunto notório. Consequentemente, os académicos e outros intelectuais consideraram que o seu estudo seria útil e relevante.

Num tempo em que ainda não se falava nem de “jornalistas” nem de “jornalismo” mas em que a imprensa ganhava, quotidianamente, enorme importância, a tese de Peucer foi o primeiro trabalho académico sobre as notícias sujeito a arbitragem (defesa e avaliação pelos pares), razão pela qual se pode considerar Peucer o pioneiro não apenas dos Estudos Jornalísticos como hoje são concebidos, mas também das Ciências da Comunicação.

Peucer debruçou-se sobre relatos e meios noticiosos generalistas, de interesse geral⁸⁴. Não contemplou na sua análise o periodismo especializado e segmentado⁸⁵. Há, assim, um tom de contemporaneidade no entendimento peuceriano do periodismo noticioso. Peucer valoriza e aborda a vertente informativa dos periódicos, considerando, na sua análise, apenas os que contam novidades, narram factos notáveis, reportam acontecimentos, em suma, dão notícias. Portanto, para ele a comunicação jornalística, embo-

83. A terminologia refere-se quer às folhas volantes e aos periódicos noticiosos da época no seu conjunto, quer às notícias em si, os relatos de novidades, isto é, de notícias. O texto foi traduzido para português a partir da tradução catalã: Josep Maria Casasús Guri (1990), Sobre els relats periodistics. *Periodística*, n.º 3, pp.31-47 e foi publicado, em 2000, na revista *Comunicação & Sociedade*, n.º 33, pp. 199-216, e reproduzido, em 2004, na revista *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 1, n.º 2, pp. 13-29, podendo ser consultado aqui: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2070>

84. Para este resumo, usou-se uma obra anterior: Sousa, J. P. (2004). Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo. *Estudos em Jornalismo & Mídia*, I (2), pp. 31-48. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2071/1813>

85. Já existiam periódicos culturais e científicos, como o *Journal des Savants*, que tem a curiosidade de ter no título a palavra *jornal*; e periódicos sociais, como o *Mercure Galant*.

ra possa ter outras finalidades, serve, essencialmente, para *informar*. Esta percepção das qualidades do trabalho de Peucer é corroborada por Casasús e Ladevéze (1991, p. 47).

São várias as preocupações denotadas por Peucer na sua tese. Em primeiro lugar, temos o *conceito de notícia* (ou seja, de *relato de novidades*). A definição peuceriana de “notícia” é essencialmente descritiva, mas também atual e universal. Para o autor: 1) Pode haver *notícias sobre tudo*, mas cada uma delas refere-se a um facto singular; 2) As notícias referem-se a *acontecimentos atuais*, constituindo a respetiva memória; 3) As notícias trazem *novidades*, são sinónimos de novidades (*novellae*), são relatos de novidades. Peucer destacou, ainda, que as notícias são o resultado de uma *seleção* de acordo com a *atualidade, importância, utilidade e interesse* dos acontecimentos (o que remete para os conceitos bem contemporâneos de *gatekeeping* e de *critérios de noticiabilidade*). Aliás, a questão da noticiabilidade, aspeto central da Teoria do Jornalismo contemporânea, também é central na tese de Peucer. O autor explica que são vários os fatores que levam um facto a tornar-se notícia, como, para além dos já explicitados (*atualidade, importância, utilidade, interesse*), o *insólito*, a *referência a pessoas de elite*, o *interesse cívico*, a *negatividade* e a *variedade temática do noticiário*.

Para Peucer, o “jornalista”, ao publicar notícias, é responsável pela inclusão ou exclusão de alguns acontecimentos na história, questão central para autores contemporâneos, como Nora (1977; 1983). Aliás, no trabalho de Peucer, periodismo noticioso e história são confluente e, de algum modo, sinónimos. Mas, para Peucer, os periódicos são uma “história desordenada”, constituída por uma miscelânea de assuntos, muitos deles mais curiosos do que importantes, e elaborada por pessoas mal preparadas, embora a ambição do periodista devesse ser, segundo Peucer, a de escrever uma história universal, devidamente ordenada.

Peucer observa, apesar de tudo, que vários *constrangimentos* à produção de notícias podem ocorrer, tal e qual como é proposto pela Teoria do Jornalismo contemporânea. Esses constrangimentos, sustenta Peucer, contribuem para

que o jornalista produza a tal “história desordenada”. Entre esses fatores encontram-se, por exemplo, segundo sustenta Peucer, as *condições pessoais*, incluindo a capacidade de *juízo noticioso* (*news judgement*), o *fator tempo*, a *força do mercado*, a *dependência das fontes* (Peucer aconselha a verificar a informação e contrastar as fontes), as *sanções e ameaças de sanções* e a *censura prévia*, comum nos países da Europa continental no século XVII.

Outro elemento central da tese de Peucer, e que muito contribui para lhe dar um tom contemporâneo, é a atenção dada aos efeitos do periodismo noticioso. De algum modo, Peucer dá pistas sobre o efeito de *agendamento* (*agenda-setting*) e do papel da conversação na consolidação desse efeito; sobre o efeito de *distanciamento social* (*knowledge gap*); e sobre o papel dos periódicos na *modelação social do conhecimento*, pois, para Peucer, estes meios de comunicação são mais úteis a quem já sabe mais; e ainda sobre a ideia dos *usos e gratificações*, já que ele salienta que as pessoas consomem notícias, voluntariamente, para satisfazerem as suas necessidades e interesses e a sua curiosidade (ou seja, usam os jornais para se sentirem gratificadas).

Finalmente, Peucer também pode ser considerado o autor do *primeiro “manual” de jornalismo*, já que, na sua tese, tratou de dar vários conselhos práticos aos periodistas. Ele defendeu, por exemplo, que a forma mais adequada para narrar notícias é respeitar os *elementa narrationis*, ou seja, as regras da retórica clássica que mandavam indicar na narrativa o *sujeito*, o *objeto*, o *tempo*, o *lugar*, a *maneira* ou *modo* e a *causa*, o que equivale, em linguagem atual, a referir-se “*quem?*”, “*o quê?*”, “*quando?*”, “*onde?*”, “*como?*” e “*porquê?*”. Em resumo, na sua tese Peucer demonstrou que nos relatos modernos de notícias – o que se poderia estender à contemporaneidade – se encontram estruturas importadas da retórica clássica da Antiga Roma e da Antiga Grécia⁸⁶. Por outras palavras, a notícia, quer no periodismo moderno,

86. O mesmo juízo emana, por exemplo, das investigações de Francisco José Castilhos Karam. Vd.: Karam, F. J. C. (2009). Retórica, Grécia e Roma Antigas: vestígios da futura linguagem jornalística. *Alceu*, 10(19), 109-117. http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Alceu19_Karam.pdf
Realce para o facto de o orador romano Marco Túlio Cícero, segundo Mortava Garavelli (1991, p. 79), sustentar que para tornar um texto narrativo completo, era preciso responder às perguntas: quem? (*quis / persona*), o quê? (*quid / factum*), onde? (*ubi / locus*), como? (*quemadmodum / modus*), quando? (*quando / tempus*), com que meios ou instrumentos (*quibus adminiculis / facultas*) e porquê (*cur / causa*).

quer no jornalismo contemporâneo, pode ser uma reinvenção das formas de contar novidades dos antigos gregos e romanos, mas não é, seguramente, uma forma inteiramente nova de contar o que é novo, e muito menos uma invenção do jornalismo norte-americano de Oitocentos.

Peucer aceitava, ainda, que as notícias fossem estruturadas com base em vários *dispositio* (estruturas), como o *relato cronológico* ou uma redação “à medida do acontecimento”, enumerando, sucessivamente, os pontos que parecessem importantes, de acordo com uma ordem que não atrapalhasse o raciocínio do leitor. O autor da primeira tese doutoral sobre jornalismo criticou, também, a intromissão do estilo pessoal no relato das notícias e preconizou que estas deveriam ser escritas com base num estilo que hoje denominaríamos *factual* e *impessoal*, sem manifestações de erudição, mas também sem vulgaridade.

A *ética* também não foi esquecida por Peucer. O autor considerava-a uma emanação da técnica e das qualidades pessoais de cada periodista. Para ele, as notícias devem ser “verdadeiras e úteis”, pelo que não devem versar irrelevâncias nem futilidades nem ser “envernizadas” ou “adornadas”. Neste âmbito, Peucer pede cautela aos periodistas, ou, atualizando o conceito, aos jornalistas, quando recorrem a fontes, sejam estas pessoas ou documentos, pois as fontes podem deturpar os factos, enganando “jornalistas” e leitores. Daí que Peucer defenda que o melhor é escrever-se sobre os acontecimentos que se testemunham diretamente. Em resumo, Peucer faz uma profissão de fé em valores éticos intemporais do jornalismo, valores estes que, em última instância, lhe propiciam qualidade: *intenção de verdade*, para não enganar os leitores, até porque os jornais transmitem credibilidade; e *falar do que se deve, conhece e é útil* e não do desconhecido e das banalidades sensacionais, por vezes mentirosas ou exageradas, que as pessoas querem saber. A este propósito, Peucer socorre-se de Cícero, para exigir *imparcialidade* aos periodistas e para lembrar que é preciso ter *coragem para dizer a verdade*.

Outra opção ética de Peucer assenta na ideia de que não deve ser publicada informação que “prejudique os bons costumes ou a verdadeira religião,

tais como coisas obscenas, crimes cometidos de modo perverso, expressões ímpias dos homens”, pelo que o autor, dentro do espírito do seu tempo, admite a censura prévia das notícias⁸⁷, ainda que, sobretudo, peça sobriedade e contenção na redação.

Há que dizer também que, nos séculos XVII, XVIII e XIX, a formação teórica dos jornalistas europeus assentava muito na retórica, como o comprova a tese pioneira de Tobias Peucer (1690). Essa formação, em muitos casos adquirida por processos autoeducativos e não nas Universidades, visava a proficiência retórica, quer ao nível do relato de notícias (muitas vezes equiparadas ao ato de fazer história por um historiógrafo), quer ao nível da persuasão. Como dizem Casasús e Ladevéze (1991, pp. 40-42), eram, assim, consultados manuais como o *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres* (1783, Hugh Blair), *Les Belles Artes* (Charles Batteux) e *Compendio de Retórica* (Miguel García de La Madrid, 1817), entre outros.

2.7 O periodismo na Modernidade: um balanço

É possível responder à questão que suscitou este capítulo: como é que o contexto seiscentista proporcionou, influenciou e moldou o surgimento e o desenvolvimento, *com determinadas características*, do periodismo na Modernidade? Não se andará longe da verdade afirmar que houve uma extraordinária coincidência de fatores que permitiram o surgimento de um periodismo, que tem várias características de jornalismo, no Velho Continente, no alvorecer da Idade Moderna. Entre esses fatores estarão os seguintes:

1. Desde Gutenberg, uma nova tecnologia de impressão, que se espalhou por toda a Europa, permitia tirar cópias impressas de textos em quantidade significativa, a um custo por exemplar significativamente mais baixo do que a cópia manuscrita.
2. A alfabetização incrementava-se nos países de tradição protestante, onde o estado se afirmava, tal como a sociedade civil. A alfabetização

87. Isto mostra bem que não devemos julgar os nossos antepassados pelos mesmos valores que analisamos a sociedade atual.

conjugou-se com o humanismo para detonar uma explosão de interesse pelo mundo, também ele cada vez mais objeto de descoberta.

3. Havia uma atenção renovada ao mundo material imediato (em detrimento do interesse pelo metafísico), ao mesmo tempo que a cultura humanística desenvolvia a vontade de conhecer. Aumentou o interesse pelos temas populares e, assim, também pelas notícias, difundidas nas línguas nacionais e em vernáculo (mesmo as notícias do estrangeiro eram traduzidas e “culturalmente” enquadradas, inclusivamente pelo emprego de termos e conceitos nacionais para categorizar realidades externas), o que as colocava à disposição daqueles que não dominavam línguas estrangeiras nem latim (cada vez menos a língua franca da Europa) e que não cultivavam um nível culto da utilização das línguas. Novos gostos literários floresciam.
4. Os estados afirmavam-se e procuravam ganhar força e poder no contexto anárquico das relações internacionais. Preocupado com o presente terreno e não com o além, o poder político dentro dos estados (que nas monarquias absolutas se centrava na figura do rei), confrontado, inclusivamente, com o fortalecimento da burguesia e com o desenvolvimento da sociedade civil, necessitava de manter um fluxo social de informação e propaganda vigiado e controlado que pudesse servir os seus interesses concentracionários; no parlamentarismo inglês, por seu turno, as fações políticas necessitavam, igualmente, de manter, permanentemente, um fluxo comunicativo, desta feita para intervir no espaço público e garantir a fidelização dos partidários e a arregimentação de novos apoiantes. As elites ansiavam pelo conhecimento das novidades – nas ideias, nas artes, nas ciências, no devir do mundo... Em suma, conforme coloca Baker (1999, p.11), as elites internacionais precisavam de informações que lhes podiam ser fornecidas pelos periódicos. O público em geral interessava-se, pelo menos, pelas notícias sensacionais e de interesse humano, conforme é comprovado pelo êxito que tiveram as publicações ocasionais sobre alegados milagres e outros acontecimentos insólitos, tragédias, crimes, batalhas e temas similares.

5. Um novo grupo social – a burguesia – progredia e conquistava poder graças à acumulação de capital, o que lhe exigia a posse de informação para poder intervir nos negócios públicos e privados. O seu enriquecimento conferia-lhe, ademais, capacidade de investimento e um crescente poder de compra de bens culturais, nomeadamente de mercadorias editoriais – periódicos, livros, folhas noticiosas ocasionais e relações de acontecimentos. O princípio da *publicidade* da informação – ou seja, o princípio de que a informação sobre os assuntos da governação e do estado deve, por norma, ser pública – trazido pelo periodismo – ou já jornalismo – emergente vinha totalmente ao encontro dessa necessidade de informação pública que a burguesia denotava.
6. O capital acumulado pela burguesia, o apelo à iniciativa privada, o sentido da inovação e a capacidade denotada pelos burgueses de correr os riscos próprios do investimento privado criaram condições para o desenvolvimento da indústria editorial, no seio de um sistema capitalista, em vários países europeus. A burguesia queria fazer investimentos editoriais que lhe garantissem um retorno lucrativo e, ao mesmo tempo, ganhar influência, graças à projeção conferida pelo jornalismo.
7. Diferentes preferências culturais determinaram, pela primeira vez, a aparição de públicos segmentados. A politização desses públicos originou a formação de fações políticas. Foi surgindo uma esfera pública, eminentemente burguesa, relativamente autónoma em relação ao estado, que se alimentava de novas informações e ideias. A implantação dessa esfera pública foi mais forte e rápida em países como a Inglaterra e noutros países do norte e do centro da Europa, particularmente nos países em que o protestantismo dominou; foi mais vagarosa e frágil em países europeus periféricos e católicos, como Portugal e Espanha.
8. A sociedade civil, sujeita a um extraordinário processo de mudança, afetada por conflitos e guerras e crescentemente politizada e separada do estado (embora mais em determinados países do que noutros), necessitava de informação para combater a incerteza. Nas monarquias

absolutas, os cortesãos necessitavam de informações para poderem agir de acordo com os seus interesses; nas Províncias Unidas e em Inglaterra, os parlamentares e os demais indivíduos que se envolviam nos assuntos públicos e nos negócios privados também necessitavam de informações. Redes sociais e políticas instituíram-se em torno dos periódicos, constituindo um dos vetores em torno dos quais se edificou, na designação de Bourdieu (1998), o “campo jornalístico”.

9. O empirismo e o materialismo originaram uma cultura de valorização dos factos (Shapiro, 2000) que determinou a procura da objetividade nas notícias e a aparição de uma ética jornalística embrionária assente no valor da verdade (Ward, 2004), entendida não como transcendência metafísica mas sim quer como a adequação do que é dito à descrição objetiva do mundo material (no discurso noticioso) quer como a adequação do que é dito à emissão de um ponto de vista sobre a realidade dos factos (no discurso jornalístico opinativo político e crítico). O jornalismo foi-se configurando, assim, como uma atividade de comunicação social específica, com regras e práticas próprias e identitárias e uma linguagem distinta e característica, que convocavam – e exigiam – um conjunto particular de saberes, conhecimentos e competências que permitissem a sinalização do que interessava noticiar e uma rápida transformação dos factos em notícias imunes às críticas externas. Efetivamente, apesar da informação ter sido frequentemente colonizada pela propaganda na imprensa seiscentista, apesar das notícias ficcionais ou erradas, apesar da falta de precisão de muitas matérias, ao longo do século XVII foram-se, progressivamente, afirmando, nos jornais, entre outros, os valores da factualidade, da verdade, da clareza, da brevidade e da simplicidade da expressão e regras como a da verificação e a do balanceamento da informação. Os redatores e editores seiscentistas foram, na verdade, estimulados, pelas críticas, a adotar as práticas que configuram, na atualidade, os saberes, as competências e os preceitos éticos dos jornalistas e que são as mesmas que estão por detrás do êxito comercial que a imprensa informativa generalista conheceu. Essas práticas e esses

valores não correspondem a mais, porém, que a uma redescoberta das técnicas de relato da historiografia e da retórica clássicas greco-romana⁸⁸. Lançaram-se, desse modo, os alicerces daquelas que viriam a ser a identidade e a ética jornalística no mundo ocidental.

10. A instituição gradual de serviços de correio permitiu a expansão de redes de correspondentes e de trocas de informação, a nível nacional e internacional. Essas redes, superadas, depois, pelo próprio movimento periodístico, foram vitais para acelerar os fluxos de informação e tornar as notícias num bem comum apetecível e, segundo Raymond (2012, p. 203), “conferiam sentido à existência social” do impresso. As infraestruturas de transporte, as redes sociais embrionárias e os serviços de correio associaram-se para sustentar a proliferação de periódicos que já podem ser considerados jornais – registos das jornadas ou dos dias. Sendo a informação apetecível, poderia, facilmente, converter-se em mercadoria – uma mercadoria que poderia ficar ainda mais apetecível pela adição de um pouco de emoção e sensação aos relatos noticiosos. Pelas suas características específicas, a mercadoria noticiosa facultava, ainda, a promoção de outras mercadorias. Sob o pretexto das notícias, cada vez mais entendidas como um bem público, podia vender-se publicidade.
11. A passagem da ocasionalidade para a seriação e desta para a periodicidade – que alterou a experiência do tempo nas sociedades modernas – foi fundamental para o jornalismo. O processo pode ser exemplificado com o caso português – as publicações ocasionais, como os relatos seiscentistas de naufrágios, abriram caminho às publicações noticiosas seriadas não periódicas, como as *Relações* de Manuel Severim de Faria, e estas estiveram na base dos periódicos, como a *Gazeta* (1641-1642), a *Gazeta de Novas de Fora do Reino* (1642-1647) e o *Mercúrio Português*

88. As *Instituições*, de Quintiliano, tinham sido (re)descobertas em 1416, e em 1421 foram (re)descobertos alguns dos tratados retóricos de Cícero, que, conforme salienta Mortara Garavelli (1991, p. 79), já dizia que para um relato ser completo necessitava de responder às perguntas: “quem?” (quis), “o quê?” (quid), “onde?” (ubi), “como?” (quemadmodum), “quando?” (tempus), “com que meios?” (quibus adminiculis) e “porquê?” (cur). Essas ideias repetem-se não somente nas *Instituições* de Quintiliano mas também nos escritos de outros retóricos, como Hermógenes de Tarso, que, para o mesmo efeito, exigia que se respondesse às questões: “quem?”, “o quê?”, “quando?” e “porquê?”, adaptações, elas mesmas, das categorias de Aristóteles (López Eire, 2002, p. 250).

(1663-1667). Os leitores cultivaram, assim, o hábito de esperar por notícias e ideias frescas a intervalos regulares de tempo. Estes intervalos de tempo reduziram-se a somente um dia ao longo do século XVII em certos lugares da Europa. Os não leitores terão, possivelmente, visto espicaçada a sua curiosidade graças ao contacto com inúmeras informações heterogéneas, que os sintonizavam com a própria heterogeneidade do mundo. A alfabetização, por seu turno, poderá ter sido beneficiada pela existência de um mercado editorial em expansão que oferecia aos consumidores numerosas *coisas para lerem*, nomeadamente jornais.

12. Pode reconhecer-se, ou não, a existência de modelos normativos e funcionais jornalísticos diferenciados na Europa seiscentista (um modelo inglês e um modelo francês). Aliás, os países europeus tiveram modelos normativos e funcionais de jornalismo que, em alguns pontos, se tocavam, mas que, noutros, se diferenciavam. Em todo o caso, a *liberdade de imprensa*, equacionada, pela primeira vez, na Inglaterra seiscentista, animou o desenvolvimento que o jornalismo viria a ter nos séculos subsequentes. No século XVIII, foi o periodismo inglês político-noticioso e noticioso independente a abrir caminho ao jornalismo profissional. Pelo contrário, a falta de liberdade também retardou o desenvolvimento de um jornalismo “livre” noutros pontos da Europa, como na Península Ibérica, em contraponto com o que ocorreu em Inglaterra. Mas em toda a Europa houve casos em que a informação se misturou com propaganda. Nas monarquias absolutas, como em Portugal, a imprensa propagandeou o poder real, assiduamente representado nos jornais, sempre com enaltecimento. Em Inglaterra, a propaganda servia as forças políticas que animavam os jornais político-noticiosos, que buscavam influenciar as correntes de opinião e doutrinar e arregimentar partidários. Na França e na América revolucionárias, a imprensa colocou-se, partidária e propagandisticamente, ao serviço de causas.
13. Fala-se de um “Novo Jornalismo” para se referir o jornalismo popular sensacionalista industrial e de massas surgido nos Estados Unidos na última década do século XIX; ou o jornalismo de cunho literário surgi-

do na década de 1960, caracterizado pela profundidade nos conteúdos, pela investigação jornalística e, por vezes, pela subjetividade assumida do enunciador. Na verdade, ao longo dos séculos houve “novos jornalismo”. Um deles foi, sem dúvida, o periodismo cultural, científico e filosófico de cariz enciclopédico, muito ligado ao espírito da Ilustração, que apareceu na Europa no século XVII e chegou a Portugal no século XVIII. Este “novo jornalismo”, ou, pelo menos, “novo periodismo”, que se afastava do noticiário generalista para se dedicar à promoção do conhecimento, às vezes de cariz enciclopedista, foi importante para abrir o jornalismo a novos temas e a novos géneros. Um outro “novo jornalismo” desenhou-se na Inglaterra setecentista, graças ao contributo de escritores-jornalistas como Daniel Defoe e Jonathan Swift, que trouxeram a reportagem impressiva, o artigo político e económico de análise e a crónica quotidiana irónica para a imprensa.

14. Não é despidendo enfatizar que a dinâmica e interação entre públicos e editores e promotores de periódicos gerou, na Modernidade, a *segmentação da imprensa*, que teve correspondência na *segmentação nos públicos*, ainda que, por vezes, os mesmos indivíduos lessem periódicos diversos, com diferentes linhas editoriais.

Um conjunto de transformações e de condições materiais, económicas, culturais, políticas e sociais, bem como o surgimento de novos dispositivos de comunicação, de novos públicos e de novos espaços de sociabilidade, estiveram, pois, na génese e desenvolvimento do jornalismo periódico, consolidando-o, não só como atividade comercial, mas também como forma organizada e permanente de comunicação e difusão pública de informação. A sede crescente de informação a que o jornalismo deu resposta trouxe consigo, ademais, uma revolução na forma de as pessoas verem o mundo e de perceberem o tempo, tornando-se, designadamente, mais interessadas na atualidade e no futuro do que no passado.

Combinados todos estes fatores, o jornalismo – enquanto periodismo – pôde crescer em importância na sociedade seiscentista e, ao tornar-se o principal

suporte para a difusão da informação e das ideias, contribuiu para acelerar os fluxos noticiosos, para mudar a experiência do tempo, centrando-a na atualidade, e para que se imaginasse um mundo mais amplo que aquele que era conhecido até então. Assim, concorreu para a mudança das sociedades europeias no contexto da Modernidade. O seu impacto foi tão grande que a Academia e os intelectuais da época o acolheram como objeto de estudo e reflexão, sendo, neste âmbito, notável a pioneira tese de Tobias Peucer (1690), entre outros escritos.

O JORNALISMO NA CONTEMPORANEIDADE – INDUSTRIALIZAÇÃO, EMPRESARIALIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO CONFIGURAM O SISTEMA CONTEMPORÂNEO DE MEIOS JORNALÍSTICOS

A Idade Contemporânea inicia-se, por convenção, com a queda da Bastilha e a Revolução Francesa (1789), a segunda grande revolução setecentista, depois da Americana (1776). Ambas trouxeram um conjunto significativo de mudanças políticas, sociais e culturais aos povos ocidentais. Uma terceira revolução, esta de caráter tecnológico e económico, veio juntar-se às anteriores e teve, igualmente, um tremendo impacto – a Revolução Industrial. O seu início pode situar-se, arbitrariamente, em 1777, ano em que James Watt apresentou, em Inglaterra, um motor a vapor mais fiável e rentável do que os anteriores, logo aplicado na indústria e noutros setores. Em 1829, a locomotiva de Robert Stephenson, símbolo da época, revolucionou os transportes.

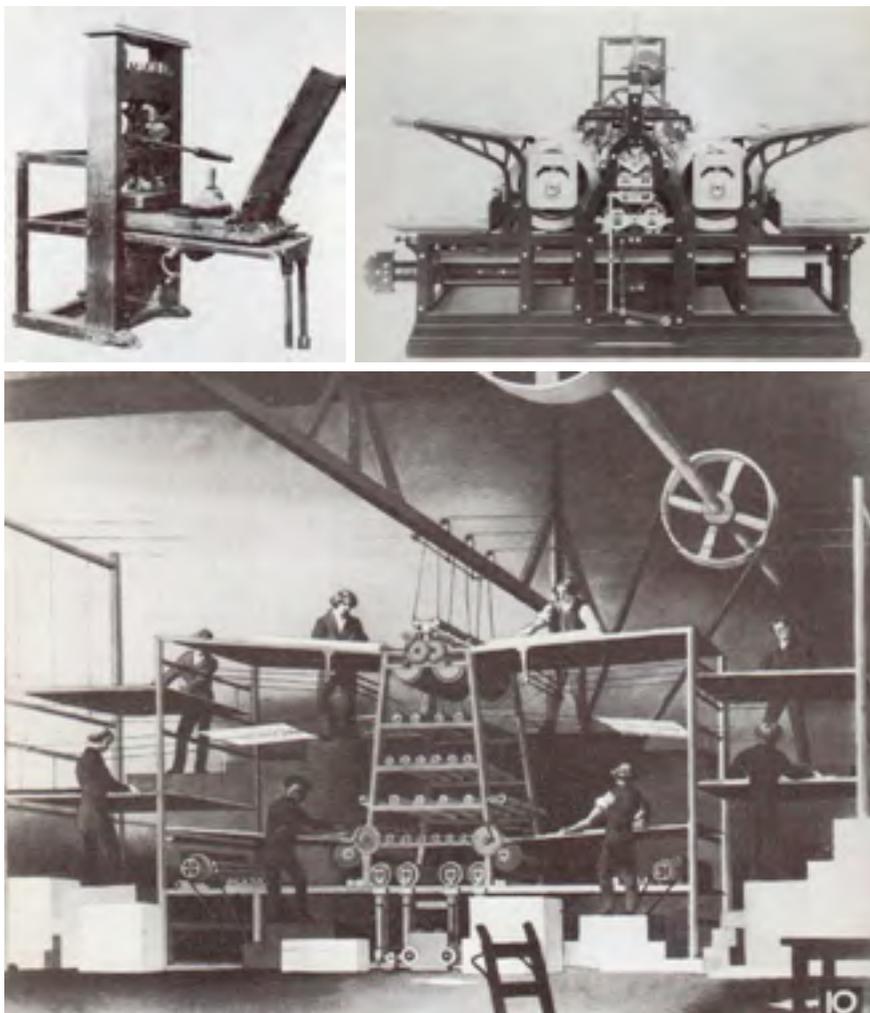
Quais são os grandes traços caracterizadores do século XIX nas sociedades ocidentais? A resposta talvez possa estruturar-se em torno dos seguintes eixos:

1. *Expansão e consolidação do capitalismo e da Revolução Industrial*, que provocou fenómenos como os seguintes: o êxodo para as cidades; a emigração para os países mais desenvolvidos; a expansão de uma sociedade tecnológica, na qual aumentou a velocidade a que apareciam novos inventos; e, ao longo do século, a progressiva ascensão do operariado

(a *classe operária*) ao estatuto de “classe média”, a que se seguiu o seu aburguesamento. A sociedade crescentemente consumista e de bem-estar tornou-se amante e dependente das tecnologias e das ciências. O capitalismo sofisticou-se, até porque a procura do lucro possibilitou a emergência de um sistema bancário forte, capaz de assegurar recursos à iniciativa privada. As novas vias e meios de comunicação (telégrafo, estradas, caminhos-de-ferro...) tornaram o mundo “mais pequeno”. A família rural, alargada e solidária, deu lugar à família nuclear urbana contemporânea, mais egoísta na forma de olhar para o mundo e para os outros. Incrementou-se o consumo de bens e serviços. A “democratização” do acesso à tecnologia contribuiu para a atenuação das tensões sociais, pois, simbolicamente, parece esbater as diferenças sociais. No entanto, a Revolução Industrial não chegou a todo o lado, nem começou ao mesmo tempo em todo o lado. A Grã-Bretanha foi o seu berço, mas rapidamente se estendeu à Alemanha, França e outros países europeus e aos Estados Unidos e Canadá. Portugal demorou a colher dela benefícios.

2. *Ascensão educacional e social das populações*, já que uma sociedade tecnológica e industrial necessitava de pessoas com algum nível de instrução, o que expandiu o ensino básico gratuito. Crescentemente instruídos, com salários que, embora baixos, permitiam padrões de consumo e um nível de vida que o campo não dava, os operários, que entram num progressivo processo de “aburguesamento”, vão ver na educação uma forma de progresso e ascensão social. Por outro lado, a instrução aumenta a capacidade de conhecer e ler o mundo, o que contribuirá para a expansão do público dos meios jornalísticos. A imprensa generalista e a imprensa especializada e segmentada desenvolvem-se a par. A imprensa operária, a imprensa ilustrada e a imprensa desportiva, por exemplo, tiveram ampla projeção ao longo do século XIX e mesmo no século XX. A imprensa político-noticiosa partidariamente alinhada também tinha uma quota significativa do mercado editorial em países como Portugal.

Figura 52. A Revolução Industrial deu à indústria jornalística a maquinaria necessária à impressão de milhares de cópias de jornais e revistas a baixo custo. Na imagem, o prelo manual usado até então, a rotativa a vapor Koenig e a impressora estereotípica Cowper.



3. *Democratização da vida política e empoderamento dos cidadãos*, pois os estados vão, gradualmente, incorporando os cidadãos (e contribuintes) no processo decisório. Na década de Setenta do século XIX, os Estados Unidos, a França, a Alemanha, a Suíça e a Dinamarca já tinham sistemas eleitorais baseados no sufrágio universal para homens maiores de idade. No Reino Unido, as *Reform Acts* de 1867 e 1883 permitiram a cerca de 30% dos cidadãos do sexo masculino exercer o direito de voto. Mas a democratização da vida política levou também as pessoas para a rua, manifestando-se quando os seus direitos e nível de vida eram afetados.

A desigualdade de género no exercício do direito de voto, no acesso à vida profissional e no nível salarial e uma condição feminina subordinada ao homem originou protestos por parte de algumas mulheres. Surgiram o movimento sufragista e o feminismo. As mulheres reivindicaram igualdade de direitos e empoderamento. A participação das mulheres na vida política e cívica foi ganhando terreno.

4. *Incremento dos processos coloniais*, em África e grandes partes da Ásia, o que provoca um constante afluxo de notícias (sob a forma de texto e imagens) sobre descobertas geográficas, antropológicas, biológicas e outras. As grandes potências, nomeadamente as europeias, lançam-se sobre África, que colonizam em seu próprio proveito, explorando as populações autóctones, por vezes reduzidas à servidão ou mesmo à escravatura. Ainda assim, o comércio intercontinental de escravos e a escravidão foram sendo abolidos ao longo do século XIX nos países ocidentais. Na Ásia, o Japão transforma-se, industrializa-se e ascende, gradualmente, ao estatuto de potência. Os Estados Unidos tornam-se um país continental, devido à expansão de Leste para Oeste, após a Guerra Civil Americana (1861-1865).
5. *Formação das grandes correntes ideológicas que marcam a luta política até hoje*. A rivalidade ideológica e a colisão entre estados ditada pelo expansionismo nacionalista estiveram na origem de algumas das guerras do século XIX. Em alguns países, como Portugal, sucederam-se os con-

flitos entre liberais e absolutistas, com o triunfo dos primeiros; depois, assistiu-se, com o processo de consolidação dos estados, ao fomento do nacionalismo, que, em alguns casos, com base em dados tidos por científicos, se misturou, gradualmente, com o racismo e o antissemitismo; finalmente, a observação das desigualdades sociais e das condições de vida do operariado gerou o socialismo, o reformismo (social-democracia e democracia-cristã) e o anarquismo, a que aderiram muitos membros das elites, mas também muitos operários, cada vez mais instruídos, sabedores da sua força (sindicatos...) e ideologicamente consciencializados. As classes médias urbanas (formadas por pequenos comerciantes, operários aburguesados, professores, profissionais liberais, trabalhadores do setor do comércio e serviços e outros), curiosamente, rechaçaram as correntes radicais de esquerda, o catolicismo progressista e o anarquismo, tendo-se tornado num dos alicerces do conservadorismo e do liberalismo.

6. *Massificação dos conflitos armados*, pois o desenvolvimento das tecnologias militares destinadas a aniquilar milhares de vidas em poucos instantes (e o sacrifício das populações civis!) exigia exércitos imensos. Apesar da derrota da aventura napoleónica e do expansionismo francês, as guerras continuaram a devastar o mundo, e houve muitas: conflitos coloniais com os povos autóctones; guerras civis, como a Guerra Civil Americana ou as guerras liberais em Portugal; conflitos por território, influência e poder no contexto internacional, como a Guerra Franco-Prussiana e a Guerra da Crimeia, entre outras. Interessantemente, a observação do sofrimento humano levou ao aparecimento de organizações como a Cruz Vermelha Internacional e de profissões como a enfermagem.
7. *Transfiguração da imprensa e das relações entre jornalismo e política*. Com a progressiva liberalização e democratização parlamentar dos estados ocidentais, expandiu-se, ao longo do século XIX, por diversos países, o jornalismo político e político-noticioso, partidariamente alinhado, que tinha nascido em Inglaterra, quase dois séculos antes, e ao qual as revoluções americana e francesa deram um forte ímpeto. Nesses periódicos discutiam-se ideias, ideologias, políticas e negócios e fixavam-se e arre-

gimentavam-se partidários. Os periódicos converteram-se no principal meio de discussão pública das opções políticas. Essas discussões expandiam os debates parlamentares e ampliavam-se nos cafés, nas tabernas, nos clubes e noutros espaços de sociabilidade masculina. O espaço público estruturado ao redor dos periódicos políticos era, na verdade, predominantemente masculino, elitista e relativamente “unificado”. Esses periódicos podiam divergir na orientação política, mas eram semelhantes na tipologia dos conteúdos apresentados – artigos, crônicas, algumas notícias, por vezes elaboradas com viés político e partidário. Aliás, muitos dos protagonistas que faziam da imprensa a sua tribuna tinham a mesma origem social. Pertenciam às elites detentoras de capital cultural, político e económico que se envolviam na vida pública. No entanto, alguns operários instruídos formaram os seus próprios periódicos de classe.

Ao longo do século XIX e até à alvorada do século XX, novas dinâmicas sociais e económicas diminuíram a influência da imprensa política e político-noticiosa alinhada com movimentos e fações políticas, em favor de uma imprensa industrializada e popular, barata, independente, com elevadas tiragens e circulação, que fazia da notícia a sua matéria-prima. Os indivíduos isolados e os pequenos grupos de indivíduos com pouco capital que anteriormente conseguiam publicar um periódico artesanal foram sendo varridos do mercado quando não se conseguiram adaptar aos novos tempos. A *empresa jornalística* tornou-se o alicerce do sistema jornalístico. A nova imprensa popular encarava o jornalismo como negócio e obtinha receitas e lucro da captação de anúncios publicitários, além das vendas em banca e por assinatura, mas os seus promotores, com frequência, procuraram exercer influência política e, em certos casos, financiavam, como uma espécie de mecenas, jornais que lhes eram favoráveis e promoviam a sua carreira. Essa imprensa popular, no entanto, não fechou os olhos à política. Pelo contrário, os jornais e revistas abriram-se, de um modo geral, às discussões políticas, recorrendo a géneros como, em Portugal, o *artigo de fundo*, ou, simplesmente, *fundo*, antepassado do editorial, e criando espaços específicos para a *opinião*, separada, cada vez mais, da *informação*.

Por isso, ao trazer os acontecimentos e problemas da atualidade ao público em geral e ao estimular discussões sobre política nos espaços de opinião, a imprensa industrializada, popular e noticiosa, politicamente independente, acabou, paradoxalmente, por expandir as discussões políticas a novos públicos, como os operários e os funcionários comerciais e dos serviços, normalmente detentores de menores níveis de educação formal e possuidores de uma cultura geral sofrível, que se juntaram, como consumidores de meios jornalísticos, aos profissionais liberais e às elites culturais, políticas e económicas que tinham constituído, até aí, o grosso dos leitores de jornais e revistas. Num contexto de progressiva da democratização das sociedades nos países ocidentais, os indivíduos que se tornaram novos leitores regulares da imprensa interessavam-se, normalmente, por política, até porque foram conquistando o direito de voto. O espaço público, entendido, aqui, como espaço de discussão política, foi-se, assim, gradualmente, expandindo e sendo mais participado. Mas ao deixar de ser elitizado, também se tornou mais emotivo e menos elaborado.

Além disso, os cidadãos – consumidores, contribuintes e votantes – necessitavam de uma imprensa que ecoasse os seus problemas e desejos, refletisse os seus modos de vida e desse resposta às suas necessidades informativas. A aceleração dos fluxos noticiosos, suportada por infraestruturas tecnológicas (telégrafo, telefone...) e pelas agências de notícias, bem como as necessidades sociais de informação, criaram, assim, condições para o florescimento dessa imprensa popular noticiosa e da imprensa especializada segmentada – como a imprensa económica e comercial, a imprensa desportiva, a imprensa cultural e científica e a imprensa ilustrada. Porém, o triunfo da imprensa popular noticiosa, tornou o jornalismo, em parte, “uma sucessão convulsa de ações e acontecimentos, alheia ao tratamento grave e meticoloso das velhas causas defendidas pelos jornais de antigamente” (García González, 1999, p. 89).

Por seu turno, os partidos, face à expansão do direito de voto, começaram a necessitar, crescentemente, da imprensa para comunicar com os cidadãos-votantes. Quadros partidários, cada vez mais especializados em comunicação,

cultivaram uma retórica frequentemente demagógica, simples, banal, populista e, por vezes, hipócrita, capaz, no entanto, de seduzir os votantes, e aprimoraram técnicas para manipularem os cidadãos e os jornalistas. Alguns destes profissionais da imprensa foram, ingenuamente, colocados ao serviço de interesses políticos (por exemplo, para destruir carreiras ou para testar a receptividade pública de determinadas políticas e medidas). Pelo final do século, a situação complicou-se, sobretudo na Europa, devido à radicalização da luta política. Os partidos tradicionais, liberais-conservadores, viam opor-se-lhes anarquistas, socialistas e nacionalistas. A radicalização da luta política foi acompanhada pela radicalização do discurso de alguns jornais, que começaram a evidenciar um enorme desejo de intervenção política, já não em nome de um partido, mas sim em nome de conceitos mais vagos, como o *povo* ou a *nação*. Nesta conjuntura, começaram a desenvolver-se, por vezes, relações complexas e problemáticas entre jornalistas e políticos, tendo havido casos em que os jornais populares, teoricamente independentes, se colocaram, nitidamente, ao serviço da promoção de carreiras políticas, de partidos políticos e de interesses pessoais. Alguns dos casos de denúncia de corrupção que marcaram a imprensa europeia (por exemplo, o caso Dreyfus, em França) e americana (por exemplo, o caso Tweed) do final do século XIX terão sido o corolário lógico desses problemáticos laços entre os campos do jornalismo e da política que se desenvolveram no mundo ocidental de Oitocentos e da alvorada de Novecentos. A imprensa converteu-se, efetivamente, num “Quarto Poder”, mas um “Quarto Poder” deveras problemático e pouco sujeito ao escrutínio público, pois os jornalistas, à margem das instituições da democracia representativa, tomaram mão da tarefa política de velar pelo interesse público e de representar os cidadãos, embora a independência de jornais e jornalistas fosse (e seja), frequentemente, afetada pelos interesses políticos e pessoais que jornais e jornalistas foram servindo. Em suma, a questão das relações entre jornalismo e política não tinha nem tem a ver com a existência de periódicos (e outros meios) assumidamente políticos e partidários, como, de resto, aconteceu e acontece desde o século XVII, mas sim com a existência de um jornalismo supostamente independente e livre, popular e predominantemente noticioso, mas que, insidiosamente, se tornou

promotor de interesses políticos e de causas, invadindo, inclusivamente, os territórios da representação política institucional. Dito de outra forma, se os políticos usaram e usam os jornalistas e os meios jornalísticos, estes últimos, ao repercutirem correntes de opinião pública, também exerceram e exercem pressão sobre os políticos, levando-os, por vezes, a tomarem as medidas que mais ecoam na opinião pública e não as medidas racionalmente mais adequadas. No século XIX, a declaração de guerra de França à Prússia, em 1870, e a declaração de guerra dos Estados Unidos a Espanha, em 1898, serão bons exemplos de medidas que terão sido tomadas mais devido à pressão exercida sobre o poder político *pelos* meios jornalísticos e *nos* meios jornalísticos do que devido a uma fria, serena e racional reflexão sobre os problemas e as opções mais adequadas.

3.1 O panorama do jornalismo ocidental em Oitocentos

O século XIX foi o século de entrada da imprensa jornalística na contemporaneidade. Nesses cem anos, várias inovações na estrutura mediática e na forma de trabalhar e de informar converteram o periodismo da Idade Moderna no jornalismo da Idade Contemporânea, num contexto marcado pela industrialização, pelo desenvolvimento dos transportes – tendo como símbolo o caminho-de-ferro – e das tecnologias de comunicação (telégrafo, cabos submarinos, telefone), pelo surgimento e aperfeiçoamento da fotografia e do cinema, pelo aumento da alfabetização, pela expansão e consolidação da democracia liberal e pela urbanização.

O século XIX foi o século de expansão das ideias liberais e do espírito burguês, a que se associa a ideia da liberdade de imprensa. Esse fenómeno levou, numa primeira fase, ao florescimento da imprensa política e político-noticiosa partidariamente alinhada, combativa e militante (*party press*). Era uma imprensa que fazia uma leitura política permanente dos acontecimentos da atualidade, mas que também podia ser, simultaneamente, noticiosa, literária e divulgadora de ideias e descobertas (publicista). Era uma imprensa de elites e para as elites alfabetizadas, cultas, endinheiradas e envolvidas no combate político e ideológico, uma imprensa cara, normalmente inacessível

aos cidadãos comuns, mas, frequentemente, lida em voz alta e comentada publicamente nos espaços de sociabilidade masculina – como as tabernas, os cafés, os clubes e as casas de chá. Esse tipo de imprensa dominou o cenário europeu continental e latino-americano durante a primeira metade do século XIX, mas, no mundo anglo-saxónico, onde os Estados Unidos assumiam crescente protagonismo, cedeu lugar à imprensa politicamente independente e popular a partir do meio da terceira década de Oitocentos. Na Europa continental, foram os confrontos políticos em torno da governação, suscitados pelo ambiente liberal, mas também os confrontos militares, a criar condições para o desenvolvimento dessa imprensa político-noticiosa, enquanto na América-Latina o florescimento dos jornais políticos e partidários se deveu, essencialmente, aos processos de independência.

Efetivamente, embora na Europa e na América Latina o cenário jornalístico fosse dominado pela imprensa político-noticiosa partidariamente alinhada durante toda a primeira metade do século XIX, nos Estados Unidos logo na década de Trinta do século XIX surgiram jornais predominantemente noticiosos, baratos, politicamente independentes, com um discurso acessível e, por vezes, também emotivo, direcionados para todas as pessoas, encarados, essencialmente, como negócio empresarial – a primeira geração dos jornais populares. Esses jornais agradaram ao mercado dos impressos, que expandiram, e foram bem-sucedidos na competição com os periódicos de elite – culturais, científicos e políticos.

A primeira geração da imprensa popular recuperou o centralismo noticioso das publicações ocasionais e periódicas da alvorada da Idade Moderna, que já então estruturaram um *mercado de notícias*, animado por editores e *publishers* que, vendo-se a si mesmos como uma espécie de historiadores do presente, conforme a tese de Peucer (1690) tão bem dá conta, foram, também, verdadeiros *mercadores de notícias*. Os jornais populares norte-americanos nascidos na terceira década de Oitocentos foram, assim, tal como os periódicos do nascimento da Modernidade, encarados como um negócio de *produção e difusão de notícias*, mas deram-lhes, em acréscimo, a base empresarial e industrial e a dose de sofisticação editorial e profissional

necessárias para corresponderem às expectativas dos novos e velhos públicos que procuraram conquistar. Neles, as notícias eram escritas de forma suficientemente simples para serem, inclusivamente, compreendidas quando eram lidas em voz alta. Muitas das matérias noticiosas nesses jornais eram suficientemente emotivas para despertarem a atenção e a comoção dos leitores e abordavam a dura realidade vivida dia a dia pela maioria do povo, que nelas se reconhecia. Aliás, explorando temas como as duras condições de trabalho dos operários, a falta de salubridade das casas, o trabalho infantil, o crime nas ruas e outros, os jornais populares tiveram um impacto tremendo na sociedade da época, incentivando os políticos a promulgar legislação reformista que melhorou as condições de vida dos trabalhadores e da população em geral.

A primeira geração de jornais populares do século XIX surgida nos Estados Unidos é, igualmente, designada por primeira geração da *penny press* (o nome advém do baixo preço), para se distinguir da imprensa política (*party press*). As soluções discursivas, normativas e funcionais da *penny press* iriam contaminar o jornalismo em todo o mundo. Aliás, o modelo aberto pelos jornais populares norte-americanos logo teve sucessores na Europa.

Assim, a partir de meados da década de Trinta do século XIX, também na Europa se começaram a propor jornais predominantemente noticiosos e populares a um mercado crescentemente ávido de informações, como prova o surgimento do primeiro jornal popular europeu que seguiu o receituário discursivo e funcional da primeira geração da *penny press* norte-americana: o periódico francês *La Presse*, nascido em 1836 (apesar de o seu preço elevado e da sua atenção à grande política o afastarem um pouco do modelo da primeira geração da imprensa popular norte-americana). Não é que, em 1836, não existissem já jornais predominantemente noticiosos no Velho Continente. Pelo contrário. No Reino Unido, por exemplo, *The Times*, surgido ainda no século XVIII, em 1785 (sob a denominação *The Daily Universal Register*), apresentava-se ao mercado com um modelo jornalístico predominantemente noticioso. Porém, apesar de independente, *The Times* tomou a seu cargo o papel de representante das classes médias e superiores conservadoras e

instruídas, canalizando, discursivamente, os anseios e descontentamentos destas classes. Foi, assim, o primeiro jornal “comprometido”, “envolvido”, o primeiro jornal a procurar, simultaneamente, informar e representar cidadãos, porventura mal representados nas instituições do Estado, inaugurando um modelo que ainda hoje é mais ou menos seguido pela imprensa britânica (jornais independentes mas ideologicamente alinhados, que não hesitam, por exemplo, em aconselhar os seus leitores a votarem num determinado partido). Por isso, apesar de o *Times* procurar oferecer aos seus leitores notícias atuais, rigorosas e fidedignas, como provam os célebres despachos telegráficos de W. H. Russell da Guerra da Crimeia (1853-1856), buscava, igualmente, enquadrar os assuntos pela ótica conservadora, o que gerava o desinteresse da parte da população que não se sentia representada nas páginas deste matutino. Além disso, sendo um diário segmentado, direcionado para indivíduos instruídos e detentores de algum capital cultural, apresentava um nível discursivo que afastava os cidadãos menos instruídos. De qualquer maneira, com jornais como *The Times* justificava-se o epíteto com que a imprensa era crescentemente classificada: o “Quarto Poder”:

A moderna imprensa informativa parece imersa num clima de euforia que faz prosperar o mito do ‘quarto poder’ (...). O potencial político da imprensa não era desdenhável: a sua credibilidade como imprensa independente convertia-a num eficaz canal de comunicação política entre os partidos com representação parlamentar e os cidadãos, e o seu discurso, maioritariamente ligado ao daqueles, atuava como um fator gerador de calma social, ao moderar o descontentamento e ao negar, com frequência, a existência de conflito social. O sistema ganhava estabilidade (...). (García González, 1999, p. 62)

A popularização da imprensa facultará, no final do século XIX, mais uma vez nos Estados Unidos, a entrada em cena da “imprensa popular de massas” (segunda geração da *penny press*), sustentada por empresas que prosseguiam mais o lucro económico do que o benefício político e beneficiando de inventos como a rotativa, cujos primeiros modelos foram introduzidos em 1865, facultando grandes tiragens a baixo preço por exemplar. Surgiram,

assim, os jornais generalistas, de elevadas tiragens (na última década do século, em Nova Iorque, o *World* e o *New York Journal* já atingiam mais de um milhão de exemplares em certas ocasiões e ao domingo), predominantemente noticiosos, emotivos e sensacionalistas, apelativos (textos simples, uso de imagens e manchetes, grafismo inovador e arrojado, títulos atraentes no aspeto gráfico e no conteúdo, etc.), de baixo preço (daí a designação *penny press*), dirigidos à generalidade dos cidadãos.

A aparição da segunda geração da imprensa popular nos Estados Unidos não pode ser descontextualizada. Os EUA tinham um clima político, económico e tecnológico propício à inovação, possuíam cidades de grande dimensão (o que facilitava a interação social e as vendas de jornais), onde a classe média urbanizada, incluindo uma legião de operários, comerciantes, pequenos empresários, profissionais liberais e profissionais de serviços, lia jornais e definia a cultura dominante. Os Estados Unidos eram, também, um país de imigrantes. Os imigrantes, ainda que desejassem progresso pessoal, tinham, muitas vezes, um domínio rudimentar do inglês.

A imprensa, como produto cultural essencialmente urbano, intervirá de forma decisiva neste lento mas irreversível processo de urbanização, convertendo a cidade em audiência e ao mesmo tempo em protagonista das suas notícias e ensaiando uma nova forma de fazer jornalismo: interclassista por natureza e de massas por vocação. O seu discurso manifestar-se-á como um autêntico agente de mudança capaz de gerar novas formas de identidade coletiva e de interação social.

Com efeito, a moderna realidade urbana industrial assistirá à irremissível liquidação dos laços comunitários próprios do ambiente rural e à sua substituição por outros novos. O extraordinário reside no facto de a definição destes novos vínculos sociais não só suceder no espaço social, mas também no mediático.

(...)

Junto a esse espaço que o jornal oferece na definição das novas formas de interação social, o jornal dará aos seus leitores, afastados das suas origens rurais, a oportunidade de integrar-se dentro de uma nova comunidade que transcende a própria cidade: a nação. (García González, 1999, p. 58)

Com o aparecimento da imprensa noticiosa “de massas”, o jornalismo retomará – em definitivo – as suas origens simultaneamente noticiosas, quanto ao perfil editorial, e empresariais, quanto ao objetivo primordial das publicações – o lucro.

A imprensa popular massificada adotou uma atitude editorial liberal que facultou não só o debate da governação e a discussão combativa de ideias e políticas nas suas páginas, algumas delas abertas à *opinião*, mas também facilitou a disseminação de ideologias como o nacionalismo, por um lado, e o marxismo, por outro. Assim, pode afirmar-se que a deslocação do espaço público para o campo dos *media*, com os efeitos e defeitos apontados por Habermas (1984), foi acentuada, no decorrer do século XIX, pelo fortalecimento da imprensa e pela aparição de novos meios de comunicação, como a fotografia. Os novos meios juntaram-se aos anteriores e multiplicaram as formas de comunicação em sociedade.

A legislação liberal, a abolição de taxas, as inovações tecnológicas trazidas pela Revolução Industrial, a consolidação da economia de mercado, a urbanização, a ascensão da classe média urbana e a modernização social (urbanização, alfabetização, intervenção cívica, partidos políticos, direito de voto, etc.) consubstanciaram-se como os fatores por detrás do desenvolvimento que o jornalismo conheceu no século XIX, em especial no mundo ocidental e ocidentalizado. Os partidos políticos que se organizavam um pouco por todos os países democráticos, em especial na Europa e nos Estados Unidos, foram, nesse processo, um fator fundamental:

A partir de meados do século XIX, algo antes nos Estados Unidos, os regimes representativos vão articulando os seus próprios sistemas de partidos como prova da maturidade alcançada na formulação de diferentes opções ideológicas e projetos políticos alternativos. No futuro,

o partido constituir-se-á como aparelho de poder, como autêntico ator político capaz de promover as suas próprias personalidades públicas, de coordenar por si mesmo diferentes correntes de opinião, assim como de gerar um discurso próprio. Os partidos privam a velha imprensa política das funções que desempenhava até então e, ainda que alguns dos partidos mantenham jornais próprios, o interesse destes não transcende os círculos de leitura mais próximos do partido correspondente. (García González, 1999, pp. 55-56)

Assim, saindo diminuído o interesse de uma imprensa de partido (*party press*), cara, parcial e elitista, numa sociedade democratizada, vai-se impondo, em especial nos países europeus e nos EUA, ao longo da última metade do século XIX, uma imprensa predominantemente noticiosa, de discurso acessível, comercialmente agressiva e formalmente independente, por ser, normalmente, desligada de grupos e personalidades políticas. Essa imprensa “democratiza o mercado” ao mesmo tempo que se democratiza a vida pública (Schudson, 1978, pp. 12-60), embora, por vezes, fosse instrumentalizada pelos próprios *publishers*, que queriam adicionar poder e influência ao dinheiro que já tinham e ao lucro que faziam – William Randolph Hearst será o exemplo mais evidente.

Habermas (1981, p. 63) sustentou que na imprensa “de massas”, independente e informativa, o jornalista deixa de ser o juiz, passando essa função para o público. A função dos jornais e dos jornalistas passa a ser, essencialmente, a de providenciar informações para que o público possa ajuizar. Alguns periódicos informativos e populares independentes seguiram esse caminho, mas nem todos. No final do século XIX, assistiu-se, inclusivamente, à radicalização política do discurso jornalístico em alguns países. A intervenção política dos jornais de massas fez-se não em nome de um partido político, mas do *povo* ou da *nação*. Ideias nacionalistas, colonialistas e racistas, por exemplo, foram propagadas por essa imprensa.

Os jornais político-noticiosos de tendência partidária, que em vários países, como Portugal, continuaram a ter mercado e aceitação, seguiram a

tradicional linha partidária para esgrimirem argumentos e denegrirem adversários, por vezes usando notícias desfavoráveis – a imprensa republicana portuguesa, com *O Mundo* à cabeça, é um bom exemplo.

Outra tendência do jornalismo finissecular Oitocentista assentou no progressivo estabelecimento de laços promíscuos entre jornalistas e políticos, que frequentavam os mesmos espaços de sociabilidade. Os últimos necessitavam de comunicar com os cidadãos-votantes, fazendo-o, indiretamente, pelos meios jornalísticos, usando os jornalistas. Essa conjuntura, marcada pela facilidade de acesso de políticos e partidos aos jornais, comprometeu a independência da imprensa. Para complexificar a situação, a isso acresce que o jornalista foi usurpando ao político e às instituições políticas o papel de representação dos cidadãos, de vigilância dos poderes e de pugna pelo interesse público. “Os cidadãos, convertidos em improvisados destinatários de um discurso jornalístico incendiado, assumem uma profunda consciência política derivada da ficção participativa em que a imprensa os submergiu, ficando esta consagrada como virtual representante da consciência cidadã.” (Garcia González, 1999, p. 74).

De qualquer modo, a partir do final do século XIX o jornalismo noticioso generalista e independente, pesem embora as complicadas relações com a esfera política e a deriva nacionalista no discurso de alguns jornais, passou a ser encarado, predominantemente, como uma especialidade técnica: a da recolha, processamento (seleção, hierarquização, transformação discursiva) e difusão de informação socialmente relevante sob a forma de notícias. Os jornais de maior dimensão começaram a ser articulados em função da trilogia que ainda hoje define, sumariamente, os conteúdos dos órgãos jornalísticos: notícias, em primeiro lugar; opinião, análise e enquadramento, em segundo lugar; e informação de serviços, em terceiro lugar.

Novos inventos e procedimentos impulsionam a nova imprensa popular e noticiosa do século XIX. O telégrafo renovou o conceito de atualidade. A rede de correspondentes e colaboradores que os jornais lançaram sobre os territórios nacionais, beneficiando do telégrafo e dos caminhos-de-ferro,

ajudou a configurar mercados nacionais de notícias (há suficientes notícias nacionais para com elas se preencher a quase totalidade de um periódico) e a reforçar a noção simbólica de nacionalidade. As agências de notícias fizeram a sua aparição. A proliferação da notícia, que destronou o artigo como género jornalístico dominante e foi desvinculando o jornalismo da literatura – remetida para espaços específicos, como o folhetim – e da retórica política, promoveu uma distinção entre facto e comentário que alicerçou o conceito de objetividade jornalística. O telégrafo, fundamental para a difusão de informações, intensificou, por seu turno, a adoção de uma linguagem telegráfica. Por isso, e também para se defenderem de potenciais críticas, os jornalistas começaram a adotar critérios profissionais de elaboração da notícia, em vez de cultivar um estilo pessoal, emotivo, sensacional, retórico ou literário que, no entanto, ainda estava muito em voga no final de Oitocentos. O *lead* jornalístico-noticioso, a técnica jornalística da pirâmide invertida, a factualidade no relato, os procedimentos de objetividade fizeram, nessa época, a sua aparição como elementos dos saberes e competências profissionais, contribuindo para a autonomização dos jornalistas, para a consolidação do jornalismo como profissão e para a edificação de uma cultura e de uma ideologia profissionais (Schudson, 1978; Schiller, 1981; García González, 1999; Sousa, 2000; Traquina, 2002). É a partir da profissionalização do jornalismo, da existência de uma classe profissional com direitos e deveres, cultura, valores, ideologia profissional e saberes e competências específicos que podemos falar desta atividade de comunicação em sociedade como hoje se conhece, percebe e entende. A propósito, explicam Gómez Mompart e Marín Otto (1999 b, p. 230):

Cabe recordar que a primeira motivação da objetividade jornalística foi puramente comercial, uma exigência dos diários de massas (aqueles que são próprios de uma sociedade de cultura e comunicação de massas, quer sejam de “elite” ou “populares”) para satisfazer um público heterogéneo. Depois, não obstante, esta estratégia jornalística conformou-se – particularmente nos jornais de qualidade – como competência profissional, ou seja, como saber fazer (o jornalista apresenta todos os factos e

aspectos para que o recetor extraia as suas conclusões) e como ideologia de responsabilidade profissional (as informações devem comprovar-se pelo menos por duas fontes fiáveis).

Por seu turno, a cultura jornalística e a cultura social nas democracias estabeleceram o princípio da democraticidade no acesso aos factos e informações, anteriormente na posse de uma elite. Consequentemente, inculcou-se no jornalismo a ideia de “vigia dos poderes”, que ajudou a legitimar o jornalismo e os jornalistas aos seus próprios olhos e aos olhos da sociedade.

A nova imprensa informativa independente, dirigida a um público potencialmente massivo (...), torna-se um elemento primordial da vida pública, converte-se em ator capaz, junto com outros, de definir a realidade social em torno de factos e assuntos que eleva à categoria de noticiáveis, além de favorecer com tal tarefa a integração dos cidadãos (...) por meio da leitura. O jornal assume, diariamente, a responsabilidade de converter-se em defensor da cidadania frente aos hipotéticos abusos e injustiças do poder. A sua arma será a objetividade, esgrimida como modo de compromisso com uma audiência que julga diariamente os atos e ideias publicamente difundidos. (García González, 1999, p. 56).

Explicita-se, porém, que a igualdade formal no acesso às notícias não configura idêntico grau de igualdade no acesso aos enunciadores, idêntica representatividade nos discursos enunciados e muito menos idêntica capacidade de intervenção na definição do que é notícia. Na realidade, foi no século XIX, beneficiando da aparição das relações públicas organizadas por indivíduos como o norte-americano Ivy Ledbetter Lee, que as entidades de poder começaram a procurar, crescentemente, ter um papel relevante na definição da atualidade e na proposta de enquadramentos primários para os factos tornados públicos. Não é que antes o jornalismo fosse mais polifónico ou que as notícias fossem mais representativas dos interesses, necessidades e expectativas da generalidade da população. A diferença é que, a partir do século XIX, a imprensa, ao construir uma espécie de “realidade jornalística”, começou a ter um papel mais relevante no processo de “construção

social da realidade”, ou seja, na constante e processual edificação dos referentes e imagens que tomamos pela realidade e que dela fazem parte, o que agudizou os apetites pelo controlo do setor.

É de realçar que, a par da imprensa generalista, circularam durante todo o século XIX variadíssimas publicações segmentadas e especializadas, políticas, literárias, científicas, filosóficas, femininas, etc. Este contributo para a edificação de uma história geral do jornalismo deter-se-á, essencialmente, no jornalismo profissional generalista e “industrial”, mas é de realçar que as publicações segmentadas e especializadas tiveram e continuam a ter um papel relevante no panorama mundial da imprensa.

Destaque ainda, no século XIX, para o facto de o ensino do jornalismo se ter iniciado, devido às novas competências solicitadas aos produtores de notícias. A primazia da instituição de cursos de jornalismo pertence à Europa, datando de 1806 a primeira experiência de formação superior de jornalistas, protagonizada pela Universidade de Wroclaw¹, então na Alemanha (hoje, na Polónia). Sucederam-se, aliás, experiências semelhantes na Suíça, na França e também noutros pontos da Alemanha.

A primeira experiência de formação de jornalistas nos Estados Unidos foi levada a efeito em 1869, pelo Washington College, na Virgínia. Tratava-se, porém, de um curso que misturava jornalismo e tipografia. O Kansas State College instituiu um curso semelhante, em 1873. Nas universidades americanas, o ensino prático do jornalismo só se viria a desvincular do ensino da tipografia em 1878 (Universidade do Missouri), opção seguida, também, pela Universidade da Pensilvânia (1893). Mais tarde, já no século XX, por ação de Pulitzer, a Universidade de Columbia, em Nova Iorque, começou a oferecer o primeiro curso pós-graduado de jornalismo (nível de mestrado).

Sinal de que a identidade dos jornalistas se ia estabelecendo, o último quartel do século XIX viu nascer várias associações de jornalistas. Em Portugal, a Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses surgiu em 1880, mas

1. Breslau, em alemão; Breslávia, em português (raramente usado).

era uma organização que agrupava somente uma elite de homens de letras e políticos que escreviam em jornais. A Associação Nacional de Jornalistas (National Association of Journalists) britânica (redenominada The Chartered Institute of Journalists) nasceu em 1884 e agrupava jornalistas profissionais, assumindo, entre outras, funções sindicais e de proteção dos jornalistas e da liberdade de imprensa. Organizações congêneres surgiram, depois, em França, nos Estados Unidos e noutros países do mundo. Assim, à medida que o jornalismo se profissionalizava e invadia as universidades, os jornalistas melhoravam o seu estatuto social e autonomizavam-se como grupo profissional, cultivando um conjunto de conhecimentos e competências específicos, bem como normas de conduta que expressam o conjunto de valores que ainda hoje sustentam a sua ideologia e cultura profissionais.

3.2 O jornalismo nos Estados Unidos no século XIX

Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, a paisagem mediática estadunidense era dominada pela imprensa política de cunho partidário, herdeira da imprensa revolucionária e contrarrevolucionária da Revolução Americana e da tradição dos periódicos político-noticiosos britânicos, que se tinha propagado às então colônias britânicas na América do Norte. A imprensa era uma força política poderosa, protegida pela primeira emenda da Constituição dos EUA, que salvaguarda a liberdade de imprensa. A lei postal de 1792 embarateceu, por outro lado, a distribuição dos jornais pelo correio, promovendo, assim, a sua distribuição, por vezes a grandes distâncias.

À entrada do século XIX, dois partidos competiam pelo poder nos EUA, o Partido Federalista, conservador, de Alexander Hamilton, e o Partido Democrata-Republicano, progressista, de Thomas Jefferson e James Madison. Os federalistas dominaram o estado até 1800; os republicanos dominaram-no depois de 1800. Ambos os partidos suportavam jornais para mobilizarem apoiantes e eleitores. Os federalistas, mais bem estruturados num primeiro momento, tinham ao seu serviço periódicos como o *Columbian Centinel* (1790-1840), o *Massachusetts Spy* (1770-1904), *The Connecticut Courant* (1764-1774), o *American Minerva* (reintitulado *The New*

York Commercial Advertiser, 1793-1904), que foi o primeiro diário de Nova Iorque, e o oficioso *Gazette of the United States* (1789-1818). Os republicanos apresentaram títulos como a *National Gazette* (1791-1793), *Aurora General Advertiser* (1790-1824) e *National Intelligencer and Washington Advertiser* (1800-1870), o primeiro diário da capital dos EUA. O jornal *Boston Daily Advertiser* (1813-1929), de tendência federalista, foi o primeiro jornal americano a separar a informação noticiosa da opinião política, que surgia em páginas editoriais específicas. A publicação de anúncios publicitários, em todos esses jornais, tornou-se uma importante fonte de receitas para as empresas jornalísticas que os editavam, mas os diários continuaram a ser vendidos por um preço elevado, o que os colocava fora do alcance da generalidade dos consumidores. Só a partir do meio da década de Trinta do século XIX é que surgiram os jornais populares vendidos a baixo preço – a primeira geração da imprensa popular norte-americana.

Efetivamente, as principais transformações que o jornalismo sofreu no século XIX começaram nos Estados Unidos. O país beneficiava de um contexto favorável ao empreendedorismo, ao risco e à inovação, no seio do qual os indivíduos denotavam crescentes necessidades informativas e vontade de as satisfazerem. As metamorfoses da imprensa norte-americana no decurso do século XIX, a partir da década de 1831-1840, foram de tal ordem que, por contágio, geraram mudanças no jornalismo praticado na Europa e, de uma forma geral, no resto do mundo ocidental. Ao abrigo da Primeira Emenda da Constituição Americana, que garantia a liberdade de imprensa, com um clima cultural, social, económico, político e tecnológico propício e sem taxas elevadas que constrangessem a edição e comercialização de publicações impressas, a imprensa jornalística dos Estados Unidos teve, no século XIX, um período de franca expansão e transformação, sendo a primeira a entrar na era do “jornalismo industrial”.

Entre os fatores que estiveram por detrás da “explosão” e transformação do jornalismo americano no século XIX encontram-se os seguintes:

1. Urbanização

A concentração da população em espaços urbanos gerou mais interações sociais e promoveu o aparecimento de uma cultura urbana de convivência e tolerância – a urbanidade. Dominadas pela classe média, as cidades concentraram serviços suscetíveis de satisfazer os seus gostos e as suas necessidades, incluindo as suas carências e as suas preferências informativas. Assim, a urbanização fomentou a produção e o consumo de conteúdos noticiosos. Ao concentrar populações, que queriam estar sintonizadas com os acontecimentos da atualidade da sua terra, a urbanização promoveu, ainda, o surgimento de novos projetos jornalísticos ao nível local. Ao mesmo tempo, a concentração de consumidores nas cidades facilitou a distribuição de jornais e revistas. Por isso, a urbanização promoveu o crescimento do mercado para as publicações periódicas informativas, generalistas e especializadas.

2. Socialização da política

A democracia norte-americana e o direito de voto promoveram a consciencialização cívica, o empoderamento e a intervenção dos cidadãos na vida pública. Os partidos políticos americanos, mais pragmáticos e menos regidos pela ideologia do que os europeus, deram às classes médias o acesso à política e ao governo, rumo àquela que Schudson (1978) denominou como “sociedade de mercado democrática”. O cidadão tornou-se, assim, dependente de meios capazes de lhe fornecerem, preferencialmente com rigor, independência e fidedignidade, a informação necessária para a intervenção na vida pública. Por outras palavras, foi (e é), em grande medida, pelos meios jornalísticos, que o cidadão se implicou (e implica) na vida política, já que, predominantemente, foram (e são) os meios jornalísticos a publicitar os assuntos políticos. A política tornou-se, conseqüentemente, mais dinâmica, acelerando a própria vida coletiva, o que atraía os jornais, que dela faziam eco, realimentando o processo.

3. Cultura de mercado e abertura ao risco e à inovação

A emancipação política e económica dos cidadãos norte-americanos de Oitocentos permitiu, especialmente a partir da segunda metade do sécu-

lo, o acesso relativamente igualitário aos produtos de consumo, incluindo aos jornais e revistas. Isso parecia, falsamente, esbater as contradições e as desigualdades sociais. A cultura de mercado favoreceu a iniciativa privada e a livre concorrência entre pessoas iguais perante a lei. Na mentalidade sociopolítica norte-americana, começou a cultivar-se o valor do capitalismo responsável, que Gans (1979) considera um valor caro aos jornalistas norte-americanos. O êxito económico tornou-se, em grande medida, sinónimo de êxito social.

4. *Imigração*

A imigração favoreceu o aparecimento de uma imprensa discursivamente acessível a pessoas que dominavam mal o inglês, mas que denotavam um enorme anseio de se integrarem na sociedade norte-americana, de intervir politicamente e de progredirem socialmente. A educação e o progresso económico converteram-se nas principais vias para a emancipação social e para a ascensão social. No dizer de García González (1999, p. 89), o jornal converteu-se no principal veículo de aprendizagem e de referência cultural para os imigrantes.

5. *Clima económico*

A sociedade norte-americana, cultora do capitalismo e da iniciativa privada, sustentou o aparecimento de jornais encarados como negócio e não como instrumentos de intervenção política, de propaganda ou de promoção de pessoas – mesmo quando também o eram. Acompanhando o florescimento da economia capitalista de mercado, incrementou-se a publicidade, que canalizava para os jornais o dinheiro que ajudava a viabilizar e consolidar o negócio jornalístico e permitia que as publicações jornalísticas fossem vendidas abaixo do preço de custo por um *penny*. Por outro lado, o clima económico, propício à inovação (os inventos comerciáveis dão proventos financeiros), suscitou o aparecimento e desenvolvimento de novos dispositivos técnicos, que, em alguns casos, beneficiaram o jornalismo (rotativa, fotografia, estereotipia, *halftone*, etc.).

6. *Infraestrutura tecnológica e comunicacional*

Fruto do clima político, económico e social, a sociedade norte-americana de Oitocentos era uma sociedade aberta ao aproveitamento e à rápida implantação das tecnologias, como o provam os caminhos-de-ferro, o telégrafo, o telefone, os cabos submarinos, os barcos a vapor, a lâmpada elétrica e muitos outros. O dinamismo económico favorecia os inventores capazes de apresentar ao mercado inventos comerciáveis. Não é de admirar, por isso, o aparecimento e/ou a rápida difusão na sociedade norte-americana de inventos que dotaram a imprensa de condições tecnológicas para o seu desenvolvimento, como a rotativa, a estereotipia, as máquinas de composição Kastenbein e Thorne, a fotografia ou o *halftone* (processo que facilita a inserção de fotografias nos jornais). A imprensa norte-americana do século XIX tinha, assim, à sua disposição, dispositivos tecnológicos capazes de garantir não apenas o fluxo regular e constante de informações (o telégrafo e, posteriormente, o telefone, coadjuvados por meios de transporte como o comboio), mas também o constante aumento das tiragens e a redução progressiva dos custos de produção, o que embarateceu o custo por exemplar dos jornais e revistas. Por seu turno, as vias e os meios de comunicação (caminhos-de-ferro, barcos a vapor, estradas...) facilitaram a difusão da imprensa *além da cidade*.

7. *Fatores jornalísticos*

Os conteúdos da imprensa norte-americana politicamente independente, a linguagem expressiva e simples e o culto dos procedimentos de objetividade (ver, a propósito: Schudson, 1978) agradavam às classes médias urbanas e correspondiam às suas necessidades.

8. *Clima informativo*

O século XIX foi um século de explorações, inventos e descobertas. Foi, também, um século social, militar, política e ideologicamente agitado. Por outro lado, novos valores e novas formas de vida despertaram o interesse pelo desporto, pelas viagens, pelo consumo cultural e por uma imensida-

de de outras áreas. O capitalismo e a bolsa despertaram o interesse geral pela informação económica. Desse modo, informações novas, importantes e interessantes surgiam quotidianamente, podendo ser aproveitadas como notícias pela imprensa de Oitocentos.

3.2.1 A primeira geração da imprensa popular norte-americana

Apesar de a imprensa política “de partido” americana ter subsistido até meados do século XIX, a partir dos anos Trinta deste século foram aparecendo nos Estados Unidos jornais que, usufruindo da conjuntura favorável do país, procuraram, essencialmente, converter-se num negócio lucrativo, conquistando audiências crescentes. Captaram o interesse geral, graças a vários fatores:

1. Preço baixo

Os periódicos populares dos anos Trinta do século XIX eram vendidos abaixo do preço de custo, normalmente por um *penny*, compensando o prejuízo na venda direta pela captação de anúncios publicitários, incluindo pequenos anúncios individuais.

2. Conteúdos multifacetados

A primeira geração da imprensa popular norte-americana apresentava uma grande diversidade de conteúdos, pelo que era capaz de agradar a largas franjas da audiência. Enquanto a imprensa político-noticiosa se cingia, essencialmente, aos assuntos políticos, económicos, internacionais, culturais e militares, os jornais populares americanos, como escreve Schudson (1978, pp. 22-23), alargaram as representações do mundo aos pequenos factos da vida social quotidiana (crimes, acidentes e catástrofes, assuntos insólitos, vida dos famosos, etc.), aos assuntos locais e ao desporto, sem desprezar os temas que a “grande imprensa” também cobria, e começaram a abordar questões sociais – como a pobreza, a exploração laboral, o trabalho infantil. Incluía, ainda, informação de serviços. Todos, pobres e ricos, políticos e operários, homens e mulheres, podiam ser objeto de notícia (o que, simbolicamente, também parece eliminar as diferenças sociais). A cobertura dos

temas sociais induziu, por seu turno, os legisladores a promulgarem legislação que protegia os trabalhadores e as crianças da exploração laboral e que promoveu a salubridade das habitações e das infraestruturas.

3. Promoção do “interesse humano”

Os conteúdos abordados pela imprensa popular – crimes, incêndios, pequenas tragédias pessoais e familiares da vida quotidiana, temas sociais... – e a forma de os abordar, por meio de uma linguagem emotiva, promoviam o “interesse humano” das notícias e atraíam os leitores.

4. Culto dos factos e linguagem clara, simples e direta

Apesar de cultivar a emoção, como estratégia discursiva destinada a captar e reter a atenção do leitor, a imprensa popular norte-americana desenvolvia os assuntos, tanto quanto possível, por meio da valorização dos factos e de uma linguagem clara, simples e direta, acessível a quem não dominasse bem o inglês, como acontecia com um grande número de imigrantes.

5. Capacidade de iniciativa jornalística na procura e recolha de informações

Aproveitando, em muitos casos, os novos meios de comunicação, como o telégrafo, os diários populares norte-americanos apresentaram forte dinamismo na obtenção de informações para produzirem notícias, incluindo exclusivos e informações em primeira-mão. Foram também esses periódicos a instalarem redes de correspondentes locais e internacionais para capturarem notícias.

6. Introdução de novos géneros jornalísticos

A imprensa popular norte-americana procurou um novo receituário para aumentar a sua aceitação e, portanto, a sua tiragem e circulação. Aumentar a tiragem e a circulação de um jornal ou de uma revista permitia cobrar mais por cada anúncio publicitário e, assim, aumentar as receitas. Assim, novos géneros jornalísticos foram introduzidos. A entrevista parafraseada, por exemplo, terá surgido, pela primeira vez, em 1836, em Nova Iorque, quando o jornalista e editor James Gordon Bennet entrevistou a proprietária de um

bordel onde tinha ocorrido um assassinato e plasmou essa entrevista num texto; e a entrevista com o texto estruturado em pergunta-resposta terá aparecido em 1859, quando o jornalista e editor Horace P. Greeley entrevistou, em Salt Lake City, o líder mórmon Brigham Young (Erbolato, 1978, p. 138).

A primeira geração da imprensa popular representou um enorme desafio para a imprensa americana consolidada, geralmente partidária, que apresentava um temário essencialmente económico e político, simultaneamente noticioso e opinativo, e era cara. Além disso, o aumento constante da tiragem dos jornais populares atraía os investimentos publicitários, subtraídos à imprensa político-noticiosa partidariamente alinhada da época.

São exemplos de jornais dessa primeira geração da imprensa popular (ou primeira geração da *penny press*): *The [New York] Sun* (1833-1950), de Benjamin Day; *The [New York] Herald* (1835-1924), de James Gordon Bennett, fundido, com o *Tribune* em 1924; *The New York Tribune* (1841-1924, tendo continuado com o título *The New York Herald Tribune*, após fusão com *The New York Herald*, até 1966), de Horace P. Greeley; e *The New York Daily Times*, de Henry Raymond, reintitulado *The New York Times* (1851 até hoje). Apesar de terem sede em Nova Iorque, esses jornais procuravam transcender as fronteiras da cidade e serem vendidos um pouco por todo o Leste do país, ajudando a transfigurar as práticas jornalísticas. Porém, a sua influência só se estenderia ao Oeste dos Estados Unidos depois da Guerra da Secessão (Folkerts, Teeter, 1989, p. 131).

O primeiro jornal popular norte-americano a surgir foi *The New York Sun*, por iniciativa de Benjamin H. Day, em 1833. Tratava-se de um jornal de quatro páginas, formato tabloide, com histórias e linguagem emotivas. Em 1834 já tirava oito mil exemplares, mais do dobro dos jornais tradicionais.

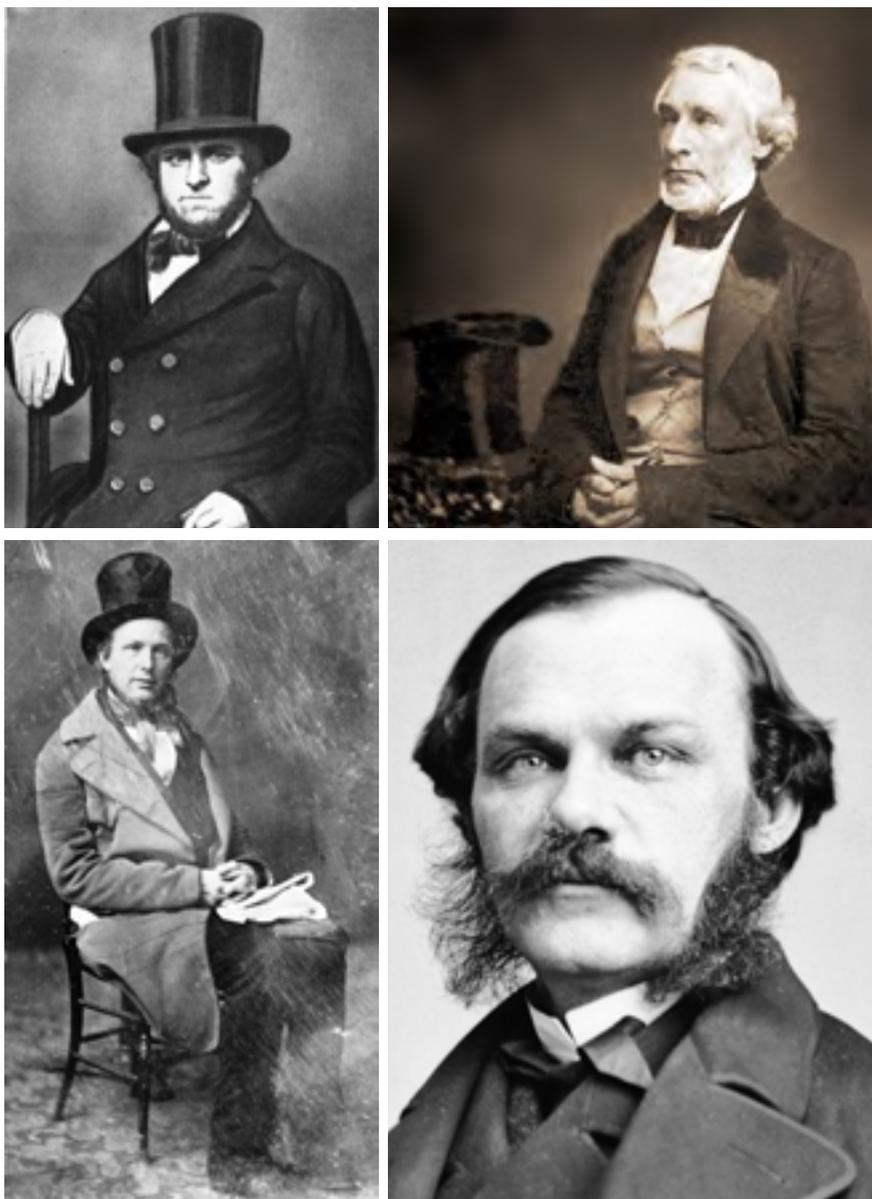
Figura 53. Primeiras páginas de alguns números dos principais jornais da primeira geração da imprensa popular norte-americana (penny press): *The [New York] Sun* (3 de setembro de 1833); *The [New York] Herald* (1 de janeiro de 1836); *The New York Tribune* (10 de maio de 1841); *The New York Daily Times* (18 setembro 1851).





Fonte: reproduções dos originais.

Figura 54. Os editores nova-iorquinos que popularizaram a imprensa norte-americana: Benjamin Day [*Sun*] (1810-1889), James Gordon Bennett [*Herald*] (1795-1892), Horace P. Greeley [*Tribune*] (1811-1872) e Henry Jarvis Raymond [*Times*] (1820-1869).



Em 1835, James Gordon Bennet fundou *The New York Morning Herald*, introduzindo uma novidade: foi o primeiro jornal cujo propósito era incluir assuntos de interesse transversal a toda a sociedade americana. Assim, embora apresentasse histórias de interesse humano e cultivasse uma linguagem emotiva, tal como o *Sun*, também incluía informações políticas e financeiras e páginas editoriais, onde se incluíam editoriais, colunas e artigos de opinião e cartas dos leitores. Em 1836, o jornal já tirava 20 mil exemplares e, em 1860, atingia 70 mil exemplares, captando vultuosos investimentos publicitários. Foi o primeiro jornal com um figurino muito próximo dos jornais generalistas contemporâneos.

Em 1841, Horace Greely fundou o diário *The New York Tribune*. Foi o primeiro jornal simultaneamente sensacionalista, votado ao interesse humano, e politicamente envolvido, até porque o seu fundador, um progressista, era, também, líder partidário e chegou a candidatar-se à presidência dos EUA. O jornal, muitas vezes pela pena do próprio Greely, defendeu, assim, a educação para todos; o combate ao desemprego; a generalização do emprego às mulheres e a todas as camadas sociais; a igualdade salarial para trabalho igual, independentemente do sexo; a abolição da escravatura; o fim do trabalho infantil; o fim da prisão por dívidas e outras conquistas sociais. Foi nas páginas desse jornal que primeiro se expuseram e denunciaram as chagas sociais profundas provocadas pela Revolução Industrial, nomeadamente a miséria e a doença que reinavam nos subúrbios operários, em especial onde o trabalho era mais pesado e perigoso, como nas minas. Além disso, o *Tribune* não circunscreveu a sua área de cobertura ao que se passava nos Estados Unidos, pois procurou relatar e denunciar os “excessos do industrialismo” (Garcia González, 1999, p. 67) na Europa e noutros pontos do mundo, chegando a contar com colaboradores como Karl Marx. Com o *Tribune*, a ideia de “interesse humano” ganhou nova expressão, estendendo-se das tragédias do quotidiano (crimes, incêndios, mortes...) aos problemas sociais. A opinião jornalística ganhou, também, novas conotações, ultrapassando o seu cariz panfletário para chegar ao conceito de “jornalismo de causas”,

envolvido, que transcende em muito a mera persuasão político-partidária e a arregimentação de partidários.

Horace Greely foi, ainda, o primeiro editor-proprietário a acarinhar a especialização dos jornalistas, tendo começado pela contratação de um jornalista especializado em assuntos de polícia. Foi também ele a dividir pela primeira vez a redação em secções, para que cada área temática tivesse um responsável por ela, etc. (Sloan, 1991, pp. 121-171). Estas inovações terão não só fortalecido a divisão (separação) de trabalho entre jornalistas e tipógrafos mas também a divisão social do trabalho entre os próprios jornalistas, que conduzirá à *especialização*.

Greely introduziu também nos Estados Unidos o jornal dominical, ao propor ao mercado o *Weekly Tribune*, que consagrava atenção à cultura e entretenimento.

Em 1851, um antigo jornalista de Greely, Henry Jarvis Raymond, fundou, com o jornalista George Jones, o *New York Daily Times*, que se converteria no mítico *The New York Times*. A ideia de Raymond foi atenuar o sensacionalismo e o excessivo envolvimento político que por vezes feria o jornalismo do *Tribune* e dos outros jornais populares, compensando-os com o rigor, a profundidade e a qualidade da informação, sem abandonar, contudo, algumas das ideias que estiveram na base do sucesso da primeira geração da imprensa popular: preço baixo e tiragens elevadas, diversidade temática, para agradar a todas as franjas da população, linguagem clara, concisa e precisa e culto dos factos. Copiou, também, as receitas do *Herald*, nomeadamente a reserva de espaço para a opinião, aliás a exemplo do que tinha feito o *Tribune*. Por outras palavras, Raymond tentou fazer do *New York (Daily) Times* um jornal popular, noticioso, generalista, suficientemente profundo, sério, rigoroso e elaborado para agradar às elites (em especial no que respeitava à informação política, internacional e económica) e suficientemente diversificado e com uma linguagem suficientemente acessível para agradar às restantes camadas da população.

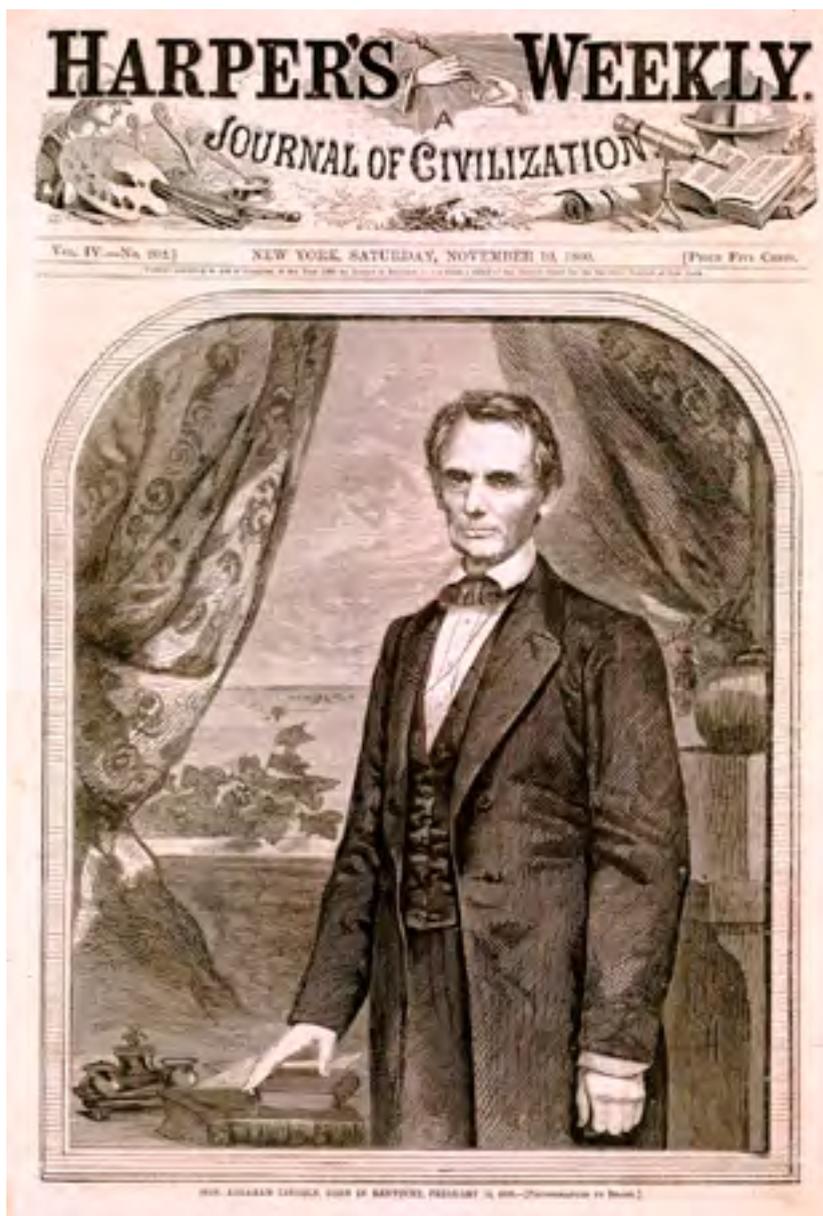
Além da imprensa tradicional e da imprensa popular, um novo tipo de publicações apareceu no século XIX: a imprensa ilustrada. As revistas ilustradas incentivaram a utilização da imagem (primeiro gravuras, depois fotografias) como veículo informativo e meio ilustrativo, opção discursiva, informativa e editorial que viria a ser aproveitada, mais tarde, pelos jornais. As revistas ilustradas forneceram, igualmente, um novo modelo, mais visual, para as revistas.

As revistas ilustradas apresentavam, normalmente, periodicidade mensal ou semanal e eram generalistas. Inicialmente, por serem caras (cerca de 25 cêntimos, nos EUA), não penetravam em todas as camadas sociais, mas esta situação veio a alterar-se, no último quartel do século, devido à aparição da rotativa e do *halftone*, processo que permitia a impressão simultânea de imagens e textos, o que embarateceu o preço por exemplar.

Nos Estados Unidos, a mais conhecida das revistas informativas ilustradas foi a *Harper's Magazine*, lançada em 1850, com uma tiragem inicial de 7500 exemplares, 144 páginas de dimensão semelhante a A4 e paginação a duas colunas. Embora se centrasse na vida política e se direcionasse para as elites, no início de 1851 esse periódico mensal já tirava 50 mil exemplares, vendidos em todo o país. Deu origem à revista ilustrada semanal *Harper's Weekly: Journal of Civilization*, em 1857, que sobreviveu até, em 1916, ser absorvida pela revista *The Independent*.

Para compor o cenário da imprensa norte-americana na primeira metade do século XIX falta referir a existência de magazines femininos, voltados para a beleza, a moda, a vida doméstica, a educação dos filhos e outros assuntos que repercutiam os valores conservadores profundos da sociedade norte-americana, como a *Godey's Lady's Book* (1830-1878); e a existência de magazines para negros, no Norte industrializado, que preconizavam a emancipação dos afro-americanos e a abolição da escravatura, como o *Mirror of Liberty*.

Figura 55. Capa do número de 10 de novembro de 1860 da *Harper's Weekly* (1857-1916), revista informativa ilustrada estadunidense, com o retrato do Presidente Lincoln.



Fonte: reprodução do original.

A partir dos anos Cinquenta do século XIX, os Estados Unidos assistiram a um aumento explosivo do número de jornais (que ganhou ainda maior expressão a partir da década de Setenta). Quando rebentou a Guerra da Secessão (Guerra Civil Americana), em 1861, já existiam periódicos e recursos humanos, materiais e financeiros suficientes para assegurar uma cobertura extensiva e de qualidade do conflito. Assim, embora a guerra tenha ensanguentado os Estados Unidos, do ponto de vista jornalístico, constituiu uma ocasião única para a imprensa “de massas” nascente mostrar as suas virtualidades na cobertura de um grande acontecimento. Esse conflito foi, desse modo, o primeiro grande acontecimento a ser coberto por centenas de jornalistas. O *New York Times*, que tinha na frente, entre outros, o jornalista Ben Truman, ganhou fama de rigor e rapidez na difusão de notícias sobre a guerra.

A cobertura da Guerra da Secessão gerou várias transformações no jornalismo, em particular na forma como se apresentava a imprensa norte-americana (veja-se, por exemplo: Alvarez, 1987; Emery, Emery, 1978; García González, 1999):

1. Num cenário competitivo de luta pelas audiências, os jornais de oito páginas paginadas a seis colunas e letra pequena começaram a introduzir títulos, entradas e mesmo mapas e outras ilustrações (património até então das revistas ilustradas), rompendo com o design vitoriano; os jornais principiam, assim, a incorporar, gradualmente, informação visual, embora, nesta fase, unicamente sob a forma de gravuras (por vezes executadas a partir de fotografias);
2. Os repórteres de guerra começam, sistematicamente, a colocar o mais importante das notícias no início (às vezes era um resumo de toda a notícia), tendo em conta que estavam longe da redação e enviavam as suas informações por telégrafo, muitas vezes falível, e que, na redação, por vezes, cortavam parte dos seus textos; essas circunstâncias favoreceram o recurso ao parágrafo-guia (*lead*) e a disposição das informações,

na notícia, por ordem decrescente de importância (pirâmide invertida), conforme a retórica clássica já tinha ensaiado;

3. As agências de notícias (nomeadamente a Associated Press, no Norte, e a Press Association, no Sul) fizeram a sua aparição na frente de batalha, contribuindo para a geração de informação factual, distribuída para a Europa e outros países graças à colaboração das principais agências americanas com as grandes agências europeias;
4. Os fotojornalistas, que forneciam as fotografias a partir das quais eram elaboradas gravuras para a imprensa ilustrada e para os jornais, começam a integrar-se e a tornar-se peça relevante nos esquemas de reportagem (repórter de imagem + repórter de palavra). Além de providenciarem informação visual e credibilizarem o discurso verbal, as fotografias emprestavam vida, emoção e sensação à imprensa, contribuindo para o seu êxito;
5. Alguns órgãos jornalísticos europeus (como o *Times*) já tinham recursos suficientes para enviar correspondentes para os Estados Unidos, inaugurando-se uma era de cobertura internacional dos grandes conflitos militares.

O crescente protagonismo das agências noticiosas foi, provavelmente, a principal inovação no modelo funcional de jornalismo americano (e ocidental) após a Guerra da Secessão. Essas agências tornaram-se, a partir da Guerra da Secessão, uma das grandes fornecedoras de notícias aos meios jornalísticos, em especial aos jornais mais pequenos, que não podiam financiar um grande volume de produção própria de conteúdos. As agências vendiam notícias de todo o tipo (incluindo notícias de crime, de moda, etc.), colunas de opinião, folhetins e mesmo conteúdos sobre beleza e moda feminina.

Uma outra inovação relevante para a evolução da imprensa ocidental apareceu em 1880: o *halftone* (meia-tinta). Com este invento, os jornais puderam reproduzir fotografias sem dificuldades de maior e beneficiar do enorme potencial de credibilidade e verosimilhança da imagem fotográfica. O primeiro

jornal a inserir uma fotografia de notícias² foi o nova-iorquino *Daily Graphic* (1873-1889), a 4 de março de 1880. Tratava-se de uma fotografia de casas abarracadas, mostrando que as temáticas sociais foram uma das preocupações do fotojornalismo emergente. A fotografia deu imagem a pessoas e coisas de que só se ouvia falar, deu rostos aos líderes e governantes, documentou os seus gestos e expressões, providenciou, afinal, referentes visuais sobre o mundo, antes do cinema e da televisão.

Figura 56. A primeira fotografia de notícias publicada diretamente com o texto verbal num diário, graças ao processo do *halftone* (meia-tinta).



Fonte: *The Daily Graphic*, 4 de março de 1880. Reprodução do original.

2. A revista ilustrada canadiana *Canadian Illustrated News* tinha publicado, a 30 de outubro de 1869, uma fotografia de retrato usando a técnica do *halftone*, mas o processo não foi adotado. O mesmo *Daily Graphic* publicou, a 2 de dezembro de 1873, num anúncio publicitário, uma fotografia de um prédio nova-iorquino usando, para a impressão, a técnica do *halftone*, mas sem consequências em termos de adoção da nova técnica de impressão de imagens.

3.2.2 A segunda geração da imprensa popular norte-americana (Novo Jornalismo)

Nas duas últimas décadas do século XIX, com destaque para o período entre 1890 e 1900, surgiu uma nova geração de jornais populares, que pode ser classificada como *segunda geração da imprensa popular* (ou *segunda geração de penny press*). Com a sua penetração em força no mercado norte-americano, a imprensa opinativa “de partido”, que já vinha a declinar progressivamente, deixou de ter expressão mercadológica nos Estados Unidos.

Para diferenciar a segunda geração da imprensa popular da restante imprensa, esta foi denominada de *Novo Jornalismo* (*New Journalism*)³. O Novo Jornalismo introduziu novos ritmos e padrões na imprensa norte-americana, para o que contribuiu, igualmente, o importante papel das agências de notícias.

A segunda geração da imprensa popular norte-americana teve dois editores, Joseph Pulitzer e William Randolph Hearst, como protagonistas.

Joseph Pulitzer pode ser considerado o pioneiro dessa segunda geração de jornais populares. Imigrante de origem húngara, teve o mérito de perceber que a sociedade norte-americana, na qual se integravam, diariamente, novos imigrantes, necessitava de um novo tipo de imprensa que misturasse características da primeira geração da imprensa popular com novas ideias. Joseph Pulitzer começou, assim, a testar as suas ideias de um “Novo Jornalismo” em St. Louis, onde iniciou as suas atividades como jornalista, num jornal da colónia alemã da cidade, denominado *Westliche Post*, do qual se converteu em co-proprietário, em 1872. Em 1878, comprou um outro jornal em declínio, o *St. Louis Dispatch*, que fundiu com o *St. Louis Evening Post*, um jornal fundado em 1869 que já era seu, fundando o *St. Louis Post Dispatch*, ainda em circulação⁴.

3. A expressão “Novo Jornalismo” terá sido empregue pelo poeta Matthew Arnold para se referir ao jornal popular *Pall Mall Gazette*, convencido de que estava, efetivamente, a assistir ao nascimento de uma nova maneira de encarar o jornalismo. Esse primeiro “Novo Jornalismo” não deve, contudo, confundir-se com um segundo movimento de “Novo Jornalismo” surgido nos anos Sessenta do século XX, cuja designação foi cunhada por Tom Wolfe, no seu livro *The New Journalism*. Este autor revela, inclusivamente, que a designação nem sequer é sua. Escutou-a várias vezes e usou-a para título da obra.

4. <https://www.stltoday.com/>

Em 1883, já com uma experiência jornalística muito rica como repórter, Pulitzer comprou um diário nova-iorquino na falência, *The [New York] World*, fundado em 1860, que tirava 15 mil exemplares diários. Esse jornal converteu-se ao arquétipo do “Novo Jornalismo”, tendo sido admirado e imitado em todo o mundo. Em 1884, o *World* já tirava mais de cem mil exemplares e superava, em volume de negócios o *New York Herald*, líder das tiragens. Em 1892, *The World* tirava já 375 mil exemplares e tinha duas edições diárias. No final do século XIX, ultrapassava o milhão de exemplares diários, especialmente ao domingo.

Figura 57. O sensacionalismo da cobertura do afundamento do couraçado *Maine* na baía de Havana nas capas do *World* e do *Journal* contrasta com a sobriedade da cobertura do *Times* (coluna à direita).



Fonte: reproduções dos originais.

Figura 58. O *Journal*, de Hearst, instigou a guerra hispano-americana de 1898.

NIGHT SPECIAL AMERICAN NEWS FOR THE AMERICAN PEOPLE NIGHT SPECIAL
NEW YORK JOURNAL
 Vol. LXXXI, No. 10,000 NEW YORK, FRIDAY, MARCH 26, 1898. PRICE 100 CENTS

SPAIN GUILTY!

DESTROYED BY A FLOATING MINE.

HOW THE MAINE WAS BLOWN UP WITH A FLOATING MINE.
(From the Journal of February 17)



Evening Journal's Exclusive Forecast, Sunday, Confirmed by the President.

Board Fails to Fix the Actual Responsibility for Disaster—Initial Explosion Caused a Second.

M'KINLEY DICTATES A NOTE FOR WOODFORD TO SPAIN.

FACTS ON WHICH CONGRESS WILL HAVE TO ACT.

WAR CONFERENCE BY CABINET.

SPAIN'S MAINE REPORT A JEMBLE OF WORDS.

EXTRA, NO. 11

PRESIDENT GIVES NEWS OF MAINE DISASTERS

CHIEF DEPARTS A NOTE TO WOODFORD

WAR CONFERENCE BY CABINET

SPAIN'S MAINE REPORT A JEMBLE OF WORDS

Fonte: reprodução do original.

Figura 59. Mais um contraste entre a sobriedade do *Times* e o sensacionalismo do *World*: a cobertura da vitória da marinha estadunidense contra a armada espanhola, nas Filipinas.

1,011,068 The World 1,011,068

DEWEY SMASHES SPAIN'S FLEET

Great Naval Battle Between Asiatic Squadron and Spanish Warships Off Manila.

THREE OF THE BEST SPANISH VESSELS WIPED OUT, OTHERS SUNK.

The Damage Done to the American Boats Engaged Only Nominal—Hundreds of the Enemy Slain in the Encounter.

LISBON, Portugal, May 1, 11 P. M.—The Spanish fleet was completely defeated off Cavite, Philippine Islands, according to trustworthy advices received here.

WASHINGTON, May 1, Midnight.—President McKinley expresses entire satisfaction over the reported battle between Commodore Dewey's squadron and the Spanish fleet. He accepts the news as true, but believes it is worse for the Spanish than they will admit. There has been no official confirmation of the news. No other official is expected for forty-eight hours.

THE THREE SPANISH GREASERS COMPLETELY DESTROYED.

ADMIRAL MONTOJO ADMITS HIS UTTER BOUT.

In His Report to Spain He Says Many Ships Were Burned and Sunk and the Losses in Officers and Men "Numerous."

MADRID OFFICIAL REPORT ADMITS DISASTROUS DEFEAT

MADRID, May 1, 8 P. M.—The following is the text of the official despatch from the Governor-General of the Philippine Islands to the Minister of War, Eduard-Gen. Curran, regarding the engagement off Manila:

"Last night, April 30, the battleship at the entrance to the bay announced the arrival of the enemy's squadron, forcing a passage under the obnoxious white flag."

"At daylight the enemy took up position, opening with a strong fire against Fort San Juan and the arsenal."

"Our fleet engaged the enemy in a brilliant combat, procuring





Fonte: reproduções dos originais.

Figura 60. James Pulitzer (1847-1911) e William Randolph Hearst (1863-1951).



Quais eram as características do “Novo Jornalismo” que permitiram o sucesso dos jornais e revistas populares nas últimas décadas de Oitocentos?

1. Preço baixo

A política de um preço acessível e popular foi importada da primeira geração da *penny press*. O *World* custava dois cêntimos e depois foi mesmo vendido a um cêntimo, por causa da competição com o *New York Journal*, de Hearst. Segundo Emery e Emery (1978, p. 175), os competidores do *World* eram o *Herald* (12 a 16 páginas, vendido a três cêntimos), o *Sun* (quatro páginas, vendido a dois cêntimos), o *Tribune* e o *New York Times* (oito páginas, vendidos a quatro cêntimos).

2. Linguagem acessível

Ele próprio imigrante, Pulitzer nunca se terá esquecido das dificuldades sentidas pelos imigrantes, pelo que seguiu a política editorial da primei-

ra geração da imprensa popular, que preconizava uma enunciação *clara, concisa, direta e concreta*. No entanto, o estilo jornalístico revigora-se com Pulitzer, tornando-se mais ágil e, principalmente, mais emotivo.

3. Grande atenção aos títulos, às fotografias, ao texto e ao design

Os elementos gráficos tornam-se “imagem de marca” da imprensa popular. O novo visual é mais sensorial, apelativo e emotivo, gritando ao leitor “compra-me, lê e vê”. Os títulos são habilmente usados como sinalizadores e elementos apelativos. Todos os dias um título é eleito para *manchete*. A informação visual não mais deixará de fazer parte da identidade da imprensa, contribuindo, igualmente, para a estruturação gráfica dos jornais e revistas. O texto verbal, nos jornais de Pulitzer, é composto num corpo maior do que o dos restantes jornais, o que facilita a leitura nos transportes públicos. Não há uniformidade tipográfica: por vezes, notícias diferentes são compostas com tipos diferentes de letras. O emprego rotineiro de entradas⁵ e a redação de notícias com base numa estrutura em que se privilegia o *lead* possibilitam a paginação quer das entradas quer dos *leads* usando letras com um corpo maior e em negrito, o que também facilita a leitura e a apreensão do essencial da informação por parte de uma população trabalhadora apressada e relativamente iletrada. A utilização da cor (novidade nos jornais, apesar de já ser usada nas revistas) chega em 1880, beneficiando, em primeiro lugar, as tiras cómicas e os títulos.

4. Formato manejável

Seguindo o modelo da primeira geração da imprensa popular, a segunda geração desta imprensa também se apresenta perante o mercado com jornais de formato manejável, propícios a serem lidos nos transportes públicos na ida para o emprego e no regresso (cerca de 45 x 30 cm).

5. A entrada é uma espécie de referência sumariada à notícia, escrita numa linguagem cativante, cuja função é informar o leitor do essencial da informação, ao mesmo tempo que lhe agudiza o apetite para ler a matéria na totalidade. Normalmente, é paginada com letras com um corpo maior do que a restante matéria, em itálico ou negrito. Também é conhecida por outras designações, como *super-lead*.

5. *Temáticas populares*

O desporto faz a sua aparição em força como tema noticiável, juntando-se às notícias sobre escândalos, sexo, corrupção, miséria e exploração, julgamentos, linchamentos, execuções e crime que cativam a audiência. Para Pulitzer (*cit. in* García González, 1999, p. 93), uma notícia não era mais do que “qualquer coisa de que se possa falar”. As notícias e reportagens de “interesse humano” tornaram-se fundamentais para conquistar os leitores.

6. *Jornalismo de investigação e denúncia*

Os jornais começaram a trazer à luz do dia casos de corrupção e outros escândalos, por vezes devido à investigação jornalística, outras vezes devido, simplesmente, à denúncia com fins políticos. Esse jornalismo ficou conhecido por jornalismo *muckraking*⁶, termo cunhado pelo Presidente Theodore Roosevelt ao referir-se, em 1906, aos jornalistas *muckrakers* (García González, 1999, p. 94). Esta opção proporcionou ganhos de audiência aos jornais de Pulitzer, mas também enraizou na cultura popular e jornalística uma certa ideia mítica e romanceada da profissão, vista como um ativo agente de vigia e controle dos poderes e até como “Quarto Poder”. A luta pelos exclusivos e pela informação sensacional ou chocante também agudizou o engenho dos jornalistas, o que contribuiu para dotar a profissão com uma aura romântica e aventureira. Por exemplo, a jornalista Nelly Bly fingiu loucura para se internar num hospício e poder redigir uma reportagem sobre as deploráveis condições de vida dos enfermos nos hospitais psiquiátricos.

7. *Inclusão de publicidade sofisticada e atraente*

A publicidade, conteúdo cada vez mais importante dos jornais, quer como fonte de receitas, quer como motivo de interesse e informação para os leitores, torna-se cada vez mais sofisticada. De uma era de publicidade informativa passa-se a uma era da publicidade sugestiva e persuasiva. As ilustrações, o grafismo, o discurso dirigido diretamente ao leitor-comprador

6. A palavra deriva de “muck”, que significa bosta, porcária, sujidade, portanto o termo evoca a ideia de “jornalismo sujo”, ou de “jornalismo que procura no lixo”.

são algumas das características deste novo tipo de publicidade, que, simultaneamente, capta receitas e gera audiências. Por seu turno, a tiragem e a circulação dos jornais passam a ser variáveis relevantes para a captação de publicidade e, por consequência, para o volume de negócios e para os lucros das empresas jornalísticas, pelo que a publicidade se converte num elemento determinante do negócio jornalístico.

8. Recurso intensivo à entrevista e à reportagem

A entrevista e a reportagem tornam-se os géneros jornalísticos mais diferenciadores da imprensa popular, embora a notícia se tenha mantido como base estrutural do conteúdo dos periódicos.

9. Autopromoção

Pulitzer compreendeu que poderia promover os seus jornais se estes estivessem continuamente no centro das atenções e oferecessem aos leitores algo mais do que informação e entretenimento. Para isso, procurou realizar ou patrocinar ações e eventos que focalizassem a atenção sobre os jornais e suscitassem a compra, como concursos, competições desportivas, campanhas de solidariedade social e de denúncia, etc. Estas campanhas, autênticas “cruzadas sociais”, entrelaçavam-se com os conteúdos informativos, mas, ao explorarem histórias dramáticas pessoais, contribuíram para a mistura entre público e privado que ainda hoje o jornalismo ecoa. Os concursos muitas vezes apelavam também aos conteúdos. Num exemplo, o *World* mandou a repórter Nelly Bly fazer a volta ao mundo para bater o recorde ficcional de *A Volta ao Mundo em Oitenta Dias*, de Júlio Verne. Diariamente eram publicadas crónicas da viagem e organizavam-se concursos sobre essa “epopeia”, que chegaram a contar com a participação de mais de um milhão de pessoas, ao mesmo tempo que as tiragens engordavam (García González, 1999, p. 93).

10. Hábil utilização da edição dominical

Numa época em que a maioria dos diários não era publicada aos domingos, os jornais de Pulitzer tinham uma edição dominical em que grande parte dos conteúdos era devotada ao ócio: páginas de passatempos, *comics*

e *cartoons*, intensificação da cobertura do desporto, páginas dedicadas às mulheres, inclusão de folhetins e espaços para a ficção, etc.

11. *Gestão comercial e inovação tecnológica*

Pulitzer, apesar dos seus objetivos políticos, geria os seus jornais como qualquer outra empresa. Os jornais eram concebidos, essencialmente, para dar lucro, mesmo que o *World*, por exemplo, orbitasse, politicamente, o Partido Democrático. Os investimentos em tecnologia (linotipia, rotativas, estereotipia...) eram repetitivos, pois potenciavam as tiragens, a diminuição de custos, a inclusão de fotografias e a introdução da cor.

12. *O jornal assume-se como representante e porta-voz do povo*

Numa época em que os trabalhadores imigrantes recém-chegados aos Estados Unidos se sujeitavam a duras condições de vida, os jornais de Pulitzer assumiam-se como representantes dos cidadãos mais desfavorecidos e das classes médias, arvorando-se em perfeitos conhecedores das suas preocupações, dificuldades e aspirações e exigindo dos poderes políticos medidas como o combate à corrupção, aos monopólios e à acumulação descontrolada de riqueza, a introdução de taxas sobre produtos de luxo e de impostos sobre heranças, etc. (Folkerts, Teeter, 1989, p. 266). Assim, os jornais de Pulitzer assumiram uma ação política, estruturada em função dos interesses e ideias do seu proprietário, tendo sido, neste enquadramento, os primeiros a promoverem, constantemente, a auscultação das pessoas comuns, elevadas, pontualmente, à categoria de personalidades públicas, o que agudizou a mistura entre o público e o privado.

13. *Aposta na profissionalização*

Pulitzer foi o primeiro proprietário-editor a apostar decididamente na profissionalização dos jornalistas. Impulsionou, por exemplo, a criação do primeiro curso universitário pós-graduado de jornalismo (mestrado), na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, onde ainda hoje existe a Escola de Jornalismo. A profissionalização do jornalismo teve consequências para a cultura profissional e para a perceção pública do jornalismo e dos jorna-

listas. Os jornalistas viram-se cada vez mais a si mesmos e foram vistos pelo público como um corpo profissional autónomo, engenhoso, detentor de conhecimentos e competências técnicas específicas e com um papel social e cívico relevante nos estados democráticos de direito. A formação superior promoveu, igualmente, o *status* da profissão.

Pulitzer cedo teve um concorrente para competir no mesmo segmento do mercado. Tratou-se de William Randolph Hearst.

Ao contrário de Pulitzer, Hearst nasceu “em berço de ouro”. O seu pai foi eleito senador pela Califórnia, em 1887. Iniciou-se no jornalismo no jornal de Pulitzer. Aos 24 anos, teve a possibilidade de dirigir o diário californiano *San Francisco Examiner*, o que fez com garra e agressividade comercial, orientando-o para uma linha editorial sensacionalista que acentuava o receituário aprendido com Pulitzer: títulos chamativos, design apelativo, diversidade tipográfica, uso da cor.

Em 1895, com os lucros do *Examiner*, Hearst comprou um diário nova-iorquino na falência, *The New York Journal*. Ironicamente, o *Journal* tinha sido fundado pelo irmão de Joseph Pulitzer, Albert, em 1882. A primeira coisa que Hearst fez para tornar o jornal competitivo foi recrutar um vasto número de colaboradores do *World* de Pulitzer, incluindo R. F. Outcault, o célebre criador do Yellow Kid, a primeira história em quadrinhos do mundo, que começou a publicar-se no *World*, em tiras diárias, em 1896⁷. Também baixou, de imediato, o preço de venda do jornal de dois para um cêntimo, aumentando, significativamente, a tiragem. Lançou, ainda, uma campanha de publicidade dirigida contra o *World*, cujo lema era “enquanto os outros falam, o *Journal* atua”. Para fazer justiça ao *slogan* que conotava o *Journal* com o papel de paladino dos cidadãos, protagonizou sucessivas campanhas de denúncia de casos de corrupção, abusos de poder, exploração e desrespeito pelos direitos dos trabalhadores e outros, para as quais recrutou aliados

7. Pulitzer, curiosamente, contratou outro cartoonista e continuou a publicar tiras do Yellow Kid no seu diário. Houve, assim um período em que ambos os periódicos publicavam tiras do Yellow Kid, cujo nome deriva da camisola amarela que usava e na qual eram inseridas as falas (ainda não se usavam balões).

entre vários líderes sociais do país. Finalmente, tornou o jornal ainda mais sensacionalista, escabroso e agressivo do que o *World*. *The New York Journal* não se coibia, por exemplo, de fabricar histórias com base em rumores e boatos, ainda que as tivesse de desmentir no dia seguinte; nem se coibia de manipular fotografias. A lógica informativa de Hearst, centrada no princípio “I make news” (“Eu faço as notícias”), afastou-se, assim, decididamente, da lógica da veracidade factual da restante imprensa, *The World* incluído. Por isso, o jornalismo dos jornais de Hearst foi alcunhado de “jornalismo amarelo”, termo baseado na tira cómica *The Yellow Kid*. A designação, porém, acabou por estender-se a toda a imprensa sensacionalista americana do final do século XIX e princípio do século XX.

Apesar de tudo, o *Journal*, embora fosse um concorrente de respeito para o *World*, com tiragens de centenas de milhar de exemplares diários, só conseguiu bater o jornal de Pulitzer quando, para além de puxar os assuntos mais escabrosos de sexo, crime e escândalos diversos para a primeira página, conseguiu liderar a cobertura da guerra hispano-americana de 1898⁸. Embora o *World* e outros jornais também favorecessem discursivamente a intervenção norte-americana em Cuba, o *Journal*, por vezes com notícias falsas e truculentas, outras vezes com vigorosos editoriais antiespanhóis e favoráveis à intervenção norte-americana, foi, provavelmente, o diário que mais contribuiu para a histeria social que, por vezes contra as intenções político-estratégicas da Administração norte-americana e do poder legislativo, levou os Estados Unidos a declararem guerra a Espanha e a invadirem Cuba (Emery, Emery, 1978, p. 201). Durante a guerra, detonada pela explosão do couraçado americano Maine em águas cubanas, o próprio Hearst esteve em Cuba, liderando um grupo de vinte redatores, fotojornalistas e desenhadores do *Journal*. Uma anedota condensa o espírito do jornalismo “pró-ativo” de Hearst, sintetizado na já referida máxima “I make news”. Um dia, um fotojornalista do *Journal* destacado em Cuba queixava-se a Hearst de que estava tudo calmo e que mais valia regressar a Nova Iorque, pois não tinha

8. Guerra entre a Espanha e os Estados Unidos, que conduziu à independência de Cuba.

fotografias bélicas para mandar para o jornal. Hearst ter-lhe-á respondido “O senhor faça as fotografias que eu forneço a guerra”.

3.2.3 Reações ao “Novo Jornalismo” e transformações de fim de século na imprensa: o *New York Times* como modelo

O sucesso do Novo Jornalismo e da imprensa ilustrada e o crescimento dos fluxos de informação noticiosa em todo o mundo, potenciado quer pelas agências de notícias, quer pelos dispositivos técnicos, como os cabos telegráficos submarinos, o telégrafo e o telefone, geraram transformações na forma como a imprensa se apresentava. Se nos anos vinte do século XIX os jornais norte-americanos, normalmente, tinham quatro ou seis páginas, no início dos anos oitenta alguns jornais já tinham doze ou catorze páginas (como o *World*) e no final do século atingiam-se as 48 páginas ou mesmo mais, volume idêntico ao dos jornais atuais (Emery, Emery, 1978, pp. 175 e ss.). Por outro lado, algumas das características do Novo Jornalismo, como a promoção de “cruzadas sociais” e o culto da linguagem acessível, foram importadas por outros tipos de imprensa, como as revistas ilustradas, como se observa na *McClure’s*, na *American Magazine* e na *Pilgrim’s Progress* no início do século XX.

É de ter em atenção que embora o Novo Jornalismo tenha contribuído para as mudanças que se verificaram no jornalismo norte-americano e mundial no final do século XIX, a imprensa noticiosa popular norte-americana já existente (*Sun*, *Herald*, *Tribune*) e outros jornais noticiosos, como *The New York Times*, ofereceram resistência à deriva sensacionalista do Novo Jornalismo dos jornais de Pulitzer e Hearst. Assim, gradualmente, emergiu nos Estados Unidos uma imprensa que, embora mantendo o seu cariz noticioso e aderindo a várias das mudanças introduzidas pelo Novo Jornalismo, como a atenção ao design, aos títulos, às fotografias e desenhos, à diversidade de conteúdos e à diversidade de géneros jornalísticos, evoluiu para um modelo jornalístico “de qualidade”. Aliás, o próprio Pulitzer, no início do século XX, reorientou editorialmente os seus jornais para uma linha de maior sobriedade e “qualidade”.

Por contraposição ao Novo Jornalismo, emotivo e que tudo promovia à condição de insólito ou sensacional, os jornais e revistas “de qualidade” procuravam apelar à razão, oferecendo uma informação mais rigorosa, “objetiva” e profunda, por vezes analítica, mais sóbria no grafismo, mais voltada para o público do que para o privado (ou seja, orientada para o *interesse público* e não para o *interesse do público*) e mais devotada à exploração estrutural dos grandes temas da política, da economia, da sociedade e das relações internacionais do que à superficial menção a crimes, escândalos, sexo e a outros atos singulares e ações desviantes (Schudson, 1978, pp. 88-120). O modelo do *New York Times* consubstancia o espírito da imprensa noticiosa generalista “de qualidade”.

O *New York Times* foi fundado, em 1851, por Henry J. Raymond. Com a morte deste, em 1869, o diário entrou numa curva descendente, agudizada pela concorrência dos restantes jornais noticiosos (como o *Herald* e o *Tribune*) e, nas duas últimas décadas de Oitocentos, também pela emergência da imprensa sensacionalista de Pulitzer, Hearst e outros. Porém, em 1896 o jornal foi adquirido por Adolph Ochs, com o apoio de um grupo de investidores liderado pelo milionário J. P. Morgan. Ochs reorganizou o jornal e propôs-se explorar, com sentido comercial e lucrativo, um segmento de mercado negligenciado pela deriva sensacionalista da restante imprensa: o segmento interclassista dos grupos alta ou medianamente alfabetizados e cultos da população (Emery, Emery, 1978, p. 239). Esses grupos não se reviam na imprensa sensacionalista. Queriam ressuscitar o debate sobre as questões estruturantes de organização da sociedade nas páginas dos jornais. Assumiam que a imprensa podia ser um fórum cívico. Exigiam uma informação generalista (política, economia, negócios, internacional, desporto...) mas factual, rigorosa e independente, de “interesse público geral”, fornecida num jornal com design agradável e apelativo, embora sóbrio. O seu lema, ainda hoje estampado na primeira página do *New York Times*, foi publicar “All news that’s fit to print”.

A reputação do diário ergueu-se sobre a sua fidelidade ao “facto”, a que objetivamente se reconhece “interesse geral”, não por se basear na experiência humana individual, como ocorria com a imprensa popular, mas sim por referir-se à experiência coletiva de toda a comunidade. O modelo informativo que defende o *New York Times* faz derivar a sua retidão e rigor da exaltação que faz dos “factos” com que constrói a atualidade e do equilíbrio estilístico. (García González, 1999, p. 98)

Schudson (1978, pp. 106-120) explica que o êxito do *New York Times*, jornal que ainda hoje é um símbolo não só de Nova Iorque (basta lembrar a *Times Tower*, em *Times Square*) mas, igualmente, do jornalismo mundial, também resultou do estabelecimento de uma espécie de fronteira simbólica, cívica e moral, entre a “qualidade” jornalística, que apela à razão, e o sensacionalismo, que apela à emoção. Uma segunda fronteira simbólica, decorrente da primeira, teria sido traçada, socialmente, entre os consumidores envergonhados da imprensa popular, em muitos casos desejosos de se identificarem com as classes mais elevadas, e os consumidores orgulhosos e distintos da imprensa “de qualidade”. “Não se trata, portanto, de o diário se dirigir à elite social, mas aos grupos, da mais variada extração social, que se sentem melhor integrados dentro da comunidade” (García González, 1999, p. 98).

Uma outra circunstância assegurou o êxito do *New York Times*: este jornal não hesitou em baixar o preço para um centavo para competir com a imprensa popular, pois, como previu Ochs, muitas pessoas compravam os jornais sensacionalistas não por se identificarem com eles, mas sim por serem baratos (Schudson, 1978, p. 115).

Grosso modo, em jeito de conclusão pode dizer-se que a primeira geração da *penny press* contribuiu, simultaneamente, para a aparição da segunda geração da *penny press* (modelo de Pulitzer e Hearst – o “primeiro” Novo Jornalismo) e da “imprensa informativa de qualidade” (modelo *The New York Times*), embora esta última também tenha sido contagiada pelos jornais políticos e económicos e pelo Novo Jornalismo e ambas tenham sofrido influências da imprensa ilustrada. Conclui-se, assim, que a história do jornalismo é acumu-

lativa e que os diferentes modelos jornalísticos que foram surgindo ao longo da história não tiveram (nem têm) fronteiras rígidas. Houve sempre, tal como acontece hoje em dia, uma interação entre as diversas formas de encarar o jornalismo, especialmente visível, ao tempo, na imprensa generalista, que foi aquela que mais aproveitou esses diferentes modelos.

Uma outra conclusão pode ser tirada: a partir do final do século XIX, com a diversificação da oferta de jornais, começa a notar-se mais vincadamente a segmentação do mercado. As pessoas, como clientes, adquiriam as publicações que mais as satisfaziam. Esta tendência, aliás, não é mais do que o desenvolvimento de uma força que resulta, por um lado, do facto de as pessoas serem diferentes, preferindo os produtos que vão ao encontro das suas necessidades, expectativas e motivações; e, por outro lado, da diversificação da oferta, sustentada pelo capital, pelo risco, pela competição e pela iniciativa privada.

3.3 O jornalismo europeu no século XIX

O século XIX não começa muito bem na Europa. Napoleão mergulhou o Velho Continente na guerra. Por outro lado, os valores e ideias da Revolução Francesa assustaram as elites dominantes europeias. Por isso, os governos europeus, a partir do final do século XVIII e princípios do século XIX, começaram a endurecer as medidas censórias contra a imprensa, para impedir o aparecimento dos jornais políticos influenciados pelo pensamento revolucionário francês, como eram, apenas para dar dois exemplos, os casos de *Il Veneciano* (Itália) e de *Das Rote Blatt* (Alemanha), de 1799. Assim, os mecanismos das licenças prévias e da censura foram reforçados em países como a Áustria (1789), os Estados Pontifícios (1790), a Espanha (1791), a Dinamarca (1799) e Portugal (1803). Mesmo em França, Napoleão impôs um modelo autoritário de jornalismo, alicerçado na censura e na propaganda.

Ainda assim, a Europa continental dos finais do século XVIII e princípios do século XIX viu surgir vários jornais de orientação política. Itália, neste contexto, foi um caso à parte, pois os franceses protegeram o aparecimento

de jornais francófilos desde o final do século XVIII, como o *Giornale degli Amici della Libertà e dell'Uguaglianza*, o *Termometro Politico della Lombardia* ou ainda o *Monitore Italiano*. Inclusivamente, o modelo do *Le Moniteur* parisiense serviu para o aparecimento de vários “monitores” italianos, como o *Monitore Florentino* e o *Monitore Napoletano*. Muitos desses jornais políticos (ou “de partido”) italianos, além das ideias da Revolução Francesa, começaram a fortalecer a identidade italiana, ao reclamarem a união política para Itália (Braojos Garrido, 1999, p. 45). Porém, o domínio francês sobre Itália gerou, também neste país, o aparecimento da censura prévia, tendo surgido, em 1808, em Milão, o *Ufficio della Libertà de Stampa*, que, apesar da denominação, era o organismo oficial da censura.

Em vários países ocupados pelas tropas francesas surgiram também jornais *afrancesados*, como aconteceu, em Portugal, com o *Diário do Porto* (o Porto estava ocupado pelo exército napoleónico), publicado entre abril e maio de 1809. Os franceses também reconverteram por toda a Europa ocupada jornais já existentes, de maneira a propagandear a causa francesa, como aconteceu em Viena, com o *Wiener Zeitung*, e em Lisboa, com a *Gazeta de Lisboa*. Além disso, também fecharam vários jornais, mas tiveram de confrontar-se com muitas publicações clandestinas que davam conta dos anseios de liberdade e independência dos povos sob o jugo francês, como o *Le Lion Belge* (Bélgica) e o *Rheinischer Merkur* (Alemanha).

Reagindo contra as bélicas intenções expansionistas de Napoleão, na Europa surgiram também jornais patrióticos que exaltavam a liberdade e a independência dos povos, como o *O Diário Lisbonense* (Portugal) ou o *Semanario Patriótico* (Espanha). Estes jornais políticos combativos (*party press*) eram “mais consistentes do que os do Antigo Regime” (Braojos Garrido, 1999, p. 45). Estiveram na génese da disseminação das ideias nacionalistas, cujo exacerbamento mergulharia a Europa em duas mortíferas guerras mundiais no século XX, mas que também permitiu, nas palavras de Glória García González (1999, p. 49), a adesão das classes médias urbanas aos processos de modernização económica e social empreendidos pelos estados, com o

consequente aumento do peso social, político e económico dessas classes, que também se modernizaram.

Ocorreu, assim, um processo de liberalização política na Europa, o que se refletiu no jornalismo.

O poder crescente das classes médias europeias obrigou os estados a satisfazerem as suas demandas sociais e a outorgarem-lhes, com maior ou menor resistência, novos espaços de liberdade. Assim, pode dizer-se que o mercado e a economia se cruzaram, inevitavelmente, com a sociedade civil, que se modernizava, alargava e consolidava. O direito de voto, conquistado, gradualmente, pelas classes médias europeias durante o século XIX e XX, representa o coroar desse processo.

A emancipação e aburguesamento das classes médias urbanas levou os estados europeus, em processo de crescimento e desenvolvimento, a encontrar nelas um forte aliado contra as ideias revolucionárias, fundamentalistas e radicais que emergiam. Mas não bastava o direito ao voto para que o espaço público se alargasse e estruturasse dentro dos estados liberais de uma maneira propícia aos desígnios desses mesmos estados. Foi preciso “facilitar o desenvolvimento de outras formas de participação do público: as discursivas” (García González, 1999, p. 53), o que favoreceu o desenvolvimento do jornalismo.

Na esfera pública, o espaço público plasmava-se, portanto, essencialmente nos jornais, cujo número e tiragens cresciam e onde ecoavam os debates que animavam a sociedade e eram expandidos nos cafés, tabernas, clubes e noutros espaços de sociabilidade masculina. Em Paris, por exemplo, em 1860 eram vendidas na rua 49 publicações políticas, número que ascendia a 68 em 1866 (García González, 1999, p. 51). Assim, graças à imprensa, a *ação e a interação comunicativa* dos cidadãos autonomizavam-se dos estados, que se apercebiam do peso das classes médias urbanizadas consumidoras de jornais e da força dos meios jornalísticos surgidos para dar resposta às necessidades e gostos dessas classes. Consequentemente, face ao sucesso da imprensa e aos anseios da população, os governos foram obrigados

a conceder mais liberdades e facilidades aos jornais e aos jornalistas. No Reino Unido, por exemplo, o governo retirou as taxas que dificultavam a proliferação dos jornais, as chamadas “taxas sobre o conhecimento”: em 1853 foi eliminada a taxa sobre a publicidade; em 1855, a taxa sobre os selos (muitos jornais eram vendidos por assinatura); e em 1851, a taxa sobre o papel. Em França, foram retiradas as taxas sobre os selos em 1872. Na Alemanha, foi publicada uma lei de imprensa, assente no princípio da liberdade de expressão, em 1874.

A imprensa política combativa europeia começou a conviver, a partir da década de Trinta do século XIX, com uma imprensa popular, noticiosa e comercial. Efetivamente, o confronto ideológico (emergiam o socialismo, o anarquismo, o reformismo, o republicanismo, etc.) permitiu, na Europa, a permanência da imprensa de partido (*party press*) até à alvorada do século XX. Mas a partir da segunda metade do século XIX, essa imprensa perdeu terreno para a imprensa popular, noticiosa, independente, comercial (o jornalismo encarado como *negócio*), pois, apesar de o século XIX ter sido fértil na aparição de ideias políticas inovadoras e em confrontos político-sociais, como ocorreu durante a insurreição popular da Comuna de Paris (1871), também foi fértil em novidades: guerras, descobertas, invenções...

Tal como ocorreu nos Estados Unidos, a imprensa política e político-noticiosa partidária e combativa, dominante no cenário europeu nas primeiras décadas do século XIX, começou a perder leitores, a partir dos anos Trinta do século XIX, para uma imprensa noticiosa, popular, acessível no preço e diversa nos conteúdos, que foi surgindo em vários países europeus. A paisagem da imprensa europeia era, ainda, matizada por periódicos especializados (jornais culturais, económicos científicos, por exemplo), periódicos femininos e revistas ilustradas. Estilisticamente, os jornais, independentemente da sua orientação editorial, exploravam, muitas vezes, uma linguagem emotiva, que os mantinha longe da linguagem fria e desapaixonada da pura exposição hierarquizada de factos.

Algumas notícias do século XIX apresentavam, assim, uma estrutura que denunciava a intenção informativa dos seus autores, mas o texto era adornado com “narizes de cera” e outros trechos de recorte literário, alguns dos quais autênticas derivações estético-sensacionalistas, correspondendo quer ao gosto da época quer à necessidade de seduzir o leitor. Por exemplo, uma notícia publicada a 3 de novembro de 1895 no suplemento ilustrado de *Le Petit Journal* (*Petit Journal Supplément du Dimanche*, 3 de novembro 1895) dava conta de um acidente de comboio. A primeira frase, um “nariz de cera” sensacionalista e literário, informa que a notícia versará sobre um acidente em Paris, mas não adiciona qualquer outra informação útil, obrigando o leitor a prosseguir se quiser satisfazer a sua curiosidade. Nas frases seguintes, narra-se o acontecimento, obedecendo, essencialmente, à respetiva cronologia, num tom sensacionalista e literário:



Um incrível acidente, assustador e pitoresco ao mesmo tempo, ocorreu na semana passada em Paris.

Um comboio expresso vindo de Granville entrou a toda a velocidade na estação de Montparnasse, destruindo todos os obstáculos na sua passagem: para-choques, anteparos e muros de proteção, projetando para longe, numa chuva de vidro, a imensa vidraça da fachada, que, reduzida a estilhaços, veio a cair na praça de Rennes.

Imagine-se qual não foi a estupefação dos viajantes e empregados da estação de Montparnasse ao ver o comboio aproximar-se do para-choques em alta velocidade! Esta estupefação logo se transformou em terror! O comboio 56, sem diminuir a velocidade, reduziu a migalhas o para-choques com tampões fixos no fim da via 8, atravessou a plataforma por trás e fez voar em pedaços a muralha da fachada e a imensa rosácea do vitral.

O comboio seguiu o seu caminho sobre o terraço de alvenaria, abrindo uma brecha no muro de proteção e precipitou-se no vazio, de uma altura de doze metros.

A máquina 721 caiu a prumo ao longo da cafeteria da estação, seguindo-se-lhe o tender, que, ficou apoiado na locomotiva e manteve atrás [sem caírem] a carruagem do correio e o resto do comboio.

O choque fez instantaneamente parar os dois grandes relógios dentro da estação. Os ponteiros marcavam quatro horas em ponto.

Uma banca de jornais situada ao longo do muro interior, justo onde a máquina fez o seu buraco, foi pulverizada. A dona estava a alguns passos e teve, somente devido a esta circunstância, a vida salva.

Vários operários que trabalhavam na fixação do para-choques esmigalhado pela locomotiva conseguiram escapar.

Por um acaso também extraordinário quanto às circunstâncias do acidente, uma só vítima se conta, a senhora Aguillard, uma honrada mulher de 39 anos, que vendia jornais na praça de Rennes, no ponto que também funciona como estação terminal dos carros elétricos.

No momento do acidente, às quatro horas, a infeliz estava na calçada em frente à cafetaria da estação. Ela foi esmagada por um dos blocos de pedra que caiu do muro de proteção e pela locomotiva que caiu no chão no lugar onde a senhora Aguillard agonizava, quase completamente partindo em dois o corpo da pobre mulher.⁹

A notícia demonstra a ascensão do sensacionalismo na linguagem jornalística nas últimas décadas do século XIX. Ao contribuir para suscitar a curiosidade e o interesse dos leitores, o sensacionalismo linguístico pode servir o jornalismo. No entanto, também se observa na mesma notícia uma intenção de objetividade do enunciador, que antes de mais pretende narrar um facto.

A referida notícia é apenas um pequeno indício da força com que a Europa recuperava, com o auxílio das agências de notícias, o jornalismo noticioso que tinha propiciado a aparição das primeiras gazetas e mercúrios a partir do final do século XVI e início do século XVII.

Pode-se acompanhar o cenário das transformações no jornalismo europeu no século XIX seguindo o que se passou em dois casos paradigmáticos: o francês (pela sua influência em toda a Europa continental) e o britânico (devido ao modelo de liberdade formal de imprensa que já cultivava e aos fortes laços com a imprensa norte-americana).

Inspirado quer por jornais como o *Times* londrino, partidariamente independente, mas elitista, quer pelos ecos do sucesso do primeiro diário popular estadunidense, o *Sun* de Nova Iorque, o primeiro jornal europeu continental a enveredar, simultaneamente, pelo estilo noticioso e pela

9. Curiosamente, esta notícia também está afixada no museu “Mundo a Vapor”, Canelas, Brasil, em cuja entrada se evoca o acontecimento referido na narrativa, incluindo-se uma maquete da máquina que tombou da estação para a rua em tamanho real.

estratégia comercial da primeira geração da imprensa popular norte-americana foi o francês *La Presse*¹⁰.

Diário independente e direcionado para a satisfação de um público massivo e não para o contentamento de uma elite, ao contrário do *Times*, que procurava ser o representante permanente das classes médias e superiores, conservadoras e instruídas, no espaço público, *La Presse* surgiu em Paris, em 1836, pela mão de Émile de Girardin, um investidor que já tinha experiência no negócio editorial, como editor da revista enciclopédica *Le Journal des Connaissances Utiles*. O seu sucesso foi imediato – baixo preço, possível devido à captação de publicidade; linguagem acessível; publicação de romances sob a forma de folhetins, alguns deles de Balzac; modernização continua, com a adoção de novas tecnologias, como a estereotipia, introduzida em 1852. Duraria até 1952, com algumas interrupções de publicação. Victor Hugo e Alexandre Dumas também colaboraram com o jornal e contribuíram para o seu sucesso. A esposa de Émile de Girardin, Delphine de Girardin, também colaborou com o jornal. Escrevia a coluna *Courriers de Paris*, com o pseudónimo masculino Visconde de Launay.

Em 1848, *La Presse* apoiou a candidatura de Charles-Louis Napoléon Bonaparte à presidência da República Francesa – os diários independentes também faziam política, mas intervinham nos assuntos públicos não em nome de um partido, mas sim do povo ou da nação. Porém, o envolvimento político da imprensa podia trazer dissabores. Girardin foi forçado a exilar-se em Bruxelas quando se desentendeu com Bonaparte, na sequência da sua proclamação como imperador Napoleão III.

10. Pode consultar-se na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k426719v>

Figura 61. Capas do número de apresentação e do primeiro número regular de *La Presse*.



Figura 26. Émile de Girardin (1802-1881), fundador de *La Presse*.



O jornal francês *Le Figaro*¹¹, surgido, como jornal satírico, em 1826, e reaparecido, com o *slogan* “jornal não político” e de perfil generalista, em 1854 (tornou-se diário em 1866), procurou tornar ainda mais leve a informação e mesclá-la com notícias de sociedade, crônicas e folhetins, que o tornaram um caso de sucesso. O modelo do *Figaro*, aliás, foi repetido em grande parte da imprensa de Oitocentos, aglomerando notícias, entretenimento literário (folhetins), opinião e mesmo uma incipiente informação de serviços. O *Figaro* continua a ser publicado, sendo o segundo mais importante diário francês em tiragem, circulação e acessos online.

11. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k269340m?rk=21459;2#>

Figura 62. Capa do sexto número de 1826 e do primeiro número de 1854 (reaparição nas bancas) de *Le Figaro*.

1^{re} ANNÉE.
N. 6.

ON VENDRA A PARIS, Chez Bouché fils, au Bureau du Journal, quai des Augustins, n. 17. Le prix est pour Paris, de 4 fr. par an en avance, et 5 fr. pour tout autre, le fr. pour six mois et le fr. pour 3 mois, en tous départemens, paiement en six mois, et l'échange 4 fr. par an en avance.



YENDRÉM
de JARDIN

NOUVEAUX ANTIQUAIRES.
On trouve en vente des ouvrages à la vente et à l'achat dans le bureau et la grande salle de vente.

LE FIGARO,

JOURNAL LITTÉRAIRE.

THÉÂTRE, CRITIQUE, SCIENCES, ARTS, MŒURS, NOUVELLES, SCANDALE, ÉCONOMIE DOMESTIQUE, BIOGRAPHIE, BIBLIOGRAPHIE, MODES, ETC., ETC.)

RÉDACTEURS

LE COMTE ALMAVIVA, FIGARO, BARTHOLO, ROSINE, BAZILE, SUZANNE, CHÉRUBIN, MARGELINE, BRIDOISON, LA JEUNESSE, L'ÉVEILLÉ, GRIPPE-SOLEIL ET DOUBLE-MAIN.

La vérité, quand même...

<p>SPECTACLES DU SOIR.</p> <p>ACADÉMIE ROYALE DES MUSIQUES. LES ÉPIGRAMES: paroles de M. Jarry, musique de M. Spontini. Le grand succès. MM. Boissier. Le chef des trompes. Paillet. Le garçon. Mouton. Le comédien. Pélissier. Jules. Mad. Leclaire. Le grand succès. Quercy. Emma, Suzanne, Adèle, Jeanne. Mad. Bouché, Mad. Vigneron, Fournier, Bouché.</p> <p>LE PAGE INCONSTANT. belle pantomime en 1 acte de Desobry. Paul. M. N. N. Figaro. Bouché. Le page. Bouché. Adèle. Mad. Bouché. Pauline. Mad. Bouché. Suzanne. Mad. Bouché. Dame. M. Paul, mad. Leclaire.</p> <p>THÉÂTRE FRANÇAIS.</p> <p>HAMLET. Hamlet. M. Talon. Polonius. M. Desobry. Ophélie. Mad. Bouché. Gertrude. Desobry.</p> <p>LES CONFIDENS. LES FOURMIÈRES DE SAPHO.</p> <p>OPÉRA-COMIQUE.</p> <p>LA BAMBANE. opéra en 1 acte, de M. de la Roche et de M. de la Roche. George. MM. Paillet. Caroline. Mad. Bouché. Madeleine. Fournier. Pauline. Fournier. Charles. Bouché.</p>	<p>PHILIPPE ET GÉORGETTE. Philippe. MM. Paillet. Georgette. Mad. Bouché. M. Martin. Fournier. Yvette. Mad. Bouché. Mme. Marie. Mad. Bouché. Georgette. Fournier. Suzanne. Bouché.</p> <p>OPÉRA.</p> <p>LOUISE ET INDEGENE. Clément. MM. Colson. Clémentine. Bouché. Clément. Fournier. Auguste son fils. F. Bouché. Armand. Desobry. Pauline. Fournier. Tristane. Mad. Bouché. Constantine. Mad. Bouché. Jules. Mad. Bouché. André. Desobry.</p> <p>LE RETOUR D'UN COUILLON. opéra en 1 acte. MM. Colson. Frédéric. Bouché. Comte de Faldin. Fournier. Pierre d'Amour. Fournier. Thérèse. Mad. Bouché. Un valet. Bouché. La comtesse. Mad. Bouché. L'écuyer. Mad. Bouché. Le petit Grand-Père. Fournier.</p> <p>LA FORÊT DE SÉBAST. Rosalie IV. MM. Lecomte. Le duc de Sébast. Adèle. M. de Courcel. Bouché. Madame. Fournier. Richard. Bouché. Léon. Bouché. Colin. Bouché. 1^{re} Merveilleuse. Bouché. 2^{de} Merveilleuse. Bouché. Madame de Sébast. Fournier. Madame. Mad. Bouché. Comte. Fournier. Richard. Bouché.</p>	<p>THÉÂTRE DE MADAME.</p> <p>LA PORTE STICÉE.</p> <p>LE CONFIDENT.</p> <p>LA DÉMOISELLE À MARIER. Madame. MM. Bouché. Louise. Fournier. Dorothée. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché.</p> <p>LE MÉDECIN DES DAMES.</p> <p>THÉÂTRE DU VAUDEVILLE.</p> <p>LES AMOURS DE VILLAGE. vaudeville en 1 acte, de MM. Fournier et Adèle Bouché. Comte. MM. Colson. Dorothée. Bouché. Un valet. Bouché. Madame. Mad. Bouché. Suzanne. Bouché. Yvette. Bouché. Madame Dorothée. Bouché.</p> <p>FRONTIN MARIÉ. vaudeville en 1 acte, de MM. Bouché et Mad. Bouché. Frontin. MM. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Le valet. Bouché. Un valet. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché.</p> <p>LES DAMES À LA MODE. vaudeville en 1 acte, de MM. Bouché et Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché.</p> <p>LES DAMES À LA MODE. vaudeville en 1 acte, de MM. Bouché et Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché.</p> <p>LE MARIAGE EXTRAVAGANT. vaudeville en 1 acte, de MM. Bouché et Mad. Bouché. Le duc. MM. Bouché. Dorothée. Bouché.</p>	<p>Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché.</p> <p>THÉÂTRE DES VARIÉTÉS.</p> <p>LE MARIAGE À LA RUSSE.</p> <p>THÉRAU ET FANTINE.</p> <p>LE CHEPOTIER. MM. Fournier, Bouché, Mad. Bouché, Fournier, Mad. Bouché, Fournier, Bouché.</p> <p>L'ŒUF ET LE FÊTE.</p> <p>THÉÂTRE DE LA GAITÉ.</p> <p>GUSTAVE. vaudeville en 1 acte. Le Chevalier. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché.</p> <p>THÉÂTRE DE L'AMBI-COMIQUE.</p> <p>TEKÉLI. vaudeville en 1 acte. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché.</p> <p>CACLOSTRO. vaudeville en 1 acte. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché. Mad. Bouché.</p> <p>THÉÂTRE DE LA PORTE SAINT-MARTIN.</p> <p>LA FILLE DU MARIAGE. vaudeville en 1 acte, de MM. Bouché et Mad. Bouché. MM. Bouché, Mad. Bouché, Fournier, Bouché, Mad. Bouché, Fournier, Mad. Bouché.</p> <p>JOCE. MM. Bouché, Mad. Bouché, Bouché, Mad. Bouché.</p> <p>CINQUE OLYMPIQUE.</p> <p>La question après de MACHETE. ou LA PORTE DE BERNARD. vaudeville en 1 acte, à grand spectacle, de MM. Bouché et Mad. Bouché. — Le Théâtre — Le Théâtre.</p> <p>THÉÂTRE DE M. COMTE. Le petit Pêcheur. ou Le vaudeville en 1 acte. — Les deux Actes. — D'après et adapté.</p>
--	--	--	---

M. DE WILHELMY & C. ANNON

IMPRIMERIE DE LA PRESSE

BOLLINGEN

Chaque année paraît une fois l'année, et se vend par six.

COMMISSIONNAIRE DE LA VENTE

M. de Villiers, au Salon de la Librairie

Paris

Les annonces se prennent chez M. de Villiers, au Salon de la Librairie

Paris



FIGARO

JOURNAL NON POLITIQUE

REVUE LITTÉRAIRE

PARIS

Le Numéro: 10 Centimes

ES GIERE DE PRINCE

Après avoir traversé le monde les bords de la mer, le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin.

Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin.

Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin.

Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin.

Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin.

Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin.

Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin.

Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin.

CHRONIQUE PARISIENNE

Paris, le 2 avril. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin.

Paris, le 2 avril. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin.

Paris, le 2 avril. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin.

Paris, le 2 avril. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin. Le prince de Prusse, en revenant de son voyage, a été reçu par le roi de Prusse au château de Berlin.

Fonte: reprodução do original.

O jornalismo popular independente e de intenção comercial (jornalismo como negócio) entrou no Reino Unido por meio de jornais como o vespertino *Pall Mall Gazette*, fundado, em 1865, por George Murray Smith, tendo como primeiro editor Frederick Greenwood. O jornalista William Thomas Stead (1849-1912), que morreu no afundamento do Titanic, foi o seu redator e editor mais conhecido. Paladino do jornalismo de investigação sensacionalista, tal como era praticado pelos *muckrakers* norte-americanos, Stead denunciou escândalos políticos e sociais, incluindo um caso de pedofilia envolvendo gente poderosa da sociedade londrina e casos de exploração laboral de crianças e lutou pela adoção de leis de proteção à infância, prevenção do trabalho infantil e aumento da idade de consentimento sexual de 12 para 16 anos.

O *Pall Mall Gazette* foi o diário mais influente da primeira geração da imprensa popular noticiosa britânica. O seu modelo de jornalismo era similar ao da primeira geração da imprensa popular norte-americana, baseando-se em tiragens elevadas, no baixo preço (propiciado pelo afluxo de anúncios publicitários), na diversidade de conteúdos (com realce para as histórias de crime e escândalos) e na utilização dos novos géneros jornalísticos da entrevista e da reportagem.

Figura 64. William Thomas Stead foi, provavelmente, o jornalista britânico mais reconhecido do seu tempo e o mais destacado dos *muckrakers* do Império Britânico.



Fonte: Rotary Photo, Londres.

Revistas como a *Tit-Bits* (1881-1984), a *Answers* (1888-1956, rebatizada *Answers & Trivia*) e a *Pearson's Weekly* (1890-1939), que chegaram a ter tiragens próximas do milhão de exemplares, impulsionaram, também, o jornalismo popular britânico, encarado, sobretudo, como negócio. Davam respostas a perguntas enviadas por leitores (a *Tit-Bits* tinha uma secção intitulada *Answers to Correspondents*, primeiro título da revista *Answers*), continham artigos leves sobre diversos tópicos, piadas e folhetins. Graças ao progresso na alfabetização e aos novos assalariados produzidos pela

Revolução Industrial que beneficiavam de um rendimento reduzido mas regular, essas revistas eram compradas e lidas por um vasto número de britânicos. A *Tit-Bits* foi fundada por George Newnes, que editou, também, *The Strand Magazine* (1891-1950). A *Answers*, inicialmente batizada *Answers to Correspondents*, foi fundada por Alfred Harmsworth (mais tarde Lord Northcliffe), um dos futuros magnatas da imprensa britânica, dono do *Daily Mail* (fundado em 1896, é, hoje, o diário britânico de maior expansão) e do *Daily Mirror* (fundado em 1903, em circulação), de tendência trabalhista. O fundador da *Pearson's Weekly* foi o jornalista Arthur Pearson, que tinha adquirido experiência trabalhando para a *Tit-Bits* e fundou o *Daily Express* (em 1900), tornando-se, igualmente, milionário. Nessas revistas formar-se-iam os jornalistas que, mais tarde, corporizaram os projetos da segunda geração de jornais populares noticiosos britânicos (*Daily Mail*, *Daily Express* e *Daily Mirror*), aos quais emprestaram a base editorial. Além disso, o sucesso das revistas propiciou, também, aos empresários do jornalismo o capital necessário ao investimento nestes jornais.

O liberalismo político, a alfabetização, a publicidade, a urbanização, os progressos técnicos, a aparição das agências de notícias, a abolição de taxas e de outros entraves ao desenvolvimento da imprensa noticiosa comercial e popular tornou-a um negócio industrial apetecível em toda a Europa, embora os avultados investimentos necessários para pôr um grande jornal a funcionar propiciarem o seu controlo pelos grandes potentados empresariais. A imprensa era um sucesso e a comprová-lo estão os constantes aumentos das tiragens. O diário britânico liberal *Daily News* (1846-1930), por exemplo, tirava 50 mil exemplares quando surgiu, em 1846, mas em 1870, ano em que rebentou a Guerra Franco-Prussiana, já tinha uma tiragem de 150 mil exemplares; tiragem semelhante tinha também o diário independente *Daily Telegraph* (García González, 1999, p. 60), surgido em 1855 e ainda em circulação.

Figura 65. As revistas *Tit-Bits* e *Answers* documentam a chegada do jornalismo popular ao Império Britânico.



Figura 66. O *Daily Mail*, fundado por Alfred Harmsworth (Lord Northcliffe) e pelo seu irmão Harold Harmsworth (mais tarde, visconde de Rothermere), empresários magnatas da imprensa britânica (na imagem), representa a chegada da segunda geração da imprensa popular ao Império Britânico.



Fonte: reprodução do original (4 de maio de 1896).



A fundação do tablóide *Daily Mail*, por Alfred Harmsworth (Lord Northcliffe) e pelo seu irmão Harold Harmsworth (mais tarde, visconde de Rothermere), já proprietários do *Evening News* (1881-1980), é o marco que assinala o início da segunda geração da imprensa popular britânica.

No *Daily Mail*, os editores procuraram aplicar o modelo de Pulitzer, que tanto êxito tinha nos Estados Unidos (títulos apelativos, uso de ilustrações, grafismo agressivo, prática de jornalismo de investigação e denúncia, conteúdos diversificados, com atenção especial ao crime, ao sexo, aos escândalos e a temas de interesse humano e espaço demarcado para a publicidade – que era sugestiva e persuasiva). No entanto, os Harmsworth reforçaram o modelo de Pulitzer com um receituário próprio, em que pontificava um discurso populista e nacionalista, radical e imperialista, bem visto pelo Governo londrino, a braços com campanhas militares na Índia e na África do Sul, entre outros lugares.

A fórmula do *Daily Mail* teve um êxito rápido, conquistando centenas de milhares de leitores diários rapidamente. Em 1899, surgiu a edição provincial

de Manchester do *Daily Mail*, a que se seguiriam, já em 1905, a sua edição parisiense (destinada à Europa continental) e a sua edição para as colónias.

Apesar da pujança da segunda geração da imprensa popular britânica, sobrava, ainda mercado para o público que queria uma informação mais séria, profunda, balanceada e inteligente mas que não se revia nas posições conservadoras do *Times*. Havia, assim, espaço para uma imprensa informativa de cariz liberal. Surgiram, conseqüentemente, no mercado britânico, várias revistas que procuravam informar com rigor e profundidade, mas desde uma perspectiva liberal, como a *Fortnightly Review* (1865-1954), lançada em 1865. Porém, essas revistas acabaram por morrer face à investida da imprensa popular nacionalista e imperialista, por um lado, e da imprensa socialista, por outro, acompanhando, aliás, o progressivo desaparecimento dos liberais britânicos, reformistas moderados, nas duas últimas décadas de Oitocentos, engolidos pelo Partido Conservador¹². Mesmo periódicos historicamente liberais, como o *Pall Mall Gazette*, o *Daily Chronicle* (1872-1930) e o *Birmingham Daily Post* (1857, em circulação), passaram a apoiar os conservadores, em alguns casos de forma exacerbada, como prova a viragem discursiva nacionalista e imperialista do *Pall Mall Gazette*, a partir da última década do século XIX. Aliás, é de assinalar que a viragem discursiva imperialista-nacionalista do jornalismo britânico era extensível à generalidade dos jornais, pois mesmo os jornais liberais, como o *Daily News*, e os jornais trabalhistas e socialistas britânicos do final do século XIX, como o *Labour Leader* (1887-1986), congratulavam-se pelas conquistas coloniais (MacKenzie, *cit. in* García González, 1999, p. 84).

O século XIX conheceu também o aparecimento da imprensa regional e local europeia. Surgiram jornais um pouco por toda a Europa nas povoações de média e grande dimensão, como o *Birmingham Daily Post*, de 1855. Por vezes, esses jornais, como aconteceu (e ainda acontece) em Portugal, estavam ligados às tipografias, o que promovia a indistinção entre os territórios

12. Para a crise do Partido Liberal, em 1886, muito contribuiu a intenção do primeiro-ministro Gladstone de dar à Irlanda autonomia governativa (Home Rule), o que levou os liberais unionistas para os braços dos conservadores.

do jornalismo e dos tipógrafos. Nesses jornais, normalmente publicavam-se quer notícias locais, quer nacionais, promovendo a “integração político-cultural dentro do estado” (García González, 1999, p. 65). No Reino Unido, o sucesso dos jornais regionais e locais foi tal que suscitou a avidez dos magnatas londrinos. Assim, no final do século XIX assistiu-se, em Inglaterra, aos primeiros fenómenos de *concentração de propriedade* no setor da imprensa (formação das primeiras cadeias de jornais) e de aquisição de jornais por conglomerados económicos de outros sectores, como sucedeu com o *Daily News*, adquirido pelo fabricante de chocolates George Cadbury, em 1901.

Outro fenómeno jornalístico do século XIX, em particular no Reino Unido, foi a aparição dos jornais dominicais, que nessa primeira fase “conseguiram converter o radicalismo [populista] em mercadoria” (García González, 1999, p. 61), chegando a tiragens de milhões de exemplares, na última década do século XIX (García González, 1999, p. 61). No dizer de Curran (1989, p. 222), os jornais dominicais britânicos foram responsáveis pela adesão da classe média aos partidos políticos tradicionais, rejeitando o fundamentalismo revolucionário. Os partidos tornar-se-iam, assim, organizações políticas interclassistas, transversais a toda a sociedade.

Porém, nem todos os países europeus beneficiaram totalmente do clima de liberdades cívicas e políticas que fornecia a matriz às democracias norte-americana e britânica. Por exemplo, a proclamação de Napoleão III (Louis-Napoléon Bonaparte) como imperador, em França, em 1852, depois de ser Presidente da República (entre 1848 e 1852), reintroduziu neste país medidas restritivas da liberdade de imprensa. Não obstante, o carácter apetecível da imprensa como negócio e veículo de comunicação pública agudizou o apetite dos grandes industriais, que, em vários casos, procuraram adquirir as empresas jornalísticas que denotavam mais vigor. O jornal *La Presse*, por exemplo, foi vendido, em 1859, a um banqueiro.

Napoleão III teve, porém, de aceitar a liberdade de imprensa, para que o seu regime pudesse ser visto como “liberal”. Assim, a imprensa política reapareceu em França, com a Amnistia de 1859, fundando-se 140 jornais

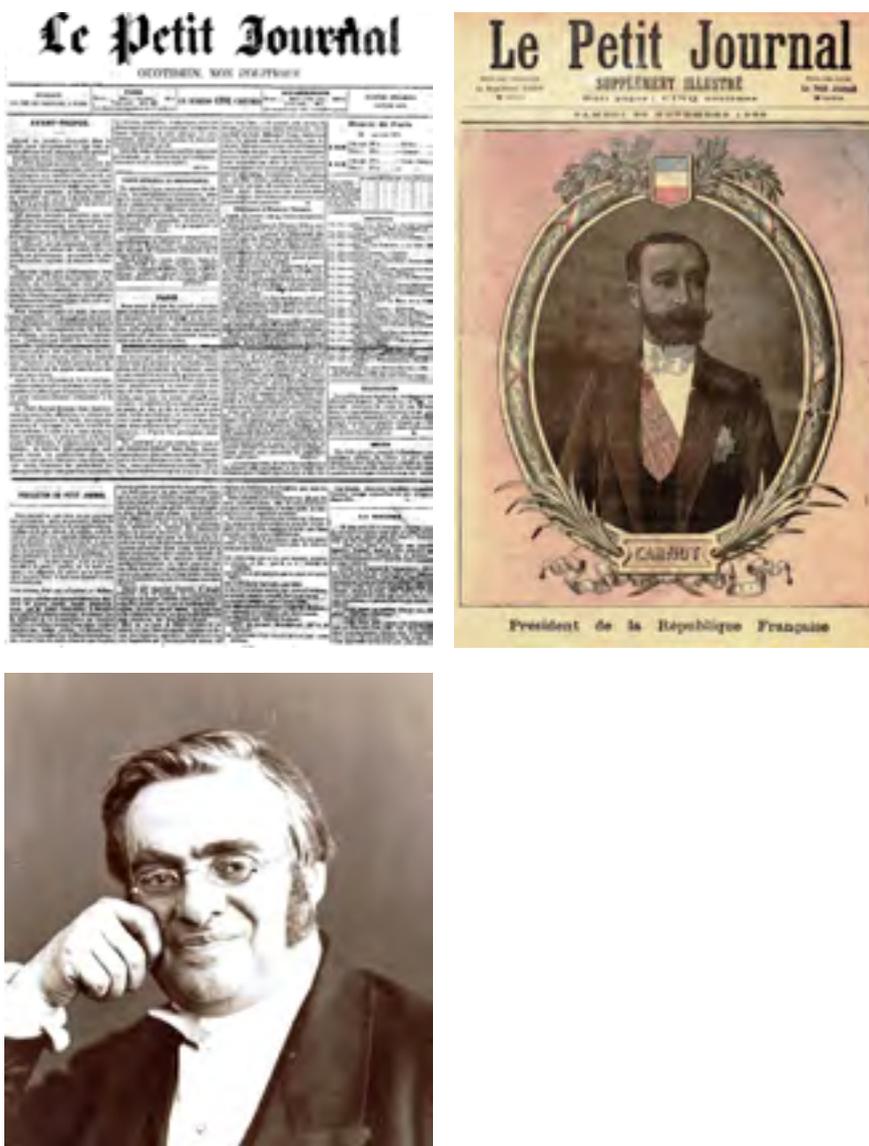
(García González, 1999, p. 64), muitos deles efêmeros. Outros jornais, incluindo alguns que, anteriormente, se firmavam em torno de um modelo essencialmente noticioso-comercial, sofreram uma reorientação política. É o caso, por exemplo, do *Le Siècle* (1836-1932), de Dutacq, que se reorienta editorialmente para a esquerda anticlerical a partir de 1860, com grande sucesso (tiragens superiores a 40 mil exemplares).

O lançamento de *Le Petit Journal*¹³ (1863-1944) por Moïse Polydore Millaud, jornalista, empresário e banqueiro, representa a consolidação do modelo de jornalismo popular independente, noticioso e encarado como negócio em França.

Le Petit Journal era um diário essencialmente noticioso, pouco dado ao debate, à grande política ou ao aprofundamento dos assuntos. Entre os seus conteúdos pontificavam assuntos frívolos da sociedade e temas sensacionais e emocionantes. Era escrito numa linguagem ligeira e emotiva, com frases breves e vocábulos simples. Apresentava-se com um formato manejável (cerca de 45 x 30 cm) e era vendido a baixo preço. As suas tiragens passaram de 38 mil exemplares, quando surgiu, a mais de 200 mil, um ano depois (García González, 1999, p. 65), o que dá uma ideia da medida do sucesso da sua fórmula editorial. Em 1884, lançou, à semelhança dos jornais britânicos, um suplemento dominical, que se transformou no conhecido suplemento ilustrado, surgido, no formato de capa colorida, a 29 de novembro de 1890.

13. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32895690j/date>

Figura 67. Capa do primeiro número (número especial de lançamento) de *Le Petit Journal* e do primeiro número do seu famoso suplemento ilustrado de capa colorida e retrato do seu fundador, Moïse Polydore Millaud.



Fonte: reprodução dos originais (31 de janeiro de 1863 e 29 de novembro de 1890).

A derrota francesa na guerra contra a Prússia, em 1871, levou à queda de Napoleão III e à proclamação da República. A 29 de Julho de 1881 seria, inclusivamente, publicada em França uma revolucionária Lei de Imprensa cuja influência se sente ainda hoje no Direito de vários países, entre os quais Portugal. Essa Lei:

1. Garantia a liberdade de imprensa;
2. Suprimia a licença prévia para a impressão de jornais, exigindo, apenas, ao editor o registo da publicação e o envio de exemplares para a Biblioteca Nacional de França;
3. Impunha o direito de resposta e retificação de informações incorretas, o que deu ao cidadão um importante meio contra os abusos da liberdade de imprensa;
4. Dava aos tribunais comuns competência para julgar crimes de abuso de liberdade de imprensa, tipificando alguns tidos como particularmente graves: ofensas ao Presidente da República, difamação das instituições e de governantes franceses e estrangeiros, etc.

As liberdades republicanas permitiram um incremento impressionante do papel do jornalismo em França e do consumo de jornais, observável quer nas tiragens da imprensa popular, quer nas da imprensa política partidária e combativa. As tiragens totais ascenderam ao insólito número de 240 exemplares por mil habitantes (García González, 1999, p. 84), sendo que só as tiragens dos jornais parisienses atingiam um milhão de exemplares, numa cidade que, no final do século XIX, ainda não contava com três milhões de habitantes.

Quatro jornais foram responsáveis pela implementação do receituário da segunda geração da imprensa noticiosa popular norte-americana (primeiro “Novo Jornalismo”) em França: os parisienses: *Le Petit Journal*; *Le Petit Parisien*¹⁴ (1876-1944), que também publicou um suplemento ilustrado, a

14. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb34419111x/date>

partir de 1889¹⁵; *Le Matin*¹⁶ (1884-1944) e *Le Journal*¹⁷ (1892-1944). Todos se baseavam na política do preço baixo, formato manejável (cerca de 45 x 30 cm), diversidade de conteúdos (com muitas notícias sensacionais sobre crimes, escândalos e assuntos de “interesse humano”), grafismo apelativo (títulos, ilustrações...), autopromoção (eventos, campanhas sociais, concursos...). Além disso, entre os quatro repartiam quase integralmente o bolo das receitas publicitárias, graças a um acordo firmado com a mais importante agência de publicidade francesa de então: a Société Generale des Annonces.

Le Petit Journal foi, na década de Sessenta do século XIX, um dos pioneiros na transformação do cenário jornalístico francês, propondo ao mercado, a exemplo da primeira geração da imprensa popular americana, um jornalismo de cariz noticioso, mas emotivo, pautado pelo “interesse humano”. Em 1884, lançou um suplemento dominical que teve imenso sucesso. Na última década desse século, o jornal reinventou-se, seguindo a cartilha do “Novo Jornalismo”. Na viragem para o século XX, já tirava um milhão de exemplares (García González, 1999, p. 84) e, sendo uma sociedade anónima, foi um dos primeiros jornais cotados em bolsa, evidenciando os enormes esforços financeiros que eram necessários para criar e manter um grande jornal (recursos humanos, recursos materiais, como a linotipia e as rotativas, etc.).

Le Petit Parisien foi o jornal popular que mais sucesso fez em França, tirando um milhão de exemplares em 1890 e 1,45 milhões em 1914. Foi fundado pelo político Louis Andrieux, que contratou Jules Roche para seu editor. Assumiu, então, uma linha editorial esquerdista e anticlerical. Mas em 1884, o jornal foi vendido ao político e empresário Jean Dupuy, responsável pela transformação do jornal à luz da cartilha do “Novo Jornalismo”, a partir de 1888. Dupuy foi também o introdutor dos cadernos especializados no jornalismo, incluindo nos seus jornais um suplemento literário e um desportivo, mas não se coibiu de fazer do jornal um órgão oficioso de apoio à sua carreira política.

15. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb344191170/date>

16. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb328123058/date>

17. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb34473289x/date>

Le Matin foi lançado por iniciativa da empresa estadunidense Chamberlain & Co, do jornalista e empresário Samuel Selwyn Chamberlain, tendo por detrás, sobretudo, uma motivação comercial. A direção do projeto foi confiada ao jornalista francês Alfred Edwards. Poucos meses depois, Edwards deixou o *Le Matin* para fundar seu próprio jornal, *Le Matin Français*, mais bem-sucedido do que o próprio *Le Matin*. Edwards comprou, passado pouco tempo, o *Le Matin* e fundiu os dois jornais, sob a denominação original *Le Matin*, investindo, fortemente, em novas tecnologias, como o telégrafo e o telefone, e contratou jornalistas conhecidos e folhetinistas para o diário. Em 1895, Edwards vendeu o *Matin* ao banqueiro Henri Poidatz. O jornal alcançou grande circulação e notoriedade durante o caso Dreyfus, em 1896, pois questionou a acusação contra este oficial e publicou, em 1899, a confissão do verdadeiro traidor, Esterhazy. Em 1899, organizou o Tour de France em automóvel, em conjunto com o Automóvel Club de France, o que promoveu a sua circulação. Em 1910 já tirava cerca de 700 mil exemplares e, em 1914, um milhão. Albert Londres (1884-1932) foi um dos seus jornalistas de mais conhecidos.

Também *Le Matin* não se furtou ao controle por parte de interesses económicos e políticos. Em 1898, já na posse dos empresários Henry Poidatz e Maurice Bunau-Varilla, acabou por converter-se, em 1898, no “órgão oficial do Ministério do Exterior” francês, recebendo, em troca, vasta ajuda financeira (García González, 1999, p. 85).

Le Journal, surgido em 1892, foi o último dos quatro jornais populares a entrar no mercado, seguindo o receituário dos seus concorrentes. Foi fundado por Fernand Xau. Nas vésperas da I Guerra Mundial, também tirava, tal como os seus competidores, mais de um milhão de exemplares diários.

As liberdades republicanas, consagradas, em particular, na Lei de Imprensa de 1881, impulsionaram o reaparecimento da imprensa politicamente alinhada, ou de partido (*party press*), em França. Em 1883, por exemplo, foi lançado o jornal socialista *Le Cri du Peuple*¹⁸ (1871-1922), logo seguido por

18. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32752488q/date>

jornais republicanos, como *L'Aurore*¹⁹ (1897-1914) ou *L'Homme Libre*²⁰ (1913-1957), por jornais monárquicos, como *L'Action Française*²¹ (1899-1914 como revista; 1908-1944 como jornal), por jornais católicos (que reagiam contra a laicização do estado), como *La Croix*²² (que, em 1880, tinha aparecido como revista e se reconverteu, em 1883, em diário, durando até 1951), e ainda por jornais nacionalistas e antidemocráticos, como *La Libre Parole* (1892-1924), conhecido pelo seu tom antisemita e pelas teorias da conspiração que alimentava. Assistiu-se, ainda, à adoção de um discurso nacionalista por parte de jornais estabelecidos, caso de *La Presse*.

Para o sucesso da imprensa francesa (popular ou política) e, de forma geral, europeia, muito terão contribuído as temáticas popularmente apelativas, como o crime (recorde-se a avidez com que foram lidas as histórias sobre Jack, O Estripador, em 1888), o desporto, os escândalos (sexuais, financeiros, etc.) e a corrupção. Basta relembrar, por exemplo, a paixão com que, em França, foi seguido o caso Dreyfus, um capitão judeu do Exército francês falsamente acusado de espionagem, em 1894, caso que a esquerda francesa obrigou a reabrir, até ao indulto desse oficial, em 1899, e finalização do caso, em 1906. Ficou célebre o artigo *J'accuse*, do escritor e jornalista Emile Zola (1840-1902), publicado, a 13 de janeiro de 1898, no jornal *L'Aurore*²³ (1897-1916), em defesa de Dreyfus e contra os corruptos. Também célebre ficou a denúncia, pela imprensa, do “Escândalo do Panamá”, em 1892, revelando que um elevado número de deputados franceses tinha sido subornado pela Companhia do Canal do Panamá, em 1888.

19. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32706846t/date>

20. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32787196b/date>

21. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb326819451/date>

22. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb343631418/date>

23. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32706846t/date>

Figura 68. O artigo “J’accuse!”, de Emile Zola (no retrato), é um dos mais notáveis textos históricos da imprensa ocidental e demonstra a influência que tinham os jornais em Oitocentos, um tempo em que grandes vultos da política e da literatura colaboravam assiduamente com os periódicos.



Fonte: reprodução do original (capa do jornal *L'Aurore*, 13 de janeiro de 1898).

As transformações na imprensa francesa e britânica cedo contagiaram a imprensa do Velho Continente e dos países ocidentais em geral, pelo que, no início do século XX, pode dizer-se que o jornalismo ocidental compartilhava várias características, quer na segmentação da imprensa (tipologia de jornais), quer mesmo no campo normativo e funcional do jornalismo, ou seja, no seu papel e forma de funcionamento na sociedade e respetiva regulamentação. Para essa convergência terão, também, contribuído os hábitos de leitura de jornais estrangeiros entre as elites e os jornalistas europeus (por exemplo, os hábitos de leitura dos jornais franceses em Portugal). Há registos desses hábitos de leitura de jornais de outros países nos livros editados por jornalistas portugueses do final de Oitocentos e princípios de Novecentos, como

em *O Jornalismo* (Alberto Bessa, 1904), *Boémia Jornalística* (Jorge de Abreu, 1927) e *Nos Bastidores do Jornalismo* (Rafael Ferreira, 1945).

No final do século XIX, o discurso dos jornais europeus radicalizou-se, acompanhando as tendências ideológicas mais fortes. A imprensa popular entrou numa espiral de nacionalismo frequentemente xenófobo e imperialista, que a marcou até à I Guerra Mundial. O jornalismo dominante não deixou de ser noticioso, mas incorporou não só algumas das receitas das duas gerações da imprensa popular norte-americana como também o discurso populista e radical da imprensa opinativa da primeira metade do século. Socialismo, anticlericalismo, antissemitismo, anarquismo, republicanismo, monarquismo, liberalismo conservador, etc. digladiaram-se através das páginas dos jornais durante grande parte do século XIX, mas, no final deste século e princípios do século XX, será, essencialmente, o nacionalismo a vincar o discurso da generalidade da imprensa, em particular da imprensa popular. Por vezes, assiste-se mesmo a curiosas confluências discursivas, como o republicanismo nacionalista (os Republicanos portugueses, por exemplo, usaram o nacionalismo como mote para reagir contra o Ultimato inglês e a Monarquia) ou o socialismo nacionalista. Assim, alguns jornais tornaram-se, simultaneamente, noticiosos e radicais, assumindo a tarefa de “representação” do leitor e de “voz do povo”, enquadrados por um discurso nacionalista. O *Daily Mail*, por exemplo, apoiou a política colonial preconizada pelos conservadores britânicos, a partir de 1896. De resto, a imprensa europeia do final de Oitocentos tinha a sua imagem espelhada na imprensa sensacionalista americana, também ela radical ao espicaçar a histeria bélica que conduziu, por exemplo, à guerra hispano-americana de 1898 (que, entre outras consequências, levou à independência de Cuba).

Para exemplificação dessa deriva nacionalista, xenófoba e, muitas vezes, pró-colonialista do discurso jornalístico, pode ler-se o *Diário de Notícias*, um jornal noticioso, generalista, independente e popular, cuja linha editorial visava, antes de mais, o lucro. Em 1890, quando o Governo do Reino Unido lançou a Portugal um ultimato contrariando as ambições coloniais

portuguesas em África, escreveu-se no DN, em jeito de editorial (secção “Assuntos do Dia”):

Como se previra, o conflito com a Inglaterra, por causa da expedição do major Serpa Pinto, cujos pormenores têm sido aqui miudamente referidos, chegou ao último extremo.

Não esperávamos tanto, por causa da demonstração unânime da Europa contra as injustas pretensões do Governo inglês; porém, poderíamos desde logo contar com alguma coisa desagradável da parte do gabinete de Saint James.

Todos sabem, ou antes, todos podem avaliar, que as instâncias e seguidamente as ameaças da Inglaterra contra o domínio colonial do nosso país, não vêm precisamente do facto da expedição do major Serpa Pinto, que pretendeu agora, como sempre o havemos de fazer em prol dos nossos indiscutíveis direitos, castigar a audácia dos indígenas; vem de mais longe.

Vem, digamo-lo desassombradamente, do desejo de complicações em à nossa África, que nos forcem a um desalojamento do que nos pertence para que as empresas de especulação britânicas, protegidas ostensivamente pelas autoridades da sua nação, se vão alastrando onde seja necessário à sua influência e à sua política.

Os boatos graves que a este respeito correram anteontem e de que apenas por consideração patriótica demos uma leve ideia, têm-se confirmado e obrigaram, como já sabem os leitores, à reunião do Conselho de Estado e a repetidos e prolongados conselhos de ministros. (*Diário de Notícias*, 13 de janeiro de 1890)

Noutro exemplo, num suplemento intitulado “Homenagem aos Heroicos Expedicionários de Lourenço Marques”, publicado a 19 de janeiro de 1896, o *Diário de Notícias* reforçava as pretensões coloniais portuguesas em África:

Vivam os legionários de África!

Poucas nações terão tanto direito a intervir nos destinos do continente negro como a nossa.

Desde o século XV que nós contornámos as costas africanas e ensinámos a Europa a marcar o seu perímetro nas cartas geográficas.

Atravessámo-la de lado a lado, explorámos o seu interior, revelámos os seus segredos, e em cada palmo do seu terreno deixámos impressas as nossas pegadas.

(...)

A confiança nacional revive finalmente e os netos dos Gamas e dos Albuquerque, ao tomarem o pulso, sentem ainda bater o mesmo sangue generoso, que gerava a intrepidez dos guerreiros de outrora.

(...)

Vivam os expedicionários de África!

Pode dizer-se, em suma geral, que a imprensa europeia entrou no século XX assente quer na sua tradição e cultura específicas quer em elementos importados dos Estados Unidos (design, conteúdos, modo de funcionamento). Talvez não se possa falar de uma americanização da imprensa europeia, mas pode, seguramente, falar-se da interação entre os diferentes modelos jornalísticos ocidentais, que exibiram pontos de convergência, num mundo crescentemente globalizado.

3.3.1 Portugal: do periodismo ao jornalismo

Em Portugal, no início do século XIX, vivia-se sob o signo da reação do Antigo Regime à Revolução Francesa e às suas ideias. A censura retardou a expansão da imprensa, sendo de destacar os decretos de Pina Manique, intendente da polícia, que, em 1803, reforçou a censura contra todas as

publicações, nacionais e estrangeiras, distribuídas no Reino de Portugal, incluindo as eclesiásticas.

O início do século XIX foi, também, o período em que a Europa mergulhou na aventura napoleónica. A primeira invasão francesa de Portugal, em 1807, provocou a fuga da família real para o Brasil. O Rio de Janeiro tornou-se a capital do Reino de Portugal, do Brasil e dos Algarves. Esse acontecimento teve várias consequências. Politicamente, foi o detonador que conduziu, anos mais tarde, à independência do Brasil. Por outro lado, tal como explica José Marques de Melo (2003, pp. 98 e ss.), foi também o fator que levou à aparição da imprensa no Brasil, cuja implantação teria sido retardada por vários fenómenos socioculturais, como o analfabetismo e a pobreza da esmagadora da maioria da população, sem excluir eventuais razões políticas. Assim, a instalação de D. João VI e da Corte lisboeta no Rio de Janeiro levou, por iniciativa régia, à publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808 (até 1822), que funcionou como órgão oficioso do governo. Aliás, enquanto ocuparam Lisboa, os franceses tornaram a *Gazeta de Lisboa* o periódico das autoridades de ocupação.

O fim da primeira invasão francesa detonou o aparecimento de uma imprensa antinapoleónica em Portugal. Era uma imprensa *política e combativa* que apontava já para a implementação de um novo paradigma comunicacional público. Durante as duas restantes invasões francesas, a primeira delas detida no Porto e a última nas linhas de Torres, a norte de Lisboa, essa imprensa já era bastante consumida entre as elites, que queriam obter informações para saber o que se passava e para entender o que estava em causa. O periodismo diário em Portugal começou, inclusivamente, em 1809, durante esses tempos conturbados das invasões francesas, com o surgimento do *Diário Lisbonense*, um periódico antinapoleónico, que antecedeu a conversão da *Gazeta de Lisboa* em diário. Sinal da importância que a imprensa já tinha no país, durante a segunda invasão, as autoridades francesas fizeram publicar o *Diário do Porto*.

Figura 69. *Diário Lisbonense*: primeiro diário português.



Fonte: reprodução do original.

A expulsão definitiva dos invasores franceses de Portugal, com o auxílio de Inglaterra, não levou à liberdade de imprensa. Pelo contrário. Anacronicamente, as autoridades reforçaram os dispositivos da censura e das licenças prévias para impedir a propagação das ideias liberais, con-

trárias ao Absolutismo Régio e ao Antigo Regime. Consequentemente, entre 1810 e 1820, são, assim, poucos os periódicos a surgirem no Reino. Os que apareceram são, maioritariamente, culturais e científicos, como o *Jornal de Coimbra*, de 1812, ou especializados, como a *Gazeta de Agricultura e Comércio de Portugal*, de 1811, ou o *Jornal das Belas-Artes ou Mnemosine Lusitana*, de 1816.

Porém, liberais²⁴ fugidos às perseguições políticas, religiosas e antimaçónicas, lançaram, desde países mais tolerantes, como Inglaterra, periódicos em português, normalmente de periodicidade mensal, que apresentavam uma linha editorial mista – política, publicista e noticiosa. Esses periódicos circularam entre os emigrados liberais mas também, mais ou menos clandestinamente, no Reino Unido de Portugal e Brasil e nas colónias portuguesas, procurando intervir na formação de correntes de opinião entre as elites lusófonas. São, entre outros, os casos do *Correio Brasiliense* ou *Armazém Literário*, de 1808, *O Investigador Português em Inglaterra*, de 1811, *O Português ou Mercúrio Político, Comercial e Literário*, de 1814, *O Observador Lusitano em Paris*, de 1815, e *O Campeão Português ou O Amigo do Rei e do Povo*, de 1819. Curiosamente, detonaram o surgimento de uma imprensa combativa antiliberal em Portugal, que, nesse sentido, era política, tolerada pelas autoridades, sob a capa dos conteúdos culturais e literários. É o caso, por exemplo, de *O Espetador Português: Jornal de Crítica e de Literatura*, de 1816.

Em 1820, deu-se, em Portugal, a Revolução Liberal. As novas Cortes obrigaram D. João VI a regressar ao país, o que sucedeu em 1821. Uma Constituição, que assegurava, dentro de certos limites, a liberdade de imprensa, foi promulgada em 1822. O triunfo liberal criou condições para o aumento do número de periódicos e permitiu o regresso de exilados, que importaram para Portugal as técnicas, táticas, tendências e estratégias do jornalismo europeu da época. Mas a imprensa portuguesa desse período ainda era ar-

24. Um conjunto multifacetado de burgueses, juristas, profissionais liberais, funcionários, intelectuais, militares e alguns nobres que tinham em comum o desejo de implantarem um regime constitucional e democrático (ainda que de voto censitário) em Portugal, no âmbito do qual, de algum modo, pudessem intervir na condução dos assuntos públicos e na governação (Ramos (coord.), Sousa & Monteiro, 2009, pp. 461-462). A emigração desses indivíduos é conhecida por Primeira Emigração.

tesanal e elitista e quase não publicava anúncios, vivendo das assinaturas ou dos apoios de mecenas interessados. Os jornais surgiam por iniciativa de indivíduos isolados ou de pequenos grupos de indivíduos, sendo raros os projetos consistentes. A sua retórica era, frequentemente, inflamada e mesmo desbocada e insultuosa. O *Astro da Lusitânia*, de 1820, é um dos periódicos políticos liberais nascidos nesse contexto. Mas o mais interessante projeto jornalístico da época foi o de *O Independente*, lançado em 1821. Entre os periódicos políticos vintistas, *O Independente* foi o que mais procurou fugir à retórica grandiloquente e agressiva mas, frequentemente, oca, característica do periodismo vintista, para se centrar, com circunspeção, na análise das grandes questões que se colocavam ao desenvolvimento político, económico e social do país. Noticiava, abundantemente, sobre as Cortes. Polemizou, frequentemente, com os jornais ultraliberais – incluindo o popular *Astro da Lusitânia* – e pró-absolutistas, como *O Patriota* e *Gazeta Universal*, ambos de 1821. O Governo liberal respondeu transformando a *Gazeta de Lisboa* no *Diário do Governo* e apoiando periódicos como *O Censor Lusitano*, de 1822.

A Revolução Liberal, a promulgação da Constituição (1822) e de uma Lei de Liberdade de Imprensa (1821) impulsionaram, também, o jornalismo nos territórios ultramarinos. Apareceram, por exemplo, jornais em Goa (*Gazeta de Goa*, de 1821) e em Macau (*Abelha da China*, 1822). Surgiram também novos periódicos no Brasil, que deram uma força determinante às reivindicações que acabaram por conduzir à independência brasileira, em 1822, como o *Revérbero Constitucional Fluminense*, de 1821.

Figura 70. *O Independente* foi o mais interessante e evoluído dos periódicos portugueses vintistas.



Fonte: reprodução do original.

Em 1823, Portugal, separado do Brasil, mas ainda detentor de territórios coloniais em África e na Ásia, entrou num período de instabilidade política e militar, desencadeada pela reação absolutista ao demoliberalismo, pelas divisões no campo liberal, pela diminuição da base social e política de apoio ao regime constitucional, do qual as pessoas comuns pouco ou nada beneficiavam, e mesmo por causa das ameaças de intervenção em Portugal dos países da Santa Aliança²⁵. Aliás, a insurreição miguelista de 3 de julho de 1823 provocou a queda do regime constitucional. A reinstalação do absolutismo régio levou à promulgação, a 6 de março de 1824, de uma nova lei, que revogou a legislação liberal e restabeleceu a censura e o regime de licenças para a fundação de jornais. Assim, entre julho de 1823 e abril de 1826 apenas se publicaram em Portugal continental, além do diário oficial, a *Gazeta de Lisboa*²⁶, periódicos absolutistas (como *O Punhal dos Corcundas*), periódicos predominantemente noticiosos ideologicamente ambíguos (caso do *Argos Lusitano*) e periódicos de índole cultural, económica, tecnológica e científica, que não beliscavam o poder estabelecido. No estrangeiro, porém, alguns liberais publicaram, durante o regresso ao absolutismo do período 1823-1826, periódicos livres que iam circulando, clandestinamente, em Portugal, como *O Correio Intercetado*, de 1825.

Entretanto, a 10 de março de 1826, D. João VI morreu, possivelmente envenenado. Por algum tempo pareceu que uma Monarquia Constitucional voltaria a ser reinstalada em Portugal.

Efetivamente, na sequência da morte do monarca, D. Pedro I, imperador do Brasil, filho primogénito de D. João VI, herdou o trono e foi aclamado rei de Portugal, a 26 de abril de 1826. Ainda no Brasil, D. Pedro outorgou a Portugal uma nova Constituição, a Carta Constitucional, a 29 de abril de 1826, num gesto mal recebido pela esquerda liberal, cujos líderes desejavam que a Constituição resultasse de um Parlamento constituinte e não que fosse imposta pelo rei. No dia 2 de maio de 1826, após a outorga da Carta

25. Rússia, Prússia, Áustria-Hungria e, mais tarde, a França. Tropas francesas intervieram em Espanha, mandatadas pela Santa Aliança, para reconduzirem o rei absolutista Fernando VII, aprisionado pelos liberais em Cádiz, ao poder, a 31 de agosto de 1823.

26. O *Diário do Governo* voltou a adotar o título *Gazeta de Lisboa*.

Constitucional, D. Pedro abdicou do trono português em favor da sua filha, a rainha D. Maria II. Na vigência da Carta criaram-se, não obstante, condições para o aparecimento de novos periódicos até 1828, sendo de realçar os importantes e inovadores diários *O Português*, de 1826, e o *Periódico dos Pobres*, do mesmo ano. Ambos eram político-noticiosos, mas independentes e moderados. Além de artigos de fundo, publicavam notícias, ainda que delas fizessem uma leitura política, e informação útil. O *Periódico dos Pobres*, publicado, com interrupções, até 1848, foi o primeiro diário de baixo preço português. Chegou a ter cinco mil assinantes e uma tiragem de seis mil exemplares diários, feito relevante para a época.

A partir de 1827, com a conivência de D. Miguel, irmão de D. Pedro, deram-se novas sublevações absolutistas. Nesse mesmo ano, D. Pedro nomeou D. Miguel regente de Portugal. A 2 de fevereiro de 1828, D. Miguel regressou a Portugal, aceitando, previamente, casar-se com D. Maria II e governar de acordo com as leis liberais, tendo mesmo chegado a jurar a Carta Constitucional. Mas logo nesse dia, ao desembarcar, foi vitoriado por populares como rei absoluto. A 26 de fevereiro, assumiu a regência do Reino, em nome de D. Maria II. A 14 de março, encerrou as Cortes liberais. A 5 de maio convocou Cortes Gerais, segundo as normas tradicionais. As Cortes aclamaram-no rei absoluto, a 23 de junho. A sua ascensão ao trono iniciou um novo período de instabilidade e de revoltas, que culminou numa guerra civil, e provocou uma nova emigração liberal. Os escassos periódicos que se publicaram legalmente em Portugal Continental no período miguelista, além da oficial *Gazeta de Lisboa*, ou eram inócuos para o Absolutismo (caso, por exemplo, da *Folha Comercial do Porto*, publicada entre 1828 e 1836), ou eram pró-absolutistas, como *A Besta Esfolada*, de 1828.

Entretanto, os refugiados liberais voltaram a publicar periódicos político-noticiosos e publicistas nos países de acolhimento, que faziam chegar a Portugal, onde circulavam clandestinamente, mantendo viva a chama liberal. Foi o caso, por exemplo, de *O Correio Intercetado*, de 1825. Foi essa a derradeira expressão da imprensa política artesanal e individual, ou quase individual, em Portugal.

Figura 71. Os diários inovadores O Português e O Periódico dos Pobres.



Os liberais fizeram-se fortes na ilha Terceira, nos Açores, única parcela do território nacional que, a partir de 1828, se manteve fora da órbita do poder absolutista. Lá se concentraram para invadirem Portugal e moverem guerra a D. Miguel. Nesse contexto, surgiu, em 1830, em Angra do Heroísmo, o *Crónica da Terceira*, periódico oficioso do poder liberal.

Somente após o triunfo liberal na guerra civil de 1831-1834 é que o país voltou a beneficiar de uma imprensa relativamente livre. Aliás, após 1834, nomeadamente após a revolução de setembro de 1836 e a promulgação da Constituição de 1838, foram surgindo agremiações políticas, embriões dos partidos políticos, que refletiram as divergências no campo liberal. Os novos grupos políticos necessitavam de ter uma imprensa ao seu serviço, que aglutinasse e arregimentasse partidários e combatesse adversários. Nesse contexto, a imprensa política, dominante em Portugal, entrava numa nova fase.

Os periódicos desta segunda fase da imprensa política em Portugal, entre os quais *O Nacional*, de 1834, e *A Revolução de Setembro* (1840-1892 e 1901), o diário político-noticioso que teve mais expressão nesse tempo, já exigiam uma estrutura mais sofisticada, empresarial, que, frequentemente, englobava uma tipografia própria.

Entretanto, a contrarrevolução política de Costa Cabral e a reposição da Carta Constitucional suscitaram um renovado interesse pela imprensa, apesar das dificuldades sentidas pelos periódicos setembristas, que se tiveram de bater com a imprensa cabralista, onde pontificaram títulos como *O Correio de Lisboa*, de 1837, e *O Estandarte*, de 1847, e mesmo com a imprensa miguelista, que teve representantes em títulos como *O Portugal Velho*, de 1837, e *A Nação*, de 1847. A legislação cabralista, como a “Lei das Rolhas”, de 1850, procurou condicionar a liberdade de imprensa, garantida pela Carta Constitucional, mas com pouco sucesso.

O surgimento de vários jornais político-noticiosos de baixo preço, inspirados no modelo do *Periódico dos Pobres*, foi uma das novidades do período. São os casos do *Periódico dos Pobres no Porto* (Porto, 1834), do *Periódico do Pobre* (Lisboa, 1837), do *Dez Réis – Jornal de Utilidade* (1841), do *Jornal de Utilidade*

Pública (1841) e de *O Cinco Réis: Jornal de Interesse Público* (1843). Outros periódicos alargavam a esfera do que era noticiado, como o *Correio Mercantil*, de 1838, especializado em informação financeira, comercial e económica.

Germinava, também, ao tempo, um certo espírito filantrópico e associativo entre as elites liberais, animadas por exemplos do estrangeiro. Foram, assim, várias as organizações que, nessa altura, com o objetivo de fazer avançar a “civilização” no país e de o fazer trilhar um caminho de progresso material, científico e cultural, começaram a publicar revistas de promoção das ciências, das artes e das letras, das quais a mais importante é *O Panorama*, de 1837, publicação semanal ilustrada que teve ampla aceitação (tiragem de cinco mil exemplares) e impulsionou a xilogravura em Portugal. Foi em *O Panorama* que foi publicada, transcrita para gravura, a primeira fotografia na imprensa portuguesa, a 20 de março de 1841. Outra revista a salientar é *A Ilustração: Jornal Universal*, onde se encontram as primeiras gravuras publicadas na imprensa portuguesa que se reportam a acontecimentos da atualidade, como peças de teatro, em 1846. Entre as revistas culturais semanais não ilustradas destaca-se a *Revista Universal Lisbonense*, de 1841.

A Guerra Civil da Patuleia²⁷, entre outubro de 1846 e junho de 1847, não diminuiu o interesse pela imprensa política. Inclusivamente, circularam, em Lisboa, jornais clandestinos, dos quais o mais importante foi *O Espetro*.

Em 1851, um golpe militar conduziu o país a um período de pacificação, acalmia e progresso – a Regeneração – que se manteve até 1890. Os dois principais partidos – Regenerador e Histórico – foram-se alternando no poder. Nenhum deles podia passar sem uma imprensa que fosse a sua voz pública. Criaram-se condições legais, económicas e políticas para o flo-

27. Guerra Civil que, ao longo de oito meses, entre 1846 e 1847, opôs uma aliança improvável de miguelistas, setembristas e outros populares contra cartistas. Veio na sequência da Maria da Fonte. Foi detonada pela contestação à substituição, por iniciativa da rainha, do governo do duque de Palmela por um governo cartista e cabralista presidido pelo duque de Saldanha, ainda que sem Costa Cabral, a 6 de outubro de 1846. Durante a guerra, o país teve dois governos, um revoltoso, no Porto (Junta Provisória do Supremo Governo do Reino), e o oficial, em Lisboa. O conflito terminou com a Convenção de Gramido, imposta pela intervenção de forças militares estrangeiras apoiadas por Espanha, França e Inglaterra, a 30 de junho de 1847, o que muito se deveu à ação diplomática de Costa Cabral. Triunfaram as posições cartistas. Costa Cabral regressaria ao país pouco depois e chefiou novo Governo entre 18 de junho de 1849 e 26 de abril de 1851.

rescimento da imprensa. Segundo a importante revista ilustrada *Arquivo Pitoresco* (n.º 44, 1861), em 1861 publicavam-se, em Portugal, 131 jornais. Eduardo Coelho contabilizava, em 1881, cerca de duzentos periódicos em publicação no país, que tiravam, diariamente, cerca de cem mil exemplares. Em 1894, eram, pelo menos, quatrocentos os periódicos publicados em Portugal, segundo um relatório de Brito Aranha *et al.* (1894) apresentado ao 1º Congresso Internacional da Imprensa, realizado em Antuérpia. Alfredo da Cunha (1898) afirmava que somente os três principais jornais de Lisboa já tiravam mais de cem mil exemplares diários, em 1898, numa comunicação ao Congresso Internacional da Imprensa, realizado em Lisboa. Segundo dados colhidos por Rui Ramos (1994, p. 52), em 1900 publicavam-se 416 títulos de periódicos de todo o género, 64% dos quais semanários e 67% dos quais de pequena tiragem (200 a 800 exemplares), sendo, maioritariamente, de cariz político e político-noticioso. Lisboa e Porto concentravam a imprensa diária (além das duas maiores cidades, só Évora e as ilhas tinham diários) e a maioria relativa das publicações (42%), sendo também as cidades onde a paisagem da imprensa era mais diversificada. Outra fonte, Brito Aranha (1900), afirma que em 1900 havia 583 jornais em Portugal, incluindo territórios ultramarinos, o que ajuda a explicar a diferença em relação à contabilização de Rui Ramos.

Entre os periódicos políticos oitocentistas, pontificaram *A Revolução de Setembro*, ligado, depois de 1851, ao Partido Regenerador, e *O Português*, de 1853, ligado ao Partido Histórico. Também surgiram importantes jornais independentes dos partidos, como o *Jornal do Comércio*, de 1853, e *O Comércio do Porto*, de 1854, nascidos para dar voz à burguesia comercial, industrial e financeira de Lisboa e do Porto, respetivamente. O primeiro viveria até 1974 e o segundo até 2005, já reconvertidos a um modelo de informação geral.

À época, o sistema jornalístico português já entrara numa fase pré-industrial. As principais empresas jornalísticas tinham sede nos centros das grandes cidades e tinham tipografia própria. O número dos seus colaboradores engrossou, tal como o número dos seus leitores. A publicidade começou

a afluir aos periódicos, mas as assinaturas e as vendas diretas continuaram a ser a sua principal fonte de receitas.

Os diários políticos já não podiam, então, viver de pura retórica política. Na antecâmara da Revolução Industrial em Portugal, as pessoas precisavam de informação. As notícias e outras informações, incluindo os anúncios e a informação de serviços (agenda de espetáculos, preços correntes, taxas de câmbio, movimento de navios...), tornaram-se, crescentemente, importantes para que os diários satisfizessem, quotidianamente, o seu público. A imprensa política assumiu, pois, uma orientação político-noticiosa e generalista, cumprindo, cada vez mais, as funções informativas que, ainda hoje se esperam de qualquer diário de grande informação. Alguns dos periódicos de fora de Lisboa assumiram-se, por outro lado, como porta-vozes dos interesses locais e regionais e era em defesa destes que, maioritariamente, faziam política, num tempo em que a polémica sobre a municipalização do país excitava os ânimos.

O figurino editorial típico de um grande jornal político-noticioso português do miolo de Oitocentos incluía: um artigo de fundo; um ou mais artigos comentados sobre as sessões parlamentares e assuntos da governação; informação administrativa (decretos, leis, nomeações); um folhetim; crónica teatral e crónica musical; peças literárias ou comentários a obras literárias e outras; gazetilhas²⁸, *suetos*²⁹ e notícias, por vezes comentadas, de interesse geral, predominantemente das esferas política, económica e internacional; e informação de serviços, além de anúncios publicitários.

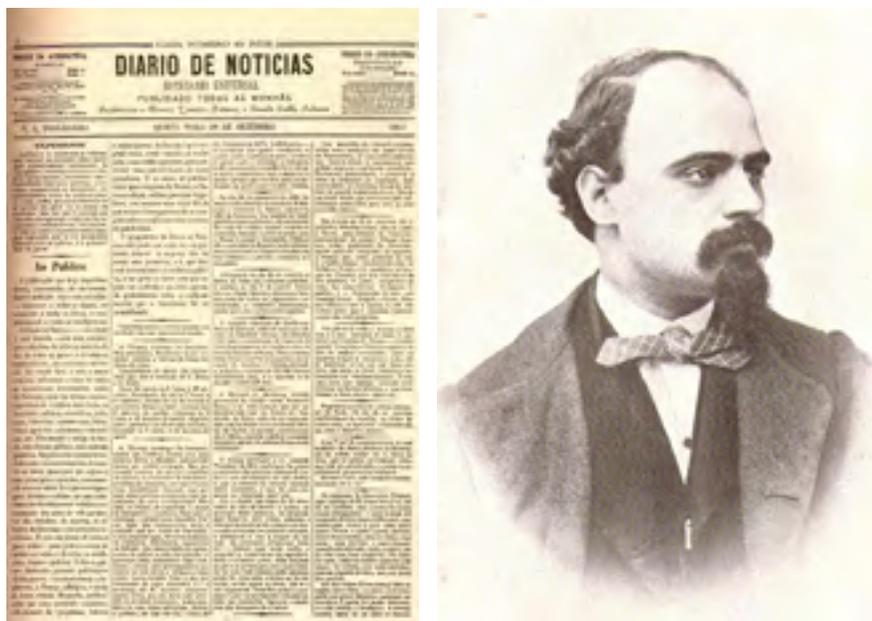
As mudanças que se registaram na imprensa política abriram caminho para o surgimento dos diários noticiosos, politicamente independentes, baratos, organizados industrialmente, feitos para darem lucro pela captação de anúncios publicitários e não para doutrinarem, entre os quais, em Portugal, o *Diário de Notícias* (1864), em publicação até hoje, é o primeiro e mais importante exemplo. Os novos jornais noticiosos e populares – entre os quais

28. Pequena peça em verso, com intenção moralizadora, frequentemente escrita irónica ou satiricamente.

29. Pequena notícia escrita de forma bem-humorada.

o *Diário Popular*, de 1866 – não hesitavam em noticiar sobre as pequenas questões do quotidiano, os crimes, os assuntos de polícia, os *fait divers*, em secções intituladas, por exemplo, “Notícias diversas” ou “Noticiário”³⁰, temas dos quais a grande imprensa político-noticiosa tendia a fugir.

Figura 72. O primeiro jornal industrializado português, o *Diário de Notícias*, e o seu mentor e primeiro diretor, o jornalista e empresário Eduardo Coelho.



Fonte: reprodução do original.

O DN detonou transformações profundas nas linhas editoriais de vários jornais político-noticiosos, que, com o tempo, se foram transformando, a exemplo do DN, em jornais politicamente independentes, predominantemente noticiosos, com atração pelas notícias de *interesse humano*, cheios de

30. Esta designação surge, em Portugal, a meio do século XIX, tendo a sua introdução sido reivindicada por António da Silva Túlho, conforme conta Alfredo da Cunha (191, p. 45).

anúncios publicitários e cujas estruturas empresariais se foram ajustando para que se tornassem em máquinas de gerar lucro. Exemplos conhecidos são o diário republicano *O Século* (1880), em Lisboa, que, embora não tenha perdido totalmente o seu elã republicano, se transformou num diário generalista como os outros – ainda que exibindo uma qualidade acima da média; e os diários portuenses *O Primeiro de Janeiro* (1868) e *Jornal de Notícias* (1888), ambos surgidos com fins políticos e que evoluíram para diários generalistas independentes, o primeiro mais elitista, direcionado para uma camada mais escolarizada da população, o segundo mais popular e vinculado aos interesses do Porto e do Norte do País. O telégrafo, inaugurado, em Portugal, em 1856, permitiu que as agências noticiosas – com a Havas à cabeça – passassem a fornecer um serviço noticioso internacional regular aos principais jornais portugueses. Novos géneros jornalísticos – como a entrevista e a reportagem – foram sendo introduzidos e novos temas explorados. No final do século, por exemplo, tornaram-se cada vez mais presentes na imprensa portuguesa as denúncias das desigualdades sociais, da pobreza, da mendicidade e da miséria, mas também a exposição de escândalos, por vezes explorados para fins políticos – como sucedeu, nomeadamente, na imprensa republicana, com *O Mundo*, de 1900, à cabeça.

Por volta de 1900, em Lisboa, *O Século* e o *Diário de Notícias*, principais diários noticiosos, tiravam, cada um, diariamente, cerca de 80 mil exemplares, e o *Jornal do Comércio* tirava 30 mil. *O Mundo*, republicano, tirava cerca de 35 mil exemplares diários. O *Diário Ilustrado*, predominantemente noticioso, mas alinhado com os regeneradores-liberais, tirava 15 mil exemplares diários. O *Novidades* tirava oito mil. Os principais diários da capital, juntos, tiravam, em média, 168 mil exemplares diários. Se considerarmos que cada jornal poderia ser lido por cerca de cinco pessoas, por vezes mais, caso se considerem os jornais lidos em barbearias, cafés e tabernas, como era costume, e se outros títulos circulavam, cada um com os seus leitores, conclui-se que só os jornais da capital chegariam a quase um milhão de portugueses, praticamente toda a população alfabetizada, num tempo em que a totalidade da população do país andava pelos 5,5 milhões de habitantes. Para os números totais, haveria

que contar, ainda, com os principais diários do Porto. O *Jornal de Notícias* tirava cerca de 37500 exemplares diários; *O Primeiro de Janeiro*, 20 mil; e *O Comércio do Porto*, 18 mil. No total, tiravam mais de 75 mil exemplares diários em conjunto e poderiam chegar até cerca de 375 mil leitores.

Alguns dos jornais generalistas mantinham um formato próximo dos atuais tabloides (cerca de 50 cm x 35 cm), mas outros exibiam o grande formato (cerca de 72cm x 50 cm)³¹. Embora conservassem um design vitoriano, com as notícias a sucederem-se umas às outras, verticalmente, coluna a coluna, todos publicavam ilustrações, não apenas retratos e gravuras sobre a atualidade informativa, normalmente transcritas de fotografias, mas também caricaturas e mapas, o que mostra que a informação visual tinha chegado já à imprensa diária noticiosa e generalista portuguesa. Os meios técnicos (a rotativa tinha sido introduzida em Portugal em 1890 e a linotipia na viragem para o século XX), a procura da informação e o lucro sustentavam a firme expansão da imprensa portuguesa na transição para o século XX, apesar dos condicionalismos legais que restringiram a sua liberdade, a partir de 1890, por causa do Ultimato Britânico³², que detonou, no país, um movimento social e político de exaltação patriótica, habilmente explorado pelos republicanos para contestar a Monarquia Constitucional.

A crescente vocação noticiosa dos meios jornalísticos fez aumentar o número de repórteres e noticiaristas nas redações. As redações alargaram-se. Além do diretor, tinham um chefe de redação, um folhetinista, normalmente uma personagem prestigiada das Letras, que elaborava os folhetins e redigia crónicas de literatura, artes e espetáculos, colaboradores diversos e, claro, repórteres e noticiaristas e ainda informadores (grosso modo, davam informações, mas não redigiam notícias). O crescimento das redações provocar, mais tarde, a sua divisão em secções (ou editorias).

31. Os jornais de grande formato nasceram no Reino Unido para contornar as “taxas sobre o conhecimento”, pois os jornais eram taxados em função do número de páginas. Com páginas maiores, podiam editar-se mais conteúdos e mais publicidade sem se pagar mais por isso ao Estado.

32. Ameaça de guerra a Portugal por parte do Império Britânico, caso o país não desistisse de unir Angola a Moçambique, colocando essa região de África sob a sua soberania colonial.

Figura 73. *O Século* e *O Mundo* (Lisboa) e *O Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro* e *Jornal de Notícias* (Porto), que com o DN eram os principais diários portugueses do final do século XIX e do século XX.



Fonte: reprodução dos originais.

A orientação lucrativa das empresas jornalísticas “industriais” também obrigou os periódicos a terem, crescentemente, em conta os interesses e necessidades informativas dos leitores. O jornal já não era feito apenas para quem escrevia e seus mais próximos correligionários, mas sim para a generalidade dos cidadãos. Assim, o leitor passou a figurar na lista de preocupações dos jornalistas e dos jornais, sendo sintomático a crescente apetência dos periódicos para a publicação de notícias enviadas pelos leitores e para a abertura de espaço editoriais dedicados às “cartas dos leitores”.

A imprensa era, pois, uma força poderosa em Portugal na alvorada do século XX. Inclusivamente, os jornalistas portugueses, conscientes, cada vez mais, do seu papel social e do seu poder, começaram a constituir agremiações que reforçaram a sua identidade profissional, mas as primeiras eram elitistas e constituídas, principalmente, por escritores e políticos de jornal. Foi o caso, por exemplo, da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, de 1880, e da Associação de Jornalistas de Lisboa, de 1896. Esta última agremiação chegou a enviar delegados a vários congressos internacionais de jornalistas, que então se iam realizando um pouco por toda a Europa e nos Estados Unidos. Como coroa de glória, essa associação organizou, em 1898, um Congresso Internacional da Imprensa, em Lisboa.

A industrialização da imprensa dinamizou, por outro lado, a profissionalização do jornalismo em Portugal, em sintonia com o que se passava no estrangeiro. No final do século XIX, jornalista era, cada vez mais, aquele que fazia do jornalismo a sua ocupação principal, permanente e remunerada, orientada para a produção de informação de atualidade, e cada vez menos o plumitivo literário ou político que, como colaborador ocasional ou permanente, escrevia na imprensa. O repórter emergiu nas redações, quer nas dos jornais noticiosos independentes, quer nas dos jornais político-noticiosos. Por isso, quando, em 1897, foi fundada a Associação da Imprensa Portuguesa, os seus associados já eram, principalmente, informadores e repórteres. Em 1905, foi fundada a Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, depois renomeada Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, em 1921, no rescaldo da primeira greve dos jornalistas

(e tipógrafos), organizada por esta associação. Foi a primeira organização jornalística portuguesa a emitir um título profissional.

3.4 O jornalismo na América Latina no século XIX e o caso do Brasil

A vaga da fundação de periódicos iniciada no século XVIII na América Central e do Sul prosseguiu nos primeiros anos do século XIX. Os novos periódicos conservaram a tipologia dos seus antecessores. Nasceram, assim, entre outros, o *Telégrafo Mercantil* (Buenos Aires, Argentina, 1801), com informação política e comercial; o *Semanario de Agricultura, Industria y Comercio* (Buenos Aires, Argentina, 1802); e o diário generalista *Diario de México* (Cidade do México, 1805). Todos esses jornais indiciavam as aspirações económicas dos colonos e as tensões motivadas pela dicotomia colónias-metrópole que prefiguraram a aparição da imprensa política combativa, em muitos casos independentista, que surgiria logo a seguir por toda a América Hispânica, ligada a acontecimentos como a instituição do Congresso Venezuelano (1811), a promulgação da Constituição Colombiana (1811), a formação do Congresso Mexicano de Chilpancingo (1813) e a “Pátria Velha” chilena. São exemplos dessa imprensa independentista os jornais mexicanos *El Despertador Americano* (1810) e *El Ilustrador Nacional* (1812); os peruanos *El Diario Secreto de Lima* (1811), *El Peruano* (1811) e *El Satélite Peruano* (1812); os venezuelanos *El Semanario de Caracas* (1810) e *El Publicista* (1811); os colombianos *La Constitución Feliz* (1810) e *Diario Político de Santa Fé de Bogotá* (1810); o chileno *Aurora de Chile* (1812); o argentino *Gazeta de Buenos Aires* (1810), etc. O debate pró e anti-independência que animou a América Hispânica no primeiro quartel do século XIX ocorreu, assim, em grande medida no campo mediático, até porque as autoridades coloniais espanholas reagiram à aparição dos periódicos independentistas com a fundação de jornais unionistas, como os mexicanos *La Gaceta del Gobierno de México* (1811) e *El Telégrafo de Guadalajara* (1811) e o chileno *La Gaceta del Rey* (1812), entre outros. Na opinião de Braojos Garrido (1999, p. 45), a imprensa independentista hispano-americana “divulgou critérios e demandas similares às da imprensa dos Estados Unidos no seu processo emancipador

[pelo que] a natureza moderna do jornalismo colonial, com as suas fórmulas e limitações, evoluiu para outra etapa, a contemporânea, sob pressupostos idênticos aos do resto do mundo ocidental.”

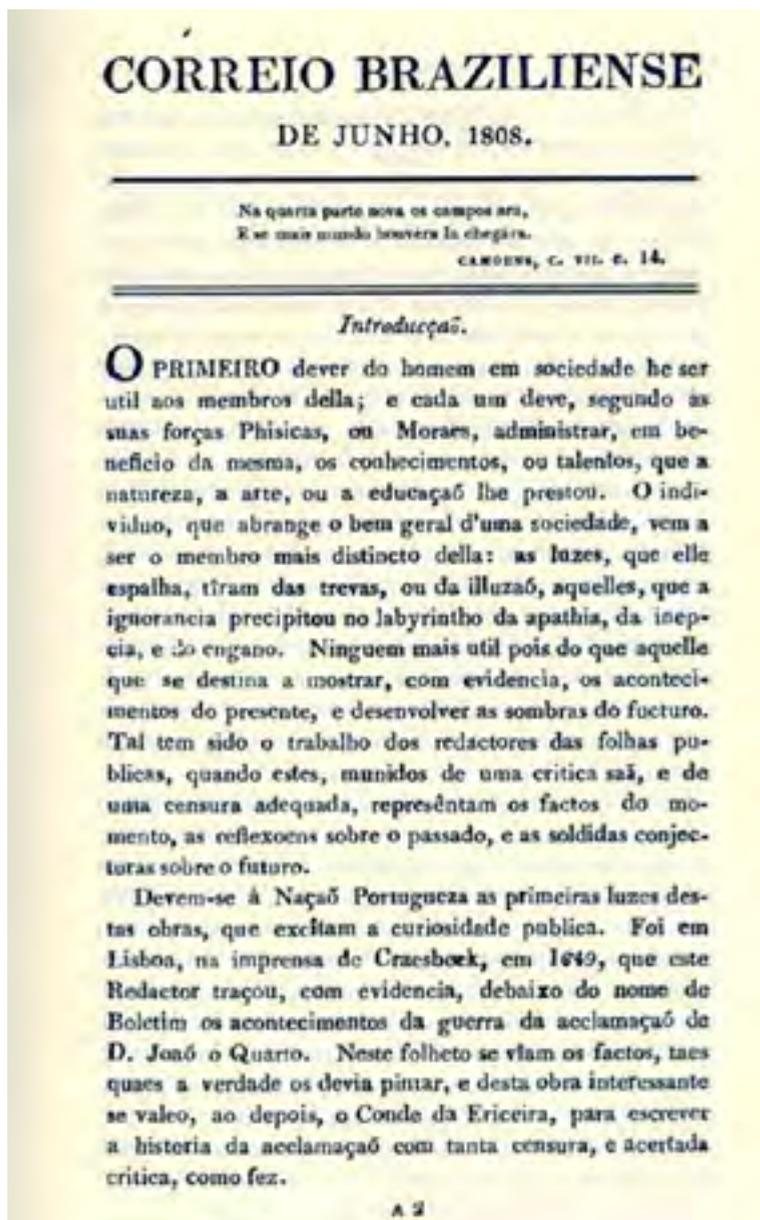
O Brasil foi um caso particular, pois tornou-se sede da Monarquia Portuguesa, quando a família real fugiu de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808, no contexto da primeira invasão napoleónica de Portugal, acompanhada da corte e de altos funcionários. O Rio de Janeiro tornou-se capital de Portugal e do Brasil.

Nesse contexto, o poder régio necessitava da imprensa. A 24 de junho de 1808 foram publicadas as “Instruções Provisórias para o Regimento da Imprensa Régia”, o que conduziu à fundação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808. Tratava-se de uma publicação oficiosa e censurada, onde se publicavam os decretos, informações sobre a família real e ainda um noticiário, nacional e internacional. Circulou até 1821, dirigida por Frei Tibúrcio José da Costa. Inicialmente, publicava-se uma vez por semana, mas depois tornou-se trissemanal.

Embora a *Gazeta* tenha sido o primeiro periódico impresso no Brasil, não é considerado o primeiro periódico brasileiro, pois, a 1 de junho de 1808, três meses antes da saída do primeiro número da *Gazeta*, um publicista liberal exilado em Londres, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, lançou o *Correio Brasiliense ou Armazém Literário*. Este mensário é considerado o primeiro periódico brasileiro, embora também seja referencial para a história do jornalismo em Portugal. Circulava, clandestinamente, em ambos os países.

Em 1811, iniciou a publicação, em Salvador da Bahia, *A Idade d'Ouro do Brasil*, que até 1820 foi o único periódico publicado na capital baiana. Em 1813, fundou-se *O Patriota*, publicação mensal cultural e publicista que reunia artigos das elites da época.

Figura 74. O periódico luso-brasileiro *Correio Brasiliense* pode ser cronologicamente considerado o primeiro do Brasil.



Fonte: reprodução do original.

Figura 75. O periódico luso-brasileiro *A Gazeta do Rio de Janeiro* inicia o periodismo impresso no Brasil.

N.º 1.
GAZETA DO RIO DE JANEIRO.

SABADO 10 DE SETEMBRO DE 1808.

*Dell'aria sul ton promett' scilicet,
Resipisc' solus pastora roborant.*

HORAT. Ode III. Lib. IV.

London 11 de Junho de 1808.

Noticias vindas por via de França.

Amsterdão 30 de Abril.

O S dois Navios Americanos, que ultimamente arribaram ao Texel, são condemnados a descarregar as suas mercadorias, e devem immediatamente fazer-se a vela sob pena de confiscação. Isto tem influido muito nos preços de varios generos, sobre tudo por se serem homens recebidos cartas de França, que dizem, que em virtude de hum Decreto Imperial todos os Navios Americanos serão detidos logo que chegarem a qualquer porto da França.

Noticias vindas por Gotzenbergo.

Chegámo-nos esta manhã folhas de Hamburgo, e de Altona até 17 do corrente. Estas ultimas annunciao que os Janizaros em Constantinopla se declararão contra a França, e a favor da Inglaterra; porém que o tumulto se tinha apaziguado. — Hamburgo está tão exaurido pela passagem de tropas que em muitas casas não se acha já huma côdea de pão, nem huma cama. Quasi todo o Hannover se acha nesta deploravel situação. — 50000 homens de tropas Francesas, que estão em Italia, tiveram ordem de marchar para Hespanha.

London a 16 de Junho.

Extracto de huma Carta escrita a Jerdo da Statira.

“ Segundo o que nos disse o Official Hespanhol, que levámos a Lord Gambier, o Povo Hespanhol fez todo o possível para succeder o jugo Francez. As Provincias de Asturias, Leão, e outras adjacentes armaram 80000 homens, em cujo numero se comprehendem varios mil de Tropa regular tanto de pé, como de cavallo. A Corunha declarou-se contra os Francezes, e o Ferrol se tornò igualmente rebelvado a não ter hum Governador do partido Francez. Os Andaluzes, nas vizinhanças de Cadix, tem pegado em armas, e deuses ha já 6000, que são pela maior parte Tropas de Linha, e commandadas por hum Alal General. Toda esta impetude se originou de Borayparte ser declarado a Nuntio Regente de Hespanha. O espirito de resistencia chegou a Carthagena, e não duvido que em pouco seja geral por toda a parte. Espero que nos mardem ao Porto de Gijon, que fica poucas leguas distante de Oviedo, com huma sufficiente quantidade de pólvora, &c. pois do successo de Hespanha depende a sorte de Portugal. A revolta he tão geral, que os habitantes das Cidades guarnecidas por Tropas Francezas tem pela maior parte ido reunir-se nas montanhas com os seus Concidadãos revoltados. ”

Fonte: reprodução do original.

A Revolução Liberal portuguesa de 1820 estendeu a liberdade de imprensa também ao Brasil, onde já circulavam as ideias de independência e as ideias liberais. O debate que estas ideias detonaram promoveu a circulação de periód-

dicos políticos no Brasil, especialmente a partir do ano seguinte. O primeiro deles intitulou-se *Conciliador do Reino Unido*. Em 1821, apareceram ainda dois outros jornais, *O Amigo do Rei e da Nação* e *O Bem da Ordem*, cujo perfil editorial não suscitava grandes polémicas. Mas a 15 de setembro de 1821, foi lançado o *Revérbero Constitucional Fluminense*, que apregoou, panfletariamente, as virtudes dos ideais da Revolução Francesa e da liberdade de imprensa. Esse periódico será também o primeiro a criticar as Cortes de Lisboa pelas medidas contrárias aos interesses do Brasil. A 1 de outubro de 1821, surgiu no Rio de Janeiro um novo jornal, intitulado *O Espelho*, fundado por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, até aí redator da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Nos últimos meses de 1821, as Cortes Portuguesas, denotando uma enorme falta de visão, legislaram no sentido de fazer regressar o Brasil à condição de colónia, repartida em várias províncias, que seriam colocadas sob a governação de juntas diretamente dependentes de Lisboa. O monopólio comercial com Portugal seria restabelecido. As Cortes determinaram, ainda, que o príncipe D. Pedro, filho primogénito do rei D. João VI e herdeiro do trono, regressasse a Portugal. Mas os brasileiros não aceitaram o retrocesso. Dois periódicos clandestinos, o *Despertador Braziliense* e a *Malagueta*, apelaram à sublevação contra as Cortes e iniciaram o movimento pelo Fico, destinado a levar D. Pedro a desobedecer às Cortes e a permanecer no Brasil. No estado do Maranhão aparece, nesse mesmo ano, a versão impressa de *O Conciliador do Maranhão*, que tinha sido publicado como manuscrito até ao número 34.

Em 1822, surgiram novos periódicos políticos, o *Reclamação do Brasil*, o *Correio do Rio de Janeiro* e o *Regulador Brasílico*. Operando já num clima de quase-legalidade, esses jornais, por vezes, opunham-se ferozmente uns aos outros, sobretudo em torno da questão da criação ou não de uma Assembleia Constituinte brasileira. O *Correio* era o mais popular, por ser o que mais espaço dava às vozes dos cidadãos comuns, que queriam convocar uma Assembleia Constituinte. Em junho desse mesmo ano, apareceu o *Diário do Rio de Janeiro*, que tinha uma linha editorial predominantemente informativa que já apontava para um modelo de jornalismo noticioso.

Apesar de as questões internas oporem os jornais brasileiros uns contra os outros, eles rebatiam a uma só voz as acusações e mesmo os insultos levantados pela imprensa portuguesa contra o Brasil e os brasileiros. O processo conducente à independência do Brasil, proclamada a 7 de setembro de 1822 (grito do Ipiranga), avançou, assim, com celeridade. D. Pedro tornou-se imperador do Brasil.

Após a independência, o governo brasileiro, liderado por José Bonifácio, lançou uma campanha de intimidação e perseguição contra a imprensa opositora (a Bonifácia), determinando o encerramento do *Revérbero* e do *Correio do Rio de Janeiro*, que, aliás, demonstravam com cada vez mais clara simpatia pela causa republicana. A imprensa serviu, também, para ataques pessoais. *O Espelho*, ao serviço de D. Pedro I, terá mesmo publicado alguns textos escritos anonimamente pelo próprio imperador, sendo que num deles era exposta e criticada a homossexualidade do fundador do jornal *Malagueta*, que ameaçava recomeçar a publicar o periódico por não lhe terem sido dados os cargos públicos que lhe tinham sido prometidos. Noutro texto foram relatados confrontos entre eleitores do Rio de Janeiro, em jeito de reportagem crítica contra outro opositor.

Em 1823, surgiu o *Diário do Governo*, reformulação da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Apesar do seu perfil administrativo, não deixava de atacar os adversários. Apareceu, também, o *Diário da Assembleia*, que trazia a público os debates na Assembleia, mas não deixava de incluir matérias panfletárias e ataques pessoais e políticos. Ainda em 1823, surgiu mais um jornal de perfil partidário – o *Atalaia*. Também em 1823, o fundador do *Correio do Rio de Janeiro*, João Soares Lisboa, que se tinha exilado na Argentina, regressou ao Brasil e foi preso, mas, paradoxalmente, refundou o seu jornal, sob o título *Correio Extraordinário do Rio de Janeiro*, que dirigiu a partir da prisão. Nesse ano, surgiram, ainda, outros periódicos políticos combativos, por vezes de ideologias opostas, como o *Silfo*, *O Tamoyo*, *A Sentinela da Liberdade na Guarita da Praia Grande* e o *Estrela Brasileira*. De acordo com Neves, entre 1821 e 1822 fundaram-se no Rio de Janeiro cerca de vinte periódicos. Nos restantes estados, então designados províncias, também ocorre um

intenso movimento na imprensa, com a fundação de periódicos na Bahia – *Semanário Cívico*, *Analizador Constitucional*, *Espreitador Constitucional* e outros –, em Pernambuco – *Aurora Pernambucana*, *Gazeta Pernambucana* e outros – e no Pará – *O Paraense*.

Em 1824, a imprensa oficial começou a estender-se aos diversos estados. O *Diário do Governo do Ceará* nasceu em 1824.

Em 1825, começou a sair o *Diário de Pernambuco*, atualmente o mais antigo jornal em circulação da América Latina, de concepção empresarial, mas politicamente conservador. Em 1827, foi lançado, no Rio de Janeiro, pelo francês Pierre Plancher-Seignot, o *Jornal do Comércio*. Configurado, inicialmente, como um jornal especializado em negócios e tráfego marítimo, a partir de 1828 abriu-se a outros temas e conquistou público. Também apareceu o *Aurora Fluminense*, que se distinguiu pela prosa política grave e séria de Evaristo da Veiga, distinta do discurso desbocado de muitos dos seus congêneres. No mesmo ano, surgiu o primeiro periódico impresso em São Paulo, o *Farol Paulistano*, publicado até 1833. Esses jornais, sem abdicarem de ter um posicionamento político, publicavam folhetins e contrataram redatores para elaboração do noticiário, de maneira a corresponderem às expectativas de um público já numeroso, ainda que circunscrito às elites.

Na contabilidade de Souza (1957), durante a década de Vinte do século XIX circularam no Brasil 53 periódicos. O movimento de fundação de novos jornais foi imparável. Em 1854, por exemplo, surgiu o *Correio Paulistano*, importante jornal paulista.

A imprensa brasileira não sofreu grandes transformações até ao último quartel do século XIX. Apesar das experiências empresariais, os periódicos brasileiros subordinaram-se, maioritariamente, a um modelo político-noticioso, onde se praticava, em grande medida, um jornalismo opinativo, combativo, literário, publicista, ideológico e elitista, ainda que não ignorassem as notícias. A maior parte dos jornais brasileiros eram tribunas e púlpitos antes de qualquer outra coisa e, por vezes, chegaram a espalhar falsidades:

o jornalista era um ativista político e o jornal veículo de suas ideias. Os pasquins proliferaram em momentos de intenso enfrentamento, sendo escritos em linguagem desabrida e sem preocupação com a veracidade dos factos. Seu (único) redator era frequentemente anónimo. (Ribeiro, 1994, pp 23-24)

A partir dos anos Setenta do século XIX, o Brasil iniciou uma fase de crescimento económico e populacional. Dinamiza-se o telégrafo, que se torna importante para a recolha de notícias, e os correios e ferrovias, importantes para a distribuição dos jornais. A agência Havas instalou-se no país em 1874. A dinâmica social, política e económica criou condições para a aparição de novos projetos empresariais de jornalismo, mais noticiosos do que políticos, seguindo os novos rumos da imprensa mundial. Nasceu, assim, uma imprensa mais popular, de grandes tiragens, assente numa conceção empresarial do negócio jornalístico. São feitos investimentos vultuosos no parque gráfico. Em 1875, por exemplo, apareceram a *Gazeta de Notícias*, no Rio de Janeiro, inovador no emprego de gravuras, caricaturas e no recurso à entrevista, e *A Província de São Paulo*, rebatizado *O Estado de São Paulo*, após a proclamação da República, em 1889. Este jornal – alcunhado *O Estadão* – ainda hoje subsiste e é um dos jornais de qualidade de maior circulação do Brasil.

Em Janeiro de 1876, o jornal *Província de São Paulo*, que, apesar de ter nascido ideologicamente alinhado, cada vez mais evoluía para um modelo de jornalismo independente e predominantemente informativo, começou a praticar uma política comercial agressiva, baseada no baixo preço, sendo a perda de receitas compensada lucrativamente pela captação de publicidade, a exemplo do que se passava noutros países. Tal como sucedeu em Portugal quando foi lançado o *Diário de Notícias*, esse modelo de negócio próprio do jornalismo industrial foi criticado pelas elites, que o qualificaram como “mercantilização da imprensa” (Ribeiro, 1994, p. 26).

Figura 76. O *Provincia de São Paulo* foi o primeiro título do diário *O Estado de São Paulo*.



Fonte: reprodução do original.

Os grandes diários brasileiros no final do século eram o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias*, no Rio; e, em São Paulo, *O Correio Paulistano*, o *Diário Popular* e o *Província de São Paulo*, futuro “*Estadão*”. Em 1880, já se publicavam, só no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, 42 jornais e revistas. Um ano depois, o número de periódicos cariocas ascendia já a 95 (Ribeiro, 1994, p. 30). Cruz (2000) contabiliza mais de 600 periódicos fundados no estado de São Paulo só nas duas últimas décadas do século XIX. A imprensa tinha uma força imparável no Brasil. Em 1884, surgiu *O País*, importante diário carioca, liderado por Rui Barbosa, publicado até 1930.

Em 1888, a Lei Áurea, que abolia a escravatura, iniciou uma crise política que teve a sua quota-parte de responsabilidade na proclamação da República, um ano depois. A proclamação da República e a Constituição Republicana contribuíram para a solidificação da liberdade de imprensa.

A 9 de abril de 1891, foi criado no Rio de Janeiro o *Jornal do Brasil*, periódico que se assumia independente e livre e que subsiste. Este jornal, na avaliação de Ribeiro (1994, p. 29), representou “um avanço na conceção do jornalismo como empresa”. Foi o primeiro jornal brasileiro direcionado para o público em geral e não para os segmentos mais elitistas da população e também o primeiro a apresentar um noticiário político independente. Contratou, ainda, influentes correspondentes estrangeiros. Como dizem Romancini e Lago (2007, p. 76), a fundação do *Jornal do Brasil* ilustra a transição “de uma imprensa pouco estruturada como negócio ao jornalismo como empresa” e a transição de um modelo de jornal opinativo para um modelo de jornal informativo.

Poucos meses após ter nascido, o *Jornal do Brasil* enfrentou a sua primeira crise. Por ocasião da morte de D. Pedro II, o jornal publicou uma edição especial sobre o imperador deposto, na qual se manifestava simpatia pela Monarquia, o que lhe valeu um ataque às suas instalações pela população republicana enfurecida. O acontecimento originou a criação de uma Sociedade Anónima para administrar o periódico.

Em maio de 1893, Rui Barbosa assumiu a direção do *Jornal do Brasil*, iniciando um período em que o jornalismo político pontificará nas páginas do

jornal (ainda que este nunca tenha atraído a sua vocação noticiosa e informativa). A linguagem dura e direta de Rui Barbosa, um opositor ao poder instituído, levou à ocupação militar das instalações e à suspensão da publicação do jornal entre outubro de 1893 e novembro de 1894. Em 1889, o chamado “Decreto-Rolha”, revogado, no entanto, em 1890, instituiu a possibilidade de serem julgados jornalistas que criticassem a República e o governo.

À época a reportagem e a crônica-reportagem começaram a inculcar-se no jornalismo brasileiro. Sintoma disso, Euclides da Cunha cobriu a Guerra de Canudos, no interior da Bahia, entre 1896 e 1897, para *O Estado de São Paulo*. Do seu trabalho resultou a publicação de *Os Sertões*, em 1902, obra na qual, além da guerra, relata a vida difícil no interior do Brasil, num território negligenciado pelas metrópoles. O *Jornal do Comércio*, a *Gazeta de Notícias* e a *Notícia*, do Rio de Janeiro, também enviaram repórteres para a Bahia, mas o seu trabalho não teve nem o impacto, nem a visibilidade, nem a qualidade do de Euclides da Cunha.

Apesar dos percalços, a “grande” imprensa brasileira rumou ao século XX já assente num jornalismo informativo, de cunho empresarial (o jornalismo encarado como negócio), dinâmico e rentável, que obtinha a maior parte das suas receitas monetárias da publicidade, o que permitia a venda dos jornais e das revistas abaixo do preço de custo, e que se tinha dotado de um parque gráfico de qualidade.

3.5 As agências de notícias e o fluxo internacional da informação no século XIX

O contexto jornalístico, empresarial, social e tecnológico do século XIX criou condições para o aparecimento das primeiras agências de notícias, organizações que se dedicam a produzir notícias e outras informações para venda aos órgãos jornalísticos e a outras entidades potencialmente interessadas, como grupos económicos, organizações diplomáticas e governos. Entre os fatores que podem apontar-se como estando na origem das agências noticiosas contam-se os seguintes:

1. Os jornais, que cresceram em volume durante todo o período de Oitocentos, necessitavam de notícias, em variedade e quantidade, para satisfazer um público cada vez mais vasto, que delas necessitava para se sintonizar com um mundo em rápida mudança e interagir socialmente;
2. A velocidade com que o mundo se modificava gerava muitas informações em potencial, à espera que alguém as recolhesse, processasse e disseminasse;
3. Num quadro de estruturação empresarial do negócio jornalístico, o aumento das tiragens, sustentado quer pelos lucros das vendas e da publicidade (que permitiam novos investimentos), quer por novos dispositivos tecnológicos (como as impressoras Koenig, primeiro, e as rotativas, depois), gerava receitas suficientes para os jornais pagarem a fornecedores externos de informação, que contribuíam para atenuar os problemas decorrentes das insuficiências da rede de captura de acontecimentos que estes jornais lançavam;
4. Os novos meios de comunicação elétricos (telégrafo, telefone) e os novos meios de transporte (caminho-de-ferro, automóvel, navios a vapor) facilitavam difusão de informações, potenciando ainda, por outro lado, a propagação dos jornais por vastos territórios, o que, por sua vez, não apenas tornava mais pessoas recetivas às notícias, como também criava condições para o aumento das tiragens e, conseqüentemente dos lucros; além disso, para agradar a um público diversificado espalhado por territórios cada vez mais vasto, os jornais precisavam de um volume elevado de notícias diversificadas que já não conseguiam providenciar limitando-se aos seus próprios meios;
5. A melhoria constante dos meios de impressão (estereotipia, primeiro, e linotipia, depois) permitiu o aprimoramento da qualidade gráfica dos jornais e revistas, algo que o *halftone* reforçou ao facultar a publicação de fotografias junto com o texto. Jornais mais apelativos tornaram-se, assim, jornais mais bem-sucedidos, com tudo o que isso representou

em termos de tiragens e lucros, mas também de necessidade de notícias, incluindo fotonotícias;

6. A percepção do jornalismo como um negócio conduziu à diversificação da imprensa. A segmentação dos periódicos alargou o mercado da informação à generalidade dos cidadãos. Uma imprensa diversificada, em que órgãos da imprensa generalista coexistiam com órgãos da imprensa especializada, exigia um grande volume de notícias variadas, o que tornava apelativo o negócio do fabrico e fornecimento de notícias à imprensa.

As primeiras agências de notícias apareceram na Europa, contribuindo não só para que o jornalismo noticioso se sobrepusesse ao jornalismo doutrinar e combativo da imprensa “de partido” (*party press*) mas também para uma renovação estilística nos meios, reforçando-se a linha que preconizava a clareza, a brevidade, a precisão e a simplicidade da linguagem. Foram elas a Havas, em França; a Reuters, em Inglaterra; e a Wolff, na Alemanha. Todas se apresentavam publicamente ostentando os nomes dos seus fundadores, respetivamente Charles Louis Havas, Paul Julius Reuter e Bernhard Wolff. Posteriormente, fundaram-se agências noticiosas noutros países, como a New York Associated Press, nos Estados Unidos, a Fabra, em Espanha e, em Portugal, já no século XX, a agência Rádio, fundada e dirigida pelo espanhol Alejo Carrera Muñoz, que terá desenvolvido atividade no País desde 1919, a agência Latino-Americana, de 1924, fundada e dirigida por Virgínia Quaresma, e uma obscura agência Lusitânia, com atividade, pelo menos, em 1923.

Embora as agências de notícias tivessem atravessado uma fase inicial difícil, como acontece com grande parte dos novos negócios, passados alguns anos detinham uma fatia importante dos fluxos noticiosos internacionais, condição que mantiveram até ao desenvolvimento da World Wide Web, já no final do milénio.

Figura 77. Redação da agência Havas no início do século XX.



Fonte: recuperada da Web.

As três primeiras agências (Havas, Reuters, Wolff) deram os primeiros passos assentes no modelo de empresa familiar. Engenhosamente, estabeleceram as suas sedes nos centros das capitais dos respetivos países (Paris, Londres, Berlim), próximas dos correios, dos telégrafos³³ e dos caminhos-de-ferro (inicialmente, os despachos – *takes* – das agências eram enviados, essencialmente, por correio e caminho-de-ferro). No início, o seu ramo de negócio assentou, essencialmente, na tradução de notícias da imprensa estrangeira para venda nos países onde tinham sede. Posteriormente, começaram a produzir notícias de índole económica, para venda à imprensa, à banca e aos grandes industriais. Todavia, a necessidade que a imprensa e mesmo os governos, as empresas e os bancos denotavam de notícias era tal que as agências rapidamente alargaram o negócio à produção generalista de

33. Os telefones só começaram a ser usados no final do século XIX e apenas para a transmissão de informações urgentes entre centros de cada agência, para não beneficiarem os jornais que tinham telefone.

informações, controlando, em especial, o fluxo de notícias entre as colônias e as metrópoles.

O facto de a Havas, a Reuters e a Wolff terem sido as primeiras agências de notícias a chegar ao mercado e de terem sede em países que, ao tempo, eram grandes potências, o rigor da informação que produziam e a dependência que os governos e a imprensa tinham delas levou-as a uma situação mercadológica privilegiada, quase aniquilando a concorrência interna de outras empresas que procuraram estabelecer-se no mesmo ramo de negócio.

Controlando os mercados internos de cada país, as três grandes agências europeias voltaram a sua atenção para o mercado externo. Como a cobertura do estrangeiro era substancialmente mais cara do que a do país de origem e respectivas colônias, essas agências encetaram uma política de alianças. Assim, em 1856, as três principais agências europeias estabeleceram um primeiro acordo de intercâmbio de notícias financeiras e económicas, seguido, em 1859, por um segundo acordo, em que já se notava a ambição máxima de as agências se converterem em organizações mundiais de produção e difusão de notícias e outras informações. Este segundo acordo estabeleceu que as agências repartiriam a cobertura da Europa e atuariam em conjugação de esforços nos restantes continentes.

Em 1866, o estabelecimento do primeiro cabo submarino entre a Europa e a América permitiu às agências europeias estabelecerem laços com a New York Associated Press, agência cooperativa norte-americana, que tinha sido fundada, em 1848, por seis periódicos nova-iorquinos, para seu próprio benefício, mas que rapidamente passou a prestar serviços a outros órgãos jornalísticos. As três grandes agências europeias começaram, assim, uma política de expansão mundial.

O controlo férreo de Bismark sobre a agência Wolff e o conflito franco-prussiano retardaram, momentaneamente, a convergência da Wolff com as outras duas agências europeias, mas não impediu a Havas e a Reuters de continuarem a sua política de cooperação, que originou, por exemplo, a abertura de uma delegação conjunta em Bruxelas, o estabelecimento de acordos con-

juntos com outras agências, como a New York Associated Press, dos Estados Unidos, e a Korrespondenz, da Áustria, e mesmo a fundação de uma empresa destinada a explorar a telegrafia privada e os cabos submarinos.

Na década de setenta do século XIX, as agências transformaram-se em sociedades anônimas (Wolff's Continental Telegraph Company, Reuter's Telegram Company, S. L. e Havas, S. A.). Essa estratégia empresarial trouxe-lhes um considerável afluxo financeiro, que lhes permitiu investir na sua área de negócio prioritária, o da produção e difusão de notícias e informações, mas também nas áreas de negócio complementares, como a publicidade, por um lado, e a telegrafia e os cabos submarinos, por outro. As agências colocaram correspondentes em várias cidades importantes do mundo, nomeadamente nas capitais, e seguiram uma política de concentração que absorveu agências mais pequenas. As agências nacionais emergentes noutros países, como a espanhola Fabra ou a italiana Stefani, viram-se mesmo perante uma situação em que tinham de cooperar com as três grandes para conseguirem sobreviver. Com esta estratégia, as três grandes agências europeias converteram-se em organizações mundiais oligopólicas, assegurando, cada uma delas, a cobertura de uma determinada parte do mundo:

1. A cobertura do Império Alemão, da Rússia, da Áustria-Hungria e da Escandinávia foi dada à Wolff;
2. A Reuters ficou com o Império Britânico e o Extremo Oriente, mantendo uma lança em Hamburgo, na Alemanha, pois tinha um acordo com a bolsa dessa cidade; além disso, repartia com a Havas a cobertura da Bélgica e do Egito;
3. A Havas assegurou a cobertura do Império Francês e dos países latinos, incluindo Portugal;
4. Os restantes países do mundo eram de cobertura livre.

O estabelecimento de um cabo submarino entre a Europa e o Brasil, em 1874, impulsionou novos acordos. A New York Associated Press assegurou, nos Estados Unidos, a exclusividade da relação com as agências europeias,

mas comprometeu-se a não atuar nem no mercado europeu nem no sul-americano. A Havas e a Reuters firmaram um acordo comum com a South American Press, cujo fracasso comercial conduziu, em 1876, à redefinição do acordo, o que proporcionou à Havas a cobertura de todo o espaço latino-americano, opção facilitada pelo facto de Portugal e Espanha estarem na sua zona de cobertura e de continuar a haver um importante fluxo de informação entre os países ibéricos e as suas ex-colónias. Porém, a entrada das agências norte-americanas na América Latina pôs fim a esse monopólio.

Pelo final do século XIX estava já desenhado um sistema global de fluxos de notícias, controlado pelas três grandes agências europeias, em articulação com as pequenas agências nacionais, que produziam informação sobre o seu próprio país, enviando-a, em exclusivo, para a grande agência com que estavam coligadas, mas beneficiando, como contrapartida, da distribuição exclusiva dos conteúdos da grande agência no seu próprio país. Assim, as agências nacionais aliadas com as grandes agências tornaram-se, nos respetivos países, as principais fornecedoras de notícias (essencialmente políticas, diplomáticas, militares, económicas e culturais) aos órgãos jornalísticos, convertendo-se, por seu turno, num alvo da voracidade controladora dos poderes políticos nacionais. Essa dinâmica da informação internacional no final do século XIX permitiu, por outro lado, a subordinação da informação difundida nos países “informativamente colonizados” aos interesses estratégicos dos países “informativamente colonizadores”, pois a Reuters, a Havas e a Wolff aplicavam um sistema de censura prévia para evitar a difusão de notícias contrárias, respetivamente, aos interesses de Londres, de Paris e de Berlim ou dos grupos económicos com quem essas três grandes agências mantinham laços (Paz Rebollo, 1988).

A aliança entre as grandes agências manteve-se no último quartel do século XIX, embora o sistema tenha sido abalado por quatro fatores:

1. As agências noticiosas tornaram-se um dispositivo relevante das estratégias internacionais dos estados, pelo que, em vários momentos, agiram mais de acordo com os interesses nacionais dos respetivos es-

tados do que com os interesses da aliança. Foi o que aconteceu, por exemplo, quando o Egito se converteu num protetorado britânico, em 1882, o que levou a Reuter a competir com a Havas, a quem o Egito estava anteriormente consignado, na cobertura deste país. O mesmo tipo de situação ocorreu quando os povos balcânicos se sublevaram contra a Turquia e se produziu a guerra Sérvio-Turca, o que levou a Havas a cobrir a região, anteriormente consignada à agência Wolff, em aliança com as agências russa e austríaca.

2. A concorrência de novas agências provocou uma erosão do controle que as agências aliadas oligopólicas tinham sobre os fluxos de informação. Entre essas agências destacou-se a Dalziel, fundada, em 1890, em Nova Iorque, por Davison Dalziel, que desde o início assumiu a intenção de se transformar numa agência mundial, abrindo delegações um pouco por todo o mundo e assumindo uma política própria de alianças com outras agências. Nos conteúdos, apostou na informação financeira, nas “caixas” jornalísticas (informação exclusiva em primeira mão) e no sensacionalismo, o que a tornou numa fonte relevante de notícias para a imprensa popular. Para concorrerem com a Dalziel, as agências aliadas aceleraram os fluxos de informação e aumentaram o volume de informação financeira. Para competir, a Dalziel teve de acelerar ainda mais o fluxo de informação, o que acabou por vitimá-la, pois difundiu, sem verificação, uma notícia falsa que implicava um diplomata russo num escândalo ocorrido em França. Ostracizada, a Dalziel acabou por redefinir a sua área de negócio, limitando-a à produção de informação económica e financeira.
3. Os acordos entre jornais, como o firmado, em 1899, entre o *Times* e o *Le Matin*, a que aderiram, mais tarde, jornais italianos, austríacos e alemães, que pretendiam diferenciar-se no mercado em relação aos jornais que continuavam a publicar, essencialmente, a informação nacionalmente comprometida das agências, também contribuiu para a perda de controlo dos fluxos internacionais de notícias por parte das três grandes agências coligadas.

4. A censura telegráfica aplicada pelos diversos governos nacionais, particularmente em situações de instabilidade, crise e guerra, foi o derradeiro fator que contribuiu para ameaçar a preponderância informativa internacional das três grandes agências de notícias europeias.

Nos Estados Unidos, a New York Associated Press, apesar do seu acordo com as grandes agências europeias, teve de concorrer com as agências nacionais que foram surgindo, nomeadamente com a Western Associated Press, fundada em 1885, que em 1892 se converteu na Associated Press of Illinois; e com a United Press, igualmente fundada em 1885. O contexto económico americano favorecia o risco e o investimento. Assim, em 1893, a New York Associated Press abriu falência, o que levou as grandes agências europeias a estabelecerem acordos com a Associated Press of Illinois, que se mudou, em 1900, para Nova Iorque, rebaptizando-se com a denominação Associated Press (AP), que ainda hoje mantém, sendo uma das grandes agências noticiosas mundiais.

3.6 Entra em cena o fotojornalismo

A ambição de reportar iconograficamente acontecimentos da realidade material visível por meio da imprensa data do século XVII. No início do século XIX, alguns jornais e revistas denotavam essa mesma ambição. O jornal dominical britânico *The Observer* (1791-...), por exemplo, já publicava regularmente gravuras de ação de acontecimentos da atualidade, elaboradas a partir de desenhos.

O surgimento da fotografia, no século XIX, deu um novo potencial à cobertura jornalística iconográfica dos acontecimentos. O novo meio foi quase imediatamente adotado pela imprensa, ainda que, inicialmente, os condicionamentos técnicos exigissem a transcrição dos originais fotográficos para gravura de madeira ou litografia.

Figura 78. Reportagem iconográfica de um crime (desenho transcrito para gravura).



Fonte: reprodução do original (*The Observer*, 19 de março de 1820).

Figura 79. Capa do primeiro número da *Illustrated London News*, a primeira revista ilustrada de atualidades.



Fonte: reprodução do original (14 de maio de 1842).

Figura 80. Atentado contra a rainha Vitória (desenho transcrito para gravura).



Fonte: reprodução do original (*Illustrated London News*, 4 de junho de 1842).

A reportagem fotográfica começou quando alguns fotógrafos começaram a apontar a máquina fotográfica para determinados acontecimentos, com o intuito de os registrar e mostrar. As primeiras fotografias tiradas com esse intuito datam do início da década de quarenta do século XIX, sendo exemplificativo o caso de um daguerreótipo de um incêndio que destruiu um bairro de Hamburgo, em 1842, realizado por Carl Fiedrich Stelzner. Nesse mesmo ano, a 14 de maio, tinha sido lançada, em Londres, a primeira revista ilustrada a produzir e difundir regularmente informação gráfica sobre acontecimentos da atualidade, a *Illustrated London News*.

As primeiras revistas ilustradas de atualidades não reproduziam fotografias, pois os processos técnicos que permitiriam a inclusão de fotografias junto com os textos só seriam disseminados no último quartel do século XIX. Mas nessas revistas já eram abundantes as gravuras e litografias elaboradas a partir de fotografias. Em muitas dessas gravuras e litografias aparecia mesmo a menção “elaborada a partir de fotografia” (ou similar), o que documenta o potencial de credibilidade e verosimilhança que a fo-

tografia ia adquirindo. A partir do momento em que a imprensa começa a publicar gravuras e litografias elaboradas a partir de fotografias, com intuitos reportativos e informativos, já se pode falar de fotojornalismo, ainda que a atividade estivesse na sua fase embrionária.

Em Paris, começou a ser publicada, em 1843, a *Illustration* (1843-1944), a segunda grande revista ilustrada de atualidades a ver a luz do dia. Foi também durante esse ano que um funcionário fixou, em daguerreótipo, a cerimónia de assinatura de um tratado de paz entre a França e a China.

Nos Estados Unidos, a primeira fotografia de um acontecimento público foi realizada em 1844. Trata-se de um daguerreótipo da autoria de William e Fredcrik Langenheim, mostrando uma multidão reunida em Filadélfia, por ocasião da eclosão de uma série de motins.

A Guerra Americano-Mexicana de 1846-1848 foi o primeiro conflito a merecer que um daguerreotipista fotografasse oficiais e soldados. A partir dessas fotos fizeram-se ilustrações para as revistas.

A 15 de abril de 1848, foi publicada na *Illustrated London News* uma reprodução, sob a forma de gravura, daquele que poderá ser o primeiro daguerreótipo político “publicado” na imprensa, com a legenda “The monster meeting at Kennington Common”. Tratava-se de fazer ver a força dos trabalhadores que demandavam direitos e justiça social – o movimento *cartista* (*chartist*).

Figura 81. “The monster meeting at Kennington Common” – manifestação do movimento cartista, antepassado do trabalhismo. Transcrição de daguerreótipo para gravura.



Fonte: Reprodução do original. *Illustrated London News*, 15 de abril de 1848.

Em 1849, um ou mais fotógrafos, entre os quais o italiano Stefano Lecchi, fotografaram os soldados e oficiais envolvidos no cerco de Roma e a destruição causada na cidade pelas tropas francesas, naquele que é mais um prenúncio da atenção que o fotojornalismo iria dedicar à guerra. Para alguns, é essa a primeira reportagem fotográfica de guerra da história. No entanto, as fotografias de Lecchi não foram publicadas na imprensa. Foram transladadas para litografias e foi neste suporte que circularam, predominantemente em Itália.

Figura 82. Soldado francês de vigia e bateria na muralha aureliana (Roma, 1849).



Fonte: Biblioteca Romana de História Moderna e Contemporânea.

Créditos fotográficos: Stefano Lecchi.

Os pioneiros da “reportagem” fotográfica assistiram, ainda, à cerimónia de abertura da reconstrução do Crystal Palace, em Sydenham, em 1854, e ao batismo do príncipe imperial em Notre-Dame de Paris, em 1856. Pelo meio, em 1855, Roger Fenton partiu para a Guerra da Crimeia, com quatro assistentes e uma enorme parafernália de equipamento, entre o qual uma carroça-laboratório, indispensável para a revelação imediata das fotografias (usava-se a técnica do colódio húmido sobre vidro). Fenton realizou a primeira fotorreportagem extensa de guerra (as suas fotografias foram transcritas para gravuras e publicadas em revistas ilustradas, como a *Illustrated London News*), embora tenha sido uma reportagem propagandística e censurada, encomendada pelo Governo britânico, a contas com os textos críticos do repórter William Russell, que expunham a crueldade da conflagração. Nas fotografias de Fenton, como, mais tarde, nas fotografias de Brady, Gardner, O’Sullivan e outros fotógrafos, na Guerra da Secessão americana, é também notória a inter-relação entre as possibilidades técnicas e os conteúdos: nas guerras daquele tempo era impossível obter instantâneos das batalhas. As imagens desses conflitos concentram-se, por isso, mais na paisagem bélica e nos soldados do que nos processos de guerra em si, embora na Guerra Civil Americana os fotógrafos tivessem atuado sem censura, o que lhes permitiu, ao mostrarem o sofrimento, a destruição e a morte, contribuir para despír a guerra da auréola de epopeia.

As gravuras que os leitores contemplavam na imprensa podiam ter um nível de semelhança reduzido com as fotografias que estavam na sua origem. Os gravuristas nem sempre eram fiéis às fotografias, não se coibindo de acrescentar ou eliminar pormenores ou mesmo de misturar cenas de várias fotografias numa única gravura. Nesse tempo, aliás, os fotógrafos ainda partilhavam o palco da cobertura de guerra com artistas gráficos que desenhavam esboços do que viam. Quando as fotografias de reportagem circulavam noutros suportes – cópias litográficas diretas, exposições – o problema da iconicidade, isto é, da relação de semelhança entre a imagem fotográfica e a porção de realidade visível que a mesma representa, não se punha com tanta relevância.

Figura 83. O laboratório fotográfico ambulante de Roger Fenton na Guerra da Crimeia e sua transcrição para gravura.



Fonte: reprodução da fotografia original e transcrição para gravura (*Illustrated London News*, 10 de novembro de 1855).

Figura 84. Exemplo de transcrição de fotografia de Roger Fenton para gravura durante a Guerra da Crimeia.



Fonte: reprodução da fotografia original e transcrição para gravura (*Illustrated London News*, 4 de outubro de 1855).

Figura 85. Transcrição para gravura de um desenho presencial de um cenário de uma batalha durante a Guerra da Crimeia. Os fotógrafos, até à I Guerra Mundial, partilharam com os artistas gráficos a responsabilidade pela cobertura iconográfica da atualidade.



Fonte: reprodução do original (*Illustrated London News*, 3 de fevereiro de 1855).

Figura 86. Fotografias da Guerra da Secessão de Alexander Gardner e de Timothy H. O'Sullivan combinadas numa única gravura, colocando em evidência o problema da iconicidade.





Fonte: reproduções dos originais e gravura "The harvest of death" publicada na *Harper's Weekly*, com créditos atribuídos a Alexander Gardner (22 de julho de 1865).

Também surgiam na imprensa da época gravuras, elaboradas a partir de fotografias, que documentavam o processo de industrialização em curso, como as de Robert Howlett da construção do maior navio a vapor da época, o *Leviathan*, publicadas, em 1858, na *Illustrated Times*.

A Nadar, célebre retratista francês, deveu-se a primeira fotografia aérea, em 1858, as primeiras fotografias com iluminação artificial (esgotos de Paris) e as primeiras fotografias de uma entrevista (as fotos do filho de Nadar à entrevista que o seu pai fez ao químico Chevreul, por ocasião do centenário deste, em 1886, das quais doze foram publicadas no *Journal Illustré*).

O século XIX foi também um século relevante para a fotografia documental. As imagens de locais distantes e povos diferentes, bem como dos “vizinhos do lado”, encheram as páginas da imprensa da época, como aconteceu com as vistas de Constantinopla, de James Robertson, publicadas na *Illustrated London News*, com as fotos da conquista do Oeste Americano, de Gardner, Timothy O’ Sullivan e William Henry Jackson, e ainda com as fotos dos levantamentos etnográficos dos nativos norte-americanos, publicadas na imprensa ilustrada e na imprensa popular.

Alguns dos pioneiros da fotografia documental com valor jornalístico descobriram o poder persuasivo e denunciante da imagem fotográfica, tendo-o aproveitado para a “intervenção social”, começando, por exemplo, a mostrar, fotograficamente, o trabalho infantil nas minas e nas fábricas e as duras condições de vida dos pobres e dos trabalhadores. Outros aproveitaram a fotografia para documentar os espaços, as condições de vida e de trabalho e a cultura e práticas quotidianas de grupos marginais (como as prostitutas). A vontade de registo misturou-se, assim, com a opinião e a vontade de intervenção. Foram vários os fotógrafos que contribuíram para o nascimento do fotodocumentarismo de “compromisso social”, como Thomson, Atget e, particularmente, Riis e Hine. As suas fotos circularam em exposições, pela imprensa e em fotolivros.

Figura 87. Fotografia extraída da obra *How the other half lives*, do fotodocumentarista Jacob Riis (1888).



É interessante notar que o documentarismo social na imprensa (americana) nasceu nos tabloides e não nos jornais mais sérios nem nas revistas ilustradas. Mas, se é interessante, não é, de todo, surpreendente: afinal, as “cruzadas morais” sempre se enquadraram nas esferas de interesse do jornalismo “sensacionalista”.

Paralelamente à fotografia documental e à fotografia de acontecimentos, desenvolveu-se a fotografia de retrato e a fotografia arquitetónica, que ainda hoje têm presença no fotojornalismo.

No fundo, pode dizer-se que, visando dar testemunho do que viam, encobertos pela capa do realismo fotográfico, os “fotojornalistas” do século XIX começavam já a ambicionar substituir-se ao leitor, sob mandato, na leitura

visual do mundo. Para se legitimarem, fizeram despontar uma retórica fotográfica da “objetividade”, obtendo imagens sem censura nem truncagens. Porém, certas vezes, as intenções de fidelidade ao real que esses fotógrafos demonstravam eram atraídoas pelos gravuristas, que acrescentavam pormenores da sua imaginação aos desenhos informativos no momento em que elaboravam ilustrações a partir dos originais fotográficos.

As exigências do público, dos profissionais e dos consumidores levaram, também, a avanços tecnológicos, que permitiram ganhos para o conteúdo das fotografias. As conquistas técnicas permitiram a evolução dos conteúdos fotográficos ao longo de todo o século XIX. Entre essas conquistas avulta a diminuição dos tempos de exposição, ligada à melhoria da qualidade das lentes e à adoção de novos processos, como o do colódio húmido (cerca de 1851).

A técnica do colódio húmido contribuiu para destronar o daguerreótipo (um processo fotográfico que só permitia a obtenção de um positivo). Com o fim do reinado do daguerreótipo e com a disseminação dos processos negativo-positivo, produziram-se mudanças na cultura, nas rotinas e convenções profissionais.

Para o fotojornalismo, a conquista do movimento revelou-se de importância vital, uma vez que permitiu “congelar” a ação, impressioná-la numa imagem quase em tempo real, capturar o imprevisto, chegar ao instantâneo e, com ele, acenar com a ideia de verdade. O mesmo se passou com a melhoria das lentes, que permitiu a fotografia de pessoas sem que estas se apercebessem da presença do fotógrafo, com ganhos para a naturalidade e, assim, também para a verosimilhança.

Em 1871, foi inventado o *halftone*, um processo que permite a impressão de fotografias em conjunto com o texto verbal. A partir desse momento, as fotografias foram roubando às ilustrações o espaço nas revistas e nos jornais. Em 1884, por exemplo, o *Illustrirte Zeitung* (1843-1944), de Leipzig, consubstanciou o espírito renovador do fotojornalismo, ao publicar, recorrendo ao processo do *halftone*, dois instantâneos (fotografias que valem mais por

existirem do que pela qualidade que apresentam) de Ottomar Anschütz sobre as manobras do exército alemão.

Figura 88. Fotografia publicada diretamente na imprensa graças ao recurso ao *halftone*.



Fonte: reprodução do original (*Illustrirte Zeitung*, 15 de março de 1884).

Créditos fotográficos: Otytomar Anschütz.

A 4 de março de 1880, a fotografia chegou à imprensa diária, com a publicação de uma foto de um bairro de lata no diário *The New York Daily Times*, bem a tempo de ser aproveitada pelos jornais populares do final do século XX, que, como vimos, usaram abundantemente a fotografia (em alguns casos truncada) como meio apelativo e como elemento de ancoragem do *design*.

Nas duas últimas décadas do século XIX, surgiram revistas ilustradas só com fotografias em vários pontos do Globo, como a *Illustrated American*, de 1890, em cujo primeiro número se inseriam 75 fotos. Realce ainda que foi Brady (um dos fotojornalistas da Guerra Civil Americana) a ter a ideia inovadora de montar a primeira agência distribuidora de fotos de atualidade, embora se tenha arruinado no empreendimento. A fundação da londrina *Illustrated Journals Photographic Supply Company*, a primeira agência fotográfica “de facto”, em 1894, inaugurou uma era de expansão do fotojornalismo. À *Illustrated Journals*, outras agências se seguiram, como a *Underwood & Underwood* (EUA), em 1896, e a *Montauk Photo Concern* (EUA), estabelecida em 1898, que empregou a primeira fotógrafa americana a fazer nome – Frances Benjamin Johnson. Em 1899, surgiu em Londres a *Illustrated Press Bureau*, que concorreu com a *Illustrated Journals*. Estas agências forneciam fotografias aos jornais e revistas, entregando-as, regra geral, em mão.

A primeira revista a usar a fotomontagem nasceu em França em 1898 – chamava-se *La Vie au Grand Air* (1898-1922) e abordava, essencialmente, temas desportivos. Esta revista inovou, profundamente, no campo gráfico, não apenas por meio do recurso à fotomontagem, como também recorrendo, por exemplo, a planos detalhados sobrepostos a planos gerais e ao rompimento da mancha gráfica habitual. Nesse ano, publicavam-se já, regularmente, doze revistas ilustradas nos EUA, dez no Reino Unido, nove em França, sete na Alemanha e Áustria e uma ou mais noutros países europeus, como Portugal. Tornavam-se conhecidos os rostos das figuras públicas que se tornavam familiares e visualizavam-se instantes dos acontecimentos.

Figura 89. A revista *La Vie au Grand Air* contribuiu para revolucionar o *design* de imprensa ancorado em fotografias.



Fonte: reprodução do original (*La Vie au Grand Air*, 19 de agosto de 1911).

Em Portugal, a divulgação da fotografia, nos seus primeiros tempos, esteve, em grande medida, associada a um pequeno número de pioneiros amadores, entre os quais vários estrangeiros, que realizaram, essencialmente, fotografias documentais e, neste sentido, informativas. O escocês Frederick William Flower, por exemplo, fotografou o Norte, de 1845 a 1859. O Barão de Forrester (Joseph James Forrester) fez imagens do Douro, entre 1854 e 1857. Em 1846, William Barclay publicou, em Paris, *Le Portugal Pittoresque et Architectural Dessinée D'Après Nature*. A obra é composta por cinco litografias, possivelmente realizadas a partir de daguerreótipos – Coimbra, Praça do Pelourinho, em Lisboa, torre de Belém, mosteiro da Batalha e claustro do Convento de Belém, além de cinco imagens de costumes coloridas, estas sem qualquer assinatura. No entanto, foi só no final do século XIX que Portugal teve condições para ver florescer o recurso à fotografia para a cobertura informativa do mundo, nomeadamente para a cobertura da atualidade.

As primeiras experiências com o aproveitamento da fotografia – no caso, especificamente, do daguerreótipo – para a produção de iconografia para os periódicos impressos datam de 1841. Contudo, as imagens fotográficas tinham de ser traduzidas, ou transcritas, para litografias ou xilogravuras antes de poderem ser publicadas, com perda de iconicidade (os xilogravadores, inclusivamente, procuravam “embelezar” as imagens e dar-lhes “vida”, por exemplo, pela introdução ficcionada de figuras humanas na composição). Não existia, à época, um processo que permitisse a publicação direta de fotografias na imprensa. O meio-tom, ou meia-tinta (*halftone*), primeiro processo de fotografação com retícula, por autotopia, a generalizar-se na imprensa, só foi inventado na década de 1870 e só começou a usar-se uma década depois. Uma vez que as fotografias tinham de ser traduzidas em xilogravura ou litografia, até ao final do século XIX a imprensa não extraiu vantagens relevantes do recurso à fotografia, exceto no que respeita à captação da imagem, mais rápida e fiel ao real do que o desenho.

A primeira publicação de um daguerreótipo – ou seja, de uma fotografia – em Portugal, com fins informativos, ocorreu na revista ilustrada enciclopédica *O Panorama*, a 20 de março de 1841. A imagem original, de uma das fachadas do palácio da Ajuda, em Lisboa, foi trasladada para gravura.

Apesar dos problemas e das condicionantes, a execução de iconografia informativa a partir de daguerreótipos permitiu à imprensa portuguesa – nomeadamente às revistas ilustradas – encontrar no documento fotográfico um aliado de peso para o seu desenvolvimento enquanto *meio informativo* e para a sua credibilidade, já que beneficiava do potencial de *verosimilhança* da fotografia.

Nos primeiros tempos, os fotógrafos produziam para o vibrante subsector das revistas ilustradas, principalmente, imagens sobre monumentos e paisagens e, ainda, retratos de personalidades e tipos etnográficos, que, depois, eram transcritas para xilogravuras e litografias.

Fig. 90. Primeiro recurso à fotografia como base para a produção de gravuras informativas em Portugal.



Fonte: *O Panorama*, 20 de março de 1841.

Créditos: Francisco Mocenig (fotografia) e José Maria Baptista Coelho (gravura).

Só no final do século XIX surgiu, em Portugal, uma publicação que se devotou à cobertura gráfica da atualidade, mesmo a implantação de um modelo de noticiário gráfico nessa revista tenha sido gradual. Tratou-se de *O Ocidente*, revista ilustrada surgida em 1877. Foi nela que a atualidade coberta graficamente começou a ser chamada à primeira página. Contudo, nas páginas frontais dominavam os retratos, alguns elaborados a partir de fotografias.

A tradução da fotografia para gravura tornou-se o processo mais comum para providenciar informação visual aos leitores até ao início da última década do século XIX. As revistas ilustradas eram as únicas publicações que, no país, conseguiam satisfazer a ávida curiosidade gráfica dos leitores. Os

jornais diários raramente dispunham dos meios necessários nem investiam significativamente na cobertura visual dos acontecimentos. Talvez o próprio gosto da época privilegiasse a gravura, mais artística, à fotografia, mais mecânica. O processo produtivo era lento e complexo: o fotógrafo fornecia a fotografia; os gravuristas, por vezes em colaboração, executavam a gravura. Por vezes, os gravuristas executavam gravuras a partir do que liam ou de testemunhos orais dos acontecimentos. Daí resultavam imagens ficcionais, que tentavam, paradoxalmente, representar com a verdade possível a realidade a que respeitavam.

No final do século XIX, ainda se continuavam a publicar gravuras em detrimento de fotografias nas revistas ilustradas, mesmo sendo o processo produtivo lento, caro e complicado. No entanto, a fotografia foi encontrando o seu espaço expressivo, primeiro nas revistas especializadas, como a *Arte Fotográfica* (1884-1885), que encartava imagens fotográficas, impressas em fototipia, algumas das quais pertencentes a projetos fotodocumentais, como a do levantamento etnográfico da África Ocidental portuguesa desenvolvido pelo fotodocumentarista Cunha Moraes; outras da autoria dos primeiros fotógrafos profissionais, que, frequentemente, lançavam empresas comerciais de fotografia, sob cuja designação assinavam as fotos. Havia um grande desejo de reconhecimento do trabalho fotográfico – mesmo quando não de um fotógrafo específico – pela introdução da assinatura, tal como faziam os gravadores xilográficos e os litógrafos.

Sendo a fotografia uma linguagem universalmente reconhecível, foram as revistas ilustradas, generalistas as responsáveis pela introdução e consolidação do fotojornalismo em Portugal, sobretudo devido à progressiva implantação e expansão de processos fotomecânicos e fotoquímicos de impressão, como a fotografação, promovida pelo fotógrafo Pires Marinho, a fotografia tramada ou meia-tinta (*halftone*)³⁴ e ainda a zincogravura, introduzida pelo fotógrafo e gráfico Marques de Abreu (1879-1958), a partir

34. Embora introduzido em Portugal cerca de 1885 (cf. Sena, 1998), expandiu-se, somente, uma década mais tarde na imprensa portuguesa.

de 1893. Os novos processos substituíram, gradualmente, a xilogravura, a litografia e as albuminas coladas³⁵.

No país, a reprodução direta de fotografias na imprensa data da última década do século XIX. A *Revista Ilustrada*, em 1890, terá sido a primeira revista a fazê-lo, com a reprodução, por fotografação, de uma fotografia de um quadro.

Graças à impressão direta de fotografias por meio da fotografação, a iconografia na imprensa, primeiro nas revistas ilustradas e, depois, nos jornais diários e semanários, ganhou realismo e verosimilhança. As “reportagens fotográficas” reproduzidas sob a forma de gravuras de madeira perdiam em iconicidade quando comparadas com o realismo verosímil alcançado pelas fotorreportagens reproduzidas com o recurso à fotografação. Mais tarde, a rotografação deu qualidade à impressão em rotativa. O papel das revistas também mudou. A reprodução de fotografias com uma boa qualidade – que as revistas desejavam como fator de notoriedade, distinção e estímulo à compra – não se compadecia com o recurso ao papel de jornal, exigindo papel *couché* ou similar. Isso fez mudar a textura das revistas ilustradas.

Paulatinamente, a fotografia foi-se impondo como meio dileto para a cobertura gráfica da atualidade, apesar de fotografar ser, então, um processo difícil, que exigia treino para manusear os suportes de fixação de imagem, regular o obturador, enquadrar e focar e mesmo revelar, manuseando os diferentes químicos necessários – já que, à época, eram, normalmente, os próprios fotógrafos que revelavam as fotografias. Mas a melhoria na portabilidade das câmaras fotográficas, cada vez menores; a melhoria nas lentes e obturadores, que facultavam a “captura do instante” e não exigiam o recurso ao tripé; e o emprego de materiais mais fotossensíveis, que também contribuíam para que se conseguisse “travar” o movimento, “congelando” o tempo e condensando-o no instante fotográfico, permitiram que os fotógrafos se aventurassem no exterior, cobrindo uma vasta gama de acontecimentos do quotidiano. Em 1898, Joshua Benoliel, o primeiro fotojornalista profissional

35. Processo empregue, por exemplo, nas revistas *O Contemporâneo* (1874-1886), *Mundo Ilustrado* (188_ [ou 1878?]) e *Algarve Ilustrado* (1880-1881).

português, começou a colaborar com a imprensa, cobrindo uma regata para a revista desportiva *Tiro Civil*.

No Brasil, as primeiras reportagens gráficas sobre assuntos da atualidade foram publicadas em revistas literárias, humorísticas e políticas que tiveram grande aceitação entre as elites cultas e urbanas das grandes cidades, nomeadamente do Rio de Janeiro, caso das revistas *Semana Ilustrada* (1860-1875), *Vida Fluminense* (1868-1875), *A Revista Ilustrada* (1876-1898), *Ilustração do Brasil* (1876-1880) e *Ilustração Brasileira* (1876-1878).

A Guerra do Paraguai (1864-1870), que opôs o Brasil, a Argentina e o Uruguai ao Paraguai, foi um dos detonantes do interesse pelas revistas ilustradas e pela fotografia de reportagem na América do Sul (Andrade, 2004). Vários fotógrafos cobriram o conflito, tal como tinha ocorrido com a Guerra da Secessão e com a Guerra da Crimeia. Ao centrarem-se no espaço sul-americano, priorizando um ponto de vista nacional sobre os acontecimentos e problemas da atualidade de então, as revistas ilustradas – principalmente as brasileiras – terão contribuído, possivelmente, para o reforço da matriz identitária dos países onde eram editadas, sendo de realçar o caso do Brasil. A revista *Semana Ilustrada*, do Rio de Janeiro, foi aquela que, no Brasil, mais se distinguiu nesse esforço de cobertura do conflito, tendo, inclusivamente, publicado suplementos ilustrados sobre a conflagração.

No Brasil, um outro acontecimento foi determinante para a adoção da fotografia com valor documental e informativo pela imprensa: a seca e a fome no estado do Ceará, entre 1877 e 1878. Curiosamente, foi o caricaturista português Rafael Bordalo Pinheiro a tomar a decisão de publicar na revista satírica *O Besouro*, que editou, no Rio de Janeiro, duas gravuras elaboradas a partir de fotografias de crianças cearenses malnutridas. As imagens-denúncia foram publicadas no número de 20 de julho de 1878. Devidamente enquadradas pelo desenho da mão de um esqueleto, essas imagens constituem, igualmente, um manifesto visual denunciante.

3.7 Coberturas de guerra em Oitocentos: momentos catalisadores do desenvolvimento do jornalismo

No contexto global do século XIX, o jornalismo de guerra assumiu uma importância fundamental. A cobertura das guerras despiu-as da auréola de epopeia, evidenciou o sofrimento e a dor, provocou consequências políticas e militares e intensificou, em certos momentos, a censura ao jornalismo, mas também suscitou o interesse dos leitores e fez aumentar as vendas.

3.7.1 A Guerra da Crimeia

Até 1854, ano em que começou a Guerra da Crimeia, a cobertura de guerra era amadora. Os jornais mais importantes pagavam aos oficiais estacionados na frente para escreverem sobre as batalhas e os restantes jornais copiavam as notícias dos primeiros. O estilo dos militares nem sempre era adequado, as informações nem sempre eram as mais relevantes e interessantes e as notícias chegavam, normalmente, com atraso à sede dos jornais. Além disso, normalmente cada oficial procurava engrandecer os seus feitos e o seu papel nos acontecimentos. Os jornais, cada vez mais profissionalizados, compreenderam que a cobertura de guerra tinha de mudar.

Assim, quando o conflito da Crimeia começou, opondo a França, a Inglaterra e a Turquia à Rússia, com os três primeiros países a tentarem contrariar as intenções expansionistas russas, o *Times*, à época o mais poderoso jornal inglês, enviou para a frente de batalha o repórter irlandês William Howard Russell (1827-1907).

Russell não foi o primeiro jornalista de guerra. Um ano antes, o *Daily News* tinha enviado para a frente de batalha o jovem jornalista Edwin Lawrence Godkin³⁶ (1831-1902), mas as suas reportagens nunca tiveram o destaque nem o impacto das de Russell (que eram mais dramáticas), embora, genericamente, abordassem os mesmos temas.

36. Fundaria, mais tarde, nos Estados Unidos, a revista *The Nation* (1865-...) e foi editor chefe do *New York Evening Post*, de 1883 a 1899.

Figura 91. William Howard Russell (1827-1907), o mais conhecido dos repórteres de guerra do século XIX.



Créditos fotográficos: Roger Fenton.

Pelas reportagens de Russell, Godkin e, mais tarde, de Thomas Chenery (1826-1884), também do *Times*, publicadas sempre apenas alguns dias após os acontecimentos que narravam (o que para a época era uma novidade), os britânicos ficaram a conhecer, com verdade, a cadavérica face da guer-

ra. Russell relatou ao povo britânico, pelo *Times*, as péssimas condições em que as tropas inglesas se encontravam, o seu deficiente equipamento, a má organização e, sobretudo, os horrores das batalhas e o sofrimento dos feridos, que, muitas vezes, morriam por falta de assistência. Na batalha de Balaclava, Russell narrou a célebre e heroica, mas inconsciente, carga da brigada ligeira inglesa contra os canhões russos, que provocou a morte de 400 soldados britânicos. Ao mesmo tempo, cartas de oficiais enviadas para as suas famílias e publicadas no *Times* corroboravam a versão de Russell. Um segundo correspondente do *Times*, Chenery, enviado para Istambul, narrou aos britânicos as deploráveis condições hospitalares com que, na retaguarda, se debatiam os soldados feridos (motivando Florence Nightingale a organizar o primeiro corpo de enfermeiras do mundo para dar assistência a estes militares). Em consequência, as reportagens de Russell suscitaram críticas do Governo britânico, mas este, em vez de procurar resolver a situação, encarniçou-se contra o *Times*, até ser derrubado no Parlamento, em 1855. O novo Governo, para melhorar a imagem do Exército e das autoridades, enviou, por seu turno, o fotógrafo Roger Fenton para a Crimeia, com a missão de realizar fotografias de guerra assépticas, sem vislumbre de sofrimento, desorganização ou mortos. Os fotógrafos James Robertson e Charles Langlois, que também se contam entre os pioneiros da reportagem fotográfica de guerra, enveredaram pelo mesmo tipo de cobertura fotográfica do conflito da Crimeia. Mas passados alguns anos, também fotojornalisticamente a guerra se iria despir da sua auréola de epopeia.

Com as reportagens de Russell, pela primeira vez surgiram dificuldades em assinalar os limites entre o direito dos governantes em manterem secretas as suas atuações, para não prejudicar as manobras militares, e o dos cidadãos a serem pontualmente informados sobre os acontecimentos na frente de batalha. As autoridades não tinham previsto o impacto que informações diretas do cenário de guerra – escritos por um jornalista especializado – podiam causar na população civil. Quando se deram conta do seu erro, era tarde para o retificar.

O mais extraordinário do trabalho de Russell foi a sua capacidade para mobilizar a opinião pública inglesa para exigir, inclusivamente, a demissão dos responsáveis militares (...) e governamentais (...) e conseguir ambas as coisas. Os militares aprenderam a lição. Daí em diante, todos os jornalistas teriam, obrigatoriamente, que ficar debaixo das suas ordens. (Schulze Schnider, 1999, p. 145)

A cobertura da Guerra da Crimeia foi apenas um indício das complicadas relações entre jornalistas, militares e políticos durante conflitos bélicos. Outras guerras importantes do século XIX reforçaram a ideia de que essas relações são difíceis e problemáticas.

3.7.2 A Guerra da Secessão Americana

Quando comparada com a cobertura da Guerra da Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), a cobertura da Guerra da Crimeia parece um mero ensaio.

A Guerra Civil Americana foi o primeiro conflito a ser massivamente coberto por dezenas de jornalistas, alguns dos quais estrangeiros, devido ao interesse que o confronto gerou na Europa, em particular em Inglaterra, muito ligada às suas ex-colónias norte-americanas. William Russell, por exemplo, foi enviado pelo *Times* para os Estados Unidos, mas o seu relato fiel da batalha de Bull Run, ganha pelas tropas confederadas, mas reportada como um triunfo das tropas da União pelos jornais do Norte, valeu-lhe a ira da população. Russell teve de refugiar-se na Embaixada Britânica, em Washington, para escapar da “justiça popular”. O jornalista gerou também a animosidade dos congressistas americanos, pois narrou como muitos deles tinham ido para o terreno de batalha, acompanhados das suas famílias, para “assistirem ao espetáculo” de longe, mas tiveram de fugir, acobardados, perante a investida das forças confederadas. Russell acabou mesmo por ter de regressar ao seu país, por lhe ter sido repetidamente recusada a partida para a frente.

O *Times*, cujo proprietário apoiava a Confederação, enviou, seguidamente, os repórteres Charles MacKay e Francis Lawley, respetivamente, para o

Norte e para o Sul, mas os textos inexatos destes jornalistas engrandeciam a Confederação contra a União. O *Times* chegou mesmo a colocar uma faixa negra de luto na sua primeira página quando Nova Orleans foi perdida pela Confederação. Quando a guerra acabou, com a vitória do Norte unionista, era tarde para o *Times* se arrepender do seu erro de orientação discursiva a favor dos confederados. O diário londrino ficou mal visto nos Estados Unidos e foi acusado de enviesamento discursivo a favor da Confederação.

Quando o conflito Norte-Sul começou, por causa da questão da abolição da escravatura e de interesses políticos, económicos, entre outros, a imprensa americana do Norte revelava já um invejável dinamismo, graças à força da economia e à liberdade de imprensa. No Sul, existiam somente alguns diários noticiosos. Muitos jornais sulistas seguiam ainda o modelo da *party press*, mas, no Norte, os jornais nova-iorquinos (o *Herald*, de James Gordon Benett; o *Tribune*, de Horace Greeley; o *Sun*, de Benjamin Day; e o *Times*, de Henry Raymond), por exemplo, tinham já tiragens de milhares de exemplares, um perfil noticioso popular (integrando páginas editoriais para a opinião) e uma atitude empresarial. Posições pró e contra a abolição da escravatura, pró e contra a possibilidade de Secessão, pró e contra Lincoln, pró e contra a guerra digladiavam-se, por isso, nas páginas dos jornais, em particular dos jornais do Norte, embora, às vezes, essa opção editorial representasse um perigo para esses periódicos, que tiveram de se defrontar com manifestantes que protestavam contra as posições que veiculavam.

Nas vésperas do conflito, a principal agência de notícias, a New York Associated Press (AP), estava, igualmente, sedeadada no Norte, em Nova Iorque. Por isso, quando se proclamou a Confederação, os editores de jornais do Sul fundaram a agência Press Association (PA), que contribuiu para a modernização de muitos dos jornais sulistas, ao dar-lhes a possibilidade de reorientarem a sua linha editorial, tornando-se, crescentemente, noticiosos. As notícias sobre a frente de batalha, por seu turno, contribuíram, também no Sul, para um aumento das tiragens, reflexo do aumento do interesse dos leitores.

O conflito Norte-Sul foi, também, o conflito do telégrafo, que se tornou, apesar da censura sobre os telegramas, no principal dispositivo para o envio de notícias desde a frente de batalha para as sedes dos jornais. A aposta no telégrafo aumentou a velocidade a que se sabiam as notícias. Durante a guerra da Crimeia, por exemplo, os despachos eram remetidos, essencialmente, por correio e mensageiros especiais, o que tornava lenta a difusão de nova informação pela imprensa. Aliás, durante a Guerra da Secessão, os correios, também subordinados à censura, funcionavam mal, e muitas cartas enviadas da frente chegavam muito atrasadas ou nem sequer chegavam ao destino (Schneider, 1999, p. 148).

A intensa utilização do telégrafo, em especial pelos jornalistas das agências noticiosas, terá tido a sua quota-parte de responsabilidade na sedimentação da técnica de redação de notícias vulgarmente conhecida por “pirâmide invertida” (Schneider, 1999, p. 148), que preconiza que a informação mais importante surge no primeiro parágrafo (*lead*), sendo disposta nos parágrafos seguintes a restante informação, da segunda mais importante para a menos importante. Isso aconteceu porque o envio de informações pelo telégrafo era caro e nem sempre fiável (as ligações podiam cair de um momento para o outro), pelo que os jornalistas se habituaram, nos seus textos, a serem factuais (mesmo quando inventavam factos, o que também acontecia) e a disporem a informação no sentido da mais importante para a menos importante, para garantirem que à sede chegaria sempre a informação mais importante. A técnica da redação de notícias conhecida por “pirâmide invertida” e a rápida transformação de acontecimentos em notícias para envio por telégrafo converter-se-ão em duas das competências profissionais específicas dos jornalistas, dois dos saberes que alicerçam, ainda hoje, o campo profissional dos jornalistas e que, historicamente, permitiram a autonomização da profissão.

Se no Norte a imprensa enfrentou a censura, no Sul os jornais acomodaram-se bastante mais às circunstâncias do conflito, tendo, muitas vezes, feito eco da propaganda oficial antiderrotista (Knightley, 1975, p. 25). No entanto, segundo Knightley (1975, pp. 24-25), quer no Norte, quer no Sul,

consumiu-se informação pouco rigorosa ou mesmo falsa, por vezes mesclada com discursos patrióticos inflamados, inclusivamente porque muitos dos novos jornalistas careciam de formação adequada. Todavia, entre eles também existiram jornalistas excepcionais, capazes de relatarem com exatidão e honestidade aquilo que presenciavam e de se indignarem com os crimes de guerra (os saques, as violações, os assassinios), as condições de vida dos soldados e a desorganização dos exércitos, mesmo quando em causa estava o “seu lado”.

O recurso frequente às entrevistas e às ilustrações executadas a partir de fotografias foram duas das inovações que a cobertura da Guerra da Secessão trouxe ao jornalismo. A revista ilustrada *Harper's Weekly* (1857-1916), de Frank Leslie, por exemplo, chegou a ter mais de cem mil assinantes (Schneider, 1999, p. 149).

3.7.3 A Guerra Franco-Prussiana

Um terceiro conflito merece destaque para relembrar as conexões estabelecidas entre o jornalismo e a guerra. Trata-se da Guerra Franco-Prussiana, de 1870, que terminaria com a derrota francesa, a rendição de Napoleão III, o fim do Segundo Império Francês e a consequente proclamação da República Francesa.

O prestígio da França tinha sido seriamente abalado com a mal sucedida aventura de Maximiliano no México. Por outro lado, a Prússia, depois da vitória sobre o Império Austro-Húngaro, em 1866, queria ampliar a Confederação da Alemanha do Norte para Sul, para concluir a unidade germânica, contra os interesses franceses. Por isso, quando, em França, se soube, pelos jornais, que havia um candidato prussiano (Leopoldo Hohenzollern-Sigmaringen, familiar do rei da Prússia) ao trono vago de Espanha, o que colocava em causa a influência francesa sobre o seu vizinho ibérico, houve profundas manifestações de descontentamento. A imprensa francesa refletiu exacerbadamente esse estado de coisas, apelando à honra nacional. As circunstâncias obrigaram Napoleão III a exigir, insistentemen-

te, uma reparação, não lhe bastando a abdicação do interesse prussiano no trono espanhol.

Efetivamente, o ministro do Exterior francês tinha incumbido o seu embaixador em Berlim de obrigar Leopoldo a abdicar do seu interesse no trono espanhol. Leopoldo renunciou, aconselhado pelo rei da Prússia, que queria evitar um confronto com a França. Porém, o embaixador francês exigiu, afrontosamente, a renúncia definitiva do príncipe Leopoldo, numa entrevista com o monarca prussiano. O rei prussiano enviou, então, para o seu chanceler, Bismark, um telegrama em que lhe narrava detalhadamente os factos e a afrontosa conduta francesa. Autorizado pelo rei, Bismark, que conhecia o estado de prontidão das forças prussianas, divulgou o telegrama à imprensa internacional, tendo-lhe mesmo acrescentado alguns pormenores que dramatizavam a ultrajante atitude francesa. Por isso, no dia seguinte os franceses foram surpreendidos pela recusa alemã em satisfazer as suas reivindicações, propagandeada pela imprensa internacional, o que provocou a ira de grande parte da população. *Le Figaro* pediu a imediata declaração de guerra à Alemanha, no que foi acompanhado pelos outros diários. A 19 de julho de 1870, a França declarou guerra à Alemanha. Nesse mesmo dia, *Le Figaro* abriu uma subscrição pública para dar um charuto e um conhaque a cada soldado francês. Mas a imprensa internacional condenou a França, que declarara guerra à Prússia por uma mera questão de etiqueta.

Os franceses apenas autorizaram jornalistas franceses na frente de batalha, mas os prussianos receberam bem os correspondentes ingleses enviados para cobrir a guerra, entre os quais o experiente William Russell, do *Times*, e jornalistas do *Morning Adviser*, do *Daily Telegraph*, do *London Daily News* do *Manchester Guardian* e de vários outros jornais. Também o *New York Tribune* enviou um correspondente para a frente de batalha, George W. Smalley. Russell, habituado a escrever cuidadosamente e com recorte literário as suas reportagens, que, posteriormente, enviava por correio, foi completamente superado pelos seus competidores, que recorriam ao telégrafo para enviarem, de imediato, para as redações, um resumo do que acontecia de importante. Só depois mandavam a reportagem completa por correio. Por

isso, os textos de Russell eram publicados muito tempo depois de se saber o que tinha acontecido.

Os franceses, cuja imprensa, além de censurada, foi propagandista, foram completamente enganados pelas notícias falsas que, diariamente, eram publicadas pelos jornais. O exército francês ia de derrota em derrota até à capitulação de Napoleão III após a batalha de Sedan, a 1 de setembro, mas, mesmo assim, no dia 2 de setembro de 1870, os jornais franceses, com *Le Figaro* à cabeça, e já com as tropas alemãs a caminho de Paris, noticiavam os triunfos franceses. Só no dia 3 começaram a correr rumores do desastre. No dia 4, a República foi proclamada e, com Paris e outras cidades cercadas, a França organizou a resistência. De salientar, neste pormenor, o engenho do jornalista inglês G. T. Robinson, do *Manchester Guardian*, que, em Metz, para fazer sair as suas reportagens da cidade, assediada pelas tropas alemãs, promoveu o uso de balões, opção seguida, posteriormente, pelos militares, para reconhecimento aéreo, e pelo próprio Governo francês, para enviar correspondência (para o que foram também empregues pombos-correio e mensagens microfilmadas) e mesmo para transportar chefes militares e governantes por cima das linhas inimigas.

Entre setembro de 1870 e janeiro de 1871, mês em que Paris se rendeu, surgiram na capital francesa 49 publicações patrióticas (Schneider, 1999, p. 149), que, mais do que notícias, publicavam rumores e textos panfletários.

3.7.4 Guerra Hispano-Americana

Um quarto conflito ocorrido no século XIX merece destaque numa história do jornalismo, por causa do papel que nele teve a segunda geração da imprensa popular norte-americana: a guerra Hispano-Americana, de 1898.

Ao longo da última metade do século XIX, foram várias as revoltas dos cubanos contra Espanha. Em 1896, foi lançada uma nova investida independentista, aos gritos de “viva Cuba libre!”. As autoridades coloniais espanholas responderam com repressão e aprisionaram muitos independentistas.

A imprensa sensacionalista norte-americana, com o *World* e o *Journal* à cabeça, podia, assim, fazendo eco das posições rebeldes, lembrar, diariamente, aos seus leitores a alegada perfídia de Espanha face a Cuba e aos cubanos, num misto de verdade e falsidade. Sucediãem-se os relatos verídicos e inverídicos de milhares de mortos, mulheres violadas e americanos molestados em Cuba. O general espanhol Valeriano Weyler y Nicolau era diariamente apresentado pelos jornais sensacionalistas norte-americanos como “O Carniceiro”. Para aumentar o fluxo de informação entre Cuba e os Estados Unidos, os principais jornais norte-americanos enviaram vários redatores e fotógrafos para a ilha. Quando as autoridades espanholas recambiaram alguns de volta aos Estados Unidos, o clamor da imprensa sensacionalista aumentou, tendo as autoridades coloniais sido acusadas de quererem abafar os crimes que cometiam em Cuba.

Em 1897, quando uma jovem rebelde cubana, Evangelina Cisneros, sobrinha do líder independentista José Martí, atraiu um oficial espanhol para sua casa para o matar, tendo, depois, sido presa, o *Journal*, de Hearst, deu um novo enquadramento à ocorrência, tendo transformado a jovem rebelde numa inocente heroína que apenas zelava pela sua honra face a um violador fardado. O jornal, inclusivamente, lançou uma campanha para que as mulheres estadunidenses pedissem à rainha de Espanha a libertação da rebelde. Além disso, Hearst conseguiu organizar, com a colaboração do seu correspondente em Cuba, Karl Decker, uma rocambolesca fuga da jovem da prisão, vestida de homem, para depois a passear em Nova Iorque, fazendo notícia disso, com ganhos para as vendas do seu jornal. O princípio “Eu faço as notícias”, de Hearst, entendia-se, assim, em toda a sua dimensão.

No final de 1897, os rebeldes cubanos passaram para a imprensa sensacionalista norte-americana uma carta do embaixador espanhol em que este classificava o Presidente McKinley, dos Estados Unidos, como um demagogo débil, o que fez recrudescer o tom antiespanhol na imprensa norte-americana. Em janeiro de 1898, a intensificação das revoltas em Cuba levou os Estados Unidos a enviarem para Havana o couraçado Maine, para, oficialmente, proteger as vidas e as propriedades dos cidadãos norte-

-americanos que viviam na ilha. Mas a 15 de fevereiro, por causas nunca explicadas, uma explosão a bordo provocou o afundamento do navio e a morte de 266 marinheiros americanos. O *Journal*, de William Randolph Hearst, publicou, então, um anúncio de uma recompensa de cinquenta mil dólares para quem indicasse os autores do atentado e a 17 de fevereiro já titulava na “um” que o afundamento do Maine tinha sido obra “do inimigo”, inserindo uma fotografia truncada em que uma mina se vê próximo do casco do Maine. Os restantes jornais sensacionalistas alinharam pelo mesmo diapasão, contrastando com a serenidade dos jornais “de qualidade”, que, muitas vezes, criticavam o comportamento dos seus parceiros sensacionalistas (Bermeosolo, 1962, p. 46). Todavia, a imprensa sensacionalista mais não fazia do que corresponder aos interesses estratégicos e económicos dos Estados Unidos, que queriam estabelecer uma forte zona de influência na América Central e na América do Sul.

Curiosamente, no início da guerra a imprensa espanhola respondeu no mesmo tom patrioteiro à investida propagandística da imprensa sensacionalista norte-americana (Schneider, 1999, p. 148), desvalorizando o poderio militar norte-americano e fazendo notar, aliás, que a perda de Cuba por Espanha significaria apenas a sua queda “nas garras dos ianques”, como comentava, em editorial, *EL Defensor de Granada* de 3 de março de 1896 (*cit. in* Schneider, 1999, p. 148).

A declaração de guerra dos Estados Unidos a Espanha foi aprovada, em abril de 1898, pelo Congresso Americano, pelo que, de imediato, toda a imprensa, tivesse ou não defendido a medida, se preparou para a cobertura do conflito. Quinhentos jornalistas, fotógrafos e desenhadores (ilustradores) juntaram-se na Flórida para seguirem, em toda a espécie de barcos, as tropas norte-americanas que atuaram em Cuba, em Porto Rico e nas Filipinas. Schneider (1999, p. 163) diz, inclusivamente, que muitos dos jornalistas participaram nas batalhas como combatentes. O contingente do *Journal*, integrando mais de vinte pessoas, foi chefiado pelo próprio Hearst. No entanto, após a vitória naval norte-americana em Santiago de Cuba, a 25 de julho, o interesse dos jornais americanos na guerra diminuiu, pelo que somente nove jorna-

listas cobriram o conflito até ao final (Schneider, 1999, p. 163). A cobertura, aliás, foi censurada pelos militares e autoridades de ambos os lados. Porém, quando o conflito terminou, em dezembro de 1898, com a completa vitória norte-americana e com a perda de Cuba, das Filipinas e de Porto Rico por Espanha, o impacto dos acontecimentos gerou uma enorme crise no país ibérico. Essa crise talvez não tivesse sido tão grave se o Governo espanhol, em vez de ter criado um manto de silêncio com a censura, tivesse procurado, desde o início, explicar os acontecimentos do ultramar aos espanhóis, o que poderia ter feito recorrendo à imprensa de Espanha.

3.8 O jornalismo no século XX

3.8.1 Um século de mudanças

O século XX foi, até hoje, o século mais vertiginoso que a humanidade viveu. Foi um século historiograficamente curto, pois as grandes transformações ocorreram entre 1914 (primeiro conflito mundial) e 1989 (queda do Muro de Berlim), mas foi também um século historiograficamente rico, tais as mudanças que a humanidade atravessou, entre elas:

1. Aceleração (desigual) do desenvolvimento e do progresso científico e tecnológico

O século XX foi o século em que a humanidade mais progrediu. A ciência, a tecnologia e as condições de vida tiveram avanços notáveis. Esse progresso foi sustentado pela generalização da educação, pela democratização das possibilidades de acesso ao conhecimento e de desenvolvimento de competências, pelos investimentos dos estados e das empresas na investigação científica e tecnológica e na inovação, por motivos tão diversos como a defesa militar, a melhoria das condições de vida, o controlo do meio ou, simplesmente, a busca do lucro. Porém, o desenvolvimento foi desigual para a humanidade. Largas franjas da população mundial continuam sem acesso generalizado aos recursos básicos, à educação, à ciência e à tecnologia.

O século XXI está, porém, a ver surgir novas potências, designadamente a Índia e a China. A ascensão destas novas potências cria dificuldades ao

modelo de desenvolvimento e proteção social do Ocidente, em particular da Europa, já desafiado pelo envelhecimento acelerado da população e pelo déficit geracional.

2. Ascensão e queda de regimes totalitários

O século XX viu ascender o nazismo, o fascismo e o comunismo, viu formar-se regimes autoritários um pouco por todo o mundo, assistiu a guerras motivadas pelo fanatismo ideológico, conviveu com um mundo bipolar assente no confronto entre duas superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética, e na ameaça nuclear (que ainda hoje subsiste). Mas assistiu, também, à democratização liberal do mundo, primeiro com a queda do fascismo e do nazismo e, depois, com o colapso do império soviético e dos regimes autoritários da América Central e do Sul.

Contudo, os regimes autoritários não se extinguiram. Alguns são alimentados pelo nacionalismo, por vezes imperialista, ou por outras ideologias. Outros têm uma base religiosa.

3. Guerras (mundiais) e aparecimento do terrorismo

Dois guerras mundiais foram o preço que a humanidade pagou pelas aventuras nacionalistas-expansionistas da primeira metade do século XX, a primeira entre 1914 e 1918 e a segunda entre 1939 e 1945. Para além disso, durante as décadas da bipolaridade (1950-1989), o confronto entre a União Soviética e os Estados Unidos desenrolou-se em países terceiros, muitas vezes por via das armas.

O terrorismo, por motivos ideológicos, religiosos, de “libertação nacional” ou outros, foi uma nova ameaça que o século XX deu à humanidade.

O século XX assistiu, ainda, à potenciação da destruição provocada pelos conflitos, devido ao poder destrutivo do armamento empregue. Mas a mediatização das guerras trouxe algo de novo. Os meios de comunicação colocam diariamente a humanidade perante as conflagrações bélicas, embora com poucos efeitos ao nível da promoção da paz. Entre muitos outros

conflitos, o mundo acompanhou a fundação de Israel e as guerras israelo-árabes, a guerra da Coreia, a guerra do Vietname, a guerra das Malvinas, as guerras do Golfo, a guerra civil na Jugoslávia, a intervenção da NATO na Sérvia e na Macedónia, a intervenção humanitária na Somália, as invasões de Granada, do Panamá e do Iraque e conflitos menos mediatizados, mas com grandes custos humanos, como a guerra do Biafra, a guerra e matança civil no Ruanda e no Burundi, a luta pela independência da Eritreia, a guerra civil no Sudão e a desgraça do Darfur, as guerras civis de Angola e Moçambique e a luta de Timor-Leste pela libertação, bem como, mais recentemente, já no século XXI, a guerra na Ucrânia e a destruição de Gaza.

4. Multipolaridade

No início do século XX, várias potências disputavam o poder no mundo. Entre 1950 e 1989, o jogo de poderes desenrolou-se, essencialmente, entre os Estados e a União Soviética e respetivos países aliados. Os Estados Unidos emergiram vitoriosos do confronto, como a única superpotência sobrance (para alguns, mesmo uma hiperpotência). Porém, o final do século XX viu emergir novos focos de poder, como a China e a Índia, cujo crescimento económico é grande, embora à custa do ambiente e do agravamento das desigualdades sociais, e a União Europeia (a Europa conseguiu pela via económica a unidade política que algumas aventuras militares expansionistas, como a napoleónica, tinham em mente). Assim, no final do século XX o mundo era novamente multipolar e essa multipolaridade acentuou-se no início do século XXI, pese embora o predomínio relativo dos Estados Unidos entre as potências mundiais. Ganhou relevância a rivalidade entre a China e as potências ocidentais. Nesse quadro, parecem emergir novos blocos de alianças – um entre as democracias ocidentais, liderado pelos Estados Unidos; e outro entre diversos regimes autoritários – casos da Rússia, Irão, China e Coreia do Norte. Outra potência emergente, a Índia, vai seguindo a sua própria via.

5. Agravamento dos problemas ecológicos e da crise climática

Apesar da crescente consciencialização da humanidade, por via da educação e dos media, os problemas ecológicos agravaram-se, quer nos países onde os

governos conseguem furtar-se ao controle cívico e democrático das populações, como a China, quer nos países que colocam o crescimento económico à frente de tudo, como os “Tigres Asiáticos”, quer mesmo em países democráticos como os Estados Unidos (que não assinaram o Protocolo de Quioto) ou Portugal, onde os governantes são diariamente estrangidos por interesses económicos e pela falta de coragem em tomar medidas suscetíveis de fazerem-nos perder votos. Entraram, assim, no léxico da humanidade termos como “alterações climáticas/crise climática”, “desequilíbrio ecológico”, “redução da biodiversidade”, entre muitos outros, que correspondem a outros tantos graves problemas que a humanidade e o mundo enfrentam. O derretimento dos gelos polares e a intensificação de fenómenos meteorológicos extremos, como furacões, seca, inundações, “*El Niño*” e “*La Niña*”, são apenas alguns dos factos que documentam o agravamento dos problemas ecológicos. Mas as questões da sustentabilidade também entraram na ordem do dia, pese embora a propensão de estados e grandes empresas para promoverem estratégias de *greenwashing*.

6. *Colonização e descolonização*

Se no início do século as potências ocidentais alimentaram a sua aventura colonial, a partir do final da Segunda Guerra Mundial assistiu-se à descolonização generalizada, quer por força do clima político e social, quer por força das lutas de libertação (por meios pacíficos, como sucedeu na Índia, ou por meios bélicos, como aconteceu no Vietname, antiga Indochina francesa, ou nas antigas colónias portuguesas).

Muitas ex-colónias padecem, ainda hoje, de graves problemas de desenvolvimento.

7. *Globalização*

O mundo assistiu, no século XX, a uma imparável globalização a vários níveis, sustentada pela internacionalização da economia e das empresas (havendo hoje empresas mundiais com um volume de negócios anual superior ao PIB de vários países), pelos meios e vias de comunicação e pelas organi-

zações internacionais. A globalização levanta problemas e oportunidades. A globalização económica pode ser uma garantia de paz e de prosperidade geral, até porque, sem entraves ao comércio mundial, os países menos desenvolvidos ganham condições para competir com os mais desenvolvidos, colocando no mercado mundial bens e serviços a preço mais baixo do que o praticado pelos produtores dos países mais desenvolvidos (basta lembrar o drama europeu face à concorrência da China). Mas também pode ser uma ameaça, pois há empresas multinacionais que, furtando-se ao controlo político e cívico, detêm hoje muito mais poder na cena internacional do que pequenos países como Portugal.

A globalização cultural, sustentada pelos meios de comunicação, pelo turismo e por vários fenómenos de mobilidade, pode ser uma oportunidade, pois possibilita às pessoas tomarem contacto com matrizes culturais distintas. Mas a globalização cultural, cuja matriz fundamental é ocidental, também pode ser uma ameaça se vier a representar um empobrecimento cultural generalizado da humanidade. Todavia, há fenómenos de defesa das culturas locais e até de projeção dessas culturas no mundo global (*glocalidade*), graças, mais uma vez, aos meios de comunicação – incluindo a Web e as redes sociais – e à globalização. Além disso, os meios e os conteúdos, por muito fortes e penetrantes que sejam, não são onnipotentes nem omnipresentes. O cinema norte-americano, por exemplo, não tem na Índia e na China o sucesso que tem em várias outras partes do mundo, pois estes países têm uma tradição cinematográfica própria, produzindo filmes de grande êxito local (e em alguns casos mundial), mais ajustados às expectativas e motivações dos seus públicos nacionais.

8. Mediatização eletrónica e digitalização

Ao longo do século XX, as sociedades humanas foram moldadas pela mediatização eletrónica, a que se acrescentou, no final do século, o digital.

Os meios eletrónicos de comunicação, nomeadamente a rádio e a televisão, foram, gradualmente, aumentando o seu alcance até chegarem, nos dias de hoje, ao mundo inteiro, devido aos satélites e cabos e, mais recentemente,

à Web. Tiveram e têm um enorme impacto na política, na economia, nos assuntos militares, na sociedade e na cultura. Sofreram uma evolução similar à imprensa, tornando-se, crescentemente, diversificados e segmentados. Hoje, confluem para os *smartphones*, autênticas plataformas pessoais, digitais, interativas e hipermédia de comunicação e acesso à Web.

Foi o desenvolvimento das telecomunicações e da informática que gerou a Internet, que suporta a Web. A Web é o paradigma da comunicação digital. Trouxe novas formas de consumo informativo. E também desviou dos meios jornalísticos o investimento publicitário que era a sua principal fonte de receitas. Consequentemente, a Web trouxe, também, novos desafios ao jornalismo e uma crise detonada, em primeiro lugar, pela crise do modelo de negócio jornalístico.

3.8.2 A deriva nacionalista do discurso da imprensa na alvorada do século XX

Quando o mundo entrou no século XX, a imprensa vivia tempos dourados. Em 1910, os Estados Unidos tinham 2340 diários (Albert, Terrou, 1970, p. 56). A sua tiragem combinada ultrapassava 24 milhões de exemplares por dia, fazendo pressupor que eram lidos por cerca de cem milhões de pessoas. A imprensa era uma força poderosa na democracia americana.

Também a imprensa europeia vivia dias gloriosos nas tiragens e circulação. Mas o seu segmento popular radicalizou o discurso. Uma imprensa favorecedora da integração nacional e que tinha a nação como referência deu, progressivamente, lugar a uma imprensa popular emotiva e nacionalista, por vezes chauvinista e imperialista, colonialista, de verbo fácil e superficial. Explica, certamente, Gloria García González (1999, pp. 74-75):

Um dos maiores desafios que enfrentam os partidos tradicionais durante o primeiro estágio de desenvolvimento da política de massas é a sustentação do Estado nacional que, junto à necessidade de legitimar a nova política colonial, os levará a construir um discurso nacionalista,

interclassista por definição, capaz de tocar em todos os estratos sociais, ao sobrepor-se, inclusivamente, a outros elementos pré-existentes de identidade política, como a proletária.

A diferença entre esse nacionalismo e o já conhecido nacionalismo revolucionário de meados do século é que aquele que se conhece a partir dos anos setenta [do século XIX] e que prevalece no discurso político até à I Guerra Mundial é um nacionalismo de Estado capaz de arrastar não só o apoio das massas à ideia de *comunidade nacional* (...), mas também, igualmente, a adesão popular ao aparelho institucional de onde o nacionalismo se difunde. (...) O nacionalismo de final de século deixa de associar-se ao ativismo liberal para manifestar-se como um movimento chauvinista, imperialista e xenófobo (...) que de forma imparável irá ganhando terreno à medida que se alarga a extensão do sufrágio nos países ocidentais.

É de registar, ademais, que a emoção discursiva protagonizada pela imprensa popular, num clima político propício, animado pelas classes médias urbanas, propiciava lucros. A Europa preparava-se para o exacerbamento dos nacionalismos que haveriam de dar origem às duas guerras mundiais que ensanguentaram o mundo e, em particular, o Velho Continente no século XX.

Os jornais do princípio do século XX simultaneamente refletiram e alimentaram a euforia nacionalista, com reflexos ao nível político. Por exemplo, o jornal inglês *Pall Mall Gazette*, em 1907, instigou, repetidamente, o Governo Britânico a construir dois navios de guerra por cada navio construído pela Alemanha. Essa posição do periódico gerou uma corrente de opinião que levou o próprio Governo a mostrar-se partidário dessa política. Do mesmo modo, o jornal português *Diário de Notícias*, independente e genericamente noticioso, também procurava influenciar as políticas governamentais, arvorando-se em “voz dos governados”, quando, por exemplo, propunha, a 11 de janeiro de 1904, o investimento na marinha de guerra e a reforma do Arsenal:

Na última crónica (...) apelámos para o discurso da Coroa, pois talvez ele nos desse algumas esperanças de regeneração da marinha de guerra (...). [Mas] Da marinha de guerra o que promete não nos anima, com pesar o dizemos.

A reforma do Arsenal é, sem dúvida, necessária, pois que, nos tempos modernos, ainda mais do que nos antigos tempos, é impossível haver esquadras sem haver onde elas se façam e refaçam (...). Conservando-se o Arsenal onde está, nunca ele poderá desenvolver-se como deve e como convém a um Arsenal marítimo moderno (...). Não podemos, nem devemos, ficar sempre à mercê do estrangeiro para as grandes obras.

(...)

Se nos é lícito, lembraremos que a nossa divisão de reserva deveria sair em abril ou maio, ir até ao Mediterrâneo, ou aos portos de Inglaterra, de França e da Alemanha, com o fim de dar ensejo aos oficiais de se ilustrarem pela vista e pelo estudo das marinhas e arsenais estrangeiros.

Não se oponha a ideia de que os navios são pequenos para se apresentarem ante os grandes couraçados daquelas nações. Mostrem-se os nossos navios condignamente, mostrem-se as suas guarnições bem disciplinadas e irrepreensíveis no seu porte, que para o caso é secundário tudo o mais.

A política fugia, assim, ao espaço racional das instituições políticas criadas pelos estados liberais, em especial do Parlamento, para radicar no populismo nacionalista e demagógico que tomava conta da imprensa, transfigurada em novo espaço público.

Assim, ao mesmo tempo que a “nação” se convertia em objeto discursivo, a integração de mais cidadãos, menos cultos, no espaço público e, portanto, nas discussões políticas, devido à força da imprensa, foi prejudicando a coerência do discurso político (Habermas, 1984). A crescente orientação lucrativa da imprensa (e, posteriormente, dos outros *mass media*) foi outro fator que, segundo Habermas (1984), prejudicou o nível e a racionalidade do debate político.

Por seu lado, os estados tornaram-se crescentemente intervencionistas, com o objetivo de atenuar ou eliminar os problemas económicos, políticos e sociais que enfrentavam. Organizações, partidos e grupos de interesse tornaram-se parceiros e instituições dos estados, mas, ao mesmo tempo, para prosseguirem os seus objetivos, transformaram a comunicação pública em relações públicas, publicidade e entretenimento (Santos, 1998, p. 12). Esses factos não só esbateram as fronteiras entre público e privado como também promoveram a desagregação, desintegração e feudalização do espaço público (Santos, 1998, p. 12). A capacidade escrutinadora e crítica do público interessado na governação, um dos pilares em que assenta a democracia, diminuiu, com prejuízo do próprio sistema democrático³⁷.

No início do século XX, a radicalização nacionalista do discurso jornalístico tornou a imprensa popular “na grande fustigadora dos inimigos da nação – internos e externos” (García González, 1999, p 76), o que contribuiu para a agudização das tensões e da instabilidade internacional, mas também para o êxito comercial dos jornais. Por isso, no início do século XX ainda se encontrou espaço para a aparição de novos periódicos, apesar destes já exigirem investimentos avultados. O britânico *Daily Mirror*, por exemplo, foi fundado, em 1903, por Alfred Harmsworth (depois tornado Lord Northcliffe), dono do *Daily Mail*. O jornal, voltado para o público feminino, contratou mulhe-

37. O espaço público foi-se configurando em torno dos meios impressos a partir do século XVII, em países como Inglaterra, e dos séculos XVIII e XIX, na generalidade das democracias ocidentais. É de relembrar, porém, que muitos eram também os excluídos do espaço público. Até meados do século XIX, poucos tinham capacidade económica, posição social e nível de alfabetização e educação que os habilitassem a frequentar os lugares onde se processavam as discussões sobre os assuntos públicos e a exprimir as suas posições nos periódicos de circulação restrita que existiam à época. Ainda que até ao final do século XX o espaço público se tenha estabelecido, em grande medida, numa esfera mediática pontuada por meios massivos, os *media* massificados não podiam nem podem dar espaço a todas as vozes que desejavam intervir no debate público. Consequentemente, a maioria dos cidadãos não participava, verdadeiramente, no espaço público. Existiam – e existem – simulacros de participação, como as sondagens e os programas de debate abertos ao público, mas estes simulacros não correspondem à antiga capacidade de intervenção dos indivíduos ilustrados e ricos na vida política, social e económica dos estados, como aconteceu aquando da formação do espaço público moderno. Mais recentemente, porém, a Web e as redes sociais permitiram a afluência de mais cidadãos à discussão pública dos assuntos, com as consequências que se conhecem. Essas redes provocaram, igualmente, a proliferação descontrolada de fontes de informação, incluindo múltiplos influenciadores digitais, contribuindo, assim, para a crise da intermediação profissional da informação pelas empresas jornalísticas, que traz por arrasto o crescimento da desinformação, da qual os cidadãos menos precavidos são presa fácil. O senso-comum tem nelas rédea-solta, em prejuízo da profundidade de pensamento. Nas redes sociais, as crenças sobrepõem-se, muitas vezes, às evidências. Embora possam contribuir para a expressão individual das opiniões e para a articulação da ação política entre indivíduos, à margem dos partidos políticos e das instituições da democracia representativa, não é menos verdade que geram bolhas em que as pessoas se unem por interesses e credos.

res como redatoras e editoras. Cultivou um grafismo mais arrojado e visual do que o do *Mail*. No entanto, o projeto acabou por redundar num fracasso. Em consequência, foi reconvertido no *Daily Illustrated Mail*, título com que circulou entre janeiro e abril de 1904, até voltar ao título original – *The Daily Mail* (que ainda mantém). A política editorial também foi alterada. O *Mail* passou a ser um diário para homens e mulheres, o sensacionalismo aumentou e o preço por exemplar desceu para metade. A nova fórmula garantiu-lhe sucesso. Em 1913, ano em que Lord Northcliffe o vendeu ao seu irmão Harold Harmsworth (depois tornado Lord Rothermere), já tinha uma tiragem de um milhão de exemplares e era o principal representante do jornalismo amarelo britânico (Startt, 1988, pp. 275-298).

Os conteúdos apelativos e os baixos preços dos jornais populares afetaram, um pouco por toda a Europa, os jornais mais “sérios”. No Reino Unido, por exemplo, o *Times* não conseguiu resistir à pressão, até porque mantinha um preço três vezes mais elevado do que o dos jornais populares. Por isso, entrou em agonia, de que só sairia após a sua compra por Lord Northcliffe, o principal magnata da imprensa britânica, em 1908.

Assim, no Reino Unido, embora formalmente independentes, a maioria dos jornais britânicos entrou no século XX alinhada pelo campo conservador, o que foi facilitado pela *concentração da propriedade dos meios impressos* em grandes grupos, como o de Lord Northcliffe (*The Times*, *Daily Mail*, *Dispatch*, *London Evening* e ainda o semanário *Weekly Times*, mais tarde rebatizado *Sunday Times*); e o do seu irmão Lord Rothermere (*Daily Mirror*, *Daily Record* e *Glasgow Evening News* e ainda os semanários *Sunday Pictorial* e *Sunday Mail*)³⁸. Havia ainda espaço para os jornais do campo sindicalista-trabalhista, como o *Reynold's News* e o *Labour Leader*, que, não obstante, alinhavam, frequentemente, pelo mesmo diapasão nacionalista-imperialista da imprensa conservadora (García González, 1999, p 84).

38. Quando Lord Northcliffe morreu, em 1922, sem herdeiros, o seu irmão Lord Rothermere adquiriu o controlo acionista da Associated Newspapers e, no ano seguinte, comprou a rede de jornais Hulton. Nesse ano, controlava três diários matutinos nacionais, três jornais dominicais nacionais, dois vespertinos de Londres, quatro diários regionais e três jornais dominicais regionais. No entanto, para pagar o imposto sucessório, Rothermere teve de vender o *Times*.

Na alvorada do século XX, a imprensa era um caso geral de sucesso no mundo ocidental e fazia fortunas³⁹. Por exemplo, nas vésperas da I Guerra Mundial, em 1914, os quatro principais jornais parisienses populares – *Le Petit Journal*, *Le Petit Parisien*, *Le Matin* e *Le Journal* – tiravam, em conjunto, quatro milhões de exemplares diários (García González, 1999, p. 84). A imprensa política francesa, porém, continuou a ter o seu lugar e o seu papel na sociedade francesa, sendo sintomático a fundação do jornal socialista *L'Humanité*, por Jean Jaurés, em 1904. No entanto, o modelo de negócio da imprensa doutrinária e combativa evoluiu. Os jornais políticos começaram, essencialmente, a ser difundidos por assinatura e não por venda livre.

Graças às novas tecnologias gráficas e ao afluxo de notícias obtidas quer pelos jornalistas de cada empresa, quer por via das agências noticiosas, os jornais começaram a ter mais páginas e a aumentar, consistentemente, as tiragens. Os conteúdos diversificaram-se, pois também diversificados eram os interesses do público. Um jornal já não podia subsistir de notícias de política, economia, internacional e de guerra. Tinha de acrescentar novos temas, como o desporto. Nos Estados Unidos e em Inglaterra, um diário no início do século XX já tinha cerca de 20 páginas, pontuadas por notícias, folhetins e publicidade. As rotativas mais aperfeiçoadas permitiam tiragens de cerca de 50 mil exemplares de 20 páginas por hora. A linotipia impôs-se, substituindo a composição manual.

Um outro aspeto relevante para a história da imprensa no século XX é a ascensão das revistas.

O modelo básico da *Gentlemen's Magazine* do século XVIII (variedade temática, periodicidade mais alargada, tamanho maneável...) manteve-se, mas a possibilidade de impressão de fotografias juntamente com o texto verbal transformou-as, tornando-as mais visuais. Essa tendência para o visual notava-se, aliás, desde o século XIX, época em que ocorreu a disseminação das revistas ilustradas (com gravuras executadas a partir de fotografias). A deriva visual das revistas foi, inclusivamente, acentuada pela maior preocu-

39. Nos anos Vinte, Lord Rothermere era o terceiro homem mais rico do Império Britânico.

pação com o *design* em comparação com aquele que os jornais denotavam. De facto, desde o século XIX que as revistas se apresentavam aos seus públicos com um *design* bastante mais limpo e ordenado do que o dos jornais.

O sucesso das revistas deveu-se, também, ao seu formato, que facilita a leitura. O suporte foi aproveitado para uma imensidade de publicações especializadas. Durante o século XX assistiu-se, assim, ao incremento da segmentação, tendência desenhada, aliás, desde o século XVII, quando surgiram as primeiras publicações especializadas que se podem considerar antepassadas das revistas atuais, dedicadas à ciência, à filosofia e às ideias, à literatura e à sociedade e também ao público feminino.

Assim, no início do século XX, e em particular a partir dos anos Vinte, apareceram no mercado várias revistas (ilustradas, especializadas, femininas, de informação geral). Algumas merecem particular destaque, como a *Reader's Digest* (*Seleções do Reader's Digest*), criada em 1922 e que ainda hoje subsiste com várias edições em todo o mundo. Embora o modelo da *Reader's Digest* tivesse antecedentes (como a *Tit-Bits* e a *Answers* britânicas do final do século XIX), sendo baseado nas condensações de livros, intercalados com conteúdos de entretenimento e desafios ao leitor, essa revista agradou a milhões de pessoas em todo o mundo, talvez devido ao seu estilo leve, superficial e claro.

Embora, de certa forma, se possam considerar as revistas ilustradas do século XIX como antepassadas das revistas (ou magazines) de notícias (*news-magazines*), a primeira revista a surgir que genuinamente se pode considerar como uma *newsmagazine* foi a *Time*, lançada a 3 de Março de 1923, por Henry Luce e Briton Hadden. A sua fórmula dos anos Vinte ainda hoje é seguida:

1. Formato manejável;
2. Capa apelativa e cuidada (a cor foi introduzida em 1927);
3. Paginação a três (ou quatro) colunas;
4. Notícias variadas, mas seleccionadas, o que evita a profusão de assuntos que é característica dos jornais;

5. Atenção centrada na política, na economia e na sociedade;
6. Recurso à análise nos textos noticiosos – as *newsmagazines* promovem o *jornalismo explicativo, analítico*, a meio caminho entre o estritamente noticioso (“informativo”) e o opinativo;
7. Periodicidade semanal, o que permite a seleção, o recuo, a correlação de temas, a investigação, a ordenação e a condensação panorâmica dos assuntos;
8. Grafismo cuidado, com recurso comedido às ilustrações e fotografias (as *newsmagazines* não são revistas ilustradas);
9. Textos sem intercalações, ao contrário do que acontecia nos jornais, nos quais muitas vezes um texto saltava de página em página, com abundantes intercalações de outros textos pelo meio.

A partir de 1928, no primeiro número de cada ano, a *Time* passou a editar a secção “Personalidade do Ano”, distinguindo a personalidade que na opinião coletiva da revista mais se tivesse destacado no ano anterior. Essa secção ainda hoje perdura como uma “imagem de marca” da revista.

Uma outra novidade introduzida pela *Time* resultou, precisamente, da evolução da ideia da existência de uma secção que refletisse o tema da primeira página, tal e qual como acontecia quando se publicava o texto relativo à “Personalidade do Ano”. Surgiu, assim, a ideia da *cover-story* (ou *destaque*), repetida quer por revistas quer por jornais até aos nossos dias.

Figura 92. A primeira newsmagazine: a *Time*.



Fonte: reprodução do original.

A *newsmagazine* *Newsweek* foi fundada em 1933, seguindo, genericamente, o modelo da *Time*, mas dando mais espaço às fotografias e ilustrações. Para competir, a *Time* também passou a dar mais espaço à informação visual. As duas revistas fixaram, assim, o modelo em que se baseariam todas as restantes *newsmagazines*, como a americana *U.S News & World Report*, a alemã *Der Spiegel*, as francesas *Le Point* e *L'Express*, as portuguesas *Visão* e *Sábado* ou as brasileiras *Veja*, *Isto É* e *Época*, entre outras. Contudo, é de realçar que o século XX assistiu, também, à introdução de outras novidades nas *newsmagazines*, como a inserção de índices e sumários, a aplicação da ideia de um “cone de entrada” de notícias ligeiras e de um “cone de saída”, também, frequentemente, com notícias ligeiras e textos leves (por exemplo, crónicas), a criação de secções fixas de entrevistas, etc. Acompanhando tendências gerais do jornalismo, as revistas noticiosas semanais também passaram a dar mais atenção a conteúdos “de serviços” e a temas que apenas surgiam noutros tipos de imprensa, como sejam, entre outros, a educação das crianças, a melhor forma de conseguir crédito, o que se deve saber antes de se comprar uma casa, como negociar um aumento de salário e cuidados a ter com a saúde e a alimentação.

Ainda a destacar, como indício do prestígio e importância do jornalismo no início do século XX, a institucionalização definitiva do ensino universitário do jornalismo. A criação da Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, por sugestão e financiamento de Pulitzer, em 1912, viria a gerar a primeira formação pós-graduada em jornalismo (mestrado). Em 1916, foi criada a primeira cátedra europeia em Jornalismo, pela Universidade de Leipzig. Em 1927, a Universidade de Wiscosin, que em 1904 tinha inserido o jornalismo no espaço das ciências sociais e humanas, criou o primeiro doutoramento em jornalismo. Traquina (2002, p. 68) diz que por causa dessa decisão de afastar o jornalismo das humanidades e inseri-lo no campo das ciências sociais emergentes “começou a ser dada ênfase às formas de observar o mundo, e de registar e analisar sistematicamente tais observações. Foi posta em maior evidência a generalização a partir de observações específicas, especialmente no jornalismo e na pesquisa de

comunicação de massas”. Em conclusão, pode dizer-se que a dignidade universitária do jornalismo como disciplina científica foi plenamente alcançada no início do século XX, apesar de em países como Portugal esta dignidade só ter sido reconhecida quase no final do século. Em Portugal, apesar das tentativas anteriores, designadamente de uma tentativa gorada de criação de um curso de Jornalismo (sob a designação Ciências da Informação) na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o primeiro curso superior de Comunicação Social – e não especificamente de jornalismo – surgiu somente em 1979, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O primeiro curso superior português a reivindicar-se do campo foi o curso de Jornalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que data já de 1993. Por contraste, entre os países de língua oficial portuguesa, o Brasil já tinha ensino superior de Jornalismo desde 1947, ano em que foi criada, em São Paulo, a Cásper Líbero.

3.8.3 Jornalismo e propaganda na I Guerra Mundial

Quando deflagrou a I Guerra Mundial, em 1914, o peso que a imprensa tinha, devido ao elevado consumo de jornais, converteu o jornalismo num alvo central para os governos dos países beligerantes. Os conflitos do final do século XIX tinham provado, por um lado, que a falta de controlo da imprensa dificultava o controlo dos custos políticos das guerras e, por outro lado, que o controlo sobre os conteúdos pode ser uma arma propagandística, para animar o povo na luta contra o inimigo e levá-lo a aceitar as baixas e os sacrifícios.

Assim, a primeira medida que os governos beligerantes tomaram quando a I Guerra Mundial deflagrou foi a instituição da censura sobre a imprensa. Por exemplo, o Governo britânico instaurou, logo no início do confronto, a 2 de agosto de 1914, o princípio de que os jornais apenas poderiam receber informações da frente por intermédio de militares especificamente dedicados a essa tarefa. A partir de 1915, porém, alguns jornalistas foram admitidos na frente aliada, por pressão dos Estados Unidos, mas o seu trabalho foi repetidamente sujeito à censura. No entanto, com o passar do tempo e a queda na rotina, conta Ingrid Schulze Schneider (1999, pp. 166-167), as relações pro-

fissionais entre jornalistas e militares transformaram-se em problemáticas relações de amizade e cumplicidade, pelo que redatores e fotógrafos começaram a fazer autocensura, mesmo sem a intervenção formal das autoridades.

Figura 93. As revistas ilustradas foram usadas pelas potências beligerantes na I Guerra Mundial para fins de propaganda.



Fonte: reprodução do original (*Illustrierte Kriegs-Zeitung*, n.º 1, 1914)

Após a instituição da censura, os governos criaram entidades dedicadas à propaganda, que foi veiculada, em grande medida, por cartazes, por filmes e pela imprensa. A propaganda de guerra valeu-se de todos os meios ao seu alcance para alcançar o maior número possível de cidadãos, no interior de cada país ou na frente de combate. Assim o atesta Pizarroso Quintero (1993, pp. 233-234):

[A propaganda] Utilizou cartazes, a caricatura, a fotografia (...). Nunca até então a retaguarda e os combatentes se tinham visto submetidos a um bombardeamento tão intenso de palavras e ideias. Nunca até então as potências tinham dedicado tanto esforço para se dotarem de organizações capazes de levar a cabo estas maciças campanhas de propaganda de modo eficaz. (...) Não se pode ignorar o papel que esta desempenhou no desmoronar do moral combatente dos impérios centrais. Nem tão pouco a capacidade de mudar a orientação da opinião pública norte-americana do isolacionismo para o intervencionismo, assim como de manter a coesão interna em países como a França ou a Inglaterra (...).

O mesmo autor assinala, ainda, que a propaganda britânica terá sido a mais eficaz durante a Grande Guerra, já que era insinuante, enquanto a propaganda alemã, ao basear-se, pomposa e abertamente, nos êxitos das suas tropas, sofreu sérios contratempos quando as derrotas começaram (Pizarroso Quintero, 1993, pp. 209-234).

Os jornais foram alimentados pelas máquinas propagandísticas dos beligerantes com notícias (falsas) de supostas atrocidades das tropas inimigas, amplamente documentadas com fotografias (truncadas). Os alemães, por exemplo, foram alvo de notícias na imprensa aliada que os davam como violadores de freiras e meninas indefesas, canibais, estripadores de crianças, destruidores de catedrais e incendiários. Em 1917, foi, inclusivamente, posta a circular pelo *Times* uma notícia falsa segundo a qual os alemães usavam os cadáveres dos soldados para, numa fábrica especial, fabricarem glicerina para as munições. Esta notícia propagou-se por todo o mundo, mesmo entre os próprios soldados alemães, que nela acreditaram (Knightley, 1975,

p. 105). Uma outra tática propagandística foi a utilização de *cartoons* e caricaturas, dispositivos discursivos que vinham adquirindo, desde o século XIX, um lugar na imprensa, tal como ainda hoje sucede. Ao ridicularizar e menorizar o inimigo, expondo cruelmente os seus defeitos, os *cartoons* terão contribuído para dar ânimo às populações e aos soldados.

Na Alemanha, cuja fragmentada imprensa (mais de 4200 jornais) estava sujeita ao culto da autoridade, o controlo sobre os jornalistas foi, inicialmente, exercido sem grandes fricções. Porém, quando a situação se tornou difícil e a Alemanha se começou a encaminhar para a derrota, sobretudo a partir de 1917, ano em que os Estados Unidos intervêm no conflito, a propaganda alemã não hesitou em difundir notícias falsas e, em alguns casos, ridículas e pouco criativas, que desacreditaram os jornais alemães perante o seu próprio público. Contam Schottenloher e Binkowski (1985, pp. 98-100), por exemplo, que os jornais alemães apresentaram o desembarque das primeiras forças norte-americanas na Europa como se fosse unicamente o desembarque de soldados que vinham assistir às celebrações do 14 de julho, dia oficial de França. Assim, a cega confiança das autoridades alemãs sobre o patriotismo nacionalista do seu próprio povo, que as levou a não recorrerem tão ostensivamente como os aliados às técnicas de propaganda, virou-se contra elas, pois os jornais alemães, particularmente os sociais-democratas, foram, subtilmente, reorientando a sua linha editorial, iniciando uma política de oposição à guerra. Do mesmo modo, as autoridades alemãs tiveram de contar com a imprensa comunista clandestina, que também se opunha à guerra e se sentia fortalecida pelo sucesso da Revolução Russa. A imprensa ajudou, assim, a consolidar entre os cidadãos alemães uma forte corrente de opinião antiguerra e um certo sentimento derrotista. Os nazis, alguns anos mais tarde, aprenderiam a lição, fazendo da propaganda contínua um elemento central da sua atividade.

Por outra parte, as representações visuais que as populações coevas fizeram da Grande Guerra e as ideias que, de alguma forma, terão formado sobre o conflito, terão advindo, em parte, da imprensa ilustrada de atualidades. Revistas como a *Ilustração Portuguesa*, em Portugal, *La Esfera*, em

Espanha, e *Revista do Brasil*, *Careta* e *Fon-Fon*, no Brasil, trouxeram ao consumo público abundantes textos e elementos iconográficos sobre a conflagração. Textos e imagens dessas revistas contribuíram, certamente, para enquadrar a guerra e criar sentido para o que estava em jogo.

Compreendendo o papel que a imprensa ilustrada poderia ter, os estados deitaram a mão a este instrumento para fazerem propaganda. *O Espelho*, por exemplo, foi uma revista criada pelos britânicos para a propaganda de guerra em Portugal e no Brasil. Os britânicos criaram, aliás, revistas em várias línguas para veicularem propaganda de guerra.

Mesmo Portugal, que interveio ao lado dos Aliados na I Guerra Mundial, teve uma revista de propaganda de guerra. Intitulou-se *Portugal na Guerra* e era editada em França, a expensas do Governo português, para propagandear o esforço de guerra de Portugal junto das elites francesas e das elites portuguesas em França (oficiais do Corpo Expedicionário Português, diplomatas e intelectuais) e das tropas portuguesas. Algumas organizações procuraram seguir a mesma via. Uma revista de idêntico título – *Portugal na Guerra* – foi publicada no Brasil, “em homenagem” à União dos Portugueses no Brasil. Tratou-se de uma revista dirigida para os lusitanos aí radicados.

3.8.4 Jornalismo e propaganda na Guerra Civil de Espanha

Como acontece na generalidade das guerras civis, as forças em presença têm partidários e adversários em todo o território nacional e no estrangeiro. Por isso, quando, a 17 de julho de 1936, se iniciou a sublevação nacionalista, o Governo espanhol, composto pelas diferentes fações esquerdistas que tinham ganho as eleições de fevereiro de 1936, integradas na Frente Popular, autorizou a tomada dos órgãos jornalísticos conservadores pelos seus correligionários. Porém, o Governo legítimo de Espanha nunca conseguiu, até ao final da guerra e à sua derrota, ter uma ação propagandística unificada, tal a diversidade de correntes e projetos políticos que se digladiavam no campo republicano.

Os rebeldes nacionalistas, por seu turno, silenciaram ou reorientaram editorialmente os jornais republicanos nos territórios que controlavam, mas beneficiaram da sua unidade ideológica, que o campo republicano não tinha, para propagandear a sua causa. Os meios jornalísticos espanhóis durante o conflito serviram, assim, antes de mais, para doutrinação ideológica e para a veiculação de notícias e explicações ideologicamente enquadradas da situação, sendo abertamente combativos e parciais. No lado nacionalista, o jornalismo ficou mesmo sujeito a uma lei, promulgada em 1938, que instituía a censura, proibindo a circulação de informações contrárias ao franquismo e à sua ideologia.

Durante a guerra, ambos os beligerantes instituíram organizações propagandísticas que, muitas vezes, atuavam em conjunto com os organismos congéneres dos respetivos aliados. Os italianos, por exemplo, criaram uma agência de notícias e propaganda junto da sua missão militar nacionalista, mas esta agência dedicava-se mais a enviar notícias sobre os êxitos nacionalistas para Itália, para propaganda do regime fascista, do que em fazer propaganda no território espanhol. Porém, essas notícias punham em tanto destaque as alegadas façanhas dos italianos, desvalorizando os combatentes espanhóis, que provocaram o protesto das próprias autoridades franquistas (Pizarroso Quintero, 1990, pp. 372-374).

Para a história do jornalismo, o fator mais interessante da utilização propagandística dos meios de comunicação durante a Guerra Civil de Espanha talvez tenha sido o forte recurso à rádio por ambos os beligerantes, inclusive porque muitos dos apoiantes de cada um dos lados em confronto viviam no território controlado pelo antagonista. O general que veio a tornar-se líder dos sublevados, o generalíssimo Franco, futuro caudilho de Espanha, interveio na rádio logo no primeiro dia da revolta, por uma emissora da Guarda Civil, em Tetuán. Outro general sublevado, Queipo de Llano, também usou, dramaticamente, a rádio, para incutir ânimo nos apoiantes e denegrir as autoridades republicanas. Mas os republicanos não ficaram atrás na utilização da rádio, apesar da divisão do campo republicano em várias tendências ter afetado a eficácia da propaganda. Por exemplo, um programa

propagandístico era emitido todas as noites através da União Rádio Madrid. Na frente de batalha, camiões equipados com altifalantes levavam esse programa aos soldados, quer aos correligionários, quer aos adversários.

A 14 de janeiro de 1937, Franco inaugurou a Rádio Nacional de Espanha, em Salamanca, tendo, para o efeito, contado com o apoio de italianos e alemães. Os nacionalistas ficaram, assim, na fase final do conflito, na posse de um dos emissores mais potentes de Espanha.

Um outro traço interessante do jornalismo durante a Guerra Civil de Espanha decorreu da internacionalização do conflito. Alemães e italianos, pelo lado dos nacionalistas; russos e brigadas internacionais, pelo lado dos republicanos, geraram uma grande diversidade de jornais em língua estrangeira, que circularam, simultaneamente, em território espanhol, sobretudo no espaço republicano.

A guerra também serviu de pretexto aos beligerantes de ambos os lados e seus aliados para denunciarem, com fins propagandísticos, as atrocidades cometidas pelos “outros” (esquecendo, convenientemente, as atrocidades do seu próprio campo), tal e qual tinha acontecido durante a I Guerra Mundial. Um outro aspeto interessante da utilização da propaganda travestida de jornalismo na Guerra Civil de Espanha foi o recurso ao cinejornalismo. Os documentários cinematográficos e as atualidades cinematográficas, projetados para os soldados na frente de batalha e exibidos um pouco por toda a Espanha, prenunciaram a era do jornalismo audiovisual.

Finalmente, há que realçar a laboriosa atividade dos correspondentes estrangeiros em Espanha, que levaram ao conhecimento do mundo o conflito fratricida. Porém, como assinalam testemunhos recolhidos por Sahagún (1986, p. 200), era comum a tomada de partido pelo lado que os jornalistas correspondentes cobriam.

De realçar, finalmente, a cobertura fotojornalística da Guerra Civil de Espanha por fotógrafos como o mítico Robert Capa. A Guerra Civil de Espanha foi um dos primeiros grandes palcos do fotojornalismo de guerra.

3.8.5 Jornalismo e propaganda na II Guerra Mundial

Avaliando o que sucedeu na Guerra Civil de Espanha, pode dizer-se que a cobertura jornalístico-propagandística desse conflito foi um ensaio para a propaganda total desenvolvida pelos beligerantes durante a II Guerra Mundial, alimentada pelo radiojornalismo, pelo cinejornalismo e pela imprensa, entre outros meios, como os cartazes. Todos os beligerantes instituíram organismos vocacionados para a propaganda, mas a Alemanha nazi foi mais longe, afetando-lhe um ministério, liderado por Joseph Goebbels.

Além de instituírem a censura, os nazis, a partir do momento em que alcançaram o poder, em 1933, nacionalizaram a agência Wolff e fundiram-na com outra agência noticiosa para criar a agência DNB. Além disso, colocaram as atividades de comunicação social sob a tutela do Ministério da Propaganda. A imprensa, a rádio, o cinema e mesmo o teatro e as artes passaram a subordinar-se aos desígnios nazis. A isto acresce que o Estado nazi comprou e expropriou meios de comunicação para seu próprio benefício. Durante a guerra, o Ministério da Propaganda formou, ainda, companhias de soldados jornalistas-propagandistas, as Propaganda Kompanien, que se encarregaram da produção de documentários, notícias (incluindo reportagens audiovisuais) e fotografias, etc. A difusão de mensagens sobre o regime, o país, o mundo e a guerra na Alemanha nazi foi, assim, não apenas constrangida, mas também ideologicamente orientada.

Os nazis foram também pioneiros no recurso a estudos sobre opinião pública, para formatarem as mensagens às expectativas e motivações dos públicos-alvo.

A rádio foi, provavelmente, o meio mais usado pela propaganda nazi. As autoridades alemãs ordenaram o fabrico de um recetor barato, o Volksempfänger [recetor do povo], que permitiu a entrada da rádio na maioria dos lares alemães. Quando Hitler discursava na rádio, a Alemanha parava para o ouvir.

Graças à credibilidade das imagens, o cinejornalismo foi, também, habilmente usado com fins propagandísticos. Os alemães foram os primeiros a ter um noticiário audiovisual (cinematográfico) semanal de doze minutos, cujas cópias eram exibidas um pouco por toda a Alemanha e nos territórios ocupados, bem como junto das forças armadas, o *Die Deutsche Wochenschau*.

Os Aliados, sobretudo os britânicos e norte-americanos, tiveram uma estratégia propagandística diferente da dos nazis. Fugindo da doutrinação ideológica, criaram departamentos de propaganda que procuraram, antes de mais, fornecer à imprensa informações objetivas sobre a evolução do conflito, embora visadas pela censura. A credibilidade da informação aliada, difundida por toda a Europa e pelo mundo pela rádio, levava, inclusivamente, muitos alemães e outros europeus (portugueses incluídos) a sintonizarem a BBC. A propaganda “branca” aliada ganhou, assim, a confiança da população e promoveu o seu apoio às autoridades aliadas. Porém, na fase final da guerra, face à necessidade de terminar rapidamente com o conflito, os aliados difundiram na Alemanha programas radiofónicos que misturavam notícias verdadeiras com notícias falsas, beneficiando da credibilidade que tinham construído durante os primeiros anos de guerra. Com essa ofensiva propagandística “negra”, lograram semear alguma dúvida e derrotismo entre os alemães, mas Goebbels reagiu com uma última campanha propagandística que advertia os alemães para o perigo de aniquilamento da Alemanha e de morte de toda a população caso ocorresse uma rendição incondicional aos Aliados. Esta campanha terá contribuído para os alemães terem, genericamente, permanecido ao lado das autoridades até ao final, apesar de assistirem aos estertores do regime nazi (Schneider, 1999, p. 184).

Figura 94. Tal como na I Guerra Mundial, as potências beligerantes na II Guerra Mundial produziram revistas ilustradas em várias línguas para propagandear a sua causa.



Fonte: reproduções de originais das revistas *Signal* (Alemanha) e *War Illustrated* (britânica).

Fonte: reproduções dos originais.

As autoridades dos países beligerantes procuraram, também, influenciar as opiniões públicas dos países neutrais e os soldados adversários. As revistas ilustradas foram um dos principais instrumentos de propaganda, tal como tinha ocorrido na I Guerra Mundial. Revistas como a alemã *Signal* e a britânica *War Illustrated* (*A Guerra Ilustrada*, na versão em português) foram publicadas em várias línguas em vários países do mundo. A rádio em ondas curtas e noutras frequências também foi amplamente usada. Ficaram célebres, por exemplo, as emissões japonesas da *Tokio Rose* para os soldados norte-americanos no Pacífico.

3.8.6 Jornalismo dos “anos frios” ao final do século XX

Nos decénios posteriores a 1945, o mundo dividiu-se, principalmente, em dois grandes blocos: o democrático-capitalista, liderado pelos Estados Unidos e com um segundo foco de poder na Europa Ocidental; e o socialista-autoritário, liderado pela União Soviética e tendo como segundo grande foco de poder a China.

Essa divisão impôs, predominantemente, dois modelos de jornalismo ao mundo. Um ocidental, de matriz democrático-liberal e capitalista, que subsiste na generalidade dos estados democráticos de direito e que provém do modelo britânico de jornalismo do final do século XVII, época em que se institui a ideia da liberdade formal de imprensa; e outro *socialista*, que moldou quer o jornalismo soviético desde os tempos da Revolução Russa, quer o jornalismo dos países satélites da URSS no Leste europeu, quer ainda o jornalismo chinês, o vietnamita e o jornalismo de outros países socialistas.

Um modelo *autoritário* de jornalismo⁴⁰ subsistiu nas ditaduras, incluindo em Portugal, até 1974, em Espanha, até 1975, e nos estados teocráticos, nomeadamente em vários países islâmicos. Em alguns países em desenvolvimento, a partir dos anos sessenta do século XX tentou encontrar-se uma terceira via, a de um modelo *desenvolvimentista* de jornalismo, que mistura características dos modelos ocidental, socialista e autoritário.

O colapso da URSS levou à adoção de um modelo de jornalismo ocidental nos países do Leste europeu, a maioria dos quais integrou a União Europeia. A queda das ditaduras ibéricas permitiu, igualmente, a Portugal e Espanha usufruírem de um jornalismo livre e integrarem a União Europeia. A Rússia evoluiu para um sistema político nacionalista e autoritário, o que se reflete no jornalismo aí praticado.

Após duas guerras mundiais, os jornalistas habituaram-se a praticar um jornalismo declaratório, que vivia das citações das fontes oficiais. Esse jor-

40. O modelo autoritário de jornalismo foi, em traços gerais, o modelo em que nasceu o jornalismo europeu nos séculos XVI e XVII. Nesse modelo, as publicações e os periodistas estavam sujeitos à censura e às licenças prévias e muitas vezes sofriam atos repressivos.

nalismo “ele disse” defendia os jornalistas de críticas ao seu trabalho. Só nos anos Sessenta é que se sentiram ventos de mudança, graças a novas tendências, como a adoção de práticas de jornalismo de precisão e do novo Novo Jornalismo e a uma certa retoma do jornalismo de investigação.

Foram vários os episódios que demonstram essa vontade de renovar o jornalismo num momento em que o próprio mundo se transformava:

1. Os quatro debates televisivos (igualmente transmitidos pela rádio) entre Nixon e Kennedy⁴¹, em 1960, prenunciaram o exacerbamento da media-tização eletrónica da política, mas também demonstraram o poder que podia ter o jornalismo de televisão.
2. O conflito do Vietname é frequentemente referido como a “primeira guerra televisiva”. Os filmes (ainda se usava filme e não vídeo) eram levados para Tóquio para aí serem revelados. Depois, usualmente eram transportados de avião para os Estados Unidos e outros países, para as emissoras de televisão. Para histórias demasiado importantes, as emissoras contratavam tempo de satélite e as reportagens eram emitidas a partir da capital japonesa. Mas a maioria das reportagens do Vietname era convencional, realizada após os combates e não no meio deles, pelo que o recurso ao satélite foi pontual. Aliás, na maioria dos países e nos Estados Unidos a cobertura televisiva da guerra do Vietname assentou, sobretudo, em comentários e peças elaboradas sobre a informação recebida das agências de notícias e na cobertura dos acontecimentos internos relacionados com a guerra – como os protestos populares que se multiplicaram nos Estados Unidos a partir de 1968.

Nos Estados Unidos, segundo Hallin (1989), no período inicial (1965-1967), o conflito do Vietname foi apresentado como “justo” e as ações militares foram mostradas como sendo “o trabalho dos rapazes”. Os norte-americanos, de regresso ao lar após um dia de trabalho, eram

41. Os debates podem ser vistos no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=AYP8-oxq8ig> | <https://www.youtube.com/watch?v=fE61QJ3-GG8> | <https://www.youtube.com/watch?v=OHjWb5XsA-MI> | <https://www.youtube.com/watch?v=-9cdRpE4KKc>

confrontados com reportagens televisivas relativamente “limpas” em que viam os soldados regressar às suas bases também após “um dia de trabalho”. A isso não foi alheio o Comando de Assistência Militar dos EUA no Vietname (MACV), que fornecia transporte aos jornalistas e lhes permitiu obter histórias dos combatentes em primeira mão onde havia combates. Mas essa proximidade ao combate acarretava riscos e mais de 60 jornalistas foram mortos durante a guerra. Muitos deles, no entanto, passaram a maior parte do tempo na capital sul-vietnamita, Saigão (hoje Cidade de Ho Chi Minh), elaborando reportagens a partir dos *briefings* da tarde do Gabinete de Assuntos Públicos das Forças Armadas dos EUA. Mas as tentativas de instrumentalização dos jornalistas eram tantas e tão óbvias que os *briefings* se tornaram conhecidos como “the five o’clock follies”.

Acompanhando o crescente mal-estar da sociedade norte-americana face ao envolvimento dos EUA no longínquo conflito e às mortes e feridos que provocava, o sentido da cobertura começou a mudar após 1967, evidenciando o sofrimento e a morte e cobrindo os protestos dos manifestantes antiguerra dentro dos EUA. A cobertura “comprometida” da Guerra do Vietname (tal como aconteceu com a cobertura “comprometida” do Maio de 68) após 1967 ajudou a colocar em causa muitos dos pressupostos em que assentava o mundo do pós-guerra e demonstrou que o telejornalismo pode ter grande força e poder.

Nesse quadro de mudança da percepção sobre a guerra do Vietname nos Estados Unidos, foi central a revelação pública pelos meios jornalísticos do massacre de My Lai, um crime de guerra cometido por forças norte-americanas a 16 de março de 1968 que redundou no assassinato, violação e mutilação de centenas de civis vietnamitas (talvez mais de 500), nomeadamente mulheres e crianças. O crime foi revelado ao público pela primeira vez a 13 de novembro de 1969 pelo jornalista de investigação estadunidense Seymour Hersh, que trabalhava para a agência de notícias independente Dispatch News Service (1968-1973). A reportagem de Hersh foi publicada em dezenas de jornais e objeto de

comentário nas rádios e televisões. No dia 20 de novembro, fotografias do massacre realizadas pelo fotógrafo do Exército dos EUA Ronald L. Haeberle foram publicadas no jornal *The Cleveland Plain Dealer* e, posteriormente, noutros periódicos. A partir daí, foi impossível conter o escândalo.

3. O caso Watergate, entre 1972 e 1974, funcionou como paradigma do jornalismo de investigação, evidenciou a força dos meios noticiosos e exemplificou como o jornalismo pode contribuir para o controlo do poder. Dois jovens jornalistas do *Washington Post*, Bob Woodward e Carl Bernstein, investigaram, com o apoio de uma fonte anónima, que apelidaram de Garganta Funda⁴², as ligações de cinco indivíduos capturados pela polícia após um assalto frustrado à sede do Comité Nacional Democrata, no edifício Watergate, em Washington, e o Comité para a Reeleição do Presidente Nixon. Em dois anos de investigação, os jornalistas descobriram que o “assalto” se tratava de uma missão de “espionagem” dos republicanos aos democratas e que os assaltantes queriam fotografar documentos e colocar escutas em telefones. Descobriram, também, que escalões superiores do Departamento de Justiça, do FBI, da CIA e da Casa Branca autorizaram o assalto e procuraram, posteriormente, encobri-lo. O caso assumiu tais repercussões que acabou por levar à resignação do Presidente Nixon, quando já estava a ser alvo de um processo de *impeachment*.

Os anos Sessenta do século XX foram marcados por uma renovação discursiva e funcional do jornalismo. Algumas correntes, assentes nas ideias construtivistas da sociologia e da linguística, colocaram em causa a objetividade jornalística, até então dogma primeiro do jornalismo ocidental. Para esses movimentos jornalísticos, a objetividade passou a ser vista como uma falácia ou um ritual estratégico (Tuchman, 1978). Assumiram, assim, a bandeira de uma *honestá subjetividade*, originando o movimento conhecido por (segundo) Novo Jornalismo.

42. Em 2005, a fonte foi identificada. Tratou-se de Mark Felt, então vice-diretor do FBI,

Este novo Novo Jornalismo, desenvolvido a partir dos Estados Unidos, abriu espaço ao *jornalismo literário* (no qual a realidade serve de inspiração para a criatividade expressiva jornalística) e a publicações contraculturais (*The East Village Other, Berkeley Barb, Rolling Stone, The Realist*).

Os anos Sessenta do século XX também foram importantes pela retoma do *jornalismo de investigação*, cuja tradição andava arredada do quotidiano das redações desde o princípio do século XX, em grande medida por causa da rotinização do trabalho jornalístico e do jornalismo de fontes (alcançado “jornalismo *ele disse*”) que resultou da acomodação dos jornalistas ao contexto comunicativo e informativo das duas guerras mundiais. Foram vários os trabalhos de investigação de iniciativa jornalística, sobre temas relevantes, que expuseram conspirações e informações ocultas⁴³, sendo o mais conhecido o caso Watergate (1972-1974), que conduziu à resignação do Presidente norte-americano Richard Nixon, em 1974.

O final do século XX foi marcado por uma certa retoma do espírito do jornalismo sensacionalista “amarelo” do final do século XIX. A procura “no lixo” deu lugar à procura “do lixo” e, principalmente, do “lixo privado”, como aconteceu com a ampla cobertura que mereceu o caso Clinton-Lewinski, entre 1997 e 1998, mesmo na imprensa “séria” e “de qualidade”.

Os anos noventa do século XX viram emergir no Ocidente uma nova corrente jornalística, que ficou conhecida por *jornalismo cívico* ou *jornalismo público*. O jornalismo cívico preconiza um maior envolvimento dos jornalistas nas suas comunidades e com o público dessas comunidades, fazendo-as participar, de algum modo, das decisões editoriais.

Outras transformações que ocorreram na esfera jornalística entre o fim da II Guerra Mundial e o final do século XX foram as seguintes:

43. A revista *Ramparts* descobriu que a CIA se tinha infiltrado na Associação Nacional de Estudantes dos Estados Unidos, em 1967. Seymour Myron Hersh descobriu, em 1969, que no ano anterior uma companhia de infantaria norte-americana, comandada por William Calley, tinha assassinado centenas de mulheres e crianças no Vietname, na aldeia de My Lai. A história apareceu nos diários *Washington Post, Boston Globe, Miami Herald, Chicago Sun-Times, The Seattle Times* e *Newsday*, entre outros. Em 1972, o *New York Times* denunciou corrupção e irregularidades na polícia nova-iorquina e, em 1974, o mesmo jornal, igualmente pela pena de Seymour Myron Hersh, denunciou a espionagem ilegal da CIA a dez mil americanos.

1. Ao mesmo tempo que lhe viu fugir os anúncios publicitários, que constituíam a sua principal fonte de receita, a imprensa generalista diária foi, gradualmente, perdendo leitores, por causa da expansão da televisão e, mais recentemente, da Web e das redes sociais. A televisão, auxiliada pelo cabo e pelas telecomunicações por satélite, tornou-se, ao longo da segunda metade do século XX, o mais poderoso dos meios de comunicação social. Globalizou-se, com canais mundiais, como a CNN ou a Al Jazeera, e segmentou-se, dando maiores possibilidades de escolha aos telespetadores. Mas a televisão tradicional, mais recentemente, também está a perder audiência em favor das redes sociais, de outros usos dos ecrãs (para videojogos, por exemplo) e do *streaming*.

A rádio, por sua vez, tem nos atuais *podcasts* uma faca de dois gumes. Os *podcasts* potenciam a audição de determinados programas jornalísticos; mas também intensificam a competição do jornalismo com outros conteúdos.

A concorrência levou algumas empresas de imprensa a venderem vários produtos, culturais (dicionários, livros de história, colecionáveis, CD, DVD...) e não culturais (copos, faqueiros, colares...), juntamente com os jornais e revistas, de maneira a aumentarem as tiragens e as vendas. Mas nem isso trouxe ganhos duráveis na audiência dos meios impressos.

Os meios jornalísticos impressos generalistas também tiveram de repensar nos seus conteúdos. Alguns fizeram vários suplementos segmentados (para a juventude, para a mulher, dedicados à economia, ao desporto, à cultura, satíricos, etc.), vendidos com a edição corrente ou à parte. Outros aprimoraram o seu tabloidismo, enquanto os diários “de qualidade” assumiram uma orientação mais interpretativa, cedendo, por exemplo, abundante espaço editorial a colunistas regulares. A imprensa especializada e segmentada, por seu turno, conquistou leitores na segunda metade do século XX, especialmente no mundo das revistas, que foi perdendo na alvorada do século XXI.

Apareceram, na segunda metade do século XX, novas publicações de referência, quer pelo jornalismo em profundidade que praticam, quer pelo seu carácter interpretativo, que configura a “grande imprensa”, quer pelo impulso à investigação de iniciativa jornalística, quer mesmo, em alguns casos, pelo seu assumido alinhamento ideológico, como *Le Monde* (jornal, França, 1944), *Le Nouvel Observateur* (newsmagazine, França, 1964), *Libération* (jornal, França, 1973), *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (Alemanha, 1946), *Die Zeit* (Alemanha, 1946), *Der Spiegel* (newsmagazine, Alemanha, 1947), *Stern* (newsmagazine gráfica, Alemanha, 1948), *Il Manifesto* (jornal, Itália, 1971), *La Repubblica* (jornal, Itália, 1976), *The Independent* (jornal, Reino Unido, 1986), *El País* (jornal, Espanha, 1976), *El Mundo* (jornal, Espanha, 1989), *Expresso* (jornal semanário, Portugal, 1973), *Público* (jornal, Portugal, 1990), entre outros.

2. Desde os anos Sessenta que alguns jornais tentaram disciplinar os conteúdos em função do *design*. Procuravam-se encontrar fórmulas gráficas:
 - a) Mais arejadas, com espaços brancos que permitissem o repouso do olhar;
 - b) Mais ordenadas, impedindo, por exemplo, que os textos começassem numa página e terminassem noutra não contígua;
 - c) Mais bonitas, que apelassem ao olhar cobiçoso do potencial comprador;
 - d) Mais visuais, que favorecessem um *design* articulado em torno de (boas) fotografias e do aproveitamento informativo dos géneros de informação gráfica (infográficos), que até então quase se limitavam aos mapas e que passaram a misturar texto, desenhos, esquemas, cronologias, fotografias, etc. de maneira a *informarem e explicarem de forma condensada* um acontecimento ou uma problemática ao leitor;
 - e) Mais coloridas.

A introdução dos meios informáticos nos jornais, a partir dos anos Oitenta, e as inovações tecnológicas no domínio da tipografia dotaram

os periódicos das bases tecnológicas para a reinvenção da imprensa, com base nos pressupostos atrás referenciados.

O primeiro jornal a aproveitar em pleno as novas tecnologias de edição e impressão foi o *USA Today*, surgido a 15 de Setembro de 1982, após a realização de amplos estudos de mercado, pela mão do Grupo Gannett. Quando foi lançado, tinha quatro cadernos: um dedicado aos Estados Unidos (incluindo um espaço para, pelo menos, uma pequena notícia de cada Estado) e à informação internacional; outro à economia e negócios; outro à sociedade em geral; e outro ao desporto. Cada caderno apresentava uma cor dominante, que ajudava à sua identificação. As fotonotícias abundavam em todos os cadernos. Os comentários e análises eram curtos. A informação de serviços estava sempre presente. A informação meteorológica do *USA Today* ficou para a história da imprensa e foi abundantemente copiada: mapas grandes e coloridos, facilmente entendidos, complementados com informações textuais condensadas. As *snapshots*, notícias baseadas em infográficos, uma por caderno (inseridas na primeira página de cada caderno, sempre no mesmo local), foram outra marca desse jornal inovador, cujas páginas pareciam o ecrã de computador quando este está preenchido por um website. O seu *design* e abordagem aos conteúdos, entretanto, mudaram. O *USA Today* ficou mais parecido com os restantes jornais. Mas quando surgiu era um diário feito para gente moldada por uma cultura visual e pelo consumo maciço de televisão, com pouco tempo para ler e que queria ficar minimamente informada de vários assuntos da atualidade em pouco tempo, um jornal “não aborrecido”⁴⁴ que pôs muitas pessoas a ler jornais e reconciliou outras tantas com a leitura de um diário. O seu sucesso mediu-se pelas tiragens de milhões de exemplares. Foi um dos jornais norte-americanos mais distribuído em todo o mundo. Margarita Ledo Andión (1993) designou-o como “jornal pós-televisivo”.

44. Uma das suas campanhas publicitárias usou mesmo a comparação com o “*Boring Times*” (leia-se *The New York Times*).

Figura 95. O USA Today revolucionou o grafismo na imprensa.



Fonte: reprodução do original (15 de setembro de 1982).

O arrojo do *USA Today* influenciou a imprensa, pois mostrou quanto as novas tecnologias de edição e impressão podiam ser aproveitadas para fornecer ao público diários mais alinhados com as suas necessidades e expectativas, que cultivam um *design* agradável e limpo, com cor, fotografias e infográficos, tanto quanto cultivam a clareza, a ordem, a hierarquia, o concreto e a síntese. Mostrou, também, que o recurso ao *jornalismo de serviços* (jornalismo que tenta, por exemplo, orientar o leitor na aquisição de bens e serviços, em investimentos, em questões de saúde, etc.) podia ser uma boa aposta para a imprensa.

3. Excluindo experiências pioneiras, como o (*PLATO*) *News Report*, um jornal online criado por Bruce Parrello, em 1974, no sistema PLATO da Universidade do Illinois, o primeiro jornal a ter uma edição eletrônica na Internet foi *The Columbus Dispatch*, a 1 de julho de 1980. Seguiu-se-lhe o *personal journal* do *Wall Street Journal*, disponibilizado na rede Prodigy e, na Europa, a nível experimental, o *Diario Expo 92*, da Exposição Universal de Sevilha.

A partir dos anos Noventa, os meios jornalísticos começaram a migrar massivamente para a Web, mesmo que mantivessem os seus suportes identitários. Mesmo a rádio e televisão convergiram, gradualmente, para a Web e reinventaram-se nela (propiciando, por exemplo, maior interatividade com os recetores).

Essa migração, com conteúdos de acesso livre e de acesso pago ou condicionado, visou conquistar novos públicos, corresponder às novas formas de acesso do público à informação, aumentar o interesse pelos conteúdos veiculados no meio original, promover a interatividade e o envolvimento do consumidor e captar publicidade digital.

Surgiram, também, vários órgãos jornalísticos exclusivamente *online*. A Internet proporcionou, ainda, o aparecimento de sistemas de autoria coletiva de meios parajornalísticos alternativos (como o *Ohmy News* e o *Wikinews*).

A blogosfera, que cresceu entre o final dos anos Noventa e a primeira década do novo milénio, permitiu, por seu turno, que jornalistas e amadores criassem os seus espaços digitais, em alguns casos informativos.

Hoje em dia, a maioria dos principais meios jornalísticos está presente na Web, apresentando características como conteúdos hipermédia; recurso a infografia fixas e animadas e ao jornalismo de dados; otimização dos websites para dispositivos móveis, designadamente para *smartphones*; integração com as redes sociais e recurso à Inteligência Artificial na produção e difusão de informação. As tecnologias de realidade virtual e de realidade aumentada, nesse contexto, têm potenciado as alternativas de produção e difusão da informação.

4. A profissão de jornalista foi atrativa nas últimas décadas do século XX. Em Portugal, a classe rejuvenesceu-se graças ao recrutamento de jovens formados em Jornalismo e Comunicação nas universidades. O nível de formação dos jornalistas aumentou, pelo mesmo motivo. Outro fenómeno relevante foi a feminização da profissão. O jornalismo tornou-se uma profissão bastante procurada pelas mulheres, o que teve repercussões ao nível da procura feminina pelos cursos superiores na área da comunicação.

Por outro lado, a concentração multimediática da propriedade dos meios e a conseqüente convergência das redações, nas quais os jornalistas trabalham para vários meios e para a Web, bem como as possibilidades oferecidas pelo jornalismo assistido por computador e a aparição do ciberjornalismo, obrigaram o jornalista a adquirir competências multimediáticas (entre outras funções, cada jornalista tem de saber escrever, fotografar, capturar e editar som e imagem, elaborar infográficos, diagramar e paginar e usar software para fazer tudo isso). As rotinas produtivas alteraram-se.

Na alvorada do século XXI, a crise do jornalismo, potenciada pelas conseqüências e novos fenómenos da transição digital, desincentivou os jovens a enveredarem pela profissão de jornalista. Em países como

Portugal, houve mesmo uma regressão do número de jornalistas, quando comparados os números atuais com os do final do século passado (Sousa, 2022). A diminuição do número de jornalistas deve-se à crise do jornalismo e à consequente precariedade laboral, baixos salários, desprofissionalização, desigualdade entre jornalistas e deslegitimação do jornalismo como principal mediador da informação no espaço público

5. A partir dos anos Oitenta, o negócio jornalístico encetou um movimento de concentração e de globalização, ancorado nas políticas económicas liberais empreendidas pelos estados ocidentais. Formaram-se grupos mediáticos internacionais e nacionais. A concentração pode ameaçar a livre concorrência e, consequentemente, a liberdade jornalística, daí a importância da legislação antimonopolista para o setor da comunicação social. Porém, a formação de fortes grupos mediáticos pode facultar mais meios e maior proteção aos jornalistas, incentivando um jornalismo de qualidade e mesmo a investigação jornalística e uma mais ativa atuação na publicitação e controlo dos atos de poder. Mas o cenário atual é de crise, mesmo entre as empresas jornalísticas mais fortes, sustentáveis e resilientes.

Entre a II Guerra Mundial e o final do século XX, o jornalismo teve alguns momentos menos felizes, tais como:

1. A divulgação, pela revista *Stern*, em 1983, dos “diários secretos de Hitler”, que se verificou, mais tarde, serem falsos, o que evidencia a facilidade com que os meios jornalísticos podem ser enganados. Aliás, o mesmo se passou, em 2004, quando as televisões difundiram as imagens de um alegado refém norte-americano ameaçado de morte por fundamentalistas islâmicos no Iraque, quando, na realidade, essas imagens não passaram de uma encenação de jovens que queriam mostrar como os *media* podiam ser facilmente enganados;
2. A morte da princesa Diana e do seu namorado, em 1997, num acidente de automóvel, em Paris, ocorrido quando procurava fugir aos fotógrafos,

deu má fama aos fotojornalistas *paparazzi*, que movem uma autêntica perseguição a certas figuras públicas;

3. A Guerra do Golfo Pérsico, em 1991, representou o triunfo da censura militar e política e das relações públicas sobre o jornalismo e os jornalistas. A televisão apregoava a “guerra em direto” mas as pessoas não eram informadas do que acontecia no terreno, antes eram “bombardeadas” até à exaustão com imagens da retaguarda, do equipamento militar, das manobras, dos aviões a partir para as suas missões e a regressar, das conferências de imprensa de militares e políticos, etc. (ainda hoje não se sabe quantas pessoas morreram na Primeira Guerra do Golfo). Os jornalistas, devido à ação das relações públicas militares, fizeram chegar à tranquilidade dos lares ocidentais a ideia de uma guerra assética e limpa, em parte devido ao modelo CNN (única emissora ocidental autorizada a estar em Bagdad no início da guerra, e que anunciou ao mundo os primeiros bombardeamentos sobre Bagdad), marcado pela informação multilocalizada e “instantânea” em direto, em que o jornalista pouco mais é do que um “pé de microfone” e um “tripé de câmara” e em que, inclusivamente, se aproveitaram telejornalisticamente, até à exaustão, imagens do armamento inteligente cedidas pelas relações públicas das forças norte-americanas. Aliás, não foi apenas a televisão a enviar a cobertura do conflito. A imprensa, por exemplo, também ajudou a catalogar o imenso arsenal americano, mercê das fotografias distribuídas pelas relações públicas militares (houve até fotografias militares distribuídas pelas agências noticiosas como se fossem fotografias jornalísticas). Em países como os Estados Unidos, o sentimento patriótico foi potenciado com imagens capazes de dar “o sentido da vitória”, repetindo-se até à exaustão o motivo dos soldados e da bandeira, tal como fez Rosenthal na célebre fotografia encenada dos *marines* norte-americanos içando a bandeira em Iwo Jima, em 1945.

Em 2003, quando a coligação anglo-americana invadiu o Iraque (Segunda Guerra do Golfo), os jornalistas foram mais cuidadosos, mas isso não evitou que a integração de alguns deles nas unidades de com-

bate (conforme tinha sido experimentado pelos britânicos na guerra das Falkland), brilhantemente planeada pelas relações públicas das forças armadas da Coligação, os levasse a abandonar uma postura de neutralidade discursiva, tendo sido comum a identificação plena dos jornalistas com a unidade de combate que acompanhavam, o que transparecia no discurso (“atingimos um tanque inimigo”...). A esse tipo de jornalismo chamou-se *embedded journalism*. Noutros casos, os exageros, por vezes de cariz crítico, ocultaram a informação (“Bagdad está em chamas” – mas o que estaria de facto a arder?).

A partir dos anos Oitenta, o papel adversarial, mas comedido e sensato, da grande imprensa foi contaminado pelo sensacionalismo, como, de resto, ocorrera na passagem do século XIX para o XX. A divulgação do escândalo sexual entre o Presidente Bill Clinton e a estagiária Monica Lewinski pelo webjornal sensacionalista *Drudge Report*, em 1998, que a *Newsweek*, na posse da mesma informação, não tinha divulgado, foi seguida por jornais sérios, como o *Washington Post*. A partir daí, a imprensa atirou-se ao novo e sensacional filão informativo e essa tendência nunca mais parou, prolongando-se até aos dias de hoje em inúmeros exemplos, que a perda generalizada de audiência só incentiva, devido à hipercompetição entre as empresas mediáticas na disputa pelo público que resta. O paradigma jornalístico do cão-de-guarda converteu-se no paradigma do vira-lata. Até o *New York Times*, tido como o guardião do jornalismo de qualidade, foi atingido pelo turbilhão. Publicou, inclusivamente, notícias sensacionais falsas, como as matérias de Judith Miller sobre armas de destruição em massa no Iraque e as reportagens inventadas do jornalista Jayson Blair.

3.8.6.1 O novo Novo Jornalismo

Beneficiando da conjuntura histórica, propícia à experimentação e às ruturas (movimento *hippie*, Maio de 68, Guerra do Vietname, movimentos alternativos, novas formas de expressão musical...), assistiu-se, nos anos Sessenta do século passado, à erupção de movimentos como o do novo Novo Jornalismo, também designado por *Jornalismo Pop*, por *Jornalismo Gonzo* e ainda por *Jornalismo Participado* (devido ao facto de os jornalistas imergi-

rem no ambiente que pretendem abordar e, em alguns casos, viverem como as personagens de quem pretendem falar).

Este segundo movimento de Novo Jornalismo que surge na história teve duas forças motrizes principais: a assunção da subjetividade nos relatos sobre o mundo; e a retoma do jornalismo de investigação em profundidade, que revelou ao mundo escândalos como o do Watergate.

As raízes do novo Novo Jornalismo encontram-se não só na literatura de viagens mas também na obra impressionista mas realista de escritores como Orwell (*Na Penúria em Paris e em Londres* é um bom exemplo). Mas é em meados da década de Sessenta do século passado que essa forma de jornalismo surge como um movimento de renovação estilística, ideológica e funcional nos Estados Unidos. Tom Wolfe, o primeiro teórico do novo Novo Jornalismo, no livro *The New Journalism* (London: Picador, 1975), diz que ouviu o termo, pela primeira vez, em 1965.

O movimento do novo Novo Jornalismo surge como uma tentativa de retoma do jornalismo aprofundado de investigação por parte de jornalistas e escritores que desconfiavam das fontes informativas tradicionais e se sentiam descontentes com as rotinas do jornalismo, mormente com as suas limitações estilísticas e funcionais. De entre esses profissionais podem destacar-se, por exemplo, Truman Capote ou o próprio Tom Wolfe, entre outros, como Hunter S. Thompson, que ganhou fama, em 1970, com o livro *Hell's Angels*, narrativa em que mergulha no mundo desse gangue de *motards* e quase morreu espancado por um grupo deles.

Em 1960, George Gallup reclamava da maneira formal, rotineira e sem interesse com que os jornais apresentavam a informação. Sugeriu, assim, que a imprensa adotasse um estilo mais sedutor e ameno. Truman Capote, em 1965, correspondeu ao desafio. Publica *In Cold Blood*, que classificou como uma novela de não-ficção, baseada em dados reais, na qual narrava o assassinato de uma família, começando no dia do crime e terminando seis anos depois, com o enforcamento dos dois homicidas. *In Cold Blood*, obra tida por primeiro grande exemplo de novo Novo Jornalismo, não fazia revelações

novas ou sensacionais, mas trazia para o jornalismo as técnicas da ficção literária, embora fosse um relato não ficcional. Para escrever o livro, Capote pesquisou durante meses, visitou os assassinos na prisão e entrevistou-os. O comportamento das personagens da história foi relacionado, por exemplo, com fatores como as condições climáticas. A obra também incluía exames psicológicos dos assassinos e comentários às entrevistas efetuadas. Um trabalho jornalístico com essas características, que exigiu do autor meses de dedicação, seria difícil de fazer no jornalismo convencional, movido pela vertigem da velocidade e com recursos cada vez mais espartilhados para produzir até mesmo a informação do quotidiano.

No novo Novo Jornalismo, o jornalista procura viver o ambiente e os problemas das personagens das histórias, pelo que não se pode limitar aos seus aspetos superficiais. Os novos jornalistas tornaram-se, frequentemente, jornalistas literários, assemelhando a sua produção à literatura.

Neste segundo Novo Jornalismo, o jornalista passa a ser encarado como um intérprete ativo da realidade, enquanto o jornalismo se perspetiva como um fenómeno da mente e da linguagem. Mesmo se o acontecimento continua a ser o principal referente do discurso jornalístico, passa, porém, a ser a perspetiva do jornalista, impressionista e subjetiva, a constituir o centro da enunciação e das narrativas. Em alguns casos, o jornalista torna-se o protagonista das histórias que narra. Numa abordagem fenomenológica da questão, de alguma forma entende-se que é impossível o sujeito obter conhecimento total do objeto sobre o qual enuncia um discurso. O objeto pode ser compreensível, no todo ou em parte, nunca cognoscível na totalidade. “Foi assim que eu percecionei o que se passou!” passa a ser não apenas uma realidade para o jornalista, como também um argumento para a assunção da subjetividade. Mas, desta maneira, também o acontecimento passa a ser considerado um fenómeno da interação entre a mente e a linguagem.

Ao nível discursivo, os novos jornalistas são heterogéneos, mas, normalmente, oscilam entre o “eu” e o “eles”. A construção cena por cena, o uso de diálogos na totalidade, o simbolismo, a linguagem cuidada, as frases cur-

tas, a introdução de onomatopeias, a narração minuciosa, a caracterização pormenorizada das personagens e a descrição contextual dos ambientes são domínios discursivos que alguns jornalistas começaram a explorar, bem dentro desse espírito da revisão estilística operada com o segundo movimento de Novo Jornalismo. Os títulos, em alguns casos, também se tornaram mais curtos, incisivos e apelativos, ideias que foram importadas quer da publicidade, quer do cinema. As fronteiras entre os mundos comunicacionais esbateram-se.

No jornalismo tradicional, para além de o trabalho de investigação raramente se alongar por mais de algumas horas ou dias, encontram-se quase só caracterizações superficiais das personagens, raramente se fazem descrições dos ambientes, a narração é construída, essencialmente, em função da importância que os dados assumem para o jornalista e não há atenção aos detalhes. A linguagem é usada em função do seu valor utilitário. Inversamente, o novo Novo Jornalismo incentivou mudanças ao nível da verificação dos dados (mais aprofundada e contrastada) e do trabalho de documentação e de investigação (que, por vezes, se prolonga por meses e anos).

Acompanhando o desenvolvimento do novo Novo Jornalismo, ou na sua órbita, desenvolveram-se outros géneros de jornalismo, como o *jornalismo informativo de criação*, que já não requer o tratamento dos temas em profundidade – antes valoriza a estilística da apresentação da informação, seja ela baseada no humor e na ironia, seja ela baseada na criação literária. De certa forma, pode dizer-se que no jornalismo informativo de criação, o entretenimento e a informação jornalística convergem para os mesmos enunciados.

Além dos livros-reportagem, os primeiros novos novos jornalistas publicaram reportagens em revistas de vários tipos, desde as contraculturais às mais convencionais (*Esquire*, *Playboy*, *Ramparts*, *The New Yorker*, *Harper's Magazine*, *The New York Times Magazine*, *The Village Voice*, *Rolling Stone*, etc.).

Dos Estados Unidos, o movimento do novo Novo Jornalismo espalhou-se à Europa, graças ao trabalho de jornalistas-escretores europeus como Ferreira Fernandes ou Oriana Fallaci, Ryszard Kapuscinski e Günther

Wallraff. Também as revistas e mesmo alguns jornais europeus publicaram reportagens que se podem enquadrar no espírito do novo Novo Jornalismo, como *Le Nouvel Observateur*, *Libération*, *Stern*, *Actuel*, *The Face*, *Egoïste*, *Blitz* e *The Observer on Sunday*.

3.8.6.2 O jornalismo de precisão ou de dados

Apesar da aparição do novo Novo Jornalismo, várias correntes jornalísticas mantiveram a ambição de objetividade, compreendendo, no entanto, que esta não passaria de uma meta, ou, eventualmente, de um método, mas de um método que empresta rigor à informação.

O *jornalismo de precisão* foi uma dessas novas tendências funcionais do jornalismo que foi emergindo a partir dos anos Cinquenta do século XX. A terminologia *jornalismo de precisão* deu lugar, recentemente, à expressão *jornalismo de dados*.

O jornalismo de precisão toma emprestadas as técnicas científicas de pesquisa empírica das ciências sociais e humanas, nomeadamente a estatística, para aplicação ao jornalismo. As sondagens e os barómetros eleitorais constituem alguns dos exemplos mais antigos de recurso jornalístico à pesquisa de opinião e à conversão de megadados em informação gráfica estatística. Com soluções estatísticas, é possível ao jornalista “olhar para a floresta e não somente para cada árvore”. Em suma, essa tendência funcional do jornalismo visa emprestar à investigação de iniciativa jornalística o rigor da investigação científica, “superando o estereótipo de que a indagação jornalística é uma questão de particular intuição, golpe de sorte (...) ou faro jornalístico” (Galindo Arranz, 2004, p. 99).

O jornalismo de precisão sofreu um grande impulso com os avanços da computação e com a conseqüente criação de bases de dados pesquisáveis, offline e online. Os avanços na computação gráfica também foram determinantes para a solidificação do jornalismo de precisão como uma nova forma de produzir informação jornalística.

Um dos exemplos mais antigos de uma reportagem de investigação que se pode situar dentro do conceito do jornalismo de precisão é da autoria de um dos arautos dessa nova forma de jornalismo, Philip Meyer. Em 1959, esse jornalista, ao investigar, para o *Miami Herald*, qual a razão para os seguros escolares contra incêndios e furacões serem caros, usou técnicas estatísticas e pesquisa documental para provar que 65% das contribuições para as campanhas eleitorais dos membros de uma comissão comunitária que administrava esses mesmos seguros eram provenientes das companhias de seguros, com quem, teoricamente, essa comissão deveria ter um conflito de interesses, já que deveria pugnar por seguros mais baratos. O mesmo jornalista aplicou técnicas similares em várias outras reportagens de investigação, como um trabalho de 1967 sobre distúrbios em Detroit, publicado no *Detroit Free Press*.

O *Miami Herald*, por seu turno, descobriu, efetuando uma sondagem após o assassinato de Martin Luther King, que os ideais dos negros americanos estavam mais fortes do que nunca. Em 1970, o *Washington Post* pôde noticiar, recorrendo à estatística e à pesquisa documental, que havia mais voluntários para combater na Guerra do Vietname entre os jovens dos bairros pobres do que dos bairros ricos.

A generalização dos meios informáticos e das telecomunicações, a partir dos anos Oitenta, contribuiu para dar um forte impulso ao jornalismo de precisão. O cruzamento informático de bases de dados permitiu, por exemplo, que, em 1987, o jornalista Andrew Schneider, do *Pittsburg Press*, tenha descoberto que um mesmo componente das turbinas de helicópteros tinha provocado vários acidentes, que os investigadores oficiais tinham atribuído a erros de pilotagem. A generalização do recurso a sondagens pelos meios jornalísticos, com os mais diversos fins, é outro exemplo da aplicação de técnicas de investigação das ciências humanas e sociais ao jornalismo, com ganhos para a informação.

3.8.6.3 O jornalismo cívico

Uma das tendências de renovação estilística e funcional do jornalismo que se foi desenhando a partir da década de noventa do século XX é conhecida por *jornalismo cívico*, também denominada *jornalismo comunitário*, *jornalismo público*, *jornalismo participativo* ou ainda *jornalismo de cidadania*.

O jornalismo cívico tem aplicação prioritária ao nível da imprensa regional e local. É um modelo que direciona diretamente o jornalismo profissional para os interesses, motivações e anseios de uma comunidade, de forma a reduzir o alheamento dos cidadãos face à política e também face ao jornalismo. Além do idealismo que lhe está subjacente, a aplicação do modelo tem, igualmente, um objetivo muito pragmático: salvar os jornais da perda de leitores e cativar as audiências locais para as rádios e televisões locais.

O jornalismo cívico propõe uma atitude de envolvimento jornalístico profissional com a comunidade que dê maior atenção a cada tema, em substituição da fragmentação noticiosa. Prevê o aproveitamento de sinergias da imprensa com outros *media* locais e regionais, nomeadamente a rádio. Quer levar os candidatos políticos a confrontar-se com uma agenda de assuntos estabelecida pelos cidadãos, em conexão com os jornalistas. Preconiza o uso de instrumentos como as sondagens de opinião para se reconhecerem as prioridades da comunidade. Propõe a confrontação regular de políticos, jornalistas e representantes da comunidade, amplificada pelos meios noticiosos.

O jornalismo cívico também tem os seus detratores. O envolvimento exacerbado dos jornalistas em causas comunitárias impede o distanciamento crítico. Além disso, o jornalismo cívico promove a fragmentação da sociedade em grupos de interesse.

3.8.6.4 O jornalismo “dos cidadãos” ou de autoria coletiva

Outra tendência que se desenhou no jornalismo contemporâneo é a do chamado *jornalismo “dos cidadãos”* ou de *autoria colectiva*, que bebe muito do jornalismo cívico.

No jornalismo cívico são, em grande medida, os consumidores de informação a definirem a agenda jornalística e, por vezes, são os próprios cidadãos que “vestem a pele” de jornalistas e alimentam um determinado órgão de comunicação social com trabalhos jornalísticos. Vários meios on-line feitos na quase totalidade por cidadãos-jornalistas, que não recebem salário, nem são profissionais, mas fazem a cobertura de assuntos que lhes interessam, ofereceram alternativas aos meios tradicionais, como é o caso da *OhmyNews* (오마이뉴스), um misto de agência de notícias e jornal online da Coreia do Sul, fundado em 2000, e que tem por lema “cada cidadão é um repórter” (<https://www.ohmynews.com/>). Legalmente, a *Ohmy News* é uma cooperativa de jornais, rádios e televisões que produz conteúdos para os cooperantes e para subscritores do serviço. Foi o primeiro órgão de comunicação social profissionalizado contemporâneo a aceitar, editar e publicar artigos dos seus leitores. Algumas dezenas de jornalistas profissionais selecionam, editam e complementam notícias escritas por cidadãos amadores, desde estudantes da escola fundamental até professores de pós-graduação. Os colaboradores recebem uma pequena quantia caso a peça mereça destaque ou tenha ampla difusão e circulação. A revista electrónica sobre tecnologia *Slashdot* (<https://slashdot.org/>) é outro exemplo de jornalismo dos cidadãos.

A blogosfera facultou o desenvolvimento de meios alternativos, com grande sucesso, na primeira década do século XXI. Cidadãos produzem blogues com notícias sobre determinados assuntos, que colocam à disponibilidade dos cibernautas. Há mesmo vários jornalistas profissionais que têm blogues, patrocinados ou não (alguns patrocinados pelos próprios meios que os empregam), aí publicando trabalhos de índole jornalística.

A blogosfera consolidou a vertente polifónica da Internet e da World Wide Web, cumprindo um pouco o papel dos primeiros jornais políticos e político-noticiosos, também escritos, não raras vezes, apenas por um ou dois indivíduos e lidos, igualmente, apenas por algumas dezenas, centenas ou poucos milhares. Durante a tragédia do furacão Katrina, em 2005, nos Estados Unidos, a rede de blogues foi extremamente importante para dis-

ponibilizar informações mais rapidamente do que a própria Administração norte-americana ou os *media* tradicionais.

Um dos casos recentes e com mais repercussão de “jornalismo dos cidadãos” foi o projeto *Current TV*, do antigo vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, lançado em 2005. Tratou-se de uma estação emissora de televisão que tinha por objetivo que parte dos conteúdos fossem criados pelos próprios telespectadores. O projeto não alcançou os objetivos esperados e a emissora foi vendida em 2013.

Os *smartphones*, a Internet sem fios, os meios informáticos, as câmaras digitais e o software de tratamento de produtos audiovisuais e radiofónicos foram alguns dos fatores que permitiram o (res)surgimento dos “cidadãos jornalistas”, quase como se de um retorno ao século XVIII e XIX se tratasse. As câmaras digitais incorporadas nos telemóveis tornaram-se um instrumento que os cidadãos usam para registarem e reportarem os acontecimentos que testemunham. O número de pessoas que registam e reportam acontecimentos – de todo o lugar e a todo o tempo – aumentou exponencialmente. Por exemplo, nos atentados contra o metro de Londres, em julho de 2005, os cidadãos que viajavam no metro fizeram de jornalistas, cobrindo os instantes posteriores ao atentado, até porque os jornalistas foram impedidos pela polícia de acorrer ao local, para não dificultarem as operações de socorro e não serem vítimas de segundos ataques.

3.9 Fotojornalismo no século XX

No início do século XX, a imprensa diária ainda publicava poucas fotografias, apesar da firme expansão do fotojornalismo pelas revistas semanais ilustradas. O *halftone* e outras tecnologias gráficas iam-se expandindo com lentidão, devido, inclusivamente, ao montante do investimento necessário para a reconversão tecnológica dos jornais diários. As gravuras ainda constituíam, por isso, o principal elemento da informação visual na imprensa diária. Mas a partir dos anos Vinte, o embaratecimento das novas tecnologias gráficas e os progressos técnicos expandiram o fotojornalismo pela

generalidade dos jornais diários. No final dessa década, quase todos os diários publicavam regularmente fotografias informativas, tinham fotojornalistas contratados e subscreviam serviços fotográficos das agências.

A afirmação da fotografia como meio informativo realçou a importância do fotojornalismo como uma das vertentes do jornalismo impresso e promoveu o surgimento de uma nova geração de revistas ilustradas, que usavam estruturalmente a fotografia como elemento central da informação. Além disso, a evolução das máquinas fotográficas, das lentes, dos filmes e da iluminação artificial (aparecimento do *flash*) permitiu uma revolução nos próprios conteúdos fotográficos. Se no século XIX as fotografias publicadas eram, essencialmente, retratos posados e imagens de objetos e pessoas imóveis, no século XX tornou-se fácil “travar” o movimento, o que permitiu a obtenção e publicação de imagens de pessoas em posturas naturais, mesmo em interiores, e de objetos em movimento.

James Hare (Jimmy Hare) foi, talvez, o primeiro fotojornalista do século XX a fazer nome, devido à sua atuação internacional desde os finais do século XIX, quando cobriu a Guerra Hispano-Americana para o “popular” *New York Journal*. Esteve, também, no México a cobrir a revolução de Pancho Villa; na Coreia, a fotografar o desembarque japonês durante a Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905; e em São Francisco, em 1906, após o terremoto. Em 1914, rompeu com a *Collier's* para poder cobrir a I Guerra Mundial na Europa para a *Leslie's Weekly*, tendo escolhido a frente dos Balcãs para fazer o seu trabalho. Antes de se retirar, fotografou os confrontos polaco-soviéticos pós-armistício. As suas fotos do conflito entre a Rússia e o Japão, tal como as de James Ricalton, William Dinwiddie e Robert Lee Dunn, reproduzidas largamente na imprensa americana, foram também vendidas à imprensa europeia, estabelecendo as bases para a difusão transcontinental das imagens fotográficas. O percurso profissional de Jimmy Hare e dos seus camaradas de profissão é ilustrativo da importância que o fotojornalismo e os fotojornalistas tinham para a imprensa. O fotojornalismo transformava-se em profissão e configurava-se como carreira.

Apesar do uso que a imprensa “amarela” fazia das fotos (no *New York Journal*, de Hearst, os fotógrafos chegavam a alterar fotos de pessoas conhecidas para que estas passassem por desconhecidas; as fotos serviam, depois, para ilustrar narrativas diversas, como crimes) e do *jazz journalism*, centrado na cobertura dos crimes e do desviante, entre o final do século XIX e os princípios do século XX foram-se estabelecendo as convenções da reportagem fotográfica e da conjugação entre texto e fotografia.

Os primeiros repórteres fotográficos profissionais cedo começam a ser detestados pelas suas “vítimas” devido ao cheiro nauseabundo e à luz ofuscante dos *flashes* de magnésio, ao caráter grotesco com que as pessoas eram fotograficamente representadas e ao facto de os fotógrafos serem, frequentemente, pessoas rudes, escolhidas mais pela força física, devido ao peso das câmaras, do que às suas qualidades profissionais e desempenho, o que até dificultava o seu acesso ao local dos acontecimentos.

Em 1907, a velocidade de transmissão das imagens fotográficas aumentou, com o estabelecimento da transmissão à distância, por telegrafia (mais tarde, por belinografia). As agências de notícias e as agências fotográficas ganharam, assim, a possibilidade de entrarem fortemente no negócio da imagem informativa, ao mesmo tempo que o fotojornalismo adquiria mobilidade. Os órgãos de imprensa começaram a enviar fotojornalistas junto com os repórteres da palavra escrita, o que estreitou a relação texto verbal-
-imagem no campo da informação impressa.

Em 1907, a revista *National Geographic* tornou-se pioneira do uso da cor na fotorreportagem.

O *New York Times* começou a publicar um suplemento semanal fotográfico no início do século XX, o que revela o êxito da fotografia jornalística como veículo de informação. Em 1914, o mesmo diário lançou o suplemento ilustrado *Mid-Week Pictorial*, com fotografias de atualidade da guerra na Europa.

Na Europa, jornais como o britânico *Daily Mirror* (a partir de 1904) e o francês *Excelsior* (a partir de 1910) também começaram a usar as fotografias como meio de informação no jornalismo diário.

É de registar que a fotografia documental de “compromisso social”, cujos temas são referenciais, ainda hoje, para o fotojornalismo, teve menos destaque na imprensa da época do que a fotografia de guerra e a fotografia de “pequenos eventos”, pelo menos numa fase inicial. O importante fotojornalista e documentarista Jacob Riis, por exemplo, teve dificuldades em levar os jornais a inserir as suas fotografias, que publicou, alternativamente, em álbuns. Os álbuns começaram, aliás, a constituir-se como um meio alternativo de veiculação do trabalho dos fotojornalistas, como provam os vários álbuns de fotografias da I Guerra Mundial publicados após o conflito, como o *Veteran's Photographic Combat*, de Edward Steichen, mais conhecido por ter sido o primeiro grande expoente da fotografia de moda e pela participação no movimento da *straight photography*, mas que cobriu como fotógrafo militar ambas as guerras.

O início do século XX na fotografia ficou ainda associado ao movimento da *Photo Secession*, que procurou abrir caminhos mais “realistas” e precisos para o *medium*. Esse movimento, fundado por Edward Steichen e Alfred Stieglitz, a que se associou Paul Strand, promoveu, no campo documental, uma estética modernista e especificamente americana, consagrada ao elogio da cidade, da indústria, do progresso e dos costumes não pitorescos. Na União Soviética, a abordagem “objetiva” e “materialista” do real preconizada pela *straight photography* e por correntes irmãs serviu os objetivos do Estado e do Partido Comunista. Deu-se, nesse país, uma negação política do pictorialismo e induziram-se os fotógrafos “proletários” a glorificarem os “feitos” do Estado Soviético (sobretudo nos campos agrícola, industrial e da eletrificação), os desfiles e os heróis do trabalho, através do realismo socialista. O grande expoente da fotografia soviética desse período foi Alexander Rodchenko.

A Primeira Guerra Mundial produziu, pela primeira vez, um fluxo constante de fotografias, normalmente editadas em suplementos ilustrados dos

jornais diários e nas revistas ilustradas semanais. À época, alguns meios impressos dos EUA, Reino Unido, França e Alemanha possuíam já um *staff* de fotojornalistas, que cobriam os eventos de rotina e, por vezes, produziam um *scoop*, a “catch” fotojornalística, a fotografia exclusiva, em primeira mão. No final da Grande Guerra, a maior parte dos grandes jornais já tinha ou estava em vias de ter a sua própria equipa de fotojornalistas. O *New York Times*, por exemplo, constituiu-a em 1922.

Durante a I Guerra Mundial, por vezes a fotografia serviu a manipulação e a propaganda, para ajudar a controlar as populações e direcionar e estimular os seus ódios e afetos. Os ministérios franceses da Guerra e das Belas Artes, por exemplo, criaram o Serviço Fotográfico do Exército, com os objetivos de registar os tempos de luta que se viviam e, sobretudo, de controlar a obtenção e difusão de imagens, impedindo a disseminação das fotografias chocantes, aquelas que retratavam a face odiosa da guerra (o organismo foi ressuscitado na Segunda Guerra Mundial). Os fotógrafos da I Guerra Mundial tiveram, ainda, de lidar com a mão pesada de censores e editores, que retocaram muitas imagens, impedindo o choque. Em 1937, numa exposição do *Register and Tribune*, de Des Moines, sobre o uso propagandístico da fotografia na Primeira Guerra Mundial, exibiram-se fotografias usadas pelos Aliados em que alemães pareciam brutalizar crianças belgas e francesas. Pelo contrário, em fotografias alemãs, crianças e soldados aliados prisioneiros dos alemães foram fotografados como se estivessem a receber bons tratamentos.

Ao contrário do que aconteceu durante a Segunda Guerra, a cobertura fotojornalística do conflito de 1914-1918 não necessitou de grande organização e logística, pois tratou-se de um conflito centrado nas trincheiras e não na guerra-relâmpago ou em rápidas movimentações militares. Algumas fotografias sob fogo foram realizadas por fotógrafos integrados nos exércitos dos antagonistas ou pelos próprios soldados, marinheiros e aviadores.

Vários foram também os avanços técnicos que ocorreram no domínio da fotografia jornalística entre os anos Vinte e Trinta. Em 1925, foi inventado o *flash* de lâmpada, que substituiu o nauseabundo e cru(*el*) *flash* de magnésio.

Em 1929, esse *flash* foi aperfeiçoado, com a introdução de um metal refletor a rodear a lâmpada. Os fotojornalistas adotaram rapidamente o novo *flash*, desde a sua estreia nos Estados Unidos, iluminando o Presidente Hoover a assinar a Lei de Apoio aos Desempregados.

Em 1925, a Leica comercializou o seu mítico modelo 1, uma câmara de 35 mm que estabeleceu o padrão para as restantes. Em 1930, a Leica, comercializou, pela primeira vez, um modelo dotado de objetivas permutáveis, utilizando um filme de 36 exposições. Com a Leica, o fotojornalista ganhou mobilidade, pôde posicionar-se melhor face ao evento, explorando pontos de vista variados, passava mais facilmente despercebido, não necessitava de usar constantemente o *flash* para fotografar em interiores, devido à boa luminosidade das lentes, e passou a ter à sua disposição uma gama de objetivas permutáveis que podia mudar consoante os objetivos do seu trabalho e a distância a que tinha de se situar.

O fotojornalismo moderno, “natural” (não posado), também designado “cândido” (“fotografia cândida”), visualmente agressivo, embora tenha antecedentes na fotografia da alvorada do século XX – podendo, no caso, ser recordado o pioneiro do fotojornalismo português, Joshua Benoliel – afirmou-se num conjunto de revistas ilustradas alemãs que, nos anos Vinte, converteram a fotografia no elemento central da narração das histórias, da descoberta de personagens e da descrição de edifícios e regiões. As notícias tornaram-se visuais com fotojornalistas como Erich Solomon. Algumas dessas revistas já vinham do século XIX e reformularam-se nos anos Vinte, outras nasceram nesta década. Nelas, o texto verbal foi tornado secundário, assumindo a imagem fotográfica o privilégio informativo. Tornaram-se comuns as fotorreportagens, em que as histórias são contadas quase exclusivamente com fotografias. São exemplos dessas revistas a *Berliner Illustrierte Zeitung* e a *Müncher Illustrierte Presse*.

Figura 96. Exemplo de fotografia cândida. O ministro das Rela es Exteriores francês Aristide Briand aponta para o fotojornalista Erich Salomon, que o fotografa, e exclama: “Ah! Le voil ! Le roi des indiscrets!”. (Paris, Quai d’Orsay, agosto de 1931)



Fonte: Erich Salomon Archives /Berlinische Galerie, Landesmuseum f r Moderne Kunst, Fotografie und Architektur.

Créditos: Erich Salomon

Aproveitando o poder da fotografia, as revistas ilustradas alemãs dos anos Vinte foram também das primeiras a prestar aten o   vida quotidiana das pessoas comuns. O jornalismo tornou-se, assim, tematicamente mais diversificado e mais bem-sucedido, mais representativo da realidade.

Dos vários fatores que determinaram o desenvolvimento do moderno fotojornalismo na Alemanha dos anos Vinte podem destacar-se seis:

1. Avanços técnicos (lentes, *flashes*, objetivas permutáveis, câmaras – incluindo a Leica de 35 mm, filmes);
2. Surgimento de uma geração de foto-repórteres bem formados, expeditos e, nalguns casos, com nível social elevado, o que lhes franqueava muitas portas, como foi o caso de Erich Solomon, expoente da *candid photography* (a fotografia “cândida”, não posada e não protocolar);
3. Atitude experimental e de colaboração intensa entre fotojornalistas, editores e proprietários das revistas ilustradas, promovendo o aparecimento e difusão da *candid photography* e do foto-ensaio;
4. Relação favorável entre o preço das revistas e a qualidade do produto;
5. Inspiração no interesse humano, florescendo a ideia de que ao público não interessam somente as atividades e os acontecimentos em que estão envolvidas figuras-públicas, mas também os temas que representam a sua própria vida;
6. Ambiente cultural e suporte económico.

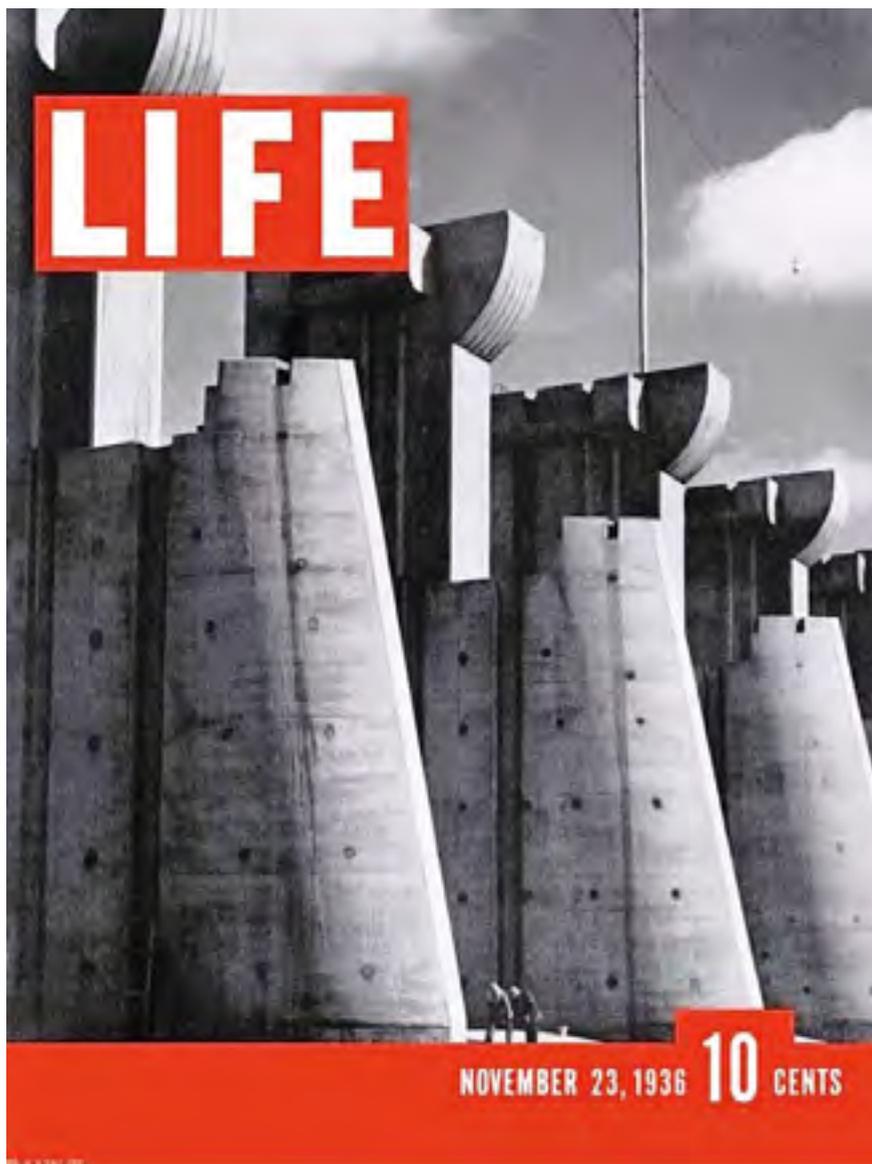
Com maiores ou menores variações, o receituário das revistas ilustradas alemãs levou várias revistas já existentes a reformularem-se e serviu de base a novos projetos jornalísticos. Tornaram-se importantes no cenário mediático revistas ilustradas como a *Picture Post* (Reino Unido), a *Vu* (França), a *USSR im Build* (uma revista propagandística da URSS, publicada com o mesmo título em várias línguas), a *Look* (Estados Unidos), a *Match* (França, rebatizada *Paris Match*, em 1949), a *Epoca* (Itália), a *Manchete* (Brasil), a *Século Ilustrado* (Portugal), *La Actualidad Española*, a *Gaceta Ilustrada* e a *Blanco y Negro* (Espanha) e ainda a *Life* (Estados Unidos). Entre todas, a *Life*, surgida a 23 de novembro de 1936, pela mão do cofundador da *Time*, Henry Luce, foi, provavelmente, a mais conhecida, devido a vários fatores, entre os quais os seguintes:

1. Deu emprego aos fotojornalistas europeus que fugiam do nazismo, que levaram para os Estados Unidos as técnicas expressivas do fotojornalismo europeu;
2. Tinha uma tiragem elevada difícil de manter;
3. Apresentou uma longevidade elevada e chegou a reaparecer no mercado após vários períodos de interrupção.

No primeiro número, a *Life* já indiciava aquilo que seria. Na capa, uma fotografia de Margaret Bourke-White mostrava uma barragem que estava a ser construída em Montana, chamando a atenção para a *cover-story*, ilustrativa da política do New Deal do Presidente Roosevelt. No foto-ensaio sobre a construção da barragem, um conjunto de fotografias organizadas significativamente mostravam a barragem, os construtores, os habitantes da região e a forma como a barragem estava a mudar o seu quotidiano. Nas páginas seguintes, o primeiro número da *Life* “falava”, sempre privilegiando as fotografias, do Presidente Roosevelt e de outras personagens do mundo da política e do cinema, de uma festa da alta-sociedade, do Brasil, da natureza, da arte, de curiosidades e outros temas. Concretizava-se, assim, o manifesto com que a *Life* se apresentava:

[A *Life* surge] Para ver a vida; para ver o mundo, ser testemunha ocular dos grandes acontecimentos, observar os rostos dos pobres e os gestos dos orgulhosos; ver coisas estranhas – máquinas, exércitos, multidões, sombras na selva e na lua; ver o trabalho do homem – as suas pinturas, arranha-céus e descobertas; para ver coisas a milhares de quilómetros, coisas escondidas atrás de muros e no interior das casas, coisas de que é perigoso aproximar-se; as mulheres que os homens amam e muitas crianças; para ver e ter prazer em ver; para ver e espantar-se; para ver e ser instruído.

Figura 97. Capa do primeiro número da revista *Life*, com fotografia de Margaret Bourke-White.



Fonte: reprodução do original (*Life*, 23 de novembro de 1936).

O impacto da *Life* foi tão grande que, além de ter gerado projetos semelhantes nos Estados Unidos (a *Look*, por exemplo) e um pouco por todo o mundo e provocou a reconversão de revistas já existentes, como a *Collier's Saturday Evening Post*. Mas a disseminação da televisão, o envelhecimento do seu modelo e, paradoxalmente, o próprio sucesso da revista, acabariam por liquidar a *Life*. De facto, quando a *Life* atingiu oito milhões de exemplares de tiragem, no início dos anos Setenta, a soma das receitas da publicidade e das vendas (maioritariamente realizadas por assinatura) era já inferior ao custo real do produto, pelo que a revista começou a acumular prejuízos. Em 1971, a *Life* tentou controlar a situação, reduzindo, voluntariamente, a sua tiragem para cinco milhões de exemplares semanais, mas era demasiado. Foi o toque a finados pelas revistas ilustradas clássicas. A *Life* ainda reapareceu no mercado várias vezes, mas com modelos diferentes de conteúdos e de negócio.

A fotografia jornalística ganhou, assim, nova vitalidade a partir dos anos Trinta, ultrapassando o carácter meramente ilustrativo-decorativo a que ainda era, por vezes, votada, principalmente na imprensa diária. O fotojornalismo de autor tornou-se referência obrigatória. Este fenómeno adquiriu maior relevância com as coberturas da Guerra Civil de Espanha e da Segunda Guerra Mundial. Da geração de fotógrafos que, a partir dos anos Trinta, conquistaram relevância histórica, fizeram parte Carl Mydans, Henri Cartier-Bresson, Margaret Bourke-White, Kartész, Brassai, Munkacsy, Doisneau, David Douglas Duncan, George Rodger, David "Chim" Seymour e Robert Capa, bem como, num prisma mais interpretativo, John Heartfield, autor de artísticas fotomontagens antinazis.

Figura 98. Excerto de fotorreportagem de Robert Capa sobre a Guerra Civil de Espanha. A fotografia “Morte de um soldado republicano” é a fotografia mais conhecida do fotojornalista Robert Capa.



Fonte: Reprodução do original (Vu, 23 de setembro de 1936).

Os anos Trinta foram, também, uma década em que os jornais populares europeus se agarram à foto, competindo, neste aspeto, com as revistas ilustradas. Tal como já faziam o *Daily Mirror*, o *Daily Mail*, o *Sunday Graphic* e o *Sunday Pictorial*, também jornais como o *Paris-Soir* (posteriormente denominado *France-Soir*) começaram a dar mais atenção ao fotojornalismo. O número de fotógrafos aumentou e a demanda de fotos também, o que levou a uma certa rotinização e massificação da produção fotojornalística. Assim, uma corrente paralela, mas de sentido oposto, à fotografia de autor (concentrada nas revistas), instalou-se no campo da imprensa diária. Foi a corrente do sensacionalismo, do *scoop*, da velocidade e da exploração da verosimilitude.

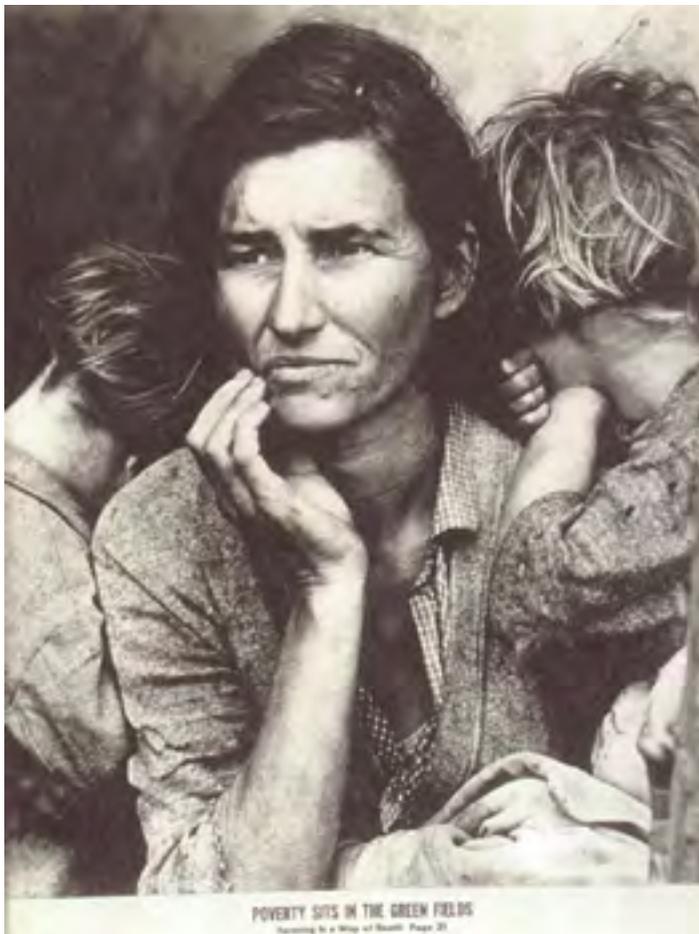
Irrompendo em 1936 e durando até às vésperas da Segunda Guerra Mundial, em 1939, a Guerra Civil de Espanha foi a primeira guerra moderna a ser amplamente fotografada e também um laboratório fotojornalístico para o conflito maior da II Guerra Mundial que se avizinhava. A maior parte dos grandes fotógrafos que se deslocaram para Espanha escolheu o lado dos republicanos. Os casos de Robert Capa e David “Chim” Seymour são paradigmáticos. A escolha de um campo por parte dos fotógrafos, a acentuação de um ponto de vista e a “autocensura”, motivada pelo “empenho” na causa e consequente postura perante o mundo, originaram um produto fotojornalístico em que pouco se veem as atrocidades cometidas pelo campo em que os fotógrafos atuavam. Por exemplo, as chacinas perpetradas pelos republicanos e mesmo as confrontações internas entre comunistas e anarquistas foram ignoradas pelos fotógrafos que cobriram o conflito do lado Republicano. Na Segunda Guerra Mundial, aliás, aconteceu algo semelhante e o fotojornalismo foi, mais uma vez, usado com fins propagandísticos e manipuladores.

Nos anos Trinta, enquanto no Velho Continente o fio condutor do fotojornalismo enveredou pela fotografia de autor e pelo foto-ensaio (nas revistas ilustradas), nos Estados Unidos foi, principalmente, nos jornais diários e no fotojornalismo “de rotina” que se deram mudanças importantes para o futuro da atividade. Nessa década, o fotojornalismo integrou-se de forma definitiva nos diários populares e nos de qualidade, que dedicavam cada vez mais espaço às fotografias jornalísticas. Uma invenção contribuiu para cimentar o fotojornalismo “de rotina” dos jornais diários: a introdução do serviço de telefoto, em 1935, pela Associated Press. Acrescente-se, todavia, que na América dos anos Trinta emergiram também fotojornalistas que cultivaram abordagens próprias do real, como Weegee, o fotógrafo das vidas marginais, dos casos de polícia e dos acidentes na grande cidade, máximo expoente do *jazz journalism* no campo do fotojornalismo.

Foi também na América dos anos Trinta que se desenvolveu um projeto exemplar da fotografia documental, o *Farm Security Administration*, destinado a documentar, na tradição da fotografia humanista americana, o resultado das políticas do *New Deal* do Presidente Roosevelt. Quinze fotó-

grafos colaboraram com o projeto: Arthur Rothstein, Theodor Jung, Ben Shahn, Walker Evans, Dorothea Lange, Carl Mydans, Russell Lee, Marion Post Wolcott, John Vachon, Jack Delano, John Collier, Marjory Collins, Louise Rosskam, Gordon Parks e Esther Bubley.

Figura 99. Mãe migrante.



Créditos: Dorothea Lange | Farm Security Administration.

Fonte: reprodução do original (*Ken*, 7 de abril de 1938).

Se bem que as fotografias do *Farm Security Administration* tenham tido bastante visibilidade na imprensa, pode, contudo, dizer-se que a linha dominante do fotojornalismo mundial se deslocizou, nos anos Trinta, da fotografia de autor para a fotografia “de rotina”. Isso aconteceu, em grande medida, quer por causa da necessidade imediata de fotografias que os jornais diários crescentemente denotavam, impossível de satisfazer pelos fotógrafos-autores engajados em grandes e morosos projetos, quer devido à aparição da telefoto. Por isso, a imprensa diária preferirá, a partir de meados dos anos Trinta, a publicação de fotos de ação isoladas. Com a publicação de fotografias “únicas”, de maior formato e mais detalhadas (beneficiando da aparição no mercado de teleobjetivas de grande distância focal), com a diminuição do número de fotografias posadas e com o destaque dado à fotografia, a imprensa pôde apresentar mais-valias de emoção.

No final da década de Trinta, a eclosão da Segunda Guerra Mundial recuperou velhas preocupações sobre a utilização propagandística da fotografia jornalística. De facto, tal como aconteceu com as imagens da Guerra da Crimeia obtidas por Fenton ou com as fotografias da Grande Guerra, a fotografia “jornalística” da Segunda Guerra Mundial foi usada com intuítos manipulatórios, desinformativos, contra-informativos e propagandísticos, mas mais eficazmente. A censura impediu a publicação da verdadeira face do conflito (os mortos e os mutilados) e encorajou a publicação das fotografias que apoiavam o esforço de guerra, como os “heroicos” raids aéreos diurnos aliados ou o ambiente simultaneamente “épico” e cavalheiresco das casernas dos aviadores ingleses.

Logo no início da guerra se adivinhou o controlo que os governos dos estados beligerantes pretenderam fazer sobre a fotografia de combate. Nos Estados Unidos, por exemplo, várias agências noticiosas, como a International News Photos, a Acme News Pictures e a Associated Press, tinham planos para cobrir a previsível guerra na Europa. Mas quando a guerra começou, na Polónia, o Governo alemão impediu que correspondentes estrangeiros visitassem a frente. O fornecimento de fotografias para a imprensa foi, na generalidade, feito pelas *Propaganda Kompagnies* alemãs ou então foi reali-

zado por fotógrafos censurados pelos alemães. Do lado aliado, os franceses e britânicos implementaram, também, um serviço de censura nesta fase da guerra.

Todavia, nem sempre se tornou necessário para os governos o recurso à propaganda literal, pois o doutrinamento dos fotojornalistas foi suficientemente forte para que estes exercessem autocensura e enviesassem o discurso fotojornalístico no interesse do “seu lado”. Surgiu, de novo, em muitos casos (como nas revistas da “guerra ilustrada”), o retrato de um combate heroico, limpo, aventureiro, épico, como já Fenton tinha feito na Crimeia quase um século antes. Durante o conflito, foram, também, apontadas alegadas práticas de fabricação e manipulação de imagens. Por exemplo, a premiada fotografia de Rosenthal dos *marines* içando a bandeira americana em Iwo Jima foi produzida para a ocasião. Na fotografia de Yevgeny Khaldei de soldados soviéticos içando a bandeira no Reichstag, foram apagados dos braços dos soldados vários relógios que estes usavam e que provinham do saque a civis e militares alemães.

Muitos foram os fotógrafos famosos que cobriram a II Guerra Mundial. Entre eles podem destacar-se Robert Capa, principalmente pelo seu trabalho durante a invasão da Normandia, em 1944 (que, segundo a lenda, viria a ser estragado em laboratório), e pela cobertura do avanço das tropas aliadas rumo à Alemanha; mas também Margaret Bourke-White (frente de Moscovo, raids aéreos, libertação dos campos de concentração); George Rodger (*home front*); Cecil Beaton (repórter oficial da RAF, que fotografa o soldado só, alimentando o mito do herói, mas também evidenciando, pela solidão, a desgraça da guerra, capaz de apagar existências); Edward Steichen (que cobre, como fotógrafo militar, funcionalmente, a guerra nas frentes Ocidental e do Pacífico, de forma “limpa” e distanciada); Eugene Smith (cujas fotografias bélicas da frente do Pacífico são cheias de um lirismo que sensibiliza e engrandece o esforço pessoal, mas também a solidariedade humana na desgraça, como na foto em que um *marine* pega num bebé ferido e abandonado, depois de um ataque); Ernest Haas (que se concentra nos resultados da guerra, como nas fotos das mulheres aguardando, apreensivas, transpor-

te em Viena); Werner Bischof (que fotografa a Alemanha e o Leste europeu em ruínas); Yevgeny Khaldei (o “Capa soviético”, que acompanha a “Grande Guerra Patriótica” desde o seu início, coroando o seu trabalho com uma das mais memoráveis fotos da guerra: soldados russos no Reichstag, com a bandeira vermelha em primeiro plano); e Erich Lessing (que abandonará o Plano Marshall e a fotografia documental para se dedicar à reportagem). Henri Cartier-Bresson, internado num campo de concentração alemão durante três anos, terá direito a uma “exposição póstuma” no Museu de Arte Moderna em Nova Iorque, mas foi libertado a tempo de cobrir o regresso dos prisioneiros de guerra a casa.

Após a Segunda Guerra Mundial, no campo do fotojornalismo foi tempo de desenvolvimento paralelo da fotografia “de rotina” e da fotografia documental humanista, mas o documentalismo fotográfico foi sendo cada vez mais contaminado pelas correntes que favoreciam a “livre expressão” e a fotografia como “verdade interior” do fotógrafo, de que são exemplos os trabalhos impressionistas e mesmo encenados de fotógrafos como Martin Parr ou Karen Knorr. De qualquer maneira, a tradição da fotografia humanista não se desvaneceria. Pelo contrário, terá sido até reforçada por exposições como a *Concerned Photographers* (terminologia do fotógrafo Cornell Capa), de 1967, que juntou fotos de Bischof, Kertész, Capa, Leonard Freed, Dan Weiner e David “Chim” Seymour, reagrupadas numa tradição humanista da fotografia de notícias. Uma segunda exposição com o mesmo tema, reuniu, em 1973, fotografias de Don McCullin, Gordon Parks, Eugene Smith, Hiroshi Hamaya, Marc Riboud, Ernst Haas, Bruce Davidson e Roman Vishniac. Estes nomes juntaram-se aos primeiros enquanto exemplos relevantes da tradição fotográfica humanista, continuada contemporaneamente na obra de Sebastião Salgado (talvez o mais importante nome do documentalismo fotográfico contemporâneo), na de Eugene Richards ou na de Mary Ellen Mark. Ou na do fotojornalista português Leonel de Castro.

Os conflitos do pós-guerra (Coreia, Vietname, etc.), cobertos com alguma liberdade (em especial o do Vietname), representaram, igualmente, um terreno fecundo para o fotojornalismo, bem aproveitado pelas agências fo-

tográficas que nasceram no pós-guerra (como a mítica Magnum) e pelas agências de notícias com serviço de fotojornalismo. Neles emergiram fotógrafos como Larry Burrows.

Para caracterizar o desenvolvimento do fotojornalismo após a Segunda Guerra Mundial até aos nossos dias, há ainda que adicionar a expansão do “fotojornalismo de celebridades”, por força da “imprensa cor-de-rosa” e da televisão *star making*, que recuperou muitas das intenções pictóricas e das composições convencionais dos retratos do século XIX.

Dando sequência a um processo que vinha desde o século XIX, a edição de livros fotográficos animou-se, também, no pós-guerra, sendo exemplos: Henri Cartier-Bresson (*Images à la Sauvette — The Decisive Moment*, na versão anglo-americana, 1952), William Klein (*New York*, 1956), Robert Frank (*Les Américains*, 1958) e Lee Friedlander (*Self-Portrait*, 1970). Entre eles, há a destacar o de Henri Cartier-Bresson, pela teoria do “momento decisivo” (o fotógrafo deve procurar uma imagem única, obtida no instante decisivo em que os elementos da composição se conjugam para se obter o efeito desejado ou a ideia pretendida), e o de Robert Frank, *Les Américains*, uma obra que causou grandes sensações, discussões e influências no amplo universo da fotografia e nos mais pequenos mundos do fotojornalismo e fotodocumentalismo.

Les Américains não era uma reportagem clássica, uma vez que não se debruçava sobre acontecimentos. Era uma espécie de «reportagem» sem acontecimentos, que tornou Frank num arquétipo do fotojornalismo não centrado em acontecimentos. Também não se podia considerar um fotoensaio nem sequer uma história em imagens. Longe de procurar registar momentos convencionalmente significativos, Frank realizou um conjunto de imagens fotográficas que registam instantes evocativos das deambulações quotidianas de um europeu pelos Estados Unidos.

A partir de meados da década de Cinquenta, a criação de várias agências fotográficas em França (Dalmas, Reporters Associés, etc., e depois a Sygma, a Sipa e a Gamma) lançou novos nomes no fotojornalismo, como Raymond

Depardon e Gilles Caron, e novas práticas competitivas pela conquista de mercado, como aquelas protagonizadas por Hubert le Campion (*Reporters Associés*) e Philippe Letellier (*Dalmas*) durante a Guerra da Independência da Argélia.

O aparecimento das câmaras digitais, dos computadores portáteis e da Internet representou, nos anos Oitenta e Noventa, uma nova evolução para o fotojornalismo. Esses meios asseguram maior rapidez e menos custos, já que evitam o processamento da película tradicional, facilitam a transmissão à distância e potenciam o tratamento informático das fotografias. Porém, com os novos meios tornou-se mais fácil e rápido alterar ou mesmo criar imagens, o que representa novos desafios éticos para o jornalismo, acentuados, hoje, pelo recurso massivo a *smartphones* e à Inteligência Artificial.

No presente, há sinais contraditórios sobre os limites e práticas do fotojornalismo. Banidos, controlados ou mesmo usados no Afeganistão, nas Falkland, em Granada, no Panamá, no Golfo, no Iraque, na Palestina, em Tiananmen (Pequim, China), na Ucrânia e noutros lugares, os fotojornalistas podem agora, inversamente, fotografar legalmente em alguns tribunais... Aliás, o poder da fotografia na imprensa não se desvaneceu – a retirada dos norte-americanos da Somália, em 1993, foi provocada, em grande medida, pela difusão, na imprensa, de uma foto do corpo de um piloto militar norte-americano sendo arrastado pelas ruas de Mogadíscio.

De destacar, igualmente, como fenómeno marcante da contemporaneidade no fotojornalismo, o crescente domínio das agências de notícias (sobretudo Reuters, Associated Press e France Presse, esta última instituição base da European Pressphoto Association) e de multinacionais, como a Corbis, a Getty Images e o grupo Hachette, sobre o fluxo internacional de notícias, pese embora o incómodo causado pelas pequenas agências de “fotojornalismo de autor”, como a VII, a Vu e mesmo a Magnum, que continua no mercado da “fotografia de qualidade”.

3.10 Radiojornalismo

No início, a rádio só foi aproveitada para comunicações privadas civis e aplicações militares, mas, pelo final da década de Dez, alguns amadores, por vezes com o apoio de algumas empresas e firmas comerciais, começaram a ensaiar atividades de radiodifusão. O êxito relativo que tiveram, tendo em conta as péssimas condições de emissão e receção, levou as grandes empresas radioelétricas (Telefunken, RCA, Marconi's Wireless Telegraph...), por vezes estimuladas pelos governos, a interessarem-se pela atividade. Criaram-se, assim, condições para a proliferação de emissoras, na Europa, nos Estados Unidos, na Austrália e na Índia (que, ao tempo, pertencia ao Império Britânico), logo a partir do início da década de Vinte, fenómeno que, progressivamente, se estendeu ao resto do mundo. Porém, a proliferação descontrolada de emissoras saturou o espectro radioelétrico e dificultou a receção, o que levou os governos a intervir, por meio da concessão de licenças de radiodifusão. No entanto, enquanto nos Estados Unidos o sistema de radiodifusão se manteve nas mãos dos privados, sendo concebido como um sistema comercial, regulado pelo Estado através da FCC (Federal Commission on Communications), na Europa os governos procuraram controlar o novo meio, cientes do potencial propagandístico da rádio numa época em que o fascismo, o nazismo e o comunismo ascendiam. Mesmo no ancestralmente democrático e liberal Reino Unido, o Governo britânico permitiu o monopólio da rádio pela BBC (British Broadcasting Company), surgida, em 1922, como empresa privada, e que passou, em 1927, a empresa pública (British Broadcasting Corporation). Na Alemanha foi encontrada uma solução semelhante à britânica, com a fundação da RRG (Reichsrundfunk Gesellschaft), pelo Governo, em 1925, agrupando nove emissoras regionais e uma nacional (Deutsche Welle). Em França, o Governo foi permitindo a coexistência de um sistema misto, com rádios privadas e públicas. Na Holanda, o sistema aplicado foi mais liberal, com a Philips a encarregar-se das infraestruturas, deixando a criação das emissoras para os cidadãos. Em Itália, Espanha e em Portugal o sistema foi inicialmente aberto à iniciativa privada, mas as ditaduras de Mussolini, Franco e Salazar impulsionaram a criação de emis-

soras públicas (Unione Radiofonica Italiana, depois EIAR – Ente Italiano per le Audizioni Radiofoniche; Radio Nacional de España; e Emissora Nacional). Na URSS, a atividade de radiodifusão também foi constituída como um monopólio público, devido a razões ideológicas. No Japão, o Governo também permitiu o monopólio da radiodifusão pela NHK, a partir de 1927. Por isso, pode dizer-se que quase desde as origens a radiodifusão foi uma atividade controlada, não tendo beneficiado da mesma liberdade concedida à imprensa ao longo da instauração dos regimes liberais-democráticos. Mas a rádio, para se impor, não teve apenas de desafiar as restrições à radiodifusão. Também teve de enfrentar as empresas editoras de meios jornalísticos impressos quando começou a difundir notícias.

Nos primeiros anos em que funcionaram, as estações pioneiras de rádio não difundiam informação jornalística (embora pudessem, ocasionalmente, “dar notícias”, geralmente locais). O radiojornalismo surgiu com o aparecimento da primeira emissora profissional de rádio: a norte-americana KDKA, nascida a 2 de novembro de 1920. A emissão inaugural é toda ela informativa, transmitindo-se, ao longo de oito horas, os resultados das eleições presidenciais, em colaboração com o jornal *Pittsburgh Post*. As notícias passaram a ter espaço próprio na rádio. Assim, pode dizer-se que os pioneiros da radiodifusão cedo se aperceberam das potencialidades informativas do novo meio, nomeadamente da sua agilidade e rapidez, que lhe permitiam noticiar os acontecimentos à medida que estes iam evoluindo.

A programação das primeiras emissoras de rádio reflete aquilo que a rádio ainda é hoje em dia: fornecedora de música, informação e entretenimento. Mas, nos primeiros tempos, a informação tinha pouco espaço na programação. Normalmente, era transmitida num único bloco, no final da programação, ou em dois ou três blocos (manhã, meio-dia e noite) e centrava-se na meteorologia, nos espetáculos e na bolsa (Contreras, 1999, p. 208), embora as rádios promovessem, também, o jornalismo desportivo, narrando as competições desportivas, às vezes em direto, e o jornalismo cultural e científico, dando espaço à difusão de conferências. Não obstante, os jornais e as revistas não se sentiam muito ameaçados com a concorrência do novo

meio, apesar de este chegar mais rapidamente a mais pessoas, incluindo as analfabetas, e de não exigir o esforço e as condições da leitura que a imprensa exigia. Porém, em 1923, algo muda quando são introduzidos os blocos informativos, de quinze minutos de duração, por uma emissora norte-americana (Contreras, 1999, p. 208). O êxito da fórmula levou a um aumento do interesse jornalístico pelo meio. Em 1924, cem empresas jornalísticas norte-americanas já tinham emissoras de rádio (Meditsch, 1999, p. 24). Em 1927, a American Newspaper Publishers Association proclamou que a difusão de notícias pela rádio estimulava a venda de jornais (Fau Belau, 1981, *cit. in* Meditsch, 1999, p. 24). De algum modo, a rádio aumentava o interesse dos ouvintes pelas notícias, levando-os a comprar os jornais, para se inteirarem mais profundamente da informação. Todavia, a crise económica de 1929 inverteu a posição dos editores de jornais, que receavam que a rádio lhes tirasse leitores. Por isso, ocorreu uma verdadeira guerra entre jornais e rádios, não apenas nos Estados Unidos, mas também na Europa. A pressão dos editores de jornais teve várias consequências. Segundo Lewis e Both, referidos por Eduardo Meditsch (1999, p. 25), em Inglaterra o Governo só autorizou a transmissão de notícias pela rádio depois de estas serem publicadas na imprensa, e somente a partir de uma determinada hora. Nos Estados Unidos, em 1932, as grandes agências de notícias negaram-se a fornecer informação às rádios e estas foram obrigadas a respeitar limites na difusão de informações: um máximo de dois noticiários por dia, veiculados após a saída dos jornais, e com notícias limitadas a um máximo de 35 palavras (Belau, 1981, p. 53, *cit. in* Meditsch, 1999, p. 25). Em França, até 1937 as rádios só podiam realizar duas reportagens por semana, emitidas três horas depois da saída dos jornais (Lavoine, s/d, p. 52).

As ditaduras, a Guerra Civil de Espanha e a II Guerra Mundial transformaram a rádio num veículo de propaganda, muitas vezes de propaganda internacional, graças às emissões de ondas curtas, situação que perdurou durante a Guerra Fria. Emissoras dos países comunistas digladiavam-se nas ondas com rádios ocidentais, como a Voz da América. A situação prolongou-se até ao final dos anos Oitenta.

Na Europa ocidental, os governos também continuaram a exercer um significativo controlo sobre a radiodifusão até meados dos anos Setenta e princípios dos anos Oitenta. Porém, fenómenos como o das “rádios livres”, em Portugal, e as pressões económicas e cívicas fizeram os governos europeus ocidentais desregulamentar o setor da rádio e permitir o aparecimento de novas rádios nacionais e de uma miríade de rádios regionais e locais, o que contribuiu para aumentar a independência do setor. A maioria dos governos ocidentais continuou, não obstante, a ter interesses no setor da radiodifusão, mantendo emissoras, como a portuguesa RDP (inclusivamente por causa das emissões internacionais, componente da política externa), depois aglutinada na RTP. O digital, no entanto, alterou os padrões de consumo áudio. A rádio tradicional – em especial a rádio noticiosa, como é o caso da portuguesa TSF – viu a sua audiência diminuir e, por isso, diminuíram, igualmente, as receitas publicitárias. Para se adaptar, o radiojornalismo explora, hoje, dispositivos como os *podcasts* e as rádios emitem, também, na Web, em *streaming*.

Num balanço global, pode dizer-se que depois da II Guerra Mundial, acompanhando alguma liberalização no sector da radiodifusão, a situação evoluiu favoravelmente para a rádio, beneficiando da hegemonia que o *medium* teve durante o resto da década de Quarenta (que se estendeu pelos anos Cinquenta em Portugal). As próprias empresas editoras começaram a perspetivar a possibilidade de aproveitamento de sinergias entre meios. Algumas delas reforçaram os seus interesses no sector da radiodifusão, enquanto outras iniciaram uma política de desenvolvimento multimédia, incluindo rádio, imprensa e outros meios nos seus grupos empresariais. Por isso, apesar das resistências dos anos Vinte e início dos anos Trinta, o radiojornalismo começou a configurar-se como aquilo que é hoje, vingando o modelo do radiojornal hora a hora ou de meia em meia-hora, complementado, pontualmente, com transmissões desportivas, culturais e científicas e programas de entrevistas, debates e reportagens. Em alguns casos, surgiram formas de colaboração entre meios impressos e radiofónicos, como o programa *Radio Times*, da BBC e do *Times*, e o *The March of Time*, da CBS

(substituída, depois, pela NBC). Meditsch (1999, p. 21) salienta que o radiojornalismo reformulou os conceitos de tempo e atualidade noticiosa, devido aos noticiários de hora em hora.

Meditsch (1999, p. 21) explica, também, que o radiojornalismo revolucionou a ideia de reportagem, com as transmissões ao vivo, por vezes em simultâneo de vários locais, acentuando a sensação de ubiquidade (a rádio pode estar em todo o lado). As características específicas da rádio obrigaram, de facto, à dessacralização progressiva do território do radiojornalismo, em favor de um estilo mais vivo, mais direto, mais coloquial, mais breve e mais claro do que o da imprensa, talvez também mais expressivo, dada a possibilidade de se adicionar música e efeitos sonoros à voz e à faculdade de se escutarem várias vozes. Um estilo por vezes íntimo, *intimista*, que parece dirigido a cada ouvinte. Da rádio pomposa e “oficial” dos “senhores ouvintes”, passámos à rádio mais íntima “para si que está aí e me escuta”.

A colaboração entre a imprensa e a rádio tem sido estimulada, nos dias de hoje, pelas empresas e grupos empresariais multimédia, que, em consequência, exigem aos jornalistas competências multimédia (por exemplo, existem redações de jornais com pequenos estúdios de rádio e televisão, onde os jornalistas vão apresentar as histórias que os leitores poderão ler no dia seguinte e onde podem realizar e editar pequenas reportagens audiovisuais, tal como existem pequenas empresas de informação regional e local que combinam rádio, jornal, webjornal, às vezes também televisão, obrigando o jornalista a deter competências multimédia para poder operar nos diferentes meios).

Os radiojornalistas tornaram-se, assim, técnicos especializados na recolha e no processamento e difusão de informação em rádio, embora muitas vezes também tenham competências noutros meios. No que respeita especificamente à rádio, um radiojornalista, como qualquer outro jornalista, tem de saber obter informações, mas tem também de saber adaptar essas informações à linguagem de rádio, explorando os seus diferentes recursos expressivos; tem de saber estar perante um microfone; e precisa, igualmente, de dominar os

equipamentos, para poder editar as suas matérias e tirar partido dos diferentes recursos que tem à sua disposição para construir as mensagens.

O sistema Digital Audio Broadcasting, nos anos Oitenta e Noventa, permitiu a melhoria do sinal de rádio e a transmissão de informações adicionais, como o nome da emissora que se escuta – importante, por exemplo, para a escuta em automóveis. As rádios especializadas, entre as quais rádios informativas, que se especializaram em radiojornalismo, como a portuguesa TSF, também foram importantes para reconfigurar a paisagem radiofónica. Não quer isto dizer que uma rádio especializada em radiojornalismo não possa emitir outro tipo de conteúdos, mas somente que uma rádio informativa, normalmente, oferece mais informação, com mais profundidade e variedade, com mais recursos expressivos, sendo procurada, essencialmente, por um segmento de público que deseja estar bem informado (Faus Belau, 1981, *cit. in* Meditsch, 2001, p. 20).

Hoje a rádio trilha novos caminhos, devido à transição digital, que promove a erosão das audiências e, com isso, a perda de receitas (sem dinheiro, é impossível fazer bom jornalismo radiofónico), mas também dá à rádio novas potencialidades, como o alcance global via Web, em *streaming*, ou o aproveitamento de novos dispositivos, como os *podcasts* (que, não obstante, também facilitam a competição do radiojornalismo com outros provedores de conteúdos).

3.11 Jornalismo audiovisual: o cinejornalismo

O jornalismo audiovisual deu os seus primeiros passos quando alguém empunhou uma máquina de filmar e a apontou para um acontecimento com a finalidade de, visualmente, dar a conhecer a terceiros como é que este ocorreu e qual o seu desenvolvimento.

A invenção do cinema pelos irmãos Lumière, em 1895, foi, nas palavras de Contreras (1999, p. 185), o invento que “rompeu o monopólio que jornais e revistas exerciam sobre a informação”. As primeiras reportagens filmadas foram de acontecimentos com significativo valor-notícia, as cerimónias

oficiais em que participavam altas personalidades dos estados. Um bom exemplo é o filme sobre a coroação do Czar Nicolau II da Rússia, realizado por dois colaboradores dos Lumière (Charles Moisson e Francis Doublier), a 14 de maio de 1896.

No entanto, o cinema, no final do século XIX e início do século XX, era, essencialmente, encarado como um espetáculo de feira e uma curiosidade. Por isso, os pequenos filmes sobre acontecimentos recentes que iam sendo feitos eram projetados no meio de outros filmes, cómicos, dramáticos ou simplesmente sobre cenas da vida quotidiana.

Foi somente em 1906, em Paris, que um empresário cinematográfico, Gabriel Kaiser, começou a projetar semanalmente, no seu cinema, um conjunto de filmes sobre atualidades, com duração standardizada (cerca de 15 minutos, com exibição de quatro a oito pequenos filmes). Pode considerar-se que, nesse momento, foi criado o protótipo do que viria a ser o *cinējornal*, dado que nas “atualidades” de Kaiser já estão presentes várias características do género: periodicidade, atualidade, diversidade temática e duração standardizada.

O esquema de Kaiser foi adaptado, com grande sucesso, em 1909, por um outro empresário francês, Pathé, que criou o primeiro cinejornal cuja denominação e estrutura apelava, efetivamente, à ideia de “jornal” visual: o *Pathé Journal*, dirigido, inicialmente, por Albert Gaveau. Porém, ao contrário de Kaiser, Pathé não restringiu a projeção do seu cinejornal a uma sala. Pelo contrário, tirava várias cópias do cinejornal, que vendia aos proprietários de cinemas. Assim, adicionou ao modelo de Kaiser a difusão massiva da mensagem informativa.

Contreras (1999, p. 186) salienta que Pathé teve muitas dificuldades em levar as autoridades a considerarem como jornalistas os repórteres de imagem, o que dificultava o acesso destes aos lugares dos acontecimentos. Mas, vencida a oposição inicial, o cinejornal entrou nos hábitos dos franceses. Primeiro semanalmente, depois bissemanalmente e até diariamente, entre 1913 e 1914 (Contreras, 1999, p.186), o cinejornal dava aos franceses a possibilidade de verem algo do que tinha acontecido no mundo (ou, pelo

menos, as consequências desses acontecimentos) e como tinha acontecido. Além do mais, beneficiando das inovações introduzidas no cinema por realizadores como James Williamson (montagem de ações paralelas, 1901), Alfred Collins (*tracking*, 1903) e Griffith (linguagem dos planos fixos e de movimento, 1903), nos noticiários de Pathé já se esboçava o aproveitamento da linguagem narrativa das imagens, articulada em planos fixos e de movimento, o que tornava as reportagens e os cinejornais lógicos e ritmados e, portanto, atraentes e apelativos. Fazer uma reportagem de atualidades deixava, gradualmente, de se resumir a apontar uma câmara para um acontecimento. Implicava dominar a linguagem das imagens, saber como enquadrar, dominar os diferentes planos e movimentos de câmara que poderiam ser aproveitados e saber também, na fase de montagem, articular logicamente, mais do que cronologicamente, os diferentes planos fixos e de movimento captados.

Como tudo o que tem sucesso como negócio é apelativo, outras produtoras francesas copiaram a receita bem sucedida de Pathé e começaram a produzir os seus próprios cinejornais (*Gaumont Actualités*, *Éclair Journal* e *Éclipse Journal*), agudizando a competição pela notícia, pelas melhores imagens e pelo exclusivo.

Visando novas oportunidades de negócio, Pathé procurou exportar a sua fórmula de sucesso, criando o *Pathé Gazette*, ainda em 1909, para o Reino Unido, e *The Pathe's Weekly*, em 1911, para os Estados Unidos. Foi logo imitado por Gaumont, que criou e difundiu no mundo anglófono *The Gaumont International Newsreel*. Assim, os cinejornais popularizaram-se um pouco por todo o mundo, o que levou novos produtores a fazer propostas ao mercado. Nos Estados Unidos, por exemplo, as grandes produtoras começaram a produzir os seus cinejornais, normalmente semanais, para o mercado interno e externo, pelo que, entre 1911 e 1913, apareceram, entre outros, o *Mutual Weekly*, o *Universal News* e o *Fox News*. Em 1927, surgiu o *Paramount News* e, em 1939, *The News of the Day*, cinejornal do Grupo Hearst para a Metro Goldwyn Mayer. Porém, nesta altura os cinejornais já não eram apresentados como um produto independente, mas sim como o elemento que antecedia

o filme principal nos espetáculos cinematográficos. Este modelo de exibição ainda se manteve até aos anos Setenta, mas a popularização da televisão e dos telejornais e o aparecimento dos multiplex (em que as pessoas vão para ver o filme, sem intervalos, e nada mais) roubou interesse às “atualidades cinematográficas”, que acabaram por, gradualmente, desaparecer.

O aparecimento do cinema sonoro, em 1927, abriu novas perspetivas ao cinejornalismo. Em 1928, começaram a produzir-se os primeiros cinejornais sonorizados. Os cinejornalistas começaram a ser vistos como outros jornalistas, não sendo raro que os grandes acontecimentos suscitassem a presença de cinejornalistas de várias partes do mundo. Em 1935, o aparecimento do cinema colorido tornou os cinejornais ainda mais apelativos e atraentes.

Os regimes totalitários, como o soviético, o nazi e o fascista, aproveitaram o cinejornalismo para a propaganda, beneficiando da credibilidade das imagens e recorrendo a outros elementos da linguagem audiovisual com fins persuasivos (ângulo de tomada de imagem, comentário sobre imagens, música sobre imagens). Mas esse aproveitamento, que recuperava e adaptava mais relevantemente muitos elementos da linguagem fílmica, fez surgir um género novo: o *documental de comentário*, ou *documentário*, uma espécie de reportagem alargada, com duração muitas vezes semelhante a um filme, em que as imagens e sons diretamente associados são apresentados distendidamente, com redução do peso percentual da duração do comentário-*off* (quando comparado com o peso do texto-*off* na reportagem dos cinejornais) e recurso a entrevistas de maior duração. As guerras, em especial a Guerra Civil de Espanha, a II Guerra Mundial e a Guerra da Coreia, também forneceram matéria-prima em abundância para cinejornais e documentais, muitas vezes em articulação com o aproveitamento propagandístico dos acontecimentos pelos beligerantes. O noticiário cinematográfico semanal alemão *Die Deutsche Wochenschau*, por exemplo, foi uma das peças centrais da propaganda nazi orquestrada por Joseph Goebbels.

A indústria dos cinejornais permitiu a criação de redações que anteciparam a organização das redações televisivas e o serviço de agenda de assuntos a

cobrir. Contreras (1999, p.190) explica, por exemplo, que os assuntos eram divididos em três categorias (como o são, aliás, na imprensa em geral, conforme argumentou Tuchman, 1978): imprevisíveis mas atuais; previsíveis e atuais; e intemporais. Esta categorização conceitual dos acontecimentos possibilita uma melhor gestão dos recursos humanos e materiais. Agenda-se a cobertura dos assuntos previsíveis, reserva-se um contingente para a cobertura dos assuntos imprevisíveis e se sobraem recursos, podem cobrir-se assuntos intemporais, para introduzir nos noticiários televisivos, nomeadamente quando não existem reportagens suficientes sobre assuntos atuais, sejam estes previsíveis ou imprevisíveis. Para além disso, a redação dos meios cinejornalísticos tendeu a organizar-se em dois corpos: o dos repórteres de imagem e realizadores, que captavam e editavam as imagens; e o dos redatores, que escreviam o texto-*off* e sonorizavam as reportagens e documentais. Contreras (1999, p. 190) explica também que, embora não houvesse uma preocupação excessiva com as *deadlines*, havia preocupação por bater a concorrência, um dos valores mais caros ao jornalismo e aos jornalistas. De qualquer modo, a inexistência de uma preocupação excessiva com as *deadlines* possibilitou, segundo o autor, um tratamento visual dos assuntos mais elaborado do que aquele que faz a televisão.

Uma palavra, também, para o cinema documental. Filmes como *Nanook*, o *Esquimó*, de 1922, realizado por Robert Flaherty, ou *O Homem da Câmara de Filmar*, realizado, em 1926, por Dziga Vertov, também um teórico do cinema, foram importantes para a fixação dos cânones expressivos do cinejornalismo.

Em conclusão, pode dizer-se que o paradigma de reportagem visual dos cinejornais (combinação significativa de planos fixos e de movimento) e, mais tarde, audiovisual (com adição do texto-*off*, efeitos sonoros e música) influenciou o modelo de reportagem telejornalística, tanto quanto os primeiros documentários cinematográficos influenciaram os atuais documentários cinematográficos e televisivos. A própria organização das redações televisivas foi influenciada pelo modelo usado nas organizações cinejornalísticas. Por isso, se bem que, num certo sentido, se possa dizer que

o cinejornalismo morreu (se excetuarmos os documentais que pontualmente passam nos cinemas), noutro sentido pode dizer-se que ele permanece vivo no telejornalismo atual.

3.12 Jornalismo audiovisual: o telejornalismo

O mais potente meio de produção e difusão de conteúdos jornalísticos na segunda metade do século XX foi a televisão. A televisão foi-se impondo à rádio e à imprensa como principal veículo de informação em todos os países ocidentais.

Tal como aconteceu com a rádio, a televisão também teve uma evolução diferente nos países europeus, onde desde cedo foi controlada pelos estados, e nos Estados Unidos, onde a televisão foi introduzida pelas principais cadeias privadas de rádios. Os serviços públicos televisivos europeus, em teoria, deveriam reger-se pela qualidade, pois não tem o lucro por objetivo, enquanto as emissoras privadas podem apostar em conteúdos comercialmente competitivos. No entanto, o controlo estatal das empresas de televisão pública europeias facilitou e facilita, em vários países, pressões e interferências dos governos na informação. Em Portugal, por exemplo, só no novo milénio é que a RTP obteve uma relativa independência face ao poder de turno.

A competitividade do sistema comercial da televisão nos Estados Unidos incentivou, por outra parte, o dinamismo e a inovação na informação televisiva. Protegido, além disso, por uma emenda constitucional – a primeira – que assegurou, quase desde a fundação do país, a liberdade de imprensa, o jornalismo televisivo estadunidense marcou a segunda metade do século XX. Celebrizaram-se programas como o *60 Minutes*, da CBS, e jornalistas como Edward Murrow, pivô⁴⁵ da CBS, que no seu programa *See It Now* ajudou a liquidar a caça aos suspeitos de comunismo do senador Joseph McCarthy, e Walter Cronkite, histórico pivô (1962-1981) do jornal televisivo *Evening News*, da CBS.

45. No Brasil, âncora.

Figura 100. Edward Murrow e Walter Cronkite, históricos jornalistas pivôs norte-americanos.



Fonte: fotos recuperadas da Web (NAB Broadcasting Hall of Fame e projeto Media by the Decades da Universidade do Oregon).

Historicamente, na Europa, só a britânica BBC se pode comparar, em dinamismo, inovação, qualidade e independência da informação televisiva, às grandes cadeias estadunidenses. No Brasil, foi a TV Globo a dominar a informação televisiva, destacando-se o *Jornal Nacional*, programa central do horário nobre da emissora. Em Portugal, o *Telejornal* da RTP é o mais antigo programa informativo televisivo português em exibição contínua, tendo-se distinguido, como seu pivô, o jornalista José Rodrigues dos Santos.

Tal como aconteceu com a rádio, as primeiras emissoras de televisão não faziam telejornalismo, embora, na Alemanha, a televisão tenha sido aproveitada pelo regime nazi para infopropaganda. O primeiro jornal televisivo diário só surgiu nos Estados Unidos no final da década de quarenta do século XX, a pedido da Comissão Federal das Comunicações do Governo americano. Até aí as cadeias de televisão americanas passavam, principalmente, programas de entretenimento.

A linguagem do telejornalismo foi, inicialmente, buscar os seus principais referentes ao documentário cinematográfico, às notícias e reportagens radiofônicas e aos radiojornais. Por isso, os principais gêneros telejornalísticos são a entrevista, a reportagem e o documental (ou grande reportagem, distinta da pequena reportagem essencialmente pelo papel mais oculto e “neutral” do jornalista). As transmissões de acontecimentos da vida desportiva, política, cultural e social também se podem enquadrar no espaço do telejornalismo.

O principal formato telejornalístico, configurado ao longo do século XX, é o jornal televisivo, programa para todas as audiências, cuja estrutura se baseia no alinhamento de uma série de pequenas reportagens audiovisuais (documentais de comentário) apresentadas, ritmicamente, por um ou mais pivôs, por vezes intercaladas com diretos ou com entrevistas e comentários em estúdio. É comum, nas reportagens dos telejornais, o jornalista intervir em vivo. Os jornais televisivos definiram anos a fio, até hoje, o início do horário nobre das televisões generalistas. Nas emissoras especializadas em notícias, os jornais televisivos sucedem-se em contínuo ao longo do dia e da noite.

No início, a televisão não tinha a mobilidade da rádio. Para se fazerem registos audiovisuais, usava-se filme, tal e qual como no cinema, o que complicava bastante a edição. Era igualmente difícil e volumoso armazenar imagens (o vídeo só apareceu em 1956, tendo-se generalizado o seu uso somente nos anos Sessenta). Inclusivamente, ainda se usava filme profissional e não o filme de 16 mm para cinema ligeiro, que só aparecerá na década de Cinquenta. Por isso, nos primeiros jornais televisivos escasseavam as imagens de acontecimentos. Quando existiam essas imagens, normalmente reportavam-se a eventos passados no dia anterior ou até antes. Também se usavam mapas, gráficos e fotografias, que eram explicados pelos jornalistas. O jornal televisivo consistia, essencialmente, numa série de jornalistas que se sucediam uns aos outros a lerem notícias. O pivô, como elemento humano que dá unidade e identidade ao jornal televisivo, só seria introduzido mais tarde. O desporto, normalmente, não tinha espaço no telejornal, que se restringia, nos diversos países, à política nacional, à economia, ao estrangeiro e, por vezes, à meteorologia.

A partir dos anos Sessenta, o vídeo revolucionou a informação televisiva, pois trouxe mobilidade, atualidade e rapidez ao telejornalismo. O vídeo permitiu ao jornal televisivo adquirir o estatuto de vedeta da programação e de programa-âncora do horário nobre de audiência. Os pivôs dos principais jornais televisivos tornaram-se vedetas. É o pivô, ademais, que confere unidade e identidade ao jornal televisivo, pela sua presença constante e familiar. É o pivô que garante a veracidade das notícias e credibiliza a informação, pois parece sentado ao mesmo nível do telespetador, olhando-o nos olhos. Pivôs como Edward Murrow, Walther Cronkite e Dan Rather, da CBS (EUA), ou José Rodrigues dos Santos (RTP), Rodrigo Guedes de Carvalho (SIC) e José Alberto Carvalho (TVI), em Portugal, ou ainda Cid Moreira, Sérgio Chapelin, Celso Freitas e William Bonner, da TV Globo, do Brasil, são exemplos de jornalistas que a televisão celebrizou no papel de pivôs. Cronkite, que talvez seja o pivô mais célebre de sempre e o jornalista que criou um modelo para a apresentação de jornais televisivos, foi considerado o homem em que a América mais podia confiar. Dan Rather, a quem coube a ingrata missão de substituir Cronkite no *Evening News* da CBS, teve de abandonar o papel de pivô depois de se ter provado que não tinha comprovado uma reportagem que dava, erradamente, conta de irregularidades na forma como o Presidente Bush (filho) tinha escapado ao serviço militar no Vietname.

Como meio informativo, a televisão confronta-se com algumas fatalidades ontológicas. Em primeiro lugar, o texto audiovisual (escrito, sonoro e visual) desenvolve-se de maneira *irreversível*, pelo que o telespetador, a não ser que o grave ou pare e reveja, não lhe pode impor a sua ordem e velocidade de leitura. Em segundo lugar, o binómio *audiência/rentabilidade* impõe uma duração máxima ao jornal televisivo, que, normalmente, não ultrapassa duas, três ou quatro partes com cerca de 12 minutos cada (e com intervalos entre cada uma delas). Para não cansar nem saturar o telespetador, aposta-se na *variedade temática*. Num jornal televisivo de 30 minutos podem abordar-se 20 a 25 temas, exceto quando um único tema tem suficiente impacto para romper com o modelo e manter o telespetador colado ao ecrã, como aconteceu nos atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos.

Porém, a necessidade de se garantir a variedade temática e um ritmo que atraia o telespectador dificulta a contextualização da informação, já que são apresentadas muitas peças (de poucos minutos) em pouco tempo (cerca de meia-hora na generalidade dos países, embora, em Portugal, os jornais televisivos tenham duração superior). Em suma, o formato encontrado para o jornal televisivo condicionou os conteúdos, favorecendo o espetáculo e a superficialidade em detrimento do contexto.

O jornal televisivo contemporâneo também importou do cinema a mistura de géneros. Melodrama, aventura e comédia, por exemplo, podem conviver num único jornal televisivo ou até numa única peça. Foi também ao cinema que se foi buscar a noção de que o telespectador pede mudança no máximo de dez em dez minutos. Para se manter o interesse e a atenção do telespectador, é usual fazer-se um intervalo a cada dez/doze minutos. Alternativamente, emite-se uma peça leve, surpreendente ou emotiva, de maneira a criar no telespetador a vontade de se manter a ver o jornal.

Os *sumários* que antecedem o jornal televisivo foram um recurso introduzido nos anos Oitenta. A ideia foi importada dos radiojornais. Além da função de condensação informativa, os sumários dos jornais televisivos desencadeiam expectativas no telespectador, que se mantém sintonizado até ver a peça ou peças que deseja. Os *destaques* a meio do jornal para algumas peças que se seguem cumprem a mesma função – prometer ao telespetador que verá o que lhe interessa caso se mantenha sintonizado.

Entretanto, a televisão globalizou-se. A globalização começou pelo intercâmbio de conteúdos por satélite entre a Europa Ocidental e os Estados Unidos, a partir de 1962, ano de colocação em órbita do Telstar. Foram muitos os acontecimentos marcantes da televisão mundializada, como sejam: as competições desportivas, nomeadamente os Jogos Olímpicos e os campeonatos mundiais de futebol; o assassinato do Presidente Kennedy (1963), a chegada do ser humano à Lua (1969), a Guerra do Vietname (1955-1975, com recrudescimento após 1965), o casamento da Princesa Diana (1981), as Guerras do Golfo (1990-1991 e 2003-2011), a Guerra Civil na Jugoslávia (1991-2001), a

intervenção da NATO no conflito (1999), o 11 de Setembro (2001), a morte e o funeral do papa João Paulo II (2005), a invasão do Capitólio, em Washington (2021), as cerimónias fúnebres de Isabel II (2022) e a coroação de Carlos III (2023), a invasão russa da Ucrânia (2022 até ao presente), a invasão da Esplanada dos Ministérios, em Brasília (2023), as guerras de Israel, incluindo a guerra contra o Hamas e a destruição de Gaza (2023-2024) e muitos outros. A experiência televisiva global dá referentes idênticos à população mundial e funda correntes de opinião nacionais e transnacionais. O fim do envolvimento americano na Guerra do Vietname, por exemplo, ter-se-á devido à hostilidade crescente de uma franja significativa da população estadunidense ao envio de mais soldados para combaterem no extremo-orient e isso deveu-se, em parte, à cobertura – sem censura – do conflito. Tanto assim foi que em conflitos posteriores os militares forçaram-se a controlar os jornalistas, integrando-os em unidades das forças armadas, gerando o que vulgarmente se denomina de jornalismo *embedded*.

Nos anos Oitenta, a miniaturização e o embaratecimento dos equipamentos, o cabo e o satélite permitiram, inclusivamente, o aparecimento de novos projetos televisivos que ambicionaram conquistar não um espaço nacional, mas o mundo. O pioneirismo foi da CNN, em 1980, nos Estados Unidos. Um novo modelo de informação televisiva surgiu mesmo com esse canal. No novo modelo, adotado pelos canais televisivos especializados em informação jornalística um pouco por todo o mundo, a credibilização da informação não assenta, prioritariamente, na figura do pivô, mas sim no direto multilocalizado em contínuo. A grande promessa do telejornalismo, neste novo modelo informativo, é acompanhar os acontecimentos à medida que estes ocorrem e se desenvolvem e, preferencialmente, mostrar, em direto, o que se está a passar em cada ponto da Terra e as reações (mundiais) aos acontecimentos. A SIC Notícias e a CNN Portugal, de Portugal, a Globo News, no Brasil, a TVE 24h, de Espanha, a Al Jazeera, do Catar, ou a Russia Today, da Rússia, são exemplos de emissoras que seguem o modelo inaugurado pela CNN. No entanto, a censura exercida pelos governos também dificulta o acesso à informação televisiva alternativa internacional. Os governos

européus e outros governos ocidentais impedem, por exemplo, o acesso dos cidadãos à emissora de televisão global *Russia Today*, desde o início da Guerra da Ucrânia, com o argumento de que assim protegem os cidadãos da desinformação, manipulação e propaganda do Governo russo.

Devido a um certo esgotamento da fórmula típica do jornal televisivo, novas soluções foram tentadas. Algumas reforçaram o carácter espetacular da informação televisiva; outras procuraram explorar as possibilidades trazidas pelos novos meios; outras ainda procuraram tornar a expressão telejornalística mais profunda e contextual:

1. *The TV Show*, do Grupo Gannett, pode exemplificar a deriva do telejornalismo para o espetáculo, para o *infoshow* (de que é arquétipo), bem como a influência recíproca entre os meios, já que, na sua origem, está uma adaptação da fórmula do jornal *USA Today* à informação televisiva. Em meia-hora, incluindo oito minutos para publicidade, o *TV Show*, apresentado por quatro pivôs de pé num estúdio colorido, mostrava várias pequenas notícias, muitas das quais sobre irrelevâncias e curiosidades, entrecruzadas com inquéritos, em ritmo rápido e espetacular e com abundante recurso à infografia. Os próprios mapas meteorológicos do *USA Today* e sua imagem de marca durante muitos anos foram adaptados ao *TV Show*.

O programa *Prós e Contras* da portuguesa RTP, em que um pivô entrevista dois grupos em oposição, perante uma plateia, também pode ser considerado um *infoshow*, embora a sua estrutura seja diferente da estrutura do *TV Show*.

2. O modelo da CNN, cadeia surgida em 1980 por iniciativa do empresário norte-americano Ted Turner, é um modelo de “jornal televisivo contínuo”, com abundantes recursos ao direto globalmente multilocalizado e a vários programas de informação especializada (alguns formatados como jornais televisivos) e de entrevista, como as de Larry King (*Larry King Live*). O modelo da CNN pode, assim, exemplificar o aproveitamento das potencialidades trazidas pelos novos equipamentos e tecnologias e pelos

avanços nas telecomunicações. Exemplifica, também, uma nova concepção de televisão: a da televisão segmentada, especializada em informação jornalística. O modelo triunfou devido a vários acontecimentos que catapultaram as pessoas para a CNN, em especial a Primeira Guerra do Golfo Pérsico (a “falsa” guerra em direto), em 1991, bem como a queda de Ceausescu na Roménia (1989), a queda do Muro de Berlim e a luta pela liberdade em Pequim (1989), o fim da URSS (1991), o assalto ao Parlamento Russo (1993) e outros acontecimentos. A universalidade do inglês como língua internacional também contribuiu para o sucesso da CNN.

No modelo de “instantaneidade” da CNN, o jornalista funciona, em grande medida, como um “mediador imparcial” cujo papel é relatar “neutralmente” o que vê, ouve ou conhece e obter testemunhos e declarações de terceiros. O papel do telespectador é julgar e avaliar as diferentes percepções sobre um acontecimento sustentadas pelas diferentes fontes que o jornalista “põe a falar”. Assim, a CNN e outras estações do mesmo tipo têm sido usadas para propagandear pontos de vista e enquadramentos diferentes para os acontecimentos, o que impulsionou, inclusivamente, a fundação de emissoras direcionadas para uma audiência global destinadas a dar a conhecer o mundo sob prismas alternativos, como aconteceu com a estação árabe Al Jazeera, de grande sucesso nos países islâmicos.

Os canais televisivos especializados em jornalismo, sejam os de ambição nacional, sejam os que ambicionam uma audiência internacional ou mesmo global, contribuíram, assim, desde os anos Oitenta, para uma maior democratização do espaço público internacional, já que pessoas que anteriormente estavam condicionadas a ter apenas um ou dois canais “oficiais” de TV podem agora sintonizar, com maior ou menor liberdade, canais “independentes” de vários pontos do mundo, que colocam muitas vezes em causa as visões “oficiais” dos acontecimentos e que desafiam o telespectador com ideias e pontos de vista alternativos.

Para evitar os problemas decorrentes da falta de recuo e contexto do modelo CNN, alguns canais televisivos de notícias procuraram criar modelos de jornalismo menos trepidantes e mais profundos e contextuais, como ocorre na BBC World News.

O nascimento da CNN detonou o surgimento de canais televisivos especializados em informação jornalística um pouco por todo o mundo, em várias línguas, que copiaram, em maior ou menor grau, o novo modelo proposto pelo canal dos Estados Unidos. A Al Jazeera, por exemplo, foi fundada em 1996; a Globo News foi fundada no mesmo ano; a TVE 24h, em 1997; a NHK World, do Japão, em 1998; a China Global Television Network, em 2000; a BBC World News, em 2001; a RT – Russia Today, em 2005; a France 24, em 2006. Portugal teve na SIC Notícias, lançada em 2001, o primeiro canal especializado em informação jornalística. Conscientes da necessidade de terem vozes na esfera pública global, os estados, por vezes, patrocinam esses canais que, graças ao satélite, ao cabo e ao *streaming* e, frequentemente, emitindo em inglês, têm alcance mundial.

3. O investimento no documental e nas médias e grandes reportagens de investigação por algumas televisões exemplifica a deriva telejornalística para o aprofundamento e contextualização dos assuntos. Há vários exemplos que se podem inserir nesse quadro. O *60 Minutes*, da cadeia norte-americana CBS, retransmitido em Portugal pela SIC Notícias, é um bom exemplo de um programa que, normalmente, ao longo de uma hora, inclui três médias reportagens de investigação, ou duas reportagens e uma entrevista.
4. Um modelo misto entre o telejornalismo superficial, vertiginoso e espetacular e o jornalismo de profundidade e contexto pode ser exemplificado pelo programa *48 Hours*, também da CBS, no qual se aborda um assunto da atualidade, reeditando-se as melhores peças que sobre o tema tenham sido emitidas nas últimas 48 horas.

As fórmulas telejornalísticas acabaram por se exportar para a imprensa e para outros meios, sobretudo no que respeita à clareza, à síntese, à ordem e ao aproveitamento da informação visual. A partir dos anos Oitenta, em vários casos, foi a televisão, e não a imprensa, a fixar a agenda jornalística. Por outro lado, a televisão, mais do que qualquer outro meio, obrigou os políticos a adaptarem-se à sua linguagem, para beneficiarem do seu poder sedutor, como ficou provado desde o primeiro debate entre Nixon e Kennedy⁴⁶, em 1960, vencido pelo segundo. Vencer o primeiro debate na televisão terá contribuído para a vitória do Presidente Kennedy nas eleições.

Graças à informática, o telejornalismo também se renovou a partir dos anos Noventa, incluindo, por exemplo, infografias animadas, em especial quando não há imagens dos acontecimentos mas se torna necessário explicá-los com imagens. As infografias animadas estimulam a atenção do telespectador e têm um enorme potencial explicativo.

Hoje em dia, novos desafios se abrem à televisão com o digital e, em consequência, ao telejornalismo. Um dos principais decorre da diminuição global da audiência da televisão tradicional, o que, por sua vez, diminui as receitas de publicidade e, por arrasto, diminui a capacidade de produção jornalística. Outro decorre da saturação da oferta. São tantos os canais oferecidos por cabo, satélite e *streaming* e são tantos os conteúdos vídeo disponibilizados pelas redes sociais, entre as quais o pioneiro YouTube, que a audiência fiel de um canal ou de um programa vai-se desvanecendo. Além disso, os computadores, primeiro, e as consolas de jogos eletrónicos e os dispositivos móveis, depois, obrigam os canais televisivos a competir com outros usos dos ecrãs. Os jovens, em particular, não têm o mesmo padrão de consumo televisivo das gerações anteriores. O público fiel do jornalismo, mesmo na televisão, vai envelhecendo e desaparecendo.

46. Ver aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=AYP8-oxq8ig>

3.13 O ciberjornalismo

Quando falamos de ciberjornalismo, webjornalismo, jornalismo online, jornalismo digital ou jornalismo eletrónico falamos de um jornalismo que nasceu por causa da Internet e para a Internet, em particular para a sua funcionalidade designada World Wide Web, desenvolvida a partir de 1991.

A Internet é uma rede de redes de computadores, incluindo dispositivos de computação móvel, como *smartphones* e *tablets*. Mais propriamente, nas palavras de Bastos (2000, p. 22), não constitui uma rede única, “mas um conjunto de milhares de redes de computadores globalmente distribuídas e cooperativamente organizadas”. As redes associadas à Internet variam muito em área coberta e em número e tipos de computadores e outros dispositivos de computação. Enquanto plataforma digital, a Internet permite a difusão massiva de mensagens, mas também permite ao recetor ser, simultaneamente, emissor; permite a comunicação interpessoal, a interatividade.

Há autores, como Baran (1995, p. 39), que consideram difícil definir o que é a Internet, porque “é uma amálgama grande e indefinida de recursos e informações e a sua configuração muda constantemente”. Como também assinala Baran (1995, p. 39), novas redes podem integrar a Internet a todo o instante, enquanto outras podem sair.

Foi a aceitação alargada do conjunto de protocolos TCP/IP, que permitem que os computadores comuniquem entre si, que sustentou o desenvolvimento da Internet e a tornou polifuncional. A Internet alberga, de facto, várias funcionalidades. O correio eletrónico e os grupos de discussão da Usenet foram as primeiras formas de comunicação na Internet (Bastos, 2000, p. 24). Os programas FTP (File Transfer Protocol), por sua vez, permitiram a transferência de ficheiros entre computadores. Aplicações como a IRC (Internet Relay Chat), de 1988, permitem, desde há quase quarenta anos, a comunicação interativa em tempo real. Mas foi a World Wide Web, um sis-

tema que permite a ligação hipertextual e hipermediática de documentos⁴⁷, que revolucionou a rede das redes.

Tecnicamente, o hipertexto é um conjunto de nós conectados pelas ligações, nós esses que podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos, sequências sonoras ou documentos que podem ser eles próprios hipertextos. Funcionalmente, um hipertexto é um *software* destinado à organização de conhecimentos ou de dados, à aquisição de informações e à comunicação. (Bastos, 2000, p.25)

O sucesso da rede das redes, no entanto, só foi possível devido ao aparecimento do primeiro programa capaz de realizar pesquisas na World Wide Web, o Mosaic, em 1992, e à simplificação dos comandos necessários para navegar na rede.

O desenvolvimento da Internet tem-se furtado a controles administrativos ou burocráticos (Bastos, 2000, p. 22). Na rede das redes não existe um controle centralizado; pelo contrário, opera-se como numa “anarquia cooperativa” (Baran, 1995, p. 34). Assim, dois dos maiores problemas que se colocam à Internet são a falta de controlo da informação, gerando falta de credibilidade e mesmo desinformação (*fake news*), e a falta de segurança para as trocas dessa informação. As redes sociais, que tiveram uma enorme expansão graças ao Facebook, rede criada em 2004, agravaram a situação.

Outro problema reside na dificuldade que algumas pessoas denotam para aceder à Internet. Apesar de os interfaces de utilização serem crescentemente amigos do utilizador, ainda é difícil tirar partido de todos os recursos Web para as pessoas pouco habituadas a computadores e dispositivos de computação móvel, como os *smartphones*. A sobreinformação, por sua vez,

47. O hipertexto é o “texto” onde a ligação é “associativa” e não “sequencial” (Nielsen, 1995, *cit. in* Bastos, 2000). Numa frase, as palavras têm de ser lidas umas a seguir às outras, segundo a ordem determinada, para que a mensagem tenha sentido. Esta é uma ordem sequencial. Mas na Internet as pessoas navegam de documento para documento escolhendo determinadas ligações entre as disponíveis. Ou seja, dentro das opções possibilitadas, a pessoa escolhe o seu caminho particular, ligando os documentos de acordo com as suas intenções, e não um caminho fixado anteriormente. Quando os documentos não são exclusivamente textuais, comportando sons, imagens fixas ou imagens em movimento, o hipertexto é multimidiático, designando-se hipermedia (Scavetta e Laufer, 1993, *cit. in* Bastos, 2000).

torna difícil encontrar exatamente o que se deseja entre a quantidade inimaginável de informação existente.

Um outro problema importante está relacionado com os conteúdos pagos. Os conteúdos disponíveis na rede e mesmo o acesso à Internet são, em muitos casos, gratuitos, mas assiste-se a uma tendência crescente para cobrar o acesso a determinados conteúdos e a exigir registo prévio dos utilizadores. Os meios jornalísticos em geral, cujo modelo de negócio industrial (baseado na captação de anúncios publicitários) entrou em crise com a transformação digital, tendem a cobrar pelo acesso às notícias. Aliás, face à minguagem da publicidade, desviada para as redes sociais e outros dispositivos na Web, os meios jornalísticos, principalmente aqueles que têm origem na imprensa, têm apostado nas assinaturas pagas para acesso aos conteúdos, no que é quase um regresso ao modelo pré-industrial de negócio jornalístico.

Os conteúdos pagos podem deitar por terra a antevisão idealista da Internet como panaceia barata para os problemas de acesso à informação dos países menos desenvolvidos e das pessoas mais pobres. A isto acresce que a maioria dos conteúdos na Internet são em inglês (apesar do crescente volume de conteúdos noutras línguas, designadamente em português e espanhol). Aqueles que não dominam a atual “língua universal” podem ser afastados do acesso ao conhecimento. Finalmente, a Internet contribui para a desterritorialização e hibridização da cultura e para o cultivo de referentes culturais comuns pelos seres humanos e facilita algumas ações cooperativas e concertadas, mas, por outra parte, os algoritmos que regem os motores de busca e as redes sociais, muitas vezes dotados de Inteligência Artificial, promovem bolhas ideológicas e culturais entre os indivíduos, já que cultivam a exposição a mensagens que vão ao encontro dos pontos de vista, valores, expectativas e crenças dos receptores e evitam a exposição a mensagens que os desafiem.

Entre os principais pontos positivos que se podem apontar à Internet está, em primeiro lugar, a própria Internet, com tudo o que significa em termos de comunicação polifuncional e acesso à informação. Em segundo lugar, pode colocar-se a possibilidade de comunicação interativa, isto é, a possibili-

dade de o utilizador assumir uma postura ativa e não uma postura passiva, como acontece, por exemplo, quando lê um jornal, ouve rádio ou vê televisão nos suportes tradicionais. O utilizador pode funcionar como seletor de informação e mesmo como produtor e emissor de mensagens (os sistemas de autoria coletiva, como a da organização noticiosa sul-coreana *OhmyNews*, e certos blogues informativos, por exemplo, desafiam as definições tradicionais de jornalismo). A própria busca de informação dos indivíduos que não se remetem à passividade do consumo de informação que lhes chega pelas redes sociais pressupõe a pró-atividade do utilizador. Em terceiro lugar, o facto de a Internet não estar sujeita a um controle central torna-a mais consentânea com o interesse coletivo, entendido como a capacidade relativa de prossecução dos milhões de interesses particulares que fazem a Internet. Em quarto lugar, podemos apontar o facto de a Internet permitir, simultaneamente, a projeção do local no global (a *glocalidade*) e do global no local. Em quinto lugar, a Internet gera formas mais humanizadas, no sentido de serem mais personalizadas e interativas, de relação com a informação.

A Internet, permitindo fenómenos como os blogues, as redes sociais e os influenciadores digitais (que fazem uso das redes sociais) e a disponibilização direta de informação da fonte ao recetor⁴⁸, sem intermediação jornalística, roubou ao jornalista e às organizações noticiosas – por vezes com perdas claras para a qualidade da informação e para a democracia – o poderoso e quase exclusivo papel que estes detiveram enquanto gestores das notícias que chegavam e não chegavam ao espaço público. A usurpação do papel social do jornalista por parte de uma imensidade de fontes, como os *influenciadores digitais* e outros agentes, além de facultar a desinformação, por vezes com fins de manipulação, diminuiu, igualmente, a influência dos jornalistas e dos meios jornalísticos como produtores e difusores de informação, geradores de enquadramentos para as notícias e *fazedores de opinião*.

48. Lembremo-nos, por exemplo, do escândalo do envolvimento sexual do Presidente norte-americano Bill Clinton com a estagiária Monoca Lewinski, revelado por um jornal online produzido por um jornalista marginal ao sistema mediático, o *Drudge Report*.

Em contrapartida, num mundo sobreinformado e, frequentemente, desinformado, talvez seja de relembrar o papel tradicionalmente relevante do jornalismo e dos jornalistas: o de fornecer informação confirmada e verificada (“verdadeira”), útil, selecionada, organizada e hierarquizada. É cedo, portanto, para avançar com previsões sobre o alegado “fim” do jornalismo, entendido como atividade *profissional* de produção e difusão de informação. As notícias dos meios jornalísticos, acedidas diretamente nos *websites* dos meios jornalísticos e difundidas pelas redes sociais, continuam a gerar interesse. Os *sites* dos meios noticiosos mantêm a confiança pró-ativa de muitos dos que buscam informação. Mas é inegável que o padrão de consumo noticioso se está a alterar. O público fiel do jornalismo envelhece e define. Os jovens assistem cada vez menos aos jornais televisivos, escutam pouca rádio noticiosa, raramente leem jornais e revistas impressos, pouco acedem diretamente aos *websites* dos órgãos jornalísticos. As novas gerações preferem informar-se – ou desinformar-se – pelas redes sociais, confiando na informação que lhes chega por esta via, produzida, frequentemente, não por jornalistas sujeitos a códigos éticos e deontológicos e a padrões profissionais de produção informativa rigorosa, verificada e independente e com valor público, mas sim por influenciadores digitais e outros agentes que propagam mensagens tendenciosas e sintonizadas com interesses privados ou ao serviço propagandístico e manipulador ou desinformador de determinados estados.

A forma como a Internet funciona permite aos motores de busca e dispositivos de inteligência artificial, como o Chat GPT, alimentados por dados produzidos por seres humanos, canibalizar a informação jornalística, sem pagar direitos de autor aos meios jornalísticos e aos jornalistas, que, no entanto, consomem recursos para produzirem notícias. Apesar das tentativas que os estados e entidades internacionais – como a União Europeia – têm desenvolvido para a regulação do uso da informação jornalística e das ações judiciais empreendidas por estados e organizações jornalísticas contra a Google, a Microsoft, o Facebook e outros gigantes da Internet que se aproveitam, sem pagarem direitos de autor, da informação produzida e difundida pelos meios jornalísticos, o problema está longe de estar resolvido. Aliás, é um problema – na

verdade, já tipificado como *crime* em muitas legislações nacionais – que se agrava por causa dos biliões de trocas gratuitas de informações produzidas pelos meios jornalísticos feitas ilegítima e ilegalmente pelos mais diversos indivíduos em redes sociais como o Telegram ou a WhatsApp.

A forma como a informação circula, paradoxalmente, é outra das vantagens da Internet. Viu-se que mesmo em situações de crise profundas, como no 11 de Setembro de 2001, a rede das redes continuou a funcionar. Isso acontece porque uma mensagem enviada pela Internet é dividida em pacotes. Cada pacote informativo, ao entrar na rede, calcula a forma mais rápida de chegar ao destino, consoante as possibilidades da rede no momento, e pode reajustar o seu itinerário se as circunstâncias se alterarem. Só quando todos os pacotes chegam ao destino é que a mensagem se completa. Isto acontece porque na origem da Internet estiveram projetos que se destinaram a assegurar as comunicações militares em caso de conflitos que danificassem seriamente a infraestrutura de comunicações.

De facto, a história da Internet começou quando, durante a década de Sessenta do século XX, uma agência de pesquisa dependente do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, a ARPA (Advanced Research Projects Agency), desenvolveu uma rede experimental de computadores, a Arpanet, que surgiu em 1969. Esta rede tinha dois objetivos. Visava permitir que os pesquisadores envolvidos no projeto, espalhados pelos vários pontos do país, compartilhassem informações. Visava, igualmente, possibilitar que pesquisadores e militares pudessem comunicar, mesmo na eventualidade de uma guerra nuclear que destruísse grande parte das infraestruturas do país.

A ideia que veio a dar origem, primeiro, à Arpanet, e depois à Internet foi proposta e desenvolvida, a partir de 1963, por Larry Roberts. Este pode assim considerar-se o primeiro “progenitor” da Internet.

O conceito subjacente à Arpanet consistia em colocar os computadores a comunicar pela rede telefónica, permitindo aos utilizadores enviar mensagens eletrónicas e aceder aos conteúdos dos computadores ligados à rede. Como a rede foi projetada para ter utilização militar, foi arquitetada descen-

tralizadamente, ou seja, previu-se, por um lado, que a informação pudesse usar linhas telefónicas alternativas caso algumas delas fossem destruídas e, por outro lado, que não fosse necessário um controlador central para encaminhar a informação. É esta arquitetura descentralizada que ainda hoje impede o controlo da Internet por uma única entidade.

Um outro avanço consistiu na implementação da tecnologia que permite aos pacotes informacionais que viajam na Internet transportar não apenas texto, mas também som e imagens digitalizados. Por seu turno, o desenvolvimento dos protocolos TCP/IP (Transmission Control Protocol/ Internetworking Protocol) tornou os computadores compatíveis para comunicação em rede. Assim, em 1972 a Arpanet foi publicamente apresentada e a tecnologia foi disponibilizada, dispondo já destas funcionalidades. Vários governos, universidades e centros de pesquisa começaram a implementar redes semelhantes.

Segundo Correia (*cit. in* Bastos, 2000, p. 30), existe consenso em admitir que o conceito de Internet foi primeiramente apresentado, em 1973, por Vint Cerf e Bob Khan, que propuseram a interconetividade das redes isoladas por meio de uma linguagem comum. Juntas, estas redes vieram a formar a Internet.

Em 1983, a Arpanet integrou-se com a rede militar Milnet e com a rede científica CsNet. Faltava dar um pequeno impulso para o aparecimento da Internet. Em 1987, surgiu, então, aquela que, segundo Bastos (2000, p. 30), foi a rede primária que esteve na origem da Internet. Chamava-se NSFNet e foi criada pela National Science Foundation, dos Estados Unidos. Tinha por objetivo ligar os supercomputadores espalhados pelo país numa rede de alta velocidade, a fim de facilitar a sua utilização pelos cientistas. A NASA também criou, na mesma altura, uma rede de alta velocidade, designada National Science Internet. Estas e outras redes financiadas pelo Governo americano tornaram-se as espinhas dorsais primárias do sistema Internet.

Em 1989, Tim Berners-Lee propôs uma arquitetura de recuperação de informação assente no hipertexto ou hipermédia que permite que as bases de dados na Internet tenham a configuração que hoje conhecemos (nomeada-

mente os *websites* com várias páginas, multimediativamente estruturados como bases de dados). Segundo Fidler (*cit. in* Bastos, 2000, p. 31), “este standard simplificou enormemente a manipulação e apresentação de *media* misturados e abriu a porta para a publicação on-line através da Internet”. A World Wide Web era e é essencialmente um conjunto mundial de bases de dados (os *sites*), arquitetadas segundo o sistema de Berners-Lee.

Apesar de estar criada a infraestrutura, faltava impulsionar e expandir a utilização da Internet, criando aplicações suscetíveis de facilitar o acesso à rede por utilizadores comuns, a navegação e a pesquisa sobre o que existe na rede. Estas aplicações foram desenvolvidas a partir de 1992, ano em que um grupo da Universidade do Illinois, liderado por Marc Andreessen e que incluía Eric Bina, desenvolveu o Mosaic, o primeiro *browser*, um interface gráfico que permite a navegação (*browsing*) pelas bases de dados da Internet. Em 1993, cópias gratuitas dessa aplicação já circulavam na rede.

Em 1994, a Internet foi publicamente apresentada (Armañanzas et al., 1996, *cit. in* Bastos, 2000, p. 31) e começou a crescer em popularidade. Face a isto, em 1995, redes privadas como a America Online, a Prodigy e a Compuserve, que apenas permitiam aos seus clientes o acesso a informação ou a utilização de correio eletrónico dentro da respetiva rede, começaram a oferecer o acesso à Internet como forma de cativar mais clientes. O processo não mais parou.

Hoje a rede alberga e sustenta cibercomunidades, com códigos e cultura próprias, permite várias funcionalidades, algumas mais desinteressadas, como a troca de ficheiros, outras mais interessadas, como o comércio online, potencia a comunicação interativa, funciona como uma gigantesca biblioteca, videoteca e audioteca global (“três em um”), funciona como “páginas amarelas”, etc. Ninguém pode prever com segurança a evolução e o impacto futuro da Internet, mas é ela o símbolo e o impulsor da revolução digital. Conforme, possivelmente, diria McLuhan, a Internet parece reunir condições para, convergindo com as telecomunicações e a televisão, vir a ser o meio de eleição da aldeia global, até porque tende a ser acessível a

partir de diferentes terminais e suportes: computadores e dispositivos de computação e comunicação móveis, televisores, etc.

Nos primeiros tempos, a Internet competiu com outros meios de comunicação, que em alguns casos também ofereciam conteúdos jornalísticos, como o videotexto, o teletexto e o audiotexto. Mas estes meios, caros, lentos e limitados, pouco sucesso tiveram.

O teletexto, dispositivo que permite o envio de informação junto com o sinal audiovisual das emissoras de televisão, apareceu entre 1976 e 1979, período em que a BBC e a ITV iniciaram os seus sistemas de teletexto, designados Ceefax e Oracle, respetivamente. Os telespectadores podiam aceder a informações em várias páginas de texto, disponíveis no televisor, desde que este estivesse configurado para a receção de teletexto e desde que a estação televisiva emitisse teletexto junto com o sinal. Contudo, apesar de ter servido para a difusão de notícias, o teletexto não se constituiu como um sistema jornalisticamente apelativo para fornecedores de conteúdos e usuários, apesar de ainda hoje ser usado.

O “sucessor” do teletexto foi, a partir dos finais dos anos Setenta, o videotexto.

O videotexto permite o envio de informações por cabo telefónico para televisores adaptados. Ao contrário do teletexto, o videotexto já foi concebido como um sistema interativo. Permitia ao utilizador a troca de mensagens (e-mail), o acesso a bases de dados (configurados de maneira semelhante aos primeiros *websites*) e a disponibilização dos seus dados para outros usuários.

O sistema francês de videotexto Minitel, que disponibilizava terminais domésticos dedicados, foi o mais bem-sucedido, chegando a ter 6,5 milhões de usuários. O primeiro jornal francês com uma versão em videotexto no Minitel foi o *Dernières Nouvelles d'Alsace*, logo seguido por outros.

Noutros países o videotexto teve pouco êxito, devido a debilidades como os custos elevados e a fraca definição gráfica. Nos Estados Unidos, por exemplo, o sistema foi subscrito somente por cerca de 60 mil subscritores, entre

indivíduos e organizações. Para incentivar a adesão ao videotexto, alguns fornecedores de serviços começaram a comercializar notícias, aliando-se a empresas jornalísticas. A AT&T, por exemplo, aliou-se ao grupo mediático americano Knight-Rider. O *New York Times*, a agência Associated Press e vários outros jornais americanos também fabricaram edições eletrônicas para o videotexto, mas, como o mercado era pouco apelativo, tornando-se ainda menos apelativo devido à expansão da Internet, designadamente da World Wide Web, a experiência desses órgãos jornalísticos no videotexto cessou.

O audiotexto é um dispositivo de escuta de notícias por telefone. Teve pouca adesão, apesar de algumas operadoras de telecomunicações móveis o terem oferecido, principalmente para notícias de última hora. As operadoras de telecomunicações também ofereceram serviços de notícias de última hora por SMS, igualmente com pouco sucesso.

Concomitantemente ao desenvolvimento do ciberjornalismo fizeram-se, também, experiências de produção de jornais por fax e de jornais multi-média em CD-ROM, como fizeram os jornais ABC (disponibilização dos suplementos culturais de um ano inteiro em CD-ROM, em 1994 e 1995) e *El Mundo*, em Espanha (1994). Ao tempo, a velocidade de acesso à Internet era reduzida e o *offline* permitia soluções gráficas mais arrojadas do que o *online*, mais conteúdos e mais imagens, mas não possuía algumas das características fundamentais que viabilizaram o ciberjornalismo, nomeadamente instantaneidade e possibilidade de atualização permanente da informação.

O ciberjornalismo apareceu, nos anos Noventa, como o corolário lógico das experiências jornalísticas no videotexto e no teletexto e do aproveitamento, pelas empresas jornalísticas, da popularização da Internet – designadamente da World Wide Web – e das novas tecnologias interativas da informação e comunicação, dos avanços nas telecomunicações e da convergência dos meios.

Os jornais diários foram os primeiros meios a migrarem para a Web (sendo seguidos pela rádio e televisão), por vários motivos:

1. Perda de leitores das versões impressas, em especial entre os jovens;
2. Aumento dos custos de produção e distribuição, em particular do custo do papel;
3. Fuga de publicidade para a televisão;
4. Medo da concorrência, principalmente medo de que outros meios impressos migrassem primeiro para a Web;
5. A produção de conteúdos para a versão impressa permitia o seu aproveitamento pela versão Web;
6. Vantagens da própria Internet, potenciadas pela informatização das redações e pelo jornalismo assistido por computador (*computer assisted reporting*), como a utilização de email, a pesquisa em bases de dados e *websites*, a transferência de ficheiros e a interatividade, que obrigaram a uma *reconversão das rotinas produtivas*;
7. Os jornais esperavam promover o consumo do meio original, pois as potencialidades da Internet, como a interatividade, podem gerar um maior envolvimento do consumidor de informação.

O ciberjornalismo caracteriza-se desde o seu início, principalmente, pelos seguintes atributos:

1. *Convergência*, no sentido de que os meios *online* comungam as mesmas características na Web (uso hipermediático de texto verbal, fotografia, infografia fixa e animada, áudio e vídeo), independentemente de serem meios nativos ou de terem origem na imprensa, na rádio ou na televisão. Um outro tipo de convergência resulta do potencial de fusão entre produtores e recetores de informação trazida pela Internet, o que coloca novos desafios à definição e delimitação do que é ser jornalista e do campo jornalístico e causa a erosão do esquema comunicativo clássico do jornalismo de difusão massiva de mensagens.

2. *Hipertextualidade*, que permite a um usuário ir navegando *online*, não linearmente, de página em página, de *site* em *site*, escolhendo o seu próprio percurso para obter informação, que lhe pode ser oferecida – também hipertextualmente – sob a forma de texto verbal, fotografia, infografia fixa e animada, áudio e vídeo. O ciberjornalista é, assim, estimulado a produzir informação com ligações para informação conexa, que pode surgir em formato unimédia ou multimédia (áudio, vídeo, fotografia digital, texto verbal, infografia fixa ou animada). Por outras palavras, o ciberjornalista também necessita de dominar a *escrita não linear multimédia*.
3. *Multimédia*, ou seja, possibilidade de associação (ou não) de som, imagens fixas e animadas e texto verbal num mesmo suporte, já que toda a informação se reduz a *bites*. Isto obriga o ciberjornalista a ter habilidade para decidir sobre a melhor forma de construir as mensagens e competência para se exprimir com som, imagens fixas e animadas, infografia fixa e animada e texto verbal, em formato *unimédia* ou *multimédia*.
4. *Potenciação da interatividade* entre o usuário e o jornalista, entre o cidadão e o meio. A interatividade desenvolve-se a vários níveis: nas escolhas do usuário, nas buscas em motores de pesquisa, nos contactos com o meio, nos comentários às notícias e no reenvio e partilha das notícias, entre outros.

A promessa de interatividade, quando não é frustrada, pode fazer do cidadão uma fonte regular de informação dos meios jornalísticos.

5. *Instantaneidade*, já que os meios jornalísticos *online* têm a possibilidade de fornecerem continuamente novas informações. Assiste-se, num certo sentido, ao *fim das deadlines*, ou, talvez melhor, à aparição de *deadlines perpétuas*, única forma de bater a concorrência. O ciberjornalista fica, assim, obrigado a ser mais rápido do que a concorrência, já que as *deadlines* tendem para o instante. Mas a *vertigem da velocidade* reduz a possibilidade de se contextualizar e verificar devidamente a informação e contrastar fontes.

6. *Elasticidade do espaço e do tempo*, pois os meios *online* não estão sujeitos aos problemas de espaço e de tempo dos meios tradicionais.
7. *Personalização da experiência de consumo informativo*, já que o usuário pode, em determinados meios *online*, especificar *que* conteúdos quer receber (jornalismo *a la carte*) e *quando* os quer receber. Pode, também, construir o seu próprio caminho de consumo da informação, navegando entre websites ou pelas páginas e subpáginas de cada website.
8. *Glocalidade*, isto é, facilidade de projeção de meios locais no espaço global.
9. *Globalidade*, em várias perspetivas: em primeiro lugar, o cultivo de referentes comuns ao nível global, que decorre do acesso global da população de muitos países a notícias globais; em segundo lugar, o alcance potencialmente global dos meios jornalísticos, por um custo mínimo; em terceiro lugar, o recrutamento de colaboradores dos meios jornalísticos à escala global; em quarto lugar, a facilidade de produção e envio de conteúdos para um meio jornalístico a partir de qualquer lugar do mundo onde haja acesso a redes de telecomunicações que permitam o acesso à Internet.
10. *Diversidade*, pois a Internet facultou a aparição de novos projetos jornalísticos e permitiu aos meios jornalísticos, generalistas e especializados, independentemente da sua dimensão, darem-se a conhecer e competirem entre si pela atenção do usuário.
11. *Reconversão dos processos produtivos*, pois os jornalistas têm de ter competências expressivas na utilização combinada de texto verbal, fotografia, vídeo, áudio e infografia e de incorporar estes elementos num espaço funcional, o que exige o domínio de técnicas de *webdesign*.
12. Os motores de busca e, mais recentemente, as redes sociais, cujos algoritmos são aperfeiçoados continuamente pela Inteligência Artificial (capaz de autoaprendizagem), podem expandir a audiência dos conteúdos e meios jornalísticos, mas também canibalizam os conteúdos

produzidos pelos jornalistas em seu próprio benefício, obtêm receitas de publicidade que antes da transição digital eram destinadas aos meios de comunicação social e expõem os meios jornalísticos à competição com outros agentes interessados na atenção do usuário, como os influenciadores digitais, que não se movem pelas mesmas regras legais e deontológicas nem pelos critérios de verificação, organização e hierarquização da informação dos jornalistas.

A adaptação dos meios jornalísticos – sobretudo dos meios impressos – já existentes ao ambiente Web e o aproveitamento jornalístico das potencialidades da Internet foi gradual. Na maioria dos casos, a migração desses meios para a Web teve várias fases:

1. Numa primeira fase, os meios reproduziam na Web, total ou parcialmente, os conteúdos do meio original (por exemplo, um jornal impresso). Por vezes, apenas se permitia a descarga de ficheiros (por exemplo, em PDF), para posterior visualização ou impressão pelos usuários. Nos primeiros tempos, os meios atrasavam a publicação dos conteúdos na Web, para que a edição *online* não competisse com a edição *offline*.
2. Numa segunda fase, os meios ofereciam os mesmos conteúdos do meio original, mas já tentavam organizar a informação de acordo com os princípios do *webdesign*. Começaram a construir-se peças com a inclusão de ligações hipertextuais.
3. Numa terceira fase, deu-se a integração plena dos meios na Web e permitiu-se a interação com os usuários. Além de oferecerem os conteúdos do meio original e de explorarem o hipertexto, os meios jornalísticos começaram a produzir conteúdos específicos para a versão *online*, frequentemente atualizados. A interação com o usuário cresceu. O usuário pôde – em certos casos – interagir com os jornalistas (por vezes, em tempo real), fazer pesquisas (agregação de um motor de busca), comentar os conteúdos, reenviar e partilhar notícias, participar em fóruns de discussão (alguns em tempo real), responder a inquéritos e usufruir de serviços *online* dedicados. Ensaiou-se a publicação de peças multi-

média com hiperligações. Adotaram-se princípios do *webdesign* para a organização, integração e hierarquização de conteúdos, serviços e funcionalidades.

4. Numa quarta fase, os meios jornalísticos *online* tornaram-se relativamente indistintos, independentemente da natureza do meio original. Ou seja, na Web, os meios são relativamente idênticos, independentemente de serem originários da imprensa, da rádio ou da televisão (ainda que os meios nativos da rádio e da televisão forneçam ligações *streaming* para o acompanhamento da programação em tempo real). O multimédia tornou-se comum e abriram-se as portas à navegação hipermediática. Foram desenvolvidas ferramentas para obrigar os usuários a consumir publicidade antes de acederem aos conteúdos jornalísticos, permitindo aos meios continuar a captar anúncios publicitários, importante fonte de receitas no seu modelo de negócio.
5. Numa quinta fase, os meios adaptaram-se aos dispositivos móveis e à aparição e desenvolvimento das redes sociais, nas quais procuram estar presentes para estimular o consumo dos seus conteúdos e da publicidade associada, apesar das ameaças que estas mesmas redes e os atores nelas presentes representam para o jornalismo.

Excluindo as referidas experiências pioneiras do *Columbus Dispatch* e do *Wall Street Journal*, nos anos Oitenta, foi nos anos Noventa que os meios começaram a migrar para a Internet, tirando partido da World Wide Web.

Logo em 1992, os visitantes da Expo 92, em Sevilha, puderam experimentar o *Diario Expo 92*, desenvolvido com o apoio técnico da IBM. Os visitantes da exposição universal puderam experimentar o “futuro do jornalismo” nos ecrãs táteis espalhados pela exposição. O *Diario Expo 92* foi a primeira experiência de ciberjornalismo realizada no continente europeu.

Também em 1992 surgiu, mas nos Estados Unidos, o primeiro jornal especificamente pensado como jornal online: o *San Jose Mercury Center* (pertença do *San Jose Mercury News*). Era disponibilizado na rede da America On-

Line (AOL). Esse jornal *online* já oferecia alguma interatividade ao usuário, nomeadamente a possibilidade de contacto com os jornalistas por email, a possibilidade de se subscrever o jornal no próprio site e ligações hipertextuais. O seu *design* já apontava para a evolução que conduziu aos modelos atuais: embora as páginas tivessem poucas imagens e cores (até por causa das velocidades dos processadores, da pequena capacidade de memória e do baixo débito das linhas telefónicas e *modems*), o jornal apresentava-se bastante limpo, com poucos textos, dispostos numa coluna central maior e duas colunas laterais menores. Os textos eram de pequena dimensão e, em alguns casos, sugeriam-se hiperligações (hipertexto), bastando clicar nas palavras. Nalguns casos, os textos reduziam-se aos títulos, cada um deles possibilitando ligações hipertextuais.

O *San Jose Mercury Center* era vocacionado para a elite tecnologicamente culta de Silicon Valey, conforme o seu próprio slogan anunciava. Em 1995, o jornal migrou para a World Wide Web, passando a estar globalmente disponível. Seguindo o seu exemplo, começaram a surgir, em especial a partir de 1994/1995, vários jornais exclusivamente *online*, alguns especializados, como o jornal on-line catalão *Avui* (1995), especializado em cultura e espetáculos, outros generalistas, como o jornal espanhol *Estrella Digital* (1998) ou os portugueses *Diário Digital* (1999) e *Portugal Diário* (2000).

Ainda em 1992, o *Chicago Tribune* passou a disponibilizar *online*, na rede America On-Line (AOL), a sua edição impressa, mas não oferecia as funcionalidades do *San Jose Mercury Center*. Em 1993, apareceram vários serviços de disponibilização *online* de notícias extraídas de vários meios, como o *News in Motion* e o *ClariNews*.

Em 1994, os meios impressos de todo o mundo começaram a migrar em massa para a Internet, casos dos norte-americanos *Los Angeles Times*, *Time* (*Time On-Line*), *The Washington Post*, *The New York Times* e *The Philadelphia Inquirer*. Outros jornais possibilitavam a subscrição *online*, mas, em alguns casos, o acesso aos conteúdos ficava extremamente caro. O acesso ao *Le Monde* através da rede Compuserve, por exemplo, custava, em 1994, cerca

de mil dólares por ano. De qualquer maneira, em 1994 já era possível aceder *online*, livremente ou após pagamento, a jornais de todo o mundo, como os europeus *The Daily Telegraph* (que se apresentava com a denominação *Electronic Telegraph*), *The Independent*, *Il Corriere della Sera*, *The Guardian*, *The Times*, *The Sunday Times*, *Irish Times*, *Die Welt*, *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, entre outros, alguns dos quais já tinham versões diferentes para o papel e para a Web.

Também começou em 1994 a migração massiva de rádios e televisões para a Internet, acompanhados pelas agências de notícias. Contudo, nessa época, algumas empresas ainda procuravam aproveitar a vaga das novas tecnologias para oferecer serviços de notícias que não passassem pela Web, mas sem sucesso. Foi o caso do jornal britânico *Evening Standard*, que procurou, infrutiferamente, comercializar, por 500 libras, uma News Box que se ligava à linha telefónica e permitia ler notícias no ecrã.

Foi também em 1994 que começaram a aparecer portais, incluindo portais de provedores de serviços Internet, que integravam conteúdos jornalísticos como forma de atrair os cibernautas, opção facilitada pela concentração horizontal da propriedade (grupos que agrupam empresas mediáticas e empresas de Internet). O pioneiro foi o *Nando.Net*, que incluía no portal o acesso ao *Nando Times*. Alguns dos conteúdos e serviços disponíveis no portal eram pagos, outros gratuitos, prefigurando já a evolução para um *modelo de negócio* ciberjornalístico no âmbito do qual se permitia ao usuário o acesso livre a alguns conteúdos, cobrando-se pelo acesso a outros.

O modelo de acesso livre à informação jornalística, financiado pela publicidade, revelou-se, efetivamente, incomportável para os meios jornalísticos, que foram forçados, ainda nos anos Noventa, a adotar um modelo de negócio baseado no pagamento pelo acesso à maioria conteúdos (mantendo-se alguns gratuitos). Inicialmente, ensaiaram-se fórmulas como o micropagamento por notícia consumida, mas sem sucesso. A subscrição – assinatura – tornou-se uma fonte de receitas importante para os meios online, a par da publicidade e outras. A concentração da propriedade dos meios online, po-

tenciada pela concentração da propriedade dos meios originais, favoreceu, inicialmente, a via da cobrança pelo acesso à informação. Contudo, o advento das redes sociais começou a minar o negócio. Gigantes da Internet, como a Google, ou redes como o Facebook, o WhatsApp e o Telegram, intensificaram a partilha e consumo pirata da informação jornalística, prejudicando as empresas jornalísticas, que têm cada vez menos recursos financeiros necessários à produção de informação jornalística de qualidade. Mesmo os dispositivos de Inteligência Artificial se apropriam indevidamente de incontáveis dados que têm como fonte os meios jornalísticos. A canibalização da informação jornalística, apesar dos acordos que os gigantes da Internet têm feito com as empresas jornalísticas e das multas que lhes são aplicadas pelas instâncias reguladoras, está em alta e assim promete continuar, o que intensifica o risco de colapso das empresas jornalísticas e da consequente deterioração das democracias.

Entre 1992 e 1994, o *webdesign* evoluiu, embora ainda se conservasse muito simples, por causa das baixas prestações da tecnologia e das telecomunicações (quando comparadas com as prestações atuais). Apesar das limitações, alguns jornais *online* já podiam ser considerados verdadeiramente multimidiáticos e mesmo hipermediáticos, como o italiano *L'Unione Sarda*, cuja página inicial era constituída apenas por vários links icónicos.

A partir de 1995, os avanços da tecnologia informática e de telecomunicações permitiram o aperfeiçoamento do *webdesign*, que incorporou, crescentemente, o multimédia e a introdução de hiperligações.

O *USA Today* migrou para a Web em 1995. Nesse mesmo ano, também migraram para a Internet os diários portugueses *Público* e *Jornal de Notícias* (numa primeira fase, o *Público* apenas disponibilizava a edição do dia anterior, por medo da concorrência com a versão impressa), tal como fizeram os canais televisivos portugueses TVI e RTPi. Em 1996, o canal televisivo português SIC também apareceu na Web.

As potencialidades hipermediáticas da Web estimularam o aproveitamento de sinergias entre os meios, gerando alianças, como a protagonizada,

em 1996, pelo *New York Times*, *ABC*, *The Boston Globe*, *Times Mirror* e *Los Angeles Times*.

A partir do final dos anos Noventa, a presença dos meios jornalísticos na Web – complementada pela presença nas redes sociais – tornou-se regra. Alguns governos aproveitaram o facto para financiarem projetos jornalísticos globais que traduzissem a sua visão do mundo. O *Global Times*, por exemplo, é um meio jornalístico em inglês financiado pelo Governo da República Popular da China.

O novo ecossistema digital trouxe desafios e problemas para os meios jornalísticos, mas também para a sociedade e a democracia. O declínio das redes sociais e das aplicações que sustentaram a Web 2.0 e a Web 3.0 em favor de formas mais sofisticadas e avançadas de virtualização digital do mundo e das relações humanas, como o metaverso, complexificam o problema. A crise geral do jornalismo é, simultaneamente:

1. Uma crise de modelo de negócio (a publicidade foi desviada para plataformas digitais, como websites de anúncios, redes sociais e motores de busca), que fragiliza as empresas jornalísticas, já que estas, sem dinheiro, não podem, nomeadamente, investir em recursos humanos, na produção própria de informação e em equipamentos;
2. Uma crise de erosão das audiências (os meios jornalísticos competem com outros agentes, como os influenciadores digitais, pela atenção e tempo dos internautas, por vezes com resultados funestos para os usuários, devido à potenciação da desinformação);
3. Uma crise de envelhecimento do público do jornalismo (os jovens abandonaram o consumo de conteúdos jornalísticos);
4. Uma crise de influência (as fontes podem chegar diretamente ao público sem passarem pela intermediação jornalística, colocando em cheque o poder que o jornalismo teve de selecionar a informação que chegava ao público);

5. Uma crise de precariedade jornalística (pesam sobre os jornalistas novas e mais exigentes demandas; mas oferece-lhes: *desprofissionalização*, devido, por exemplo, à diluição das funções jornalísticas entre os diversos profissionais da “produção de conteúdos” e à convocação dos jornalistas para competirem com os influenciadores digitais e outros agentes nas redes sociais; *desigualdade profissional* em poder, estatuto e salário; *precariedade laboral*, devido às crescentes tendências para contratar a prazo e em *part time* e para associar a remuneração às métricas de visibilidade da informação produzida; e *baixos salários*, desmotivadores);
6. Uma crise de usurpação e partilha ilegal de conteúdos jornalísticos sem contrapartidas para os meios jornalísticos, inclusivamente pelos dispositivos de Inteligência Artificial generativos, que se alimentam de dados produzidos, em muitos casos, pelos meios jornalísticos, sem lhes providenciarem a devida compensação financeira. O processo do *New York Times* contra a Open AI e a Microsoft, do final de 2023, e as multas e tentativas de regulação do setor por parte do poder político são sintomas dessa crise.
7. A crise do jornalismo provavelmente exigirá dos estados democráticos um esforço para salvar o jornalismo e os meios jornalísticos, considerando o seu papel relevante na democracia, com apoios diretos e indiretos à indústria jornalística e com investimento na literacia mediática dos jovens.

3.14 As agências noticiosas no século XX

No início do século XX, a aliança desenhada desde meados do século XIX pelas três grandes agências europeias – Reuters, Havas e Wolff – sofreu novos desafios.

O primeiro desafio veio da feroz concorrência movida às agências europeias pelas competitivas agências norte-americanas. Logo a partir de 1902, as “três grandes” sofreram com o impacto da abertura de sucursais da Associated Press (AP) na Europa. A United Press (UP), fundada em 1907,

seguiu o caminho expansionista e fortemente concorrencial da AP. A agência do Grupo Hearst, a International News Service (INS), fundada em 1909, juntou-se às duas agências americanas que já atuavam na Europa logo a partir do ano da sua fundação. As agências americanas, descomprometidas com os interesses governamentais de Paris, Londres ou Berlim (ao contrário do que sucedia com a Havas, a Reuters e a Wolff), ofereciam mais exclusivos noticiosos e, principalmente, ofereciam um produto que as “oficiosas” agências europeias não costumavam dar mas para o qual existia mercado: notícias de interesse humano, notícias sobre curiosidades, excentricidades e frivolidades, bem como notícias sobre pessoas famosas e o mundo do espetáculo (atores de cinema, cantores, artistas...). Conquistaram, assim, muitos clientes entre a imprensa europeia e mundial.

Um segundo desafio ao domínio anglo-franco-alemão sobre a informação internacional decorreu da forma como a Havas, a Reuters e a Wolff atuaram na I Guerra Mundial. Durante o conflito as “três grandes” foram convertidas em agentes de propaganda dos estados beligerantes, sendo usadas pelos governos para desacreditar os inimigos e combater a propaganda inimiga. Essa cumplicidade “oficiosa”, a que se juntou a difusão dos comunicados oficiais dos respetivos governos, minou a credibilidade que as grandes agências europeias tinham na Europa. No entanto, a necessidade levou os governos a autorizarem a presença de jornalistas nas frentes de batalha. O acesso dos jornalistas aos lugares onde se travavam combates aumentou o volume de notícias (embora censuradas) sobre a guerra e, em consequência, tornou mais lucrativa a atividade. A associação das agências aos interesses nacionais e governamentais também lhes permitiu receber generosas subvenções estatais, que aumentaram os seus lucros. Lucraram, assim, os governos, que podiam camuflar a propaganda sob a capa das notícias; e ganharam, financeiramente, as agências, que aumentaram os lucros e puderam colocar jornalistas a cobrir o que se passava nas frentes de batalha. Mas as três grandes agências europeias também perderam parte da sua reputação e do seu crédito. O público, esse, talvez tenha sido o que mais

perdeu, condicionado a consumir uma informação censurada e, por vezes, distorcida ou mesmo falsa.

A I Guerra Mundial teve por consequência o rompimento da “Tripla Aliança” entre as grandes agências europeias. Não obstante, por impulso da Havas e da Reuters, criou-se, em 1918, a Rede Aliada de Notícias, que agregava as grandes agências francesa e britânica e 26 agências nacionais, como a espanhola Fabra, a holandesa Finska, a turca Anatolie, a alemã DNB, entre outras. A partir de 1924, a agência soviética Rosta (que, em 1925, seria rebaptizada Tass) foi convidada a integrar a Rede, para combater a concorrência da United Press, que com ela tinha firmado um acordo. A Associated Press esteve, desde o início, associada à Rede, mas, vendo-se acossada pelas restantes agências norte-americanas que atuavam no mercado europeu, a INS e a UP, obteve da Rede a possibilidade de vender notícias diretamente aos seus clientes europeus, em 1932.

A ascensão dos totalitarismos na Itália, na Alemanha e em Espanha (onde a agência Efe, criada em 1938, substituiu a agência Fabra), a crise económica dos anos Trinta e as tensões que antecederam a II Guerra Mundial provocaram um novo abalo no fluxo internacional de notícias e levaram as agências, principalmente as europeias, a tornarem-se uma espécie de organizações noticioso-propagandísticas intimamente ligadas aos respetivos governos, com perdas para a respetiva credibilidade. Quando, seguindo o exemplo reivindicativo da AP, a agência alemã DNB (antiga Wolff), já nas mãos do Governo nazi, reclamou à Rede liberdade de ação no Extremo Oriente e o controlo da cobertura da Polónia e da Checoslováquia, a Rede acabou por morrer, embora algumas agências parceiras, em alguns casos, tenham mantido acordos de cooperação. Esses acordos permitiram à Reuters e à Havas deter um papel relevante na gestão dos fluxos de informação na Europa, mas sem o relevo que tinham tido outrora.

Pelo final dos anos Vinte, o aparecimento da radiotelegrafia (telegrafia por rádio, sem fios, que dispensava os cabos submarinos) e de impressoras capazes de descodificar os impulsos elétricos potenciou e agilizou a ação

das agências. A radiotelegrafia permitiu, inclusivamente, o aparecimento de agências radiotelegráficas de notícias, como a suíça Transradio e a alemã Europa-Radio.

A II Guerra Mundial recolocou, novamente, as agências europeias (pelo menos as que não suspenderam as atividades por causa da invasão nazi) na rota da propaganda, ao serviço das estratégias dos governos em confronto. Essa estreita vinculação das agências de notícias ao poder político acabou por provocar a nacionalização e a mudança de denominação de várias delas no pós-guerra. A Havas, por exemplo, converteu-se na Agence France Presse (AFP), a DNB rebatizou-se DPA e a Stefani passou a denominar-se ANSA. A Reuters, porém, manteve-se na esfera privada, tal como as agências americanas. Inclusivamente, em alguns países europeus apareceram novas agências privadas, como as portuguesas Lusitânia, de 1944, e Agência de Notícias e Informações (ANI), de 1947, ou a agência austríaca APA, que, como outras, resultou do esforço cooperativo de órgãos jornalísticos livremente associados. Apareceram, também, agências participadas, simultaneamente, por privados e pelo Estado, como a agência turca Anatolia, inaugurando um modelo ainda hoje seguido em agências como a portuguesa Lusa. Na Europa de Leste e na União Soviética, a agência estatal soviética Tass assumiu-se como agência dominante, embora ao serviço da propaganda do regime. A partir desta configuração, desenhou-se um sistema internacional de fluxos noticiosos claramente dominado por seis grandes agências – AP, UP, INS, Reuters, AFP e Tass. Em 1958, as grandes agências mundiais passaram a ser cinco, devido à fusão da United Press com a International News Service, dando origem à United Press International (UPI). Somente alguns países de vocação continental, como a China (Agência Nova China), a Índia e, até certo ponto, o Brasil, ou com um importante e dinâmico número de empresas jornalísticas, como o Japão, ou ainda com um mercado relevante de língua comum, como a espanhola EFE, que opera em todo o espaço ibero-americano, conseguiram competir com relevância no espaço internacional.

Os processos de descolonização geraram um aumento considerável do número de agências, em África e na Ásia, a partir dos anos Sessenta, mas nem

sempre as novas agências conseguiram cobrir, sequer, os respectivos países, por dificuldades técnicas, financeira e humanas. Para além disso, a maioria das novas agências continuou a depender das “cinco grandes” para o fornecimento de informação sobre o exterior, pelo que estas últimas continuaram a deter o domínio dos fluxos informativos. Assim, durante muitos anos assistiu-se à situação algo paradoxal de muitos dos países menos desenvolvidos consumirem, em grande medida, informação fabricada ou mesmo sobre os países mais desenvolvidos, onde tinham sede as grandes agências, ou, no caso da esfera comunista, de consumirem, por razões ideológicas e de domínio político, informação difundida pela Tass. Na América Latina, porém, há que realçar o papel noticioso-ideológico da agência de notícias cubana Prensa Latina, fundada em 1959, que conseguiu competir com as grandes agências norte-americanas que “colonizavam” o espaço informativo da América Central e do Sul, graças aos apoios soviéticos a Cuba. Com o colapso da União Soviética, a Prensa Latina limitou-se, quase exclusivamente, ao espaço cubano.

Os Países Não-Alinhados procuraram reagir contra o exacerbado controlo dos fluxos internacionais de comunicação pelas grandes agências noticiosas. Assim, no quadro da UNESCO, propuseram um novo modelo de comunicação internacional, sob a denominação Nova Ordem Internacional da Informação, de onde resultou um esforço de cooperação que conduziu, por exemplo, à formação de redes de agências. Assim, nos anos Sessenta fundou-se, na América Latina, o Inter Press Service, assente num sistema de propriedade cooperativa. Por seu turno, em 1975, doze agências estatais reuniram-se em torno da antiga agência de notícias jugoslava Tanjug para formar o Pool de Agências dos Países Não-Alinhados, tendo o seu número crescido até meados dos anos Noventa, década em que quase uma centena de agências faziam parte da Pool. Porém, essas agências falharam no seu propósito principal de interessar os países mais desenvolvidos nas notícias sobre os países menos desenvolvidos, pelo que, no final do século XX, os fluxos internacionais de notícias continuavam a ser controlados, já não por cinco, mas somente por três grandes agências: Reuters, Associated Press

(AP) e France Presse (AFP). Das restantes agências, somente a EFE teve capacidade competitiva, ombreando com elas no espaço ibero-americano. Das antigas “cinco grandes”, a UPI entrou em crise econômica, tendo-se afastado das grandes lides da cobertura noticiosa internacional, e a Tass, com o colapso da URSS, perdeu os privilégios que detinha nos países da antiga esfera soviética, acomodando-se ao espaço russo e russófono, com a nova denominação Inter-Tass (1992), onde passou a competir com agências privadas que entretanto surgiram, como a Interfax e a Postfax. A outra grande agência soviética, a Novosti (APN), também se reorientou, essencialmente, para o espaço russo e russófono.

Se quisermos traçar um quadro geral da dinâmica das agências no final do século XX, temos:

1. O domínio internacional da Reuters, da Associated Press (AP) e da France-Presse (AFP), que estabeleceram alianças com várias agências nacionais (a agência portuguesa Lusa, por exemplo, tem acordos com a AFP);
2. O crescente protagonismo da agência espanhola EFE, graças à expansão da língua espanhola por todo o mundo e à sua ação no mercado ibero-americano;
3. O protagonismo interno das agências nacionais de cada país, nomeadamente nos países mais desenvolvidos (como o protagonismo da Agência Lusa em Portugal, que tem, também, um papel relevante na cobertura do mundo lusófono);
4. A incapacidade de alguns dos países menos desenvolvidos criarem agências nacionais, o que lhes retira peso no fluxo internacional da informação;
5. A manutenção de uma certa influência externa (para além da interna) de agências de países de grande dimensão ou com economia e imprensa fortes, como a alemã DPA, a italiana Ansa, a russa Itar-Tass, a chinesa Xinhua e a indiana PTI;

6. Mudança da área vital de negócio das agências, com as notícias tradicionais a cederem lugar às informações económicas e financeiras, embora, naturalmente, os conteúdos jornalísticos continuem a ser relevantes (notícias, fotonotícias e informação de rádio e televisão);
7. Reversão do modelo de negócio, traduzida na expansão da rede de clientes, no âmbito da qual os órgãos jornalísticos são cada vez menos importantes quando comparados com os clientes institucionais, como os organismos estatais, os grandes grupos económicos, a banca, etc.;
8. Crescente produção especializada de informação, para a exploração de nichos específicos do mercado, o que conduz à segmentação do próprio serviço;
9. Aparição no mercado de pequenas e ágeis agências que aproveitam os benefícios das novas tecnologias da informação e das telecomunicações e da Internet;
10. Dificuldades económicas generalizadas, só compensadas, muitas das vezes, com as compensações estatais, com exceção da Reuters (graças, sobretudo, à informação financeira e bolsista) e da Associated Press (graças ao controlo do mercado norte-americano e à associação à Dow Jones, desde 1967).

A partir do meio dos anos Noventa, diminuiu o controlo das agências sobre os fluxos internacionais de informação, devido à globalização das comunicações e da Web. Primeiro, as agências de notícias tiveram de competir como provedoras de informação com as televisões e rádios por satélite. Depois, tiveram de competir com a presença da generalidade dos meios jornalísticos na Web e, mais recentemente, nas redes sociais. Assim, a influência das grandes agências noticiosas diminuiu, bem como a sua capacidade de difusão de exclusivos e de notícias em primeira mão, ao mesmo tempo que os meios jornalísticos encontram uma imensidade de fontes informativas jornalísticas na Web, beneficiando, também, da explosão dos dispositivos móveis.

3.15 Jornalismo em Portugal no século XX

À entrada no século XX, o jornalismo era já uma força sociopolítica, cultural e económica relevante em Portugal. Jornais e revistas tinham tiragens significativas e eram massivamente consumidos pela população urbana alfabetizada, cerca de metade da população do país. O afluxo de anúncios publicitários permitia que os principais jornais e revistas fossem vendidos abaixo do preço de custo. Eram, por isso, bens de consumo acessíveis, vendidos nas bancas, por arduas ou por assinatura, beneficiando, neste caso, da modernização dos correios. O jornalismo industrializara-se. Grandes empresas jornalísticas eram âncoras do sistema. Se não tivessem mecenas interessados em garantir poder e influência ou um partido político por detrás (capaz de fornecer um número considerável de assinantes), um jornal diário ou uma revista necessitavam de possuir uma organização sólida e de garantir um fluxo considerável de anúncios publicitários para serem competitivos e sobreviverem.

Ao tempo, a ferrovia, o telégrafo, os cabos submarinos e o telefone – além das agências de notícias – aceleravam o fluxo de informação. Os jornais já não conseguiam viver da retórica política, como tinha sido apanágio até meados do século XIX. Tinham de oferecer notícias – por vezes, sensacionais – aos leitores, mesmo quando as enquadravam politicamente. O diário republicano *O Mundo*, por exemplo, conquistou leitores pela exposição dos escândalos que denegriam a imagem da Monarquia portuguesa.

Nesse ecossistema sociojornalístico, as redações profissionalizaram-se. Os repórteres sobressaíam. Alguns deles tornaram-se figuras conhecidas, como Eduardo Fernandes, alcunhado Esculápio, e, mais tarde, Reinaldo Ferreira, o Repórter X.

Podem identificar-se quatro grandes segmentos na imprensa “de grande informação” em Portugal na alvorada do século XX:

1. 1. A imprensa política, mais bem classificada como político-noticiosa, alinhada com partidos ou ideologias, incluindo-se aqui os jornais alinhados com os principais partidos da Monarquia Liberal, os jornais republicanos, como *O Século e O Mundo*, e os jornais operários. Alguns destes jornais, no entanto, converteram-se, com o tempo, em periódicos informativo-noticiosos generalistas e apartidários, orientados para o lucro, como *O Século*, em Lisboa, e, no Porto, o *Primeiro de Janeiro* e o *Jornal de Notícias*.
2. A imprensa apartidária, independente e noticiosa, orientada para a obtenção de lucro pela exploração da notícia como mercadoria e pela captação de anúncios publicitários, da qual o *Diário de Notícias*, de 1864, é o melhor exemplo, embora outros pudessem ser citados, como o *Diário Popular*, de 1866⁴⁹.
3. A imprensa especializada, como os jornais económicos e comerciais e os jornais desportivos, que se iniciam, em Portugal, com *O Ginasta*, em 1878, um periódico destinado a divulgar a educação física. Alguns dos periódicos especializados converteram-se, no entanto, em generalistas – casos dos diários *O Comércio do Porto* e *Jornal do Comércio*.
4. A imprensa ilustrada, representada por revistas ilustradas que oscilam entre a orientação cultural e a cobertura gráfica da atualidade, como *O Ocidente* e, mais tarde, a *Ilustração Portuguesa*, revista do grupo do jornal *O Século*.

A força da imprensa, principalmente da imprensa político-noticiosa republicana, frequentemente sensacionalista, gerou receios nos governos da fase final da Monarquia. Não obstante o dinamismo evidenciado pela sociedade civil na fundação de jornais, a liberdade de imprensa foi cerceada pelos últimos governos monárquicos, face ao aumento da instabilidade e ao desafio à Monarquia colocado pela ação de republicanos, socialistas, anarquistas e outros agentes. Assim, a legislação de imprensa aprovada na fase final do

49. Este *Diário Popular* vingaria até 1896. Em 1897, surgiu “outro” *Diário Popular*, de feição política.

período monárquico instituiu um regime mais constrangedor da liberdade de imprensa do que aquele que vigorou entre 1851 e 1890. Jornais incómodos foram judicialmente processados ou apreendidos, textos ou partes de textos censurados, alguns jornalistas e editores presos (por vezes em situação de incomunicabilidade) ou degredados. Os jornais republicanos, como *O Século* (antes da sua fase industrializada) e o desbocado *O Mundo*, foram bastante atingidos pelas medidas legais. *O Mundo*, *O Século* e outros periódicos republicanos chegaram a ser assaltados por bandos caciqueiros monárquicos. Para protestarem contra a censura, em determinadas ocasiões os jornais deixavam em branco as partes censuradas, para que o público se apercebesse dos cortes. Sucediam-se, infrutiferamente, abaixo-assinados, manifestos, comícios e conferências a favor da liberdade de imprensa, alguns deles promovidos pelas várias associações de jornalistas de Lisboa e do Porto, fundadas no século XIX (indiciando a profissionalização da classe), bem como pela Liga das Empresas Jornalísticas de Lisboa, grémio dos editores.

A 11 de abril de 1907, durante o Governo autoritário de João Franco, um novo decreto alargou os delitos de abuso de liberdade de imprensa. Criaram-se os alcunhados “Gabinetes Negros”, reuniões semanais dos agentes do Ministério Público das comarcas judiciárias, destinadas a examinar os conteúdos dos jornais. Nesse mesmo ano, a 20 de junho, um novo decreto atribuiu aos governadores civis a faculdade de apreenderem e suspenderem jornais. Aprisionaram-se e degredaram-se alguns jornalistas, aplicaram-se multas, moveram-se processos judiciais contra jornalistas e jornais e alguns destes foram suspensos ou viram algumas das suas edições serem apreendidas. Entre outros casos, *O Primeiro de Janeiro*, por causa das crónicas de opinião “As minhas razões”, subscritas pelo republicano João Chagas, foi suspenso por oito dias, em junho de 1907; o insuspeito *Novidades* foi suspenso a 4 de setembro de 1907 e só voltou a circular a 18 do mesmo mês. Por causa da situação vigente em Portugal, alguns jornalistas exilaram-se, como aconteceu com o republicano Freitas Borges, que lançou, em Espanha, o jor-

nal *O Espetro do Mundo*. Este jornal circulou clandestinamente em Portugal até 1908, ano em que Freitas Borges regressou ao País, sendo preso.

A elevação de D. Manuel II ao trono, por causa do assassinato do Rei D. Carlos e do príncipe herdeiro, D. Luís Filipe, em 1908, por republicanos revolucionários, acabou por se tornar benéfica para a imprensa, que viu abrandar a censura e a repressão por força da política conciliatória promovida pelo novo e jovem soberano. Entre 1908 e 1909, houve, pois, um curto período de abrandamento da repressão sobre a imprensa e vários jornalistas presos foram amnistiados e postos em liberdade, mas, em 1909, restabeleceram-se algumas das medidas repressivas contra a imprensa, que se mantiveram até à queda da Monarquia, a 5 de outubro de 1910. Essas medidas foram uma resposta à radicalização dos jornais político-noticiosos republicanos.

Nesse contexto de confronto ideológico, alguns jornais noticiosos, como o *Diário de Notícias*, procuravam assumir-se como independentes. Outros usaram as notícias para o combate ideológico. O jornal republicano *O Mundo*, fundado a 16 de setembro de 1900, por exemplo, misturava opinião com informação e explorava, sensacionalmente, as notícias que pudessem denegrir a Monarquia, manifestando uma atitude revolucionária. Outros ainda, nascidos no contexto da luta ideológica, adaptaram-se a um modelo de jornalismo noticioso independente, industrializado e profissionalizado. Alguns jornais que nasceram vinculados a um campo político, como o *Primeiro de Janeiro* e o *Jornal de Notícias*, do Porto, e *O Século*, de Lisboa, reorientaram, gradualmente, a sua linha editorial para uma postura noticiosa e independente.

A 5 de outubro de 1910, a República foi proclamada em Portugal. Implantado, violentamente, em Lisboa, o novo regime foi acolhido sem grandes percalços no resto do país. Os principais jornais, com *O Século* à cabeça, viveram dias de glória em tiragens e circulação. A imprensa foi, aliás, fundamental para espalhar o anúncio da imposição da República.

Um dos primeiros atos do poder republicano foi a revogação da lei restritiva da liberdade de imprensa de 11 de abril de 1907. A 10 de outubro de 1910, a

imprensa readquiriu, formalmente, as suas liberdades, reguladas por um decreto de 28 de outubro deste mesmo ano, que, grosso modo, vigorará até à imposição da Ditadura Militar, em 1926. A Constituição de 1911, promulgada a 21 de agosto, também reafirmava o direito à livre expressão do pensamento. No entanto, o novo regime exerceu, por via direta ou indireta, ações violentas sobre os jornais católicos e monárquicos, alguns dos quais se extinguiram. Os diários associados aos partidos da Monarquia desapareceram com a extinção destas forças políticas – casos do *Correio da Manhã* e do *Diário Ilustrado*.

Para assegurarem o seu controlo sobre o Estado, os vários governos republicanos que se foram sucedendo no poder, num período de forte instabilidade e de alguma violência política, não hesitaram em tomar medidas legislativas de condicionamento da imprensa. A 29 de dezembro de 1910, foi publicado um decreto que, no seu art.º 3.º previa prisão correccional para quem “por escrito publicado” faltasse “ao respeito devido à bandeira nacional”. A 15 de julho de 1912, novo decreto facultava a apreensão de periódicos que, entre outras condições, ultrajassem as instituições republicanas ou fossem escritos “em linguagem despejada e provocadora”. A 25 de julho do mesmo ano, novo decreto ameaçava com prisão correccional quem “por qualquer meio de propaganda tendenciosa ou subversiva, verbal ou escrita, pública ou clandestina, aconselhar, instigar ou provocar os cidadãos portugueses ao não cumprimento dos seus deveres militares ou ao cometimento de atos atentatórios da integridade e independência da pátria”. A 1 de setembro de 1913, novo decreto ordenava aos governadores civis a organização de uma lista das publicações dos respetivos distritos para “se apurar o exato cumprimento da lei de imprensa”.

Em 1914, começou a Grande Guerra. A conflagração acentuou as divisões e a agitação na sociedade portuguesa. A escassez de alimentos e a carestia de vida agudizaram-se, motivando manifestações e greves. O Governo republicano em funções viu na participação portuguesa no conflito uma maneira de unir e regenerar a Nação sob os ideais republicanos e de obter benefícios no pós-guerra, em especial em África. Mas as opiniões eram díspares.

Germanófilos opunham-se a anglófilos e francófilos. Intervencionistas, alcunhados *guerristas*, opunham-se a não-intervencionistas, alcunhados *anti-guerristas*. Entre os partidários da intervenção do país na guerra, alguns pretendiam-na limitar a África, onde as colónias estavam em jogo, enquanto outros queriam que Portugal declarasse guerra à Alemanha e enviasse tropas para França. A imprensa ecoava as divisões e debates entre os portugueses.

A imprensa dedicou grande atenção à guerra desde a primeira hora, devido à forte noticiabilidade do acontecimento e à probabilidade de envolvimento de Portugal. Os jornais eram alimentados pelas agências noticiosas, em particular pela Havas, e por alguns correspondentes em França, o que gerou um enviesamento noticioso a favor dos Aliados. O *Comércio do Porto*, que tinha por correspondente em Berlim o académico alemão Edward Engel, alertou, a 16 de setembro de 1914, para a desinformação que proliferava na imprensa portuguesa, que punha, mentirosamente, os franceses a vencer os alemães.

Silva Graça, diretor e proprietário do *Século*, nomeou-se a si mesmo enviado especial do diário e visitou a frente ocidental, em 1915, de onde enviou extensas reportagens para o seu jornal. Foi o primeiro jornalista português, entre cerca de uma dezena, a reportar desde as trincheiras.

Apesar dos combates travados entre tropas portuguesas e alemãs em Angola e em Moçambique, o envolvimento oficial de Portugal na conflagração ocorreu apenas em 1916, na sequência da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, provocada pela apreensão dos navios alemães fundeados nos portos portugueses.

O envolvimento direto de Portugal na I Guerra Mundial e a partida do Corpo Expedicionário Português para a Flandres fez aumentar as tiragens e a circulação de jornais e revistas. A revista *Ilustração Portuguesa* tornou-se o principal palco do fotojornalismo de guerra nesse tempo, em Portugal. O Governo português chegou a financiar uma revista de infopropaganda publicada em Paris – *Portugal na Guerra*. Por outra parte, o Governo instituiu medidas censórias para a imprensa, em particular para as notícias militares. O decreto n.º 3544, de 13 de novembro de 1917, um dos sucessivos

decretos-lei que foram publicados entre 1916 e 1917, facultava a apreensão e suspensão das “publicações periódicas, nacionais ou estrangeiras” nas quais se fizesse “propaganda sistemática em favor dos inimigos ou tendente a deprimir a alma da Nação ou a honra do seu Exército”. Na sequência desta lei, as instalações de *O Liberal* foram seladas e os seus responsáveis foram presos e ameaçados de degredo. Os jornais iam protestando e saíam, muitas vezes, com espaços em branco, devido à ação da censura. A 19 de janeiro de 1917, por exemplo, o *Diário de Notícias* acusava a censura de lhe cortar “notícias de maior interesse e importância”, com a agravante de ter deixado passar, arbitrariamente, as mesmas notícias noutra jornal lisboeta.

Em dezembro de 1917, Sidónio Pais tomou o poder e instituiu um regime presidencialista autoritário. O governo de Sidónio Pais, embora, num primeiro momento, tenha abolido as medidas contrárias à liberdade de imprensa, reforçou, depois, os constrangimentos à imprensa, que se intensificaram após abril de 1918, na sequência da derrota portuguesa na batalha de La Lys.

O assassinato de Sidónio, no final de 1918, e o regresso ao parlamentarismo acabou por reconduzir a imprensa às liberdades do período anterior. Mas a instabilidade persistiu. Em 1919, por exemplo, no contexto de uma greve que paralisou as tipografias e outros setores e que impediu a publicação de jornais na capital, com exceção de *O Século*, entre 17 e 18 de junho, os patrões dos diários de Lisboa ergueram-se contra o sindicalismo revolucionário e uniram-se, em nome da Liberdade, para publicar o diário *A Imprensa*, ao longo de treze dias, e suspenderam a publicação dos seus jornais, entre 19 de junho e 3 de julho – *A Capital*, *Diário de Notícias*, *A Época*, *Jornal do Comércio*, *Jornal da Tarde*, *A Luta*, *A Manhã*, *O Mundo*, *A Opinião*, *Portugal*, *República*, *O Século*, *A Vanguarda* e *Vitória*. Ao tempo, só em Lisboa publicavam-se catorze diários entre matutinos e vespertinos.

Data dessa época o apetite pelo controlo da imprensa exibido pelo poder económico, alarmado com a contestação operária, patente em diários de classe como *A Batalha*.

Figura 101. A *Imprensa* foi um diário publicado coletivamente em Portugal entre 21 de junho e 3 de julho pelas empresas editoras de jornais, que suspenderam a publicação dos seus títulos na sequência de uma greve geral que também afetou o setor.



Fonte: reprodução do original (22 de junho de 1919).

Em 1920, a empresa editora do *Diário de Notícias* foi vendida à Companhia Industrial de Portugal e Colónias, conhecida por Moagem, na sequência de um escândalo social, por Alfredo da Cunha, que controlava a propriedade do jornal enquanto genro do falecido Eduardo Coelho, fundador do periódico. Foi constituída uma sociedade anónima para o jornal, que se tornaria na Empresa Nacional de Publicidade, em 1928, ainda sob o controlo da Companhia Industrial de Portugal e Colónias. As interferências da administração na linha editorial do *Diário de Notícias* provocaram, inclusivamente, uma crise grave na redação, em 1924. Vários jornalistas demitiram-se e foram trabalhar para a concorrência, designadamente para *O Mundo*. A Moagem também assumiu, em 1922, a propriedade do jornal *O Século*, passando a controlar os dois principais diários portugueses.

O final da Monarquia e a I República foi um tempo fértil para a fotografia e o fotojornalismo em Portugal.

Foi no início do século XX que, no país, a fotografia informativa deixou de estar confinada às páginas das revistas ilustradas para invadir os jornais diários, embora, inicialmente, sob a forma de gravuras. Ao mesmo tempo, as revistas ilustradas, com a segunda série da *Ilustração Portuguesa* à frente, começaram a excluir o desenho fotogravado para privilegiar as fotografias, em parte graças às melhorias nos processos de reprodução.

Joshua Benoliel é considerado o primeiro genuíno fotojornalista profissional português e talvez um dos fotógrafos desses tempos com obra mais extensa. Benoliel colaborou, sobretudo, com a *Ilustração Portuguesa*, de 1903 a 1918, e com *O Século*, o “seu” jornal, fazendo fotografias de cenas do quotidiano e documentando as gentes e os seus costumes, fotografias de *fait-divers*, mas também fotografias das revoluções, revoltas e greves que ensanguentaram o país durante a I República, tendo sido um dos precursores da *candid photography* [fotografia cândida] dos anos Vinte, que aproxima visualmente os leitores das cenas e pessoas representadas nas imagens fotográficas e cultiva a fotografia “natural”, não posada. À maneira de Solomon e da geração de fotojornalistas alemães dos anos Vinte, também Benoliel vestia à altura das

ocasiões, falava várias línguas, averiguava os horários mais propícios para estar nos locais onde ia fotografar e chegava a gritar “É para *O Século!*” para fazer parar as pessoas e fazer as fotos.

Entre as revistas, a *Ilustração Portuguesa*, de Malheiro Dias, propriedade de *O Século*, foi, provavelmente, a revista nacional mais inovadora na sua época, sobretudo na sua segunda série (1903-1924), momento em que publica abundante número de fotografias, acompanhadas de textos verbais curtos. Na *Ilustração* nasceram vários nomes relevantes para o fotojornalismo português, além de Benoliel, como Arnaldo Garcez e Denis [Diniz] Salgado.

Na sequência do golpe militar de 28 de maio de 1926, institui-se a ditadura em Portugal. O Governo da Ditadura foi ameaçado por uma revolta militar, em 1927, mas não sucumbiu. O fracasso dessa revolta originou o exílio do escol das hostes democráticas e facilitou o caminho aos adeptos da ditadura. Em 1928, o novo regime indicou o general Óscar Carmona para Presidente da República. Carmona nomeou Salazar chefe do Governo e deu-lhe “carta branca” para endireitar as finanças públicas, mas Salazar acabou por tomar as rédeas do poder e, para assegurar definitivamente o novo regime, procurou dar-lhe uma base constitucional e civilista, concretizada em 1933. Nasceu o Estado Novo, que só sucumbiria em 1974.

A Constituição de 1933 assegurava, teoricamente, a liberdade de expressão e de imprensa, conferindo-lhe o estatuto de direito individual, mas, ao mesmo tempo, explicitava que o exercício dessa liberdade seria regulado por leis especiais para impedir “preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social e salvaguardar a integridade moral dos cidadãos”. Mais adiante, a Constituição impunha, também, a publicação de notas oficiais pela imprensa.

Figura 102. Fotografia de Joshua Benoliel (soldados portugueses embarcam para a frente ocidental) na capa da *Ilustração Portuguesa*.



Fonte: reprodução do original (*Ilustração Portuguesa*, 12 de fevereiro de 1917).

Antes de 1933, a ditadura já tinha promulgado vários decretos limitadores da liberdade de imprensa, mas a Constituição de 1933 dotou o Estado Novo de um instrumento jurídico que lhe permitiu a institucionalização da censura prévia, por um decreto de 11 de abril desse mesmo ano. Outras disposições legais reforçavam o controlo do poder sobre a imprensa, como um decreto de 14 de maio de 1936, que obrigava os proprietários de empresas mediáticas a possuir “idoneidade intelectual e moral” e a fazer prova dos meios financeiros das empresas. Até 25 de Abril de 1974, sob a governação de Salazar (até 1968) e, seguidamente, de Marcelo Caetano, manteve-se a censura à imprensa e, depois, à rádio e à televisão.

As dificuldades para o jornalismo durante o Estado Novo não se limitaram à censura e a medidas repressivas, como a suspensão da publicação de jornais por um determinado período de tempo, apreensão de exemplares, multas e mesmo a prisão para jornalistas, editores e vendedores. Por vezes, os jornais viram-se, também, impedidos de enviar jornalistas ao exterior para cobrir determinados acontecimentos, nomeadamente quando em causa poderiam estar as posições oficiais do regime, como aconteceu com o *Jornal de Notícias*, impedido de enviar jornalistas para cobrir a Guerra Civil de Espanha, em 1934 (Franco, 1993, p. 109). Apesar de tudo, alguma imprensa conseguia, insinuantemente, fazer algumas críticas ao regime.

Durante a II Guerra Mundial circularam em Portugal revistas como *A Guerra Ilustrada* e *Sinal*, financiadas pelos governos das potências beligerantes.

Embora a censura e as dificuldades colocadas à fundação de periódicos tenham provocado a diminuição do ritmo do aparecimento de novos jornais e revistas em Portugal (Pena-Rodriguez, 1994, pp. 344-345) e mesmo o desaparecimento de jornais históricos como *O Mundo*, nos anos Sessenta alguma coisa mudou. Num mundo em mudança, *O Primeiro de Janeiro*, jornal de referência no Porto, e o *Diário de Lisboa*, o *República* e o *Diário Popular*, na capital, conseguiam ser, de algum modo, vozes da oposição democrática ao regime, apesar de serem ultrapassados, em tiragens e circulação, pelo *Século* e pelo *Diário de Notícias*, formalmente independentes, mas identifi-

cados com a situação. O lançamento do semanário *Expresso*, em 1973, por setores da chamada Ala Liberal (que mais tarde, após a Revolução de 1974, se aglutinariam no Partido Social-Democrata), encabeçados por Francisco Pinto Balsemão (um dos atuais “patrões” do sector mediático português), deu mais uma machadada no autoritarismo do regime sobre a imprensa (a manchete do primeiro número do *Expresso* foi, sintomaticamente, sobre os portugueses que nunca tinham votado), já minado por várias publicações clandestinas, como o jornal *Avante*, do Partido Comunista Português. O jornal oficioso do regime, subvencionado pelo Ministério do Interior, o *Diário da Manhã* (transformado no diário *Época*, em 1971), quase não tinha audiência.

A principal novidade na Comunicação Social durante o Estado Novo foi a chegada da rádio e da televisão a Portugal.

As rádios – designadamente a Emissora Nacional, a Rádio Renascença e o Rádio Clube Português – integraram na sua programação programas noticiosos que contribuíram para popularizar o novo meio. A Emissora Nacional apresentava dois longos serviços noticiosos principais, emitidos nos horários do almoço e do jantar, com um alinhamento relativamente constante e hierarquizado: notícias sobre o chefe de Estado, o presidente do Conselho, os ministros e assim sucessivamente, algumas delas transcritas dos jornais (Santos, 2014, p. 187). Esses serviços noticiosos foram complementados, mais tarde, com jornais radiofónicos de duração mais curta, emitidos de hora em hora. Nos anos Sessenta, o Rádio Clube Português inovou com pequenos noticiários horários de três minutos, bem a gosto do público jovem e urbano que a estação procurava captar (Santos, 2014, p. 188 e p. 347). A Rádio Renascença ficou no meio dos dois, apresentando, igualmente a partir de meados dos anos Sessenta, radiojornais de hora em hora com duração de alguns minutos e nos quais incorporou notícias, entrevistas e reportagens, tendo dois jornais mais desenvolvidos às 12h45 e às 19 horas (Nobre-Correia, 2021, p. 383).

A televisão chegou – algo tardiamente – a Portugal, em 1956 (emissões experimentais na Feira Popular de Lisboa), com a fundação da Radiotelevisão Portuguesa – RTP, a única emissora autorizada, de capitais públicos e

privados. As emissões regulares começaram no ano seguinte. Mas a implantação do novo meio foi demorada. Apesar de, desde o início das suas emissões regulares, a RTP emitir breves programas informativos, nem sempre diários, consistindo, por vezes, somente na leitura de notícias de jornais perante as câmaras, a estação criou, em 1959, o seu programa estrela – o *Telejornal*. Emitido, pela primeira vez, a 19 de outubro desse ano, o *Telejornal* está na grelha da emissora desde então, sendo o programa de televisão mais antigo em Portugal.

O triunfo da Revolução desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas, no dia 25 de abril de 1974, permitiu o restabelecimento da liberdade de imprensa em Portugal. Nesse mesmo dia, vários jornais já não foram à censura. Porém, a instabilidade política e o anarquismo social que se viveram no período pós-revolucionário não só colocaram o país perante a iminência de uma guerra civil como também contribuíram, graças às greves, aos saneamentos e às exigências irrealistas dos trabalhadores, para o desaparecimento de jornais como o *República* e para a quase falência de outros, como *O Primeiro de Janeiro*. A Rádio Renascença viveu um conflito tão grave que, durante alguns meses, se cindiu, na prática, em duas – a que emitia para o Norte e o Centro a partir dos estúdios do Porto; e a que emitia para a capital e para o Sul a partir dos estúdios de Lisboa.

A tentativa fracassada de golpe da direita spinolista levada a cabo a 11 de março de 1975 teve por consequência a aceleração do chamado “processo revolucionário”. A nacionalização da banca pelo Governo de Vasco Gonçalves teve por consequência a nacionalização de grande parte das principais empresas jornalísticas, detidas ou participadas pela banca. A RTP foi totalmente nacionalizada, tal como o Rádio Clube Português. Jornais outrora lucrativos começaram, com as nacionalizações, a dar prejuízos crónicos. No calor do “processo revolucionário”, alguns jornais, como o *Diário de Notícias*, enveredaram por uma escalada discursiva radicalmente esquerdista, que os descredibilizou perante fatias significativas da audiência. O histórico diário *O Século*, por exemplo, não subsistiu. Outro diário histórico e de pergaminhos democráticos insuspeitos, o *República*, alinhado com o

Partido Socialista, caiu nas mãos de tipógrafos e jornalistas de extrema-esquerda e acabou por desaparecer, apesar das manifestações que o PS convocou para denunciar a ocorrência. Nesse turbilhão, fundaram-se novos títulos, como, em 1975, o diário *Jornal Novo*, financiado pela Confederação da Indústria Portuguesa, e o semanário *O Jornal*, ambos alinhados com os setores democráticos.

A 25 de novembro de 1975, o general Ramalho Eanes, que mais tarde se tornaria o primeiro Presidente da República democraticamente eleito após o 25 de Abril, liderou as operações militares que sentenciaram o fim do Processo Revolucionário em Curso (PREC) e permitiram a normalidade democrática. A Constituição de 1976 reforçou a orientação do país para um estado de direito democrático e para o parlamentarismo típico das democracias ocidentais, reinstituindo a liberdade de imprensa, regulada por uma nova Lei de Imprensa e pelo Estatuto do Jornalista, entre outros diplomas jurídicos. A imprensa pôde, ativamente, retomar o seu papel de arena pública simbólica.

A partir de meados dos anos Oitenta, assistiu-se a um processo de reprivatização da imprensa. Jornais nacionalizados no calor do PREC, como o portuense *Jornal de Notícias* e o lisboeta *Diário de Notícias*, foram vendidos a privados. Começaram, assim, a formar-se grupos mediáticos com alguma dimensão. A revitalização do mercado incentivou, ainda, o aparecimento de novos títulos, como *O Correio da Manhã* (1979), um diário popular, os jornais *Independente*, *Semanário* e *Tal & Qual* e as revistas *Grande Reportagem*, *Sábado* e *Visão*. O grupo empresarial SONAE lançou o diário de qualidade *Público*, nas bancas a partir de 1990. Um jornal tabloide, o *24 Horas*, foi lançado em 1998.

Entre os movimentos mais relevantes da Comunicação Social portuguesa após o 25 de Abril estiveram a abertura da rádio (após o movimento das rádios livres), em 1989, e da televisão, em 1992, à iniciativa privada. A chegada da SIC e da TVI, que lançaram, posteriormente, canais por cabo especializados em informação (*SIC Notícias* e *TVI 24*, agora *CNN Portugal*), obrigou

a RTP a tornar-se mais dinâmica, respondendo não apenas com um canal igualmente especializado em informação (o atual Canal 3), mas também com canais por satélite e cabo destinados à África lusófona (*RTP África*) e ao mundo lusófono em geral (*RTP Internacional*).

A reconfiguração do setor radiofónico, a partir do movimento das rádios livres, trouxe, desde logo, maior pluralidade e proximidade informativas. As novas rádios regionais e locais criaram serviços noticiosos. A nível nacional, a TSF – Rádio Jornal foi a primeira emissora a assumir-se predominantemente como uma “rádio de palavra”, especializada em informação noticiosa, em 1988 (legalizada em 1989, na sequência do concurso de atribuição de novas frequências). Emitindo em cadeia e tendo acordos com rádios regionais e locais que retransmitiam os seus noticiários, a TSF relançou o jornalismo de rádio em Portugal. Jornais radiofónicos a cada meia hora, diretos, crónicas especializadas, programas de reportagem e entrevista fizeram escola e obrigaram as rádios estabelecidas que também apostavam na informação, casos da Renascença e da Antena 1 (Radiodifusão Portuguesa), a mudarem os seus processos e os seus conteúdos.

Igualmente se registaram mudanças no subsector das agências noticiosas. As agências noticiosas do Estado Novo, a Lusitânia e a Agência de Notícias e Informações (ANI), desapareceram, surgindo, sob os alicerces da ANI, a Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP), que se manteve em atividade até 1986, apesar de o Governo a ter tentado extinguir, em 1982, ano em que foi criada a agência Notícias de Portugal. A ANOP e a NP fundiram-se, entretanto, na agência Lusa, que teve por acionistas o Estado, com 50,1% do capital, e privados (Impresa, Global Media, Notícias de Portugal, RTP, *Diário do Minho* e *Público*). A venda da posição acionista da Global Media e da Impresa na Lusa levou o Estado Português a deter 95,86% do capital da agência.

A partir de 1995, os meios jornalísticos portugueses começaram a sua migração para a Web. Hélder Bastos (2009) identifica três fases na implementação do ciberjornalismo em Portugal, nos primeiros doze anos: (1) implementação; (2) expansão; e (3) depressão e estagnação.

De acordo com Bastos (2000), a disponibilização de conteúdos jornalísticos na Web começou, em Portugal, com a publicação experimental de artigos no seu *website* por parte do jornal *Público*, em junho de 1995 (um dossiê sobre as eleições). Mas o primeiro diário generalista português a reproduzir na Web a sua edição diária foi o *Jornal de Notícias*, a partir de 26 de julho de 1995. Seguiu-se-lhe o *Público*, a 22 de setembro de 1995. O *Diário de Notícias* começou a ter edição diária na Web a 29 de dezembro de 1995, mas só começou a produzir conteúdos diretamente para a Web em 2001. A 19 de março de 1998, o *Correio da Manhã* chegou, timidamente, à Web, oferecendo algumas notícias da edição impressa.

Foi só em 1999 que os jornais portugueses começaram a publicar notícias atuais e a produzir conteúdos especificamente para a Internet. A partir de setembro de 1999, em plena crise de Timor-Leste, o *Público* foi o primeiro diário português de grande informação a produzir noticiário especificamente para a Web, com a introdução do serviço “Última Hora” e outros conteúdos próprios, alguns deles de acesso pago. Os assinantes do *Público.pt* podiam, ainda, consultar o arquivo digital do jornal, desde setembro de 1995.

O ciberdiário *Diário Digital* surgiu, pela mão de Luís Delgado, nesse mesmo ano de 1999, apostando, somente, no digital.

O efémero semanário *Euronotícias*, ao surgir, em 1999, já o fez, simultaneamente, em papel e na Web. A versão Web, além do conteúdo da edição em papel, tinha conteúdos específicos, como inquéritos, votações e chat. A revista *Focus*, do mesmo ano, também surgiu simultaneamente em papel e na Web. Embora semanal, disponibilizava diariamente, no seu sítio Web, uma síntese noticiosa.

Com o tempo, surgiram vários ciberdiários, como o *Portugal Diário* (2000) e, mais recentemente, o *Observador* (2014).

Em maio de 2001, foram lançados os websites SIC Online e Visão Online.

No setor da rádio, o pioneirismo quanto à presença na Web pertenceu, sem surpresas, à mais inovadora rádio de vocação informativa dos últimos anos

em Portugal: a TSF. Embora tivesse um sítio web experimental desde abril, a TSF Online nasceu, verdadeiramente, em setembro de 1996. No seu *website* o internauta tinha acesso à emissão em direto (Real Audio) e a *podcasts* com radiojornais, reportagens, entrevistas e utilidades.

A partir de 2000, porém, à fase da euforia sucedeu uma fase de desenvolvimento do ciberjornalismo português que Hélder Bastos (2009) denomina de “depressão e estagnação”. Os investidores perceberam que era incerto e, no mínimo, não-imediato o retorno da sua aposta no desenvolvimento do ciberjornalismo. Começou, assim, um período de reestruturações, demissões e despedimentos nos meios jornalísticos *online* (400 trabalhadores despedidos, segundo Bastos, s/d), para equilibrar proveitos e despesas. Assistiu-se, também, ao fim de vários projetos jornalísticos na Web.

A partir de 2006, contudo, com o aumento da penetração da Internet em Portugal, começou, também, paulatinamente, a aumentar o número de acessos à Comunicação Social online (ao mesmo tempo que diminuía as vendas dos diários em papel) e, com isto, voltaram os investimentos em novos projetos de comunicação online, de que são exemplos algumas Web TV regionais e locais, e melhorias dos *websites* dos órgãos jornalísticos, com a introdução de recursos hipermedia e interativos (vídeos, áudio, fotogalerias...), subscrição gratuita de *newsletters*, *podcasts* (a partir de 2005, com o pioneirismo a pertencer à TSF), etc. (Zamith, 2008; Bastos, 2009). Além disso, os órgãos jornalísticos começaram a adaptar a sua oferta *online* à crescente tendência para o consumo de informação jornalística em dispositivos móveis – de que os serviços de notificações instantâneas são exemplo – e por intermédio das redes sociais.

No entanto, o tempo presente é de crise do jornalismo, em grande medida detonada pelo digital, que trouxe uma perda das receitas da publicidade e de usurpação e partilha ilegal de conteúdos jornalísticos, fragilizando as empresas jornalísticas, e que também diminuiu as audiências e o poder e influência dos meios jornalísticos, que competem com outras fontes pela atenção dos internautas (potenciando, no entanto, a desinformação). Neste

aspecto, Portugal não é uma ilha imune ao que se passa nas restantes democracias. A crise do final de 2023 e início de 2024 no grupo Global Media é uma das manifestações da crise geral do jornalismo.

3.16 Jornalismo no Brasil no século XX

Acompanhando o que sucedeu noutros países, a imprensa brasileira industrializou-se e profissionalizou-se entre o final do século XIX e o início do século XX. A empresa jornalística, onde há divisão de tarefas, tornou-se o núcleo estruturante do sistema. A rotativa e o telégrafo, mais tarde o telefone, converteram-se em ferramentas essenciais do fazer jornalístico. O jornalista profissional, assalariado e submetido a uma hierarquia organizacional, emergiu e foi-se identificando como repórter, ainda que grandes vultos da literatura brasileira emprestassem qualidade literária aos jornais – casos de Euclides da Cunha e Monteiro Lobato, em *O Estado de São Paulo*, e Lima Barreto, que colaborou com vários títulos. O jornalismo artesanal já não tinha lugar num sistema industrialmente organizado da imprensa. Nesse contexto, o jornalismo opinativo e doutrinário perdeu força. O jornalismo informativo e noticioso tornou-se dominante, seguindo, segundo Lins da Silva (1990), o modelo produtivo norte-americano, notado na assimilação do *lead*, na organização do trabalho diário por meio de uma agenda de assuntos a cobrir pela qual se distribuem os jornalistas, na padronização gráfica e mesmo, mais tarde, na instituição de provedores dos leitores (*ombudsman*) nos grandes jornais brasileiros. Os ardinias, no Brasil conhecidos por *bambinos*, pois muitos tinham origem italiana, vendiam os jornais nas ruas. Escritores com o gabarito de Olavo Bilac redigiam anúncios para os jornais.

Novos investimentos nos jornais marcaram esse tempo. Os grandes diários do Rio de Janeiro e de São Paulo fundaram uma rede de correspondentes internacionais. A fotografia jornalística adquiriu importância, internacionalizando-se a sua comercialização. A cobertura jornalística da atualidade, cada vez mais direcionada para todos os públicos, estendeu-se da política à polícia, do Carnaval ao futebol e mesmo ao jogo do bicho e resultados da

lotaria (Ribeiro, 2004, p. 30). Os folhetins foram sendo substituídos por reportagens e entrevistas (Sodré, *cit. in* Ribeiro, 1994, p. 30). Distinguiram-se repórteres como o carioca João do Rio. Para aumentarem a tiragem, a circulação e a captação de receitas publicitárias, os jornais não hesitaram em recorrer a concursos e outras iniciativas. O aumento da circulação e das receitas de vendas e de publicidade permitiram às empresas jornalísticas investimentos vultosos nos parques gráficos, o que, retroativamente, permitiu aumentar ainda mais as tiragens. Porém, segundo Gisela Taschner (*cit. in* Ribeiro, 1994, p. 31), houve resistência das elites à ideia da mercantilização do trabalho intelectual e do jornalismo lucrativo. Além disso, o analfabetismo (75% em 1920) e o fraco poder de compra de largos setores da população impediu o acesso generalizado à imprensa. Por isso, os grandes jornais, que seguiam, tendencialmente, modelos estrangeiros de jornalismo de qualidade (Taschner, *cit. in* Ribeiro, 1994, p. 31), foram úteis, essencialmente, às elites.

Na década de Vinte, os repórteres continuavam a ser poucos, mal pagos e pouco profissionalizados (o jornalismo, normalmente, era um segundo emprego), apesar da elevada qualidade exibida por alguns deles. Brilhavam mais os publicistas, normalmente políticos que acumulavam os cargos políticos com a direção ou colaboração nos jornais. Aliás, “eram comuns as notícias de acordos venais entre donos de jornais, jornalistas e o Governo. (...) A compra, pelo Governo, da opinião dos jornais de maior circulação tornou-se rotina” (Ribeiro, 1994, p. 32), o que aconteceu quer em democracia, quer mesmo no período do Estado Novo, do Presidente Getúlio Vargas.

Segundo Ribeiro (1994, p. 33), a década de Vinte foi, assim, um período de amadurecimento e modernização do sistema jornalístico brasileiro, graças aos seguintes fatores:

1. *Progresso técnico*, dada a modernização dos parques gráficos e a introdução da rádio, a partir da fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923 (no entanto, como noutros países, na rádio brasileira, inicialmente, não se fazia jornalismo);

2. *Ampliação e diversificação do mercado e da concorrência*, devido à fundação de novos jornais, sendo de realçar, em especial, a *Folha da Noite* (1921), a *Folha da Manhã* (1925), que será rebatizada *Folha de São Paulo*⁵⁰, e *O Globo* (Rio de Janeiro), também de 1925, fundado por Irineu Marinho, pai do grande empresário mediático Roberto Marinho, histórico proprietário da TV Globo. Os dois últimos continuam a existir, sendo jornais de referência no Brasil. Fundaram-se, também, o vespertino *Diário da Noite* (1925), a revista semanal *O Cruzeiro* (1928), dirigida pelo jornalista luso-brasileiro Carlos Malheiro Dias, e o *Diário de São Paulo* (1929). O *Diário da Noite*, apesar de ter servido de modelo para outros vespertinos, acabou por encerrar na década de Sessenta, por força da inviabilidade dos jornais da tarde num modelo de consumo de informação que privilegiava os matutinos. O aumento das tiragens aumentou os lucros do negócio jornalístico e a acumulação de capital, que permitiu a formação de grupos empresariais de comunicação, o investimento na profissionalização dos jornalistas, nas infraestruturas das empresas e na experimentação de novos produtos. Emergiu o grupo Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Chateaubriand, figura controversa do jornalismo brasileiro, começou a carreira no *Jornal do Brasil*. Em 1924, comprou *O Jornal*, um diário carioca e, a partir daí, começou a construir a rede de jornais que o tornou um homem poderoso. O *Diário da Noite*, o *Diário de São Paulo* e a revista semanal *O Cruzeiro*, que viria a ser um dos palcos do fotojornalismo brasileiro e atingiu uma tiragem de 700 mil exemplares (Romancini, Lago, 2007, p. 83), foram alguns dos títulos aglutinados por Chateaubriand no grupo Diários Associados.
3. *Fundação de agências de notícias*, graças à iniciativa inicial de Cásper Líbero, que fundou a primeira agência brasileira de notícias, a

50. As *Folhas* têm uma história curiosa. No fim da Primeira Guerra Mundial, os donos do *Estado de São Paulo* encerraram o seu vespertino *O Estadinho*. Dois dos funcionários, ao perderem parte do seu salário, decidiram criar um jornal vespertino sensacionalista, graficamente apelativo e tematicamente diversificado, *A Folha da Noite*, obtendo crédito para imprimirem o novo jornal nas oficinas do *Estado*. Por isso, os dois funcionários, Olival Costa e Pedro Cunha, continuaram a trabalhar para o *Estado*, sendo, simultaneamente, donos da *Folha*. Em 1925, porém, a partir da estrutura da *Folha da Noite*, criaram a *Folha da Manhã*, mais sóbria, que se tornou um concorrente direto do *Estadão*.

Americana. A fundação de agências de notícias aumentou a produção de informação noticiosa sobre o Brasil e, por arrasto, a oferta de informação sobre o País pela imprensa brasileira.

4. *Ação das agências de publicidade*, importante para a captação de anúncios e receitas publicitárias para os jornais. A Eclética, primeira agência brasileira de publicidade, estabeleceu, pela primeira vez no Brasil, tabelas de preços por centrimetragem. Após a instalação da agência norte-americana Thompson no Brasil, as agências passaram, também, a produzir os anúncios dos seus clientes para a imprensa.

No final dos anos Vinte, o estilo noticioso, “seco”, foi-se inculcando, gradativamente, nos jornais brasileiros, apesar de “durante muito tempo o beletismo continuar como uma carga sobre o texto jornalístico” (Ribeiro, 1994, p. 31).

A partir da década de Trinta, o jornalismo brasileiro amadureceu empresarialmente e a publicidade abriu-se aos grandes anunciantes, mas continuou a existir uma grande promiscuidade com o campo político e governativo (Ribeiro, 1994, pp. 36-37). As empresas jornalísticas ligadas à imprensa tinham também de contar com um concorrente de peso: a rádio. O setor da rádio cresceu, liderado pela Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, e pela Rádio Record, em São Paulo. Alguns jornais compraram emissoras de rádio, sobressaindo os casos do *Jornal do Brasil* e *O Globo*.

Em 1930, a crise económica provocou uma revolução nacionalista que levou Getúlio Vargas à Presidência do Brasil. O seu regime autoritário, o Estado Novo, prolongou-se até 1945, ano em que foi derrubado. Vargas voltou à Presidência da República, em 1950, mas suicidou-se em 1954.

A implantação do Estado Novo pelo Presidente Getúlio Vargas levou, em 1937, à regulamentação da profissão de jornalista, através do Decreto-Lei n.º 910, que intensificou o controlo sobre a imprensa, a que se seguiu, em 1939, a imposição da censura à imprensa, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A repressão chegou mesmo à desapropriação, como ocorreu com *O Estado de São Paulo*, intervencionado entre 1940 e 1945. Porém,

em termos de negócio, os jornais e as rádios subservientes ao poder não se deram mal, pois as autoridades canalizaram recursos maciços para a publicação do regime através da comunicação social.

Por seu turno, as empresas jornalísticas menos sólidas nem sempre pagavam atempadamente os salários aos jornalistas e, quando o faziam, nem sempre pagavam os salários contratualmente estipulados. Assim, os ordenados acabavam por ser complementados por alimentação gratuita em restaurantes, viagens gratuitas em transportes, facilidades de alojamento em hotéis e outras regalias (Bahia, *cit. in* Ribeiro, 1994, p. 37), situação que ficou conhecida como *jabaculês*. “Essa condição híbrida, conduzida pelas empresas e usufruída pelos jornalistas, criou uma subcultura persistente, estimuladora dos favores de terceiros” (Ribeiro, 1994, p. 37).

O movimento de concentração da propriedade dos *media* teve por protagonista Assis Chateaubriand, que entre as décadas de Trinta e Sessenta, sempre colado aos diversos governos, montou a cadeia dos Diários e Emissores Associados, composta por 31 diários, três revistas, 23 rádios, 13 emissoras de TV e uma agência de notícias. O surgimento dos grupos empresariais multimédia “provocou a redução do número de veículos de imprensa e o fortalecimento da área comercial” (Ribeiro, 1994, p. 39). A empresa noticiosa solidificou-se ao mesmo tempo que o jornalismo se assumiu como negócio. Além disso, “O jornal deixou de ser a razão de existência da empresa para se transformar num produto entre outros – e não necessariamente o principal” (Ribeiro, 1994, p.39).

A década de Quarenta foi a década de ouro da rádio brasileira, que se expandiu graças à captação de publicidade, em concorrência com os jornais, e ao surgimento dos recetores de válvulas, mais baratos. A rádio chegava mesmo aos analfabetos, que ainda constituíam metade da população (Ribeiro, 1994, p. 36). A imprensa escrita, pelo contrário, debateu-se com os constantes aumentos de preço do papel (o que se viria a repetir em 1961 e em 1974), que provocaram o encerramento de muitos pequenos jornais, e com a pressão dos grandes anunciantes sobre o noticiário (Bahia e Dines, *cit.*

in Ribeiro, 1994, p. 38). Em consequência, nos anos Quarenta, nasceram apenas dois grandes diários – *Tribuna da Imprensa*, fundado, em 1949, por Carlos Lacerda, e *Última Hora*, fundado por Samuel Wainer, em 1951. O *Última Hora* apresentou um *design* mais limpo do que os demais, incentivou as reportagens de interesse humano do quotidiano, deu foco às causas dos trabalhadores e cultivou as colunas e crônicas, com a colaboração de nomes como Nelson Rodrigues e Sérgio Porto. Em 1951, já tinha uma tiragem de 70 mil exemplares, 100 mil à segunda-feira, por causa do noticiário desportivo (Romancini, Lago, 2007, p. 106).

Conta Jorge Cláudio Ribeiro (1994, p. 41) que os primeiros livros de estilo⁵¹ brasileiros foram implantados no final da década de Quarenta, quando alguns jornais, nomeadamente a *Folha da Manhã*, o *Diário Carioca* e o *Jornal do Brasil*, se voltaram, decisivamente, para a informação.

Em 1950, foi introduzida a televisão no Brasil, em São Paulo, a que se seguiu o Rio, em 1951. O primeiro jornal televisivo brasileiro foi o *Imagens do Dia*, da TV Tupi (pertença do grupo Diários Associados, de Assis Chateaubriand), logo seguido pelo *Repórter Esso*, na mesma emissora (1953), assim designado por ser patrocinado pela Esso. O *Repórter Esso* foi o primeiro jornal televisivo brasileiro de sucesso. O paradigmático *Jornal Nacional*, da Rede Globo, surgiu apenas em 1969.

A imprensa teve, assim, de contar com a concorrência da televisão, para além da rádio, na captação de publicidade. O desenvolvimento da rádio e da televisão, por seu turno, redefiniu o território dos jornais, que se tornaram mais gráficos e visuais e procuraram compensar a sua falta de rapidez na divulgação das notícias pela profundidade e criatividade dos textos ou, no polo oposto, pelo sensacionalismo. Entre os jornais que encetaram reformas gráficas contam-se o *Última Hora*, o *Diário Carioca*, o *Jornal do Brasil* (que ultrapassou em circulação o *Correio da Manhã*, principal jornal carioca até então), o *Correio da Manhã* e o *Estado de São Paulo*. Também se realizaram

51. Manuais de redação destinados a unificar o estilo de um periódico.

grandes investimentos na melhoria da qualidade da tinta, papel, impressão e fotografia (Ribeiro, 1994, p. 41). No entanto:

Apesar das melhorias técnicas, a produção de notícias capengava: nos grandes jornais, repórteres ainda escreviam à mão, embora as máquinas de escrever tivessem sido introduzidas já nos anos Vinte. O espaço não era diagramado e o noticiário baseava-se em secções estanques. Não havia programação de publicidade e o volume de classificados era medido empiricamente. (Ribeiro, 1994, p.41)

Em 1951, foi criado o *Jornal Pequeno*, um jornal aguerrido, independente, capaz de dar a voz aos vários pontos de vista sobre as questões. A imprensa sensacionalista, em que pontificavam jornais como *O Dia* e *Luta Democrática*, floresceu na segunda metade da década de Cinquenta, beneficiando não apenas do desenvolvimento industrial, mas também da promulgação, em 1953, de uma Lei de Imprensa que garantia liberdades formais ao jornalismo e aos jornalistas. Foi também nos anos Cinquenta que alguns jornais iniciaram um movimento de modernização. No Rio, o *Jornal do Brasil*, sob a direção de Alberto Dines, melhorou o grafismo do jornal, ancorado na organização temática, e instituiu um Departamento de Pesquisa para apoio à redação. O *Diário Carioca* adotou o *lead* e o *sub-lead*. A revista *Manchete* surgiu em 1953.

O início dos anos Sessenta foi complicado para os jornais brasileiros, devido à diminuição do poder de compra da população e ao aumento do preço do papel, provocados pela desvalorização do cruzeiro, moeda nacional, e pela inflação. As tiragens diminuíram, até porque sofriam a concorrência direta do telejornalismo. Ainda assim, os ecos das transformações no jornalismo chegaram ao Brasil, sendo observáveis, por exemplo, a influência do segundo movimento de Novo Jornalismo em diários como o *Jornal da Tarde* (Romancini, Lago, 2007, p. 76). Em 1963, surgiu em São Paulo o diário *Notícias Populares*, competidor do *Última Hora* na exploração da fórmula sexo e sangue.

Em 1964, um golpe militar depôs o Presidente João Goulart. Os militares condicionaram, imediatamente, a liberdade de imprensa, a rádio, a televisão e o cinema. O controlo dos meios de comunicação foi agravado, em 1968, com o Ato Institucional 5, que fechou o Congresso Nacional e instituiu a censura. Em janeiro de 1970, o Decreto-Lei 1077 instituiu a censura prévia de livros e periódicos. Os noticiários tornaram-se subservientes e, portanto, inofensivos e apagados. Vários jornais foram fechados. Algumas sedes de jornais resistentes foram depredadas e alvos de atentados, como a sede do *Tribuna da Imprensa*. O *Correio da Manhã*, por exemplo, viu a redação ocupada pela polícia, teve exemplares apreendidos e foi mesmo vítima de um atentado bombista, o que levou ao seu fecho, em 1969. Alguns editores de jornais foram presos. Houve números de jornais apreendidos, como aconteceu com *O Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde*. Os jornais e revistas, por vezes, deixavam em branco, propositadamente, os cortes da censura, ou então preenchiam-nos com versos, receitas intragáveis e mesmo ilustrações de demónios medievais, como aconteceu no *Estado de São Paulo*, no *Jornal da Tarde* e na *Veja* (Ribeiro, 1994, p. 47). O fundador do jornal *Última Hora*, Samuel Weiner, foi obrigado a vendê-lo. O regime militar pressionou e conseguiu tirar jornalistas consagrados de cargos de direção e edição. A *Folha de São Paulo*, pioneira na introdução do *off-set* (1968), por exemplo, teve de tirar Cláudio Abramo da direção da redação, em 1977, sob ameaça de ser fechada. A TV Excelsior, concorrente da Globo, teve a concessão cassada, em 1969. Suportada pelo regime, a Globo foi-se expandido para se tornar a rede de televisão hegemónica no Brasil. Nesse mesmo ano, introduziu o seu programa jornalístico emblemático – o *Jornal Nacional*.

No período militar, as empresas de notícias desenvolveram sua dimensão empresarial-administrativa e encolheram no seu aspeto jornalístico: vivejou a *indústria dos press-releases* e a usina de declarações. Interessava mais aos jornalistas saber qual autoridade havia feito uma declaração do que analisar seu conteúdo. Mais tarde, a progressiva abertura política e

o destuteloamento da economia impulsionaram os veículos jornalísticos para o *mercado real*, atentando às pressões da sociedade pela democracia. (Ribeiro, 1994, p. 48)

Apesar das restrições à liberdade de expressão e de informação e das perseguições políticas, o mercado da comunicação social expandiu-se e necessitou de profissionais qualificados que só a universidade podia garantir. Em 1970, passou a ser exigida a titularidade de um diploma de ensino superior em Jornalismo para acesso à profissão. Na década de Setenta, já havia 58 cursos de Comunicação no Brasil, que se juntaram ao pioneiro curso de Jornalismo da Cásper Líbero, de 1947, e ao da Universidade do Brasil (hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro), de 1948 (Melo, 2003, p. 165).

Nos anos Sessenta e Setenta, jornais como o *Diário Carioca*, o *Jornal do Brasil* e o *Tribuna da Imprensa* instituíram a figura do editor, para coordenar e dar coerência ao noticiário. Apareceram novos projetos editoriais, como as revistas *Realidade* (1965) e *Veja* (1968) e o *Jornal da Tarde* (1966). A *Realidade* apostou no jornalismo de investigação, abordando questões problemáticas pouco presentes na restante imprensa. A *Veja* veio a tornar-se na *newsmagazine* brasileira de maior circulação e projeção, posição que conserva. O *Jornal da Tarde*, vespertino, apostou num *design* arejado e numa linguagem coloquial. Inversamente, o grupo Diários Associados, de Assis Chateaubriand, iniciou um processo de definhamento depois da morte do fundador, em 1968. A rede da TV Tupi faliu em 1980. A emblemática revista de fotojornalismo *O Cruzeiro*, do mesmo grupo, fechou em 1983.

A partir da década de Setenta, alguns grupos familiares tornaram-se hegemónicos no jornalismo brasileiro: Marinho (*O Globo* e TV Globo), Mesquita (*O Estado de São Paulo*), Levy (*Folha de São Paulo*), Nascimento Brito (*Jornal do Brasil*), Abravanel (SBT), Bloch (*Manchete* e *Fatos & Fotos*), Civita (*Veja*), Levy (*Gazeta Mercantil*), Saad (Rede Bandeirantes) e Sirotsky (Rede Brasil Sul). Alguns desses grupos começaram a decair nos anos Noventa. O Grupo Bloch, por exemplo, fechou em 2001. Noutros grupos entraram novos acionistas, alguns deles estrangeiros. O Grupo Folha, aproveitando o embalo do

digital, criou o Universo On-Line (UOL), que lhe permitiu ganhar alguma resiliência à entrada no novo milênio.

Só nos anos Oitenta, com a reconquista da liberdade política e com a reimplantação da democracia, é que o jornalismo brasileiro voltou a gozar os benefícios da liberdade de imprensa, apesar de, em alguns estados, os meios de comunicação serem controlados por grupos de interesse político-econômicos.

Os anos Oitenta foram também a década em que se generalizou a editoração eletrônica e a procura de soluções gráficas que, no jornalismo impresso, cativassem um público habituado à TV. As soluções de *design* do *USA Today*, primeiro jornal a assumir uma faceta de “imitação” da televisão, foram copiadas por vários jornais brasileiros (Ribeiro, 1994, p. 50).

A concorrência da imprensa com a TV (e dos vários jornais entre si) provocou um movimento elítico: a busca da diferenciação de uns – em relação a temas e públicos, a apresentação visual e a estratégias de comercialização – é seguida pela imitação dos outros e por novas tentativas de diferenciação. Essa diferenciação, no entanto, não pode resultar tão estranha ao público que rompa com códigos já sedimentados. Dessa forma, a concorrência cria um campo informativo médio, em que vicejam as fórmulas e em que as fontes de informação e o repertório de temas variam muito pouco. (Ribeiro, 1994: 49)

Em 1988, a rede SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), de Sílvio Santos, que gradualmente se afirmara como segunda mais importante do Brasil, criou um Departamento de Jornalismo e lançou o *TJ Brasil*, em 1989, no qual estreou, como pivô, o jornalista Boris Casoy.

No Brasil, na última década do século XX, publicavam-se quatro dos principais diários latino-americanos: *O Estado de São Paulo*, a *Folha de São Paulo*, o *Jornal do Brasil* e *O Globo*. Publicavam-se, ainda, três *newsmagazines* de circulação nacional: *Isto É*, *Veja* e *Época*. O *Jornal Nacional*, da Rede Globo, era visto por uma grande percentagem de brasileiros, que contavam, tam-

bém, com canais internacionais de televisão especializados em informação – como a *Globo News* e a *Band News*. Ao mesmo tempo, iniciou-se o processo de migração dos meios de comunicação para a Web, facilitada pela informatização das redações. Hoje em dia, devido à expansão da digitalização, à crise no modelo de negócio, ao desenvolvimento das redes sociais, que propiciam fenómenos como o dos influenciadores digitais, e, mais recentemente, ao crescimento da Inteligência Artificial, o jornalismo brasileiro enfrenta o mesmo cenário de dificuldades e desafios do jornalismo global.

Conclusões

Esta narrativa reflete uma interpretação sobre os factos históricos que, sucessivamente, em correlação com as mudanças políticas, culturais, sociais e económicas, trouxeram o jornalismo no Ocidente à alvorada do século XXI. Considerando os dados disponíveis, existe evidência para sustentar algumas conclusões:

1. O jornalismo, enquanto sistema de recolha, processamento e difusão de informações noticiosas, tem raízes profundas nos processos de transmissão de novidades e de registo da memória histórica e geográfica da Antiguidade, em particular nas formas que moldaram esses processos na Antiga Grécia e na Antiga Roma. *As formas e os conteúdos das notícias que temos hoje em dia são, assim, o fruto de um longo processo histórico.*
2. A intenção noticiosa, isto é, a intenção de relatar factos singulares notáveis a um público, revela-se de variadas formas ao longo da história, sendo uma delas o jornalismo, que se destaca (ainda?) como a principal fonte de notícias na atualidade. No entanto, a partir do século XVII, o jornalismo foi incorporando novas tendências, designadamente o cultivo da expressão e do comentário literário, filosófico e científico e o debate político, significativamente associado ao desenvolvimento da burguesia e à sua ambição de intervir no governo dos estados. Assim, a imprensa política, científica, filosófica e literária teve sucesso, principalmente entre os séculos XVII e XIX, ainda que o jornalismo tenha vivido sempre, essencialmente, de notícias e outras informações. O surgimento de periódicos especializados foi o primeiro sintoma da segmentação do jornalismo.

3. O desenvolvimento do sistema jornalístico foi, sobretudo, concomitante ao desenvolvimento da imprensa. A etimologia da palavra jornalismo apela, inclusivamente, para a ideia de *jornal*, entendido como registo da jorna, isto é, registo diurno, ou registo do dia [do latim *diurnus*]. A imprensa foi-se abrindo, ao longo dos tempos, ao fotojornalismo, à infografia e ao *design*. À imprensa vieram juntar-se, como suportes jornalísticos, a rádio, a televisão e, mais recentemente, a Internet, especialmente a Web. A aparição de novos suportes foi provocando a transformação dos meios e suportes precedentes e a sua evolução conjunta em interação, agudizada, aliás, com a convergência mediática para a Internet, potenciada pelo digital. Os modos de produção, difusão e apropriação da informação foram-se, também, modificando, embora, na sua essência, o jornalismo continue a definir-se pela produção de informação noticiosa por jornalistas, tendo por finalidade principal a sua difusão pública. Assim, pode dizer-se que *o ecossistema jornalístico se formou por fenómenos de acumulação, interação e adaptação*.
4. Na atualidade, há *vários jornalismo*s, em função da política dos estados, da cultura, da ideologia, mas também dos mercados e dos públicos. Há também novos *desafios ao jornalismo*, que se prendem com a própria *definição do que é o jornalismo e do que é ser jornalista* num tempo em que *o jornalismo industrial e profissional taylorista está a ser desafiado pelos novos fenómenos de comunicação assentes no digital e, mais recentemente, pela Inteligência Artificial*.
5. *A segmentação e a competição acompanharam a evolução do jornalismo*, pois cedo os empreendedores do jornalismo compreenderam que há vários nichos de mercado a satisfazer e que é necessário oferecer um produto diferente para superar a concorrência. A segmentação e a competição geraram, desde o século XVII, uma paisagem jornalística diversificada e em constante inovação, em que se procuram satisfazer as necessidades e interesses informativos de cada segmento do mercado.

6. A iniciativa privada, mesmo quando apoiada ou suportada pelo poder estatal ou por agentes de poder, está na base do aparecimento e do progresso do jornalismo ao longo da Idade Moderna e da Idade Contemporânea. Se alguns empreendedores, procurando melhores condições de vida, buscando o lucro ou querendo ganhar influência e proeminência, não tivessem proposto ao mercado publicações noticiosas e, mais tarde, publicações políticas, culturais e científicas, provavelmente não teríamos jornalismo, ou, pelo menos, não teríamos jornalismo como hoje o concebemos. Se alguns homens e mulheres não tivessem demonstrado que a liberdade de produzir, difundir e contrapor informações e ideias faz parte dos direitos que assistem aos seres humanos e são essenciais para o enriquecimento cultural e material das pessoas e das sociedades; se outros homens e mulheres não tivessem lutado pela liberdade e pelos direitos ao progresso individual e coletivo e à busca de felicidade na Terra, certamente não existiria um jornalismo como hoje é concebido no mundo ocidental nem, provavelmente, teríamos Estados Democráticos de Direito, laicos e liberais, que, com todos os seus defeitos, ainda são os únicos estados em que democracia e liberdade de escolha não são palavras vãs.
7. É possível propor a definição de *períodos* para a história do jornalismo, pois identificam-se na sua caleidoscópica história certas *regularidades* em determinados momentos, que se podem considerar *períodos históricos*, sem que isso signifique que a evolução do jornalismo, encarada como uma *sucessão de períodos históricos*, seja linear, aponte para uma certa direção, traga realidades melhores do que as antecedentes (apenas traz novas realidades históricas), conforme Hoyer (1994) já tinha postulado.

A distinção de períodos, na história do jornalismo ocidental contribui para a compreensão da forma como o sistema mediático evoluiu no Ocidente, pois permite reconhecer que em determinados momentos, com certa estabilidade, as ações dos atores históricos e os acontecimentos que estes protagonizaram partilharam determinadas características comuns, tão ou mais relevantes do que as ações individuais dos atores históricos e cada

acontecimento em si. A ideia básica é, assim, a de que um período na história do jornalismo produziu, necessariamente, determinados tipos, formas e conteúdos jornalísticos, de acordo com as *circunstâncias* (culturais, económicas, tecnológicas, sociais, nomeadamente institucionais e políticas) que o rodearam, independentemente da maior ou menor relevância dos acontecimentos particulares e das ações individuais.

Habermas (1981; 1984) foi um dos autores que propôs a existência de períodos na história do jornalismo, quando procurou descrever a evolução do espaço público desde os tempos da Antiga Grécia. Porém, Habermas, que reviu a sua posição teórica inicial, apresentava uma perspetiva “dirigida” e “idealista” da história do jornalismo. O seu propósito foi mostrar como o espaço público tem vindo a deteriorar-se ao longo do tempo por causa de uma perda da significância social do jornalismo e da destruição da racionalidade e da profundidade do discurso na esfera pública, devido aos objetivos comerciais dos meios jornalísticos contemporâneos. Para procurar provar a sua tese pioneira, Habermas serve-se da ideia de uma espécie de “espaço público ideal”, o das discussões racionais e aprofundadas sobre as ideias, a política e a governação que ocorreriam na *Ágora* grega e no Fórum romano, replicadas nos salões literários, cafés e clubes de cavalheiros que apareceram na Europa a partir do século XVII e que teriam atingido o zénite no século XVIII, quando os jornais eram lidos e os seus conteúdos discutidos. Porém, as teses de Habermas são problemáticas. O próprio autor reviu-as. Hoyer (1994, p. 6), por exemplo, discorda de Jürgen Habermas, chamando desde logo a atenção, por exemplo, para o facto de as discussões nos cafés, clubes de cavalheiros e salões terem poucas consequências políticas, ao contrário do que sucedia na *Ágora* ateniense. Curran (1990) também critica a posição teórica inicial de Habermas, salientando que a imprensa a que este último autor se refere é apenas a imprensa burguesa, pois, segundo Curran, a imprensa “radical”, por exemplo, nunca teve condições de sobrevivência e participação igualitária na esfera pública, mesmo nos séculos XVIII e XIX, pelo facto de não conseguir captar publicidade da burguesia endinheirada que se digladiava no espaço público. Schudson (1997) relembra que mesmo os “pais fundado-

res” dos Estados Unidos, no final do século XVIII, não toleraram uma esfera pública de formação de opinião e de associação da população ao governo do país, para lá do mecanismo das eleições, exemplificando com o facto de nos primeiros seis anos os debates no Senado Americano terem sido secretos e com o facto de a Assembleia Constituinte dos EUA ter reunido nos primeiros seis meses de 1787 sem nunca ter tornado pública informação sobre a sua agenda e as discussões travadas no seu seio.

Apesar das críticas ao posicionamento teórico inicial de Habermas, do seu trabalho pioneiro fica a noção de que cada período da história do jornalismo se distingue pelo *modo dominante de produção jornalística*, pelas questões associadas ao *poder e controle sobre o jornalismo* e pela *interação* entre jornalismo e vida pública. Podem, assim, considerar-se vários períodos na história do jornalismo ocidental, de acordo com a perspetiva habermasiana:

1. Período da imprensa noticiosa rudimentar, correspondente, no essencial, aos séculos XVI a XVII. Os primeiros periódicos publicavam notícias traduzidas ou transcritas de outros periódicos, frequentemente estrangeiros, e notícias produzidas a partir de cartas ou da própria autoria dos redatores (*o jornalismo nasceu noticioso e internacional*).
2. Período de domínio de uma primeira geração de imprensa política, opinativa e argumentativa, correspondente, no essencial, sobretudo no mundo anglófono, ao tempo entre o século XVIII e a primeira metade do século XIX, durante o qual o jornalismo esteve ligado à atividade de discussão de ideias, da política e do governo que ocorria nos salões literários e cafés. Nesta época, os papéis sociais de editor, proprietário, redator, escritor e mesmo político misturavam-se e muitas vezes confluíam numa mesma pessoa.
3. Período do miolo do século XIX dominado por uma segunda geração de imprensa política, mais sofisticada, que não descarta a notícia, frequentemente ligada a projetos pessoais de influência e proeminência ou mesmo de poder e, mais tarde, aos partidos políticos organizados que se vão afirmando nos estados demoliberais (*party press*). Nesta época, pela

primeira vez, os proprietários, quando não são eles mesmos os editores dos periódicos, contratam editores e redatores para expressar determinadas ideias e lutar por elas.

4. Período de domínio do jornalismo profissional, caracterizado pela profissionalização dos jornalistas, contratados para corporizar projetos empresariais de jornalismo “de massas”.

Um outro autor que periodiza a história do jornalismo, no caso o americano, é Michael Schudson (1978).

No seu livro *Discovering the News*, Schudson (1978) encara a história do jornalismo americano de forma mais positiva do que Habermas faz para o jornalismo ocidental em geral. A ideia base de Schudson é a de que o jornalismo americano se tornou crescentemente independente do poder político entre o final do século XIX e meados do século XX. A conquista da independência deveu-se, segundo Schudson (1978), à autonomização do jornalismo como profissão, para o que foi necessário o surgimento e cultivo dos valores que formataram o *profissionalismo* jornalístico, como o apego à independência, o rigor, o equilíbrio, o pragmatismo e a objetividade (citação explícita de fontes e relato atido aos factos). A objetividade jornalística, em particular, é encarada pelo autor como o método profissional que permite ao jornalista superar o medo de os factos noticiados estarem errados e fazer com que as notícias interessem transversalmente a toda a sociedade, independentemente das convicções de cada um. O desenvolvimento do jornalismo americano dentro desse quadro de valores e o culto da objetividade como prática profissional permitiu, ainda, aos jornalistas satisfazerem padrões profissionais de qualidade na produção de informação e garantiu ao jornalismo a possibilidade de manter a sua independência e ser comercialmente bem-sucedido, objetivos que um jornalismo de causas e comprometido não conseguiria atingir. A objetividade desembocou no valor da imparcialidade, pois, a partir do final do século XIX, os jornalistas americanos tiveram de fazer face aos profissionais de relações públicas e outras fontes organizadas e interessadas, que procuram direcionar a produção jornalística de

informação para os seus interesses particulares. Assim, os jornalistas, desconfiando dos factos propagados pelos profissionais de relações públicas, começaram a procurar contrastar e citar equilibradamente as fontes, em especial em ocasiões de conflito de pontos de vista, e a fazerem entrevistas agressivas, que dão ao jornalista a sensação de se portar como um observador imparcial e de ser um paladino da verdade. Os valores profissionais dos jornalistas alicerçaram a cultura e a ideologia profissionais e, retroativamente, contribuíram para a autonomização do jornalismo como profissão, à semelhança, aliás, do que ocorreu com outras profissões. Assim, Schudson (1978) defendeu que o jornalismo impresso americano se desenvolveu ao longo de quatro períodos:

1. Fase caracterizada pelo controlo britânico sobre os jornais das colónias americanas, através do mecanismo das licenças prévias;
2. “Idade negra” da imprensa partidária, até meio do século XIX;
3. Surgimento da *penny press*, comercial, a partir dos anos Trinta do século XIX, com maior desenvolvimento a partir dos anos Setenta/Oitenta deste mesmo século;
4. Fase de surgimento e desenvolvimento do jornalismo profissional, assente nos princípios da objetividade, da neutralidade e da independência, a partir, em especial, dos anos Vinte do século XX.

Outros autores são relevantes para se compreender a evolução do jornalismo ocidental e a respetiva periodização. Hazel Dicken-Garcia (1989), por exemplo, também analisou o jornalismo americano no século XIX, tendo chegado a uma conclusão semelhante à de Schudson: a ideia da “imprensa livre” inspirou a autonomia, a responsabilidade social e o profissionalismo dos jornalistas logo no século XIX, mas também funcionou como referente para o debate público sobre o papel da imprensa numa sociedade democrática. Rudenstine (1996), por seu turno, relembra o papel de casos como o Watergate na formação de consensos sobre o papel do jornalismo e dos jornalistas na sociedade e, conseqüentemente, na “institucionalização” da

imprensa, com a conseqüente concentração e aumento de recursos para o exercício do jornalismo profissional. As visões de Schudson, Rudenstine, Dicken-Garcia e mesmo Habermas são, porém, criticadas por Curran (1990), por enfatizarem que as práticas jornalísticas são mais influenciadas pelo “clima cultural” do que pela infraestrutura econômica e por darem a ideia de que o profissionalismo torna o jornalismo imune às pressões e ditames dos detentores do poder econômico. No mesmo sentido de Curran, Kaul (1986) escreveu que o profissionalismo jornalístico, acompanhado do culto da objetividade e da neutralidade, foi uma invenção dos proprietários dos jornais, destinada a evitar sobressaltos nas relações laborais e a reduzir as possibilidades de crise no negócio jornalístico e de processos judiciais.

O propósito deste trabalho não vai tão longe quando o de Habermas, o de Schudson ou outros autores aqui referidos. A única tese que se pretendeu provar é a de que *o jornalismo surgiu noticioso e sempre houve jornalismo noticioso*, com dimensão e impacto, até porque *o jornalismo não teria sobrevivido sem aquilo que é próprio dele – as notícias*. Assim, a proposta aqui delineada de distinção de seis períodos na história do jornalismo é apenas baseada nos modos e meios jornalísticos dominantes:

1. Período pré-jornalístico (até ao século XVII), caracterizado pelo aparecimento de dispositivos que, podendo ter um papel informativo e especificamente noticioso, também tinham, por vezes, a função histórica de fixar relatos de acontecimentos notáveis para a posteridade. São os casos das *Actas Diurnas* romanas, dos avisos e outras folhas noticiosas ocasionais, das relações de acontecimentos singulares ou multitemáticas e mesmo das cartas, sobretudo daquelas trocadas entre redes de correspondentes, e ainda das crônicas medievais, embora estas últimas sejam mais historiográficas do que “jornalísticas”, até porque eram redigidas, com frequência, bastante tempo após os acontecimentos que relatavam. Esses dispositivos foram incorporando técnicas e modos de relato que se desenvolveram desde a Antiguidade e ainda ecoam no jornalismo que se faz hoje em dia.

2. Período do periodismo artesanal impresso, entre os séculos XVI e XIX, caracterizado pelo surgimento de periódicos noticiosos impressos que estão na génese dos jornais contemporâneos. Neste período, alguns diários coexistem com publicações semanais e com outra periodicidade, mais habituais até ao século XIX.

O periodismo artesanal tem três fases, não coincidentes no tempo em todos os países ocidentais.

A primeira fase corresponde à alvorada do periodismo impresso – trata-se de um periodismo noticioso, ainda que, por vezes, a notícia fosse usada com intuítos políticos e de propaganda e existissem fenómenos de desinformação. É o modelo das *gazetas*. Ao transcreverem e traduzirem notícias umas das outras, ainda que, frequentemente, com erros, omissões e reinterpretações, as *gazetas* continham, normalmente, um abundante noticiário internacional.

A segunda fase corresponde à segmentação da imprensa artesanal impressa, durante a qual periódicos eminentemente noticiosos coexistem com periódicos opinativos e políticos, com periódicos culturais, científicos e de difusão de conhecimento e de ideias, com periódicos femininos e outros. Normalmente, os periódicos são editados e redigidos por uma única pessoa ou por um pequeno grupo de pessoas.

Numa terceira fase, o periodismo político e opinativo, ainda quase sempre obra de indivíduos isolados ou de pequenos grupos, ganha predominância nas sociedades demoliberais, num cenário de segmentação da imprensa. Os periódicos políticos e opinativos desta terceira fase do período apresentam, na verdade, um carácter híbrido, político-noticioso. Normalmente associam-se aos movimentos e grupos políticos, que se vão consolidando como alicerces dos sistemas de democracia representativa, dos quais se transformam em vozes públicas que ultrapassam o espaço parlamentar.

3. Período da imprensa pré-industrial segmentada, que coincide, no tempo, com o desenvolvimento da Revolução Industrial, ao longo do século XIX. Surge a imprensa popular de baixo preço (designada *penny press* nos Estados Unidos, mas com jornais equivalentes na Europa), essencialmente noticiosa e comercial, ainda que, por vezes, envolvida nas causas políticas apadrinhadas pelos editores e proprietários dos jornais. Beneficiando do aumento do poder de compra, da evolução positiva dos índices de alfabetização e do acesso de cada vez mais pessoas a um salário regular, essa imprensa alarga o consumo de jornais e revistas a uma larga franja da população alfabetizada e diversifica ainda mais o leque de ofertas ao mercado. Os constantes progressos tecnológicos permitem ganhos de produtividade e rentabilidade (mais exemplares, mais rapidamente, por menos custo). O jornalismo começa a autonomizar-se como profissão, ao mesmo tempo que o seu ensino se inicia nas universidades. As empresas jornalísticas, algumas delas com oficinas próprias e divididas em departamentos (redação, oficina gráfica, expedição, departamento comercial, secretariado administrativo...), tornam-se a âncora do sistema jornalístico. Aparece, também, a imprensa ilustrada, inicialmente enciclopédica e cultural, depois cada vez mais orientada para a cobertura da atualidade, por meio de imagens (inicialmente, gravuras de madeira e litografias; depois, desenhos fotogravados e fotografias) e texto verbal. As revistas ilustradas tornar-se-ão o palco do fotojornalismo.

4. Período da imprensa industrializada segmentada. Suportados por uma infraestrutura tecnológica cada vez mais sofisticada (rotativas, linotípia...) e pelo afluxo de anúncios publicitários em plena aceleração do capitalismo no contexto da Revolução Industrial, cujas receitas permitem que os jornais sejam vendidos por um valor reduzido, os principais diários e outros jornais e revistas fazem tiragens massivas e chegam a uma grande fatia da população, cada vez mais alfabetizada e informada e com poder de compra. Surge a segunda geração da imprensa popular (primeiro Novo Jornalismo ou segunda geração da *penny*

press), que conduziu, inclusivamente, a uma deriva intervencionista (na governação e nos processos políticos), chauvinista e nacionalista do discurso jornalístico, no final do século XIX e princípio do século XX. A diminuição do preço da imprensa “de qualidade” e a renúncia ao seu tom erudito vão fazer aumentar a quota de mercado deste segmento de jornais e revistas, o que contribui para uma gradual diminuição da importância da imprensa popular, num ambiente de competição pelo público e de estímulo à diversificação do mercado. O Novo Jornalismo é importante para a consolidação da visão do jornalismo como um agente de vigia e controlo dos poderes (jornalismo “adversarial”), simbolizada no jornalismo de investigação e denúncia de casos de corrupção política (*muckraking journalism*) e de problemas sociais. O design de jornais e revistas muda e torna-se mais arejado e “visual”. Surgem os títulos chamativos, nomeadamente as manchetes, e incluem-se croquis e mapas (primeiros dispositivos de informação gráfica a aparecerem na imprensa) e fotografias nos jornais e revistas, opção facilitada pelo aparecimento de tecnologias que permitem a impressão simultânea de texto verbal e fotografia (como o *halftone*, ou *meia-tinta*). O jornalismo autonomiza-se definitivamente como instituição social e também como profissão, cultivando os jornalistas determinados direitos, deveres, responsabilidades, saberes e competências que ainda hoje alicerçam a sua cultura e ideologia profissionais. Esta fase dura até aos anos Vinte/Trinta do século XX.

5. Período de segmentação mediática do jornalismo. Embora o cinema já tenha, a partir do final do século XIX, demonstrado potencial para registar eventos com intenção informativa, juntando-se à imprensa no panorama mediático, vai ser com a rádio e, depois, com a televisão que a paisagem mediática do jornalismo adquire a configuração que perduraria, estruturalmente, até ao final do milénio.

A rádio é o primeiro dos meios eletrónicos a tornar-se jornalisticamente relevante, nos anos Trinta do século XX, seguida pela televisão, nos anos Cinquenta desse mesmo século.

A imprensa foi obrigada a adaptar-se a um mundo em que deixou de ter o monopólio da informação jornalística e em que perdeu a capacidade de ser a primeira a noticiar.

Neste período, o papel “adversarial” do jornalismo *é atenuado, devido às contingências da II Guerra Mundial e da Guerra-Fria*, que tendem a domesticar os jornalistas. Sob a capa da objetividade, instituiu-se o “*jornalismo ele disse*” (*he said journalism*). Nos países ocidentais sujeitos a ditaduras, casos de Portugal e Espanha, a perda da capacidade “adversarial” é quase completa e durará até aos anos Setenta. Em ambiente de Guerra-Fria, as grandes agências de notícias (Associated Press, France Press, Reuters, United Press International e TASS) controlam os fluxos internacionais de informação.

A partir dos anos Sessenta do Século XX, mais tarde em países ocidentais sujeitos a ditaduras, novos procedimentos de produção jornalística dinamizam e diversificam o jornalismo. Surge um novo Novo Jornalismo, que aglutina técnicas literárias e jornalísticas e que contrapõe a assunção da subjetividade, sem exclusão do rigor, à objetividade como método de produção jornalística. Surge, também, o Jornalismo de Precisão, base do atual Jornalismo de Dados. O jornalismo de investigação ganha novo impulso com casos como o Watergate (1972), que ainda hoje é considerado o paradigma do jornalismo de investigação. Desenvolvem-se meios digitais de produção e difusão de informação, principalmente a partir dos anos Oitenta. As tecnologias fazem ganhar tempo, permitem o aparecimento dos jornais “pós-televisivos” e geram preocupações relacionadas, por exemplo, com as possibilidades de alteração digital das fotografias jornalísticas.

6. Período de segmentação digital do jornalismo, a partir dos anos Noventa, acompanhado pela desregulação do mercado, que promoveu a formação de oligopólios verticais e horizontais de comunicação, por vezes ao nível internacional.

Inicialmente, a transformação digital pareceu abrir somente uma imensa janela de oportunidades ao jornalismo. Com os satélites, inicialmente, e, depois, com a Web, os meios jornalísticos, independentemente do lugar da sede, adquiriram potencial alcance global, mas, curiosamente, mantiveram-se ou até aumentaram os desertos informativos, problema que vem até hoje, já que, em muitos locais do planeta, não existe massa crítica que permita sustentar meios jornalísticos. Surgiram, nesse período, os primeiros canais mundiais de televisão, sendo a CNN a estação pioneira, com o seu modelo de notícias globais 24 horas sobre 24 horas. A proliferação dos canais mundiais de televisão e a Web minaram a influência das agências noticiosas mundiais no controlo dos fluxos internacionais de notícias.

Assistiu-se, por outra parte, a uma migração geral dos meios jornalísticos consolidados para a Web, embora sem abandono generalizado dos suportes tradicionais (os jornais e revistas, por exemplo, maioritariamente mantiveram edições em papel e edições na Web, tal como as rádios e televisões já existentes mantiveram as suas emissões, beneficiando, inclusivamente, do cabo e do satélite). Surgiram, igualmente, veículos jornalísticos exclusivamente formatados para a Web: webjornais, webrádios e webtelevisões. Mas, na Web, alguns desses veículos abdicaram de parte da sua identidade mediática, ao converterem-se em dispositivos hipermédia, semelhantes uns aos outros.

A Web também potenciou fenómenos como os blogues e os webjornais de autoria coletiva, que questionam diariamente a definição e as fronteiras do jornalismo.

Os telemóveis, a Internet e outros meios promoveram, também, a interatividade jornalista-público e jornalista-fonte e facilitaram o acesso jornalístico a diversas fontes de informação. As novas tecnologias permitiram o surgimento de novos suportes para o jornalismo, como o jornalismo por SMS e MMS e por email (houve, também, jornalismo por fax) e a televisão no relógio ou no telemóvel, mas também suscitam a par-

tipificação dos cidadãos na confecção do produto jornalístico (por exemplo, fotografando acontecimentos com máquinas fotográficas incorporadas nos telemóveis). Os sistemas sem fio, aplicados aos meios digitais (computadores, câmaras, etc.) e às telecomunicações, aumentaram a mobilidade dos jornalistas e a rapidez entre o momento da obtenção da informação e o momento da sua difusão, concorrendo, igualmente, para a abertura do processo jornalístico aos cidadãos, como produtores e proponentes de conteúdos. A diversidade de oferta de informação e a segmentação mercadológica no domínio do jornalismo atingiram níveis nunca vistos, mas a luta pelas audiências, se gerou algum jornalismo emotivo e de miudezas, também gerou, tal como ocorreu no final do século XIX, uma reação do jornalismo de qualidade e promoveu o desenvolvimento de modelos como o do jornalismo cívico, em que os cidadãos são mais auscultados sobre as matérias que querem ver desenvolvidas e sobre o que querem que seja perguntado aos detentores do poder.

A aparição dos *smartphones* e outros dispositivos móveis, o surgimento de novos instrumentos de comunicação e pesquisa na Web e, mais recentemente, a Inteligência Artificial trouxeram problemas tão graves ao jornalismo que se fala de uma crise do setor, que também é uma crise da sociedade democrática. Apesar das novas potencialidades abertas ao jornalismo pelos progressos na computação móvel (jornalismo imersivo, jornalismo de realidade aumentada...) e pela Inteligência Artificial, os complexos e problemáticos algoritmos que regem os motores de pesquisa e as redes sociais, pelas quais uma grande fatia da população se vai informando (ou desinformando), particularmente os mais jovens, seduzidos, crescentemente, por influenciadores digitais hiperespecializados, roubaram ao jornalismo e aos jornalistas a sua centralidade no panorama informativo e, nesse processo, perde a sociedade e perde a democracia.

Conclui-se com uma possível constatação que é, simultaneamente, um desejo e uma esperança – o jornalismo é um hino à liberdade e à construção de uma sociedade de cidadãos civicamente conscientes e informados. A história do jornalismo no Ocidente é uma história de luta e de afirmação da

liberdade de informar, uma história de afirmação da legitimidade do confronto de ideias, uma história que relembra, constantemente, que a melhor forma de proteger a sociedade da tirania e da ditadura reside na capacidade de vigiar e controlar os poderes, com atos e também com informação.

Essas palavras são tanto mais verdadeiras quanto a sobreinformação, hoje potenciada pelo digital, nomeadamente pela Web, torna difícil a seleção e as escolhas e facilita a desinformação. Mas com tanta informação disponível e, sobretudo, com tantos conteúdos desinformativos e manipuladores, mesmo que muito sedutores, a circularem na Web, em especial nas redes sociais, os cidadãos necessitam de profissionais que verifiquem, selecionem, organizem e hierarquizem a informação mais relevante, de acordo com as necessidades individuais e coletivas, e que vigiem, questionem e controlem os poderes e os seus agentes, em nome das liberdades cívicas e da democracia. Os jornalistas e o jornalismo são uma das respostas socialmente organizadas a essas necessidades. Garantem que a informação essencial para a vivência democrática em liberdade circula entre o público.

Jornalismo e jornalistas são indispensáveis. A sua história – esta história – é a prova.

Bibliografía

- Albert, P., Terrou, F. (1970). *Histoire de la presse*. Presses Universitaires de France.
- Álvarez, J. T. (1987). *Historia y modelos de la comunicación en el siglo XX*. Ariel.
- Álvarez, J. T. (1984). *Del viejo orden informativo. Investigaciones sobre los precedentes de la información*. Visor.
- Álvarez, J. T. (2004). Los medios y el desarrollo de la sociedad occidental, in C. Barrera (coord.), *Historia del periodismo universal* (pp. 21-42). Ariel.
- Alves, J. A. S. (2005). *O poder da comunicação*. Casa das Letras.
- Amaury, F. (1972). *Histoire du plus grand quotidien de la IIIe République, Le Petit Parisien, 1876-1944*. PUF.
- Andrews, A. (1859). *The history of British journalism. From the foundation of the newspaper press in England, to the repeal of the Stamp Act in 1855*. Bentley.
- Aranha, [P. V.] B. (1900). *Mouvement de la presse périodique en Portugal de 1894 a 1899*. Imprensa Nacional.
- Aranha, [P. V.] B. et al. (1894). *Rapport de la Section Portugaise, 1er Congrès International de la Presse, Anvers*. Imprensa Universal.
- Arblaster, P. (2005). Posts, newsletters, newspapers: England in a European system of communications. *Media History*, (11) 1-2, 21-36.
- Arblaster, P. (2008). Posts, newsletters, newspapers: England in a European system of communications, in J. Raymond (ed.), *News networks in Seventeenth Century Britain and Europe* (pp. 19-34). Routledge.
- Aristóteles, Thompson, D. H. (ed.) (1952). History of animals, in *The works of Aristotle*. Encyclopedia Britannica.

- Armero, J. M. (1970). *Historia y desarrollo de las agencias mundiales de información*. Instituto de Periodismo.
- Aspinall, A. (1949). *Politics and the press, c. 1780-1850*. Home & Van Thal.
- Atherton, I. (1999). The itch grown a disease: Manuscript transmission of news in the seventeenth century, in J. Raymond (ed.), *News, newspapers and society in Early Modern Britain* (pp. 39-65). Frank Cass.
- Azevedo, L. M. (1644). *Apologia militar en defensa de la victoria de Montijo Contra las relaciones de Castilla, y Gazeta de Genoba, que la calumniaron mordaces, y la usurpan maliciosas*. Imprensa de Lourenço de Anvers.
- Babin, P. (1993). *Linguagem e cultura dos media*. Bertrand.
- Bacon, F. (2007). *Ensaios de Francis Bacon*. Vozes.
- Bahia, J. (1990). *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*, vol. 1, 4ª edição. Ática.
- Baker, K. M. (1989). *Inventing the French Revolution: essays on French culture in the eighteenth century*. Cambridge University Press.
- Baker, K. M. (1999): Introduction, in H. Durantou, H., P. Rétaat, P. (eds.), *gazettes et information politique sous l'Ancien Régime* (pp. 9-17). Publications de l'Universit' de Saint-Étienne.
- Bakhtin, M. (1997). *Estética da criação verbal*. Fontes.
- Baran, N. (1995). *Inside the information superhighway revolution*. Coriolis Group Books.
- Barbosa, M. (2007). *História cultural da imprensa. Brasil – 1900-2000*. Mauad X.
- Barbosa, M. (2010). *História cultural da imprensa. Brasil – 1800-1900*. Mauad X.
- Barrera, C. (coord.) (2004). *Historia del periodismo universal*. Ariel.
- Bastos, H. (2000). *Jornalismo eletrônico*. MinervaCoimbra.
- Bellanger, C., Godechot, J., Guiral, P., Terrou, F. (dir.) (1969-1975). *Histoire générale de la presse française*. 4 vols. PUF.
- Bellet, R. (1967). *Presse et journalisme sous le Second Empire*. Armand Colin.
- Belo, A. (2001). *As gazetas e os livros. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. Imprensa de Ciências Sociais.

- Beltrão, L. (1960|1992). *Iniciação à filosofia do jornalismo*. Editora da USP & Com-Arte.
- Beltrão, L. (1976). *O jornalismo interpretativo: filosofia e técnica*. Sulina.
- Beltrão, L. (1980). *Jornalismo opinativo*. Sulina.
- Benedict, B. M. (2000). *Curiosity: A cultural history of Early Modern inquiry*. The University of Chicago Press.
- Bennett, W. L, Pfetsch, B. (2018). Rethinking political communication in a time of disrupted public spheres. *Journal of Communication*, 68(2), 243-253. <https://doi.org/10.1093/joc/jqx017>
- Bermeosolo, F. (1962). *El origen del periodismo amarillo*. Rialp.
- Berti, O. M. C. (2023). *ChatGPT: evolução ou fim do jornalismo*. EdUESPI.
- Bessa, A. (1904). *O jornalismo. Esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias*. Livraria Editora Viúva Tavares de Castro.
- Black, Jeremy (2001). *The English press 1621-1861*. Sutton Publishing.
- Blanchard, G. (1973). Marcellin Allard: La première gazette française. *Communication et Langues*, 17(17), 66-81.
- Blanning, T. C. W. (2002). *The culture of power and the power of culture. Old regime Europe 1660-1789*. Oxford University Press.
- Blondheim, M. (1994). *News over the wires*. Harvard University Press.
- Borderia-Ortiz, G., Laguna-Platero, A., Martínez-Gallego, F. A. (1996). *Historia de la comunicación social. Voces, registros y conciencias*. Síntesis.
- Borge, J., Viasnoff, N. (1982). *Histoire de la photo de reportage*. Nathan.
- Bots, H. (1982). Recueil des informations dans deux périodiques hollandais a la fin du XVIIe siècle, in P. Retat (dir.), *Le journalisme d'Ancien Régime. Questions et propositions / Table ronde CNRS, 12-13 juin*. Presses Universitaires de Lyon.
- Bourdieu, P. (1984). *Questions de sociologie*. Éditions du Minuit.
- Bourdieu, P. (1998). *On television and journalism*. Pluto.
- Boyce, G.; Curran, J., Windgate, P. (eds.). (1978). *Newspaper history from the 17th century to the present day*. Constable.
- Boyd-Barret, O., Palmer, M. (1981). *Le trafic des nouvelles: les agences mondiales d'information*. Alain Moreau.

- Boys, J. E. E. (2011). *London's news press and the Thirty Years War*. The Boydell Press.
- Braojos-Garrido, A. (1999). De los antecedentes a la conquista de la libertad de expresión, in J. L. Gómez-Mompert, E. Marín-Otto (eds.), *Historia del periodismo universal* (pp. 13-48). Síntesis.
- Briggs, A., Burke, P. (2004). *Uma história social da mídia*. Jorge Zahar Editor.
- Brownless, N. (2011). *The language of periodical news in Seventeenth-Century England*. Cambridge Scholars Publishing.
- Cabrera, M. A. (2004). Periodismo digital y nuevas tecnologías, in C. Barrera, (coord.). *Historia del Periodismo Universal* (pp. 393-417). Ariel.
- Cádima, F. R. (1996). *História e crítica da comunicação*. Século XXI.
- Canga-Larequi, J. (1994). *El diseño periodístico en prensa diaria*. Bosch.
- Carey, J. W. (1975). The problem of journalism history. *Journalism History*, 1, 3-27. <https://doi.org/10.1080/00947679.1974.12066714>
- Carey, J. W. (1989). *Communication as Culture*. Unwin Hyman.
- Carlebach, M. L. (1992). *The origins of photojournalism in America*. Smithsonian Institution Press.
- Carvalho, R. (2001). *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime Salazar-Caetano*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Casasús, J. M., Ladevéze, L. N. (1991). *Estilo y géneros periodísticos*. Ariel.
- Castells, M. (1996-1998). *The Information Age. Economy, society and culture*. 3 vols. Blackwell.
- Censer, J. R. (1994). *The French press in the age of Enlightenment*. Routledge.
- Chalaby, J. K. (1996). Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s. *European Journal of Communication*, 11(3), 303-326. <https://doi.org/10.1177/0267323196011003002>
- Charon, J. M. (1991). *La presse en France de 1945 a nos jours*. Seuil.
- Chartier, R. (1993). *Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna*. Alianza.
- Chartier, R. (2012). Introducción. Barroco y comunicación, in R. Chartier, C. Espejo (eds.), *La aparición del periodismo en Europa. Comunicación y propaganda en el Barroco* (pp. 15-34). Marcial Pons.

- Chartier, R., Espejo, C. (eds.) (2012). *La aparición del periodismo en Europa. Comunicación y propaganda en el Barroco*. Marcial Pons.
- Chivelet, M. (2001). *Historia de la prensa cotidiana en España. Casi tres siglos de periódicos y periodistas*. Acento Editorial.
- Coelho, E. (1880). *Notice présentée au Congrès Littéraire International de Lisbonne, avec fac-simile de la première gazette publiée en Portugal, offert au Congrès Littéraire International de Lisbonne*. s/e.
- Cohen, S., Young, J. (eds.) (1973). *The manufacture of news*. Constable.
- Collet, C. D. (1933). *History of the taxes on knowledge*. Watts.
- Collins, I. (1959) *The Government and the newspaper press in France, 1814-1881*. Oxford University Press.
- Conboy, M. (2002). *The press and popular culture*. Sage.
- Conboy, M. (2004). *Journalism: a critical history*. Sage.
- Conboy, M. (2010). *The language of newspapers: socio-historical perspectives*. Continuum.
- Contreras, S. P. (1999). El periodismo de los nuevos medios: el cine, el magazine y la radio, in J. L. Gómez-Mompart, E. Marín-Otto, E. (eds.), *Historia del periodismo universal* (pp. 185-212). Síntesis.
- Cooper, E., Jahoda, M. (1947). The evasion of propaganda. How prejudiced people respond to anti-prejudice propaganda, *Journal of Psychology*, 23(1), 15-25. <https://doi.org/10.1080/00223980.1947.9917316>
- Copeland, D. A. (2006): *The idea of a free press: The Enlightenment and Its unruly legacy*. Northwestern University Press.
- Cornfield, M. (1988). The Watergate audience: Parsing the powers of the press, in J. Carey, J. (ed.), *Media, myths and narratives* (pp. 180-204). Sage.
- Costa, L. F., Lains, P., Miranda, S. M. (2011). *História económica de Portugal*. A Esfera dos Livros.
- Costella, A. (1984). *Comunicação - do grito ao satélite*. 3ª edição. Editora Mantiqueira.
- Cruz, H. de F. (2000). *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana, 1890-1915*. Educ/Fapesp/Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial.
- Crystal, D. (1991). *Dictionary of linguistics and phonetics*. Basil Blackwell.

- Cunha, A. (1898). *La presse périodique en Portugal. Bref mémoire présenté au Cinquième Congrès International de la Presse, à Lisbonne*. Diário de Notícias.
- Cunha, A. (1941). *Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa*. Academia das Ciências de Lisboa.
- Curran, J. (1989). Capitalism and control of the press, 1800-1975, in J. Curran, J. (eds.). *Mass communication and society* (pp. 296-321). Routledge.
- Curran, J. (1990) Culturalist Perspectives in News Organizations: A Reappraisal and a Case Study, in M. Ferguson (ed.), *Public communications: The new imperatives*. Sage.
- Dahlgren, P., Sparks, C. (eds.) (1991). *Communication and citizenship*. Routledge.
- Darnton, R. (1996). Introdução, in R. Darnton, R., D. Roche, D. (orgs.), *Revolução impressa. A imprensa na França 1775-1800*. Edusp.
- Delia, J. (1987). Communication research: a history, in C. Berger, S. Chafee (eds.), *Handbook of communication science*. Sage.
- Delporte, C. (1995). *Histoire du journalisme et des journalistes en France*. Presses Universitaires de France.
- Dennis, E., Wartella, E. (1996). *American communication research. The remembered history*. Lawrence Erlbaum.
- Dias, E. G. (2006). *As Gazetas da Restauração: [1641-1648]. Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas [edição transcrita]*. Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Dias, E. G. (2010). *Olhares sobre o Mercúrio Português [1663-1667]. Transcrição e comentários*. 2 volumes. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Dias, J. A. (1996). *Craesbeeck. Uma dinastia de impressores em Portugal*. APLA.
- Días-Noci, J. (2002). Gacetas españolas de los Países Bajos en el siglo XVII: la *Gazeta de Amsterdam y Noticias Principales y Verdaderas*. *Ámbitos*, 7-8, 215-237.

- Díaz-Noci, J., Hoyo-Hurtado, M. (2003). *El nacimiento del periodismo vasco. Gacetas donostiaras de los siglos XVII y XVIII*. Ayuntamiento de San Sebastián & Eusko Ikaskuntza.
- Díaz-Noci, J. (2024). *Periodismo emergente en tiempos de revueltas (1640-1714). Un estudio comparativo: Cataluña, Irlanda y Portugal*. Universidad Pompeu Fabra.
- Dicken-Garcia, H. (1989). *Journalistic standards in Nineteenth-Century America*. The University of Wisconsin Press.
- Dooley, B. (2001), Introduction, the English model, in B. Dooley, B., S. Baron (eds.), *The politics of information in Early Modern Europe* (pp. 1-21). Routledge.
- Dooley, B. (ed.). (2010). *The dissemination of news and the emergence of Contemporaneity in Early Modern Europe*. Ashgate.
- Dooley, B., Baron, S., (eds.) (2001). *The politics of information in Early Modern Europe*. Routledge.
- Dupré, L. (2004). *The Enlightenment & the intellectual foundations of Modern culture*. Yale University Press.
- Duranton, H., Rétat, P. (eds.) (1999). *Gazettes et information politique sous l'Ancien Régime*. Publications de l'Université de Saint-Étienne.
- Durkheim, É. (1893). *De la division du travail social. Étude sur l'organisation des sociétés supérieures*. Ancienne Librairie Germer Baillière/Félix Alcan Éditeur.
- Eisenstein, E. L. (2009). *The printing press as an agent of change*. 14th ed.. Cambridge University Press.
- Emery, M., Emery, E. (1978). *The press and America. An interpretive history of the mass media*, Prentice Hall.
- Epstein, E. J. (1973). *News from nowhere. Television and the news*. Random House.
- Erbolato, M. (1978). *Técnicas de codificação em jornalismo*. Vozes.
- Espejo, C. (2012). Un marco de interpretación para el periodismo europeo en la primera Edad Moderna, in R. Chartier R., C. Espejo (eds.), *La aparición del periodismo en Europa. Comunicación y propaganda en el Barroco* (pp- 104-126). Marcial Pons.

- Espejo, C. (2013). Gacetas y relaciones de sucesos en la segunda mitad del XVII: una comparativa europea, in T. Días (ed.), C. García (dir.), *Géneros editoriales y relaciones de sucesos en la Edad Moderna* (pp. 71-88). Sociedad Internacional para el Estudio de las Relaciones de Sucesos (SIERS).
- Espejo-Cala, C. (2000). La cultura del impreso: un nuevo espacio cultural para el desarrollo propagandístico de la Alta Edad Moderna, in C. Espejo-Cala, C. (coord.), *Propaganda impresa y construcción del estado moderno y contemporáneo* (pp. 9-26. Alfar.
- Espejo-Cala, C. (2011). European communication networks in the Early Modern Age: A new framework of interpretation for the birth of journalism. *Media History* 17(2), 189-202.
- Espejo-Cala, C. (coord.) (2000). *Propaganda impresa y construcción del Estado Moderno y Contemporáneo*. Alfar.
- Ettinghausen, H. (2012). Prensa amarilla y Barroco español, in R. Chartier, C. Espejo (eds.), *La aparición del periodismo en Europa. Comunicación y propaganda en el Barroco* (pp. 127-158). Marcial Pons.
- Ettinghausen, H. (2013). La prensa preperiódica española y el Barroco, in T. Días (ed.), C. García (dir.), *Géneros editoriales y relaciones de sucesos en la Edad Moderna* (pp. 89-102). Sociedad Internacional para el Estudio de las Relaciones de Sucesos (SIERS).
- Fairclough, N. (1995a). *Discourse and social change*. 3rd. edition. Polity Press.
- Fairclough, N. (1995b). *Media discourse*. Edward Arnold.
- Faus-Belau, A. (1995). *La era audiovisual. Historia de los primeros cien años de la radio y la televisión*. Ediciones Internacionales Universitarias.
- Faustino, P. (2004). *A imprensa em Portugal. Transformações e tendências*. Media XXI.
- Ferenci, T. (1993). *L'Invention du journalisme en France*. Plon.
- Fernández-Parratt, S. (2001). *A reportaxe de prensa en Galicia*. [Tese de doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela].
- Fielding, R. (1972). *The American newsreel, 1911-1967*. The University of Oklahoma Press.
- Filler, L. (1972). *The Muckrakers*. Pennsylvania State University Press.

- Finberg, H. I., Itule, B. D. (1990). *Visual editing. A graphic guide for journalists*. Wadsworth.
- Folkerts, J., Teeter, D. (1989). *Voices of a nation. A history of the media in the United States*. MacMillan.
- Foucault, M (1986). *Arqueologia do poder*. Forense Universitária.
- Foucault, M. (1997). *A ordem do discurso*. Relógio d'Água.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir*. 20ª edição. Vozes.
- Franco, G. (1993). *A censura à imprensa (1820-1974)*. Symbolon.
- Freund, G. (1989). *Fotografia e sociedade*. Vega.
- Galindo-Arranz, F. (2004). Propuesta de periodización histórica y evolución conceptual del Periodismo de Precisión. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*,10, 97-112.
- Galtung, J., Ruge, M. H. (1965). The structure of foreign news: The presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crisis in four Norwegian newspapers. *Journal of Peace Research*, (2)1, 64-91.
- Gamson, W. A. (1989). News as framing. *American Behavioural Scientist*, 33(2): 157-161.
- Garcia, H. D. (1989). *Journalistic standards in the Nineteenth-Century America*. The University of Wisconsin Press.
- Garcia, M. R., Stark, P., Miller, E. (ed.). (1991). *Eyes on the news*. The Poynter Institute For Media Studies.
- García-González, G. (1999). La conformación de la moderna prensa informativa (1848-1914), in J. L. Gómez-Mompart, Marín-Otto, E. (eds.), *Historia del periodismo universal* (pp. 49-100). Síntesis.
- Gargurevich, J. (1982). *Géneros periodísticos*. Equador Editorial.
- Gellner, E. (1983). *Nations and nationalism*. The Oxford University Press.
- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Harvard University Press.
- Gómez-Mompart, J. L., Marín-Otto, E. (1999). De los nuevos reporteros al periodismo digital, in J. L. Gómez-Mompart, Marín-Otto, E. (eds.). *Historia del Periodismo Universal* (pp. 249-264). Síntesis.

- Gómez-Mompart, J. L., Marín-Otto, E. (1999). La irrupción de la información televisiva y la influencia del periodismo singular, in J. L. Gómez-Mompart, Marín-Otto, E. (eds.). *Historia del periodismo universal* (pp. 213-248). Síntesis.
- Gómez-Mompart, J. L., Marín-Otto, E. (eds.). (1999). *Historia del periodismo universal*. Síntesis.
- Goodbody, J. (1988). The star: its role in the rise of New Journalism, in J.H. Wiener (ed.), *Papers for the millions* (pp. 143-163). Greenwood Press.
- Gravelli, B. M. (1991). *Manual de retórica*. Cátedra.
- Greimas, A. J., Courtés, J. (1979). *Dicionário de semiótica*. Cultrix.
- Groth, O. (1915). *Die politische presse Württembergs*. Scheufele.
- Groth, O. (1948). *Die geschichte der Deutschen zeitungswissenschaft. Problem und methoden*. Buchverlag Dr. Konrad Winmayer.
- Groth, O. (1960). *Die unerkannte kulturmacht: grundlegung der zeitungswissenschaft (Periodik)*. Walter de Gruyter.
- Guillamet, J. (2004). De las gacetas del siglo XVII a la libertad de imprenta del XIX, in C. Barrera (coord.), *Historia del periodismo universal* (pp. 43-76). Ariel.
- Guillamet, J. (2012). Las bases históricas del periodismo: una mirada actual sobre la prensa del Barroco, in R. Chartier, C. Espejo (eds.), *La aparición del periodismo en Europa. Comunicación y propaganda en el Barroco* (pp. 263-275). Marcial Pons.
- Gürtler, A. (2005). *Historia del periódico y su evolución tipográfica*. Campgràfic.
- Habermas, J. (1981). *Historia y critica de la opinión pública*. Gustavo Gili.
- Habermas, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (1987). *Théorie de l'agir communicationnel*. Fayard.
- Habermas, J. (1989). *The structural transformation of the public sphere: An inquiry into a category of bourgeois society*. The University of Cambridge Press.
- Habermas, J. (1992). L'espace publique trinite ans après. *Quaderni*, 18(1), 161-191.

- Haffemayer S. (1999). Data processing and the analysis of gazettes from the Ancien Régime, an account of the work. *Journal of the Association for History and Computing*, (2)1. <http://hdl.handle.net/2027/spo.3310410.0002.103>
- Haffemayer, S. (2002). *L'information dans la France du XVII siècle*. Honoré Champion.
- Haidt, J. (2022). Depois de Babel. *Expresso – Revista*, 2592, 1 julho 2022. <https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2592-1/html/revista-e/-e/depois-de-babel>
- Harari, Y. N. (2011). *Sapiens: a brief history of humankind*. Vintage Random House.
- Hardt, H. (1979). *Social theories of the press. Early German & American perspectives*. Sage.
- Hardt, H., Brennen, B. (eds.). (1995). *News workers. Towards a history of the rank and file*, The University of Minnesota Press.
- Harris, B. (1996). *Politics and the rise of the press. Britain and France 1620-1800*. Routledge.
- Harris, M., Lee, A. (eds.). (1986). *The press in English society from the Seventeenth to Nineteenth centuries*. Associated Universities Presses.
- Hartley, J. (1992). *Politics of pictures. The creation of the public in the age of popular media*. Routledge.
- Hawking, S. (2002). *O universo numa casca de noz*. Gradiva.
- Herculano, A. (1838, março 31). Origem das Gazetas em Portugal. *O Panorama* (1)48, 101-102.
- Hernando-Cuadrado, L. A. (2007). *Los Acta Divrva y el registro periodístico*. Dykinson.
- Hohlfeldt, A. (2001). As origens antigas: a comunicação e as civilizações, in A. Hohlfeldt, L. Martino, V. V. França (orgs.), *Teorias da comunicação* (pp. 61-98). Vozes.
- Hoyer, S. (1994). Constructing epochs in the history of the press. 19th Scientific Conference of the International Association of Mass Communication Research, Seoul.

- Huges, H. (1940). *News and the human interest*. The University of Chicago Press.
- Hund, W. D. (1970). *Kommunikation in der besellschaft*. Europäische Verlagsanstalt.
- Infelise, M. (2002), *Prima dei giornali. Alle origini della pubblica informazione*. Laterza.
- Infelise, M. (2012), Disimulo e información en los orígenes del periodismo, in R. Chartier, R., C. Espejo (eds.), *La aparición del periodismo en Europa. Comunicación y propaganda en el Barroco* (pp. 159-176). Marcial Pons.
- Infelise, M. (2012). Disimulo e información en los orígenes del periodismo, in R. Chartier, C. Espejo (eds.), *La aparición del periodismo en Europa. Comunicación y propaganda en el Barroco* (pp. 159-176). Marcial Pons.
- Innis, H. (1950). *Empire and communication*. Clarendon Press.
- Innis, H. (1951). *The bias of communication*. University of Toronto Press.
- Jeanneney, J.-N. (2003), *Uma história da comunicação social*. 2ª edição revista. Terramar.
- Karam, F. J. C. (2009). Retórica, Grécia e Roma Antigas: Vestígios da futura linguagem jornalística. *Alceu*, 10(19): 109-117.
- Kaul, A. J. (1986). The Proletarian journalist: A critique of professionalism, *Journal of Mass Media Ethics*, 1(2), pp. 47-55.
- Knies, K. (1857). *Der telegraph als verkehrsmittel*. Verlag der Laupp'schen Buchhandlung.
- Knightley, P. (1975). *The first casualty: The war correspondent as hero. Propagandist and myth maker from the Crimea to Vietnam*. Harcourt Brace Jovanovich.
- Koopmans, J. W. (ed.). (2005). *News and politics in Early Modern Europe (1500-1800)*. Peeters.
- Koss, S. (1990). *The rise and fall of the political press in Britain*. Fontana Press.
- Kuhn, T. (1962). *The structure of scientific revolutions*. 2nd edition. The University of Chicago Press.

- Kurth, K. (1944). *Die ältesten Schriften für und wider die Zeitung. Die Urteile des Christophorus Besoldus (1629), Ahasver Fritsch (1676), Christian Weise (1676) und Tobias Peucer (1690) über den Gebrauch und Mißbrauch der Nachrichten*. Rudolf M., Rohrer, Verlag.
- Lanciani, G. (1979). *Os relatos de naufrágios na literatura portuguesa dos séculos XVI e XVII*, Instituto de Cultura Portuguesa da Secretaria de Estado da Cultura.
- Le Clerc, J. V. (1838). *Les journaux chez les romains*. Firmin Didot.
- Ledo-Andión, M. (1993). *O diário postelevisivo*. Edicións Lea..
- Lee, A.J. (1976). *The origins of the popular press in England, 1855-1914*. Croom Helm.
- Lemagny, J.-C., Rouillé, A. (dir.). (1986). *Histoire de la photographie*. Bordas.
- Lester, P. M. (1995). *Visual communication. Images with messages*. Wadsworth Publishing Company.
- Lisboa, J. L. (2006). As primeiras gazetas em Portugal: uma apresentação, in E. G. Dias, *Gazetas da Restauração: [1641-1648]. Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas (edição transcrita)* (pp. XIII-XVII). Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Lisboa, J. L. , Miranda, T. C. P. R., Olival, F. (2002). *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. Vol. 1 (1729-1731). Vol. 2 (1732-1734). Edições Colibri, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora & Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.
- Livois, R. (1965). *Histoire de la presse française*. Le Temps de la Presse.
- Locke, J. (1978). *Ensaio acerca do entendimento humano*. Abril.
- Locke, J. (2000). *Carta sobre a tolerância*. Edições 70.
- Locke, J. (2006). *Dois tratados do governo civil*. Edições 70.
- Lopes, Ó., Saraiva, A. J. (1996). *História da literatura portuguesa (17.ª edição)*. Porto Editora.
- López-Eire, A. (2002). *Poéticas y retóricas griegas*. Síntesis.
- López, X. (2003). Retórica del hipertexto periodístico, in J. Díaz-Noci, J., R. Salaverria-Aliaga, *Manual de redacción ciberperiodística* (pp. 385-422). Ariel.

- Lousada, A. P. (2012). *A Restauração Portuguesa de 1640. Diplomacia e guerra na Europa do século XVII*. 2ª edição. Fronteira do Caos.
- Luhmann, N. (1992). *A improbabilidade da comunicação*. Veja.
- Lundell, P. (2008). The medium is the message, *Media History*, (14)1, 1-16.
- Lustosa, I. (2004). *O nascimento da imprensa brasileira*. 2ª edição. Jorge Zahar Editor.
- Maletzke, G. (1975). *Einführung in die massenkommunikationsforschung*. Spiess.
- Manévy, R. (1945). *Historie de la presse, 1914-1939*. Corréa.
- Manévy, R. (1955). *La presse de la IIIe République*. Foret.
- Maquiavel, N. (1994). *O Príncipe*. 6ª edição. Guimarães Editores.
- Marbot, B. (1986). Sur le chemin de la découverte (avant 1839), in J. C. Lemagny, A. Rouillé, A. (dir.), *Histoire de la photographie* (pp. 8-18). Bordas.
- Marbot, B. (1986). Les premiers pas de la nouvelle image, in J.-C. Lemagny, A. Rouillé (dir.), *Histoire de la photographie* (pp. 19-27). Bordas.
- Marques Guedes, A. (2006). Prefácio, in E. G. Dias, *Gazetas da Restauração: [1641-1648]. Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas (edição transcrita)* (pp. VII-XI). Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Martin, H-J. (1992). La imprenta, in R. Williams (Ed.), *Historia de la comunicacion. De la imprenta a nuestros días* (vol. 2, pp. 9-62). Bosch Casa Editorial.
- Martins, A. L., Luca, T. R. (2008). *História da imprensa no Brasil*. Contexto.
- Martins, H. (1964). *Manuel de Galhegos. Um poeta entre a Monarquia Dual e a Restauração*. Tipografia Cisial.
- Martins, R. (1942). *Pequena história da imprensa portuguesa*. Editorial Inquérito.
- Mastino, A. (1978). *Gli Acta Urbis. Il "giornalismo" nell'Antica Roma*. Urbino.
- Matos, G. M. (1944). O sentido da crise política de 1667, in *Anais da Academia Portuguesa de História – Ciclo da Restauração de Portugal*. Vol. VIII. Academia Portuguesa de História.
- Mattelart, A., Mattelart, M. (1997). *História das teorias da comunicação*. Campo das Letras.

- McLuhan, M. (1962). *The Gutenberg Galaxy. The making of typographic man*. The University of Toronto Press.
- McLuhan, M. (1962). *The Gutenberg Galaxy*. University of Toronto Press.
- McLuhan, M. (1964). *Understanding media*. Routledge.
- Meditsch, E. (2008). O jornalismo como forma de conhecimento: uma abordagem qualitativa, in J. P. Sousa (org.), *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa* (pp. 7-12). Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Melo, J. M. (1985). *A opinião no jornalismo brasileiro*. Vozes.
- Melo, J. M. (2003). *História do pensamento comunicacional. Cenários e personagens*. Paulus.
- Melo, J. M. (2003). *História social da imprensa*. Edipucrs.
- Melton, J. V. H. (2001). *The rise of the public in Enlightenment Europe*. Cambridge University Press.
- Mendle, M. (2001). News and the pamphlet culture of mid-seventeenth-century England, in B. Dooley, S. Baron (eds.), *The politics of information in Early Modern Europe* (pp. 57-79). Routledge.
- Meyer, P. (1993). *Periodismo de precisión. Nuevas fronteras para la investigación periodística*. Bosch.
- Mill, J. S. (1976). *Da liberdade de pensamento e de expressão*. D. Quixote, 1976. [Extraído de *On liberty*, 1859.]
- Milton, J. (1999). *Areopagítica. Discurso pela liberdade de imprensa ao Parlamento de Inglaterra*. Topbooks.
- Milton, J. (2005). *Areopagítica*. Fondo de Cultura Económica.
- Moreira, C., Pernes, D. (2013). Análise formal e do discurso do *Mercúrio Português* (1663-1667), in J. P. Sousa (org.), *Estudos sobre o Mercúrio Português (1663-1667). Discurso e Contexto*. LabCom.
- Morierval, J. (1961). *Les créateurs de la grande presse*. SPES.
- Morison, S. (1932). *English newspaper: Some account of the physical development of journals printed in London between 1622 & the present day*. Cambridge Ed.
- Morón, N. B. (2002). *Breve historia de la prensa*. <http://www.quadraquinta.org/documentos-teoricos/cuaderno-de-apuntes/brevehistoriaprensa.html>

- Mortara Garavelli, B. (1991). *Manual de retórica*. Cátedra.
- Mott, F. L. (1962). *American journalism. A history of newspapers in the United States through 200 years: 1690 to 1940*. Macmillan.
- Mott, F. L. (1986). *A history of American magazine*. Harvard University Press.
- Muddiman, J. G. (1908). *A history of English journalism. To the foundation of the Gazette*. Longmans.
- Murialdi, P. (1996). *Storia del giornalismo italiano*. Il Mulino.
- Nobre-Correia, J. M. (2021). *História dos média na Europa*. Almedina.
- Nora, P. (1977). O regresso do acontecimento, in *Fazer história: novos problemas*. Bertrand
- Nora, P. (1983). O acontecimento e o historiador do presente, in *A nova história*. Edições 70.
- Palmer, M. (1976). De l'information étrangère dans la presse quotidienne française: les agences de presse et le journalisme anglo-saxon (1875-1885), *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 23, 203-235.
- Palmer, M. (1978) The British press and international news, 1851-99: of agencies and newspapers, in G. Boyce, J. W. Curran, P. Wingate (eds.), *Newspaper History* (pp. 205-219). Constable.
- Palmer, M. (1983). *Des petites journaux aux grandes agences (Naissance du journalisme moderne), 1863-1914*. Aubier.
- Palmer, M. (1983). *Des petits journaux aux grandes agences. Naissance du journalisme moderne*. Aubier.
- Park, R. E. (1972). A notícia como forma de conhecimento: Um capítulo na sociologia do conhecimento, in C. Steinberg (org.). *Meios de comunicação de massa* (pp. 168-184). Cultrix.
- Park, R. E. (1923). The natural history of the newspaper. *American Journal of Sociology*, 29(3), 273-289.
- Park, R. E. (1927). The yellow press. *Sociology & Social Research*, 12(1), 3-11.
- Passos, C. (1928). Navegação portuguesa dos séculos XVI e XVII. Naufrágio inéditos. Novos subsídios para a história trágico-marítima de Portugal. *Biblos*, 4, 224.

- Pena-Rodríguez, A. (1994), Historia del periodismo portugués, in A. Pizarroso-Quintero (coord.), *Historia de la prensa* (pp. 331-352). Editorial Centro de Estudios Ramón Areces.
- Pereira, A. X. S. (1895). *Dicionário jornalístico português* (CD-ROM). Academia das Ciências de Lisboa.
- Pereira, A. X. S. (1896). *O jornalismo português. Resenha cronológica de todos os periódicos portugueses impressos e publicados no reino e no estrangeiro desde meados do século XVI até à morte do saudoso rei Senhor D. Luís I bem como os jornais em língua estrangeira publicados em Portugal durante o mesmo tempo. Extraída do dicionário jornalístico português*. Tipografia Soares.
- Pereira, A. X. S. (1897). *Jornais portugueses. Sua filiação e metamorfoses. Notícia suplementar alfabética de todos os periódicos mencionados na resenha cronológica do jornalismo português recentemente publicada pelo mesmo autor e agora correta e aumentada*. Imprensa de Libano da Silva.
- Pereira, A. X. S. (1901). *As leis de imprensa. Memória oferecida ao Ex.mo Senhor Conselheiro Bernardino Machado*. Imprensa da Universidade.
- Peucer, T. (2000). Os relatos jornalísticos. *Comunicação e Sociedade*, 33, 199-214. [Tradução de *De Relationibus Novellis*, Tese de doutoramento, Universidade de Leipzig, 1690.]
- Pfetsch, B. (2018). Dissonant and disconnected Public Spheres as challenge for political communication research, *Javnost - The Public*, (25)1-2, 59-65. <https://doi.org/10.1080/13183222.2018.1423942>
- Pfetsch, B., Adam, S., Bennett, W. L. (2013). The critical linkage between online and offline media. *Javnost - The Public*, 20(3), 9-22. <https://doi.org/10.1080/13183222.2013.11009118>
- Phillips, E. B. (1976). What is news? Novelty without change? *Journal of Communication*, 26(4), 87-92.
- Pinto, R. J. (1997). *The evolution of the structure of political journalism in four "quality" newspapers (1970-1995)*. [Tese de doutoramento, University of Sussex].
- Pizarroso-Quintero, A. (1990). *Historia de la propaganda*. Eudema Universidad.

- Pizarroso-Quintero, A. (1994). A revolução da impressão, in A. Pizarroso-Quintero, *Historia da imprensa* (pp. 29-57). Planeta Editora.
- Pizarroso-Quintero, A. (1994). La revolución de la imprenta, in A. Pizarroso-Quintero (coord.), *Historia de la prensa* (pp. 29-54). Editorial Centro de Estudios Ramón Areces.
- Pizarroso-Quintero, A. (coord.). (1994). *Historia de la prensa*. Editorial Centro de Estudios Ramón Areces.
- Popkin, J. D. (1999). La presse et la politique étrangère, in H. Durantou, P. Rétat, *Gazettes et information politique sous l'Ancien Régime* (pp. 281-289). Publications de l'Université de Saint-Étienne.
- Proctor, R. N. (2008). Agnotology: A missing term to describe the cultural production of ignorance (and its study), in Proctor, R. N., Schiebinger, L. (eds.), *Agnotology: the making and unmaking of ignorance* (pp. 1-36). Stanford University Press.
- Proctor, R. N., Schiebinger, L. (eds.). (2008). *Agnotology: the making and unmaking of ignorance*. Stanford University Press.
- Ramos, R. (1994). A segunda fundação (1890-1926), in J. Mattoso (dir.), *História de Portugal*, VI. Círculo de Leitores.
- Rauch, J. (2021). *The constitution of knowledge: a defense of truth*. The Brookings Institution Press.
- Raymond, J. (1993). *Making the news: An anthology of the newsbooks of revolutionary England 1641-1660*. The Windrush Press.
- Raymond, J. (1996). *The invention of the newspaper: English newsbooks 1641-1649*. Oxford University Press.
- Raymond, J. (2002). The newspaper, public opinion, and the public sphere in the Seventeenth century, in J. Raymond (ed.), *News, newspapers and society in Early Modern Britain* (pp. 109-140). Frank Cass.
- Raymond, J. (2012). El rostro europeo del periodismo inglés, in R. Chartier, C. Espejo, C. (eds.), *La aparición del periodismo en Europa. Comunicación y propaganda en el Barroco* (pp. 177-206). Marcial Pons.
- Raymond, J. (ed.) (2002), *News, newspapers and society in Early Modern Britain*. Frank Cass.

- Raymond, J. (ed.) (2008). *News networks in Seventeenth Century Britain and Europe*. Routledge.
- Rebollo, M. A. P. (1994). O jornalismo em França, in Pizarroso-Quintero, A., *Historia da imprensa* (pp. 153-207). Planeta Editora.
- Rétat, P. (1978). Les gazettes: De l'évènement a l'histoire, in *Etudes sur la presse au XVIIIe. Siècle* (pp. 23-38). Presses Universitaires de Lyon.
- Rétat, P. (dir.) (1981). *Le journalisme d'Ancien Régime*. Presses Universitaires de Lyon.
- Ribeiro, J. C. (1994). *Sempre alerta. Condições e contradições do trabalho jornalístico*. Olho d'Água & Editora Brasiliense.
- Rizzini, C. (1977). *O jornalismo antes da tipografia*. Editora Nacional.
- Rocha, J. L. M. (1998). *O essencial sobre a imprensa em Portugal*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Rocha, M. M. M. (1990). *A promoção da imagem do rei D. Afonso VI e do governo de Castelo Melhor no “Mercúrio Português*. [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa].
- Rodrigues, A. D. (s/d). *A comunicação social. Noção, história, linguagem*. 2ª edição. Vega.
- Romancini, R., Lago, C. (2007). *História do jornalismo no Brasil*. Insular.
- Rosado, N. (1966). *A imprensa*. Ministério da Educação Nacional.
- Rudenstine, D. (1996). The day the presses stopped. *A history of the Pentagon Papers Case*. The University of California Press.
- Salvadori, M. L. (coord.) et al. (2005). *História universal*. Vol. VII. Planeta DeAgostini.
- Sánchez-Alarcón, I. (1994). Evolución de la prensa en otros países europeos occidentales, in A. Pizarroso-Quintero (coord.), *Historia de la prensa* (pp. 363-391). Editorial Centro de Estudios Ramón Areces.
- Sánchez-Aranda, J. J. (2004). La evolución de la prensa en los principales países occidentales, in C. Barrera (coord.), *Historia del periodismo* (pp. 77-116). Ariel.
- Santos, J. R. (2001). *O correspondente de guerra, o discurso jornalístico e a história. Para uma análise da reportagem de guerra em Portugal no século XX*. [Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa].

- Santos, R. (1998). *Os novos media e o espaço público*. Gradiva.
- Santos, R. (2005). Jornalismo português em finais do século XIX: da identificação partidária à liberdade de reportar. *Media & Jornalismo*, 6, 83-94.
- Santos, R. (2006). O jornalismo na transição do século XIX para o XX. O caso do diário *Novidades* (1885-1913). *Media & Jornalismo*, 9, 89-104.
- Saraiva, A. J., Lopes, Ó. (1979). *História da literatura portuguesa*. 11ª edição. Porto Editora.
- Saraiva, D. M. P. (2006). A *Gazeta*: Intelectuais e espaço público na Restauração. *Intellèctus*, (5)2.
- Scheufele, B. (2008a). Content analysis, qualitative, in W. Donsbach (ed.): *the international encyclopedia of communication* (vol. III, pp. 967-972). Blackwell Publishing.
- Scheufele, B. (2008b). Content analysis, quantitative, in W. Donsbach (ed.), *The International Encyclopedia of Communication* (vol. III, pp. 972-978). Blackwell Publishing.
- Schneider, I. S. (1999). Guerra y comunicación: una relación compleja, in J. L. Gómez-Mompart, Marín-Otto, E. (eds.). *Historia del periodismo universal* (pp. 137-184). Síntesis.
- Schneider, S., Schmitt, C. J. (1998). O uso do método comparativo nas ciências sociais. *Cadernos de Sociologia*, 9, 49-87.
- Schottenloher, K., Binkowski, J. (1985). *Flugblatt und zeitung: Ein wegweiser durch das gedruckte Tagesschriftum*. Klinkhardt & Biermann, EA München.
- Schudson, M. (1978). *Discovering the news. A social history of American newspapers*. Basic Books.
- Schudson, M. (1990). *Origins of the ideal of objectivity in the professions. Studies in the history of American journalism and American law 1830-1940*. Garland.
- Schudson, M. (1994). Question authority: A history of the news interview in American journalism, 1860s-1930s'. *Media, Culture and Society*, 16(4), 565-587.
- Schudson, M. (1996). *The power of news*. Harvard University Press.

- Schudson, M. (1997). Sending a political message: Lessons from the American 1790's. *Media, Culture & Society*, 19(3), 311-330.
- Schudson, M.. (1991). Historical approaches to communication studies, in K. B. Jensen, N. W. Jankowski, *Qualitative methodologies for mass communication research* (pp. 175-190). Routledge.
- Schulze-Scheneider, I. (1994). La prensa en Alemania, in A. Pizarroso-Quintero (coord.), *Historia de la prensa* (pp. 101-144). Editorial Centro de Estudios Ramón Areces.
- Schwanitz, D. (2004). *Cultura. Tudo o que é preciso saber*. Dom Quixote.
- Shapiro, B. J. (2000). *A culture of fact. England 1550-1720*. Cornell University Press.
- Shoemaker, P. e Reese, S. (1996). *Mediating the message. Theories of influences on mass media content*. 2nd edition. Longman.
- Siebert, F. S., Peterson, T., Schramm, W. (1963). *Four theories of the press*. Illini Books.
- Silva, C. E. L. (1990). *O adiantado da hora*. Summus.
- Silva, I. F., Aranha, P. V. B. (1958). *Dicionário bibliográfico português*. Imprensa Nacional.
- Sloan, W. D. (1991). *Perspectives on mass communication history*. Lawrence Erlbaum Associates.
- Smith, A. (1979). *The newspaper. An international history*. Thames & Hudson.
- Smith, A. (1983). *Goodbye Gutenberg. La revolución del periodismo electrónico*. Gustavo Gili.
- Sommerville, J. (1996). *The news revolution en England. Cultural dynamics of daily information*. Oxford University Press.
- Sousa, J. P. (2000). *Uma história crítica do fotojornalismo ocidental*. Letras Contemporâneas.
- Sousa, J. P. (2004). Tobias Peucer: progenitor da teoria do jornalismo. *Estudos em Jornalismo & Mídia*, (1)2, 31-48.
- Sousa, J. P. (2007). *A Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João e a gênese do jornalismo lusófono*. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-jornalismo-lusofono.pdf>

- Sousa, J. P. (2008). Uma história breve do jornalismo no Ocidente, in J. P. Sousa (org.), *Jornalismo: história, teoria e metodologia. Perspetivas luso-brasileiras* (pp. 12-93). Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (2008a). As relações de naufrágios do século XVI e a génese do jornalismo lusófono. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-as-relacoes-de-naufragios-secXVI.pdf>
- Sousa, J. P. (2013). *Jornalismo em Portugal no alvorecer da Modernidade*. Media XXI
- Sousa, J. P. (coord.) (2007). *A génese do jornalismo lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria (1626-1628)*. Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (coord.) (2011). *A Gazeta “da Restauração”, primeiro periódico português: Uma análise do discurso*. Livros LabCom/Universidade da Beira Interior.
- Sousa, J. P. (coord.) (2013). *Estudos sobre o “Mercúrio Português” (1663-1667). Discurso e contexto*. Livros LabCom.
- Sousa, J. P. (coord.). (2010). *O pensamento jornalístico português: das origens a abril de 1974*. Livros LabCom.
- Sousa, J. P., Lima, M. É. (2011). Propaganda e informação no *Mercúrio Português* (1663-1667): Representações discursivas do poder régio e do governo de Castelo Melhor.
- Sousa, J. P., Tuna, S., Lima, M. É. O. (2011). Propaganda e informação no *Mercúrio Português* (1663-1667): representações discursivas do poder régio e do governo de Castelo Melhor. *Culturas Midiáticas*, V(1), art. 4.
- Sousa, P. D. (2003). *A dramatização na imprensa do PREC*. MinervaCoimbra.
- Souza, O. T. de (1957). *História dos fundadores do Império do Brasil*. José Olympio.
- Starr, P. (2004). *The creation of the media. Political origins of modern communications*. Basic Books.
- Stephens, M. (1988). *A history of news*. Penguin Books.
- Stevens, J., Dicken-García, H. (1980). *Communication history*. Sage.

- Strauss, A., Corbin, J. (1990). *Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques*. Sage.
- Strauss, A., Corbin, J. (1997). *Grounded theory in practice*. Sage.
- Swales, J. (1990). *Genre analysis*. Cambridge University Press.
- Tancredo de Morais, A. N. (1941). Comemoração do tricentenário do 1º periódico Português “Gazeta” de 1641. Separata da *Revista Militar*. Tipografia Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
- Tebbel, J. (1967). *Breve historia del periódico norteamericano*. Montaner & Simón.
- Tebbel, J., Zuckermann, M. E. (1991). *The magazine in America, 1741-1990*. Oxford University Press.
- Teixeira, P. (2014). A *Gazeta “da Restauração”* e a *Gazette “de France”*: semelhantes ou iguais? Comunicação apresentada ao II Confibercom. Braga: Universidade do Minho, 15 de abril de 2014.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª edição revista e ampliada. Caminho.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova história da imprensa portuguesa. Das origens a 1865*. Círculo de Leitores.
- Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Quimera.
- Tuchman, G. (1978). *Making news. A study in the construction of reality*. MacMillan.
- Tunstall, J. (1977). *The media are American*. Constable.
- Van Dijk, T. A. (1990). *La noticia como discurso. Comprensión, estructura y producción de la información*. Paidós.
- Van Doren, C. (2007). *Breve história do saber*. Caderno.
- Vázquez-Montalbán, M. (1997). *Historia y comunicación social*. Crítica.
- Vieira, Padre A, Azevedo, J. L. (org.) (1926). *Cartas do padre António Vieira*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ward, S. J. A. (2004). *The invention of journalism ethics. The path to objectivity and beyond*. McGill-Queen’s University Press.
- Weber, M. (2001). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Presença.
- Weill, G. (1979). *El periódico. Orígenes, evolución y función de la prensa periódica*. Uteha.

- Wiener, J. H. (ed.) (1988). *Papers for the millions. The New Journalism in Britain, 1850-1914*. Greenwood Press.
- Wolfe, T. (1977). *El Nuevo Periodismo*. Anagrama.
- Woolf, D. (2001). News, history and the construction of the present in Early Modern England, in B. Dooley, S. Baron (eds.), *The politics of information in Early Modern Europe* (pp. 80-118). Routledge.
- Wright, R. (2000). *Nonzero: the logic of human destiny*. Pantheon.

DOI FCT - LABCOM
<https://doi.org/10.54499/UIDB/00661/2020>



As obras de síntese oferecem visões panorâmicas e sistemáticas sobre determinados fenómenos, sendo de fundamental importância para todas as ciências, mas particularmente para as Humanidades e para as Ciências Sociais. Compensam a atomização do conhecimento que resulta da multiplicação de artigos científicos cada vez mais especializados sobre singularidades. *Uma história do jornalismo no Ocidente: génese e desenvolvimento de uma instituição social até ao final do século XX* é uma obra de síntese sobre a história do jornalismo no Ocidente, uma das poucas obras historiográficas gerais sobre a história do jornalismo global que existe escrita em português, por um autor lusófono e que dá importância à história do jornalismo em Portugal e no Brasil. Embora parta de um trabalho mais reduzido publicado em 2008 e escrito em 2004, amplia-o, enriquece-o e corrige-o em alguns aspetos (as fontes disponíveis há vinte anos não eram tantas nem tão acessíveis como as atuais). Prestando atenção, na narrativa histórica, ao encadeamento dos factos históricos e à periodização da história do jornalismo, obedece à interpretação pessoal e subjetiva do autor sobre os acontecimentos determinantes do passado que permitiram o surgimento e desenvolvimento do jornalismo como uma instituição social. Defende, assim, uma tese. Considera o jornalismo de hoje como um produto que resulta de uma longa evolução histórica que tem as suas raízes remotas na Antiguidade e as suas raízes próximas na Modernidade, antes de se transformar naquilo que é hoje, na Contemporaneidade. É uma obra que, possuindo intenções pedagógicas e de divulgação da história do jornalismo, refugia-se em velhas formas e fórmulas de *fazer história* e tenta fugir sempre que possível ao *cientificês* em favor da facilidade de leitura e da estruturação fluída da narrativa, por vezes estruturada em pontos que sistematizam e condensam os aspetos fulcrais do relato histórico.